



ANUÁRIO

MULTI CIDADES

Finanças dos Municípios do Brasil

Ano 14 | 2019

Realização:



Elaboração:



Apoio:



Apresentação

No cenário de crise econômica que atinge o país, os municípios têm enfrentado o aumento das demandas por serviços públicos e a escassez de recursos para executá-las. Conforme aponta esta edição do anuário **Multi Cidades**, que consolida informações de 2017, prefeitas e prefeitos administraram suas cidades com receitas semelhantes às de 2013.

Aliada a essa informação, a trajetória ascendente dos recursos aplicados em saúde, educação e assistência social atingiu 56,3% de todo o gasto público dos municípios brasileiros, em 2017. Os números evidenciam que os governos locais têm buscado preservar as áreas sociais. Mas é preciso reconhecer que importantes demandas de atuação local estão sendo sacrificadas, como a zeladoria das cidades.

Na área da saúde, por exemplo, é flagrante o esforço dos municípios para a manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram destinados cerca de R\$ 140 bilhões para a saúde, sendo que, desse valor, R\$ 31 bilhões foram aplicados acima da exigência constitucional mínima. Esse valor adicional é mais do que as receitas de IPVA e de ITBI, de todos os municípios, somadas.

O esforço para o controle de gastos e a queda das transferências de estados e da União fizeram com que os investimentos municipais desacelerassem fortemente em 2017, ficando abaixo do que é comum no primeiro ano dos mandatos. Ainda sobre investimentos, outro dado demonstra o papel das gestões locais. Nos últimos dez anos, os municípios realizaram 36,3% do total dos investimentos do setor público, acompanhados de perto pelos estados, com 36,2%. A União, por sua vez, foi responsável por apenas 27,5% das aplicações.

Por oferecer importantes informações para a análise e o planejamento governamental, **Multi Cidades** é uma fonte de consulta permanente. Sua leitura evidencia a necessidade de reforçar o trabalho conjunto, em defesa dos interesses locais, realizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Jonas Donizette

Prefeito de Campinas/SP

Presidente da Frente Nacional de Prefeitos

4 Notas Metodológicas

10 Panorama

Prefeitos administram 2017 com receitas de 2013

I - Receita disponível por esfera de governo	10
II – Receitas em 2017	12
III – Despesas em 2017	19

36 Receita

ICMS Municipal - Após três anos de quedas, ICMS tem leve recuperação	36
IPVA Municipal - Quedas no Sul e Sudeste comprometem desempenho do IPVA	48
FPM - FPM cresce 4,9% em 2017 e prefeitos e governadores questionam base de cálculo ...	58
ISS - Receita de ISS esboça suave recuperação	76
IPTU - Aumenta a participação do IPTU na receita corrente	90
ITBI - Arrecadação com ITBI é menos explorada nos pequenos municípios	102
Taxas - Taxas têm forte crescimento em 2017, mas representam menos de 2% das receitas	112
Cosip - Cosip sustenta modernização da iluminação	124
Dívida Ativa - Municípios têm R\$ 420 bilhões de estoque na dívida ativa	132

142 Despesa

Pessoal - Municípios reduzem número de servidores entre 2015 e 2017	142
Custeio - Municípios mantêm política de austeridade e cortam custeio	154
Investimentos - Investimentos retrocedem ao nível de 2005	162
Juros e Amortizações da Dívida - FNP contribui para a aprovação do Refis Previdenciário	178

188 Despesa por função

Legislativos Municipais - Pequenos municípios puxam aumento de despesa nos legislativos ...	188
Educação - Municípios continuam aumentando a oferta de vagas no Ensino Infantil	198
Saúde - Aplicação acima do mínimo constitucional superou a soma da receita do IPVA e ITBI ...	212

FNP - Presidente: Jonas Donizette - Prefeito de Campinas/SP • **1ª Vice-presidente Nacional:** Roberto Cláudio - Prefeito de Fortaleza/CE • **2ª Vice-presidente Nacional:** Cinthia Ribeiro - Prefeita de Palmas/TO • **Vice-presidente de Cidades Inteligentes:** Rafael Greca - Prefeito de Curitiba/PR • **Vice-presidente de Relações Internacionais:** Luciano Rezende - Prefeito de Vitória/ES • **Vice-presidente de Relações com o Judiciário:** Dr. Hildon - Prefeito de Porto Velho/RO • **Vice-presidente de Parcerias Estratégicas:** Rodrigo Neves - Prefeito de Niterói/RJ • **Vice-presidente de Relações Institucionais:** Bruno Covas - Prefeito de São Paulo/SP • **Vice-presidente da Agenda 2030:** Marcelo Crivella - Prefeito do Rio de Janeiro/RJ • **Vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional:** Arthur Neto - Prefeito de Manaus/AM • **Vice-presidente de Relações com os Estados:** Rodrigo Rollemberg - Governador do Distrito Federal • **Vice-presidente de Mudanças Climáticas:** Geraldo Julio - Prefeito de Recife/PE • **Vice-presidente de Regiões Metropolitanas:** Luciano Cartaxo - Prefeito de João Pessoa/PB • **Secretário-geral:** ACM Neto - Prefeito de Salvador/BA • **1ª Secretária Nacional:** Teresa Surita - Prefeita de Boa Vista/RR • **2ª Secretária Nacional:** Gean Loureiro - Prefeito Florianópolis/SC

Realização: Frente Nacional de Prefeitos e Aequus Consultoria • **Diretoria da Aequus Consultoria:** Alberto Jorge Mendes Borges e Tânia Mara Cursino Villela • **Administrativo:** Marta Luiza Cursino Villela • **Equipe técnica:** Victor Batista Trindade • **Estagiária:** Luiza Borges de Lima • **Colaboração:** Juliano César Gomes, Kleber Pacheco de Castro, Luiz Eduardo de Souza Dalfior e Luís Fernando Novais • **Programação de sistema:** Felipe Emiliano Barbosa Surlo e Wanderson Morellato • **Revisão:** Ane Ramaldes • **Projeto gráfico:** Comunicação Impressa • **Editoração:** Link Editoração • **Impressão:** Qualidade Gráfica e Editora • **Equipe técnica da FNP:** Secretário-executivo: Gilberto Perre, Analista de Conteúdo e Projetos: Ricardo Batista, Assessoria Parlamentar: Aline Martins, Ingrid Freitas e Thiago Battaglini, Coordenadora de Comunicação: Paula Aguiar, Jornalistas: Bruna Lima e Livia Palmieri



SRTVS, Quadra 701, Bloco H, Lote 10,
Sala 603 • Brasília-DF
CEP: 70340-910 • Fone 61 3044-9800
www.fnp.org.br
e-mail: secretaria@fnp.org.br

Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil/Publicação da Frente Nacional de Prefeitos. V14 (2019). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2019

CDU: 336.1

Rua Dr. Eurico de Aguiar, nº 888 - salas 505 e 506 - Vitória - ES - CEP 29056-200
Telefones: 27 3235-7841 - 3235-7546
aequus@aequus.com.br
www.aequus.com.br



Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados nesta edição, à exceção do que estiver expressamente mencionado, foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizados índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2017.

Multiplicadores utilizados em cada ano para a atualização dos valores para 2017

2012	2013	2014	2015	2016	2017
1,3850	1,3041	1,2264	1,1249	1,0345	1,0000

Fonte de dados e estimativas

Para os dados fiscais, a principal fonte de informações utilizada foram os balanços anuais do banco de dados “Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios”, referentes aos exercícios fiscais de 2000 a 2012, e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), para o período de 2013 a 2017, ambos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na ausência dos balanços anuais, as informações foram completadas com dados de outros relatórios publicados pelas prefeituras em seus portais de transparência ou por outros órgãos governamentais de controle.

Entretanto, algumas lacunas permaneceram quando não foi possível encontrar informações em fontes oficiais. Além disso, foram excluídos os dados de alguns municípios que apresentavam inconsistências.

Para que tais lacunas não afetassem os totais e subtotais e para tornar a série histórica compatível, foram utilizadas estimativas para os valores totais dos municípios agrupados por região, para o total das faixas populacionais e o total do Brasil. A metodologia das estimativas supõe

que o município sem informação tenha tido o mesmo comportamento da média dos municípios que apresentaram dados nos anos considerados e que pertencem à mesma faixa populacional e ao mesmo Estado da federação daquele que não possui o dado.

Número de municípios que apresentaram dados de 2012 a 2017¹

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Número de municípios com dados de receita	5.052	5.202	4.828	4.969	4.699	5.098
Participação no total	90,8%	93,4%	86,7%	89,2%	84,4%	91,6%
Número de municípios com dados de despesa	5.082	5.366	5.098	5.190	4.971	5.342
Participação no total	91,4%	96,4%	91,6%	93,2%	89,3%	95,9%
Total de municípios do Brasil²	5.563	5.568	5.568	5.568	5.568	5.568

Nota: ¹ excluídos municípios com dados inconsistentes. ² exceto Brasília e Fernando de Noronha.

Outras fontes constantes na publicação são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), a Receita Federal do Brasil (RFB), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) e o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope).

Tabelas e municípios selecionados

A publicação apresenta tabelas com dados sobre a evolução dos principais itens da receita e da despesa desde o ano de 2013 até 2017, com a taxa de variação entre 2017 e 2016 e indicadores de participação na receita total, na receita corrente, receita tributária ou na despesa total.

Para a montagem dessas tabelas foram selecionados 106 municípios. A seleção

incorpora os maiores municípios brasileiros, sendo ao menos dois de cada Estado, dos quais um é a capital. Dessa forma, todas as Unidades da Federação estão representadas. Os estados que possuem uma quantidade maior de municípios com população acima de 200 mil habitantes tiveram mais cidades contempladas na amostra.

As tabelas de evolução contêm os seguintes totais, incluindo as devidas estimativas conforme a metodologia explicada acima:

- das regiões – inclui todos os municípios da região;
- das cidades selecionadas – inclui as 106 cidades selecionadas;
- dos municípios com até 20 mil habitantes;
- das capitais;
- do Brasil – são todos os 5.568 municípios. Não inclui Brasília nem Fernando de Noronha.

Portabilidade salarial BRB

Nada como a tal liberdade,

INCLUSIVE DE TER MAIS BENEFÍCIOS



Já que agora você é livre para levar o seu salário para onde quiser, conte sempre com o maior banco de Brasília. Se você já possui uma conta-corrente no BRB, acesse brb.com.br/campanhas/portabilidade2018, preencha o formulário de portabilidade disponível e entraremos em contato. O BRB já pensou em tudo. Da portabilidade aos benefícios, a gente cuida para você. **SEJA BEM-VINDO AO SEU NOVO BANCO.**

brb.com.br

Instagram: [@brb_bancodebrasilia](https://www.instagram.com/brb_bancodebrasilia) Facebook: [@BRB.BancodeBrasilia](https://www.facebook.com/BRB.BancodeBrasilia) Twitter: [@BRB_oficial](https://twitter.com/BRB_oficial)

BRB TELEBANCO 61 3322 1515 SAC BRB 0800 648 6161

BRB
BANCO DE BRASÍLIA

Deduções da receita

Os valores da receita total e da receita corrente de cada município são apresentados já deduzidos os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), bem como de todas as demais deduções da receita que possam eventualmente constar nas informações contábeis dos municípios.

Os valores recebidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e da quota-parte municipal no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) estão publicados integralmente, sem os descontos do Fundeb.

Os demais subitens das receitas também são publicados integralmente, sem quaisquer deduções. Isso porque os dados obtidos em Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios, divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, até o exercício de 2012, não trazem os valores das deduções de cada item da receita. Desta forma, caso **Multi Cidades** incorporasse as deduções a partir dos dados de 2013, haveria uma descontinuidade da série histórica, o que impossibilitaria a análise temporal.

Receitas e despesas intraorçamentárias

Com o intuito de apresentar dados mais próximos da realidade, **Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil** desconsiderou os valores registrados nas operações intraorçamentárias. Na prática, essa medida visa

a não contabilizar os repasses das prefeituras às suas administrações indiretas, evitando, deste modo, uma superestimação das receitas e despesas públicas. Como essas operações são contabilizadas como despesa para a prefeitura e, subsequentemente, como receita para as autarquias, quando se utiliza dados consolidados se faz necessário expurgar tanto as receitas intraorçamentárias como as despesas entre órgãos.

Existe ainda a possibilidade de alguns municípios terem apresentado, em alguns anos, balanços com as receitas e despesas intraorçamentárias incluídas, mas não discriminadas nas devidas contas. Nesse caso, podem ocorrer variações muito acentuadas de um ano para outro nos dados aqui publicados. Variações muito abruptas nos dados de alguns municípios também podem ser fruto de outros tipos de alterações nos registros contábeis que às vezes ocorrem apenas num determinado ano.

Despesa com pessoal

O conceito de despesa com pessoal utilizado por **Multi Cidades** engloba toda a despesa corrente empenhada com pessoal e encargos sociais, exceto as sentenças judiciais, as de exercícios anteriores e as operações entre órgãos e inclui os gastos com aposentadorias, reformas, pensões e salários-família registrados em outras despesas correntes.

Despesa com investimentos

Multi Cidades considera como despesa com investimentos toda a despesa

empenhada de capital, excluídas as amortizações da dívida e as operações entre órgãos. Inclui, portanto, as inversões financeiras.

Despesa com juros e amortizações da dívida

Os gastos com juros e amortizações da dívida somam toda a despesa corrente empenhada com juros e encargos da dívida e a despesa de capital com amortizações da dívida.

Despesa com custeio

A despesa com custeio utilizada por **Multi Cidades** abrange toda a despesa corrente empenhada, excluídos juros e encargos da dívida, operações entre órgãos e a despesa com pessoal calculada conforme exposto acima.

Sinais convencionais utilizados

Na apresentação das tabelas, quando necessário, utilizaram-se os seguintes sinais convencionais:

- 0 ou 0,0 dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo;
- 0 ou -0,0 dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo;
- dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- ..não se aplica dado numérico;
- ...dado numérico não disponível.

SÃO CAETANO É



PREFEITURA DE
São Caetano do Sul

1º LUGAR NO BRASIL EM SANEAMENTO

- **Nota máxima em:**
- abastecimento de água;
- coleta e tratamento de esgoto;
- coleta e destinação de resíduos sólidos.

Em menos de um ano, o **SAESA** (Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental) resgatou o orgulho de São Caetano do Sul e elevou a cidade da 18ª para a 1ª posição do Brasil no **Ranking ABES** na área de saneamento básico.

Para conquistar esse resultado, o município alcançou **100%** dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, além da coleta de resíduos sólidos e sua destinação adequada.



Fonte: ABES

(Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental).



SAESA

Sistema de Água, Esgoto
e Saneamento Ambiental
SÃO CAETANO DO SUL



RIBEIRÃO PRETO: DESENVOLVIDA, EFICIENTE E GLOBAL

Município coleciona bons índices socioeconômicos, abre as portas para empreendedores e investe em áreas prioritárias como saúde, zeladoria e mobilidade urbana.

Ribeirão Preto é uma cidade multifacetada, que se diferencia por apresentar uma economia dinâmica, proporcionar um padrão de vida elevado e oferecer condições adequadas para quem quer empreender: uma realidade atestada pelos números. O município tem um PIB de R\$ 27,8 bilhões, ocupando o 10º lugar no ranking estadual e a 24ª posição na listagem nacional, superando 15 capitais brasileiras (IBGE).

A cidade ainda é sede de uma região metropolitana que abarca 34 municípios e agrega 1,7 milhão de pessoas, firmando-se como referência regional no segmento de comércio e serviços. De fato, dos R\$ 27,8 bilhões produzidos em Ribeirão Preto em 2015, R\$ 21 bilhões são originários do setor (IBGE). Aliás, se a região fosse um estado brasileiro, o faturamento relacionado ao varejo superaria 14 outras unidades federativas.

Além do comércio aquecido, a indústria e as empresas turbinam a economia local. Neste

cenário, duas vocações se destacam na identidade de Ribeirão Preto: saúde e alimentos, sendo que ambos os nichos contam com um Arranjo Produtivo Local (APL). Na área da saúde, são 70 empresas nos segmentos de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, saúde animal, fármacos e cosméticos. Já o segundo APL é formado pelo Polo Cervejeiro, reunindo seis cervejarias artesanais responsáveis pela produção de 200 mil litros de cerveja por mês. O município oferece as melhores condições para quem quer abrir um negócio: o Sebrae, o Poupatempo e o Banco do Povo formam uma tríade que otimiza a trajetória do empreendedor, orientando o empresariado e diminuindo a burocracia. Além do suporte técnico, a cidade também conta com o Distrito Empresarial de Ribeirão Preto, que recentemente recebeu um investimento de R\$ 20 milhões em infraestrutura para atrair novos projetos.

Já a força do agronegócio aponta que o município tem o solo fértil para quem vive do campo. Anualmente, a cidade sedia a Agrishow, terceira maior feira de tecnologia agrícola do mundo e a mais importante da América Latina: um evento que recebeu 159 mil visitantes e bateu o recorde no volume de negócios em 2018, movimentando um total de R\$ 2,7 bilhões, cifra 22% superior ao ano anterior.

Aliás, se a palavra-chave é tecnologia, Ribeirão Preto também tem know-how neste quesito. Além de acolher importantes instituições de ensino superior, com o Supera Parque – iniciativa fruto de parcerias em diversas esferas – o município se firma como um polo de inovação nas áreas de TI, saúde, biotecnologia e bioenergia, transferindo conhecimento de ponta da maior universidade brasileira para as empresas. E é justamente neste ambiente estratégico para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas que a primeira unidade da Fundação Oswaldo Cruz no Estado de São Paulo vai fincar seus alicerces na cidade, com o objetivo de viabilizar novas pesquisas em ciência e tecnologia em saúde.

Sem dúvida, um município com tantas potencialidades não avança sem investimentos. Ribeirão Preto é a 2ª melhor cidade em Saúde Pública, entre os dez maiores municípios do Estado*. A cidade é um centro de formação reconhecido na área e referência regional em cuidado nas esferas primária, secundária e terciária, com o reforço recente na contratação de funcionários, reestruturação da atenção básica e a diminuição do tempo de espera nos exames laboratoriais.

Também merecem destaque as melhorias em zeladoria urbana, com um amplo programa que

incluiu o recapeamento de 200 quilômetros de vias e a roçada de mais de 34 milhões de m² de canteiros, praças e áreas públicas, o equivalente a 4.795 campos de futebol**. Por fim, a cidade também celebra conquistas na área de mobilidade urbana para ganhar agilidade. Serão investidos R\$ 310 milhões em diversas obras para melhorar a fluidez do trânsito, além de R\$ 137 milhões para saneamento básico. Assim, Ribeirão Preto segue adiante e caminha firme para um futuro com mais desenvolvimento e oportunidades, sempre de portas abertas para quem busca novos desafios. Invista numa cidade que cresce com projetos de vida.

*Segundo pesquisa de opinião realizada pelo instituto Indsat (Indicadores de Satisfação dos Serviços Públicos).
**Entre janeiro de 2017 e julho de 2018.

A cidade em números:

10º PIB estadual e 24º PIB nacional, à frente de 15 capitais (dados mais recentes do IBGE)

13ª posição no Índice dos Desafios da Gestão Municipal – IDGM (Macroplan, 2017)

14ª colocação no Índice de Cidades Empreendedoras (Endeavor Brasil, 2017)

22ª posição entre as melhores cidades para investir (Consultoria Urban Systems, 2017)

22ª cidade mais conectada e inteligente do Brasil (Connected Smart Cities, 2017)



Prefeitos administram 2017 com receitas de 2013

Saída da recessão interrompe queda das receitas municipais. Controle de gastos gera superávit e disponibilidade de caixa, mas os investimentos recuam para níveis de 2005. Fatia dos gastos sociais bate novo recorde na despesa.

I - Receita disponível por esfera de governo

Em 2017, os municípios brasileiros ficaram com 20% da receita disponível do setor público, participação ligeiramente inferior à do ano anterior, que foi de 20,2%. Os estados e a União detiveram 25,1% e 54,9% respectivamente, indicadores muito próximos aos de 2016, sendo que os estados também registraram pequeno recuo e a União um ligeiro aumento. Apesar da pequena intensidade do recuo, de apenas 0,2 pontos percentuais, a queda da participação dos municípios em 2017 rompeu uma sequência de quatro anos seguidos de aumento.

Entende-se por receita disponível o volume de recursos à disposição de cada ente governamental, depois de realizada toda a arrecadação direta das três esferas e de repassadas todas as transferências obrigatórias (constitucionais e legais) de um ente para outro. Simplificadamente, trata-se do montante de recursos que cada esfera de governo efetivamente possui para dar conta de suas atribuições.

O pequeno recuo na participação dos municípios e dos estados no total da receita disponível, em 2017, decorreu da queda do Fundo de

Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE) que, no ano anterior, haviam recebido os recursos extraordinários da Lei da Repatriação (Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016), que instituiu o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT). Como em 2017 a entrada desses recursos extraordinários foi mínima, o FPM e o FPE apresentaram recuo (veja mais sobre o RERCT na seção sobre o FPM na página 58).

Observando-se um período mais longo, de 2000 a 2017, percebe-se que os municípios aumentaram sua representatividade tanto na arrecadação direta quanto na receita disponível. No entanto, durante esse período, o crescimento relativo da arrecadação direta municipal foi mais intenso do que o da sua parcela na receita disponível:

- a arrecadação direta dos municípios passou de 5,7%, em 2000, para 7,4% da Carga Tributária Brasileira (CTB), em 2017, um aumento de 30,6%, enquanto que
- a receita disponível dos municípios passou de 17,5%, em 2000, para 20% da CTB, em 2017, uma expansão de 14,5%.

O crescimento da arrecadação direta como proporção da CTB é resultado de um maior esforço de arrecadação das administrações municipais associado à mudança de perfil da economia brasileira. A modernização e a diversificação da atividade econômica no Brasil trouxe em seu bojo um crescimento mais acelerado do setor de serviços se comparado à expansão do PIB. De 2000 a 2017, enquanto o PIB teve um aumento real de 48,1%, o setor de serviços, excluídos aqueles que não são base de incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) como comunicação e transporte, cresceu 55,3%. Dessa forma, ampliou-se a base de incidência do ISS, que é o maior tributo próprio dos municípios e foi responsável, em grande parte, pelo crescimento da arrecadação direta municipal em relação à CTB.

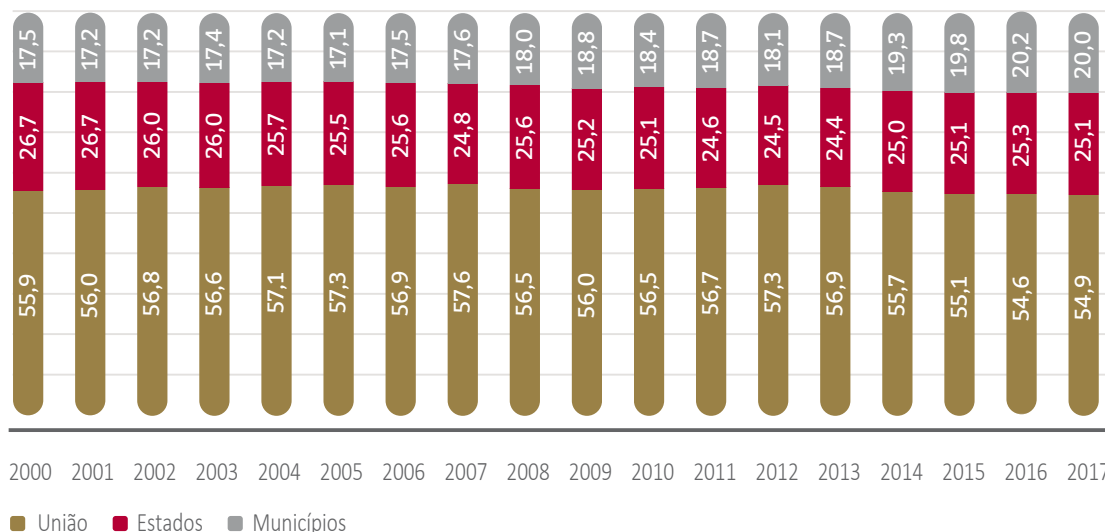
O aprimoramento da legislação e a introdução da tecnologia da informação também foram

fatores importantes para alavancar a arrecadação do ISS. Nesse sentido, vale citar a Lei Complementar nº 116/2003 e nº LC 157/2016, bem como a adoção da nota fiscal eletrônica como meio de recolhimento do ISS, instrumento que se mostrou um grande aliado no combate à sonegação fiscal e favoreceu a arrecadação do imposto.

O aumento da participação da receita disponível dos municípios na CTB, por sua vez, foi resultado, em grande medida, do aumento da fatia da arrecadação federal do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). De 1993 a 2007, o FPM era formado por 22,5% da arrecadação do IR e do IPI. A partir de então, o percentual foi elevado pelas Emendas Constitucionais nº 55/2007 e nº 85/2014 e, atualmente, encontra-se em 24,5% (veja mais na seção sobre o FPM na página 58).

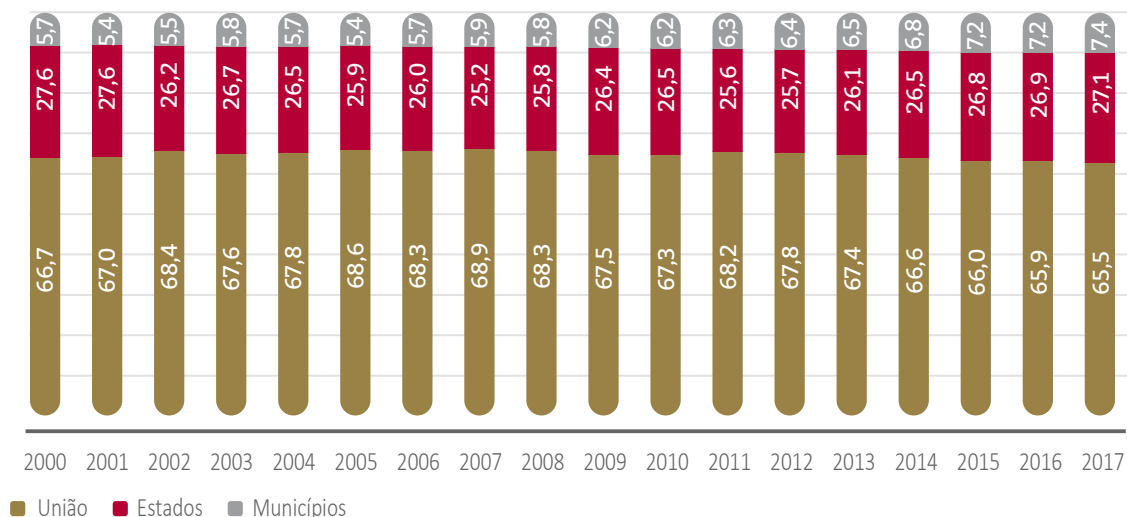
Receita disponível por nível de governo - 2000-2017

em % do total



Arrecadação direta por nível de governo - 2000-2017

em % do total



Elaboração: Kleber Pacheco de Castro. Fonte primária: STN, ANP, Aneel e IBGE.

II – Receitas em 2017

A economia brasileira apresentou uma ligeira melhora em 2017, quando o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu 1%, após dois anos de uma severa recessão, com uma queda acumulada do PIB de 6,9%.

A saída da recessão possibilitou uma reação da receita dos três níveis de governo. Com base nos dados extraídos do portal **Compara Brasil** (www.comparabrasil.com) e da Receita Federal é possível observar que nos dois anos mais agudos da crise econômica a receita total¹ da União recuou 5,7%, em 2015, e 4,7%, em 2016. Em 2017, ela cresceu em 2,5%, excluindo-se os recursos extraordinários provenientes da Lei da Repatriação, tanto em 2016, quanto em 2017. O conjunto dos estados, por sua vez, que havia registrado quedas de 4,3% e 5,4% na receita corrente nos mesmos anos, apresentou aumento de 2,4%, em 2017, também descontando-se os recursos da Lei da

Repatriação. As variações são sempre reais, ou seja, já descontada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A melhora do ambiente econômico também se fez sentir no âmbito municipal, que obteve um desempenho igual ao dos demais níveis de governo. A receita corrente² municipal, que havia encolhido no biênio 2015-2016, em 2,3% e 2,6%, registrou um aumento de 2,1%, quando excluídos os recursos extraordinários advindos da Lei da Repatriação. Ainda assim, a receita corrente municipal ficou abaixo do patamar de 2014, o mais alto da série histórica.

O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) foi instituído com a finalidade de incentivar a regularização de recursos remetidos ou mantidos no exterior ou repatriados indevidamente. Segundo o Portal Brasil, *site* do Governo

² O valor refere-se aos dados de receita de 5.098 municípios obtidos no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), somadas as estimativas realizadas por Multi Cidades (veja Notas metodológicas na página 4).

¹ A receita total da União abrange as receitas previdenciárias e as administradas por outros órgãos.

Federal, foram regularizados cerca de R\$ 169,94 bilhões, sendo que a Receita Federal arrecadou R\$ 46,8 bilhões em impostos e multas (em valores correntes), ao longo de 2016. Do valor arrecadado, cerca de R\$ 11 bilhões foram incorporados ao FPM e, assim, transferidos para os municípios do Brasil todo. Ressalte-se que, em 2017, o Governo Federal realizou a segunda fase do RERCT que, no entanto, arrecadou cerca de R\$ 1,59 bilhão em IR e multas, valor muito aquém do que foi recolhido no primeiro programa em 2016. Desse total, R\$ 600 milhões foram transferidos aos municípios via FPM.

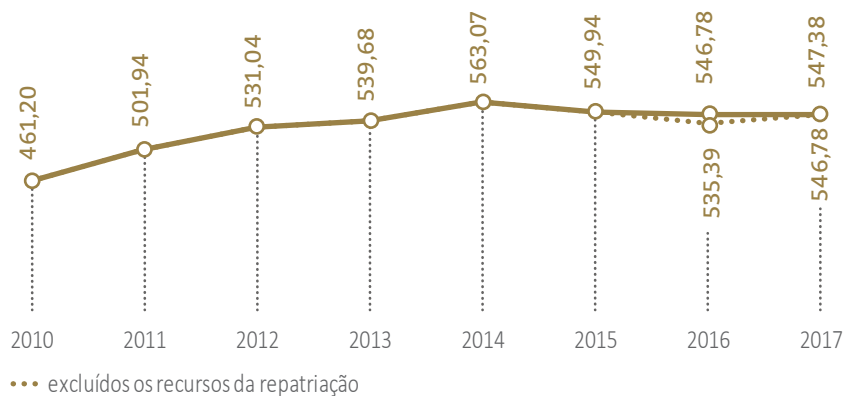
Apesar da ligeira melhora das receitas correntes, o total de recursos movimentado pelos municípios, da ordem de R\$ 560,05 bilhões, ficou no mesmo patamar do ano anterior, também desconsiderados os recursos extraordinários da Lei da Repatriação. A variação de apenas 0,2%, em relação à receita total de 2016, ocorreu em função da forte retração das receitas de capital que caíram quase pela metade (-43,5%) para atingir R\$ 13,42 bilhões, em 2017. A receita total é composta pelas receitas correntes e de capital.

A forte contração das receitas de capital foi resultado do encolhimento das operações de crédito e das transferências de capital voluntárias advindas dos demais níveis de governo.

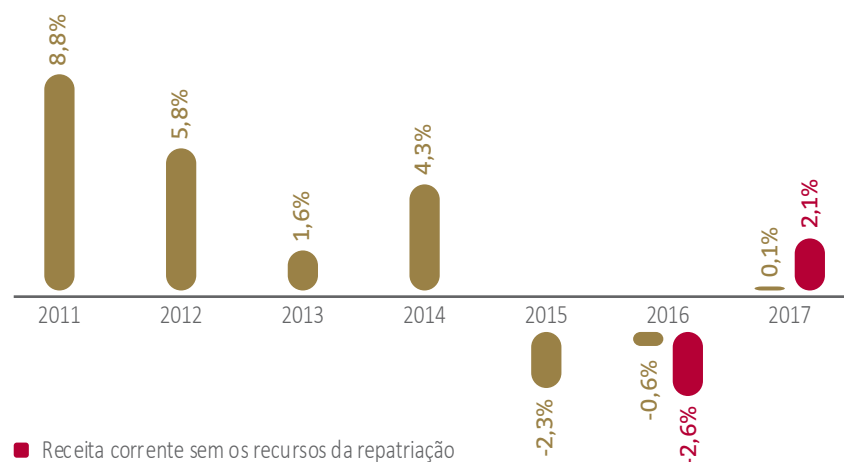
Premidos por uma situação fiscal muito delicada, a União e os estados cortaram drasticamente os recursos voluntários destinados aos municípios para serem aplicados em investimentos. Os balanços municipais revelam que, em 2017, a União lhes transferiu R\$ 5,72 bilhões, valor 38,1% menor do que aquele repassado no ano anterior. Os estados, por sua vez, reduziram em 31,8% a entrega de recursos voluntários que atingiu apenas R\$ 2,13 bilhões.

As receitas de operações de crédito também despencaram de R\$ 7,44 bilhões, em 2016, para R\$ 4 bilhões em 2017, o mais baixo patamar da década,

Evolução da receita corrente em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Taxa de crescimento da receita corrente em relação ao ano anterior

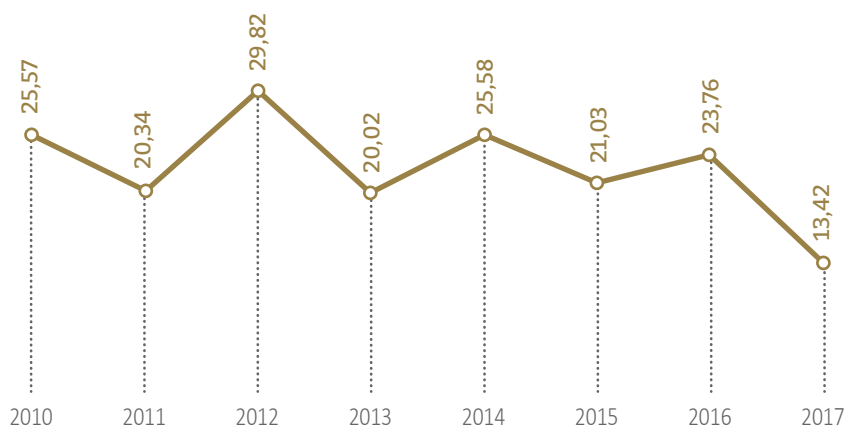


sendo que apenas 15% dos municípios brasileiros tiveram acesso a recursos através de financiamentos. Veja mais sobre as transferências voluntárias e operações de crédito na página 164.

O corte drástico das fontes de financiamento fez com que os investimentos municipais sofressem mais um ano de encolhimento, com queda de 36,1% em 2017 ante ao ano anterior. Depois de três anos seguidos de reduções acentuadas nos investimentos, acumula-se uma série de defasagens e carências na infraestrutura urbana, o que certamente impacta no desenvolvimento das cidades e do país.

Evolução da receita de capital

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Principais itens da receita corrente

FPM - Quando descontados os recursos provenientes da Lei da Repatriação dos anos de 2016 e 2017, o FPM distribuído aos municípios em 2017 apresentou aumento de 4,9%, o melhor desempenho desde 2012. Apesar da boa performance, o valor transferido de R\$ 96,28 bilhões foi muito próximo do realizado em 2011, em valores corrigidos da inflação pelo IPCA.

O bom desempenho do FPM em 2017 baseou-se no aumento da arrecadação federal sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e

o Imposto de Renda (IR), dos quais a parcela de 24,5% compõe o Fundo. Outro fator importante foi a distribuição do adicional de 1% da arrecadação do IR e do IPI, estipulada pela Emenda Constitucional nº 84/2014, que ocorre sempre no mês de julho. O ano de 2017 foi o primeiro de vigência do repasse integral do adicional de 1%. Veja mais sobre o FPM na página 58.

ICMS - A saída da recessão em 2017 marcou o primeiro ano de alta do ICMS transferido pelos estados aos municípios, depois de 2013. Os repasses somaram R\$ 106,47 bilhões, valor 2,6% maior em relação ao ano anterior. Apesar do resultado positivo, os valores de 2017 se igualaram ao valor observado em 2011, ou seja, de seis anos antes.

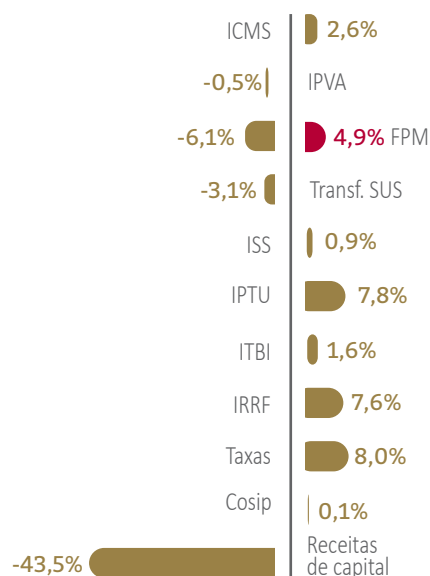
O desempenho setorial da economia brasileira em 2017 favoreceu a evolução do ICMS. Com efeito, sua arrecadação foi influenciada pela expansão da indústria de transformação (1,7%), cujo desempenho superou a média do PIB (1%), e pela aceleração dos preços monitorados de produtos que são importantes bases da arrecadação do ICMS. Esse conjunto de preços, que inclui derivados do petróleo e energia elétrica, subiram 8%, acima da média do IPCA (2,9%).

De modo geral, os pequenos municípios apresentaram resultados melhores se comparados às grandes cidades e capitais brasileiras. O pior desempenho das capitais é reflexo do constante recuo, ano após ano, que vêm sofrendo no rateio do ICMS em seus respectivos estados em função do processo de desconcentração da atividade econômica. Veja mais sobre a QPM-ICMS na página 36.

IPVA - Pelo segundo ano consecutivo as receitas municipais decorrentes das transferências estaduais relativas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sofreram uma ligeira queda em relação ao exercício anterior. Em 2017, o montante de R\$ 20,13 bilhões foi 0,5% menor que em 2016 que, por sua vez, havia registrado uma queda de 0,4% quando comparado com 2015.

Devido à delicada situação fiscal encontrada em diversos estados, desde 2014 vários deles vêm aumentando a carga tributária relativa ao IPVA. Aqueles que não a alteraram e permaneceram com a mesma legislação viram a arrecadação cair devido à queda na venda de veículos novos e ao envelhecimento da frota. Como um grupo compensa a perda ou ganho do outro, na média, o IPVA transferido aos municípios brasileiros vem praticamente repetindo os valores alcançados em 2015, com leves retrações. Veja mais sobre o IPVA na página 48.

Desempenho dos principais itens da receita 2017/2016



■ descontados os valores da Lei da Repatriação do FPM.

ITBI - A saída da recessão também possibilitou uma reação na arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis *Inter-Vivos* (ITBI). Apesar de tímida, a receita cresceu 1,6% em 2017 em relação ao ano anterior, o que equivale a um incremento de R\$ 156,2 milhões, em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2017. Nos dois anos anteriores o recolhimento havia caído 8% e 11,9%. Veja mais sobre o ITBI na página 102.

IPTU - O recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) apresentou excelente desempenho em 2017, quando foram adicionados R\$ 2,52 bilhões aos cofres municipais. Foi o maior acréscimo em valores absolutos dentre todos os tributos municipais e muito próximo dos R\$ 2,72 bilhões adicionados pelo crescimento do ICMS. Ao todo foram recolhidos R\$ 34,61 bilhões, o que corresponde ao aumento de 7,8% em relação aos R\$ 32,09 bilhões arrecadados em 2016, em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2017.

O frustrante desempenho das receitas municipais em 2015 e 2016 em função da crise e a necessidade de continuar garantindo os serviços públicos incentivou as administrações municipais a explorarem melhor o recolhimento do IPTU, através da realização do recadastramento imobiliário, da revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) ou mesmo de ajustes nas alíquotas. Veja mais sobre o IPTU na página 90.

IRRF - O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) atingiu R\$ 16,35 bilhões, em 2017, cifra 7,6% acima da alcançada em 2016, em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2017. Desde 2004 sua receita tem sido crescente, apresentando apenas um recuo em 2009. O IRRF consta no artigo 158, inciso I, da Constituição Federal que diz pertencer aos municípios “o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos

pagos a qualquer título por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem”.

Em 2015, a Receita Federal publicou a Solução de Consulta 166 (Cosit) e a Instrução Normativa nº 1.599 com um novo entendimento sobre a norma Constitucional, no qual os municípios deveriam repassar para a União a parcela relativa aos pagamentos feitos a pessoas jurídicas, podendo continuar a reter apenas a parcela do IR referente aos rendimentos dos servidores e empregados públicos. A partir de então, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), a Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e o Fórum de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras mantiveram exaustivas negociações com o Governo Federal no sentido de pacificar o entendimento. No entanto, a questão teve de ser levada a juízo e, em 25 de outubro de 2018, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) atendeu ao pleito da FNP, mantendo para os municípios a retenção do IR sobre os “rendimentos pagos a qualquer título”.

Taxas - A receita obtida com taxas, de R\$ 8,68 bilhões, atingiu seu maior nível histórico. No entanto, muitos municípios ainda não as cobram, especialmente aquelas que se destinam ao financiamento dos serviços de coleta de lixo e limpeza urbana. A falta da cobrança é um dos obstáculos para que os municípios atendam às exigências ambientais derivadas da Lei Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e ainda reduzam os gastos com problemas de saúde pública causados pelas condições inadequadas de disposição do lixo em seus territórios. Veja mais na página 112.

Cosip - A Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip) permaneceu estável, com arrecadação total de R\$ 8,36 bilhões, em 2017. Porém, se comparado a 2014, sua receita cresceu 29,4%. Embora ainda haja espaço para o aumento da arrecadação, a contribuição

tornou-se uma fonte de recurso importante para o financiamento da manutenção e da modernização da iluminação pública. Veja mais na página 124.

Receita da dívida ativa - Estima-se que o estoque total da dívida ativa seja de R\$ 420,54 bilhões, sendo que cerca de um quarto dele pertence ao município de São Paulo. Do estoque total, os municípios resgataram R\$ 8,25 bilhões, em 2017, o que equivale a R\$ 1,96 recuperado de cada R\$ 100 do estoque da dívida. Os municípios têm se utilizado de meios alternativos à cobrança administrativa e judicial para elevarem sua receita de dívida ativa, dos quais se destacam o protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa e a inscrição do contribuinte no Serasa e no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

Um caminho ainda pouco explorado para monetizar a dívida ativa é a securitização, que nada mais é do que a cessão, por tempo determinado, da receita futura obtida com os créditos inadimplidos, tributários e não tributários. A cessão de direitos creditórios da dívida ativa é objeto do Projeto de Lei do Senado nº 204/2016. Aprovado naquela Casa, o PLS estava em tramitação na Câmara dos Deputados, como PLP 459/2017, em outubro de 2018. O projeto é de extrema importância porque oferece segurança jurídica para operações de securitização, tanto para o investidor como para o cedente. No momento em que as normas contidas no projeto se tornarem lei será possível que novas operações de securitização aconteçam em todo Brasil.

Transferências para o SUS - Os repasses que os municípios recebem dos estados e, principalmente, da União para a manutenção do Sistema Único de Saúde, o qual requer a coparticipação dos três níveis de governo em seu financiamento, foram de R\$ 53,59 bilhões, em 2017. Desse total, 7% são provenientes dos estados e 92% da União.

Principais itens da receita dos municípios brasileiros - 2017-2016

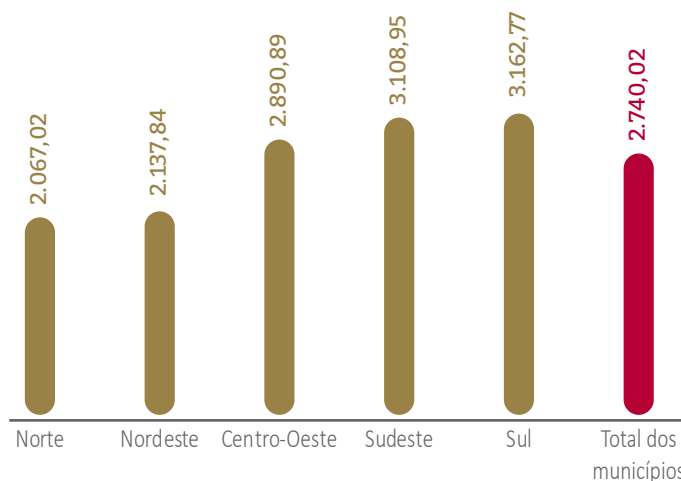
Itens da receita	2016	2017	Variação 2017/2016	Variação 2017/2016	Partic. na rec. total 2017
	em R\$ bilhões			em R\$ bilhões	
Receitas correntes	546,78	547,38	0,1%	0,60	97,6%
ICMS	103,75	106,47	2,6%	2,72	19,0%
IPVA	20,22	20,13	-0,5%	-0,09	3,6%
FPM	103,16	96,88	-6,1%	-6,28	17,3%
Transferência SUS	55,28	53,59	-3,1%	-1,69	9,6%
Receita tributária	119,96	125,04	4,2%	5,09	22,3%
ISS	54,59	55,07	0,9%	0,48	9,8%
IPTU	32,09	34,61	7,8%	2,52	6,2%
ITBI	9,79	9,95	1,6%	0,16	1,8%
IRRF	15,20	16,35	7,6%	1,15	2,9%
Taxas	8,04	8,68	8,0%	0,64	1,5%
Cosip	8,36	8,36	0,1%	0,00	1,5%
Outras receitas correntes	144,41	145,27	0,6%	0,87	25,9%
Receitas de capital	23,76	13,42	-43,5%	-10,34	2,4%
Transferências da União	9,24	5,72	-38,1%	-3,52	1,0%
Transferências dos Estados	3,13	2,13	-31,8%	-0,99	0,4%
Operações de crédito	7,44	4,00	-46,2%	-3,44	0,7%
Outras de receitas de capital	3,95	1,57	-60,4%	-2,39	0,3%
Receita total	570,36	560,66	-1,7%	-9,70	100,0%

Nota: o somatório da receita corrente com a de capital não é exatamente igual a receita total devido às estimativas serem aplicadas em cada um desses itens, separadamente.

Comparado ao ano anterior, houve uma queda de 3,1% no total das transferências para o SUS, em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2017. Em 2016 havia ocorrido um ligeiro aumento real de 1,6%, porém, em 2015, também ocorreu uma forte retração no montante dessa transferência, da ordem de 5,4%. Dessa forma, o montante transferido em 2017 retrocedeu ao nível do valor repassado em 2013. O retrocesso no financiamento do SUS nos municípios está relacionado à crise fiscal pela qual passa a União e os estados.

Receita total per capita por região - 2017

em R\$ - IPCA médio de 2017



Receita per capita e g100

A receita total per capita média dos municípios brasileiros foi de R\$ 2.740,02, em 2017. As regiões do país onde os municípios possuem as maiores médias são Sul e Sudeste, seguidas do Centro-Oeste. Nas regiões Norte e Nordeste, a

receita total per capita ficou abaixo da média nacional. Veja gráfico acima.

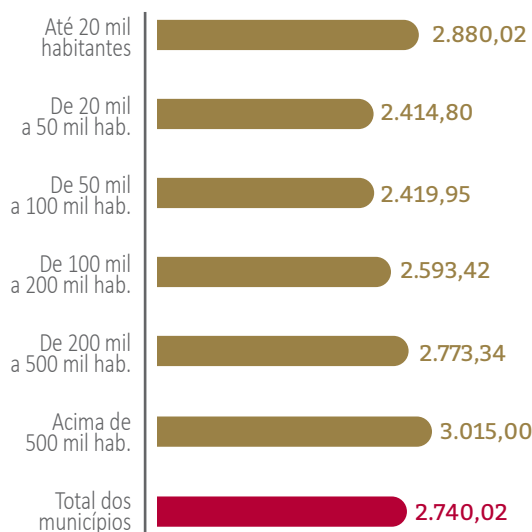
Observados segundo o porte populacional, os valores são maiores nos extremos: nos menores municípios, aqueles com menos de 20

mil habitantes, a receita total per capita foi de R\$ 2.880,02 e nos maiores, aqueles com mais de 500 mil habitantes, foi de R\$ 3.015,00.

Nos pequenos municípios a alta receita por habitante é reflexo dos critérios de repartição do FPM, que distribui proporcionalmente mais aos menores como forma de complementar suas finanças, uma vez que a base tributária para arrecadação própria é muito limitada nessas localidades. Já os grandes municípios são detentores de uma base tributária mais robusta, resultado de uma economia mais ativa e diversificada, o que lhes proporciona maiores receitas tanto através da arrecadação direta quanto pelo recebimento da transferência do ICMS, cuja repartição está diretamente relacionada à produção de riqueza local.

Receita total per capita por faixa populacional - 2017

em R\$ - IPCA médio de 2017



A maioria dos municípios (62,9%) registrou uma receita per capita na faixa entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil, em 2017. Esse grupo concentra 60,2%

da população brasileira, considerando-se os 5.098 municípios com dados fiscais disponíveis na STN (veja mais detalhes nas Notas Metodológicas, na página 4). Outros 19,1% dos municípios trabalham com uma receita anual menor que R\$ 2 mil por habitante e o que chama a atenção é que nessas cidades reside um pouco mais de um quarto da população (27,7%).

Dentre esses últimos, existe um subgrupo constituído por municípios com mais de 80 mil habitantes que, além de possuir uma baixa receita per capita, reúne também alguns dos piores indicadores nas áreas da saúde, educação, segurança pública, emprego, renda e maior presença de pessoas na condição de extrema pobreza. A identificação dessa situação levou a Frente Nacional de Prefeitos, a partir de 2009, a criar o **g100**³, grupo originalmente formado pelos cem municípios de menores receitas per capita entre aqueles com mais de 80 mil habitantes.

Nos 108 municípios que integram o **g100** residiam 20,8 milhões de pessoas em 2015, o que representava 10,3% da população total do país. Estão geralmente localizados em regiões metropolitanas, ao redor das capitais, ou são cidades-polo de regiões economicamente menos desenvolvidas. A receita corrente per capita desse grupo tem sido praticamente a metade da média dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes.

A fragilidade fiscal dos municípios do g100 tem sua origem na forma como se estrutura o sistema tributário e no mecanismo de transferências de recursos entre os níveis de governo. O atual regime de federalismo fiscal brasileiro, construído em meados dos anos 60, não acompanhou as

³ Veja as publicações sobre o "g100 - Municípios Populosos, com Baixa Receita Per Capita e Alta Vulnerabilidade Socioeconômica" em <http://www.fnpp.org.br/publicacoes>.

enormes mudanças na configuração das cidades brasileiras e no perfil socioeconômico da população. O país sofreu mudanças profundas nesses 50 anos e o sistema tributário, que deveria proporcionar o equilíbrio fiscal aos municípios com base no tripé formado pelas competências tributárias próprias, participação no imposto estadual e transferências de receitas da União, ficou desatualizado. Hoje, a distribuição de recursos

entre os municípios desconsidera a diversidade entre eles e, assim, aumenta as disparidades e contribui para a existência de cidades como as do g100, onde reside uma população socioeconomicamente vulnerável e, paradoxalmente, onde o setor público dispõe de pouco mais da metade da receita per capita média dos municípios do país para ofertar os serviços públicos que essa parcela da população tanto precisa.

Número de municípios por faixa de receita total per capita - 2017

Receita total per capita	Nº de municípios	Participação no total de municípios	Participação no total da população
Acima de R\$ 6 mil	241	4,7%	1,2%
Entre R\$ 4 mil e R\$ 6 mil	674	13,2%	10,9%
Entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil	3.208	62,9%	60,2%
Abaixo de R\$ 2 mil	975	19,1%	27,7%
Total de municípios com dados	5.098	100,0%	100,0%

III – Despesas em 2017

Resultado consolidado- Em 2017, o resultado consolidado das contas municipais apresentou um superávit de R\$ 13,35 bilhões, o maior desde 2002, ano em que se inicia a série histórica de dados compilados por **Multi Cidades**. Esse resultado positivo, equivalente a 2,4% da receita municipal, foi possível devido à política de contenção de gastos, notadamente dos investimentos, iniciada dois anos antes e que teve continuidade no primeiro ano de mandato das atuais administrações. Em 2015, primeiro ano da crise econômica, as despesas municipais foram reduzidas em 3,2%, no ano seguinte recuaram 2,5%, para voltar a cair 2% em 2017, quando atingiram R\$ 547,31 bilhões.

Disponibilidade de caixa e restos a pagar -

Dados dos Relatórios de Gestão Fiscal de 1.576 municípios revelam que, depois de uma queda de 9,3% na disponibilidade de recursos não vinculados no caixa das prefeituras em 2016, os

municípios acusaram um aumento expressivo de 32,3%, em 2017, quando os recursos em caixa passaram de R\$ 19,23 bilhões para R\$ 25,45 bilhões, de um ano para o outro.

O estoque de restos a pagar com recursos não vinculados, por sua vez, depois de terem sido reduzidos em 25,8% em 2016, último ano de mandato das administrações anteriores, registraram uma pequena elevação de 4,7%, em 2017, passando de R\$ 18,14 bilhões para R\$ 18,99 bilhões, nesses mesmos anos.

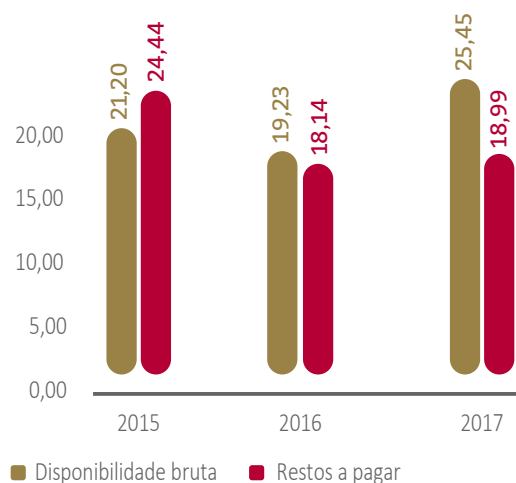
Dessa forma, o resultado dessa amostra, que representa 28% do total dos municípios, indicou uma suficiência financeira⁴ da ordem de R\$ 6,46 bilhões, em 2017, valor seis vezes maior que o de

⁴ A suficiência ou insuficiência financeira é obtida por meio da diferença entre os recursos financeiros disponíveis em caixa, bancos e demais ativos financeiros de curto prazo e os restos a pagar processados e não processados de 2017 e de exercício anteriores.

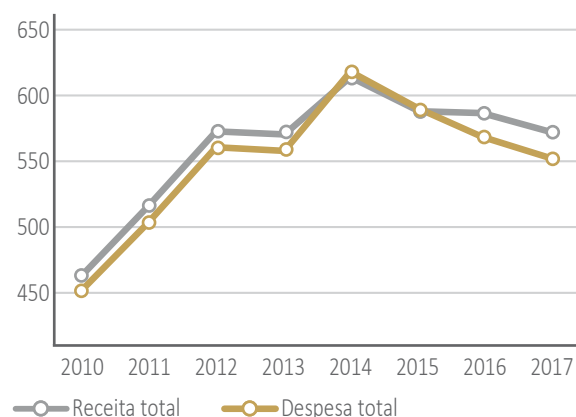
Panorama

2016, de R\$ 1,09 bilhão. A parcela dos municípios da amostra onde a disponibilidade de caixa com recursos não vinculados superavam os restos a pagar e demais obrigações financeiras de curto prazo foi de 57,2%, em 2017.

Disponibilidade de caixa e restos a pagar em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Evolução da receita e da despesa totais em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Despesa por categoria econômica

Investimentos - O investimento foi o item da despesa municipal mais severamente atingido pelo corte de gastos. No período 2010-2014, apesar das oscilações, a média dos investimentos ficou pouco abaixo de R\$ 60 bilhões, em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2017. Em 2015, início da crise econômica, os investimentos recuaram para R\$ 50,25 bilhões e, no ano seguinte, para R\$ 42,68 bilhões. Em 2017, enfim, atingiram a menor cifra dos anos recentes, de R\$ 27,26 bilhões, montante só comparável àquele registrado em 2005. Esse forte recuo fez com que o peso dos municípios no investimento consolidado dos três níveis de governo atingisse 29,1% em 2017, o mais baixo nível da presente década. Porém, observando um período mais longo é possível notar que os municípios dividem com os estados a preponderância do investimento público no Brasil. Considerando os últimos dez anos, eles foram responsáveis por 36,3% dos investimentos, acompanhado de perto pelos estados, com 36,2%. A União, por sua vez, ficou com a fatia de 27,5%.

Todas as fontes de recursos que financiam os investimentos tiveram queda. Os municípios aplicaram menos recursos próprios. A União e os estados, também premidos por uma situação fiscal muito delicada, cortaram drasticamente os recursos voluntários destinados aos municípios para a aplicação em obras de infraestrutura e a aquisição de equipamentos. Ao mesmo tempo, despencou o volume de receita obtido via operações de crédito. Com base em dados colhidos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) e no Capacidade de Pagamento (CAPAG), apenas 21,2% dos municípios brasileiros analisados estariam aptos a concretizar uma operação de crédito, em 2017. Veja mais sobre investimentos na página 162.

Custeio - Também pelo terceiro ano consecutivo os municípios reduziram as despesas com custeio, fazendo com que o volume aplicado em 2017, de R\$ 222,49 bilhões, equivalesse àquele registrado cinco anos antes, em 2012. Diante de níveis de receita ainda bastantes baixos e uma recuperação tímida e incerta da economia, as administrações municipais que assumiram em 2017 deram continuidade à política de corte de gastos que teve início dois anos antes.

O fato de a retração nos custeios de 2017, de 1,7%, ter sido menos intensa que a dos dois anos anteriores pode ser um sinal de que as administrações municipais estão encontrando dificuldades crescentes para cortar mais despesas. Além disso, os seguidos cortes geraram um conjunto de demandas reprimidas que se manifestarão tão logo as receitas municipais apresentem uma trajetória mais consistente de crescimento, pressionando para cima o gasto com custeio. Veja mais sobre custeios na página 154.

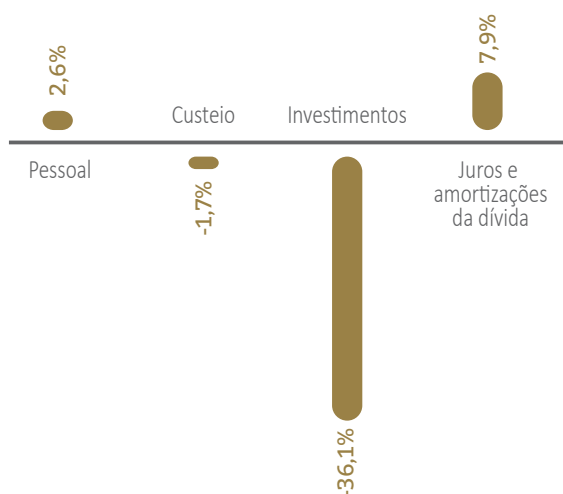
Serviços da dívida - A despesa com juros e amortizações da dívida dos municípios brasileiros, por sua vez, somou R\$ 15,37 bilhões, em 2017, valor 7,9% maior em relação ao ano anterior, quando foram gastos R\$ 14,25 bilhões. A alta ocorreu de maneira generalizada, tanto nas grandes como nas cidades menores. Cabe ressaltar o aumento de 42,1% no Rio de Janeiro, que representou um gasto adicional de R\$ 363,3 milhões em relação a 2016. Excluída a capital fluminense, os municípios brasileiros registraram crescimento de 5,7% com os serviços da dívida. Veja mais na página 178.

Parte desse aumento está relacionado ao parcelamento das dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), estabelecido pela Medida Provisória nº 778, de 16 de maio de 2017,

convertida na Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017. A adesão ao parcelamento ficou condicionada ao pagamento de 2,4% do valor total da dívida, sem reduções, em até seis parcelas iguais e sucessivas, com vencimento até dezembro de 2017. Portanto, o pagamento das parcelas ainda em 2017 contribuiu para o crescimento da despesa com amortizações dos municípios que aderiram ao chamado “Refis Previdenciário”, programa cuja aprovação contou com grande empenho da FNP. Veja mais na página 181.

Pessoal - As despesas com pessoal e encargos sociais dos municípios brasileiros apresentaram aumento de 2,6% em 2017, quando totalizaram R\$ 282,15 bilhões, após dois anos em que ficaram estagnadas. Apesar do baixo crescimento para o conjunto dos municípios, o comprometimento da receita corrente com pessoal manteve sua trajetória ascendente desde 2012, para alcançar 51,5%, em 2017. O controle do gasto com pessoal em momentos de crise econômica é uma tarefa bastante delicada. Enquanto a receita municipal sofre forte influência direta do nível da atividade econômica, crescendo com a expansão dos negócios e encolhendo nos períodos de

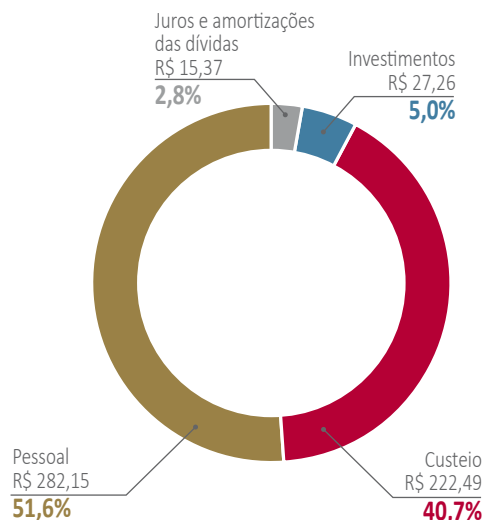
Desempenho dos principais itens da despesa por categoria econômica - 2017/2016



Panorama

depressão, a despesa com pessoal é governada por regras legais que ignoram os ciclos da atividade econômica.

Composição da despesa total - 2017



Despesa por função

Saúde - Após dois anos de quedas consecutivas, o gasto com saúde dos municípios brasileiros em 2017 ficou relativamente estável, com variação positiva de 0,6%, quando atingiu R\$ 139,72 bilhões.

Analisando-se a aplicação das receitas vinculadas às ações e serviços públicos de saúde, observa-se que desde 2002 não houve um só ano em que a destinação dos recursos ficou abaixo do percentual mínimo de 15%. Ao contrário, a cada ano o percentual de aplicação das receitas municipais vinculadas à saúde só aumentou, chegando a 24,2% em 2017, o que representou uma alocação de R\$ 31,12 bilhões acima do mínimo constitucional exigido. Vale ressaltar que o aumento da participação dos municípios no financiamento da saúde pública tem ocorrido sem uma correspondente descentralização dos recursos disponíveis da União. Veja mais sobre saúde na página 212.

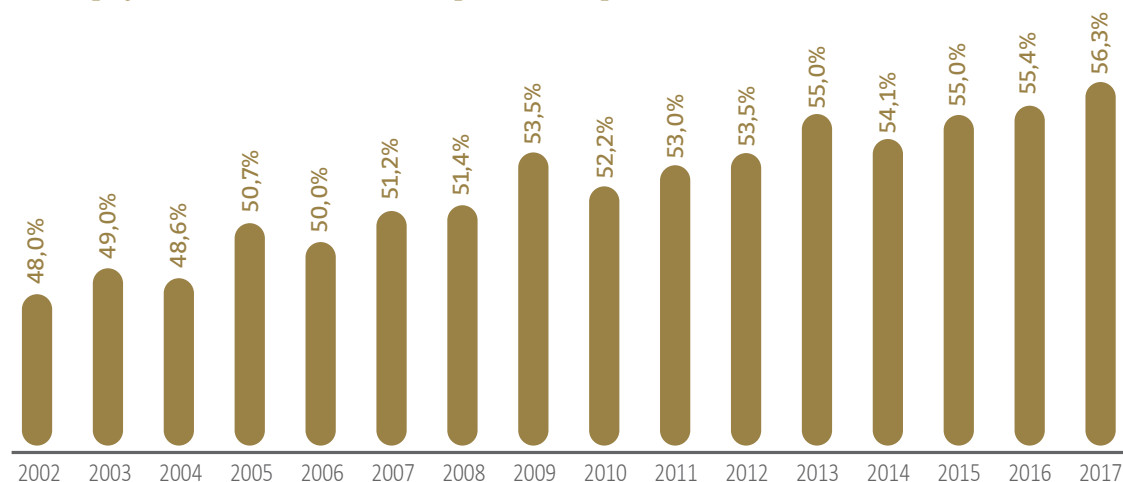
Educação - As despesas com educação dos municípios brasileiros ficou praticamente estável, registrando uma queda real de apenas 0,8%, entre 2016 e 2017, quando passou de R\$ 153,52 bilhões para R\$ 152,26 bilhões, a preços corrigidos da inflação pelo IPCA médio de 2017. Em 2015 e 2016, a despesa com educação já havia tido retrações de 0,7% e 1,9%, respectivamente. Apesar disso, a participação da despesa com educação na despesa total dos municípios, que voltou a crescer a partir de 2015, alcançou seu maior nível histórico, de 27,8%, em 2017.

Nesse mesmo ano houve o ingresso de 255.554 alunos na rede municipal, acentuando o movimento de reversão das quedas nas matrículas que vinham acontecendo desde 2005. Desagregando-se os dados de matrícula por modalidade de ensino, observa-se que tem havido um aumento reiterado na oferta de vagas na Educação Infantil, que já acumula um crescimento de 25% desde 2010. Veja mais na página 198.

Áreas sociais - Em trajetória ascendente desde o início da crise econômica, os recursos aplicados em saúde, educação e assistência social atingiram 56,3% de todo o gasto público dos municípios brasileiros em 2017, uma fatia recorde. O aumento do peso das áreas sociais nos orçamentos municipais nos últimos três anos indica que elas vêm sendo mais preservadas do corte de gastos que se fizeram necessários em função da queda nas receitas em relação a outras áreas. Uma das consequências desse movimento, entretanto, é a limitação crescente que se impõe aos municípios para atuarem em outras funções, tais como em transporte, cultura, jardinagem, limpeza pública, saneamento, iluminação, vigilância, calçamento, pavimentação etc.

Legislativo - A despesa do Poder Legislativo dos municípios brasileiros cresceu 1,1% em 2017, considerando os valores corrigidos pelo IPCA. Foram

Participação das áreas sociais* na despesa municipal



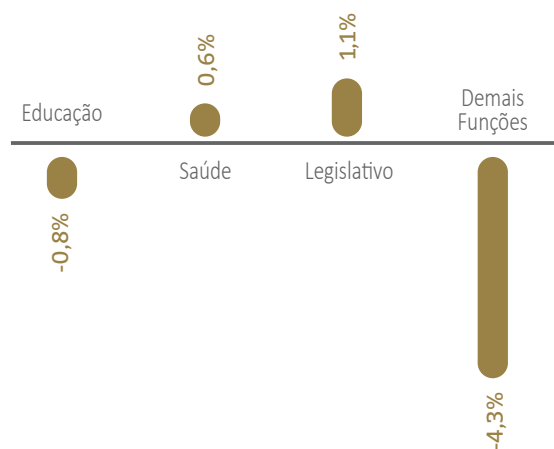
* Educação, saúde e assistência social.

dispendidos R\$ 15,95 bilhões, sendo que, em 2016, a despesa havia sido de R\$ 15,77 bilhões. Esse ligeiro aumento foi puxado pelo comportamento das cidades de menor porte populacional. Para o conjunto dos pequenos municípios, aqueles com até 20 mil habitantes, houve crescimento de 4,7%, o que representou R\$ 163,6 milhões a mais em relação à despesa de 2016. Nas capitais brasileiras ocorreu crescimento médio de 1,7%, em 2017. Esse resultado, entretanto, foi influenciado fundamentalmente pelo desempenho do legislativo do município do Rio de Janeiro, cuja despesa cresceu 4,9%, atingindo R\$ 880,3 milhões.

O modelo de financiamento dos legislativos municipais adotado no Brasil não guarda nenhuma relação com a atividade legislativa propriamente dita. Em nível municipal, o custo para o exercício da atividade parlamentar não é considerado para a determinação dos recursos a serem destinados aos legislativos. Devido a regras constitucionais, o orçamento da câmara é tanto maior quanto maior a receita obtida pelo Poder Executivo. Em 2017, o orçamento médio de uma câmara em municípios

com até 15 mil habitantes foi de R\$ 850,6 mil. Para os municípios entre 15 mil e 30 mil habitantes a média salta para R\$ 1,8 milhão, ou seja, passa a ser 2,2 vezes maior, sendo que de uma faixa populacional para outra foram acrescentados apenas dois vereadores, passando de nove para onze. Veja mais sobre legislativo na página 188.

Desempenho dos principais itens da despesa por função - 2017/2016



Receita total | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Receita total per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %
	17.936.201	Norte	36.798.726,2	39.367.509,3	37.863.247,6	38.350.953,7	37.074.504,6	-3,3	2.067,02
AC	383.443	Rio Branco	742.144,8	846.240,1	822.965,4	822.960,9	774.675,4	-5,9	2.020,31
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	144.183,1	144.586,4	126.033,5	147.669,7
AP	474.706	Macapá	708.801,2	764.284,7	697.001,3	708.342,9	739.377,9	4,4	1.557,55
AP	115.471	Santana	137.585,2	149.703,0	..	1.296,46
AM	2.130.264	Manaus	4.244.969,2	4.662.761,8	4.234.612,2	4.509.232,8	4.115.373,9	-8,7	1.931,86
AM	113.832	Parintins	199.935,0	206.513,5	186.885,6	...	170.324,6	..	1.496,28
PA	1.452.275	Belém	2.787.942,7	2.977.987,1	2.984.409,3	2.792.229,8	2.693.829,3	-3,5	1.854,90
PA	516.057	Ananindeua	605.611,3	640.167,4	633.277,5	584.915,8	634.040,3	8,4	1.228,62
PA	296.302	Santarém	509.589,4	503.960,0	545.493,8	546.254,6	552.707,1	1,2	1.865,35
PA	271.594	Marabá	667.030,9	784.581,0	758.023,1	742.881,8	748.163,6	0,7	2.754,71
RO	519.436	Porto Velho	1.218.592,2	1.262.041,7	1.229.554,9	1.223.721,3	1.216.334,5	-0,6	2.341,64
RO	132.667	Ji-Paraná	228.658,4	238.108,2	232.593,0	232.208,9	236.371,2	1,8	1.781,69
RR	332.020	Boa Vista	843.212,3	971.898,3	1.000.898,8	1.089.972,5	1.084.562,1	-0,5	3.266,56
RR	28.215	Rorainópolis	54.252,7	56.905,2	50.595,0	55.018,8
TO	286.787	Palmas	872.220,6	997.698,5	955.059,6	1.021.243,9	999.480,5	-2,1	3.485,10
TO	175.960	Araguaína	321.790,9	333.951,2	348.058,7	395.159,9	385.006,6	-2,6	2.188,03
	57.251.143	Nordeste	120.277.359,9	127.779.334,9	123.754.421,9	126.240.459,0	122.393.902,2	-3,0	2.137,84
AL	1.029.129	Maceió	1.916.286,5	2.076.201,8	1.958.899,2	1.972.555,7	1.992.749,2	1,0	1.936,35
AL	234.185	Arapiraca	497.000,1	467.940,5	653.653,2	550.436,0	538.022,4	-2,3	2.297,42
BA	2.953.986	Salvador	5.451.252,5	5.932.721,2	5.825.835,4	5.739.953,1	5.639.847,2	-1,7	1.909,23
BA	627.477	Feira de Santana	911.494,1	982.179,8	1.030.481,4	1.003.881,8	1.019.023,7	1,5	1.624,00
BA	348.718	Vitória da Conquista	610.678,7	622.892,6	621.999,6	625.190,9	598.842,7	-4,2	1.717,27
BA	296.893	Camaçari	1.124.269,6	1.100.113,8	1.068.075,7	1.042.029,8	1.014.173,6	-2,7	3.415,96
CE	2.627.482	Fortaleza	5.447.673,9	6.081.247,9	6.194.294,6	6.081.958,8	6.017.206,0	-1,1	2.290,10
CE	362.223	Caucaia	577.909,5	592.918,4	570.215,5	584.345,3	578.304,9	-1,0	1.596,54
CE	270.383	Juazeiro do Norte	419.191,3	459.424,3	460.075,1	508.331,3	615.395,1	21,1	2.276,01
MA	1.091.868	São Luís	2.623.334,7	2.631.305,7	2.668.028,9	2.656.614,7	2.527.442,6	-4,9	2.314,79
MA	254.569	Imperatriz	573.462,5	587.184,4	-5,0	2.191,40
PB	811.598	João Pessoa	1.999.068,6	2.158.014,1	1.967.543,7	1.949.168,6	1.857.619,5	-4,7	2.288,84
PB	410.332	Campina Grande	756.004,6	804.773,3	771.210,9	875.162,9	774.731,0	-11,5	1.888,06
PE	1.633.697	Recife	4.571.040,8	4.899.677,1	4.560.060,9	4.239.830,8	4.352.000,5	2,6	2.663,90
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	1.155.413,0	1.192.295,7	1.101.695,2	1.146.343,9	1.168.519,6	1,9	1.679,01
PE	390.771	Olinda	616.916,0	640.240,5	610.137,7	575.564,2	554.889,7	-3,6	1.419,99
PE	356.128	Caruaru	592.284,0	610.887,6	578.543,3	617.589,5	601.210,0	-2,7	1.688,19
PE	343.219	Petrolina	545.769,5	592.130,9	569.193,7	601.783,7	590.102,9	-1,9	1.719,32
PE	328.353	Paulista	429.929,5	439.512,7	399.834,1	410.427,6	419.711,3	2,3	1.278,23
PI	850.198	Teresina	2.293.723,9	2.383.302,1	2.427.646,8	2.740.669,1	2.455.920,5	-10,4	2.888,65
PI	150.547	Parnaíba	284.787,1	290.590,7	281.964,5	317.782,2	305.182,0	-4,0	2.027,15
RN	885.180	Natal	2.026.390,0	2.365.146,5	1.801.882,1	1.925.128,1	1.895.973,2	-1,5	2.141,91
RN	295.619	Mossoró	591.558,9	603.675,3	541.771,3	528.574,9	518.901,9	-1,8	1.755,31
SE	650.106	Aracaju	1.627.502,8	1.724.440,5	1.689.030,2	1.621.386,1	1.583.873,5	-2,3	2.436,33
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	259.214,2	256.509,7	256.486,9	257.004,9	255.878,5	-0,4	1.406,48
	12.836.463	Centro-Oeste¹	34.228.052,4	36.278.942,7	36.065.100,9	37.654.525,0	37.108.763,1	-1,4	2.890,89
GO	1.466.105	Goiânia	3.664.933,7	3.854.915,8	3.945.151,2	4.167.505,6	4.076.159,2	-2,2	2.780,26
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	890.689,3	891.613,2	995.202,0	1.015.606,2	990.990,9	-2,4	1.828,09
GO	375.142	Anápolis	943.806,9	980.078,9	931.267,7	985.454,9	953.118,7	-3,3	2.540,69
MT	590.118	Cuiabá	1.675.790,7	1.805.140,9	1.916.369,0	1.974.627,3	1.914.457,1	-3,0	3.244,19
MT	274.013	Várzea Grande	467.036,3	444.531,4	490.993,2	519.029,4	516.956,5	-0,4	1.886,61
MS	874.210	Campo Grande	2.942.986,5	3.121.928,1	2.899.004,8	2.838.084,7	3.043.209,0	7,2	3.481,10
MS	218.069	Dourados	...	752.338,8	746.435,6	736.756,9	719.552,0	-2,3	3.299,65
	86.949.714	Sudeste	281.765.968,0	292.199.950,2	282.886.642,8	274.408.536,2	270.322.266,3	-1,5	3.108,95
ES	363.140	Vitória	1.782.503,4	1.868.442,0	1.645.074,2	...	1.486.662,0	..	4.093,91
ES	502.618	Serra	1.120.600,3	1.260.949,3	1.132.265,3	1.098.467,3	1.062.203,0	-3,3	2.113,34
ES	486.388	Vila Velha	957.632,8	973.339,1	900.912,6	891.313,9	848.748,1	-4,8	1.745,00
ES	387.368	Cariacica	667.045,7	676.133,8	617.708,7	576.432,3	560.872,0	-2,7	1.447,90
MG	2.523.794	Belo Horizonte	10.505.973,5	10.325.119,8	9.468.364,0	9.905.221,3	9.048.744,0	-8,6	3.585,37
MG	676.613	Uberlândia	1.770.752,3	1.879.661,6	1.844.801,6	1.921.875,0	1.919.035,1	-0,1	2.836,24
MG	658.580	Contagem	1.517.673,0	1.550.771,2	1.533.222,0	1.546.672,9	1.488.256,5	-3,8	2.259,80

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Receita total per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %	em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	1.362.517,5	1.474.036,4	1.465.312,8	1.453.344,4	1.432.340,6	-1,4	2.540,65
MG	427.146	Betim	1.648.684,3	1.705.110,2	1.547.686,3	1.621.229,2	1.549.851,1	-4,4	3.628,39
MG	402.027	Montes Claros	766.302,7	815.396,0	727.052,3	596.554,3	617.025,9	3,4	1.534,79
MG	328.871	Ribeirão das Neves	357.993,1	399.811,5	390.005,3	382.193,9
MG	328.272	Uberaba	941.813,2	979.157,2	939.053,1	1.028.848,8	1.014.095,3	-1,4	3.089,19
MG	280.901	Governador Valadares	704.711,7	814.941,3	796.236,3	750.187,4	756.870,4	0,9	2.694,44
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	25.309.759,1	26.170.884,3	26.508.274,2	25.517.531,8	21.386.829,0	-16,2	3.280,05
RJ	1.049.826	São Gonçalo	1.169.508,1	1.213.101,9	1.006.287,6	..	958,53
RJ	890.997	Duque de Caxias	2.233.987,8	...	2.216.565,0	2.021.724,4	2.003.851,3	-0,9	2.249,00
RJ	798.647	Nova Iguaçu	1.244.477,7	1.320.483,5	1.279.764,4	1.201.183,6	1.262.401,2	5,1	1.580,67
RJ	499.028	Niterói	1.979.985,0	2.116.459,4	2.154.616,3	2.212.368,1	2.500.353,1	13,0	5.010,45
RJ	495.783	Belford Roxo	691.865,4	715.835,7	626.909,0	593.299,3	565.637,2	-4,7	1.140,90
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	3.082.021,2	3.365.365,2	2.287.814,3	2.177.496,2	1.586.929,7	-27,1	3.236,73
RJ	460.461	São João de Meriti	593.071,1	545.427,8	592.555,6	539.501,7	514.730,0	-4,6	1.117,86
RJ	298.235	Petrópolis	957.408,1	1.002.036,0	934.228,5	865.993,9	878.416,9	1,4	2.945,38
RJ	265.201	Volta Redonda	976.684,6	982.342,7	862.483,6	849.310,5	815.030,2	-4,0	3.073,25
SP	12.106.920	São Paulo	48.295.045,3	48.726.419,8	51.939.688,3	47.110.205,8	49.813.695,3	5,7	4.114,48
SP	1.349.113	Guarulhos	4.216.944,3	4.009.059,1	3.977.061,8	3.781.249,7	3.879.663,9	2,6	2.875,71
SP	1.182.429	Campinas	4.305.200,4	4.479.348,8	4.421.900,3	4.227.342,1	4.170.339,4	-1,3	3.526,93
SP	827.437	São Bernardo do Campo	3.996.575,8	4.067.961,2	3.925.079,8	3.709.670,2	3.498.372,7	-5,7	4.227,96
SP	715.231	Santo André	2.258.849,0	2.373.953,8	2.286.481,0	2.265.794,8	2.234.495,3	-1,4	3.124,16
SP	703.219	São José dos Campos	2.425.478,9	2.690.958,1	2.595.146,4	2.789.481,8	2.511.806,3	-10,0	3.571,87
SP	697.886	Osasco	2.109.350,5	2.151.721,2	2.082.345,5	2.017.881,2
SP	682.302	Ribeirão Preto	2.251.315,0	2.316.224,7	2.282.428,4	2.277.302,7	2.456.512,1	7,9	3.600,33
SP	659.871	Sorocaba	2.237.805,4	2.606.259,8	2.562.775,4	2.505.774,7	2.531.433,6	1,0	3.836,26
SP	462.005	Mauá	997.717,2	978.766,3	956.815,0	907.985,1	897.504,0	-1,2	1.942,63
SP	450.657	São José do Rio Preto	1.419.665,5	1.508.205,4	1.550.990,2	1.448.712,5	1.484.757,1	2,5	3.294,65
SP	434.742	Santos	2.264.319,6	2.374.735,3	2.177.865,7	2.250.460,8	2.252.901,2	0,1	5.182,16
SP	433.901	Mogi das Cruzes	1.231.952,5	1.119.612,7	1.226.275,0	1.285.715,4	1.307.643,0	1,7	3.013,69
SP	417.869	Diadema	1.170.444,7	1.135.910,3	1.148.207,9	...	1.093.560,5	..	2.616,99
SP	409.497	Jundiaí	1.679.434,8	1.793.941,5	1.749.015,0	1.758.391,8	1.813.004,3	3,1	4.427,39
SP	397.322	Piracicaba	1.416.760,4	1.484.867,5	1.434.065,1	1.431.396,3	1.477.804,6	3,2	3.719,41
SP	396.587	Carapicuíba	485.813,8
SP	371.690	Bauru	974.456,5	1.051.342,6	1.020.041,7	1.074.860,9	1.071.383,9	-0,3	2.882,47
29.644.948	Sul	86.410.325,5	93.120.874,7	90.846.623,7	93.703.623,0	93.760.270,9	0,1	3.162,77	
PR	1.908.359	Curitiba	7.513.038,1	7.644.682,7	7.398.334,2	7.491.834,7	7.311.435,7	-2,4	3.831,27
PR	558.439	Londrina	1.412.885,9	1.549.674,2	1.622.005,0	1.644.394,9	1.640.948,6	-0,2	2.938,46
PR	406.693	Maringá	1.172.782,6	1.229.729,4	1.258.817,8	1.275.388,2	1.264.561,1	-0,8	3.109,38
PR	344.332	Ponta Grossa	657.231,9	704.547,2	704.615,1	685.883,9	747.270,8	9,0	2.170,20
PR	319.608	Cascavel	669.941,9	711.355,6	754.059,2	810.221,8	859.205,4	6,0	2.688,31
PR	307.530	São José dos Pinhais	990.177,8	1.054.264,3	1.008.368,5	967.593,2	955.244,1	-1,3	3.106,18
PR	264.044	Foz do Iguaçu	759.280,5	782.759,5	762.687,2	760.708,6	906.130,1	19,1	3.431,74
RS	1.484.941	Porto Alegre	5.731.438,4	6.399.504,8	5.961.118,9	5.814.246,4	5.776.156,5	-0,7	3.889,82
RS	483.377	Caxias do Sul	1.695.395,2	1.734.069,6	1.697.291,2	1.713.004,5	1.619.049,5	-5,5	3.349,45
RS	344.385	Pelotas	757.832,0	795.810,2	783.140,3	881.001,2	886.486,0	0,6	2.574,11
RS	343.853	Canoas	1.173.928,8	1.431.059,8	1.407.159,2	1.415.935,1	1.391.981,1	-1,7	4.048,19
RS	278.445	Santa Maria	561.963,2	582.396,7	549.172,2	562.901,0	573.154,9	1,8	2.058,41
RS	275.146	Gravataí	631.874,0	648.575,3	623.514,6	665.624,9	673.607,6	1,2	2.448,18
RS	253.717	Viamão	340.298,9	402.582,7	400.842,6	438.610,1	398.823,5	-9,1	1.571,92
SC	485.838	Florianópolis	1.464.282,8	1.591.031,8	1.584.362,5	1.640.481,1	1.611.416,0	-1,8	3.316,78
SC	577.077	Joinville	1.719.136,7	1.934.328,3	1.866.574,4	1.927.714,5	1.936.339,1	0,4	3.355,43
SC	348.513	Blumenau	1.187.723,7	1.290.005,4	1.276.933,7	1.325.149,9	1.319.186,2	-0,5	3.785,18
	81.113.137	Cidades selecionadas	238.021.551,4	248.308.830,9	245.214.572,3	239.469.827,0	234.956.777,5	-1,9	2.896,66
	32.224.780	Até 20 mil habitantes	92.237.503,5	98.215.107,8	92.915.827,5	96.080.860,1	92.807.899,8	-3,4	2.880,02
	46.435.866	Capitais	148.259.908,4	154.243.039,2	154.283.464,8	149.114.705,5	145.415.029,6	-2,5	3.131,52
	204.618.469	Brasil¹	559.480.432,0	588.746.611,7	571.416.037,0	570.358.096,9	560.659.707,0	-1,7	2.740,02

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Receita total | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Receita total	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	49.813.695.269,70	12.106.920	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	21.386.828.963,97	6.520.266	2º
3º	MG	Belo Horizonte	9.048.743.951,42	2.523.794	5º
4º	PR	Curitiba	7.311.435.712,86	1.908.359	7º
5º	CE	Fortaleza	6.017.206.006,27	2.627.482	4º
6º	RS	Porto Alegre	5.776.156.500,08	1.484.941	9º
7º	BA	Salvador	5.639.847.241,23	2.953.986	3º
8º	PE	Recife	4.352.000.482,38	1.633.697	8º
9º	SP	Campinas	4.170.339.423,20	1.182.429	13º
10º	AM	Manaus	4.115.373.866,63	2.130.264	6º
11º	GO	Goiânia	4.076.159.191,41	1.466.105	10º
12º	SP	Guarulhos	3.879.663.884,92	1.349.113	12º
13º	SP	São Bernardo do Campo	3.498.372.657,87	827.437	21º
14º	MS	Campo Grande	3.043.208.990,05	874.210	19º
15º	PA	Belém	2.693.829.329,66	1.452.275	11º
16º	SP	Sorocaba	2.531.433.567,03	659.871	30º
17º	MA	São Luís	2.527.442.594,54	1.091.868	14º
18º	SP	São José dos Campos	2.511.806.279,13	703.219	25º
19º	RJ	Niterói	2.500.353.149,06	499.028	42º
20º	SP	Barueri	2.470.105.676,66	267.534	103º
21º	SP	Ribeirão Preto	2.456.512.093,81	682.302	28º
22º	PI	Teresina	2.455.920.523,42	850.198	20º
23º	SP	Santos	2.252.901.161,05	434.742	52º
24º	SP	Santo André	2.234.495.328,47	715.231	24º
25º	RJ	Duque de Caxias	2.003.851.256,77	890.997	17º
26º	AL	Maceió	1.992.749.205,91	1.029.129	16º
27º	SC	Joinville	1.936.339.077,99	577.077	35º
28º	MG	Uberlândia	1.919.035.070,96	676.613	29º
29º	MT	Cuiabá	1.914.457.143,85	590.118	34º
30º	RN	Natal	1.895.973.217,36	885.180	18º
31º	RJ	Macaé	1.879.818.000,83	244.139	113º
32º	PB	João Pessoa	1.857.619.472,38	811.598	22º
33º	SP	Jundiaí	1.813.004.331,29	409.497	57º
34º	PR	Londrina	1.640.948.630,11	558.439	37º
35º	RS	Caxias do Sul	1.619.049.485,79	483.377	47º
36º	SC	Florianópolis	1.611.415.971,28	485.838	46º
37º	RJ	Campos dos Goytacazes	1.586.929.723,86	490.288	44º
38º	SE	Aracaju	1.583.873.479,17	650.106	32º
39º	MG	Betim	1.549.851.147,84	427.146	54º
40º	MG	Contagem	1.488.256.542,81	658.580	31º
41º	ES	Vitória	1.486.662.036,32	363.140	67º
42º	SP	São José do Rio Preto	1.484.757.059,87	450.657	51º
43º	SP	Piracicaba	1.477.804.580,34	397.322	60º
44º	MG	Juiz de Fora	1.432.340.608,76	563.769	36º
45º	RS	Canoas	1.391.981.091,23	343.853	77º
46º	SC	Blumenau	1.319.186.169,50	348.513	73º
47º	SP	Praia Grande	1.310.869.835,60	310.024	85º
48º	SP	Mogi das Cruzes	1.307.642.963,75	433.901	53º
49º	PR	Maringá	1.264.561.060,89	406.693	58º
50º	RJ	Nova Iguaçu	1.262.401.236,79	798.647	23º
51º	SP	Guarujá	1.254.728.960,22	315.563	84º
52º	SP	São Caetano do Sul	1.247.111.167,46	159.608	182º

Posição	UF	Município	Receita total	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	SC	Itajaí	1.224.357.929,39	212.615	140º
54º	RO	Porto Velho	1.216.334.465,37	519.436	39º
55º	SP	Paulínia	1.211.581.084,90	102.499	304º
56º	PE	Jaboatão dos Guararapes	1.168.519.585,64	695.956	27º
57º	SP	Diadema	1.093.560.538,09	417.869	55º
58º	RR	Boa Vista	1.084.562.134,82	332.020	79º
59º	SP	Bauru	1.071.383.926,28	371.690	66º
60º	ES	Serra	1.062.202.996,07	502.618	41º
61º	BA	Feira de Santana	1.019.023.665,72	627.477	33º
62º	BA	Camaçari	1.014.173.553,94	296.893	90º
63º	MG	Uberaba	1.014.095.261,34	328.272	82º
64º	RJ	São Gonçalo	1.006.287.635,01	1.049.826	15º
65º	SP	Taubaté	1.000.383.552,10	307.953	86º
66º	TO	Palmas	999.480.484,24	286.787	94º
67º	GO	Aparecida de Goiânia	990.990.903,43	542.090	38º
68º	SP	Indaiatuba	988.090.838,70	239.602	115º
69º	PA	Parauapebas	963.412.931,21	202.356	148º
70º	PR	São José dos Pinhais	955.244.064,17	307.530	87º
71º	SP	Cubatão	953.844.277,70	128.748	225º
72º	GO	Anápolis	953.118.684,81	375.142	65º
73º	SP	Limeira	952.482.718,67	300.911	88º
74º	RJ	Angra dos Reis	940.735.427,52	194.619	155º
75º	PR	Foz do Iguaçu	906.130.083,75	264.044	106º
76º	SP	Mauá	897.503.976,78	462.005	49º
77º	RS	Pelotas	886.486.037,02	344.385	75º
78º	RJ	Petrópolis	878.416.878,84	298.235	89º
79º	SP	São Vicente	870.928.232,89	360.380	70º
80º	PR	Cascavel	859.205.354,36	319.608	83º
81º	ES	Vila Velha	848.748.148,16	486.388	45º
82º	SP	Santana de Parnaíba	831.973.320,60	131.887	219º
83º	GO	Rio Verde	828.321.719,78	217.048	137º
84º	RJ	Volta Redonda	815.030.164,71	265.201	105º
85º	RS	Novo Hamburgo	810.979.132,81	249.508	111º
86º	SP	Jacareí	794.701.239,23	229.851	127º
87º	PB	Campina Grande	774.731.015,13	410.332	56º
88º	AC	Rio Branco	774.675.424,28	383.443	64º
89º	PR	Araucária	762.262.392,85	137.452	207º
90º	MG	Governador Valadares	756.870.380,49	280.901	95º
91º	RJ	Cabo Frio	754.876.400,48	216.030	138º
92º	SP	Marília	753.271.981,77	235.234	120º
93º	PA	Marabá	748.163.591,82	271.594	101º
94º	PR	Ponta Grossa	747.270.815,53	344.332	76º
95º	SP	Araraquara	743.604.874,35	230.770	126º
96º	AP	Macapá	739.377.907,89	474.706	48º
97º	SP	São Carlos	735.033.286,53	246.088	112º
98º	SP	Rio Claro	729.832.480,39	202.952	147º
99º	MT	Rondonópolis	727.646.760,20	222.316	131º
100º	SP	Cotia	727.394.641,65	237.750	116º

	Total dos 100 maiores	244.884.353.275,16	77.570.432	..
	Total dos demais	315.775.353.766,43	127.048.037	..
	Total Brasil¹	560.659.707.041,59	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Receita total per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2017	Ranking pop. 2017	Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$							em R\$			
1º	ES	Presidente Kennedy	30.333,88	356.180.376,04	11.742	2759º	53º	GO	São João da Paraúna	7.908,59	12.234.583,16	1.547	5544º
2º	SP	Ilhabela	18.367,47	612.628.713,04	33.354	1027º	54º	SC	Macieira	7.884,14	14.183.566,33	1.799	5502º
3º	MG	Serra da Saudade	14.064,02	11.419.984,06	812	5568º	55º	RJ	Quissamã	7.866,88	185.147.125,09	23.535	1504º
4º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	14.054,83	151.412.730,19	10.773	2985º	56º	RS	Montauri	7.847,60	12.124.540,63	1.545	5546º
5º	RN	Guamaré	12.720,06	194.731.461,83	15.309	2265º	57º	SC	Presidente Castello Branco	7.844,22	12.629.186,34	1.610	5531º
6º	SP	Borá	12.598,39	10.570.053,18	839	5567º	58º	TO	Oliveira de Fátima	7.842,93	8.705.651,26	1.110	5565º
7º	BA	São Francisco do Conde	12.081,43	485.915.148,74	40.220	831º	59º	PR	Saudade do Iguaçú	7.840,31	42.714.016,66	5.448	4191º
8º	SP	Paulínia	11.820,42	1.211.581.084,90	102.499	304º	60º	GO	Davinópolis	7.826,91	16.694.798,38	2.133	5428º
9º	MT	Araguainha	10.805,05	10.059.502,93	931	5566º	61º	MS	Taquarussu	7.826,07	27.939.065,12	3.570	4897º
10º	SP	Nova Castilho	10.754,66	13.325.022,79	1.239	5560º	62º	SP	São Caetano do Sul	7.813,59	1.247.111.167,46	159.608	182º
11º	SP	Uru	10.624,39	12.823.643,87	1.207	5563º	63º	SP	Turmalina	7.801,87	14.254.015,77	1.827	5495º
12º	ES	Itapemirim	10.240,14	354.595.448,57	34.628	975º	64º	RS	Nova Boa Vista	7.751,40	14.975.704,91	1.932	5473º
13º	MG	Tapira	9.708,69	45.145.403,00	4.650	4473º	65º	SP	Zacarias	7.738,89	20.399.723,92	2.636	5249º
14º	RS	Engenho Velho	9.700,11	12.998.144,51	1.340	5557º	66º	SP	Santana da Ponte Pensa	7.728,48	12.017.793,93	1.555	5543º
15º	MG	Cachoeira Dourada	9.615,51	25.875.337,22	2.691	5233º	67º	SP	Paulistânia	7.720,10	14.212.699,85	1.841	5493º
16º	MG	Grupiara	9.339,80	13.243.830,50	1.418	5552º	68º	RJ	Macaé	7.699,79	1.879.818.000,83	244.139	113º
17º	RS	Pinhal da Serra	9.251,92	19.466.047,28	2.104	5438º	69º	TO	São Félix do Tocantins	7.688,41	12.078.498,24	1.571	5539º
18º	SP	Barueri	9.232,87	2.470.105.676,66	267.534	103º	70º	SC	Abdon Batista	7.661,54	19.950.652,07	2.604	5263º
19º	PR	Itaipulândia	9.140,78	96.773.406,73	10.587	3025º	71º	RN	Bodó	7.658,28	17.667.662,16	2.307	5369º
20º	RS	Triunfo	8.976,72	253.942.448,13	28.289	1227º	72º	SC	Flor do Sertão	7.652,39	12.197.906,94	1.594	5533º
21º	MG	Araporã	8.903,49	60.312.229,71	6.774	3785º	73º	SP	Flora Rica	7.630,40	11.987.358,56	1.571	5539º
22º	MS	Jateí	8.854,27	35.638.456,53	4.025	4718º	74º	MT	Ponte Branca	7.594,67	11.847.691,83	1.560	5541º
23º	RS	André da Rocha	8.853,56	11.562.749,66	1.306	5559º	75º	MG	Água Comprida	7.588,92	15.618.004,78	2.058	5450º
24º	SC	Santiago do Sul	8.831,22	11.630.715,32	1.317	5558º	76º	SP	São João de Itacema	7.558,50	14.391.376,17	1.904	5480º
25º	MG	Carmo de Minas	8.792,71	130.325.516,90	14.822	2334º	77º	RS	Santo Antônio do Planalto	7.547,54	15.540.392,23	2.059	5448º
26º	GO	Anhanguera	8.779,90	9.886.163,61	1.126	5564º	78º	RS	Muitos Capões	7.543,15	23.806.191,21	3.156	5049º
27º	PR	Jardim Olinda	8.758,17	12.226.409,54	1.396	5555º	79º	SC	Jardinópolis	7.530,59	12.237.208,21	1.625	5529º
28º	MG	Jeceaba	8.746,17	45.558.807,06	5.209	4264º	80º	SC	Marema	7.514,42	14.322.481,17	1.906	5479º
29º	ES	Anchieta	8.735,43	249.361.602,86	28.546	1206º	81º	RS	Porto Vera Cruz	7.496,07	12.563.407,49	1.676	5524º
30º	MG	Cedro do Abaeté	8.639,40	10.445.039,43	1.209	5562º	82º	MG	Doresópolis	7.475,33	11.459.674,59	1.533	5549º
31º	SP	Louveira	8.626,41	396.142.081,27	45.922	718º	83º	SP	Aspásia	7.473,22	13.765.668,76	1.842	5492º
32º	SP	Ilha Comprida	8.505,15	90.630.919,26	10.656	3011º	84º	PR	Alto Paraíso	7.471,20	22.398.669,13	2.998	5112º
33º	SC	Lajeado Grande	8.433,59	12.254.001,46	1.453	5551º	85º	RS	Coqueiro Baixo	7.463,19	11.635.112,14	1.559	5542º
34º	RS	Vista Alegre do Prata	8.422,66	13.568.900,42	1.611	5530º	86º	MS	Paraíso das Águas	7.442,48	39.817.253,09	5.350	4219º
35º	RS	Lagoa dos Três Cantos	8.417,50	13.888.872,61	1.650	5528º	87º	PR	Entre Rios do Oeste	7.420,81	32.696.080,26	4.406	4567º
36º	RS	Pedras Altas	8.387,64	18.184.412,37	2.168	5415º	88º	SP	Cubatão	7.408,61	953.844.277,70	128.748	225º
37º	SP	Monções	8.354,11	18.788.403,77	2.249	5388º	89º	SP	Pedranópolis	7.385,59	18.811.104,87	2.547	5296º
38º	SC	Alto Bela Vista	8.347,59	16.419.713,57	1.967	5463º	90º	RS	Gentil	7.383,18	12.588.318,12	1.705	5519º
39º	RS	União da Serra	8.314,36	11.423.935,15	1.374	5556º	91º	RS	Tupandi	7.361,93	32.922.531,57	4.472	4539º
40º	SC	Piratuba	8.304,83	34.066.404,65	4.102	4680º	92º	SP	Mesópolis	7.359,51	14.174.409,08	1.926	5475º
41º	SC	Paial	8.299,16	13.087.782,81	1.577	5535º	93º	RS	São José do Inhamorá	7.349,19	16.204.965,70	2.205	5405º
42º	PR	Esperança Nova	8.275,24	15.325.752,22	1.852	5488º	94º	RS	Santa Cecília do Sul	7.312,15	12.394.102,53	1.695	5520º
43º	RS	Capão Bonito do Sul	8.213,70	14.439.683,91	1.758	5509º	95º	RS	Carlos Gomes	7.284,43	11.269.018,18	1.547	5544º
44º	PR	São Manoel do Paraná	8.202,18	17.954.582,27	2.189	5410º	96º	GO	Perolândia	7.283,03	22.832.290,53	3.135	5056º
45º	RS	Barra do Rio Azul	8.193,87	15.691.259,79	1.915	5478º	97º	PR	Santa Inês	7.261,78	12.541.100,58	1.727	5515º
46º	MT	Serra Nova Dourada	8.173,69	12.873.558,45	1.575	5537º	98º	RS	Vila Lângaro	7.257,22	15.857.025,96	2.185	5412º
47º	SP	Santa Salete	8.139,83	12.502.778,55	1.536	5547º	99º	PA	Canaã dos Carajás	7.246,55	261.071.453,08	36.027	934º
48º	GO	Lagoa Santa	8.114,79	12.091.044,23	1.490	5550º	100º	RS	São Vendelino	7.236,36	15.587.118,98	2.154	5420º
49º	SP	Fernão	8.089,70	13.679.690,40	1.691	5522º							
50º	SP	Pontes Gestal	7.995,15	20.739.408,94	2.594	5272º							
51º	GO	Rio Quente	7.986,62	32.840.991,77	4.112	4675º							
52º	SP	Rifaina	7.927,54	28.681.849,24	3.618	4871º							
									Total dos 100 maiores	9.140,93	13.036.257.827,45	1.426.142	..
									Total dos demais	2.695,10	547.623.449.214,14	203.192.327	..
									Total Brasil¹	2.740,02	560.659.707.041,59	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Receita corrente | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Receita corrente per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %	em R\$
	17.936.201	Norte	35.464.217,1	37.577.346,6	36.475.873,5	36.326.346,6	36.119.189,9	-0,6	2.013,76
AC	383.443	Rio Branco	713.611,9	786.034,0	769.401,7	767.438,0	728.474,9	-5,1	1.899,83
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	120.741,4	128.768,9	116.830,6	135.662,5
AP	474.706	Macapá	698.208,8	742.641,0	683.430,7	703.383,2	719.942,8	2,4	1.516,61
AP	115.471	Santana	137.585,2	149.251,9	..	1.292,55
AM	2.130.264	Manaus	4.133.330,1	4.501.850,7	4.122.859,2	3.918.122,8	4.080.199,3	4,1	1.915,35
AM	113.832	Parintins	195.710,3	201.096,6	179.709,0	...	169.796,4	..	1.491,64
PA	1.452.275	Belém	2.623.928,6	2.938.320,9	2.856.800,1	2.585.825,1	2.571.020,9	-0,6	1.770,34
PA	516.057	Ananindeua	587.850,3	607.007,9	619.895,8	559.713,5	606.609,5	8,4	1.175,47
PA	296.302	Santarém	508.962,4	503.084,9	542.269,5	540.223,3	543.593,3	0,6	1.834,59
PA	271.594	Marabá	661.234,9	756.978,2	739.491,5	722.699,7	739.991,5	2,4	2.724,62
RO	519.436	Porto Velho	1.203.032,1	1.234.033,6	1.212.594,4	1.222.842,5	1.211.725,6	-0,9	2.332,77
RO	132.667	Ji-Paraná	207.693,2	218.703,0	217.539,3	217.358,3	224.116,6	3,1	1.689,32
RR	332.020	Boa Vista	787.569,4	942.832,2	889.981,9	972.723,3	986.552,2	1,4	2.971,36
RR	28.215	Rorainópolis	53.559,9	46.489,6	46.589,1	48.060,8
TO	286.787	Palmas	837.963,4	976.728,9	928.546,0	980.386,2	969.266,9	-1,1	3.379,74
TO	175.960	Araguaína	309.460,3	321.787,9	333.287,4	373.605,4	369.932,4	-1,0	2.102,37
	57.251.143	Nordeste	116.662.435,9	123.253.477,9	120.218.829,8	122.549.162,1	120.189.623,8	-1,9	2.099,34
AL	1.029.129	Maceió	1.903.564,9	2.050.386,9	1.945.857,0	1.961.215,1	1.988.428,4	1,4	1.932,15
AL	234.185	Arapiraca	480.811,3	465.983,4	635.102,1	517.311,1	532.686,0	3,0	2.274,64
BA	2.953.986	Salvador	5.444.174,7	5.905.088,7	5.747.815,0	5.638.123,5	5.556.460,2	-1,4	1.881,00
BA	627.477	Feira de Santana	902.777,1	961.276,2	995.026,4	973.854,5	993.367,2	2,0	1.583,11
BA	348.718	Vitória da Conquista	595.460,1	605.736,9	601.897,7	598.598,1	584.216,9	-2,4	1.675,33
BA	296.893	Camaçari	1.038.994,4	1.082.380,6	1.039.552,0	1.020.061,7	994.495,0	-2,5	3.349,67
CE	2.627.482	Fortaleza	5.215.048,9	5.759.336,0	6.065.802,8	5.746.003,1	5.806.307,4	1,0	2.209,84
CE	362.223	Caucaia	547.406,7	571.598,1	552.249,3	584.345,3	577.839,3	-1,1	1.595,26
CE	270.383	Juazeiro do Norte	416.265,6	450.150,3	457.313,9	501.495,5	604.291,1	20,5	2.234,94
MA	1.091.868	São Luís	2.615.102,7	2.620.132,3	2.573.363,8	2.594.122,3	2.519.700,5	-2,9	2.307,70
MA	254.569	Imperatriz	549.495,2	581.188,0	553.593,5	-4,7	2.174,63
PB	811.598	João Pessoa	1.952.936,7	2.110.779,0	1.916.623,7	1.915.174,8	1.822.270,8	-4,9	2.245,29
PB	410.332	Campina Grande	735.464,7	792.749,2	756.395,6	851.636,9	756.370,3	-11,2	1.843,31
PE	1.633.697	Recife	4.266.090,0	4.657.458,2	4.282.078,5	4.080.515,2	4.231.534,1	3,7	2.590,16
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	1.103.346,0	1.186.498,4	1.096.438,0	1.123.504,7	1.158.497,8	3,1	1.664,61
PE	390.771	Olinda	580.258,3	602.178,8	582.193,9	551.253,5	546.041,5	-0,9	1.397,34
PE	356.128	Caruaru	585.441,2	587.479,8	565.925,7	599.933,9	591.010,5	-1,5	1.659,55
PE	343.219	Petrolina	525.130,5	581.815,9	561.941,6	587.916,1	579.161,5	-1,5	1.687,44
PE	328.353	Paulista	385.590,9	408.912,3	379.133,7	391.227,5	400.292,4	2,3	1.219,09
PI	850.198	Teresina	2.213.410,3	2.275.262,4	2.313.965,7	2.401.365,9	2.377.367,9	-1,0	2.796,25
PI	150.547	Parnaíba	283.035,4	283.746,1	277.956,7	310.478,8	294.565,4	-5,1	1.956,63
RN	885.180	Natal	2.026.389,8	2.074.923,7	1.792.113,5	1.896.172,7	1.885.606,9	-0,6	2.130,20
RN	295.619	Mossoró	572.832,8	588.554,2	530.746,9	519.052,9	517.395,6	-0,3	1.750,21
SE	650.106	Aracaju	1.570.725,8	1.706.622,3	1.668.483,2	1.591.234,7	1.579.968,8	-0,7	2.430,32
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	244.471,0	252.905,2	252.251,3	250.326,3	253.543,6	1,3	1.393,65
	12.836.463	Centro-Oeste¹	33.143.418,8	35.121.632,1	34.698.371,2	36.359.149,9	36.279.580,2	-0,2	2.826,29
GO	1.466.105	Goiânia	3.656.621,8	3.839.388,9	3.773.633,6	4.102.151,7	4.047.906,6	-1,3	2.760,99
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	772.621,0	822.329,8	874.858,1	927.876,6	945.581,7	1,9	1.744,33
GO	375.142	Anápolis	917.794,2	952.061,9	911.103,3	933.412,9	939.514,7	0,7	2.504,42
MT	590.118	Cuiabá	1.666.558,5	1.769.566,6	1.833.343,5	1.922.212,5	1.871.161,5	-2,7	3.170,83
MT	274.013	Várzea Grande	457.782,7	435.929,3	483.294,1	504.179,4	500.006,2	-0,8	1.824,75
MS	874.210	Campo Grande	2.892.770,9	3.029.754,5	2.816.294,8	2.818.225,7	2.995.420,8	6,3	3.426,43
MS	218.069	Dourados	...	731.951,5	717.114,4	712.999,3	706.559,5	-0,9	3.240,07
	86.949.714	Sudeste	271.780.979,1	278.810.638,6	271.925.699,1	261.995.705,8	264.098.098,9	0,8	3.037,37
ES	363.140	Vitória	1.745.754,2	1.805.217,5	1.620.243,6	...	1.477.413,9	..	4.068,44
ES	502.618	Serra	1.101.008,6	1.199.666,9	1.115.931,9	1.076.540,2	1.053.279,9	-2,2	2.095,59
ES	486.388	Vila Velha	919.267,6	915.216,2	885.211,4	863.852,4	839.646,9	-2,8	1.726,29
ES	387.368	Cariacica	656.154,4	658.008,5	602.539,7	557.025,0	550.066,7	-1,2	1.420,01
MG	2.523.794	Belo Horizonte	8.855.872,6	9.322.732,6	9.033.524,0	9.293.243,8	8.788.188,7	-5,4	3.482,13
MG	676.613	Uberlândia	1.727.984,6	1.832.371,5	1.816.394,3	1.809.988,0	1.871.920,4	3,4	2.766,60
MG	658.580	Contagem	1.493.637,6	1.530.512,0	1.478.603,9	1.442.302,2	1.457.330,4	1,0	2.212,84

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Receita corrente per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %	em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	1.312.903,8	1.383.612,4	1.420.658,1	1.402.506,4	1.366.705,8	-2,6	2.424,23
MG	427.146	Betim	1.633.347,2	1.718.790,4	1.550.761,6	1.541.721,5	1.546.679,1	0,3	3.620,96
MG	402.027	Montes Claros	758.259,2	805.268,8	721.988,9	586.130,3	612.755,2	4,5	1.524,16
MG	328.871	Ribeirão das Neves	345.385,6	370.862,9	372.667,4	369.347,5
MG	328.272	Uberaba	852.491,8	933.630,7	903.402,8	962.457,5	984.481,0	2,3	2.998,98
MG	280.901	Governador Valadares	708.391,9	762.775,7	765.921,5	723.280,7	742.054,2	2,6	2.641,69
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	23.990.038,9	23.379.937,9	23.311.266,4	21.924.473,3	20.178.674,0	-8,0	3.094,76
RJ	1.049.826	São Gonçalo	1.164.252,7	1.201.087,0	990.255,4	..	943,26
RJ	890.997	Duque de Caxias	2.230.967,4	...	2.206.789,5	2.011.563,6	2.002.115,7	-0,5	2.247,05
RJ	798.647	Nova Iguaçu	1.228.677,5	1.301.921,6	1.258.377,9	1.178.473,9	1.258.813,9	6,8	1.576,18
RJ	499.028	Niterói	1.979.955,6	2.112.772,0	2.051.096,8	1.986.925,0	2.381.644,8	19,9	4.772,57
RJ	495.783	Belford Roxo	687.064,0	706.874,3	624.222,6	586.252,6	559.745,0	-4,5	1.129,01
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	3.172.836,4	3.041.275,7	2.052.369,4	1.587.318,7	1.582.869,0	-0,3	3.228,45
RJ	460.461	São João de Meriti	557.640,9	545.427,8	555.795,5	537.674,6	514.123,1	-4,4	1.116,54
RJ	298.235	Petrópolis	947.451,2	976.294,9	899.553,1	860.592,7	866.512,3	0,7	2.905,47
RJ	265.201	Volta Redonda	939.699,3	912.665,0	850.420,7	830.378,4	812.846,3	-2,1	3.065,02
SP	12.106.920	São Paulo	46.564.933,0	47.448.731,8	50.506.913,9	45.705.920,7	48.727.830,5	6,6	4.024,79
SP	1.349.113	Guarulhos	4.121.107,9	3.958.912,9	3.934.463,5	3.740.314,5	3.849.177,4	2,9	2.853,12
SP	1.182.429	Campinas	4.279.906,4	4.452.660,6	4.361.382,2	4.148.077,9	4.000.592,4	-3,6	3.383,37
SP	827.437	São Bernardo do Campo	3.673.508,0	3.677.693,4	3.477.067,8	3.346.959,6	3.259.250,3	-2,6	3.938,97
SP	715.231	Santo André	2.228.354,3	2.305.504,4	2.153.777,4	2.202.973,1	2.215.747,5	0,6	3.097,95
SP	703.219	São José dos Campos	2.323.329,7	2.664.334,7	2.537.004,6	2.547.946,7	2.476.710,2	-2,8	3.521,96
SP	697.886	Osasco	2.062.727,7	2.083.054,6	2.057.689,6	1.981.209,5
SP	682.302	Ribeirão Preto	2.210.860,1	2.268.020,6	2.229.256,5	2.219.457,1	2.395.553,0	7,9	3.510,99
SP	659.871	Sorocaba	2.204.066,2	2.573.175,9	2.483.984,9	2.424.159,2	2.478.638,9	2,2	3.756,25
SP	462.005	Mauá	982.184,8	948.795,4	920.737,9	890.139,1	883.934,5	-0,7	1.913,26
SP	450.657	São José do Rio Preto	1.386.461,8	1.426.984,3	1.451.925,3	1.366.591,5	1.404.667,3	2,8	3.116,93
SP	434.742	Santos	2.201.002,5	2.271.112,1	2.081.023,2	2.175.841,8	2.203.536,6	1,3	5.068,61
SP	433.901	Mogi das Cruzes	1.177.310,3	1.027.434,5	1.172.937,6	1.163.837,6	1.231.953,5	5,9	2.839,25
SP	417.869	Diadema	1.156.179,3	1.119.112,2	1.113.999,9	...	1.084.478,7	..	2.595,26
SP	409.497	Jundiaí	1.668.478,0	1.782.388,6	1.744.058,0	1.748.005,0	1.800.672,9	3,0	4.397,28
SP	397.322	Piracicaba	1.397.671,4	1.468.689,9	1.419.452,8	1.418.822,5	1.442.836,4	1,7	3.631,40
SP	396.587	Carapicuíba	457.274,3
SP	371.690	Bauru	964.850,6	1.040.876,8	1.007.983,7	1.035.420,3	1.032.911,2	-0,2	2.778,96
29.644.948	Sul	82.625.824,2	88.310.541,7	86.623.948,0	89.547.955,7	90.694.882,4	1,3	3.059,37	
PR	1.908.359	Curitiba	7.248.698,6	7.432.068,8	7.252.829,2	7.312.714,9	7.199.936,7	-1,5	3.772,84
PR	558.439	Londrina	1.394.350,3	1.528.790,1	1.562.687,3	1.601.023,5	1.618.701,6	1,1	2.898,62
PR	406.693	Maringá	1.111.371,5	1.195.633,2	1.229.406,2	1.233.841,1	1.253.541,7	1,6	3.082,28
PR	344.332	Ponta Grossa	635.449,3	688.187,0	685.485,5	666.650,4	709.473,2	6,4	2.060,43
PR	319.608	Cascavel	654.099,9	691.038,2	714.520,5	761.095,2	814.539,4	7,0	2.548,56
PR	307.530	São José dos Pinhais	967.246,8	1.018.710,3	994.885,0	950.826,6	922.342,3	-3,0	2.999,19
PR	264.044	Foz do Iguaçu	735.439,9	744.712,1	728.372,5	734.480,0	891.111,0	21,3	3.374,86
RS	1.484.941	Porto Alegre	5.529.723,1	5.927.159,5	5.758.501,5	5.599.588,6	5.572.701,3	-0,5	3.752,81
RS	483.377	Caxias do Sul	1.642.807,3	1.696.616,2	1.641.561,5	1.674.808,8	1.593.737,5	-4,8	3.297,09
RS	344.385	Pelotas	745.377,7	780.900,0	770.593,5	828.057,6	844.700,8	2,0	2.452,78
RS	343.853	Canoas	1.129.353,5	1.334.399,5	1.300.587,1	1.293.654,3	1.360.293,8	5,2	3.956,03
RS	278.445	Santa Maria	533.494,3	571.316,0	539.028,5	553.159,3	565.822,7	2,3	2.032,08
RS	275.146	Gravataí	628.854,1	636.763,5	608.586,7	650.188,3	670.286,8	3,1	2.436,11
RS	253.717	Viamão	339.416,5	395.367,3	399.872,1	435.654,2	394.452,0	-9,5	1.554,69
SC	485.838	Florianópolis	1.434.937,3	1.519.771,6	1.542.771,8	1.567.154,5	1.555.588,1	-0,7	3.201,87
SC	577.077	Joinville	1.672.050,6	1.900.351,4	1.831.864,7	1.895.881,5	1.890.192,2	-0,3	3.275,46
SC	348.513	Blumenau	1.143.530,7	1.255.763,1	1.225.949,2	1.254.884,9	1.257.751,5	0,2	3.608,91
	81.113.137	Cidades selecionadas	229.223.112,9	237.769.591,7	235.108.711,1	227.109.459,2	228.899.043,1	0,8	2.821,97
	32.224.780	Até 20 mil habitantes	87.887.778,9	91.938.192,3	88.458.900,2	91.780.784,1	89.977.081,6	-2,0	2.792,17
	46.435.866	Capitais	141.790.996,9	146.756.760,8	147.219.039,6	140.740.027,9	141.449.649,6	0,5	3.046,13
	204.618.469	Brasil¹	539.676.875,1	563.073.636,8	549.942.721,6	546.778.320,1	547.381.375,1	0,1	2.675,13

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Receita corrente | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Receita corrente	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	48.727.830.548,39	12.106.920	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	20.178.673.960,22	6.520.266	2º
3º	MG	Belo Horizonte	8.788.188.683,01	2.523.794	5º
4º	PR	Curitiba	7.199.936.661,84	1.908.359	7º
5º	CE	Fortaleza	5.806.307.414,62	2.627.482	4º
6º	RS	Porto Alegre	5.572.701.283,00	1.484.941	9º
7º	BA	Salvador	5.556.460.194,48	2.953.986	3º
8º	PE	Recife	4.231.534.090,83	1.633.697	8º
9º	AM	Manaus	4.080.199.337,09	2.130.264	6º
10º	GO	Goiânia	4.047.906.639,45	1.466.105	10º
11º	SP	Campinas	4.000.592.364,88	1.182.429	13º
12º	SP	Guarulhos	3.849.177.392,87	1.349.113	12º
13º	SP	São Bernardo do Campo	3.259.250.323,26	827.437	21º
14º	MS	Campo Grande	2.995.420.794,84	874.210	19º
15º	PA	Belém	2.571.020.852,96	1.452.275	11º
16º	MA	São Luís	2.519.700.505,59	1.091.868	14º
17º	SP	Sorocaba	2.478.638.877,59	659.871	30º
18º	SP	São José dos Campos	2.476.710.188,35	703.219	25º
19º	SP	Barueri	2.430.837.050,03	267.534	103º
20º	SP	Ribeirão Preto	2.395.552.967,96	682.302	28º
21º	RJ	Niterói	2.381.644.848,86	499.028	42º
22º	PI	Teresina	2.377.367.904,86	850.198	20º
23º	SP	Santo André	2.215.747.464,40	715.231	24º
24º	SP	Santos	2.203.536.633,81	434.742	52º
25º	RJ	Duque de Caxias	2.002.115.727,82	890.997	17º
26º	AL	Maceió	1.988.428.379,79	1.029.129	16º
27º	SC	Joinville	1.890.192.229,29	577.077	35º
28º	RN	Natal	1.885.606.927,43	885.180	18º
29º	RJ	Macaé	1.879.818.000,83	244.139	113º
30º	MG	Uberlândia	1.871.920.436,41	676.613	29º
31º	MT	Cuiabá	1.871.161.461,07	590.118	34º
32º	PB	João Pessoa	1.822.270.844,64	811.598	22º
33º	SP	Jundiaí	1.800.672.930,52	409.497	57º
34º	PR	Londrina	1.618.701.562,89	558.439	37º
35º	RS	Caxias do Sul	1.593.737.521,86	483.377	47º
36º	RJ	Campos dos Goytacazes	1.582.869.035,58	490.288	44º
37º	SE	Aracaju	1.579.968.798,49	650.106	32º
38º	SC	Florianópolis	1.555.588.079,68	485.838	46º
39º	MG	Betim	1.546.679.115,85	427.146	54º
40º	ES	Vitória	1.477.413.867,42	363.140	67º
41º	MG	Contagem	1.457.330.387,53	658.580	31º
42º	SP	Piracicaba	1.442.836.443,25	397.322	60º
43º	SP	São José do Rio Preto	1.404.667.312,22	450.657	51º
44º	MG	Juiz de Fora	1.366.705.750,91	563.769	36º
45º	RS	Canoas	1.360.293.827,53	343.853	77º
46º	SP	Praia Grande	1.275.289.240,83	310.024	85º
47º	RJ	Nova Iguaçu	1.258.813.898,01	798.647	23º
48º	SC	Blumenau	1.257.751.470,69	348.513	73º
49º	PR	Maringá	1.253.541.657,46	406.693	58º
50º	SP	São Caetano do Sul	1.240.854.195,73	159.608	182º
51º	SP	Mogi das Cruzes	1.231.953.548,80	433.901	53º
52º	SP	Guarujá	1.221.029.556,58	315.563	84º

Posição	UF	Município	Receita corrente	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	RO	Porto Velho	1.211.725.554,72	519.436	39º
54º	SP	Paulínia	1.210.528.434,63	102.499	304º
55º	SC	Itajaí	1.191.360.112,04	212.615	140º
56º	PE	Jaboatão dos Guararapes	1.158.497.753,49	695.956	27º
57º	SP	Diadema	1.084.478.724,45	417.869	55º
58º	ES	Serra	1.053.279.881,83	502.618	41º
59º	SP	Bauru	1.032.911.178,43	371.690	66º
60º	BA	Camaçari	994.494.962,23	296.893	90º
61º	SP	Taubaté	994.273.801,14	307.953	86º
62º	BA	Feira de Santana	993.367.195,59	627.477	33º
63º	RJ	São Gonçalo	990.255.443,26	1.049.826	15º
64º	RR	Boa Vista	986.552.222,64	332.020	79º
65º	MG	Uberaba	984.480.961,65	328.272	82º
66º	SP	Indaiatuba	980.379.248,02	239.602	115º
67º	TO	Palmas	969.266.885,03	286.787	94º
68º	PA	Parauapebas	962.458.467,96	202.356	148º
69º	SP	Cubatão	951.741.175,72	128.748	225º
70º	GO	Aparecida de Goiânia	945.581.743,31	542.090	38º
71º	GO	Anápolis	939.514.667,50	375.142	65º
72º	SP	Limeira	938.677.878,19	300.911	88º
73º	RJ	Angra dos Reis	938.171.567,92	194.619	155º
74º	PR	São José dos Pinhais	922.342.327,91	307.530	87º
75º	PR	Foz do Iguaçu	891.110.994,96	264.044	106º
76º	SP	Mauá	883.934.537,71	462.005	49º
77º	RJ	Petrópolis	866.512.298,41	298.235	89º
78º	SP	São Vicente	859.428.843,54	360.380	70º
79º	RS	Pelotas	844.700.754,47	344.385	75º
80º	ES	Vila Velha	839.646.862,96	486.388	45º
81º	SP	Santana de Parnaíba	829.404.257,75	131.887	219º
82º	GO	Rio Verde	825.851.291,42	217.048	137º
83º	PR	Cascavel	814.539.425,46	319.608	83º
84º	RJ	Volta Redonda	812.846.348,46	265.201	105º
85º	SP	Jacaré	786.614.945,81	229.851	127º
86º	RS	Novo Hamburgo	783.069.791,07	249.508	111º
87º	PB	Campina Grande	756.370.314,85	410.332	56º
88º	RJ	Cabo Frio	754.876.400,48	216.030	138º
89º	PR	Araucária	748.320.444,77	137.452	207º
90º	SP	Marília	746.024.089,66	235.234	120º
91º	MG	Governador Valadares	742.054.168,90	280.901	95º
92º	PA	Marabá	739.991.507,33	271.594	101º
93º	SP	Araraquara	737.544.288,63	230.770	126º
94º	AC	Rio Branco	728.474.888,65	383.443	64º
95º	SP	São Carlos	728.159.912,49	246.088	112º
96º	SP	Coitía	727.394.641,65	237.750	116º
97º	AP	Macapá	719.942.782,12	474.706	48º
98º	SP	Rio Claro	716.493.613,90	202.952	147º
99º	MT	Rondonópolis	709.687.677,65	222.316	131º
100º	PE	Cabo de Santo Agostinho	709.666.293,97	204.653	146º

	Total dos 100 maiores	238.820.150.757,03	77.430.753	..
	Total dos demais	308.561.224.366,58	127.187.716	..
	Total Brasil¹	547.381.375.123,61	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

Receita corrente per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Receita corrente per capita	Receita corrente	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
1º	ES	Presidente Kennedy	30.313,26	355.938.276,04	11.742	2759º
2º	SP	Ilhabela	18.275,12	609.548.451,30	33.354	1027º
3º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	14.054,83	151.412.730,19	10.773	2985º
4º	MG	Serra da Saudade	13.578,21	11.025.504,06	812	5568º
5º	RN	Guamaré	12.720,06	194.731.461,83	15.309	2265º
6º	SP	Borá	12.467,29	10.460.053,18	839	5567º
7º	SP	Paulínia	11.810,15	1.210.528.434,63	102.499	304º
8º	BA	São Francisco do Conde	11.740,67	472.209.662,95	40.220	831º
9º	MT	Araguainha	10.805,05	10.059.502,93	931	5566º
10º	SP	Nova Castilho	10.731,48	13.296.306,32	1.239	5560º
11º	SP	Uru	10.541,54	12.723.643,87	1.207	5563º
12º	ES	Itapemirim	10.230,02	354.245.289,61	34.628	975º
13º	MG	Tapira	9.708,69	45.145.403,00	4.650	4473º
14º	MG	Cachoeira Dourada	9.585,78	25.795.337,22	2.691	5233º
15º	RS	Engenho Velho	9.515,35	12.750.571,77	1.340	5557º
16º	MG	Grupiara	9.271,39	13.146.830,50	1.418	5552º
17º	RS	Pinhala da Serra	9.089,17	19.123.603,31	2.104	5438º
18º	SP	Barueri	9.086,09	2.430.837.050,03	267.534	103º
19º	RS	Triunfo	8.976,54	253.937.448,13	28.289	1227º
20º	PR	Itaipulândia	8.948,44	94.737.180,90	10.587	3025º
21º	MG	Araporã	8.877,32	60.134.974,10	6.774	3785º
22º	SC	Santiago do Sul	8.780,56	11.563.995,37	1.317	5558º
23º	PR	Jardim Olinda	8.758,17	12.226.409,54	1.396	5555º
24º	ES	Anchieta	8.735,43	249.361.602,86	28.546	1206º
25º	MG	Jeceaba	8.733,20	45.491.233,39	5.209	4264º
26º	MG	Carmo de Minas	8.729,67	129.391.110,39	14.822	2334º
27º	RS	André da Rocha	8.648,00	11.294.290,32	1.306	5559º
28º	SP	Louveira	8.548,20	392.550.224,67	45.922	718º
29º	MS	Jateí	8.517,64	34.283.490,56	4.025	4718º
30º	GO	Inhanguera	8.447,66	9.512.063,61	1.126	5564º
31º	SP	Ilha Comprida	8.371,10	89.202.437,65	10.656	3011º
32º	SC	Lajeado Grande	8.334,63	12.110.212,20	1.453	5551º
33º	RS	Pedras Altas	8.309,57	18.015.141,99	2.168	5415º
34º	RS	Lagoa dos Três Cantos	8.268,85	13.643.602,72	1.650	5528º
35º	MG	Cedro do Abaeté	8.236,56	9.958.005,93	1.209	5562º
36º	SC	Paial	8.216,95	12.958.131,64	1.577	5535º
37º	RS	Capão Bonito do Sul	8.188,10	14.394.683,91	1.758	5509º
38º	PR	Esperança Nova	8.149,92	15.093.652,22	1.852	5488º
39º	RS	Vista Alegre do Prata	8.143,13	13.118.575,42	1.611	5530º
40º	SP	Monções	8.133,26	18.291.703,77	2.249	5388º
41º	SC	Piratuba	8.127,91	33.340.703,17	4.102	4680º
42º	GO	Rio Quente	7.986,62	32.840.991,77	4.112	4675º
43º	SC	Alto Bela Vista	7.895,02	15.529.502,64	1.967	5463º
44º	TO	Oliveira de Fátima	7.842,93	8.705.651,26	1.110	5565º
45º	GO	Davinópolis	7.826,91	16.694.798,38	2.133	5428º
46º	SP	Pontes Gestal	7.824,40	20.296.485,04	2.594	5272º
47º	SP	Fernão	7.814,39	13.214.138,28	1.691	5522º
48º	RS	União da Serra	7.803,86	10.722.507,95	1.374	5556º
49º	SP	Turmalina	7.792,07	14.236.112,77	1.827	5495º
50º	SP	Rifaina	7.785,78	28.168.934,73	3.618	4871º
51º	SP	São Caetano do Sul	7.774,39	1.240.854.195,73	159.608	182º
52º	MS	Taquarussu	7.759,96	27.703.065,29	3.570	4897º

Posição	UF	Município	Receita corrente per capita	Receita corrente	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
53º	RJ	Quissamã	7.723,03	181.761.621,65	23.535	1504º
54º	RJ	Macaé	7.699,79	1.879.818.000,83	244.139	113º
55º	SC	Presidente Castello Branco	7.683,49	12.370.422,06	1.610	5531º
56º	RN	Bodó	7.658,28	17.667.662,16	2.307	5369º
57º	SC	Macieira	7.653,04	13.767.821,69	1.799	5502º
58º	SC	Flor do Serião	7.652,39	12.197.906,94	1.594	5533º
59º	SP	Zacarias	7.608,11	20.054.978,32	2.636	5249º
60º	MT	Serra Nova Dourada	7.583,73	11.944.372,93	1.575	5537º
61º	RS	Nova Boa Vista	7.562,28	14.610.318,34	1.932	5473º
62º	MG	Água Comprida	7.553,45	15.545.004,78	2.058	5450º
63º	PR	Saudade do Iguaçu	7.543,66	41.097.885,62	5.448	4191º
64º	RS	Muitos Capões	7.516,23	23.721.221,21	3.156	5049º
65º	RS	Montauri	7.482,31	11.560.176,04	1.545	5546º
66º	RS	Porto Vera Cruz	7.448,04	12.482.908,44	1.676	5524º
67º	SC	Jardinópolis	7.440,14	12.090.234,15	1.625	5529º
68º	MG	Doresópolis	7.405,82	11.353.124,59	1.533	5549º
69º	GO	Lagoa Santa	7.395,86	11.019.833,96	1.490	5550º
70º	SP	Cubatão	7.392,28	951.741.175,72	128.748	225º
71º	SP	Paulistânia	7.298,34	13.436.252,98	1.841	5493º
72º	SC	Abdon Batista	7.273,71	18.940.752,77	2.604	5263º
73º	SC	Marema	7.269,94	13.856.512,78	1.906	5479º
74º	RS	Santa Cecília do Sul	7.233,62	12.260.987,03	1.695	5520º
75º	MT	Ponte Branca	7.223,24	11.268.260,62	1.560	5541º
76º	PR	Entre Rios do Oeste	7.218,54	31.804.870,72	4.406	4567º
77º	PR	Alto Paraíso	7.214,24	21.628.299,28	2.998	5112º
78º	RS	Coqueiro Baixo	7.199,86	11.224.588,42	1.559	5542º
79º	GO	Perolândia	7.162,57	22.454.647,09	3.135	5056º
80º	SP	São João de Iracema	7.162,08	13.636.607,80	1.904	5480º
81º	PR	São Manoel do Paraná	7.159,38	15.671.888,47	2.189	5410º
82º	SP	Flora Rica	7.154,62	11.239.911,12	1.571	5539º
83º	SP	Mesópolis	7.149,65	13.770.224,16	1.926	5475º
84º	GO	Chapadão do Céu	7.122,08	64.882.175,04	9.110	3244º
85º	MS	Paraíso das Águas	7.120,37	38.093.985,88	5.350	4219º
86º	SP	Santa Salete	7.111,59	10.923.398,40	1.536	5547º
87º	RS	Santo Antônio do Planalto	7.098,66	14.616.140,33	2.059	5448º
88º	RS	Tupandi	7.094,84	31.728.131,57	4.472	4539º
89º	SP	Santana da Ponte Preta	7.086,54	11.019.566,39	1.555	5543º
90º	RS	Barra do Rio Azul	7.076,87	13.552.204,12	1.915	5478º
91º	GO	Cachoeira de Goiás	7.073,56	10.002.008,06	1.414	5553º
92º	RS	Boa Vista do Cadeado	7.053,32	17.816.691,70	2.526	5305º
93º	CE	Guaramiranga	7.046,87	24.995.233,49	3.547	4908º
94º	RS	São Vendelino	7.037,98	15.159.811,87	2.154	5420º
95º	RS	Vila Lângaro	7.006,33	15.308.822,87	2.185	5412º
96º	RS	Gentil	7.004,81	11.943.196,35	1.705	5519º
97º	MG	Rio Doce	6.999,51	18.359.713,24	2.623	5253º
98º	RS	São José do Inhacorá	6.985,09	15.402.128,43	2.205	5405º
99º	PA	Canaã dos Carajás	6.980,29	251.479.045,84	36.027	934º
100º	MT	Itaúba	6.952,15	26.418.170,22	3.800	4809º

	Total dos 100 maiores	9.033,94	12.994.254.267,51	1.438.381	..
	Total dos demais	2.630,12	534.387.120.856,10	203.180.088	..
	Total Brasil¹	2.675,13	547.381.375.123,61	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa total | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Despesa total per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %	em R\$
	17.936.201	Norte	36.289.472,8	40.031.384,3	38.223.117,3	36.694.320,0	36.740.181,4	0,1	2.048,38
AC	383.443	Rio Branco	696.796,9	781.583,7	755.092,7	751.550,6	710.349,6	-5,5	1.852,56
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	138.500,4	146.352,5	127.360,3	147.679,9	131.394,8	-11,0	1.590,31
AP	474.706	Macapá	658.094,1	677.769,5	760.741,1	715.877,1	707.366,0	-1,2	1.490,11
AP	115.471	Santana	133.041,7	163.129,6	...	1.412,73
AM	2.130.264	Manaus	4.066.798,2	4.514.842,5	4.327.492,5	4.327.774,1	4.209.122,9	-2,7	1.975,87
AM	113.832	Parintins	195.129,0	221.555,0	188.101,7	...	180.031,4	...	1.581,55
PA	1.452.275	Belém	2.625.353,8	3.019.829,5	3.011.445,1	2.688.164,0	2.592.186,6	-3,6	1.784,91
PA	516.057	Ananindeua	560.503,1	659.886,8	632.957,5	...	595.682,7	...	1.154,30
PA	296.302	Santarém	513.385,0	551.142,3	591.217,9	579.221,3	573.368,2	-1,0	1.935,08
PA	271.594	Marabá	655.065,9	996.061,9	781.009,6	646.310,6	684.361,5	5,9	2.519,80
RO	519.436	Porto Velho	1.162.833,7	1.209.662,2	1.262.078,9	1.178.866,1	1.162.482,4	-1,4	2.237,97
RO	132.667	Ji-Paraná	198.892,5	219.619,8	223.097,1	219.575,1	218.605,1	-0,4	1.647,77
RR	332.020	Boa Vista	712.719,7	1.044.536,5	1.035.186,9	957.776,3	1.019.476,9	6,4	3.070,53
RR	28.215	Rorainópolis	55.536,4	68.047,2	64.780,2	56.872,1
TO	286.787	Palmas	756.413,7	938.772,8	898.012,3	902.126,4	915.098,9	1,4	3.190,87
TO	175.960	Araguaína	308.353,7	322.943,3	332.106,3	359.224,4	369.692,4	2,9	2.101,00
	57.251.143	Nordeste	121.538.946,8	131.530.658,5	126.368.190,6	123.383.712,4	122.148.804,8	-1,0	2.133,56
AL	1.029.129	Maceió	2.041.399,1	2.167.976,5	2.025.712,2	2.064.104,2	2.094.580,9	1,5	2.035,29
AL	234.185	Arapiraca	508.494,4	546.815,9	629.815,4	618.746,7	520.737,2	-15,8	2.223,61
BA	2.953.986	Salvador	5.054.885,5	5.655.128,1	5.760.715,9	5.564.347,7	5.389.301,4	-3,1	1.824,42
BA	627.477	Feira de Santana	949.156,6	1.101.566,6	1.084.369,8	1.011.943,3	1.025.689,9	1,4	1.634,63
BA	348.718	Vitória da Conquista	619.555,1	646.994,0	635.006,9	625.634,5	605.294,5	-3,3	1.735,77
BA	296.893	Camaçari	1.063.612,2	1.127.539,0	1.103.400,1	974.593,9	923.672,4	-5,2	3.111,13
CE	2.627.482	Fortaleza	5.873.710,0	6.244.931,9	6.175.320,8	5.896.667,9	6.095.705,3	3,4	2.319,98
CE	362.223	Caucaia	517.732,8	592.441,2	635.808,1	547.992,9	530.875,1	-3,1	1.465,60
CE	270.383	Juazeiro do Norte	397.512,3	455.216,1	426.727,2	461.371,3	502.562,2	8,9	1.858,70
MA	1.091.868	São Luís	2.678.855,3	2.757.653,9	2.680.312,8	2.616.856,4	2.454.971,0	-6,2	2.248,41
MA	254.569	Imperatriz	610.348,0	588.646,7	564.798,2	-4,1	2.218,64
PB	811.598	João Pessoa	2.054.647,1	2.153.594,5	1.992.897,6	1.764.193,9	1.847.999,6	4,8	2.276,99
PB	410.332	Campina Grande	797.857,3	841.230,7	842.938,6	846.740,3	851.553,4	0,6	2.075,28
PE	1.633.697	Recife	4.494.157,9	4.810.275,3	4.629.850,5	4.083.315,3	4.140.511,3	1,4	2.534,44
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	1.185.661,7	1.203.048,5	1.133.573,6	1.088.319,7	1.058.748,3	-2,7	1.521,29
PE	390.771	Olinda	608.169,5	659.748,5	640.921,3	569.372,3	541.782,2	-4,8	1.386,44
PE	356.128	Caruaru	573.865,1	663.328,3	641.926,0	583.968,9	594.569,4	1,8	1.669,54
PE	343.219	Petrolina	565.185,3	569.908,4	580.439,0	596.678,1	562.900,0	-5,7	1.640,06
PE	328.353	Paulista	418.788,1	482.672,8	456.785,7	427.135,1	410.566,8	-3,9	1.250,38
PI	850.198	Teresina	2.249.512,4	2.418.312,9	2.442.641,0	2.596.409,5	2.558.777,9	-1,4	3.009,63
PI	150.547	Parnaíba	305.415,2	306.523,5	304.396,4	294.132,4	311.385,7	5,9	2.068,36
RN	885.180	Natal	1.933.634,4	2.662.085,8	2.024.961,2	2.005.578,0
RN	295.619	Mossoró	600.988,5	620.617,5	604.334,2	568.662,1	519.898,8	-8,6	1.758,68
SE	650.106	Aracaju	1.586.110,7	1.686.243,6	1.691.648,4	1.566.317,3	1.417.745,1	-9,5	2.180,79
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	256.250,0	263.202,1	266.577,1	258.681,0	257.530,3	-0,4	1.415,56
	12.836.463	Centro-Oeste¹	33.813.848,9	36.209.082,3	35.762.340,1	36.022.456,7	35.415.638,0	-1,7	2.758,99
GO	1.466.105	Goiânia	4.054.318,6	4.046.443,6	4.140.501,3	4.173.998,1	3.987.367,3	-4,5	2.719,70
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	889.561,5	898.993,1	931.953,3	942.714,0	881.665,5	-6,5	1.626,42
GO	375.142	Anápolis	945.132,3	969.900,9	941.665,0	1.032.883,4	969.377,6	-6,1	2.584,03
MT	590.118	Cuiabá	1.623.404,6	1.772.999,1	1.820.554,8	1.905.610,5	1.919.239,5	0,7	3.252,30
MT	274.013	Várzea Grande	456.655,1	436.219,4	431.978,0	479.570,1	518.073,7	8,0	1.890,69
MS	874.210	Campo Grande	2.916.688,7	3.208.481,7	3.154.662,7	2.902.399,2	3.032.951,9	4,5	3.469,36
MS	218.069	Dourados	698.108,4	696.517,6	715.676,4	679.716,3	684.908,3	0,8	3.140,79
	86.949.714	Sudeste	277.486.795,8	294.875.148,0	284.746.771,6	274.434.436,1	265.582.518,8	-3,2	3.054,44
ES	363.140	Vitória	1.856.530,3	1.829.562,1	...	1.395.123,2	1.428.745,0	2,4	3.934,42
ES	502.618	Serra	1.092.241,3	1.211.982,1	...	1.094.766,2	1.058.379,3	-3,3	2.105,73
ES	486.388	Vila Velha	880.731,8	941.022,7	856.689,3	857.736,5	771.825,3	-10,0	1.586,85
ES	387.368	Cariacica	579.407,4	638.143,3	623.497,7	544.494,2	516.508,5	-5,1	1.333,38
MG	2.523.794	Belo Horizonte	10.860.780,3	10.511.910,1	9.572.735,7	8.702.196,0	9.304.661,5	6,9	3.686,78
MG	676.613	Uberlândia	1.706.914,1	1.818.387,1	1.992.400,9	1.934.290,9	1.910.530,4	-1,2	2.823,67
MG	658.580	Contagem	1.489.377,0	1.536.818,5	1.533.091,7	1.444.825,9	1.510.307,6	4,5	2.293,28

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Despesa total per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %	em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	1.382.592,2	1.549.660,6	1.498.748,8	1.468.377,3	1.481.866,3	0,9	2.628,50
MG	427.146	Betim	1.517.873,2	1.556.442,0	1.461.957,3	1.474.713,7	1.327.454,5	-10,0	3.107,73
MG	402.027	Montes Claros	761.420,0	845.630,1	868.959,1	638.408,6	537.968,3	-15,7	1.338,14
MG	328.871	Ribeirão das Neves	377.648,7	429.066,6	402.103,1	373.317,5	378.534,5	1,4	1.151,01
MG	328.272	Uberaba	914.826,2	994.108,7	954.025,5	950.759,6	942.375,7	-0,9	2.870,72
MG	280.901	Governador Valadares	721.269,6	841.623,7	831.705,7	750.213,7	734.962,8	-2,0	2.616,45
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	25.397.931,4	26.747.640,7	27.528.249,7	26.117.228,5	22.516.637,5	-13,8	3.453,33
RJ	1.049.826	São Gonçalo	1.098.966,4	1.231.335,0	981.181,9	...	934,61
RJ	890.997	Duque de Caxias	2.208.568,1	2.488.240,3	2.500.004,4	2.507.808,0	2.371.514,3	-5,4	2.661,64
RJ	798.647	Nova Iguaçu	1.440.731,4	1.561.592,9	1.504.456,9	1.410.561,0	1.319.924,9	-6,4	1.652,70
RJ	499.028	Niterói	1.879.262,4	2.044.462,8	2.116.722,7	2.288.012,5	2.340.700,7	2,3	4.690,52
RJ	495.783	Belford Roxo	699.348,8	726.471,6	664.839,2	673.196,5	599.754,8	-10,9	1.209,71
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	2.934.948,7	3.110.320,2	2.234.918,8	2.989.650,6	1.633.961,6	-45,3	3.332,66
RJ	460.461	São João de Meriti	642.795,3	623.256,2	606.946,3	582.867,4	602.455,7	3,4	1.308,38
RJ	298.235	Petrópolis	937.590,9	1.026.550,8	962.980,6	893.389,4	884.557,5	-1,0	2.965,97
RJ	265.201	Volta Redonda	1.116.240,8	1.109.603,8	925.820,0	802.332,1	824.824,7	2,8	3.110,19
SP	12.106.920	São Paulo	49.165.073,5	51.258.767,0	50.750.953,0	49.078.352,9	49.429.077,3	0,7	4.082,71
SP	1.349.113	Guarulhos	4.383.937,8	4.195.986,7	4.149.127,7	3.613.996,1	3.952.000,1	9,4	2.929,33
SP	1.182.429	Campinas	4.194.103,0	4.451.145,8	4.534.426,4	4.466.062,8	4.519.793,2	1,2	3.822,46
SP	827.437	São Bernardo do Campo	4.030.979,0	4.163.310,0	3.922.634,2	3.740.328,1	3.360.155,7	-10,2	4.060,92
SP	715.231	Santo André	2.297.830,1	2.499.847,6	2.393.157,1	2.323.600,2	2.151.738,0	-7,4	3.008,45
SP	703.219	São José dos Campos	2.386.727,6	2.490.333,2	2.457.371,5	2.644.699,9	2.307.384,2	-12,8	3.281,17
SP	697.886	Osasco	2.045.850,1	2.286.198,6	2.128.489,3	2.020.492,3	1.944.645,9	-3,8	2.786,48
SP	682.302	Ribeirão Preto	2.300.815,5	2.322.178,6	2.327.469,6	2.467.117,3	2.313.078,0	-6,2	3.390,11
SP	659.871	Sorocaba	2.101.414,9	2.423.187,1	2.416.376,0	2.374.195,7	2.201.388,7	-7,3	3.336,09
SP	462.005	Mauá	990.656,0	987.317,1	955.603,2	1.057.163,9	910.337,9	-13,9	1.970,41
SP	450.657	São José do Rio Preto	1.484.567,1	1.434.765,6	1.586.803,0	1.456.754,6	1.414.645,2	-2,9	3.139,07
SP	434.742	Santos	2.175.104,7	2.316.817,7	...	2.257.906,8	2.193.068,0	-2,9	5.044,53
SP	433.901	Mogi das Cruzes	1.182.976,5	998.931,4	1.174.918,3	1.322.412,7	1.288.348,7	-2,6	2.969,22
SP	417.869	Diadema	1.126.696,8	1.179.037,2	1.119.845,9	1.176.189,4	1.167.895,8	-0,7	2.794,89
SP	409.497	Jundiaí	1.686.651,2	1.718.832,2	1.754.363,2	1.836.221,6	1.733.892,4	-5,6	4.234,20
SP	397.322	Piracicaba	1.329.531,3	1.469.840,0	1.519.381,4	1.478.192,2	1.493.344,4	1,0	3.758,52
SP	396.587	Carapicuíba	572.529,1	529.209,0	574.391,4	535.492,5
SP	371.690	Bauru	951.427,7	998.178,8	985.149,3	1.006.308,2	1.023.923,6	1,8	2.754,78
29.644.948	Sul	81.988.974,3	89.013.854,7	87.418.930,4	87.704.361,8	87.418.675,1	-0,3	2.948,86	
PR	1.908.359	Curitiba	7.569.155,2	7.295.043,5	7.055.906,6	6.765.873,7	7.069.913,2	4,5	3.704,71
PR	558.439	Londrina	1.457.760,9	1.531.650,1	1.657.344,9	1.701.077,8	1.688.936,9	-0,7	3.024,39
PR	406.693	Maringá	1.128.750,4	1.159.836,6	1.213.445,2	1.222.049,8	1.203.124,7	-1,5	2.958,31
PR	344.332	Ponta Grossa	657.656,8	674.841,9	710.581,9	701.449,6	750.895,5	7,0	2.180,73
PR	319.608	Cascavel	582.019,9	653.644,0	706.393,3	791.951,4	747.913,1	-5,6	2.340,09
PR	307.530	São José dos Pinhais	850.169,6	955.187,3	935.879,3	904.464,3	859.349,9	-5,0	2.794,36
PR	264.044	Foz do Iguaçu	663.944,8	785.554,2	725.152,2	684.404,6	838.337,1	22,5	3.174,99
RS	1.484.941	Porto Alegre	5.929.793,2	6.072.986,8	5.706.470,5	5.779.418,3	5.607.336,2	-3,0	3.776,13
RS	483.377	Caxias do Sul	1.600.578,7	1.711.936,0	1.723.728,8	1.653.624,1	1.566.526,8	-5,3	3.240,80
RS	344.385	Pelotas	727.902,7	746.115,1	800.662,6	817.466,3	868.261,0	6,2	2.521,19
RS	343.853	Canoas	1.295.972,3	1.389.592,7	1.348.538,4	1.471.174,8	1.334.132,5	-9,3	3.879,95
RS	278.445	Santa Maria	521.137,4	527.221,6	516.527,7	538.506,4	547.651,8	1,7	1.966,82
RS	275.146	Gravataí	620.686,9	669.608,2	629.572,7	649.878,1	663.354,1	2,1	2.410,92
RS	253.717	Viamão	313.975,0	367.528,7	368.584,4	351.951,3	374.273,0	6,3	1.475,16
SC	485.838	Florianópolis	1.461.686,4	1.674.623,1	1.725.510,7	1.767.763,6	1.685.544,8	-4,7	3.469,36
SC	577.077	Joinville	1.460.928,7	1.575.867,5	1.627.477,2	1.625.862,5	1.703.557,3	4,8	2.952,05
SC	348.513	Blumenau	1.160.416,9	1.276.358,0	1.303.221,1	1.322.239,7	1.344.341,8	1,7	3.857,36
	81.113.137	Cidades selecionadas	237.874.195,4	250.971.622,8	246.854.621,4	239.473.257,7	232.704.776,2	-2,8	2.868,89
	32.224.780	Até 20 mil habitantes	90.380.055,9	98.543.271,6	92.420.487,5	91.767.325,9	90.724.077,4	-1,1	2.815,35
	46.435.866	Capitais	149.481.284,6	157.161.656,9	154.667.857,5	148.267.888,9	145.152.369,6	-2,1	3.125,87
	204.618.469	Brasil¹	551.118.038,6	591.660.127,9	572.519.349,9	558.239.287,0	547.305.818,1	-2,0	2.674,76

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.



SANASA 2018. HÁ 44 ANOS, NOSSA VIDA É INOVAR.

Tudo começou em 28 de agosto de 1974, quando foi fundada a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento - Sanasa Campinas. Hoje, a empresa se tornou uma das referências no saneamento mundial, apontada inclusive pela Revista Saneamento Ambiental como a maior empresa de saneamento do Brasil. Veja alguns números que comprovam a eficácia da inovação em favor da saúde da população.

- 99,8% da população abastecida com água potável
- 95% de capacidade instalada de tratamento de esgoto
- 90% do esgoto tratado
- 93,4% de coleta e afastamento de esgoto

Hoje, são cinco estações de tratamento de água, ETAS 1 e 2, ETAS 3 e 4 em Sousas e a ETA Capivari, que juntas entregam para 99,8% da população uma das melhores águas do Brasil. Outro dado importante: a Sanasa foi uma das primeiras cidades do Brasil a adicionar flúor na água, o que resultou numa sensível diminuição na incidência de cárie na população.

SANASA. 1º LUGAR NO RANKING DAS EMPRESAS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO DO BRASIL.

RANKING EMPRESAS MUNICIPAIS - REVISTA SANEAMENTO AMBIENTAL - 188/2018

A Sanasa é reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência dos seus serviços. São ao todo 24 estações de tratamento de esgoto, que tratam 90% de todos os efluentes da cidade. Além disso, Campinas conta com uma estação produtora de água de reúso, a EPAR CAPIVARI II, que tem uma eficiência de tratamento de 99%. Ainda sobre esse assunto, Campinas foi uma das primeiras a entregar água de reúso para os bombeiros utilizarem em suas atividades: preocupação com a água e o meio ambiente.



SANASA EM MOVIMENTO.

Mesmo com todo esse reconhecimento e qualidade nos serviços prestados, a Sanasa continua em franco movimento. Em breve, a partir da conclusão da ETE Boa Vista (que será entregue em meados de 2019), Campinas será a primeira cidade com mais de 500 mil habitantes a ter a capacidade instalada para tratar 100% do esgoto da cidade. A obra beneficiará uma população de 55.134 moradores de 30 bairros de Campinas. Com capacidade para tratar 180 litros de efluentes por segundo, o esgoto tratado por meio de membranas ultrafiltrantes resultará em água de excelente qualidade, que poderá ser aproveitada como água de reúso com grau de eficiência de tratamento de 99%, seguindo os moldes da EPAR Capivari II.

Nos últimos 5 anos, foram investidos mais de R\$ 500 milhões em obras, representando um recorde de investimento desde a criação da empresa.

Nos últimos meses foram assinados dois contratos de financiamento de obras de água e esgotamento sanitário para a universalização do saneamento. O primeiro contrato (R\$ 141.752.733,10) foi destinado para o sistema de abastecimento de água: a implantação de uma adutora de água bruta com extensão de 2.700 metros e de seis subadutoras com extensão total de 31.230 metros. Está prevista ainda a construção de 27 reservatórios – com capacidade total de 65,33 milhões de litros –, quatro estações elevatórias de água e a implantação de 57.828 metros de redes de distribuição.

O segundo contrato (R\$ 273.419.285,59) está sendo aplicado no sistema de esgotamento sanitário: implantação de 141.858 metros de redes coletoras, 30.040 metros de interceptores e coletores tronco e 17.226 metros de linhas de recalque. Estão sendo construídas ainda 21 estações elevatórias de esgoto bruto e ampliadas seis estações de tratamento de esgoto.

As obras beneficiarão cerca de 800 mil habitantes e deixarão Campinas cada vez mais próxima de atingir a universalização do saneamento, com 100% de coleta e afastamento, 100% de tratamento de esgoto e outros 100% de distribuição de água tratada.

O ano que passou exigiu muitos sacrifícios e a Sanasa adotou medidas duras - mas necessárias - para equilibrar as contas. Todo o esforço vem surtindo resultados práticos que estão espalhados por toda a cidade. Estações e equipamentos de primeiro mundo, para levar até você a melhor água e o melhor tratamento de esgoto, gerando mais saúde e qualidade de vida.

PROGRAMA “MENOS PERDA, MAIS ÁGUA” DA ONU.

A Sanasa é uma das três empresas líderes do Movimento “Menos perda, mais água” das Nações Unidas pela Redução de Perdas de Água na Distribuição. Tal reconhecimento deve-se à troca de mais de 375 km de redes através do MND - método não destrutivo. Nesse quesito, a Sanasa Campinas também é referência, obtendo um índice de perdas de 20%, um dos menores do País para cidades acima de 500 mil habitantes.



Após três anos de quedas, ICMS tem leve recuperação

Saída da pior recessão da história beneficia os recursos transferidos para pequenos municípios em detrimento das grandes cidades, especialmente das capitais estaduais que continuam perdendo participação na distribuição do ICMS.

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é um tributo de competência estadual. Uma parcela da arrecadação fica nos estados nos quais os bens e serviços são produzidos e a outra é destinada aos estados onde esses bens são vendidos. Existem algumas exceções destacadas em lei, como o imposto incidente sobre petróleo, combustível e energia elétrica que fica para o Estado de destino.

O inciso VI do artigo 158 da Constituição Federal e legislação estadual específica definem as regras de distribuição do ICMS. Os governos estaduais repassam 25% de toda a sua arrecadação líquida do ICMS aos respectivos municípios. Segundo a Constituição, três quartos (75%), no mínimo, das transferências estaduais do imposto devem ser repartidos entre os municípios segundo o valor adicionado de cada um. A forma de distribuir a parcela restante (um quarto do total) às prefeituras é definida por legislação específica de cada Estado.

Desempenho

Após um período de dois anos recessivos no qual o Produto Interno Bruto (PIB) do país recuou 6,9%, a pesquisa Focus do Banco Central do final de 2016 compilou projeção de 1,4% de crescimento para a economia em 2017. De fato, a conjuntura doméstica do início do ano passado foi auspiciosa no sentido de: (i) concretizar

alguns avanços nas reformas estruturais – reforma trabalhista e o encaminhamento da reforma da previdência, (ii) flexibilizar a política monetária com redução da taxa básica de juros, e (iii) recuperar a confiança dos agentes econômicos com melhora nos indicadores da atividade econômica.

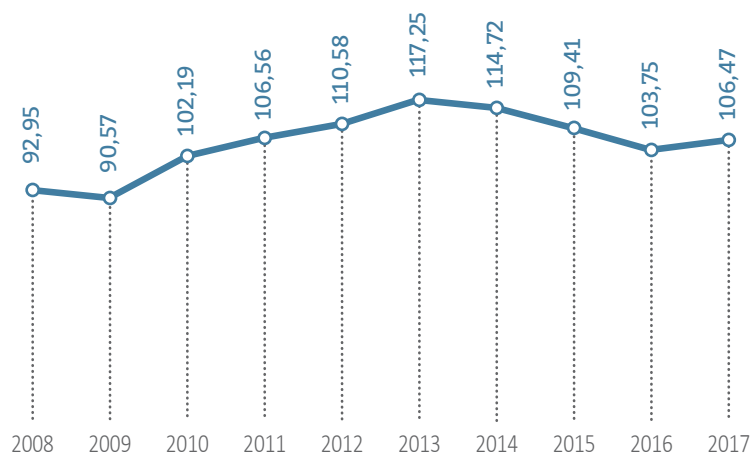
Todavia, a deterioração do quadro político foi se cristalizando desde as denúncias sobre o governo Temer, até a perspectiva de uma eleição fragmentada com um número atipicamente alto de candidatos minimamente competitivos em 2018. Vetores de incertezas que, somados à precariedade da situação fiscal e à manutenção do patamar elevado da taxa de desemprego (12,8%, na média de 2017), contaminaram o ambiente econômico ao longo do ano passado. Apesar da trajetória de queda da taxa Selic e da desaceleração da inflação, a atividade econômica perdeu força e o PIB fechou 2017 com alta de apenas 1%.

Diante desse quadro precário e incerto sobre o crescimento econômico, as transferências da quota-parte do ICMS do conjunto de municípios conseguiram reagir de forma até certo ponto positiva, recuperando parte das perdas observadas após 2013. Em 2017, os repasses somaram R\$ 106,47 bilhões, valor 2,6% maior

em relação ao ano anterior, já considerados os efeitos da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse desempenho proporcionou R\$ 2,62 bilhões a mais ao conjunto das prefeituras do país no ano passado. Apesar do resultado positivo, os valores de 2017 se igualaram ao valor observado em 2011, ou seja, de seis anos antes.

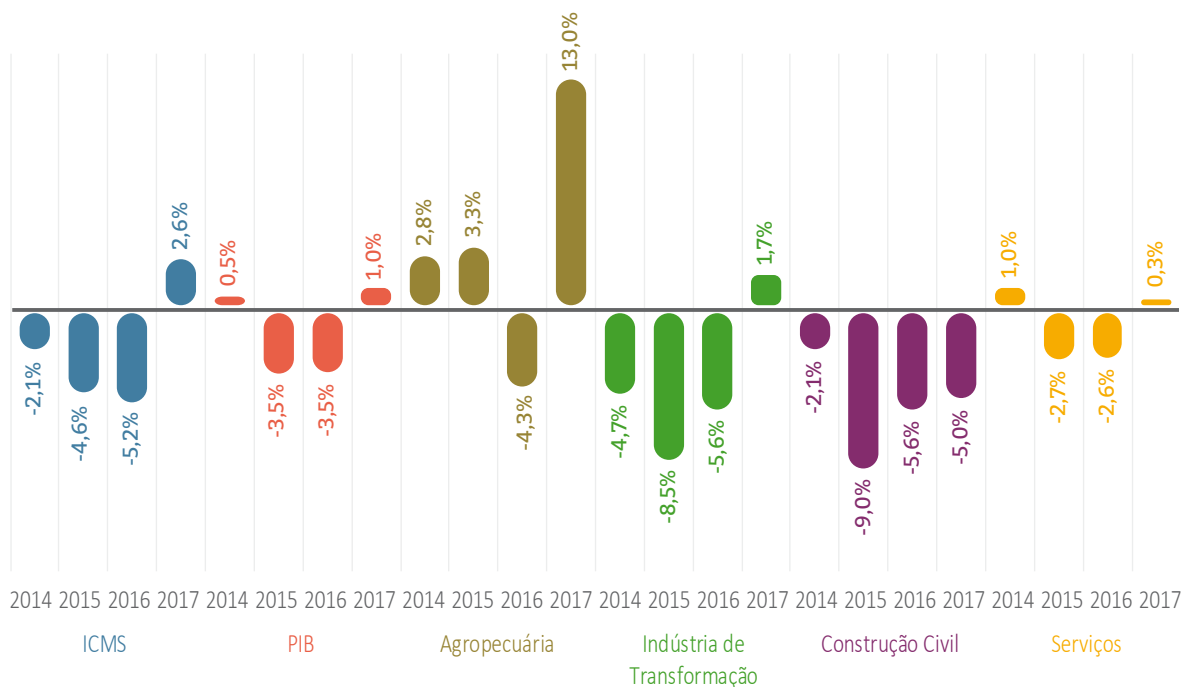
A saída da recessão no ano passado marcou o primeiro momento de alta do ICMS nos últimos três anos, sendo que o desempenho setorial da economia brasileira favoreceu a evolução do ICMS. Com efeito, sua arrecadação foi influenciada pela expansão da indústria de transformação em 2017 (1,7%), cujo desempenho superou a média do PIB (1%), e pela aceleração dos preços monitorados de produtos que são importantes bases da arrecadação do ICMS. Esse conjunto de preços, que inclui derivados do petróleo e energia elétrica, subiram 8% em 2017, acima da média do IPCA (2,9%).

Evolução do ICMS municipal
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



A ARRECAÇÃO DE ICMS FOI INFLUENCIADA POSITIVAMENTE PELA EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E PELA ACELERAÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO E DA ENERGIA ELÉTRICA.

Taxa de crescimento do ICMS municipal e do PIB setorial por ano



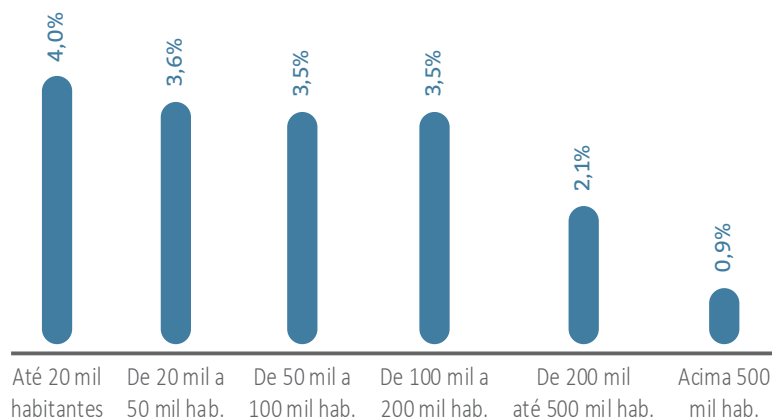
O perfil de crescimento das transferências de ICMS apresentou relevante diferença segundo o porte populacional. **De modo geral, os pequenos municípios apresentaram resultados melhores se comparados às grandes cidades e capitais brasileiras.** Entre 2016 e 2017, nas cidades com até 20 mil habitantes o aumento médio dessas transferências estaduais, excluído o IPCA, foi de 4%. Nesse período, nos municípios com mais de 500 mil habitantes os repasses de ICMS cresceram apenas 0,9%. Já nas capitais a taxa foi ainda menor, de 0,6%.

Esse desempenho anêmico das capitais é reflexo do constante recuo, ano após ano, que vem sofrendo no rateio do ICMS em seus respectivos estados. Essa paulatina redução é reflexo do processo de desconcentração da atividade econômica, especialmente da industrial e dos centros de

distribuição/logística, rumo aos municípios do seu entorno e do interior do país. As capitais estão, paulatinamente, tornando-se menos industrializadas e mais ofertantes de serviços. As empresas optam por sair ou expandir seus negócios fora das fronteiras das capitais para conseguir ganhos de produtividade, na medida que nas grandes cidades os custos operacionais e de investimento tendem a ser maiores.

Ao deslocarem seus investimentos, as empresas levam consigo o ICMS que será transferido pelos governos estaduais, pois a riqueza gerada no território municipal é o principal critério de distribuição do ICMS. Segundo a Constituição Federal, a distribuição de três quartos (75%) desse imposto, no mínimo, deve ser realizada com base no valor adicionado gerado pelas empresas comerciais e industriais instaladas nos municípios.

Taxa de crescimento do ICMS municipal por porte populacional - 2017/2016



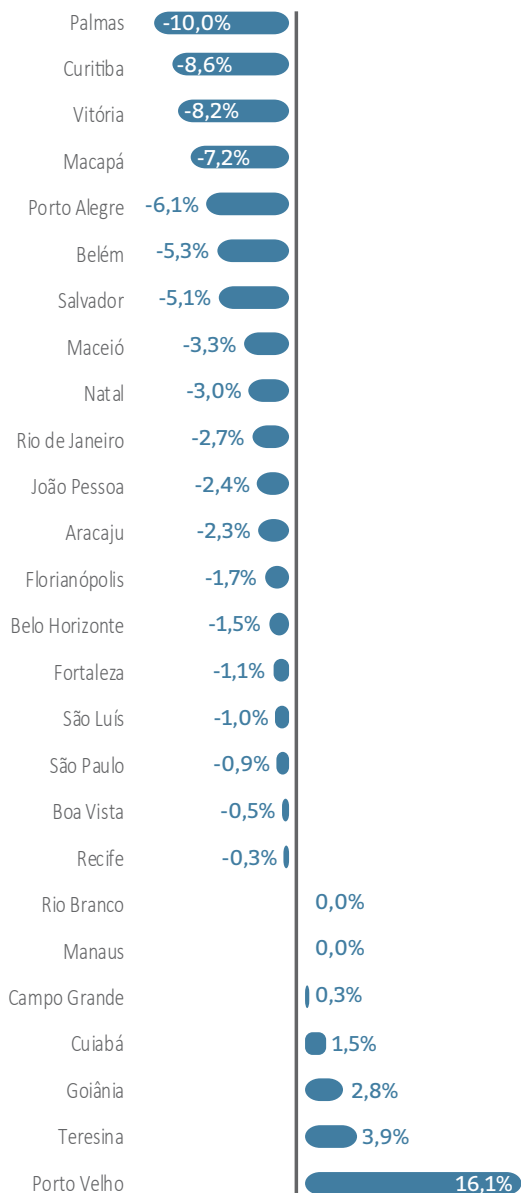
Nesse contexto, 19 das 26 capitais acusaram queda em suas participações na distribuição do ICMS, entre 2016 e 2017. Apenas cinco delas obtiveram aumento, sendo que no Acre e no Amazonas todos os municípios tiveram seus índices congelados por legislação estadual. No caso do Amazonas, os índices de participação foram fixados a partir de 2003. Manaus ficou com 62,09%, sofrendo algumas variações ao longo desse período decorrentes de batalhas judiciais com o município de Coari. A fatia de Rio Branco também está fixa em 45,62%, desde 2010.

Num período mais longo de comparação, das 26 capitais estaduais apenas Aracaju, Boa Vista e Campo Grande conseguiram manter, em 2017, seus índices de participação no ICMS no mesmo nível dos registrados ao longo dos últimos dez anos. Manaus e Rio Branco o mantiveram por força de lei, como já mencionado acima. Veja dados dos índices de participação no ICMS de todos os municípios brasileiros no portal **Compara Brasil** (www.comparabrasil.com).

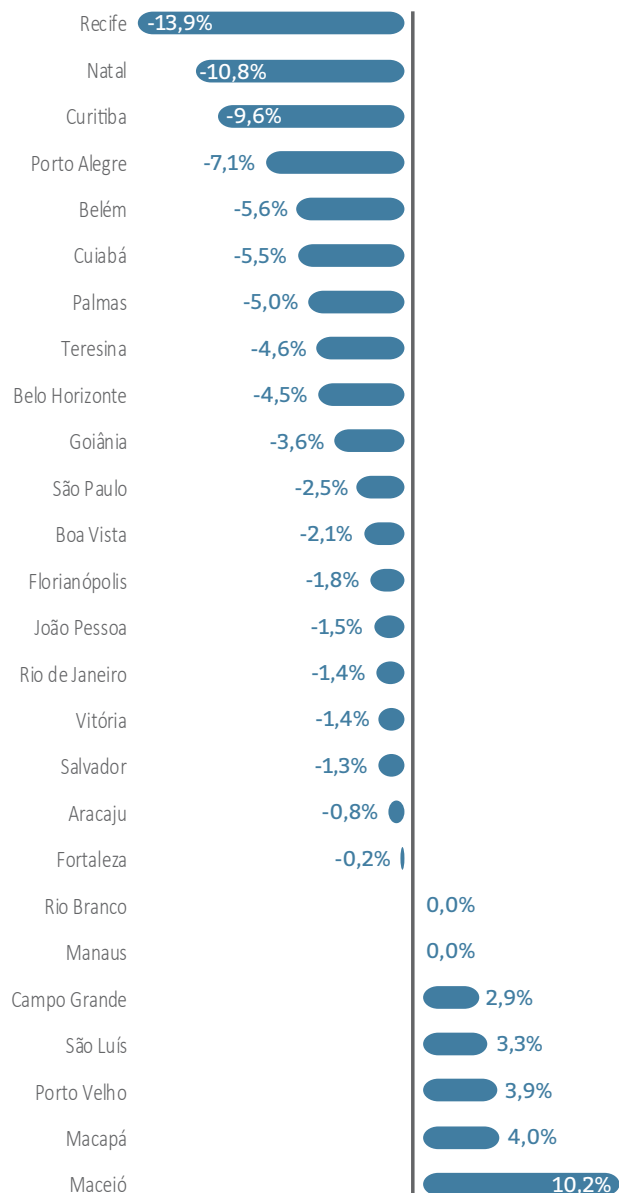
A desconcentração do ICMS das capitais é um processo muito intenso. É revelador o fato de as transferências efetuadas aos municípios com até 20 mil habitantes, em 2017, já terem se aproximado dos valores mais altos registrados no biênio 2013-2014. Por outro lado, nas capitais, o ICMS repassado em 2017, de R\$ 20,43 bilhões, permaneceu no mesmo patamar registrado em 2008, ou seja, de nove anos atrás.

O ICMS TRANSFERIDO AOS PEQUENOS MUNICÍPIOS, EM 2017, APROXIMOU-SE DOS VALORES MAIS ALTOS REGISTRADOS NO BIÊNIO 2013-2014. JÁ NAS CAPITALS, FICOU NO MESMO PATAMAR DE 2008, OU SEJA, DE NOVE ANOS ATRÁS.

Varição dos índices de participação das capitais no ICMS entre 2016 e 2017



Varição dos índices de participação das capitais no ICMS entre 2017 e 2018



O melhor desempenho das transferências da quota-parte municipal do ICMS, em 2017, foi registrado no Sul do Brasil, com crescimento de 5,6%, reflexo do desempenho da arrecadação do ICMS nos estados da região, sobretudo no Paraná que, segundo dados coletados no portal **Compara Brasil**, alcançou aumento de 9,3% entre 2016 e 2017, em valores descontados o IPCA. Entretanto, Curitiba sofreu queda de 1,5% nas transferências do ICMS, graças à retração observada na sua fatia do ICMS (índice de participação). Pelo mesmo motivo, a capital gaúcha viu, nesse período, seu ICMS cair em 4,5%. Apenas Florianópolis obteve aumento de ICMS, da ordem 7,3% no período, apesar de ter sofrido pequena queda no seu Índice de Participação na Distribuição do ICMS (IPM)¹.

No Norte, as transferências de ICMS também cresceram de forma significativa, com taxa de 4,1%. Três capitais da região se destacaram: Porto Velho (20,7%), Rio Branco (17,6%) e Manaus (11,7%). Macapá obteve um crescimento mais modesto, de 4%. No caso de Manaus, o acréscimo de recursos refletiu a recuperação da produção da Zona Franca e adicionou R\$ 133,7 milhões aos cofres públicos, em 2017. Todavia, esse valor não compensou totalmente a perda de 2016 (R\$ -164,8 milhões), sendo que o valor total recebido de transferências de ICMS (R\$ 1,27 bilhão) pela prefeitura, em 2017, foi inferior ao obtido em 2013 (R\$ 1,53 bilhão), antes da crise econômica se agravar.

Em Belém e Palmas, foram registradas quedas de 7,1% nas transferências de ICMS. O resultado de Palmas se deu pela forte queda de seu IPM. Já em Belém, além da redução de seu IPM, o fraco

desempenho também passa pela retração de 1,6% na arrecadação estadual de ICMS no Pará.

No Nordeste, as capitais apresentaram resultados heterogêneos, resultado do comportamento de suas participações no ICMS e do desempenho da arrecadação estadual no ICMS. Quatro delas registraram retração dos repasses da quota-parte do ICMS: Maceió (-4,2%), Recife (-3,5%), Natal (-1%) e Salvador (-0,9%). As demais obtiveram acréscimos nas transferências, com destaque para Teresina que apresentou o maior incremento (6,8%) e o maior acréscimo (R\$ 29,7 milhões) no seu orçamento. À exceção de Teresina, todas as demais capitais da região sofreram queda de IPM.

A região Sudeste mostrou um desempenho mais modesto das transferências de ICMS com expansão média de 1,8%, entre 2016 e 2017. Em Minas Gerais, a arrecadação estadual cresceu 6,5% em termos reais, ou seja, já descontada a inflação medida pelo IPCA, o que beneficiou seus municípios. Belo Horizonte, por exemplo, viu sua transferência crescer 5,4%, apesar de seu IPM ter encolhido 1,5%.

Na cidade do São Paulo os repasses de ICMS praticamente permaneceram estagnados, com alta de apenas 0,3%. Enquanto a arrecadação estadual cresceu 1,2%, seu IPM recuou 0,9%, entre 2016 e 2017. Vitória e Rio de Janeiro também sentiram suas receitas de ICMS reduzirem-se em função também do recuo de seus IPMs.

No Centro-Oeste, as transferências de ICMS em 2017 ficaram praticamente estáveis comparadas às efetuadas no ano anterior. Entretanto, as três capitais estaduais registraram pequenos aumentos nos repasses de ICMS, pois todas elas registraram acréscimos em seus índices de participação no ICMS. Junto com Teresina e Porto Velho, foram as cinco capitais que obtiveram aumento de participação no ICMS entre 2016 e 2017.

¹ O Índice de Participação dos Municípios na Distribuição do ICMS (IPM) é calculado pelas secretarias de estados da Fazenda para os municípios de cada Estado. Conforme o parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990, o seu cálculo leva em consideração a média do valor adicionado do município dos dois anos anteriores ao do ano quando é realizado o cálculo. O valor adicionado corresponde a 75% do IPM e os demais 25% dependem dos critérios adotados em cada Estado.

Ranking per capita

Os municípios que participam do ranking das dez maiores transferências da quota-parte de ICMS per capita se caracterizam por serem pequenos do ponto de vista populacional e pela presença de setores intensivos em capital, tais como: petróleo, mineração, automobilística, energia elétrica e agronegócio.

O município de Guamaré-RN, com economia centrada no setor de petróleo, subiu no ranking do terceiro (2016) para o primeiro lugar (2017), com ICMS per capita de R\$ 10.272,09 e população de 15.309 habitantes. A segunda posição continuou sendo ocupada por São Francisco do Conde-BA, com população de 40.220 habitantes e ICMS per capita de R\$ 9.944,28. Paulínia-SP, com ICMS per capita de R\$ 9.382,73 e 102.499 habitantes, subiu da quarta para a terceira colocação. Nesses dois últimos municípios a base econômica é composta por refinarias de petróleo.

São Gonçalo do Rio Abaixo, cidade mineira com 10.773 habitantes, estava no primeiro lugar no ranking em 2016. Em 2017, com repasses da ordem de R\$ 8.256,10 per capita, caiu para o quarto lugar. Segundo a Vale, em 2016, depois de 10 anos de funcionamento, a mina Brucutu, localizada no município, continuava sendo a segunda maior mina de minério de ferro do país, atrás somente de Carajás. Veja ranking dos 100 maiores ICMS per capita do Brasil na página 47.

Balanço de 2018

Embora a situação fiscal dos municípios em 2018 deva ser um pouco melhor em relação a 2017, no que tange às transferências da quota-parte de ICMS, as incertezas políticas, os impactos da greve dos caminhoneiros e um cenário internacional menos favorável não permitem garantir que o quadro fiscal realmente melhore de forma

consistente em 2018. No início do ano, as projeções do mercado rondavam 2,7% de crescimento para o PIB em 2018, estimativa esta que caiu para 1,34% em outubro, segundo o Boletim Focus de 19 de outubro de 2018.

Um fator que poderá ajudar no aumento da arrecadação de ICMS é a evolução dos preços administrados. Há previsão de que eles cresçam na faixa de 7,8%, em 2018, de acordo com a Pesquisa Focus do Banco Central. Outro fator que tem potencial para compensar o fraco crescimento do PIB em 2018 é o desempenho da indústria de transformação, que no primeiro semestre registrou expansão de 3,5%, segundo o IBGE. Diante desse cenário econômico, há grande possibilidade da arrecadação do ICMS continuar crescendo na maior parte dos estados em 2018, embora o seu ritmo de expansão não deva ser intenso.

Segundo os dados do portal **Compara Brasil** (www.comparabrasil.com), o agregado até agosto da arrecadação de ICMS de 25 estados cresceu 4,7%, descontado o IPCA, na comparação com o mesmo período de 2017. Os três estados mais industrializados apresentaram resultados positivos neste período: Rio de Janeiro (10,7%); Minas Gerais (6,1%) e São Paulo (4,1%). Apenas o Estado do Paraná (-5,2%) registrou retração nos recolhimentos de ICMS. No Rio Grande do Sul, a arrecadação se manteve estável nesse período.

Se a arrecadação de ICMS fechar 2018 mantendo a mesma variação registrada até agosto, o resultado representará, em valores absolutos, um acréscimo de R\$ 5,3 bilhões para os municípios, em relação a 2017. Assim, o acréscimo da quota-parte do ICMS distribuída aos municípios em 2018, caso esta estimativa se confirme, fará com que a receita fique próxima do valor de 2013, quando a transferência atingiu seu maior volume.

CARIACICA

BOM PARA VIVER
MELHOR PARA INVESTIR

Cariacica conta com uma administração moderna, eficiente e economicamente equilibrada. Mesmo sendo a única cidade do Espírito Santo que integra o G100, **está investindo mais de 100 milhões de reais nas áreas de infraestrutura, educação, saúde e meio ambiente.**

A cidade cresce de maneira sustentável, enfrentando os desafios e melhorando a qualidade de vida de quem vive e investe em Cariacica.



PREFEITURA DE
CARIACICA

www.cariacica.es.gov.br

ICMS municipal | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. na receita corrente 2017	ICMS municipal per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %		em R\$
	17.936.201	Norte	7.095.036,1	7.393.644,2	7.047.127,7	6.459.483,0	6.724.768,9	4,1	18,6	374,93
AC	383.443	Rio Branco	118.579,7	125.034,4	124.900,5	116.262,4	136.752,0	17,6	18,8	356,64
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	25.844,4	26.199,3	26.670,7	24.822,4	29.196,9	17,6	..	353,38
AP	474.706	Macapá	130.832,5	132.286,9	124.863,8	95.132,4	98.904,1	4,0	13,7	208,35
AP	115.471	Santana	44.266,5	39.845,7	35.699,2	35.318,0	33.785,1	-4,3	22,6	292,59
AM	2.130.264	Manaus	1.529.164,4	1.485.823,2	1.303.792,8	1.138.989,4	1.272.654,9	11,7	31,2	597,42
AM	113.832	Parintins	33.174,7	32.234,4	28.285,3	26.012,2	27.609,8	6,1	16,3	242,55
PA	1.452.275	Belém	462.836,2	484.256,2	496.987,5	466.908,2	433.570,8	-7,1	16,9	298,55
PA	516.057	Ananindeua	101.106,9	108.431,7	118.565,4	110.850,0	89.287,1	-19,5	14,7	173,02
PA	296.302	Santarém	49.815,6	53.916,8	57.643,0	62.165,2	57.933,4	-6,8	10,7	195,52
PA	271.594	Marabá	121.660,4	131.892,6	137.489,9	143.750,4	154.824,8	7,7	20,9	570,06
RO	519.436	Porto Velho	219.797,6	236.911,4	220.726,0	224.156,9	270.450,0	20,7	22,3	520,66
RO	132.667	Ji-Paraná	54.372,6	53.219,7	51.998,9	46.106,2	42.571,0	-7,7	19,0	320,89
RR	332.020	Boa Vista	115.423,0	131.791,2	128.844,1	130.487,6	124.745,9	-4,4	12,6	375,72
RR	28.215	Rorainópolis	4.518,5	5.182,3	4.614,6	4.863,4	5.109,3	5,1	..	181,09
TO	286.787	Palmas	115.681,7	99.213,9	100.896,3	104.429,8	96.970,9	-7,1	10,0	338,13
TO	175.960	Araguaína	46.358,7	47.371,7	48.188,1	50.548,5	49.508,2	-2,1	13,4	281,36
	57.251.143	Nordeste	18.056.137,2	18.311.553,6	17.761.495,6	17.317.821,7	17.827.142,0	2,9	14,8	311,38
AL	1.029.129	Maceió	268.594,6	263.923,7	252.730,7	254.736,2	244.135,2	-4,2	12,3	237,23
AL	234.185	Arapiraca	41.936,2	42.555,9	46.985,2	55.041,1	51.953,0	-5,6	9,8	221,85
BA	2.953.986	Salvador	809.465,6	780.047,0	771.696,5	700.844,6	694.300,0	-0,9	12,5	235,04
BA	627.477	Feira de Santana	196.465,8	205.173,5	227.216,3	214.964,7	215.364,4	0,2	21,7	343,22
BA	348.718	Vitória da Conquista	84.371,2	86.026,7	89.083,1	82.001,6	85.784,1	4,6	14,7	246,00
BA	296.893	Camaçari	469.622,1	436.207,4	442.641,2	421.653,3	409.469,6	-2,9	41,2	1.379,18
CE	2.627.482	Fortaleza	1.053.068,4	1.069.843,9	986.904,4	908.617,4	936.614,5	3,1	16,1	356,47
CE	362.223	Caucaia	85.855,2	89.070,3	83.632,7	81.201,8	85.048,8	4,7	14,7	234,80
CE	270.383	Juazeiro do Norte	47.609,5	53.713,6	51.553,3	51.413,0	52.575,7	2,3	8,7	194,45
MA	1.091.868	São Luís	516.226,6	500.788,0	443.872,0	462.653,9	474.697,0	2,6	18,8	434,76
MA	254.569	Imperatriz	74.561,1	77.481,2	89.567,6	114.885,8	120.890,4	5,2	21,8	474,88
PB	811.598	João Pessoa	355.016,6	389.774,5	354.346,1	333.003,5	340.286,9	2,2	18,7	419,28
PB	410.332	Campina Grande	178.645,3	194.910,7	191.307,3	180.946,8	186.891,8	3,3	24,7	455,46
PE	1.633.697	Recife	1.045.906,2	1.004.409,1	899.468,5	833.346,0	804.351,0	-3,5	19,0	492,35
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	370.823,1	377.422,6	350.824,4	368.535,3	367.214,5	-0,4	31,7	527,64
PE	390.771	Olinda	152.655,7	149.224,3	133.188,3	128.485,6	125.746,8	-2,1	23,0	321,79
PE	356.128	Caruaru	102.107,7	102.233,5	101.246,6	102.165,8	104.382,9	2,2	17,7	293,11
PE	343.219	Petrolina	94.090,4	93.325,0	86.335,2	83.693,5	89.204,8	6,6	15,4	259,91
PE	328.353	Paulista	73.341,5	72.926,8	67.209,9	67.450,4	75.535,1	12,0	18,9	230,04
PI	850.198	Teresina	432.755,5	448.341,8	447.096,3	433.591,2	463.250,9	6,8	19,5	544,87
PI	150.547	Parnaíba	30.834,7	31.703,2	30.950,6	31.003,7	35.607,3	14,8	12,1	236,52
RN	885.180	Natal	382.713,0	355.803,5	320.414,8	312.705,3	309.619,8	-1,0	16,4	349,78
RN	295.619	Mossoró	133.367,2	130.168,9	119.233,2	110.719,6	111.892,9	1,1	21,6	378,50
SE	650.106	Aracaju	216.896,2	205.283,7	206.386,6	196.038,5	198.494,7	1,3	12,6	305,33
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	42.362,1	40.583,2	42.611,1	44.317,9	47.732,8	7,7	18,8	262,37
	12.836.463	Centro-Oeste¹	7.971.807,0	8.070.273,1	7.736.508,6	7.831.777,7	7.783.210,6	-0,6	21,5	606,34
GO	1.466.105	Goiânia	625.722,3	605.186,1	572.678,1	579.303,9	589.017,9	1,7	14,6	401,76
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	130.054,0	151.425,3	171.231,0	190.996,0	194.919,0	2,1	20,6	359,57
GO	375.142	Anápolis	300.118,2	290.344,5	233.771,7	226.604,4	238.148,5	5,1	25,3	634,82
MT	590.118	Cuiabá	308.110,8	301.450,4	288.724,0	313.580,3	319.390,7	1,9	17,1	541,23
MT	274.013	Várzea Grande	85.280,2	86.789,3	86.404,3	96.624,4	93.885,8	-2,8	18,8	342,63
MS	874.210	Campo Grande	482.860,0	463.165,1	421.235,3	399.946,0	411.480,1	2,9	13,7	470,69
MS	218.069	Dourados	130.986,8	139.054,8	138.432,0	131.370,7	121.711,0	-7,4	17,2	558,13
	86.949.714	Sudeste	64.600.045,2	60.868.168,6	57.441.742,3	53.122.405,6	54.054.700,3	1,8	20,5	621,68
ES	363.140	Vitória	568.647,7	438.015,2	373.800,1	317.517,9	280.144,0	-11,8	19,0	771,45
ES	502.618	Serra	331.139,4	294.762,4	313.933,6	299.750,1	305.193,4	1,8	29,0	607,21
ES	486.388	Vila Velha	166.771,3	133.600,3	147.855,5	123.912,2	128.305,7	3,5	15,3	263,79
ES	387.368	Cariacica	162.252,9	151.421,5	160.134,9	117.468,8	125.725,8	7,0	22,9	324,56
MG	2.523.794	Belo Horizonte	1.115.520,2	1.074.640,0	954.231,5	958.476,2	1.007.791,9	5,1	11,5	399,32
MG	676.613	Uberlândia	505.752,3	495.906,6	446.376,9	431.726,2	499.968,6	15,8	26,7	738,93
MG	658.580	Contagem	484.003,7	480.374,0	440.035,5	425.924,4	437.054,3	2,6	30,0	663,63

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Part. na receita corrente 2017	ICMS municipal per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %		em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	208.860,8	202.931,0	187.213,3	193.466,1	197.532,0	2,1	14,5	350,38
MG	427.146	Betim	918.055,0	896.707,7	771.204,5	742.061,9	766.100,2	3,2	49,5	1.793,53
MG	402.027	Montes Claros	108.966,9	109.159,5	103.669,5	111.714,6	120.933,3	8,3	19,7	300,81
MG	328.871	Ribeirão das Neves	50.965,6	56.338,3	57.246,7	60.366,4	71.134,9	17,8	..	216,30
MG	328.272	Uberaba	198.595,6	207.023,6	206.294,0	201.615,6	220.851,9	9,5	22,4	672,77
MG	280.901	Governador Valadares	76.758,1	74.574,9	66.103,0	66.155,1	74.664,4	12,9	10,1	265,80
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	2.905.035,2	2.775.328,2	2.695.055,4	2.330.413,6	2.250.910,9	-3,4	11,2	345,22
RJ	1.049.826	São Gonçalo	228.588,8	216.654,9	202.579,7	175.715,7	177.709,7	1,1	17,9	169,28
RJ	890.997	Duque de Caxias	848.634,0	806.486,0	790.976,9	694.303,3	729.743,8	5,1	36,4	819,02
RJ	798.647	Nova Iguaçu	194.443,1	188.236,1	186.159,7	163.580,7	160.343,3	-2,0	12,7	200,77
RJ	499.028	Niterói	296.765,1	316.476,3	295.747,9	276.336,9	353.566,6	27,9	14,8	708,51
RJ	495.783	Belford Roxo	131.533,1	127.525,5	125.412,8	117.867,5	126.757,3	7,5	22,6	255,67
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	453.952,0	401.997,2	329.054,3	221.990,1	286.029,5	28,8	18,1	583,39
RJ	460.461	São João de Meriti	89.914,0	91.989,5	92.777,0	82.247,6	80.076,7	-2,6	15,6	173,91
RJ	298.235	Petrópolis	182.000,1	177.762,2	169.466,5	155.753,8	190.284,2	22,2	22,0	638,03
RJ	265.201	Volta Redonda	312.807,6	265.883,1	235.912,0	195.613,0	183.994,2	-5,9	22,6	693,79
SP	12.106.920	São Paulo	9.055.769,9	8.343.024,0	7.679.764,6	6.924.228,7	6.945.889,2	0,3	14,3	573,71
SP	1.349.113	Guarulhos	1.424.154,2	1.359.887,8	1.270.422,0	1.143.299,4	1.145.410,7	0,2	29,8	849,01
SP	1.182.429	Campinas	1.074.674,9	999.370,4	944.652,2	867.770,2	860.383,8	-0,9	21,5	727,64
SP	827.437	São Bernardo do Campo	1.412.188,3	1.215.947,3	1.105.542,7	979.842,6	885.645,6	-9,6	27,2	1.070,35
SP	715.231	Santo André	484.535,2	426.836,7	400.446,4	373.261,0	368.373,3	-1,3	16,6	515,04
SP	703.219	São José dos Campos	938.212,4	909.817,7	896.946,6	810.794,6	840.185,3	3,6	33,9	1.194,77
SP	697.886	Osasco	541.135,0	470.632,5	415.181,7	367.357,4	364.267,0	-0,8	..	521,96
SP	682.302	Ribeirão Preto	546.359,4	512.040,9	491.228,3	452.453,7	468.240,6	3,5	19,5	686,27
SP	659.871	Sorocaba	593.160,9	564.945,1	527.846,5	490.417,1	508.620,3	3,7	20,5	770,79
SP	462.005	Mauá	335.840,6	308.579,1	293.445,7	276.942,2	293.201,2	5,9	33,2	634,63
SP	450.657	São José do Rio Preto	262.785,5	246.319,6	239.922,4	225.582,9	230.404,0	2,1	16,4	511,26
SP	434.742	Santos	403.924,0	391.240,4	374.838,1	309.090,3	288.896,3	-6,5	13,1	664,52
SP	433.901	Mogi das Cruzes	304.984,1	274.288,7	257.852,6	237.843,8	237.337,8	-0,2	19,3	546,99
SP	417.869	Diadema	420.662,1	375.975,7	345.362,9	308.164,2	294.095,1	-4,6	27,1	703,80
SP	409.497	Jundiaí	684.416,5	663.620,7	674.828,4	656.430,9	641.002,9	-2,4	35,6	1.565,34
SP	397.322	Piracicaba	380.412,4	361.980,9	371.634,5	375.679,0	375.626,0	0,0	26,0	945,39
SP	396.587	Carapicuíba	110.556,3	102.619,2	96.798,4	86.996,5	88.910,6	2,2	..	224,19
SP	371.690	Bauru	220.689,2	200.771,4	191.449,2	178.980,5	181.880,4	1,6	17,6	489,33
29.644.948	Sul	19.522.047,5	20.080.126,0	19.418.370,7	19.023.437,4	20.080.984,4	5,6	22,1	677,38	
PR	1.908.359	Curitiba	980.520,8	967.122,1	906.214,0	855.069,7	842.055,4	-1,5	11,7	441,25
PR	558.439	Londrina	177.766,0	189.044,3	189.543,0	181.560,9	198.112,2	9,1	12,2	354,76
PR	406.693	Maringá	161.720,8	174.740,9	176.906,7	161.434,4	170.547,2	5,6	13,6	419,35
PR	344.332	Ponta Grossa	157.854,9	166.988,9	164.125,8	148.952,4	164.108,5	10,2	23,1	476,60
PR	319.608	Cascavel	123.939,4	129.638,4	131.828,9	129.510,0	142.959,9	10,4	17,6	447,30
PR	307.530	São José dos Pinhais	495.301,8	512.299,6	478.528,5	399.243,0	371.946,0	-6,8	40,3	1.209,46
PR	264.044	Foz do Iguaçu	137.002,9	138.408,0	141.478,0	133.620,7	160.076,1	19,8	18,0	606,25
RS	1.484.941	Porto Alegre	828.692,5	842.795,3	807.091,8	768.690,8	734.420,3	-4,5	13,2	494,58
RS	483.377	Caxias do Sul	465.915,8	448.780,3	419.015,4	409.070,1	375.155,4	-8,3	23,5	776,11
RS	344.385	Pelotas	109.953,6	112.913,4	103.059,8	103.083,6	99.624,4	-3,4	11,8	289,28
RS	343.853	Canoas	390.750,0	411.450,1	406.976,3	445.502,4	529.352,8	18,8	38,9	1.539,47
RS	278.445	Santa Maria	89.328,8	92.213,4	90.208,7	90.183,8	91.926,9	1,9	16,2	330,14
RS	275.146	Gravataí	233.512,2	200.903,7	188.115,8	214.632,4	207.585,8	-3,3	31,0	754,46
RS	253.717	Viamão	69.059,0	73.145,0	75.976,4	77.278,6	80.394,2	4,0	20,4	316,87
SC	485.838	Florianópolis	167.968,9	170.657,1	145.952,9	135.683,3	145.553,5	7,3	9,4	299,59
SC	577.077	Joinville	479.665,6	496.504,9	449.264,5	428.569,4	450.033,9	5,0	23,8	779,85
SC	348.513	Blumenau	256.028,4	269.058,3	251.721,3	235.147,7	242.529,9	3,1	19,3	695,90
81.113.137	Cidades selecionadas	47.555.262,1	45.540.324,9	42.814.556,8	39.739.591,1	40.323.041,5	1,5	17,6	497,12	
32.224.780	Até 20 mil habitantes	19.755.611,2	19.790.684,5	18.928.827,1	18.578.698,6	19.325.709,2	4,0	21,5	599,72	
46.435.866	Capitais	24.811.806,2	23.694.916,1	22.028.674,6	20.294.813,6	20.426.452,6	0,6	14,4	439,89	
204.618.469	Brasil¹	117.245.072,9	114.723.765,5	109.405.245,0	103.754.925,4	106.470.806,2	2,6	19,5	520,34	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: valor correspondente a 100% do ICMS, ou seja, está sem a dedução do Fundeb. ¹Não inclui Brasília.

ICMS municipal | RANKING 2017

Posição	UF	Município	ICMS municipal	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1°	SP	São Paulo	6.945.889.217,60	12.106.920	1°
2°	RJ	Rio de Janeiro	2.250.910.853,87	6.520.266	2°
3°	AM	Manaus	1.272.654.943,72	2.130.264	6°
4°	SP	Guarulhos	1.145.410.697,97	1.349.113	12°
5°	MG	Belo Horizonte	1.007.791.877,73	2.523.794	5°
6°	SP	Paulínia	961.720.141,08	102.499	304°
7°	CE	Fortaleza	936.614.536,04	2.627.482	4°
8°	SP	São Bernardo do Campo	885.645.630,47	827.437	21°
9°	SP	Campinas	860.383.767,31	1.182.429	13°
10°	PR	Curitiba	842.055.407,74	1.908.359	7°
11°	SP	São José dos Campos	840.185.287,21	703.219	25°
12°	PE	Recife	804.350.981,02	1.633.697	8°
13°	MG	Betim	766.100.242,86	427.146	54°
14°	RS	Porto Alegre	734.420.282,72	1.484.941	9°
15°	RJ	Duque de Caxias	729.743.785,23	890.997	17°
16°	SP	Barueri	694.854.741,63	267.534	103°
17°	BA	Salvador	694.299.981,79	2.953.986	3°
18°	SP	Jundiaí	641.002.930,32	409.497	57°
19°	GO	Goiânia	589.017.912,67	1.466.105	10°
20°	RS	Canoas	529.352.765,14	343.853	77°
21°	SP	Sorocaba	508.620.259,87	659.871	30°
22°	MG	Uberlândia	499.968.610,59	676.613	29°
23°	PR	Araucária	482.223.302,99	137.452	207°
24°	MA	São Luís	474.697.026,06	1.091.868	14°
25°	SP	Ribeirão Preto	468.240.558,80	682.302	28°
26°	PI	Teresina	463.250.946,89	850.198	20°
27°	SC	Joinville	450.033.869,25	577.077	35°
28°	MG	Contagem	437.054.322,47	658.580	31°
29°	PA	Belém	433.570.808,82	1.452.275	11°
30°	MS	Campo Grande	411.480.069,08	874.210	19°
31°	BA	Camaçari	409.469.605,56	296.893	90°
32°	BA	São Francisco do Conde	399.959.097,22	40.220	831°
33°	RJ	Macaé	397.473.338,94	244.139	113°
34°	SP	Cubatão	384.676.113,48	128.748	225°
35°	SP	Piracicaba	375.626.002,88	397.322	60°
36°	RS	Caxias do Sul	375.155.449,30	483.377	47°
37°	PR	São José dos Pinhais	371.945.960,67	307.530	87°
38°	SP	Santo André	368.373.348,63	715.231	24°
39°	PE	Jaboatão dos Guararapes	367.214.533,46	695.956	27°
40°	SP	Osasco	364.266.963,16	697.886	26°
41°	SC	Itajaí	354.469.891,81	212.615	140°
42°	RJ	Niterói	353.566.622,47	499.028	42°
43°	PB	João Pessoa	340.286.922,81	811.598	22°
44°	PE	Ipojuca	339.576.899,42	94.533	333°
45°	MT	Cuiabá	319.390.718,61	590.118	34°
46°	SP	São Caetano do Sul	310.984.752,11	159.608	182°
47°	RN	Natal	309.619.817,50	885.180	18°
48°	ES	Serra	305.193.373,40	502.618	41°
49°	SP	Diadema	294.095.101,44	417.869	55°
50°	SP	Mauá	293.201.209,45	462.005	49°
51°	SP	Santos	288.896.288,83	434.742	52°
52°	RJ	Campos dos Goytacazes	286.029.470,13	490.288	44°

Posição	UF	Município	ICMS municipal	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53°	PE	Cabo de Santo Agostinho	281.256.666,90	204.653	146°
54°	ES	Vitória	280.143.998,57	363.140	67°
55°	RO	Porto Velho	270.450.021,80	519.436	39°
56°	SP	Louveira	264.453.362,50	45.922	718°
57°	RJ	Angra dos Reis	256.158.928,19	194.619	155°
58°	SP	Taubaté	244.343.524,81	307.953	86°
59°	AL	Maceió	244.135.164,61	1.029.129	16°
60°	PA	Paraapebas	243.451.767,54	202.356	148°
61°	SC	Blumenau	242.529.896,08	348.513	73°
62°	GO	Anápolis	238.148.469,44	375.142	65°
63°	SP	Mogi das Cruzes	237.337.813,53	433.901	53°
64°	SP	Jacareí	235.625.380,57	229.851	127°
65°	SP	São José do Rio Preto	230.403.978,04	450.657	51°
66°	SP	Itapeví	224.562.187,40	229.502	128°
67°	SP	Indaiatuba	222.634.433,08	239.602	115°
68°	MG	Uberaba	220.851.933,94	328.272	82°
69°	SP	Sumaré	220.228.083,74	273.007	100°
70°	SP	Cotia	219.931.149,46	237.750	116°
71°	SP	Limeira	219.692.320,90	300.911	88°
72°	BA	Feira de Santana	215.364.446,21	627.477	33°
73°	SP	Santana de Parnaíba	215.181.722,76	131.887	219°
74°	SP	Hortolândia	209.317.164,80	222.186	132°
75°	RS	Gravataí	207.585.833,45	275.146	98°
76°	CE	Maracanaú	203.294.965,06	224.804	130°
77°	SE	Aracaju	198.494.697,14	650.106	32°
78°	PR	Londrina	198.112.222,02	558.439	37°
79°	MG	Juiz de Fora	197.531.954,10	563.769	36°
80°	GO	Aparecida de Goiânia	194.919.014,26	542.090	38°
81°	SP	Suzano	194.359.020,89	290.769	93°
82°	RJ	Petrópolis	190.284.240,45	298.235	89°
83°	PB	Campina Grande	186.891.776,60	410.332	56°
84°	SP	Vinhedo	185.971.855,02	75.129	430°
85°	RJ	Volta Redonda	183.994.189,95	265.201	105°
86°	SP	Rio Claro	181.912.743,21	202.952	147°
87°	SP	Bauri	181.880.366,53	371.690	66°
88°	RJ	São Gonçalo	177.709.676,46	1.049.826	15°
89°	MT	Rondonópolis	175.854.008,03	222.316	131°
90°	GO	Rio Verde	173.728.461,62	217.048	137°
91°	SP	Jaguariúna	172.363.199,28	54.204	611°
92°	PR	Maringá	170.547.181,63	406.693	58°
93°	MG	Sete Lagoas	168.262.782,82	236.228	119°
94°	PR	Ponta Grossa	164.108.546,80	344.332	76°
95°	MS	Corumbá	164.023.315,90	109.899	285°
96°	SP	Americana	162.447.582,59	233.868	123°
97°	ES	Anchieta	160.536.392,31	28.546	1206°
98°	RJ	Nova Iguaçu	160.343.306,99	798.647	23°
99°	PR	Foz do Iguaçu	160.076.067,51	264.044	106°
100°	RN	Guamaré	157.255.366,71	15.309	2265°

	Total dos 100 maiores	46.279.708.422,42	75.092.976	..
	Total dos demais	60.191.097.804,76	129.525.493	..
	Total Brasil¹	106.470.806.227,18	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: valor correspondente a 100% do ICMS, ou seja, está sem a dedução do Fundeb. ¹Não inclui Brasília.

ICMS municipal per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	ICMS municipal per capita	ICMS municipal	População 2017	Ranking pop. 2017	Posição	UF	Município	ICMS municipal per capita	ICMS municipal	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$							em R\$			
1º	RN	Guamaré	10.272,09	157.255.366,71	15.309	2265º	53º	SP	Cubatão	2.987,82	384.676.113,48	128.748	225º
2º	BA	São Francisco do Conde	9.944,28	399.959.097,22	40.220	831º	54º	SC	Lajeado Grande	2.972,01	4.318.336,91	1.453	5551º
3º	SP	Paulínia	9.382,73	961.720.141,08	102.499	304º	55º	MT	Santa Rita do Trivelato	2.950,18	9.532.024,73	3.231	5022º
4º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	8.256,10	88.942.973,34	10.773	2985º	56º	MG	Taipira	2.945,28	13.695.532,61	4.650	4473º
5º	MG	Araporá	6.248,55	42.327.656,51	6.774	3785º	57º	RS	Alpestre	2.920,96	21.711.463,53	7.433	3619º
6º	SP	Louveira	5.758,75	264.453.362,50	45.922	718º	58º	MG	Guarda-Mor	2.918,03	19.655.828,95	6.736	3796º
7º	ES	Anchieta	5.623,78	160.536.392,31	28.546	1206º	59º	RS	Capão Bonito do Sul	2.896,00	5.091.161,63	1.758	5509º
8º	RS	Triunfo	5.129,76	145.115.658,97	28.289	1227º	60º	SP	Rosana	2.891,84	51.460.252,67	17.795	2010º
9º	RS	Pinhala da Serra	4.834,12	10.170.987,59	2.104	5438º	61º	SP	Cordelirópolis	2.830,37	67.343.077,24	23.793	1485º
10º	SP	Rifaina	4.621,75	16.721.484,04	3.618	4871º	62º	TO	Cariri do Tocantins	2.827,15	12.145.456,53	4.296	4605º
11º	MG	Cachoeira Dourada	4.611,11	12.408.509,08	2.691	5233º	63º	RS	Santa Margarida do Sul	2.801,53	7.057.058,10	2.519	5307º
12º	PR	Saudade do Iguaçu	4.580,90	24.956.729,65	5.448	4191º	64º	PR	Serranópolis do Iguaçu	2.779,69	12.889.420,30	4.637	4479º
13º	MG	Jeceaba	4.468,06	23.274.129,80	5.209	4264º	65º	SC	Presidente Castello Branco	2.778,66	4.473.640,11	1.610	5531º
14º	MS	Jateí	4.369,63	17.587.753,08	4.025	4718º	66º	MG	Água Comprida	2.766,94	5.694.358,20	2.058	5450º
15º	SC	Piratuba	4.135,84	16.965.232,70	4.102	4680º	67º	MG	Rio Acima	2.754,23	27.881.081,46	10.123	3104º
16º	GO	Davinópolis	4.108,73	8.763.918,67	2.133	5428º	68º	SC	Arvoredo	2.725,35	6.162.021,71	2.261	5385º
17º	RJ	Porto Real	4.066,96	76.576.852,62	18.829	1880º	69º	SP	Monções	2.688,74	6.046.980,67	2.249	5388º
18º	SP	Ouroeste	4.046,37	40.046.958,90	9.897	3134º	70º	SP	Colômbia	2.676,20	16.659.356,48	6.225	3945º
19º	MA	Santo Antônio dos Lopes	4.008,09	57.002.995,73	14.222	2416º	71º	RS	Capão do Cipó	2.676,11	9.229.906,66	3.449	4942º
20º	RS	Aratiba	3.975,11	26.239.668,56	6.601	3833º	72º	MG	Serra da Saudade	2.674,63	2.171.797,49	812	5568º
21º	MG	Extrema	3.951,28	135.702.670,74	34.344	986º	73º	RJ	Santa Maria Madalena	2.670,42	27.163.494,31	10.172	3097º
22º	GO	Perolândia	3.884,57	12.178.122,96	3.135	5056º	74º	SP	Queiroz	2.663,10	8.700.349,22	3.267	5009º
23º	SP	Borá	3.847,96	3.228.438,45	839	5567º	75º	SP	Zacarias	2.659,56	7.010.609,72	2.636	5249º
24º	BA	Madre de Deus	3.831,61	80.490.571,62	21.007	1679º	76º	PR	São Manoel do Paraná	2.649,20	5.799.096,76	2.189	5410º
25º	RO	Pimenteiras do Oeste	3.710,76	8.942.930,72	2.410	5349º	77º	PR	Maripá	2.627,85	15.178.434,69	5.776	4081º
26º	RJ	Quissamã	3.703,40	87.159.516,10	23.535	1504º	78º	SP	Barueri	2.597,26	694.854.741,63	267.534	103º
27º	MS	Alcinópolis	3.688,58	19.136.342,18	5.188	4269º	79º	MG	Indianópolis	2.593,76	17.653.116,08	6.806	3770º
28º	GO	Chapadão do Céu	3.670,16	33.435.138,12	9.110	3244º	80º	RS	Capitão	2.580,27	7.144.767,18	2.769	5205º
29º	RS	Westfalia	3.652,00	10.872.014,36	2.977	5121º	81º	SP	Brejo Alegre	2.575,11	7.241.205,46	2.812	5190º
30º	SP	Sandovalina	3.610,70	15.071.067,53	4.174	4653º	82º	SP	Nova Castilho	2.560,82	3.172.859,69	1.239	5560º
31º	RS	Muitos Capões	3.592,65	11.338.396,92	3.156	5049º	83º	MT	Alto Taquari	2.541,88	26.044.076,10	10.246	3090º
32º	PE	Ipojuca	3.592,15	339.576.899,42	94.533	333º	84º	MG	Itaíaiçu	2.541,69	27.905.211,62	10.979	2933º
33º	MS	Taquarussu	3.574,43	12.760.709,01	3.570	4897º	85º	AM	Presidente Figueiredo	2.525,50	87.316.665,71	34.574	977º
34º	RS	Tupandi	3.564,14	15.938.853,07	4.472	4539º	86º	SC	Santiago do Sul	2.524,23	3.324.407,95	1.317	5558º
35º	MG	Santa Vitória	3.522,93	69.211.526,54	19.646	1798º	87º	RJ	Itaiaia	2.516,26	77.256.616,33	30.703	1134º
36º	PR	Araucária	3.508,30	482.223.302,99	137.452	207º	88º	MT	Novo Santo Antônio	2.505,68	6.259.184,98	2.498	5320º
37º	PR	Alto Paraíso	3.498,83	10.489.480,51	2.998	5112º	89º	BA	São Desidério	2.502,53	84.237.725,80	33.661	1014º
38º	MT	Campos de Júlio	3.448,72	22.458.089,99	6.512	3858º	90º	SC	Treviso	2.501,35	9.662.723,32	3.863	4781º
39º	SC	Itá	3.347,39	21.004.866,41	6.275	3925º	91º	MG	Catas Altas	2.496,64	13.272.144,72	5.316	4232º
40º	SC	Abdon Batista	3.306,63	8.610.475,89	2.604	5263º	92º	MG	Congonhas	2.496,60	134.424.642,41	53.843	616º
41º	MS	Paraíso das Águas	3.280,80	17.552.258,86	5.350	4219º	93º	SC	Morro Grande	2.495,60	7.274.679,32	2.915	5148º
42º	RJ	Macuco	3.233,41	17.570.370,48	5.434	4197º	94º	RS	Poço das Antas	2.477,75	5.233.011,93	2.112	5435º
43º	SC	Marema	3.221,07	6.139.358,84	1.906	5479º	95º	RS	Pedras Altas	2.477,63	5.371.497,68	2.168	5415º
44º	SP	Uru	3.193,76	3.854.863,50	1.207	5563º	96º	SP	Vinhedo	2.475,37	185.971.855,02	75.129	430º
45º	SP	Jaguariúna	3.179,90	172.363.199,28	54.204	611º	97º	SP	Santo Antônio do Aracanguá	2.461,74	20.395.549,95	8.285	3411º
46º	SP	Taciba	3.172,56	19.647.690,74	6.193	3957º	98º	TO	São Félix do Tocantins	2.448,06	3.845.909,84	1.571	5539º
47º	RS	Boa Vista do Cadeado	3.170,67	8.009.111,68	2.526	5305º	99º	SC	Lacerdópolis	2.446,47	5.507.009,47	2.251	5386º
48º	GO	São Simão	3.098,61	61.033.390,96	19.697	1791º	100º	SC	Jardinópolis	2.445,24	3.973.509,16	1.625	5529º
49º	RS	Vista Alegre do Prata	3.096,76	4.988.878,10	1.611	5530º							
50º	SC	Vargem Bonita	3.045,27	13.999.101,80	4.597	4498º							
51º	MT	Araguainha	3.042,59	2.832.648,75	931	5566º							
52º	SP	Pontes Gestal	3.033,42	7.868.680,63	2.594	5272º							
									Total dos 100 maiores	3.865,02	6.475.804.801,72	1.675.490	..
									Total dos demais	492,72	99.995.001.425,46	202.942.979	..
									Total Brasil¹	520,34	106.470.806.227,18	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: valor correspondente a 100% do ICMS, ou seja, está sem a dedução do Fundeb. ¹Não inclui Brasília.

Quedas no Sul e Sudeste comprometem desempenho do IPVA

Mesmo com pequena queda nos dois últimos anos na arrecadação do IPVA, observa-se que nos estados onde a legislação foi alterada houve crescimento que beneficiou seus municípios.

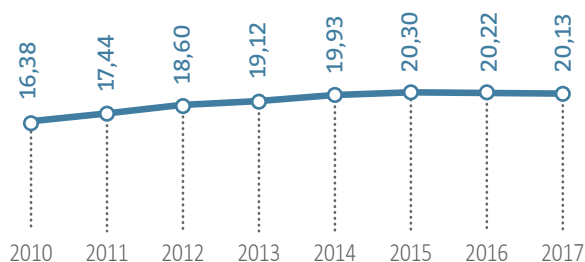
Desempenho

Pelo segundo ano consecutivo as receitas municipais decorrentes das transferências estaduais relativas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sofreram uma ligeira queda em relação ao exercício anterior. Em

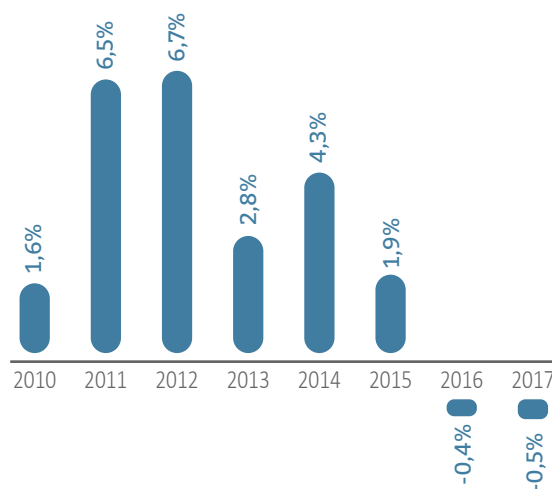
2017, o montante de R\$ 20,13 bilhões foi 0,5% menor que em 2016 que, por sua vez, havia registrado uma queda de 0,4% quando comparado com 2015, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2017.

Evolução do IPVA municipal

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Taxa de crescimento do IPVA municipal em relação ao ano anterior



O IPVA é um imposto de competência estadual e 50% do produto de sua arrecadação pertence aos municípios.

Com a delicada situação fiscal encontrada em diversos estados, aliado a um cenário de crise e diminuição das receitas públicas, vários governos optaram por alterar as normas de cobrança sobre o tributo visando ao aumento da arrecadação, o que, indiretamente, beneficiou os municípios desses estados.

No exercício de 2017, houve fortes expansões na receita dos municípios com o IPVA em cinco das 27 Unidades Federativas, em relação a 2016, devido às alterações nas legislações estaduais, como aumentos em alíquotas, concessão de descontos e programas de parcelamentos de débitos.

Esse movimento começou no Estado do Paraná, ainda em 2014, ano em que os primeiros sinais negativos da economia foram percebidos. O Estado promoveu um aumento na alíquota cobrada sobre a maior parte dos veículos, que passou de 2,5% para 3,5% do valor calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). As mudanças passaram a valer em 2015, alavancando a arrecadação estadual de IPVA e, conseqüentemente, os valores transferidos aos municípios paranaenses naquele ano. Esse incremento acabou sendo responsável direto para que o IPVA partilhado com os municípios alcançasse R\$ 20,30 bilhões, o maior valor histórico no Brasil em 2015.

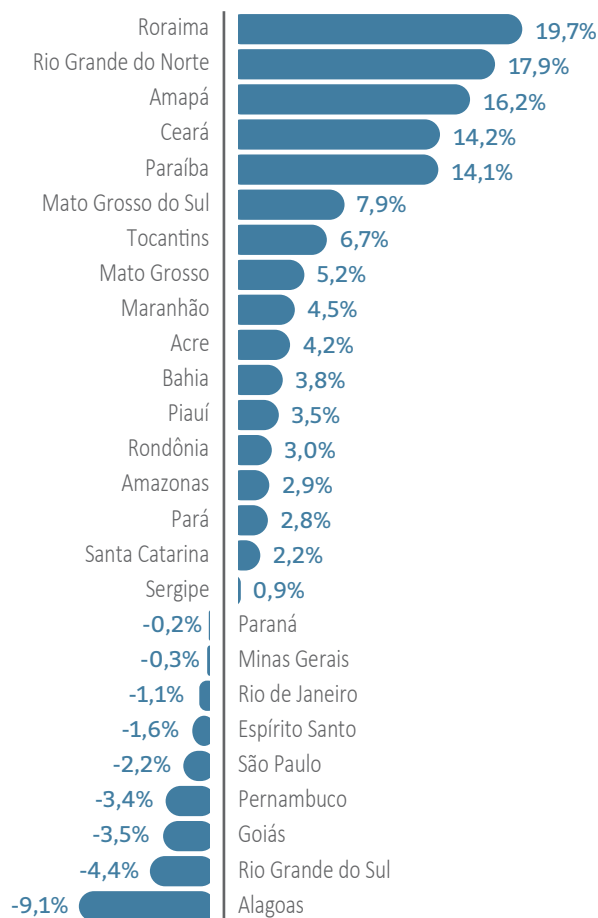
Desde então, vários estados seguiram o caminho trilhado pelo Paraná aumentando a carga tributária, ao passo que outros mantiveram inalteradas suas legislações. Em linhas gerais, tanto em 2016, quanto em 2017, os estados brasileiros dividiram-se em dois grupos distintos. De

um lado aqueles que alteraram suas legislações de modo a aumentar a receita, do outro aqueles que permaneceram com a mesma legislação e viram a arrecadação cair devido à queda na venda de veículos novos e ao envelhecimento da frota, fatores que diminuem a base de cálculo do imposto.

Como um grupo compensa a perda ou ganho do outro, na média o IPVA transferido aos municípios brasileiros vem praticamente repetindo os valores alcançados em 2015, com leves retrações. Em 2016, a receita dos municípios com o imposto foi de R\$ 20,22 bilhões e, em 2017, de R\$ 20,13 bilhões.

Em 2017, os municípios do Estado de Roraima (19,7%) obtiveram as maiores taxas de crescimento na transferência do IPVA, em função da Receita Estadual ter deixado de conceder descontos em cota única, prática que vinha sendo adotada até 2016. No Rio Grande do Norte, onde a receita cresceu 17,9%, houve um aumento de 0,5 ponto percentual (p.p.) na alíquota da maior parte da frota no Estado. No Ceará, o aumento de 14,2% da cota municipal foi reflexo direto do aumento na alíquota de motocicletas e veículos mais potentes. No Amapá, após uma queda acentuada na arrecadação do IPVA em 2016, o Governo Estadual lançou mão, via decreto, de um programa de parcelamento de débitos do imposto, concedendo desconto integral de juros e multas, o que ajudou a alavancar essa receita em 16,2% no ano seguinte. Essa medida foi adotada de modo semelhante em outros estados como Paraíba (14,1%) e Mato Grosso do Sul (7,9%).

Taxa de crescimento do IPVA municipal por Estado - 2017/2016



Beneficiadas pelas alterações na legislação de seus estados, várias capitais e vários municípios de grande porte apresentaram forte incremento de receita com IPVA, em 2017. Lideraram esse ranking as cidades de Fortaleza, onde o tributo aumentou em R\$ 26,7 milhões, o equivalente a uma taxa de crescimento de 12,5% em relação a 2016; João Pessoa, com adicional de R\$ 16,5 milhões; e Natal, com mais R\$ 11,5 milhões.

Além dessas capitais, entre os 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**, destacaram-se, com elevadas taxas de crescimento em 2017: Dourados-MS (24,7%), Macapá (16,7%), Mossoró-RN (21,1%) e Boa Vista (16%). Nesses municípios o incremento na receita com o tributo variou de R\$ 6 milhões, no primeiro, a R\$ 3,6 milhões, no último.

Por outro lado, em nove Unidades Federativas foram registradas quedas na receita municipal de IPVA entre 2016 e 2017, conforme mostra o gráfico ao lado. Porém, quando se observa um período mais extenso, de 2014 a 2017, as maiores perdas ocorreram nos municípios dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, onde não houve aumento da carga tributária sobre o IPVA no período.

Entre os 100 municípios que apresentaram as maiores perdas com o tributo entre 2016 e 2017, há 36 paulistas, 25 gaúchos e três capixabas. Na capital paulista a perda chegou a R\$ 111,6 milhões, um recuo de 4,4% sobre resultado de 2016. Em São Bernardo do Campo-SP, a queda foi de R\$ 10,4 milhões, valor semelhante ao de Campinas-SP, com R\$ -10 milhões, e de Porto Alegre, com R\$ -9,1 milhões. Em Santos-SP, a frustração na receita chegou a R\$ 7,8 milhões.

Entre as maiores retrações, observadas em 2017, estão também capitais de estados que fizeram a reforma do IPVA anteriormente e que elevaram seu patamar de arrecadação nos exercícios de 2015 ou 2016. É o caso de Recife, Rio de Janeiro, Goiânia, Maceió e Curitiba. Esse cenário também se aplica aos maiores municípios em cada um desses estados, como é o caso de Arapiraca-AL (-8,1%) e Anápolis-GO (-6,9%).

Dados sobre a frota de veículos

De acordo com os dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), 49,6% dos veículos automotores brasileiros estavam emplacados em municípios da região Sudeste, em 2017. A região Sul detém a segunda maior frota, com 20,1% do total. Cabe destacar que a frota da região Norte é a que mais vem crescendo nos últimos anos e, desde 2002, apresenta uma taxa de crescimento anual média de 11%.

Entre os estados, São Paulo lidera o ranking com 29,5% do total de veículos no Brasil, seguido por Minas Gerais (11,2%) e Paraná (7,7%). Na outra ponta, os estados com a menor quantidade são Roraima e Amapá, com 0,2% cada.

Os automóveis compõem a maior parte da frota brasileira, com 54,5%. Na sequência, estão as motocicletas e motonetas que, juntas, representam 26,5%. O restante, 19%, é composto por uma variedade de veículos, tais como caminhões (2,8%), caminhonetes e caminhonetes (10,7%), ônibus (0,6%), utilitários, triciclos, reboques e outros.

Com relação à idade da frota, do total dos veículos circulantes em 2017, 30% possuem

até cinco anos. Em 2016, esse grupo representava 34%; em 2015, 37% e, em 2014, 41%. Por outro lado, outros 6% têm mais de 20 anos de uso, o que os torna, em boa parte dos estados, isentos do IPVA. Esse indicador era de 4%, em 2016.

Em resumo, a idade média da frota vem subindo, o que causa uma diminuição no valor-base do veículo sobre o qual é cobrado o IPVA. Em 2017, a idade média da frota aumentou quatro meses em relação a 2016, que já havia aumentado também em quatro meses em relação a 2015 e, desse modo, chegou a nove anos e sete meses na média geral. Esse fato é resultado da desaceleração no ritmo de compra de veículos novos, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças). Como mostra o gráfico a seguir, a expansão da frota registrou suas menores taxas em 2016 (3,5%) e 2017 (3,4%), em relação ao ano anterior.

Composição da frota brasileira de veículos - 2017



Automóveis
54,5%

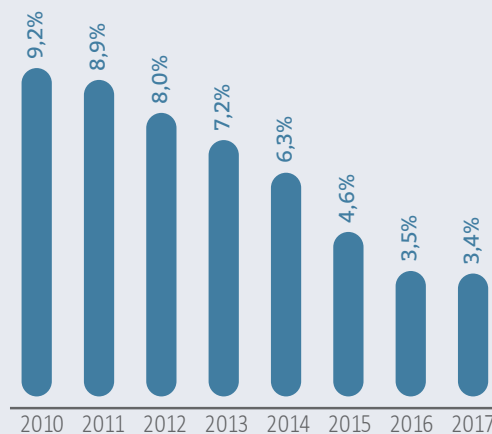


Motos
26,5%



Demais
19%

Taxa de crescimento da frota de veículos em relação ao ano anterior

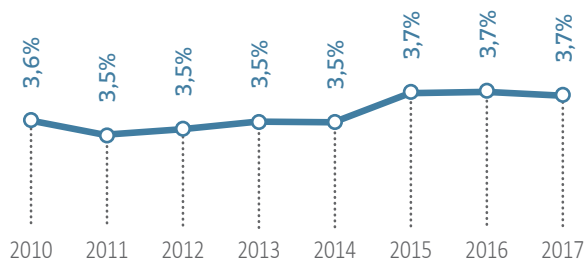


Concentração e participação na receita corrente

Como o Sudeste abriga 42,5% da população brasileira e é onde as pessoas possuem a maior renda média no Brasil, a frota de veículos, além de ser maior, é também aquela que possui o maior valor venal médio. Isso contribuiu para que a região fosse responsável por 59,4% de toda a receita de IPVA no Brasil, em 2017. As capitais, somadas, foram responsáveis por 32,8% de todo o IPVA.

Com relação à importância do IPVA nos orçamentos municipais, a transferência do imposto respondeu por 3,7% da receita corrente dos municípios brasileiros, em 2017, repetindo o resultado dos dois anos anteriores. Nos últimos dez anos, esse indicador variou entre 3,4% e 3,8%. A pequena amplitude na variação mostra que o desempenho do IPVA tem caminhado juntamente com o da receita corrente. Entretanto, desde 2007, os quatro anos em que o IPVA mais contribuiu para a formação das receitas públicas foram 2009, 2015, 2016 e 2017, exatamente os mesmos anos das crises econômicas que afetaram o Brasil.

Participação do IPVA municipal na receita corrente



Esse fenômeno acontece porque os impostos sobre o patrimônio são menos sensíveis às flutuações da economia do que aqueles sobre a renda, produção ou consumo. Eles tendem a apresentar menores quedas em momentos de recessão, uma

vez que a propriedade continua a existir e a ser tributada, enquanto os demais impostos apresentam diminuição mais severa na base tributável.

OS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO SÃO MENOS SENSÍVEIS ÀS FLUTUAÇÕES DA ECONOMIA DO QUE AQUELES SOBRE A RENDA, PRODUÇÃO OU CONSUMO.

IPVA per capita

Em 2017, os municípios brasileiros obtiveram uma receita de IPVA equivalente a R\$ 98,37 por habitante. Esse valor, entretanto, esconde uma forte assimetria regional. No Norte e Nordeste a arrecadação per capita de R\$ 43,47 e R\$ 42,22, respectivamente, é muito inferior à média nacional. Isso é reflexo de um número bem menor de veículos circulando nos municípios dessas regiões, cerca de um para cada 3,5 habitantes.

No Sudeste, com R\$ 137,43 per capita, existem 1,8 pessoas para cada veículo, enquanto que no Sul, com R\$ 124,59 per capita, esse indicador é de 1,5. O número proporcionalmente maior de veículos e a presença mais intensa de carros de luxo na composição da frota dessas regiões elevam suas receitas per capita. No Centro-Oeste, o número de habitantes por automóvel é igual ao do Sudeste, entretanto o fator renda e as alíquotas médias menores fazem com que a arrecadação per capita, de R\$ 100,41, fique mais próxima da média nacional.

Individualmente, destaca-se Carmésia, localizada no Vale do Aço, em Minas Gerais. Com uma arrecadação de R\$ 440,46 por habitante, o município lidera o ranking com folga sobre os demais. A cidade, que em 2017 possuía 2.629 habitantes,

sancionou, em 1997, uma lei que devolve até 40% do IPVA pago por frotistas e empresas de transportes. Como consequência, um número elevado de ônibus (1.355) encontra-se emplacado no município.

Em segundo lugar, aparece pela primeira vez Porto Real-RJ com R\$ 355,29, ultrapassando São Caetano do Sul (R\$ 342,63), município da Região

Metropolitana de São Paulo que apresenta elevada renda per capita, o que se reflete em carros de alto valor venal sobre os quais é aplicada uma elevada alíquota estadual. **Com efeito, os quesitos renda e alíquota fazem com que entre as 50 maiores arrecadações per capita 36 posições sejam ocupadas por cidades paulistas. Veja o ranking na página 57.**

IPVA para iates e jatos particulares

O Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) defende a ampliação da base tributária do IPVA que atualmente abrange apenas os veículos automotores terrestres. Segundo a entidade, o IPVA poderia ser cobrado também sobre a propriedade de jatinhos, aviões, helicópteros, barcos, iates e motos aquáticas particulares. Os barcos e aviões comerciais estariam isentos.

A motivação para a ampliação é melhorar a justiça e a eficiência da cobrança do IPVA, tornando eficaz o princípio da capacidade contributiva, uma vez que proprietários de carros, caminhões e motos pagam o tributo e os de jatos e iates, que normalmente pertencem a pessoas com maior capacidade contributiva, não. A ampliação ainda seria benéfica para as finanças dos estados e municípios. Segundo estimativa do Sindifisco realizada em 2018 e apresentada aos candidatos à presidência da República, a ampliação resultaria numa arrecadação adicional anual de R\$ 4,6 bilhões aos cofres públicos¹, sendo que, desse total, 50% pertence aos estados e 50% aos municípios. A maior parte

desse montante ficaria em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Amazonas, estados que possuem a maior frota de helicópteros, jatos, barcos e iates.

Em 2002 e 2006 ministros do Supremo Tribunal Federal barraram iniciativas dos estados do Amazonas (RE 134.509-AM), São Paulo (RE 255.111-SP) e Rio de Janeiro (RE 379.572-RJ) de ampliarem suas bases de arrecadação, justificando que o IPVA, por ser derivado da antiga Taxa Rodoviária Única, deveria ficar restrito aos veículos terrestres, dentre outros motivos. Segundo o julgamento do ministro Sepúlveda Pertence, a Constituição Federal deveria prever a incidência sobre veículos aéreos e aquáticos, caso a intenção fosse essa. Atualmente, a Constituição menciona apenas “propriedade de veículos automotores”.

Dessa forma, a extensão da incidência do IPVA requer uma modificação na Constituição para que o inciso III do artigo 155 passe a mencionar a “propriedade ou posse de veículos automotores, terrestres, aquáticos e aéreos”. A proposta de ampliação da base de tributação do IPVA foi inscrita na Proposta de Emenda Constitucional nº 140 de 2012 que, em agosto de 2018, foi apensada à PEC 293/2004 por tratarem do mesmo tema, ou seja, de alterações no Sistema Tributário Nacional. A PEC 293 continua em tramitação no Congresso Nacional.

¹ A estimativa considera as frotas apresentadas pela Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag), Associação Brasileira dos Construtores de Barcos (Acobar) e Diretoria de Portos e Costas (DPC) e considera uma alíquota de 4% para o IPVA. Segundo tais entidades foram considerados 1.681 helicópteros, 641 aviões e jatos, 827 aviões turboélices 131.544, embarcações nacionais. A conta exclui os mais de 12 mil aviões comerciais.

IPVA municipal | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. na receita corrente 2017	IPVA municipal per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %		em R\$
	17.936.201	Norte	685.072,7	757.786,5	768.679,6	745.670,8	779.757,7	4,6	2,2	43,47
AC	383.443	Rio Branco	22.147,0	22.699,1	23.516,0	22.034,8	22.682,2	2,9	3,1	59,15
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	2.327,8	2.523,9	2.717,1	2.628,0	2.780,3	5,8	..	33,65
AP	474.706	Macapá	29.471,9	30.572,2	28.632,3	25.519,3	29.792,6	16,7	4,1	62,76
AP	115.471	Santana	4.078,6	4.493,6	5.095,8	3.814,5	4.230,2	10,9	2,8	36,63
AM	2.130.264	Manaus	150.276,7	161.149,0	159.832,0	145.315,4	148.926,3	2,5	3,6	69,91
AM	113.832	Parintins	737,9	807,4	761,6	700,4	787,0	12,4	0,5	6,91
PA	1.452.275	Belém	93.134,5	96.854,5	96.272,1	91.185,6	91.176,9	0,0	3,5	62,78
PA	516.057	Ananindeua	21.470,3	23.165,2	23.072,6	22.097,7	22.017,4	-0,4	3,6	42,66
PA	296.302	Santarém	10.775,7	11.849,3	12.574,8	12.171,9	12.796,5	5,1	2,4	43,19
PA	271.594	Marabá	15.706,5	17.178,1	17.580,3	16.262,0	16.812,3	3,4	2,3	61,90
RO	519.436	Porto Velho	44.187,1	52.545,5	48.624,6	47.003,2	47.371,5	0,8	3,9	91,20
RO	132.667	Ji-Paraná	11.098,6	13.158,6	12.922,9	12.529,7	13.140,1	4,9	5,9	99,05
RR	332.020	Boa Vista	21.169,7	22.342,3	23.459,5	22.700,8	26.322,6	16,0	2,7	79,28
RR	28.215	Rorainópolis	266,7	337,8	238,2	88,6	420,0	373,9	..	14,88
TO	286.787	Palmas	28.517,2	31.331,8	33.917,6	37.983,4	40.202,9	5,8	4,1	140,18
TO	175.960	Araguaína	16.545,4	17.423,1	19.313,3	21.779,3	22.990,2	5,6	6,2	130,66
	57.251.143	Nordeste	2.062.360,4	2.177.741,4	2.212.829,2	2.316.808,8	2.417.206,6	4,3	2,0	42,22
AL	1.029.129	Maceió	67.119,9	70.047,7	69.341,5	90.989,0	81.069,8	-10,9	4,1	78,78
AL	234.185	Arapiraca	11.097,8	11.975,1	12.564,0	15.961,3	14.673,8	-8,1	2,8	62,66
BA	2.953.986	Salvador	223.612,3	220.821,8	215.420,4	198.235,2	198.404,4	0,1	3,6	67,16
BA	627.477	Feira de Santana	41.366,9	42.864,8	43.388,3	41.404,8	42.959,0	3,8	4,3	68,46
BA	348.718	Vitória da Conquista	23.385,2	22.885,9	23.006,5	21.593,6	23.125,8	7,1	4,0	66,32
BA	296.893	Camaçari	16.429,2	18.000,3	18.502,1	17.717,1	16.837,7	-5,0	1,7	56,71
CE	2.627.482	Fortaleza	209.540,3	216.145,0	217.207,7	213.688,4	240.342,9	12,5	4,1	91,47
CE	362.223	Caucaia	8.230,7	9.109,8	9.967,5	10.117,4	11.423,4	12,9	2,0	31,54
CE	270.383	Juazeiro do Norte	12.178,1	12.946,5	14.487,5	12.917,0	15.477,1	19,8	2,6	57,24
MA	1.091.868	São Luís	87.360,0	90.404,0	88.367,0	85.449,0	86.642,5	1,4	3,4	79,35
MA	254.569	Imperatriz	18.549,1	20.577,7	20.867,7	19.178,6	20.996,7	9,5	3,8	82,48
PB	811.598	João Pessoa	44.457,4	46.646,0	45.748,6	54.956,2	71.490,8	30,1	3,9	88,09
PB	410.332	Campina Grande	16.980,7	21.848,3	21.927,0	26.576,0	26.731,0	0,6	3,5	65,14
PE	1.633.697	Recife	200.723,4	204.089,7	192.396,0	216.923,1	195.012,3	-10,1	4,6	119,37
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	31.859,8	33.059,8	33.190,5	39.656,7	39.262,2	-1,0	3,4	56,41
PE	390.771	Olinda	21.414,5	17.306,5	22.601,7	27.789,3	27.553,5	-0,8	5,0	70,51
PE	356.128	Caruaru	19.004,6	20.804,6	20.315,3	25.745,3	26.142,7	1,5	4,4	73,41
PE	343.219	Petrolina	13.741,2	15.701,4	16.796,6	21.857,3	23.043,8	5,4	4,0	67,14
PE	328.353	Paulista	11.904,7	12.340,5	13.385,3	17.155,3	17.107,7	-0,3	4,3	52,10
PI	850.198	Teresina	71.039,5	73.854,8	74.427,8	77.609,6	80.892,4	4,2	3,4	95,15
PI	150.547	Parnaíba	5.081,4	7.077,3	7.557,1	8.201,1	8.572,1	4,5	2,9	56,94
RN	885.180	Natal	71.680,7	74.526,9	71.414,3	67.038,1	78.565,5	17,2	4,2	88,76
RN	295.619	Mossoró	19.156,2	20.121,9	19.831,4	18.436,6	22.326,7	21,1	4,3	75,53
SE	650.106	Araçuaia	49.022,1	49.795,1	54.320,5	65.195,3	66.611,5	2,2	4,2	102,46
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	3.197,0	3.268,6	3.422,3	3.917,9	3.924,0	0,2	1,5	21,57
	12.836.463	Centro-Oeste¹	990.796,3	1.060.477,7	1.120.226,2	1.274.544,7	1.288.937,3	1,1	3,6	100,41
GO	1.466.105	Goiânia	240.280,7	251.640,8	254.632,2	277.846,3	259.495,7	-6,6	6,4	177,00
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	29.731,6	32.869,5	35.159,9	42.668,9	40.894,1	-4,2	4,3	75,44
GO	375.142	Anápolis	37.322,9	40.335,0	44.027,7	49.789,9	46.330,2	-6,9	4,9	123,50
MT	590.118	Cuiabá	81.887,7	87.085,0	92.089,3	87.565,9	89.883,4	2,6	4,8	152,31
MT	274.013	Várzea Grande	22.598,4	23.194,6	23.715,5	22.862,2	23.358,0	2,2	4,7	85,24
MS	874.210	Campo Grande	80.555,2	85.057,9	83.589,6	116.698,3	123.226,3	5,6	4,1	140,96
MS	218.069	Dourados	17.841,6	20.034,4	18.862,8	24.285,2	30.275,6	24,7	4,3	138,84
	86.949.714	Sudeste	11.975.895,5	12.423.328,3	12.326.940,1	12.149.106,2	11.949.164,9	-1,6	4,5	137,43
ES	363.140	Vitória	47.213,3	47.636,7	45.816,4	42.944,1	41.689,3	-2,9	2,8	114,80
ES	502.618	Serra	28.542,8	29.594,6	29.209,2	27.423,7	26.761,8	-2,4	2,5	53,24
ES	486.388	Vila Velha	37.023,1	38.157,9	37.402,5	35.477,7	35.022,8	-1,3	4,2	72,01
ES	387.368	Cariacica	19.063,0	20.002,3	18.832,0	17.364,7	16.957,4	-2,3	3,1	43,78
MG	2.523.794	Belo Horizonte	571.577,2	590.031,0	592.593,5	585.250,5	591.857,4	1,1	6,7	234,51
MG	676.613	Uberlândia	110.770,1	115.649,8	122.162,9	122.142,5	120.375,8	-1,4	6,4	177,91
MG	658.580	Contagem	86.614,9	90.140,3	91.010,7	89.809,6	87.127,7	-3,0	6,0	132,30

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Part. na receita corrente 2017	IPVA municipal per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %		em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	72.648,7	75.789,4	78.099,9	78.869,6	79.186,4	0,4	5,8	140,46
MG	427.146	Betim	45.487,2	49.485,0	50.833,8	50.584,4	46.855,6	-7,4	3,0	109,69
MG	402.027	Montes Claros	40.736,3	43.824,4	44.726,9	45.957,3	44.921,1	-2,3	7,3	111,74
MG	328.871	Ribeirão das Neves	15.537,9	16.349,2	17.755,9	18.267,2	18.150,8	-0,6	..	55,19
MG	328.272	Uberaba	52.257,7	52.712,3	54.763,8	54.413,5	52.615,2	-3,3	5,3	160,28
MG	280.901	Governador Valadares	28.109,1	29.579,9	30.717,2	30.807,7	30.013,9	-2,6	4,0	106,85
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	760.515,9	772.838,7	757.777,9	838.314,8	816.555,2	-2,6	4,0	125,23
RJ	1.049.826	São Gonçalo	46.837,9	47.292,8	50.539,5	55.637,0	54.807,0	-1,5	5,5	52,21
RJ	890.997	Duque de Caxias	43.458,2	42.848,4	48.243,0	51.246,2	50.092,8	-2,3	2,5	56,22
RJ	798.647	Nova Iguaçu	35.102,9	35.576,1	38.450,3	42.644,4	43.896,8	2,9	3,5	54,96
RJ	499.028	Niterói	88.728,2	84.900,9	89.460,3	93.058,4	90.490,1	-2,8	3,8	181,33
RJ	495.783	Belford Roxo	13.947,4	14.571,7	15.372,5	16.852,6	17.407,4	3,3	3,1	35,11
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	33.775,7	36.122,0	35.721,5	30.725,1	36.025,4	17,3	2,3	73,48
RJ	460.461	São João de Meriti	19.672,3	20.633,0	21.240,6	22.819,8	22.843,2	0,1	4,4	49,61
RJ	298.235	Petrópolis	31.148,9	33.512,4	34.300,7	34.989,9	35.392,0	1,1	4,1	118,67
RJ	265.201	Volta Redonda	25.784,5	29.966,4	25.244,1	28.275,8	27.446,6	-2,9	3,4	103,49
SP	12.106.920	São Paulo	2.641.377,7	2.676.515,6	2.628.494,9	2.534.903,3	2.423.309,2	-4,4	5,0	200,16
SP	1.349.113	Guarulhos	187.717,1	199.499,2	195.357,1	183.165,8	181.676,4	-0,8	4,7	134,66
SP	1.182.429	Campinas	315.968,8	327.246,5	309.900,1	290.055,0	280.047,9	-3,5	7,0	236,84
SP	827.437	São Bernardo do Campo	205.296,9	207.552,6	199.112,1	184.293,2	173.868,6	-5,7	5,3	210,13
SP	715.231	Santo André	159.491,5	161.515,9	150.536,2	140.786,0	135.038,9	-4,1	6,1	188,80
SP	703.219	São José dos Campos	133.594,2	138.517,7	136.770,5	129.555,2	127.488,3	-1,6	5,1	181,29
SP	697.886	Osasco	123.173,9	127.737,2	122.967,9	117.043,8	113.603,1	-2,9	..	162,78
SP	682.302	Ribeirão Preto	178.880,4	184.341,2	175.942,3	168.094,3	165.889,3	-1,3	6,9	243,13
SP	659.871	Sorocaba	147.396,3	151.617,6	148.223,1	141.872,3	139.188,8	-1,9	5,6	210,93
SP	462.005	Mauá	46.315,6	48.918,1	47.222,4	45.399,3	44.238,3	-2,6	5,0	95,75
SP	450.657	São José do Rio Preto	115.759,0	120.083,7	116.356,8	111.183,4	109.812,8	-1,2	7,8	243,67
SP	434.742	Santos	116.473,4	115.117,0	107.414,8	100.025,1	92.219,2	-7,8	4,2	212,12
SP	433.901	Mogi das Cruzes	73.037,6	78.954,6	77.538,5	74.976,0	71.928,6	-4,1	5,8	165,77
SP	417.869	Diadema	48.092,8	50.810,3	48.406,0	45.782,8	44.651,2	-2,5	4,1	106,85
SP	409.497	Jundiaí	107.876,6	111.027,8	109.036,4	103.565,6	103.556,9	0,0	5,8	252,89
SP	397.322	Piracicaba	89.194,2	93.198,0	89.707,5	84.656,4	84.094,9	-0,7	5,8	211,65
SP	396.587	Carapicuíba	44.338,1	47.504,1	46.223,3	43.785,3	43.198,4	-1,3	..	108,93
SP	371.690	Bauru	84.021,9	87.202,7	84.883,6	80.606,6	79.176,3	-1,8	7,7	213,02
29.644.948	Sul	3.404.959,9	3.515.142,9	3.875.786,3	3.736.710,9	3.693.499,6	-1,2	4,1	124,59	
PR	1.908.359	Curitiba	370.518,6	381.778,5	480.395,4	462.934,8	453.462,5	-2,0	6,3	237,62
PR	558.439	Londrina	77.094,5	80.522,6	100.212,7	101.421,9	101.046,6	-0,4	6,2	180,94
PR	406.693	Maringá	71.672,0	75.282,1	93.199,5	92.611,5	91.443,8	-1,3	7,3	224,85
PR	344.332	Ponta Grossa	39.731,6	41.786,2	51.894,9	51.836,7	51.937,8	0,2	7,3	150,84
PR	319.608	Cascavel	44.050,2	46.206,6	58.479,6	59.437,1	59.641,3	0,3	7,3	186,61
PR	307.530	São José dos Pinhais	45.752,5	44.191,9	51.002,8	48.816,0	48.855,8	0,1	5,3	158,87
PR	264.044	Foz do Iguaçu	26.090,9	27.623,8	35.945,8	36.702,6	36.967,3	0,7	4,1	140,00
RS	1.484.941	Porto Alegre	265.672,6	257.090,3	259.354,6	234.344,5	225.244,2	-3,9	4,0	151,69
RS	483.377	Caxias do Sul	85.715,4	82.498,6	81.182,7	75.520,9	68.594,3	-9,2	4,3	141,91
RS	344.385	Pelotas	39.397,7	39.313,2	39.701,9	38.013,9	38.725,0	1,9	4,6	112,45
RS	343.853	Canoas	42.686,1	42.351,7	43.550,4	39.627,6	37.584,0	-5,2	2,8	109,30
RS	278.445	Santa Maria	35.724,3	36.687,0	37.805,6	36.151,1	35.638,7	-1,4	6,3	127,99
RS	275.146	Gravatá	25.537,7	26.814,5	27.389,4	25.859,9	24.710,8	-4,4	3,7	89,81
RS	253.717	Viamão	18.315,7	19.919,2	19.184,9	19.581,2	18.511,3	-5,5	4,7	72,96
SC	485.838	Florianópolis	80.249,5	80.822,1	78.547,7	75.207,2	76.545,5	1,8	4,9	157,55
SC	577.077	Joinville	67.768,5	69.726,4	69.265,0	64.666,1	65.714,8	1,6	3,5	113,88
SC	348.513	Blumenau	46.366,4	47.698,6	46.610,4	43.753,2	44.018,4	0,6	3,5	126,30
	81.113.137	Cidades selecionadas	10.735.166,0	11.029.756,9	11.089.154,3	11.003.952,1	10.833.222,1	-1,6	4,7	133,56
	32.224.780	Até 20 mil habitantes	1.382.599,8	1.489.346,1	1.602.876,7	1.633.599,3	1.668.933,6	2,2	1,9	51,79
	46.435.866	Capitais	6.553.308,2	6.694.322,0	6.716.189,5	6.717.836,1	6.606.775,5	-1,7	4,7	142,28
	204.618.469	Brasil¹	19.119.084,8	19.934.476,7	20.304.461,5	20.222.841,5	20.128.566,1	-0,5	3,7	98,37

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: valor correspondente a 100% do IPVA, ou seja, está sem a dedução do Fundeb. ¹Não inclui Brasília.

IPVA municipal | RANKING 2017

Posição	UF	Município	IPVA municipal	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	2.423.309.152,64	12.106.920	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	816.555.173,06	6.520.266	2º
3º	MG	Belo Horizonte	591.857.425,70	2.523.794	5º
4º	PR	Curitiba	453.462.481,56	1.908.359	7º
5º	SP	Campinas	280.047.908,05	1.182.429	13º
6º	GO	Goiânia	259.495.725,96	1.466.105	10º
7º	CE	Fortaleza	240.342.876,86	2.627.482	4º
8º	RS	Porto Alegre	225.244.161,59	1.484.941	9º
9º	BA	Salvador	198.404.414,57	2.953.986	3º
10º	PE	Recife	195.012.310,29	1.633.697	8º
11º	SP	Guarulhos	181.676.398,28	1.349.113	12º
12º	SP	São Bernardo do Campo	173.868.611,37	827.437	21º
13º	SP	Ribeirão Preto	165.889.263,76	682.302	28º
14º	AM	Manaus	148.926.254,60	2.130.264	6º
15º	SP	Sorocaba	139.188.751,02	659.871	30º
16º	SP	Santo André	135.038.879,75	715.231	24º
17º	SP	São José dos Campos	127.488.323,27	703.219	25º
18º	MS	Campo Grande	123.226.315,21	874.210	19º
19º	MG	Uberlândia	120.375.833,10	676.613	29º
20º	SP	Osasco	113.603.134,03	697.886	26º
21º	SP	São José do Rio Preto	109.812.769,75	450.657	51º
22º	SP	Jundiaí	103.556.853,48	409.497	57º
23º	PR	Londrina	101.046.580,57	558.439	37º
24º	SP	Santos	92.219.206,38	434.742	52º
25º	PR	Maringá	91.443.784,21	406.693	58º
26º	PA	Belém	91.176.852,90	1.452.275	11º
27º	RJ	Niterói	90.490.108,60	499.028	42º
28º	MT	Cuiabá	89.883.353,67	590.118	34º
29º	MG	Contagem	87.127.685,71	658.580	31º
30º	MA	São Luis	86.642.540,58	1.091.868	14º
31º	SP	Piracicaba	84.094.931,09	397.322	60º
32º	AL	Maceió	81.069.765,41	1.029.129	16º
33º	PI	Teresina	80.892.361,66	850.198	20º
34º	MG	Juiz de Fora	79.186.402,82	563.769	36º
35º	SP	Bauru	79.176.319,54	371.690	66º
36º	RN	Natal	78.565.515,67	885.180	18º
37º	SC	Florianópolis	76.545.460,48	485.838	46º
38º	SP	Mogi das Cruzes	71.928.594,88	433.901	53º
39º	PB	João Pessoa	71.490.821,75	811.598	22º
40º	SP	Barueri	69.809.342,04	267.534	103º
41º	RS	Caxias do Sul	68.594.343,94	483.377	47º
42º	SE	Aracaju	66.611.482,67	650.106	32º
43º	SC	Joinville	65.714.757,59	577.077	35º
44º	PR	Cascavel	59.641.272,54	319.608	83º
45º	SP	Franca	58.449.574,45	347.237	74º
46º	SP	Limeira	56.339.693,89	300.911	88º
47º	SP	Indaiatuba	56.274.136,46	239.602	115º
48º	RJ	São Gonçalo	54.807.042,59	1.049.826	15º
49º	SP	São Caetano do Sul	54.686.223,94	159.608	182º
50º	SP	Americana	53.375.310,15	233.868	123º
51º	MG	Uberaba	52.615.159,38	328.272	82º
52º	PR	Ponta Grossa	51.937.767,62	344.332	76º

Posição	UF	Município	IPVA municipal	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	SP	Taubaté	51.683.964,00	307.953	86º
54º	SP	Araraquara	50.167.547,69	230.770	126º
55º	RJ	Duque de Caxias	50.092.778,88	890.997	17º
56º	PR	São José dos Pinhais	48.855.772,28	307.530	87º
57º	RO	Porto Velho	47.371.512,96	519.436	39º
58º	MG	Betim	46.855.600,16	427.146	54º
59º	SP	São Carlos	46.670.152,87	246.088	112º
60º	SP	Presidente Prudente	46.460.895,28	225.271	129º
61º	GO	Anápolis	46.330.178,13	375.142	65º
62º	SP	Cotia	45.567.770,24	237.750	116º
63º	MG	Montes Claros	44.921.097,41	402.027	59º
64º	SP	Diadema	44.651.167,11	417.869	55º
65º	SP	Mauá	44.238.331,04	462.005	49º
66º	SC	Blumenau	44.018.390,06	348.513	73º
67º	RJ	Nova Iguaçu	43.896.761,02	798.647	23º
68º	SP	Marília	43.198.823,15	235.234	120º
69º	SP	Carapicuíba	43.198.416,98	396.587	61º
70º	BA	Feira de Santana	42.958.961,46	627.477	33º
71º	SP	Santana de Parnaíba	41.739.433,89	131.887	219º
72º	ES	Vitória	41.689.283,25	363.140	67º
73º	GO	Aparecida de Goiânia	40.894.117,14	542.090	38º
74º	SP	Sumaré	40.382.366,62	273.007	100º
75º	TO	Palmas	40.202.906,15	286.787	94º
76º	PE	Jaboatão dos Guararapes	39.262.179,08	695.956	27º
77º	RS	Pelotas	38.724.955,36	344.385	75º
78º	SP	Rio Claro	38.229.328,26	202.952	147º
79º	RS	Canoas	37.583.951,38	343.853	77º
80º	PR	Foz do Iguaçu	36.967.312,17	264.044	106º
81º	SP	Taboão da Serra	36.370.604,36	279.634	96º
82º	SP	Praia Grande	36.193.928,54	310.024	85º
83º	RJ	Campos dos Goytacazes	36.025.433,59	490.288	44º
84º	MG	Ipatinga	35.690.124,66	261.203	107º
85º	RS	Santa Maria	35.638.688,03	278.445	97º
86º	RJ	Petrópolis	35.392.009,78	298.235	89º
87º	ES	Vila Velha	35.022.781,51	486.388	45º
88º	SP	Itu	34.418.280,87	170.157	171º
89º	SP	Suzano	34.079.497,64	290.769	93º
90º	SP	Valinhos	33.574.168,45	124.024	239º
91º	SP	Jacareí	32.762.243,15	229.851	127º
92º	RS	Novo Hamburgo	32.263.929,44	249.508	111º
93º	MG	Divinópolis	32.112.179,89	234.937	121º
94º	SP	São Vicente	31.714.243,80	360.380	70º
95º	SP	Guarujá	31.567.150,25	315.563	84º
96º	MS	Dourados	30.275.642,89	218.069	136º
97º	SP	Bragança Paulista	30.243.180,06	164.163	176º
98º	SP	Atibaia	30.179.812,47	139.683	203º
99º	MG	Governador Valadares	30.013.932,28	280.901	95º
100º	AP	Macapá	29.792.566,32	474.706	48º

		Total dos 100 maiores	11.418.363.763,08	77.967.476	..
		Total dos demais	8.710.202.323,39	126.650.993	..
		Total Brasil¹	20.128.566.086,47	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: valor correspondente a 100% do IPVA, ou seja, está sem a dedução do Fundeb. ¹Não inclui Brasília.

IPVA municipal per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	IPVA municipal per capita	IPVA municipal	População 2017	Ranking pop. 2017	Posição	UF	Município	IPVA municipal per capita	IPVA municipal	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$							em R\$			
1°	MG	Carmésia	440,46	1.157.957,59	2.629	5250°	53°	PR	Palotina	189,91	5.956.711,55	31.366	1110°
2°	RJ	Porto Real	355,29	6.689.835,21	18.829	1880°	54°	SP	São Carlos	189,65	46.670.152,87	246.088	112°
3°	SP	São Caetano do Sul	342,63	54.686.223,94	159.608	182°	55°	SP	Santo André	188,80	135.038.879,75	715.231	24°
4°	SP	Santana de Parnaíba	316,48	41.739.433,89	131.887	219°	56°	SP	Rio Claro	188,37	38.229.328,26	202.952	147°
5°	SP	Vinhedo	297,24	22.330.993,71	75.129	430°	57°	MT	Primavera do Leste	188,26	11.162.749,21	59.293	547°
6°	SP	Marapoama	279,30	823.643,93	2.949	5134°	58°	SP	Limeira	187,23	56.339.693,89	300.911	88°
7°	SP	Valinhos	270,71	33.574.168,45	124.024	239°	59°	PR	Cascavel	186,61	59.641.272,54	319.608	83°
8°	SP	Sebastianópolis do Sul	262,98	897.035,69	3.411	4955°	60°	SP	Pirassununga	185,42	13.994.056,20	75.474	429°
9°	SP	Barueri	260,94	69.809.342,04	267.534	103°	61°	SP	Adamantina	185,22	6.508.474,91	35.139	951°
10°	GO	Palminópolis	255,88	938.313,76	3.667	4860°	62°	SP	Votuporanga	184,71	17.135.129,97	92.768	337°
11°	SP	Jundiá	252,89	103.556.853,48	409.497	57°	63°	MG	Patos de Minas	184,37	27.820.625,46	150.893	192°
12°	SP	Paulínia	249,36	25.559.432,74	102.499	304°	64°	SP	Bragança Paulista	184,23	30.243.180,06	164.163	176°
13°	SP	São José do Rio Preto	243,67	109.812.769,75	450.657	51°	65°	SP	São João da Boa Vista	184,08	16.583.790,85	90.089	347°
14°	SP	Ribeirão Preto	243,13	165.889.263,76	682.302	28°	66°	SP	Marília	183,64	43.198.823,15	235.234	120°
15°	SP	Águas de São Pedro	240,43	785.727,59	3.268	5007°	67°	SP	Jaboticabal	183,30	14.034.022,18	76.563	425°
16°	PR	Curitiba	237,62	453.462.481,56	1.908.359	7°	68°	SP	Fernandópolis	183,27	12.584.868,23	68.670	472°
17°	SP	Campinas	236,84	280.047.908,05	1.182.429	13°	69°	RS	Flores da Cunha	182,67	5.407.512,48	29.603	1172°
18°	SP	Indaiatuba	234,87	56.274.136,46	239.602	115°	70°	RJ	Niterói	181,33	90.490.108,60	499.028	42°
19°	MG	Belo Horizonte	234,51	591.857.425,70	2.523.794	5°	71°	SP	São José dos Campos	181,29	127.488.323,27	703.219	25°
20°	MG	Simão Pereira	233,38	618.692,74	2.651	5244°	72°	PR	Londrina	180,94	101.046.580,57	558.439	37°
21°	SP	Holambra	233,22	3.267.862,39	14.012	2448°	73°	SP	Araras	180,88	23.745.869,36	131.282	220°
22°	SP	Americana	228,23	53.375.310,15	233.868	123°	74°	SP	Matão	179,97	14.812.904,04	82.307	392°
23°	PR	Maringá	224,85	91.443.784,21	406.693	58°	75°	SP	Dracena	179,30	8.305.832,66	46.324	711°
24°	SP	Boituva	223,01	12.914.675,56	57.910	563°	76°	SP	Tupã	178,80	11.757.654,23	65.758	497°
25°	RS	Parai	219,27	1.623.448,66	7.404	3626°	77°	SP	Assis	178,72	18.394.646,82	102.924	301°
26°	SP	Araraquara	217,39	50.167.547,69	230.770	126°	78°	MG	Uberlândia	177,91	120.375.833,10	676.613	29°
27°	MG	Nova Lima	217,31	20.030.940,15	92.178	343°	79°	RS	Ernestina	177,60	570.999,05	3.215	5027°
28°	SP	Atibaia	216,06	30.179.812,47	139.683	203°	80°	SP	Guaira	177,50	7.150.950,09	40.287	828°
29°	SP	Bauru	213,02	79.176.319,54	371.690	66°	81°	SP	Bebedouro	177,28	13.785.851,32	77.761	415°
30°	SP	Santos	212,12	92.219.206,38	434.742	52°	82°	GO	Goiânia	177,00	259.495.725,96	1.466.105	10°
31°	SP	Piracicaba	211,65	84.094.931,09	397.322	60°	83°	PR	Castro	176,79	12.641.000,00	71.501	452°
32°	SP	Sorocaba	210,93	139.188.751,02	659.871	30°	84°	PR	Toledo	176,14	23.873.912,33	135.538	213°
33°	SP	São Bernardo do Campo	210,13	173.868.611,37	827.437	21°	85°	RS	Garibaldi	176,03	5.918.827,19	33.624	1017°
34°	SP	Borá	207,77	174.316,66	839	5567°	86°	SP	Sertãozinho	175,99	21.584.548,13	122.643	241°
35°	SP	Jaguariúna	206,76	11.207.239,90	54.204	611°	87°	SP	Tietê	175,51	7.199.684,98	41.022	816°
36°	SP	Presidente Prudente	206,24	46.460.895,28	225.271	129°	88°	RS	Casca	175,29	1.591.436,08	9.079	3247°
37°	PR	Pato Branco	206,08	16.632.505,51	80.710	395°	89°	SP	Nova Odessa	174,64	10.168.493,73	58.227	558°
38°	SP	Orlândia	204,23	8.844.439,78	43.306	761°	90°	SP	Cordeirópolis	174,57	4.153.501,50	23.793	1485°
39°	SP	Lins	203,07	15.640.780,39	77.021	422°	91°	RS	Lajeado	174,53	13.931.031,84	79.819	401°
40°	SP	Itu	202,27	34.418.280,87	170.157	171°	92°	SC	Antônio Carlos	173,19	1.442.186,34	8.327	3402°
41°	SP	São Paulo	200,16	2.423.309.152,64	12.106.920	1°	93°	SP	Iracemápolis	172,66	4.016.751,13	23.264	1517°
42°	SP	Arujá	199,64	17.254.856,52	86.430	366°	94°	GO	Chapadão do Céu	172,28	1.569.485,66	9.110	3244°
43°	SP	Mojí Mirim	199,33	18.411.299,68	92.365	342°	95°	SP	Louveira	171,42	7.871.744,66	45.922	718°
44°	SP	Itatiba	198,28	23.100.174,40	116.503	264°	96°	PR	Franchita	171,30	938.212,76	5.477	4184°
45°	SP	Catanduva	197,64	23.852.954,36	120.691	253°	97°	SP	Barra Bonita	170,84	6.206.836,47	36.331	921°
46°	GO	Serranópolis	197,53	1.644.015,94	8.323	3405°	98°	MG	Poços de Caldas	170,58	28.331.547,04	166.085	174°
47°	RS	Gramado	196,45	6.884.916,80	35.047	957°	99°	PR	Nova Santa Rosa	170,25	1.393.656,25	8.186	3428°
48°	PR	Quatro Pontes	195,66	788.722,12	4.031	4715°	100°	RS	Nova Pádua	170,02	436.608,91	2.568	5284°
49°	RS	Capitão	194,71	539.162,79	2.769	5205°							
50°	SP	Saltinho	193,13	1.548.740,12	8.019	3462°							
51°	SP	Meridiano	192,33	748.563,09	3.892	4769°							
52°	SP	Cotia	191,66	45.567.770,24	237.750	116°							
									Total dos 100 maiores	207,86	7.040.331.643,44	33.870.376	..
									Total dos demais	76,65	13.088.234.443,03	170.748.093	..
									Total Brasil¹	98,37	20.128.566.086,47	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: valor correspondente a 100% do IPVA, ou seja, está sem a dedução do Fundeb. ¹Não inclui Brasília.

FPM cresce 4,9% em 2017 e prefeitos e governadores questionam base de cálculo

De janeiro a setembro de 2018, o FPM registrou aumento real de 2,6% em relação ao mesmo período de 2017. Frente Nacional de Prefeitos acompanha ação que pede revisão dos cálculos do Fundo de Participação dos estados por afetar igualmente o FPM.

Desempenho

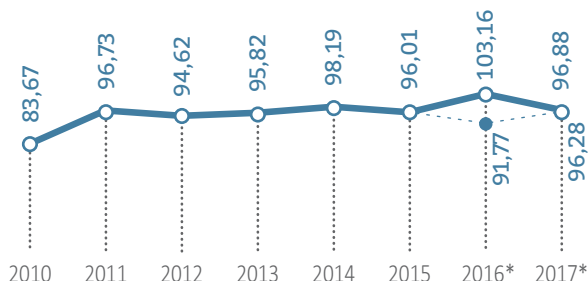
O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) distribuído em 2017 apresentou alta de 4,9%, desconsiderando os recursos provenientes da Lei da Repatriação do ano de 2016 e 2017. Apesar do bom desempenho, o valor transferido de R\$ 96,28 bilhões, sem descontar os 20% do Fundeb, foi muito próximo do realizado em 2011. Dessa forma, a principal transferência constitucional da União para os municípios e que representa a principal fonte de receita para a maioria das pequenas cidades encontra-se, em 2017, em níveis prevaletentes há seis anos, em valores corrigidos da inflação pelo IPCA.

Os valores do FPM de 2016 foram inflados pelos recursos extraordinários originados pela Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016. A lei de Repatriação instituiu o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) visando incentivar a regularização de recursos remetidos

ou mantidos no exterior ou repatriados indevidamente. Para regularizá-los, a lei exigia o pagamento de 15% de Imposto de Renda e mais 15% de multa sobre os valores declarados. Segundo o Portal Brasil, site do Governo Federal, foram regularizados cerca de R\$ 169,94 bilhões, sendo que a Receita Federal arrecadou R\$ 46,8 bilhões em impostos e multas (em valores correntes). Do valor arrecadado, cerca de R\$ 11 bilhões foram incorporados ao FPM e, assim, transferidos para os municípios do Brasil em 2016, sendo a maior parte transferida no final do ano. Ressalte-se que, em 2017, o Governo Federal realizou a segunda fase do RERCT que, no entanto, arrecadou cerca de R\$ 1,59 bilhão em IR e multas, valor muito aquém do que foi recolhido no primeiro programa em 2016. Desse total, R\$ 600 milhões foram transferidos aos municípios pelo FPM, em 2017.

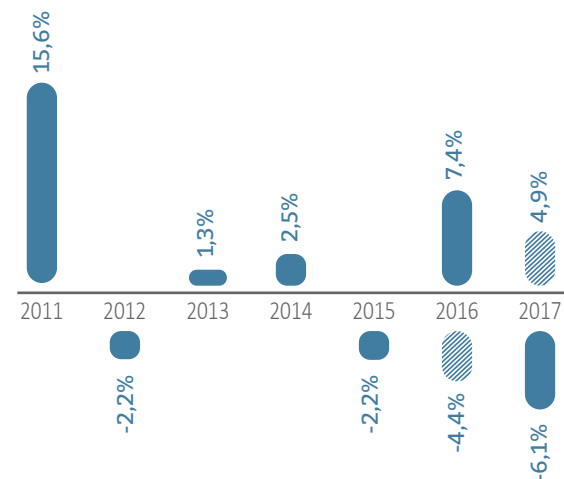
Transferências do FPM

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



* valores com e sem os recursos advindos da Lei da Repatriação em 2016 e 2017

Taxa de crescimento do FPM em relação ao ano anterior



▨ variações excluídos os recursos da Lei da Repatriação de 2016 e 2017.

O bom desempenho do FPM em 2017, quando excluídas as receitas extraordinárias da repatriação, baseou-se no aumento da arrecadação federal sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR), dois impostos cuja parcela de 24,5% compõem o Fundo. No caso do IPI, houve um aumento real de 4,2% em 2017, em relação a 2016, após dois anos de quedas acentuadas: -11%, em 2015, e -16,2%, em 2016. O IPI cobrado sobre os automóveis teve

um excelente desempenho, cujo aumento real de 43,4% contribuiu para o crescimento do IPI total.

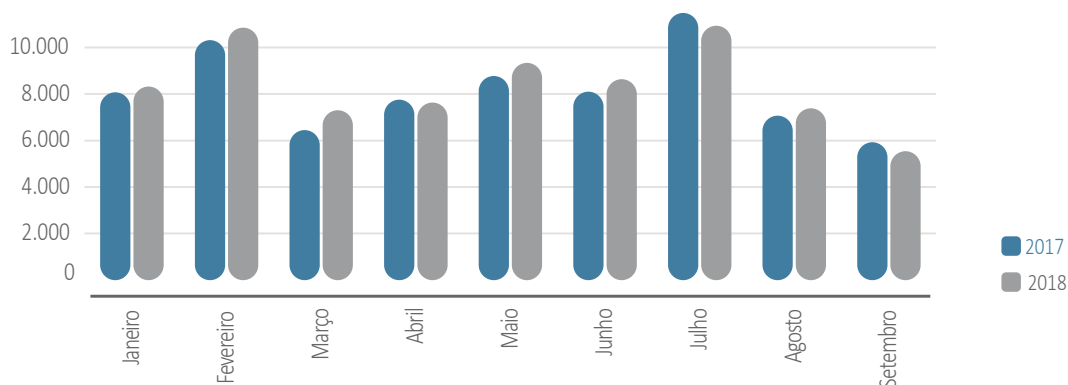
No caso do IR, quando excluídas as receitas da repatriação de 2016 e 2017, houve um aumento real de 1,3%, em 2017, puxado, principalmente, pelo crescimento Imposto de Renda Recolhido na Fonte dos Rendimentos do Trabalho (7,7%). Como na composição do FPM o IR representa cerca de 88% do total, seu desempenho é sempre mais importante para explicar a evolução do Fundo que o do IPI.

Outro fator que contribuiu para o aumento do FPM em 2017 (excluídas as receitas extraordinárias já mencionadas) foi a distribuição do adicional de 1% sobre a arrecadação de IR e de IPI, estipulada pela Emenda Constitucional nº 84/2014, que ocorre sempre no mês de julho. 2017 foi o primeiro ano no qual vigorou o repasse integral de 1% sobre a arrecadação dos 12 meses anteriores a julho, pois, nos anos anteriores, o percentual repassado equivalia a 0,5% sobre a arrecadação referente aos meses de 2015, como mostra o quadro da página 61. Dessa forma, o repasse para os municípios da parcela do FPM relativa ao 1% de julho foi de R\$ 3,77 bilhões, valor 34,7% acima dos R\$ 2,8 bilhões repassados em julho de 2016, ou seja, foram R\$ 970,5 milhões a mais, excluídos os valores da Lei da Repatriação de 2016 e 2017.

FPM em 2018

No acumulado até setembro de 2018 o total do FPM transferido aos municípios brasileiros apresentou uma variação positiva de 2,6% em relação ao mesmo período de 2017. O FPM mensal de 2018 só foi menor que o de 2017 nos meses de abril, julho e setembro. O desempenho em 2018 está relacionado aos aumentos nas arrecadações do IR e do IPI. O IPI teve aumento real de 12,1% e o IR de 3,3%, no acumulado até agosto. Mantendo-se a tendência, o FPM deverá fechar o ano de 2018 com valores muito próximos a R\$ 100 bilhões.

Evolução mensal do FPM em 2017 e 2018
em R\$ milhões - IPCA de setembro de 2018



Como é formado o FPM

De 2007 a 2014, o FPM foi formado por 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo que 22,5% eram distribuídos durante o ano e 1% era repassado integralmente em dezembro.

A Emenda Constitucional nº 84/2014 criou mais um adicional de 1% do FPM, também entregue em cota única no mês de julho de cada ano. O aumento foi gradual, sendo 0,5% em 2015 e 1% a partir da arrecadação de janeiro de 2016.

Assim, a partir de 2017, o FPM passou a ser composto por 24,5% da arrecadação anual do IR e do IPI, incluídas duas cotas de 1%, sendo uma transferida em julho e a outra em dezembro. Veja infográfico a seguir.

FPM no tempo

1965

O FPM é instituído pela Emenda Constitucional nº 18/1965. Principais regras:

- Formado por 10% do IR e do IPI.
- Vincula 50%, pelo menos, a despesas de capital.
- Entrega automática e mensal pela União.

1966

Regulamentada pelo Código Tributário Nacional – CTN, a Lei nº 5.172/1966 estabelece como critério de distribuição a população e cria a tabela de coeficientes que variam entre 0,2 (até 2 mil habitantes) e 4,0 (acima de 100 mil habitantes).

2007 a 2014	23,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em dezembro
2015	+0,5% da arrecadação de janeiro a junho de 2015, distribuído em julho
2016	+0,5% da arrecadação de julho a dezembro de 2015 e +1% da arrecadação de janeiro a junho de 2016, distribuídos em julho
2017	24,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho e 1% em dezembro

Distribuição aos municípios

O Fundo é dividido em três categorias: **FPM-Interior**, que é transferido para todos os municípios, exceto para as capitais e o único critério de distribuição é o número de habitantes; **FPM-Capitais**, que abrange apenas as capitais e considera, além da população, o inverso da renda per capita estadual para a sua distribuição; e o **FPM-Reserva**, que é distribuído aos municípios do interior com

mais de 142.632 habitantes e possui os mesmos critérios do FPM-Capitais. Em 2017, participaram do FPM-Reserva 173 municípios, o mesmo número de 2016.

O FPM-Interior é composto por 86,4% de todo o Fundo, enquanto que o FPM-Capitais conta com 10% e o FPM-Reserva, com 3,6%. Veja o quadro na próxima página.

1967

O FPM-Capitais é criado em 1967 pelo Ato Complementar nº 35/1967. Formado por 10% do Fundo, seus critérios de distribuição são a população e o inverso da renda per capita. Os 90% do FPM restantes são destinados ao FPM-Interior, que mantém o critério estabelecido no CTN. Também em 1967 tem início a efetiva distribuição do FPM.

1969

Retrocesso por meio da EC nº 1, de 17 de outubro de 1969: cai para 5% a parcela do FPM no IR e no IPI.

- A entrega das parcelas mensais deixa de ser automática.
- Fim da vinculação com as despesas de capital.
- Passam a vigorar as seguintes condicionalidades: 1) a entrega do FPM passa a depender da aprovação, pela União, de programas de aplicação elaborados com base nas diretrizes e prioridades por ela estabelecidas; 2) o município deve estar em dia com o recolhimento de impostos federais e com a liquidação de parcelas da dívida com a União.

Divisões do FPM e seus respectivos critérios de distribuição

Divisões do FPM		CrITÉrios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído a todos os municípios do país, exceto as capitais.	Coefficientes definidos por faixa populacional no Decreto-Lei nº 1.881/81. Desde 1990, a participação de cada município é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É destinado aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes, exceto as capitais.	De acordo com coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. Em 2017, participaram desse fundo 173 municípios brasileiros.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.	Coefficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do Estado. A participação da capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.

Fonte: Lei nº 5.172/1966 e Decreto-Lei nº 1.881/1981.

Para a transferência do FPM-Interior, cujo critério único é o número de habitantes, foram definidas 18 faixas populacionais, cada uma com um coeficiente de participação individual. Os coeficientes dos municípios são divulgados anualmente pelo Tribunal de contas da União (TCU), com base nas informações sobre estimativas populacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Há, no entanto, uma outra regra na distribuição do FPM-Interior que acaba por diferenciar o montante de recursos recebidos por municípios que possuem o mesmo coeficiente mas que estão

situados em estados diferentes. Desde 1990, conforme determinação da Lei Complementar nº 62/1989, o TCU congelou, por meio da Resolução nº 242/1990, a participação dos estados na distribuição dos recursos do FPM-Interior. Dessa forma, assegurou-se a integridade dos repasses do FPM em cada Estado, impedindo que seus municípios sofressem algum prejuízo financeiro em caso de criação de municípios em outros estados. Por outro lado, a distribuição do FPM perdeu seu caráter nacional. Veja no quadro a seguir a participação de cada Estado na repartição do FPM-Interior.

1976

Aumentos gradativos do FPM por meio da EC nº 5/1975, acompanhando o processo de descentralização política que se estende até a Constituição de 1988: 1976 (6%), 1977 (7%), 1978 (8%), 1979 e 1980 (9%).

1980

A EC nº 17/1980 proporciona novos aumentos na parcela do IR e IPI destinadas ao FPM (1981 com 10%, 1982 e 1983 com 10,5%) e revoga as condições para entrega do FPM, criadas em 1969, exceto quanto à exigência de recolhimento de impostos federais e à liquidação de parcelas da dívida com a União.

Coefficientes para distribuição do FPM-Interior

Faixa populacional	Coefficiente
Até 10.188 habitantes	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Acima de 156.216 habitantes	4,0

Fonte: Decreto-lei no 1.881/1981.

A PARTIR DE 1990, O FPM PERDEU SEU CARÁTER NACIONAL.

Participação no FPM-interior, número de municípios e população por Estado

Unidades da Federação	Participação no total a distribuir em %	Número de municípios 2016 ¹	População 2016
Acre	0,2630	21	439.630
Alagoas	2,0883	101	2.337.254
Amapá	0,1392	15	316.800
Amazonas	1,2452	61	1.907.276
Bahia	9,2695	416	12.338.474
Ceará	4,5864	183	6.353.947
Espírito Santo	1,7595	77	3.614.142
Goiás	3,7318	245	5.247.216
Maranhão	3,9715	216	5.871.101
Mato Grosso	1,8949	140	2.720.164
Mato Grosso do Sul	1,5004	78	1.818.404
Minas Gerais	14,1846	852	18.484.109
Pará	3,2948	143	6.859.317
Paraíba	3,1942	222	3.197.697
Paraná	7,2857	398	9.348.723
Pernambuco	4,7952	183	7.781.779
Piauí	2,4015	223	2.364.750
Rio de Janeiro	2,7379	91	10.137.159
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.597.336
Rio Grande do Sul	7,3011	496	9.805.481
Rondônia	0,7464	51	1.276.060
Roraima	0,0851	14	187.810
Santa Catarina	4,1997	294	6.432.755
São Paulo	14,2620	644	32.711.524
Sergipe	1,3342	74	1.624.256
Tocantins	1,2955	138	1.253.046
Total	100,0000	5.542	157.026.210

Fonte: Decisão Normativa nº 157/2016 - Tribunal de Contas da União
Nota: ¹ exceto as capitais.

1981

O Fundo de Reserva do FPM é criado pelo Decreto-Lei nº 1.881/1981, beneficiando os municípios com mais de 156.216 habitantes. A distribuição do FPM passa a ser: Capitais (10%), Reserva (3,6%) e Interior (86,4%). O FPM-Reserva utiliza o mesmo critério de distribuição do FPM das capitais, ou seja, a população e o inverso da renda per capita. - O DL nº 1.881 elimina também os coeficientes 0,2 e 0,4, que passaram a variar de 0,6 (até 10.188 habitantes) a 4,0 (acima de 156.216 mil habitantes), mudança que beneficia os pequenos municípios.

1983

A Emenda Passos Porto (EC nº 23/1983) traz novos aumentos na parcela do IR e IPI destinadas ao FPM: 1984 (13,5%) e 1985 (16%).

Com isso, municípios com o mesmo porte populacional recebem montantes diversos, dependendo do Estado no qual se localizam. Por exemplo, municípios com cerca de 20 mil habitantes em Alagoas receberam R\$ 17,7 milhões de FPM, em 2017, cada um, enquanto que municípios de mesmo porte em Roraima receberam R\$ 7,1 milhões e no Amapá R\$ 8,5 milhões. Tais distorções ocorrem em todas as faixas populacionais e em diversos estados.

Participação das capitais

Das 27 capitais que participam do FPM-Capitais, incluindo Brasília, 23 registraram quedas reais de 4,8%, cada uma, no FPM de 2017, sem excluir os recursos da repatriação de 2016. Outras três tiveram quedas mais acentuadas nos valores recebidos: João Pessoa (-23,8%), Rio Branco (-15,4%) e Campo Grande (-14,3%), derivadas de reduções nas suas participações causadas, por sua vez, pelo fator inverso da renda per capita do Estado. Houve aumento na renda per capita de todos os estados, porém, no caso das três capitais houve mudança de faixa na tabela de coeficientes atribuídos às faixas de renda. No total, foram distribuídos cerca de R\$ 9,5 bilhões às capitais.

Participação das capitais no FPM-Capital - 2016-2017

Capital	UF	Participação no total		Variação
		2016	2017	
Aracaju	SE	2,71%	2,75%	1,4%
Belém	PA	4,58%	4,64%	1,4%
Belo Horizonte	MG	5,08%	5,15%	1,4%
Boa Vista	RR	4,24%	4,30%	1,4%
Brasília	DF	1,69%	1,72%	1,4%
Campo Grande	MS	1,69%	1,55%	-8,8%
Cuiabá	MT	1,53%	1,55%	1,4%
Curitiba	PR	3,05%	3,09%	1,4%
Florianópolis	SC	1,36%	1,37%	1,4%
Fortaleza	CE	8,47%	8,59%	1,4%
Goiânia	GO	3,05%	3,09%	1,4%
João Pessoa	PB	4,24%	3,44%	-18,9%
Macapá	AP	2,71%	2,75%	1,4%
Maceió	AL	5,30%	5,37%	1,4%
Manaus	AM	4,58%	4,64%	1,4%
Natal	RN	3,05%	3,09%	1,4%
Palmas	TO	2,71%	2,75%	1,4%
Porto Alegre	RS	2,67%	2,71%	1,4%
Porto Velho	RO	2,37%	2,41%	1,4%
Recife	PE	5,34%	5,41%	1,4%
Rio Branco	AC	3,05%	2,75%	-9,9%
Rio de Janeiro	RJ	2,97%	3,01%	1,4%
Salvador	BA	8,47%	8,59%	1,4%
São Luís	MA	5,30%	5,37%	1,4%
São Paulo	SP	2,97%	3,01%	1,4%
Teresina	PI	5,30%	5,37%	1,4%
Vitória	ES	1,53%	1,55%	1,4%
Total		100,0%	100,0%	

Fonte: Decisão Normativa nº 148/2015 e nº 157/2016 do Tribunal de Contas da União.

1985

Aplicada de dezembro de 1985 a setembro de 1988, a EC nº 27/1985 aumenta para 17% a parcela do IR e do IPI destinada ao FPM e estabelece uma aplicação mínima de 6% do FPM em programas de saúde.

1988

Constituição de 1988:

- Parcela do IR e IPI destinadas ao FPM aumenta para 20%, vigorando de outubro a dezembro de 1988.
- Aumento de 0,5% ao ano a partir de 1989 até 1993, quando chegou a 22,5%.
- Vedação à retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos do FPM, salvo para pagamento de dívidas com a União.

Participação na receita corrente e FPM per capita

O modelo do federalismo fiscal brasileiro, definido em 1963 e implantado a partir de 1965, apoia a capacidade fiscal dos municípios em três bases principais: nos recursos arrecadados diretamente pelos municípios (suas competências tributárias), na participação na arrecadação do principal imposto estadual, o ICMS, e no recebimento de transferências de recursos da União, das quais o FPM é o mais importante. Trata-se de um sistema em que cada peça exerce uma função para que haja um certo equilíbrio no todo.

Nesse sistema, um dos objetivos do FPM é o de prover as pequenas localidades de uma base mínima de recursos para o seu funcionamento, uma vez que nesses municípios a arrecadação própria não é suficiente para custear os serviços públicos que devem manter, levando-se em conta ainda que **independentemente do tamanho da população os municípios compartilham praticamente das mesmas responsabilidades na prestação de serviços e das mesmas obrigações administrativas e legais**, tais como a manutenção

de câmaras de vereadores, a estruturação da gestão em diversas secretarias, a aplicação dos mesmos percentuais mínimos em educação e saúde etc. Já a distribuição do ICMS proporciona maiores receitas para os municípios mais populosos e que possuem uma economia mais pujante.

A forma como o FPM privilegia os menores municípios ocorre através do seu critério de distribuição baseado no tamanho da população. Em 1966, a Lei nº 5.172 estabeleceu uma tabela com coeficientes de participação na distribuição do FPM definidos por faixas populacionais, de tal forma que o intervalo entre as faixas crescem proporcionalmente mais que os coeficientes de cada uma delas. Veja a atual tabela dos coeficientes na página 63.

O resultado da aplicação desse critério de distribuição é que quanto menor o município maior é o peso do FPM na sua receita corrente. Em 2017, para aqueles com até 20 mil habitantes, o FPM representou 40,5% de sua receita corrente, percentual que vai diminuindo conforme aumenta a faixa populacional, até chegar a 5,4% nos municípios com mais de 500 mil habitantes.

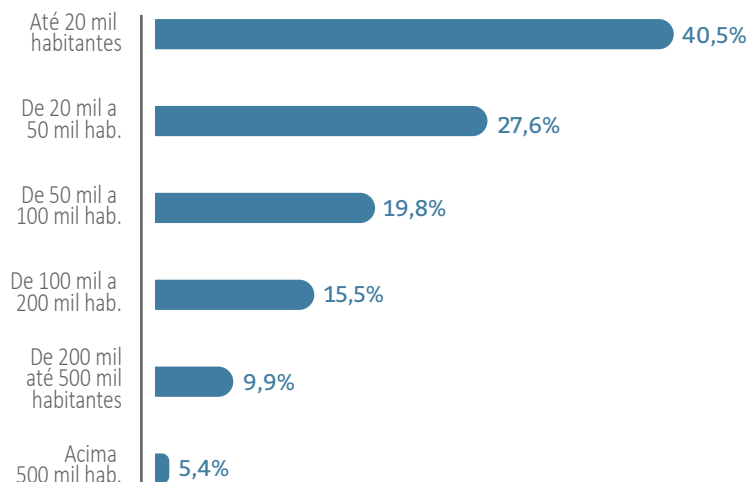
1990

Congelada a participação dos municípios de cada Estado no FPM-Interior com a LC nº 62/1989. Com isso, o impacto da criação de novos municípios na distribuição do FPM passa ser arcada somente pelos municípios do Estado onde ocorreu o desmembramento e não mais por todos os municípios do país. Outra medida trazida pela LC nº 62 são os repasses decendiais a partir de março de 1990.

1997

Com a EC nº 14/1996 inicia-se a entrega do FPM condicionada à aplicação mínima em educação.

Participação do FPM na receita corrente por faixa populacional - 2017



Outro indicador que revela a importância do FPM para os pequenos municípios é o valor per capita, que também é maior quanto menor o município. O gráfico a seguir mostra que o FPM per capita dos municípios com até 20 mil habitantes chega a ser sete vezes maior que o valor naqueles com mais de 500 mil habitantes. Por outro lado, as grandes cidades possuem uma receita tributária própria per capita seis vezes superior que a das pequenas.

É interessante notar ainda que o espaço orçamentário que o FPM ocupa nas cidades com até 20 mil habitantes, de 40,5% da receita corrente, é praticamente o mesmo que a receita tributária própria ocupa nas cidades com mais de 500 mil habitantes, de 39,2% da receita corrente. E, enquanto o FPM representou apenas 5,4% da receita corrente nos maiores municípios, a receita tributária participou com 6,8% na dos menores, em 2017.

O FPM está, portanto, cumprindo o papel a que se propõe, qual seja, o de prover os menores municípios de uma fonte de recursos capaz de servir-lhes de base para o cumprimento de suas funções, uma vez que estes possuem uma base arrecadatória restrita e limitada. No entanto, outras questões devem ser levantadas para uma análise crítica da distribuição do FPM e dos demais recursos destinados aos entes subnacionais, já que as transferências funcionam como um sistema.

1998

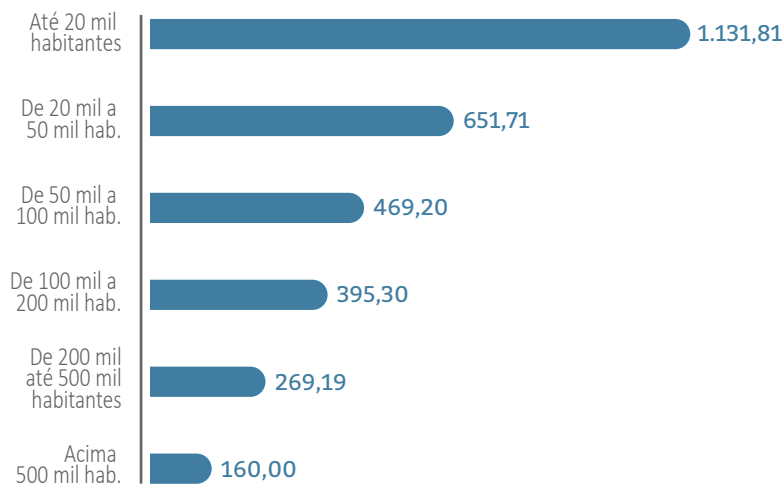
- Os municípios de coeficiente 3,8 passam a ingressar no FPM-Reserva por meio da LC nº 91/1997. Assim, o FPM-Reserva passa a ser destinado aos municípios com mais de 142.632 habitantes. A LC 91 também mantém para 1998 os coeficientes de 1997 para os municípios que sofressem queda e institui o Redutor Financeiro, que vigorou de 1999 até 2007.

2000

A EC nº 29/2000 condiciona a entrega do FPM à aplicação mínima também para a área de saúde.

FPM per capita por faixa populacional - 2017

em R\$ - IPCA médio de 2017



O resultado final da aplicação dos critérios de distribuição das principais transferências constitucionais revelam disparidades muito acentuadas entre os municípios.

Um exemplo cabal das distorções causadas pela desatualização do sistema de transferências são as cidades do **g100**, grupo de municípios com mais de 80 mil habitantes, com as menores receitas per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica, que surgiu a partir de estudos

realizados pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP)¹. A última publicação sobre o **g100** revela que nos 108 municípios desse grupo, que abrangiam 10% da população brasileira em 2015, a média da receita corrente per capita de 2013 a 2015 foi de R\$ 1.486,00, o que corresponde a 55% da média dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes, que foi de R\$ 2.722,00. São municípios

desfavorecidos pela distribuição do FPM, pois não são pequenos; também recebem proporcionalmente menos de ICMS, pois possuem uma economia menos dinâmica, uma vez que mais da metade desses municípios estão situados no entorno das Regiões Metropolitanas, sendo que alguns são cidades dormitório, ou são polos regionais que perderam importância econômica; e ainda devido a tais características econômicas e por terem uma população com menor nível de

¹ Veja as publicações sobre o "g100 - Municípios Populosos, com Baixa Receita Per Capita e Alta Vulnerabilidade Socioeconômica" em <http://www.fnp.org.br/publicacoes>

2007

Criado pela EC nº 55/2007 o adicional de 1% do FPM, entregue em cota única no mês de dezembro de cada ano. Assim, a parcela do IR e do IPI destinada para o FPM passa para 23,5%.

2015

A EC nº 84/2014 cria mais um adicional de 1% do FPM, também entregue em cota única no mês de julho de cada ano. O aumento foi gradual, sendo 0,5% em 2015 e 1% a partir da arrecadação de janeiro de 2016. Assim, a parcela do IR e do IPI destinado para o FPM passa para 24,5%, sendo 22,5% ao longo do ano, 1% no mês de julho e 1% em dezembro.

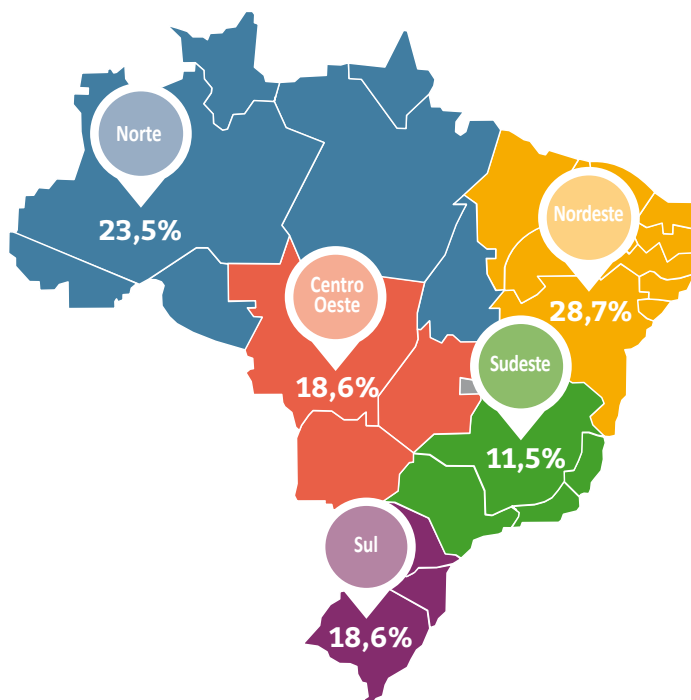
renda possuem uma fraca base de arrecadação tributária própria. Portanto, são municípios marginalizados no que diz respeito aos três principais pilares do federalismo fiscal brasileiro.

Tais distorções foram se conformando ao longo dos últimos 50 anos, como consequência das grandes modificações econômicas e demográficas, essas últimas caracterizadas pela concentração da população em grandes centros urbanos e, ao mesmo tempo, pela criação desenfreada de municípios com menos de 20 mil habitantes, os quais vêm perdendo população nos últimos anos, de acordo com as estimativas do IBGE. Diante dessa nova realidade, o sistema de partilha de recursos entre os entes federados não se atualizou e ainda passou por uma série de mudanças pontuais

que acabaram por descaracterizá-lo, fazendo com que perdesse suas funções de equalização fiscal e passasse a criar disfunções no sistema.

Observando-se a importância do FPM na receita corrente dos municípios agrupados por região, percebe-se que no Norte e Nordeste, com 23,5% e 28,7%, respectivamente, os percentuais são maiores que nas demais regiões, sendo mais que o dobro do valor registrado no Sudeste, de 11,5%. Esse desnível também reflete o fato de as regiões com atividade econômica menos intensa possuírem uma base de tributação mais restrita, o que resulta numa menor capacidade de geração de impostos municipais e de receita de ICMS estadual. Assim, os municípios dessas regiões tornam-se mais dependentes do FPM.

Participação do FPM na receita corrente por região - 2017



Evolução das parcelas da arrecadação do IR e do IPI destinadas ao FPM

Dispositivo Legal	FPM (%)	Vigência
Código Tributário Nacional 1966	10,0	1967/68
Ato Complementar nº 40/1968	5,0	1969/75
Emenda Constitucional nº 5/1975	6,0	1976
	7,0	1977
	8,0	1978
	9,0	1979/80
Emenda Constitucional nº 17/1980	10,0	1981
	10,5	1982/83
Emenda Constitucional nº 23/1983	13,5	1984
	16,0	1985
Emenda Constitucional nº 27/1985	17,0	Dez de 1985 a set de 1988
Constituição Federal de 1988	20,0	Out a dez 1988
	20,5	1989
	21,0	1990
	21,5	1991
	22,0	1992
	22,5	1993 a 2007
Emenda Constitucional nº 55/2007	23,5	Cota única de 1% em dezembro, a partir da arrecadação de setembro de 2007.
Emenda Constitucional nº 84/2014	24,5	Cota única de 1% em julho, sendo 0,5% sobre a arrecadação de 2015 e 1% a partir da arrecadação de 2016.

Fontes:

- FPM: Histórico, critérios vigentes e perspectivas de mudança. Por Aurélio Guimarães Cruvinel e Palos. http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/copy_of_portas-abertas-1/Palestra%2019.pdf.
- O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fpm.pdf.
- A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas. Por Ricardo Varsano. http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0405.pdf.

FNP ingressa como Amicus Curiae em ação que pede revisão do FPE

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) ingressou como Amicus Curiae na ação que pede revisão do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O pedido, formalizado no dia 7 de agosto de 2018, após 12 estados terem apontado eventuais repasses a menos para o Fundo, foi acolhido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski.

“Admito a FNP como amicus curiae, por restarem evidenciadas a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda e a representatividade da petionária”, evidenciou Lewandowski, no documento.

No pedido, **a FNP afirmou que a fiscalização e o controle do FPE é de interesse dos municípios, já que 49% do produto da arrecadação, pela União, do IR e do IPI compõem também o FPM.** “Assim, qualquer omissão ou erro em que tenha incorrido a União na contabilização dos recursos irá surtir efeitos jurídicos na esfera dos Municípios”, justificou.

Encabeçados por Minas Gerais, outros 11 estados brasileiros entraram com duas ações no STF, questionando as receitas que dão origem ao FPE (PI, AC, MA, PB, RO, BA, PA, RN, AP, CE e DF). Após análise da pluralidade de códigos de arrecadação informados no site da Receita Federal, relacionados às múltiplas formas de arrecadação do IR e do IPI, constatou-se que 92 códigos de arrecadação não foram contabilizados na lista daqueles informados pela Secretaria de Macro Avaliação Governamental como integrantes da base de cálculo dos repasses.

Os códigos de arrecadação não contemplados na apuração são os seguintes: receitas de recuperação de dívida ativa; regimes especiais; doações com abatimento da base de cálculo de IR e retenção de IR na fonte; pagamentos feitos a pessoas jurídicas por órgãos e entidades da administração indireta federal.

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. na receita corrente 2017	FPM per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %		em R\$
	17.936.201	Norte	8.513.120,2	8.601.734,4	8.461.669,3	9.057.500,7	8.506.066,7	-6,1	23,5	474,24
AC	383.443	Rio Branco	289.171,6	300.838,9	292.422,5	315.246,4	266.785,6	-15,4	36,6	695,76
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	25.541,8	25.712,4	24.704,4	27.623,6	25.099,1	-9,1	..	303,78
AP	474.706	Macapá	257.041,4	267.412,4	259.931,1	280.219,0	266.785,6	-4,8	37,1	562,00
AP	115.471	Santana	24.300,8	24.265,3	23.426,4	24.548,1	22.773,2	-7,2	15,3	197,22
AM	2.130.264	Manaus	433.757,4	451.258,4	438.633,8	472.869,6	450.200,7	-4,8	11,0	211,34
AM	113.832	Parintins	39.074,4	38.743,5	37.666,9	40.209,7	37.429,3	-6,9	22,0	328,81
PA	1.452.275	Belém	562.278,1	451.258,4	487.370,8	472.869,6	450.200,7	-4,8	17,5	310,00
PA	516.057	Ananindeua	84.370,7	80.898,3	81.462,4	82.971,2	77.772,0	-6,3	12,8	150,70
PA	296.302	Santarém	84.370,7	80.898,3	81.462,4	82.971,2	77.772,0	-6,3	14,3	262,48
PA	271.594	Marabá	84.370,7	80.898,3	81.462,4	82.971,2	77.772,0	-6,3	10,5	286,35
RO	519.436	Porto Velho	224.911,2	200.559,3	194.948,3	245.191,6	233.437,4	-4,8	19,3	449,41
RO	132.667	Ji-Paraná	36.157,8	35.470,6	36.364,7	38.692,4	36.221,2	-6,4	16,2	273,02
RR	332.020	Boa Vista	364.158,4	417.831,8	406.142,4	437.842,2	416.852,5	-4,8	42,3	1.255,50
RR	28.215	Rorainópolis	8.666,2	8.728,1	8.534,4	9.014,0	8.324,4	-7,7	..	295,04
TO	286.787	Palmas	257.041,4	267.412,4	259.931,1	280.219,0	266.785,6	-4,8	27,5	930,26
TO	175.960	Araguaína	72.148,5	74.531,1	72.082,6	77.281,8	72.671,8	-6,0	19,6	413,00
	57.251.143	Nordeste	34.000.936,2	34.910.797,3	34.195.022,7	36.710.512,4	34.452.339,7	-6,2	28,7	601,78
AL	1.029.129	Maceió	502.034,0	522.289,8	507.678,0	547.302,8	521.065,6	-4,8	26,2	506,32
AL	234.185	Arapiraca	108.730,6	108.078,8	104.538,9	111.846,4	104.985,3	-6,1	19,7	448,30
BA	2.953.986	Salvador	722.928,9	752.097,3	812.284,7	875.684,4	833.705,0	-4,8	15,0	282,23
BA	627.477	Feira de Santana	94.340,8	93.864,8	94.471,8	101.138,3	95.082,2	-6,0	9,6	151,53
BA	348.718	Vitória da Conquista	94.340,8	93.864,8	94.471,8	101.138,3	95.082,2	-6,0	16,3	272,66
BA	296.893	Camaçari	94.340,8	93.864,8	94.471,8	101.138,3	95.082,2	-6,0	9,6	320,26
CE	2.627.482	Fortaleza	803.254,4	835.663,6	812.284,7	875.684,4	833.705,0	-4,8	14,4	317,30
CE	362.223	Caucaia	96.884,2	97.615,3	94.411,9	100.995,9	94.659,2	-6,3	16,4	261,33
CE	270.383	Juazeiro do Norte	96.884,2	97.615,3	94.411,9	100.995,9	94.659,2	-6,3	15,7	350,09
MA	1.091.868	São Luís	502.034,0	522.289,8	507.678,0	547.302,8	521.065,6	-4,8	20,7	477,22
MA	254.569	Imperatriz	96.805,2	97.331,6	93.742,7	100.364,6	94.191,3	-6,2	17,0	370,00
PB	811.598	João Pessoa	401.627,2	417.831,8	406.142,4	437.842,2	333.482,0	-23,8	18,3	410,90
PB	410.332	Campina Grande	104.124,6	104.708,8	101.085,8	108.102,5	92.309,4	-14,6	12,2	224,96
PE	1.633.697	Recife	506.050,2	526.468,1	511.739,4	551.681,2	525.234,2	-4,8	12,4	321,50
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	93.830,0	94.335,9	91.225,6	97.685,0	91.594,1	-6,2	7,9	131,61
PE	390.771	Olinda	93.830,0	94.335,9	91.225,6	97.685,0	91.594,1	-6,2	16,8	234,39
PE	356.128	Caruaru	93.830,0	94.335,9	91.225,6	97.685,0	91.594,1	-6,2	15,5	257,19
PE	343.219	Petrolina	93.830,0	94.335,9	91.225,6	97.685,0	91.594,1	-6,2	15,8	266,87
PE	328.353	Paulista	93.830,0	94.335,9	91.225,6	97.685,0	91.594,1	-6,2	22,9	278,95
PI	850.198	Teresina	502.034,0	522.289,8	507.678,0	547.302,8	521.065,6	-4,8	21,9	612,88
PI	150.547	Parnaíba	91.893,6	92.490,5	89.146,7	95.469,4	89.804,8	-5,9	30,5	596,52
RN	885.180	Natal	321.301,7	334.265,5	292.422,5	315.246,4	300.133,8	-4,8	15,9	339,07
RN	295.619	Mossoró	95.459,9	95.438,3	88.567,6	94.680,0	89.022,9	-6,0	17,2	301,14
SE	650.106	Aracaju	289.171,6	300.838,9	292.422,5	280.219,0	266.785,6	-4,8	16,9	410,37
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	89.684,4	89.811,1	86.531,5	88.745,6	83.438,0	-6,0	32,9	458,63
	12.836.463	Centro-Oeste¹	6.730.363,1	6.866.754,0	6.705.804,3	7.205.938,0	6.757.901,0	-6,2	18,6	526,46
GO	1.466.105	Goiânia	289.171,6	300.838,9	292.422,5	315.246,4	300.133,8	-4,8	7,4	204,72
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	75.238,0	75.594,4	73.150,9	78.425,2	73.510,0	-6,3	7,8	135,60
GO	375.142	Anápolis	75.238,0	75.594,4	73.150,9	78.425,2	73.510,0	-6,3	7,8	195,95
MT	590.118	Cuiabá	160.650,9	150.419,5	146.211,3	157.623,2	150.066,9	-4,8	8,0	254,30
MT	274.013	Várzea Grande	64.866,4	63.725,0	61.473,8	65.620,8	61.552,9	-6,2	12,3	224,63
MS	874.210	Campo Grande	192.781,0	167.132,7	162.456,9	175.136,9	150.066,9	-14,3	5,0	171,66
MS	218.069	Dourados	80.389,0	77.257,4	74.788,7	79.976,6	72.822,5	-8,9	10,3	333,94
	86.949.714	Sudeste	29.916.879,4	30.665.421,9	29.900.889,1	32.186.872,3	30.249.471,0	-6,0	11,5	347,90
ES	363.140	Vitória	128.520,7	133.706,2	129.965,6	157.623,2	150.066,9	-4,8	10,2	413,25
ES	502.618	Serra	70.307,8	70.408,0	67.956,8	74.672,9	69.890,1	-6,4	6,6	139,05
ES	486.388	Vila Velha	70.307,8	70.408,0	67.956,8	74.672,9	69.890,1	-6,4	8,3	143,69
ES	387.368	Cariacica	70.307,8	70.408,0	67.956,8	74.672,9	69.890,1	-6,4	12,7	180,42
MG	2.523.794	Belo Horizonte	481.952,6	501.398,2	487.370,8	525.410,7	500.223,0	-4,8	5,7	198,20
MG	676.613	Uberlândia	79.748,6	80.375,7	77.849,6	83.405,1	78.319,4	-6,1	4,2	115,75
MG	658.580	Contagem	79.748,6	80.375,7	77.849,6	83.405,1	78.319,4	-6,1	5,4	118,92

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. na receita corrente 2017	FPM per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %		em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	79.748,6	80.375,7	77.849,6	83.405,1	78.319,4	-6,1	5,7	138,92
MG	427.146	Betim	79.748,6	80.375,7	77.849,6	83.405,1	78.319,4	-6,1	5,1	183,36
MG	402.027	Montes Claros	79.748,6	80.375,7	77.849,6	83.405,1	78.319,4	-6,1	12,8	194,81
MG	328.871	Ribeirão das Neves	79.748,6	80.375,7	77.849,6	83.405,1	78.319,4	-6,1	..	238,15
MG	328.272	Uberaba	79.748,6	80.375,7	77.849,6	83.405,1	78.319,4	-6,1	8,0	238,58
MG	280.901	Governador Valadares	79.748,6	80.375,7	77.849,6	83.405,1	78.319,4	-6,1	10,6	278,81
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	321.301,7	334.265,5	284.299,7	306.489,5	291.796,8	-4,8	1,4	44,75
RJ	1.049.826	São Gonçalo	66.818,1	63.858,0	60.071,0	64.153,9	60.290,7	-6,0	6,1	57,43
RJ	890.997	Duque de Caxias	62.953,8	63.858,0	60.071,0	64.153,9	60.290,7	-6,0	3,0	67,67
RJ	798.647	Nova Iguaçu	62.953,8	63.858,0	60.071,0	64.153,9	60.290,7	-6,0	4,8	75,49
RJ	499.028	Niterói	62.953,8	63.858,0	60.071,0	64.153,9	60.290,7	-6,0	2,5	120,82
RJ	495.783	Belford Roxo	62.953,8	63.858,0	60.071,0	64.153,9	60.290,7	-6,0	10,8	121,61
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	62.953,8	63.858,0	60.071,0	64.153,9	60.290,7	-6,0	3,8	122,97
RJ	460.461	São João de Meriti	62.953,8	63.858,0	60.071,0	64.153,9	60.290,7	-6,0	11,7	130,94
RJ	298.235	Petrópolis	62.953,8	63.858,0	60.071,0	64.153,9	60.290,7	-6,0	7,0	202,16
RJ	265.201	Volta Redonda	62.953,8	63.858,0	60.071,0	64.153,9	60.290,7	-6,0	7,4	227,34
SP	12.106.920	São Paulo	281.139,0	292.482,3	284.299,7	306.489,5	291.796,8	-4,8	0,6	24,10
SP	1.349.113	Guarulhos	74.432,1	74.696,7	69.121,0	74.008,3	69.376,8	-6,3	1,8	51,42
SP	1.182.429	Campinas	71.050,8	71.342,3	69.121,0	74.008,3	69.376,8	-6,3	1,7	58,67
SP	827.437	São Bernardo do Campo	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	2,0	79,96
SP	715.231	Santo André	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	3,0	92,50
SP	703.219	São José dos Campos	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	2,7	94,08
SP	697.886	Osasco	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	..	94,80
SP	682.302	Ribeirão Preto	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	2,8	96,97
SP	659.871	Sorocaba	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	2,7	100,26
SP	462.005	Mauá	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	7,5	143,21
SP	450.657	São José do Rio Preto	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	4,7	146,81
SP	434.742	Santos	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	3,0	152,19
SP	433.901	Mogi das Cruzes	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	5,4	152,48
SP	417.869	Diadema	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	6,1	158,33
SP	409.497	Jundiaí	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	3,7	161,57
SP	397.322	Piracicaba	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	4,6	166,52
SP	396.587	Carapicuíba	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	..	166,83
SP	371.690	Bauru	67.669,6	67.987,8	65.927,9	70.595,6	66.161,6	-6,3	6,4	178,00
29.644.948	Sul	16.653.726,3	17.145.773,2	16.748.671,7	17.994.804,2	16.910.747,1	-6,0	18,6	570,44	
PR	1.908.359	Curitiba	289.171,6	300.838,9	292.422,5	315.246,4	300.133,8	-4,8	4,2	157,27
PR	558.439	Londrina	77.135,6	77.597,1	75.147,4	80.457,6	75.499,9	-6,2	4,7	135,20
PR	406.693	Maringá	77.135,6	77.597,1	75.147,4	80.457,6	75.499,9	-6,2	6,0	185,64
PR	344.332	Ponta Grossa	77.135,6	77.597,1	75.147,4	80.457,6	75.499,9	-6,2	10,6	219,26
PR	319.608	Cascavel	77.135,6	77.597,1	75.147,4	80.457,6	75.499,9	-6,2	9,3	236,23
PR	307.530	São José dos Pinhais	77.135,6	77.597,1	75.147,4	80.457,6	75.499,9	-6,2	8,2	245,50
PR	264.044	Foz do Iguaçu	77.135,6	77.597,1	75.147,4	80.457,6	75.499,9	-6,2	8,5	285,94
RS	1.484.941	Porto Alegre	224.911,2	263.234,0	255.869,7	275.840,6	262.617,1	-4,8	4,7	176,85
RS	483.377	Caxias do Sul	67.026,8	69.412,5	67.382,3	72.257,7	67.869,8	-6,1	4,3	140,41
RS	344.385	Pelotas	67.026,8	69.412,5	67.382,3	72.257,7	67.869,8	-6,1	8,0	197,08
RS	343.853	Canoas	67.026,8	69.412,5	67.382,3	72.257,7	67.869,8	-6,1	5,0	197,38
RS	278.445	Santa Maria	67.026,8	69.412,5	67.382,3	72.257,7	67.869,8	-6,1	12,0	243,75
RS	275.146	Gravataí	67.026,8	69.412,5	67.382,3	72.257,7	67.869,8	-6,1	10,1	246,67
RS	253.717	Viamão	67.026,8	69.412,5	67.382,3	72.257,7	67.869,8	-6,1	17,2	267,50
SC	485.838	Florianópolis	128.520,7	133.706,2	129.965,6	140.109,5	133.392,8	-4,8	8,6	274,56
SC	577.077	Joinville	63.858,9	64.124,1	61.851,6	66.234,5	62.058,6	-6,3	3,3	107,54
SC	348.513	Blumenau	63.858,9	64.124,1	61.851,6	66.234,5	62.058,6	-6,3	4,9	178,07
81.113.137	Cidades selecionadas	15.296.869,2	15.552.422,9	15.150.053,8	16.244.065,6	15.235.458,0	-6,2	6,7	187,83	
32.224.780	Até 20 mil habitantes	36.305.232,8	37.070.504,6	36.205.967,8	38.873.741,6	36.472.298,3	-6,2	40,5	1.131,81	
46.435.866	Capitais	9.436.916,5	9.668.628,4	9.454.994,2	10.157.939,3	9.537.585,4	-6,1	6,7	205,39	
204.618.469	Brasil¹	95.815.025,2	98.190.480,8	96.012.057,1	103.155.627,6	96.876.525,5	-6,1	17,7	473,45	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: valor correspondente a 100% do FPM, ou seja, está sem a dedução do Fundeb. ¹Não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	FPM	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	CE	Fortaleza	833.705.018,70	2.627.482	4º
1º	BA	Salvador	833.705.018,70	2.953.986	3º
3º	PE	Recife	525.234.161,94	1.633.697	8º
4º	AL	Maceió	521.065.636,91	1.029.129	16º
4º	MA	São Luís	521.065.636,91	1.091.868	14º
4º	PI	Teresina	521.065.636,91	850.198	20º
7º	MG	Belo Horizonte	500.223.011,39	2.523.794	5º
8º	PA	Belém	450.200.710,29	1.452.275	11º
8º	AM	Manaus	450.200.710,29	2.130.264	6º
10º	RR	Boa Vista	416.852.509,51	332.020	79º
11º	PB	João Pessoa	333.482.007,73	811.598	22º
12º	PR	Curitiba	300.133.806,99	1.908.359	7º
12º	GO	Goiânia	300.133.806,99	1.466.105	10º
12º	RN	Natal	300.133.806,99	885.180	18º
15º	RJ	Rio de Janeiro	291.796.756,85	6.520.266	2º
15º	SP	São Paulo	291.796.756,85	12.106.920	1º
17º	SE	Aracaju	266.785.606,31	650.106	32º
17º	AP	Macapá	266.785.606,31	474.706	48º
17º	AC	Rio Branco	266.785.606,31	383.443	64º
20º	TO	Palmas	266.785.606,01	286.787	94º
21º	RS	Porto Alegre	262.617.081,13	1.484.941	9º
22º	RO	Porto Velho	233.437.405,51	519.436	39º
23º	MS	Campo Grande	150.066.903,69	874.210	19º
23º	MT	Cuiabá	150.066.903,69	590.118	34º
23º	ES	Vitória	150.066.903,69	363.140	67º
26º	SC	Florianópolis	133.392.803,40	485.838	46º
27º	AL	Arapiraca	104.985.330,29	234.185	122º
28º	BA	Camaçari	95.082.172,93	296.893	90º
28º	BA	Feira de Santana	95.082.172,93	627.477	33º
28º	BA	Ilhéus	95.082.172,93	176.341	164º
28º	BA	Itabuna	95.082.172,93	221.046	134º
28º	BA	Jequié	95.082.172,93	162.209	179º
28º	BA	Juazeiro	95.082.172,93	221.773	133º
28º	BA	Lauro de Freitas	95.082.172,93	197.636	151º
28º	BA	Teixeira de Freitas	95.082.172,93	161.690	180º
28º	BA	Vitória da Conquista	95.082.172,93	348.718	72º
37º	CE	Caucaia	94.659.204,34	362.223	68º
37º	CE	Juazeiro do Norte	94.659.204,34	270.383	102º
37º	CE	Maracanaú	94.659.204,34	224.804	130º
37º	CE	Sobral	94.659.204,34	205.529	145º
41º	MA	Caxias	94.191.300,56	162.657	178º
41º	MA	Imperatriz	94.191.300,56	254.569	109º
41º	MA	São José de Ribamar	94.191.300,56	176.418	163º
41º	MA	Timon	94.191.300,56	167.619	173º
45º	PB	Campina Grande	92.309.370,95	410.332	56º
46º	BA	Alagoinhas	92.165.328,39	155.979	188º
46º	BA	Barreiras	92.165.328,39	157.638	186º
46º	BA	Porto Seguro	92.165.328,39	149.324	196º
49º	PE	Cabo de Santo Agostinho	91.594.095,94	204.653	146º
49º	PE	Caruaru	91.594.095,94	356.128	71º
49º	PE	Jaboatão dos Guararapes	91.594.095,94	695.956	27º
49º	PE	Olinda	91.594.095,94	390.771	62º

Posição	UF	Município	FPM	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
49º	PE	Paulista	91.594.095,94	328.353	81º
49º	PE	Petrolina	91.594.095,94	343.219	78º
55º	PI	Parnaíba	89.804.753,81	150.547	193º
56º	RN	Mossoró	89.022.879,91	295.619	92º
56º	RN	Parnamirim	89.022.879,91	254.709	108º
58º	PE	Camaragibe	88.667.928,83	156.361	187º
59º	SE	Nossa Senhora do Socorro	83.438.015,38	181.928	159º
60º	MG	Betim	78.319.379,96	427.146	54º
60º	MG	Contagem	78.319.379,96	658.580	31º
60º	MG	Divinópolis	78.319.379,96	234.937	121º
60º	MG	Governador Valadares	78.319.379,96	280.901	95º
60º	MG	Ibirité	78.319.379,96	177.475	162º
60º	MG	Ipatinga	78.319.379,96	261.203	107º
60º	MG	Juiz de Fora	78.319.379,96	563.769	36º
60º	MG	Montes Claros	78.319.379,96	402.027	59º
60º	MG	Poços de Caldas	78.319.379,96	166.085	174º
60º	MG	Ribeirão das Neves	78.319.379,96	328.871	80º
60º	MG	Santa Luzia	78.319.379,96	218.897	135º
60º	MG	Sete Lagoas	78.319.379,96	236.228	119º
60º	MG	Uberaba	78.319.379,96	328.272	82º
60º	MG	Uberlândia	78.319.379,96	676.613	29º
74º	PA	Ananindeua	77.772.008,29	516.057	40º
74º	PA	Castanhal	77.772.008,29	195.253	153º
74º	PA	Marabá	77.772.008,29	271.594	101º
74º	PA	Parauapebas	77.772.008,29	202.356	148º
74º	PA	Santarém	77.772.008,29	296.302	91º
79º	PA	Abetetuba	75.536.945,61	153.380	189º
80º	MG	Patos de Minas	75.505.769,43	150.893	192º
80º	MG	Pouso Alegre	75.505.769,43	147.137	197º
82º	PR	Cascavel	75.499.883,24	319.608	83º
82º	PR	Colombo	75.499.883,24	237.402	118º
82º	PR	Foz do Iguaçu	75.499.883,24	264.044	106º
82º	PR	Guarapuava	75.499.883,24	180.364	160º
82º	PR	Londrina	75.499.883,24	558.439	37º
82º	PR	Maringá	75.499.883,24	406.693	58º
82º	PR	Ponta Grossa	75.499.883,24	344.332	76º
82º	PR	São José dos Pinhais	75.499.883,24	307.530	87º
90º	GO	Águas Lindas de Goiás	73.510.029,01	195.810	152º
90º	GO	Anápolis	73.510.029,01	375.142	65º
90º	GO	Aparecida de Goiânia	73.510.029,01	542.090	38º
90º	GO	Luziânia	73.510.029,01	199.615	149º
90º	GO	Rio Verde	73.510.029,01	217.048	137º
90º	GO	Valparaíso de Goiás	73.510.029,01	159.500	183º
96º	MS	Dourados	72.822.450,04	218.069	136º
97º	TO	Araguaína	72.671.798,63	175.960	166º
98º	PR	Parangatu	72.551.657,89	152.975	191º
99º	ES	Cachoeiro de Itapemirim	69.890.149,40	211.649	141º
99º	ES	Cariacica	69.890.149,40	387.368	63º

		Total dos 100 maiores	15.726.804.006,48	67.487.167	..
		Total dos demais	81.149.721.498,80	137.131.302	..
		Total Brasil¹	96.876.525.505,28	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: valor correspondente a 100% do FPM, ou seja, está sem a dedução do Fundeb. ¹Não inclui Brasília.

FPM per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	FPM per capita	FPM	População pop. 2017	Ranking pop. 2017	Posição	UF	Município	FPM per capita	FPM	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$							em R\$			
1º	MG	Serra da Saudade	10.395,11	8.440.832,09	812	5568º	53º	RS	Ponte Preta	4.513,58	7.700.170,29	1.706	5518º
2º	SP	Borá	9.529,34	7.995.116,15	839	5567º	54º	MG	Olaria	4.506,58	8.440.832,09	1.873	5485º
3º	MT	Araguainha	7.253,09	6.752.628,99	931	5566º	55º	SC	Paial	4.504,81	7.104.077,98	1.577	5535º
4º	MG	Cedro do Abaeté	6.981,66	8.440.832,09	1.209	5562º	56º	MG	Seritinga	4.504,18	8.440.832,09	1.874	5484º
5º	GO	Anhanguera	6.855,62	7.719.429,44	1.126	5564º	57º	RS	Linha Nova	4.497,76	7.700.170,29	1.712	5516º
6º	SP	Uru	6.623,96	7.995.116,15	1.207	5563º	58º	SP	Dirce Reis	4.479,06	7.995.116,15	1.785	5505º
7º	SP	Nova Castilho	6.452,88	7.995.116,15	1.239	5560º	59º	SP	União Paulista	4.459,07	7.995.116,15	1.793	5503º
8º	PR	Jardim Olinda	6.335,73	8.844.676,38	1.396	5555º	60º	SC	Flor do Sertão	4.456,76	7.104.077,98	1.594	5533º
9º	MG	Grupiara	5.952,63	8.440.832,09	1.418	5552º	61º	RS	Coronel Pilar	4.456,12	7.700.170,29	1.728	5514º
10º	RS	André da Rocha	5.896,00	7.700.170,29	1.306	5559º	62º	SC	Presidente Castello Branco	4.412,47	7.104.077,98	1.610	5531º
11º	TO	Oliveira de Fátima	5.848,05	6.491.336,49	1.110	5565º	63º	RS	Nicolau Vergueiro	4.395,07	7.700.170,29	1.752	5510º
12º	PR	Nova Aliança do Ivaí	5.758,25	8.844.676,38	1.536	5547º	64º	MG	Tapiraí	4.393,98	8.440.832,09	1.921	5477º
13º	RS	Engenho Velho	5.746,40	7.700.170,29	1.340	5557º	65º	RS	Capão Bonito do Sul	4.380,07	7.700.170,29	1.758	5509º
14º	PI	Miguel Leão	5.641,16	6.927.340,35	1.228	5561º	66º	SP	Turmalina	4.376,09	7.995.116,15	1.827	5495º
15º	RS	União da Serra	5.604,20	7.700.170,29	1.374	5556º	67º	MG	Douradoquara	4.373,49	8.440.832,09	1.930	5474º
16º	MG	Doresópolis	5.506,09	8.440.832,09	1.533	5549º	68º	SC	Jardinópolis	4.371,74	7.104.077,98	1.625	5529º
17º	GO	Cachoeira de Goiás	5.459,29	7.719.429,44	1.414	5553º	69º	SP	Vitória Brasil	4.361,77	7.995.124,76	1.833	5494º
18º	SC	Santiago do Sul	5.394,14	7.104.077,98	1.317	5558º	70º	SP	Paulistânia	4.342,81	7.995.116,15	1.841	5493º
19º	MG	Paiva	5.352,46	8.440.832,09	1.577	5535º	71º	SP	Aspásia	4.340,45	7.995.116,15	1.842	5492º
20º	MG	São Sebastião do Rio Preto	5.335,54	8.440.832,09	1.582	5534º	72º	PB	Coxixola	4.329,67	8.334.613,85	1.925	5476º
21º	SP	Santa Salete	5.205,15	7.995.116,15	1.536	5547º	73º	MT	Ponte Branca	4.328,61	6.752.628,99	1.560	5541º
22º	GO	Lagoa Santa	5.180,83	7.719.433,66	1.490	5550º	74º	RS	Mato Queimado	4.325,94	7.700.170,29	1.780	5506º
23º	SP	Santana da Ponte Pensa	5.141,55	7.995.116,15	1.555	5543º	74º	RS	Santa Tereza	4.325,94	7.700.170,29	1.780	5506º
24º	PR	Santa Inês	5.121,41	8.844.676,38	1.727	5515º	76º	MG	Queluzito	4.310,95	8.440.832,09	1.958	5467º
25º	SP	Flora Rica	5.089,19	7.995.116,15	1.571	5539º	77º	SP	Arco-Íris	4.307,71	7.995.116,15	1.856	5486º
26º	MG	Antônio Prado de Minas	5.072,62	8.440.832,09	1.664	5527º	78º	RS	Novo Xingu	4.301,77	7.700.170,29	1.790	5504º
27º	MG	Senador José Bento	5.048,34	8.440.832,09	1.672	5525º	79º	MT	Serra Nova Dourada	4.287,38	6.752.628,99	1.575	5537º
28º	GO	São João da Paraúna	4.989,93	7.719.429,44	1.547	5544º	80º	RS	Alto Alegre	4.270,75	7.700.170,29	1.803	5501º
29º	RS	Montauri	4.983,93	7.700.170,29	1.545	5546º	81º	PB	Quixabá	4.243,69	8.334.613,85	1.964	5466º
30º	RS	Carlos Gomes	4.977,49	7.700.170,29	1.547	5544º	82º	RS	Canudos do Vale	4.237,85	7.700.170,29	1.817	5497º
31º	RS	Coqueiro Baixo	4.939,17	7.700.170,29	1.559	5542º	83º	RS	Pouso Novo	4.233,19	7.700.170,29	1.819	5496º
32º	RS	Tupanci do Sul	4.895,21	7.700.170,29	1.573	5538º	84º	SP	São João de Iracema	4.199,12	7.995.116,15	1.904	5480º
33º	SC	Lajeado Grande	4.889,25	7.104.077,98	1.453	5551º	85º	PB	Riacho de Santo Antônio	4.198,80	8.334.613,85	1.985	5459º
34º	MG	Passabém	4.873,46	8.440.832,09	1.732	5512º	86º	SC	Tigrinhos	4.191,20	7.104.077,98	1.695	5520º
35º	RN	Viçosa	4.848,54	8.392.819,49	1.731	5513º	87º	MG	Serranos	4.172,43	8.440.832,09	2.023	5455º
36º	RS	Guabiju	4.812,61	7.700.170,29	1.600	5532º	88º	SP	Mesópolis	4.151,15	7.995.116,15	1.926	5475º
37º	RS	Vista Alegre do Prata	4.779,75	7.700.170,29	1.611	5530º	89º	RS	Quatro Irmãos	4.148,80	7.700.170,29	1.856	5486º
38º	PR	Esperança Nova	4.775,74	8.844.676,38	1.852	5488º	90º	TO	São Félix do Tocantins	4.131,98	6.491.336,49	1.571	5539º
39º	SP	Fernão	4.728,04	7.995.116,15	1.691	5522º	91º	MG	Senador Cortes	4.119,49	8.440.832,09	2.049	5452º
39º	SP	Trabiju	4.728,04	7.995.116,15	1.691	5522º	92º	MG	Água Comprida	4.101,47	8.440.832,09	2.058	5450º
41º	PR	Miraselva	4.717,16	8.844.676,38	1.875	5482º	93º	SC	Barra Bonita	4.085,15	7.104.077,98	1.739	5511º
42º	PB	Parari	4.711,48	8.334.613,85	1.769	5508º	94º	RS	Muliterno	4.046,33	7.700.170,29	1.903	5481º
43º	RS	Lagoa dos Três Cantos	4.666,77	7.700.170,29	1.650	5528º	95º	SP	Nova Canaã Paulista	4.042,02	7.995.116,15	1.978	5461º
44º	MG	Consolação	4.663,44	8.440.832,09	1.810	5499º	96º	PR	São Manoel do Paraná	4.040,51	8.844.676,38	2.189	5410º
45º	MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	4.655,73	8.440.832,09	1.813	5498º	97º	RS	Barra do Rio Azul	4.020,98	7.700.170,29	1.915	5478º
46º	GO	Moiporá	4.633,51	7.719.429,44	1.666	5526º	98º	MG	Passa-Vinte	4.011,80	8.440.832,09	2.104	5438º
47º	PB	São José do Brejo do Cruz	4.614,96	8.334.613,85	1.806	5500º	99º	MG	Aracitaba	3.998,50	8.440.832,09	2.111	5436º
48º	TO	Chapada de Areia	4.613,60	6.491.336,49	1.407	5554º	100º	RS	Nova Boa Vista	3.985,60	7.700.170,29	1.932	5473º
49º	RS	Porto Vera Cruz	4.594,37	7.700.170,29	1.676	5524º							
50º	MG	Pedro Teixeira	4.579,94	8.440.832,09	1.843	5490º							
51º	RS	Santa Cecília do Sul	4.542,87	7.700.170,29	1.695	5520º							
52º	RS	Gentil	4.516,23	7.700.170,29	1.705	5519º							
									Total dos 100 maiores	4.741,62	790.438.132,26	166.702	..
									Total dos demais	469,97	96.086.087.373,01	204.451.767	..
									Total Brasil¹	473,45	96.876.525.505,28	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: valor correspondente a 100% do FPM, ou seja, está sem a dedução do Fundeb. ¹Não inclui Brasília.

SÃO CAETANO DO SUL: PARA VIVER E INVESTIR

Cidade do ABC paulista reforça sua vocação para o desenvolvimento humano, econômico e social



Uma cidade que respeita suas raízes e lança olhar para o futuro, São Caetano do Sul tem se tornado modelo de município que direciona investimentos para se modernizar de forma econômica e socialmente sustentável. Por um lado, a Prefeitura atua na melhoria dos serviços e equipamentos públicos. Por outro, trabalha toda sua infraestrutura para equilíbrio orçamentário e geração de emprego e renda. Como linha mestra, está a implantação de tecnologia e dispositivos urbanos com foco na transparência e no bem-estar humano.

As mais recentes realizações indicam esse modelo de gestão pública em áreas importantes, como Saúde e Educação. Em 2018, a cidade ganhou uma escola de educação infantil totalmente construída com conceito ambiental voltado ao melhor aproveitamento do ensino. Além disso, a Prova São Caetano, que avalia anualmente o ensino municipal, agora é 100% digital. Os alunos fazem avaliação em tablets e o resultado é disponibilizado aos pais no mesmo dia.

AVANÇOS NA SAÚDE

Na Saúde, a cidade iniciou uma audaciosa série de revitalizações e modernização de equipamentos. Unidades de saúde, hospitais e centros especializados estão sendo reformados. Todos ganharão ar condicionado e, o mais importante, toda a rede contará com Prontuário Eletrônico até 2019. São Caetano do Sul teve seu Centro Cirúrgico reformado, ampliado e equipado com aparelhos de última geração. A cidade também ganhou um Centro de Endoscopia que já é referência no setor, tendo realizado procedimentos inéditos no país.



TECNOLOGIA A SERVIÇO DO CIDADÃO

Atualmente, a Prefeitura implanta um grande projeto tecnológico. Cerca de 140 quilômetros de fibra ótica já foram instalados nos prédios públicos. Toda a rede municipal de serviços está sendo interligada digitalmente. Parque e praças públicas ganharam internet grátis por meio do programa Wi-Fácil.

Além disso, o cidadão já conta com o Portal Saúde 24 Horas, um aplicativo e site com informações sobre todos os serviços públicos de saúde de São Caetano do Sul. Em breve, com a implantação total do Prontuário Eletrônico, o morador poderá agendar consultas e exames pelo aplicativo. Há ainda um atendimento virtual, dotado de inteligência artificial, que nos próximos meses começará a interagir com a população.



MELHOR CIDADE PARA SE INVESTIR

São Caetano do Sul ganhou lugar de destaque no ranking das 100 melhores cidades do Brasil para se investir em negócios: a segunda melhor classificação de todo o país e primeiro lugar dentre todas as cidades do Estado de São Paulo. O estudo é realizado pela consultoria Urban Systems e publicado na Revista Exame.

Tal conquista deve-se, também, a projetos como o Espaço Cerâmica, com participação e parceria

da Prefeitura desde seu início, em 2009. O local da antiga indústria Cerâmica São Caetano, que já empregou mais de 3.000 funcionários, hoje reúne espaços de lazer, de consumo, residenciais e empresariais. Funções que convivem e se integram harmoniosamente. As empresas atraídas pelo conjunto apresentam perfis variados, tanto de serviço quanto de indústrias limpas de alto valor agregado.



Receita de ISS esboça suave recuperação

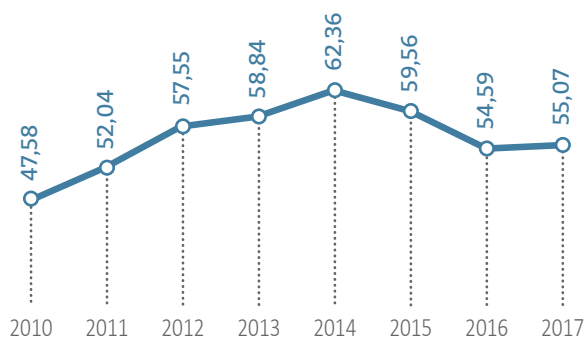
Com pequeno aumento real de 0,9%, o total arrecadado pelo ISS no país ainda está em nível inferior ao de 2012.

Desempenho

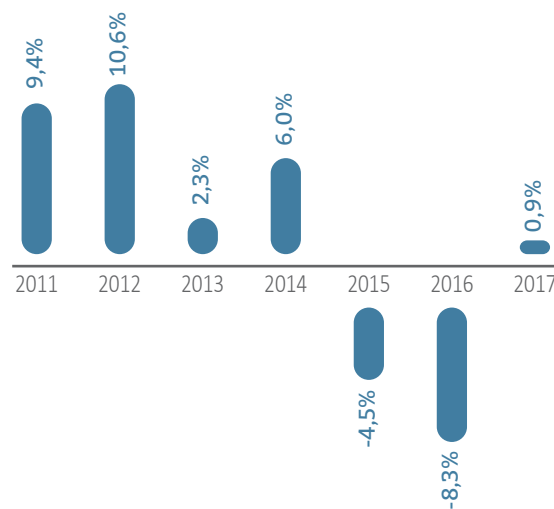
Após dois anos de forte queda, a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) dos municípios brasileiros apontou um aumento real de 0,9%, em 2017, corrigindo-se os valores pelo IPCA médio de 2017. De acordo com a metodologia utilizada por esta publicação (veja página 4), o recolhimento atingiu R\$ 55,07 bilhões, em 2017, enquanto que no ano anterior o volume total foi de R\$ 54,59 bilhões, ou seja, houve um acréscimo de cerca de R\$ 800 milhões.

Arrecadação do ISS

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Taxa de crescimento do ISS em relação ao ano anterior



A evolução da receita de ISS está fundamentalmente relacionada ao desempenho da economia brasileira, que entrou em recessão no final de 2014, amargou dois anos seguidos de queda de 3,5% no Produto Interno Bruto (PIB) e deu sinais de arrefecimento da crise em 2017, quando cresceu 1%. **O PIB do setor de serviços registrou um avanço de 0,3% em 2017**, estimulado pelo aumento de 1% no consumo das famílias que, por sua vez, foi resultado da baixa inflação, da redução na taxa de juros e da momentânea estabilização no nível de emprego.

Analisando-se o desempenho do ISS entre os municípios brasileiros, percebe-se que não houve um forte predomínio daqueles onde ocorreram aumentos na receita em relação aos que tiveram redução. Dentre os 4.198 municípios que apresentaram dados para os anos de 2016 e 2017, simultaneamente, o que representa 75,4% do total dos 5.568 municípios brasileiros, 51,2% registraram aumento e 48,8% queda.

DOS 4.198 MUNICÍPIOS COM DADOS EM 2016 E 2017, 51,2% REGISTRARAM AUMENTO E 48,8% QUEDA NO ISS

Na análise por região, percebe-se que a variação no Sudeste, de 0,9%, em 2017, se igualou ao desempenho da média nacional, o que faz sentido, pois o conjunto dos seus municípios recolheu o equivalente a 64,4% do total do ISS do país.

Dentre as capitais, a melhora na arrecadação do ISS foi mais tímida que para o total do Brasil com crescimento de apenas 0,6%. Ressalte-se que **o total do ISS recolhido pelas capitais representou 51,5% do total do Brasil**. Em termos percentuais, o melhor desempenho foi o de Macapá, onde houve um incremento de 16,9%, o que elevou a arrecadação para R\$ 57,1 milhões, o maior valor de ISS já registrado pela capital amapaense. Na sequência, vêm os aumentos obtidos em Cuiabá (7,9%), Natal (7,7%) e Campo Grande (7,5%). Porém, em nenhuma dessas capitais o valor de 2017 superou valores registrados antes da crise econômica.

A capital de São Paulo apresentou o maior incremento em termos absolutos, de R\$ 595,4

milhões, em 2017. Ainda assim, sua arrecadação de ISS de R\$ 12,9 bilhões, que representou 23,5% do total recolhido no país, permaneceu inferior ao valor alcançado em 2012.

Já as maiores quedas percentuais couberam ao Rio de Janeiro (-9,2%) e Porto Velho (-5,7%). O Rio de Janeiro teve uma perda de R\$ 524,9 milhões, em relação a 2016, a maior redução absoluta entre todos os municípios. Seu ISS, de R\$ 5,18 bilhões, atingiu um patamar inferior ao obtido em 2011. Na capital fluminense, o ISS vem caindo desde 2015. Em Porto Velho, a receita do ISS vem caindo desde 2012 e chegou a um nível inferior ao de 2009.

ISS em 2018

A julgar pela evolução da economia brasileira em 2018, o desempenho do ISS para esse mesmo ano não deveria ser muito diferente do que foi em 2017. Em outubro de 2018, o Boletim Focus do Banco Central apontava que o PIB do Brasil deveria crescer apenas 1,34% neste ano.

No entanto, os dados acumulados de janeiro a agosto de 2018 para 25 capitais sugerem uma guinada positiva na arrecadação do ISS. Com base nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) publicados no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no portal Compara Brasil (www.comparabrasil.com), o ISS acumulado nos oito primeiros meses de 2018 foi 11,2% superior ao valor do mesmo período de 2017, já descontada a inflação, tendo ocorrido aumentos em todas as 25 capitais.

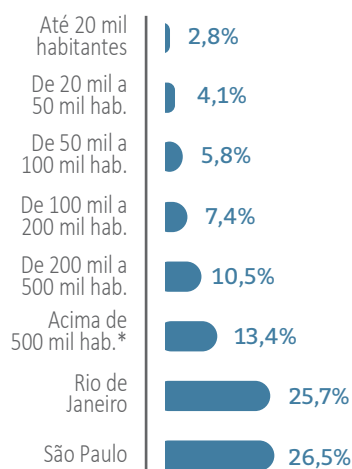
Participação na receita e ISS per capita

Com o desenvolvimento e o crescimento do setor de serviços no Brasil, o ISS tornou-se um tributo cada vez mais importante na composição

das receitas municipais. Em 2002, ele respondia por 7,9% do total da receita corrente dos municípios brasileiros, percentual que foi subindo para alcançar dois dígitos a partir de 2010. Em 2014, o imposto atingiu sua maior participação nas receitas correntes, com 11,1%, decrescendo em 2015 e 2016, quando chegou a 10% e oscilando para 10,1%, em 2017.

Mas a importância do ISS nos orçamentos municipais muda muito conforme o tamanho populacional e o perfil econômico dos municípios. De modo geral, o imposto é mais representativo nos municípios de maior porte populacional e naqueles que, mesmo sendo de menor porte, contam com a presença de empresas que demandam ou prestam serviços em larga escala, como é o caso das cidades onde se localizam mineradoras, portos, aeroportos, sedes de grupos financeiros, grandes empresas de desenvolvimento tecnológico, armazenagem, universidades particulares, sedes de planos de saúde etc.

Participação do ISS na receita corrente dos municípios por faixa populacional* - 2017



*excluído Rio de Janeiro e São Paulo

Dentre as regiões do país é no Sudeste onde o ISS possui o maior peso na receita corrente municipal, com 13,4%, participação essa inflada pelos valores do Rio de Janeiro e São Paulo. Excluídos esses dois municípios, o percentual é de 8,9%, ainda o maior dentre todas as regiões. O Nordeste, por sua vez, é a região onde o ISS possui a menor participação na receita corrente, de 6,3%, em 2017.

A análise dos valores do ISS per capita segundo o porte populacional e por região segue a mesma lógica do peso do ISS na receita corrente. Ou seja, os valores são menores quanto menor o porte populacional do município e, na Região Sudeste, a arrecadação per capita é a maior, com R\$ 407,97, enquanto que a do Nordeste é a menor, com R\$ 131,67, conforme pode ser conferido nas tabelas das páginas 86 e 87. Na média nacional, a receita per capita de ISS foi de R\$ 269,12, em 2017.

Desde que o ISS foi incorporado ao Simples Nacional sua arrecadação através desse regime tem crescido a taxas superiores a do total do ISS, com uma única exceção em 2012, como demonstra o gráfico a seguir. Em 2015, quando o ISS total registrou queda de 4,5%, a parcela oriunda do Simples Nacional ainda cresceu substancialmente, em 15,4%. Somente em 2016 é que a parcela do Simples Nacional ficou praticamente estagnada diante de uma forte queda do ISS total de 8,3%. Em 2017, enquanto o ISS total cresceu 0,9%, o ISS Simples Nacional aumentou em 7,5%.

Assim, cresceu a importância do ISS Simples Nacional no total da arrecadação do tributo. Em dez anos, a participação que era de 6,9%, em 2008, chegou a 13,9%, em 2017.

ISS Simples Nacional

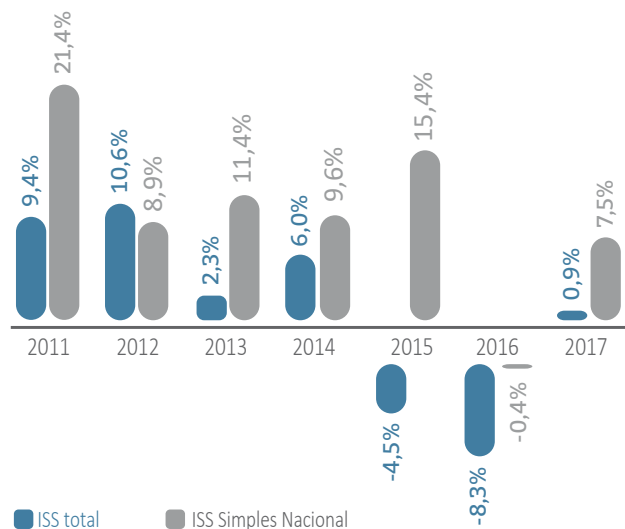
O Simples Nacional é um regime tributário especial, unificado e simplificado de arrecadação de tributos e contribuições aplicável às micro e pequenas empresas. Foi criado pela Lei nº 9.317/1996 abrangendo os seguintes tributos federais: IR Pessoa Jurídica, IPI, CSLL, Cofins, PIS/Pasep e contribuição patronal previdenciária. Com a Lei Complementar nº 123/2006, ele foi ampliado, passando a incorporar o ICMS e o ISS, independentemente de convênio com os estados ou municípios.

O ingresso no Simples é facultativo e é necessário que a empresa seja enquadrada na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, conforme seu

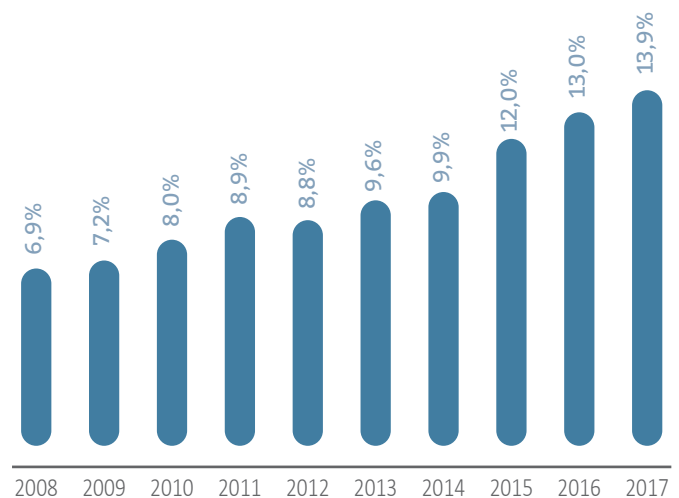
faturamento, ou que o contribuinte seja um microempreendedor individual (MEI). Entre as vantagens do Simples Nacional, destaca-se a possibilidade de o contribuinte reduzir seus custos com assessoramento tributário. Ao invés de utilizar diversas guias, com datas e cálculos diferentes para o recolhimento de tributos, o empresário paga oito impostos e contribuições de uma única vez.

O Simples Nacional envolve a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. É administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes: quatro da secretaria da Receita Federal do Brasil, dois dos estados e do Distrito Federal e dois dos municípios.

Taxa de crescimento do ISS Simples Nacional e do ISS total em relação ao ano anterior



Participação do ISS Simples no ISS total



O excelente desempenho do ISS Simples Nacional decorre do constante aumento do número de optantes, ou seja, de microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) que aderem ao sistema. Em 2017, o número de optantes foi de 12,5 milhões, representando um aumento de 9,6% em relação ao número de 2016.

O tipo de optante que mais cresceu nos últimos cinco anos foram os MEIs, com variação de 190%, enquanto que para os demais o aumento foi de 13,1%, no mesmo período. Comparando-se 2017 com 2016, os MEIs continuaram sua

trajetória fortemente ascendente e os demais optantes mantiveram-se no mesmo patamar de 2015. A fraca adesão dos demais optantes nos últimos três anos está relacionado à crise econômica, que afetou o desempenho das micro e pequenas empresas. Com relação ao aumento dos MEIs, esse também está relacionado à crise econômica na medida em que as MEIs tornam-se uma alternativa de trabalho para aqueles que perderam seus empregos.

A partir de janeiro de 2018 passaram a valer novas regras para o Simples Nacional que deverão atrair ainda mais empresas para dentro do sistema.

Número de optantes do Simples Nacional

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016
MEI	2.614.688	3.591.048	4.565.953	5.573.365	6.525.924	7.578.888	16,1
Demais optantes*	4.329.423	4.493.846	4.769.864	4.898.292	4.853.082	4.896.612	0,9%
Total	6.944.111	8.084.894	9.335.817	10.471.657	11.379.006	12.475.500	9,6%

Notas: MEI = microempreendedor individual. O número de optantes a cada ano refere-se à posição em dezembro.

* são as ME (microempresas) e as EPP (empresas de pequeno porte).

Fonte: Receita Federal do Brasil.

Novo Simples Nacional para 2018

As novas regras do Simples Nacional foram estabelecidas pela Lei Complementar nº 155 que modificou a LC nº 123/2006, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018.

O quadro a seguir elenca as principais mudanças trazidas pela LC 155:

Ampliação dos limites de faturamento para aderir ao Simples Nacional	<ul style="list-style-type: none">• O limite máximo de receita bruta anual para empresas de pequeno porte sobe de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões. No entanto, a cobrança do ISS e do ICMS fica de fora do Simples para quem fatura acima de R\$ 3,6 milhões.• Para quem é MEI (microempreendedor individual) passa de R\$ 60 mil para R\$ 81 mil anuais.
Novas alíquotas	<ul style="list-style-type: none">• Alíquotas maiores, porém com um desconto fixo específico para cada faixa de enquadramento.
Novas tabelas	<ul style="list-style-type: none">• As seis tabelas para cada grupo de atividade e que continham diversas alíquotas para cada uma das 20 faixas de faturamento foram reduzidas a cinco tabelas com seis faixas de faturamento em cada.• O peso do valor da folha salarial na receita bruta passou a ter uma relação com as alíquotas: as atividades nas quais a folha for maior ou igual a 28% da receita bruta se enquadrarão nos anexos de alíquotas menores. Se a relação for menor que 28%, a atividade irá para um anexo de alíquotas maiores.
Novos participantes	<ul style="list-style-type: none">• Pequenas empresas que atuam na indústria de bebidas alcoólicas, como cervejarias, destilarias, vinícolas e produtores de licor.• Organizações da sociedade civil (Oscips), sociedades cooperativas e as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social, além de organizações religiosas que se dediquem a atividades de cunho social.• Permissão para o enquadramento como MEI do empreendedor da área rural com atividades de industrialização, comercialização ou prestação de serviços.
Novo prazo para quitação de dívidas	<ul style="list-style-type: none">• Participantes do Simples Nacional com dívidas vencidas até maio de 2016 poderão realizar o pagamento dos débitos em até 120 vezes, com o valor mínimo de R\$ 300 na parcela para micro e pequenas empresas. O valor de cada prestação será corrigido pela taxa Selic e por 1% aplicado no mês do pagamento da parcela. Essa medida já estava em vigor.

Outras novidades são:

- Investidor-anjo: investidor que não participa do quadro societário da empresa e seu investimento não conta como receita para não tirar a empresa do enquadramento no SN.
- Maior fiscalização devido à troca de informações entre as Fazendas Públicas da União, dos estados e municípios, sem prejuízo da ação fiscal individual de cada ente.
- Reciprocidade social através do acesso a linhas de crédito específicas para micro e pequenas empresas que contratarem jovens aprendizes e pessoas portadoras de deficiência.

A polêmica da cobrança no local do domicílio do tomador e o PLP 461/2017

Além do Simples Nacional, outra importante alteração legal com efeitos sobre a arrecadação do ISS é a Lei Complementar nº 157, sancionada em 30 de dezembro de 2016. As mudanças trazidas pela LC 157 podem ser agrupadas em três tipos: 1) dispositivos que coíbem com mais eficácia a “guerra fiscal” entre municípios; 2) aprimoramento e atualização da lista de serviços tributáveis pelo ISS; e 3) inclusão de novos setores onde a tributação deverá ocorrer no local da prestação do serviço e não na sede do estabelecimento.

Os detalhes sobre os três tipos de alterações já foram tratados na edição anterior de **Multi Cidades**. Porém, com relação ao terceiro grupo de novidades, cabe aqui lembrá-las e relatar os últimos acontecimentos sobre o assunto.

Ao sancionar a LC 157, em 30 de dezembro de 2016, o presidente Michel Temer vetou os dispositivos relacionados à cobrança no local da prestação dos serviços para as atividades dos planos de saúde, serviços financeiros, tais como cartões de crédito e de débito, *factoring*, *leasing*,

agenciamento de franquias e administração de consórcios. Os argumentos para o veto referem-se à potencial perda de eficiência e de arrecadação tributária que a medida traria e também resultariam em aumento de custos para as empresas do setor que seriam repassados ao preço final. As empresas financeiras e de planos de saúde afirmaram que teriam grandes dificuldades operacionais para atenderem às diferentes formas de cobrança do imposto em cada cidade.

Porém, em 30 de maio de 2017, o Congresso Nacional derrubou o veto presidencial e, a partir de novembro, entidades como a Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS), a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), dentre outras, entraram junto ao Supremo Tribunal Federal com diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), dentre elas a ADI nº 5835, e uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) contra tais dispositivos. As entidades argumentam que:

1. Os serviços em questão não são prestados no domicílio do tomador, sendo, portanto, impróprio que o ISS seja devido nessa localidade, acabando por burlar a repartição constitucional de competências tributárias.
2. A lei não trouxe definições claras do conceito de domicílio a ser utilizado para fins de identificação do local do tomador do serviço e, assim, potencializa os conflitos de competência tributária, havendo dúvidas, em muitas situações, a respeito de quem seria o tomador de serviços. Tais conflitos fariam aumentar as disputas federativas entre municípios e haveria uma avalanche de medidas judiciais decorrentes da necessidade de integração da legislação

tributária entre as cidades, o que traria mais insegurança no recolhimento do ISS.

3. Para operacionalizarem o pagamento do ISS para potencialmente todos os municípios brasileiros, que cobram alíquotas diferentes entre si e empregam diferentes formas de recolhimento¹, as empresas serão obrigadas a viabilizarem uma estrutura operacional muito grande, o que implicará um exponencial aumento dos custos dos serviços aos consumidores. Segundo as empresas, a nova lei significa violação ao princípio da capacidade colaborativa do contribuinte, da praticabilidade tributária, da livre iniciativa e da razoabilidade e proporcionalidade na tributação, uma vez que o conjunto de obrigações tributárias deve estar alinhado com um custo razoável e proporcional para que o contribuinte consiga arcar com a imposição. Alegam ainda que as enormes dificuldades operacionais impostas pela medida não se justificam pelo eventual benefício que a alteração da forma de cobrança do ISS pode trazer aos municípios e em nada beneficia os consumidores.

Em 24 de março de 2018, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, deferiu uma liminar suspendendo os efeitos do artigo 1º da LC 157/2016, na parte em que o dispositivo modificou o art. 3º, XXIII, XXIV e XXV, e os parágrafos 3º e 4º do art. 6º da Lei Complementar nº 116/2003, ou seja, no que trata da cobrança no local da prestação dos serviços para os setores mencionados acima. A liminar também torna nula todas as leis municipais que regulamentam a LC 157.

Para o ministro, a concessão da liminar se justifica pela falta de clareza da LC 157 em relação ao conceito de tomador de serviços e à existência de

normas antagônicas regulamentando o assunto. No texto da liminar, afirma o relator que a ausência dessa definição e a existência de diversas leis, decretos e atos normativos municipais antagônicos já vigentes ou prestes a entrar em vigência acabarão por gerar dificuldade na aplicação da Lei, ampliando os conflitos de competência entre as unidades federadas e gerando forte abalo no princípio constitucional da segurança jurídica.

Paralelamente, em novembro de 2017, as próprias instituições financeiras através da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) firmaram contrato para o desenvolvimento de um sistema eletrônico chamado “Declaração Padronizada de ISS (DPI)”, cujo objetivo é o de padronizar a cobrança e o pagamento do ISS dos serviços afetados pelas alterações trazidas pela LC 157, no que diz respeito à cobrança no domicílio do tomador do serviço e, assim, facilitar o trabalho das empresas e a fiscalização pelos municípios.

A padronização nacional de obrigação acessória para o ISS sobre os serviços financeiros e de planos de saúde está sendo proposta pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 461/2017. Para isso, o PLP institui o Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISS (CGOA) e de seu grupo técnico, o GTCGOA, que deverão definir o layout e padrão do sistema a ser disponibilizado gratuitamente aos municípios. O CGOA também acompanhará a aplicação e o aprimoramento do sistema. Os municípios, por sua vez, deverão inserir no sistema as informações sobre alíquotas, os arquivos sobre a legislação municipal vigente e os dados bancários para o recebimento do ISS. E caberá aos contribuintes declararem no sistema as informações relativas ao pagamento do ISS.

¹ Por exemplo, alguns municípios cobram mediante a inscrição no cadastro de contribuintes; já em outros o recolhimento é feito na fonte do tomador, por meio de emissão de nota fiscal em seu nome.

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM), com a colaboração da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), elaboraram um substitutivo ao PLP 461, com o objetivo de aprimorá-lo e de solucionar as questões que levaram ao deferimento da liminar pelo STF. O substitutivo define que o ISS devido pelos planos de saúde, serviços financeiros, tais como cartões de crédito e de débito, factoring, leasing, agenciamento de franquias e administração de consórcios será apurado e declarado por intermédio de um sistema eletrônico, com arquivo eletrônico de padrão unificado. No projeto original havia a previsão apenas do sistema e não do arquivo.

O substitutivo também detalha a forma de transmissão desses arquivos, as responsabilidades e os prazos para os declarantes perante o fisco municipal, altera a composição e amplia as atribuições do CGOA e estabelece um sistema de transição de quatro anos para os serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres e leasing, período no qual a arrecadação sobre tais atividades será paulatinamente repassada para o município do local do domicílio do tomador dos serviços. E ainda, o mais importante, insere um capítulo com definições que

caracterizam os tomadores de serviços de cada uma das atividades abordadas pelo PLP 461.

Em 23 de maio de 2018, a Câmara dos Deputados aprovou a entrada do PLP 461 em regime de urgência, o qual foi pautado no plenário nos dias 13 e 14 de agosto. No entanto, por falta de quórum ele não foi votado.

Alguns dilemas estão colocados para efetivação da cobrança do ISS no local do domicílio dos tomadores de serviços elencados no PLP 461. O primeiro deles refere-se ao andamento dos processos de inconstitucionalidade encaminhados ao STF. O mérito da questão ainda deverá ser julgado e, para que isso aconteça, não há uma previsão de tempo. Desse modo, mesmo que o PLP 461 e seu substitutivo sejam aprovados no Congresso Nacional, o STF poderá julgá-lo inconstitucional.

O segundo dilema ou fato que poderá vir a alterar completamente o rumo do debate será a realização de uma reforma tributária, a partir de 2019, que inclua a unificação dos impostos sobre consumo, dentre os quais estão o ISS e o ICMS, num único imposto denominado Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). Caso isso se concretize, não fará mais sentido prosseguir com quaisquer alterações sobre o ISS, pois as discussões se darão no âmbito da constituição do IVA e da repartição de sua receita entre os entes federados.

URBANISMO SUSTENTÁVEL PARA UMA VIDA MELHOR

Com mais de 45 anos de tradição e mais de 103 empreendimentos implantados em 23 Estados e no Distrito Federal, a **Alphaville Urbanismo** é líder nacional em projetos horizontais, sendo especialista no desenvolvimento e na construção de bairros planejados e núcleos urbanos.

A empresa ainda foi a responsável pela construção pioneira do bairro planejado **Alphaville** em Barueri, além do desenvolvimento do exclusivo conceito das Cidades Alpha, que são pólos sustentáveis, capazes de oferecer toda a estrutura necessária para morar, trabalhar e se divertir.



Alphaville em Barueri

alpha  inova

A empresa que mudou o conceito de moradia no Brasil também é a primeira do setor a lançar um programa de inovação aberta com Startups!

Em 2017 a Alphaville Urbanismo lançou o Programa Alpha Inova, com o objetivo de trazer startups como fornecedoras ou parceiras. Em seu primeiro ano, o programa contou com

a inscrição de **165 Startups** e, ao final do ciclo, 6 foram contratadas como fornecedoras!

Em 2018, o programa continua em sua nova fase, que já contou com **93 startups** inscritas e 7 pilotos em andamento com soluções que buscam agregar valor para o cliente e gerar eficiência de custos.

Saiba mais sobre a Alphaville Urbanismo e o Programa Alpha Inova em
www.alphavilleurbanismo.com.br e www.alphainova.com

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Part. rec. tributária 2017	Part. na rec. corr. 2017	ISS per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %		em R\$	
	17.936.201	Norte	3.037.076,6	3.197.813,0	2.932.345,8	2.613.719,0	2.537.373,3	-2,9	55,8	7,0	141,47
AC	383.443	Rio Branco	56.955,6	74.034,4	69.532,7	67.445,2	70.014,0	3,8	60,5	9,6	182,59
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	13.831,2	8.537,4	5.708,9	5.685,5	6.386,1	12,3	77,29
AP	474.706	Macapá	48.578,9	56.663,2	47.361,3	48.850,7	57.092,5	16,9	54,9	7,9	120,27
AP	115.471	Santana	10.350,5	11.859,4	5.292,2	5.432,9	8.031,8	47,8	74,8	5,4	69,56
AM	2.130.264	Manaus	669.387,7	705.830,4	600.697,3	537.046,5	519.890,4	-3,2	54,2	12,7	244,05
AM	113.832	Parintins	6.779,3	4.684,2	4.155,1	3.717,2	3.164,3	-14,9	28,4	1,9	27,80
PA	1.452.275	Belém	379.124,3	397.995,7	362.933,8	336.914,2	339.221,6	0,7	52,1	13,2	233,58
PA	516.057	Ananindeua	35.908,0	37.031,1	40.040,2	34.572,6	38.684,5	11,9	52,0	6,4	74,96
PA	296.302	Santarém	23.649,7	27.052,2	32.787,4	27.217,9	25.155,5	-7,6	51,6	4,6	84,90
PA	271.594	Marabá	121.592,6	115.641,6	87.528,8	62.361,8	70.349,5	12,8	63,1	9,5	259,02
RO	519.436	Porto Velho	271.168,0	263.996,7	210.766,0	151.681,3	142.991,8	-5,7	57,1	11,8	275,28
RO	132.667	Ji-Paraná	18.818,0	20.637,6	19.801,3	19.478,9	20.356,6	4,5	49,9	9,1	153,44
RR	332.020	Boa Vista	59.556,6	62.176,9	59.650,9	60.915,8	57.962,7	-4,8	44,1	5,9	174,58
RR	28.215	Rorainópolis	2.987,4	3.228,0	2.100,7	1.412,0	1.975,9	39,9	70,03
TO	286.787	Palmas	69.868,8	95.665,3	96.162,0	90.851,0	93.045,4	2,4	43,8	9,6	324,44
TO	175.960	Araguaína	21.377,2	22.076,1	20.008,4	20.140,8	23.393,0	16,1	41,0	6,3	132,94
	57.251.143	Nordeste	7.926.564,2	8.581.296,5	8.088.573,4	7.460.557,7	7.538.046,4	1,0	48,2	6,3	131,67
AL	1.029.129	Maceió	191.173,3	203.142,5	198.547,5	195.440,6	204.306,4	4,5	42,7	10,3	198,52
AL	234.185	Arapiraca	17.282,3	18.458,9	18.477,7	19.115,7	19.760,5	3,4	44,1	3,7	84,38
BA	2.953.986	Salvador	1.033.606,4	1.072.306,8	985.103,1	922.414,5	912.460,0	-1,1	43,7	16,4	308,89
BA	627.477	Feira de Santana	111.741,2	119.132,5	114.103,6	115.272,7	116.294,5	0,9	49,0	11,7	185,34
BA	348.718	Vitória da Conquista	54.292,2	53.921,2	56.719,5	51.861,7	54.006,7	4,1	55,6	9,2	154,87
BA	296.893	Camaçari	144.310,2	170.639,2	138.715,0	118.673,7	113.915,0	-4,0	41,2	11,5	383,69
CE	2.627.482	Fortaleza	682.812,1	743.919,6	721.613,9	702.247,6	742.726,0	5,8	47,0	12,8	282,68
CE	362.223	Caucaia	31.836,9	39.615,4	3.394,7	31.753,9	34.936,6	10,0	47,6	6,0	96,45
CE	270.383	Juazeiro do Norte	20.314,7	23.055,2	22.360,3	24.830,4	25.420,0	2,4	38,9	4,2	94,01
MA	1.091.868	São Luís	507.129,3	495.191,7	498.622,5	450.063,2	457.943,9	1,8	67,1	18,2	419,41
MA	254.569	Imperatriz	76.733,8	51.701,5	40.868,6	38.660,9	42.983,8	11,2	62,0	7,8	168,85
PB	811.598	João Pessoa	202.254,7	222.735,3	213.062,1	199.894,0	204.923,2	2,5	46,5	11,2	252,49
PB	410.332	Campina Grande	43.743,4	54.207,5	51.891,9	47.475,0	48.432,5	2,0	43,3	6,4	118,03
PE	1.633.697	Recife	829.521,0	871.583,0	791.737,6	745.303,1	744.951,1	0,0	46,0	17,6	455,99
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	92.392,1	90.110,6	91.354,5	88.720,0	84.686,1	-4,5	38,0	7,3	121,68
PE	390.771	Olinda	57.258,7	65.807,4	57.123,7	59.275,4	59.518,0	0,4	47,7	10,9	152,31
PE	356.128	Caruaru	48.253,4	55.421,9	45.097,9	47.766,7	45.648,1	-4,4	37,2	7,7	128,18
PE	343.219	Petrolina	39.051,5	41.681,6	44.916,5	43.496,7	45.027,1	3,5	50,2	7,8	131,19
PE	328.353	Paulista	27.061,3	29.643,4	23.144,6	25.901,6	24.209,7	-6,5	35,1	6,0	73,73
PI	850.198	Teresina	184.274,0	209.659,9	209.330,2	206.785,5	212.284,4	2,7	48,7	8,9	249,69
PI	150.547	Parnaíba	12.076,8	13.967,1	11.773,4	13.257,6	14.333,8	8,1	47,2	4,9	95,21
RN	885.180	Natal	283.175,9	313.644,8	290.582,5	278.586,8	299.906,3	7,7	55,3	15,9	338,81
RN	295.619	Mossoró	63.827,0	62.556,5	54.792,5	47.794,5	52.929,3	10,7	54,3	10,2	179,05
SE	650.106	Araçaju	254.286,6	269.637,9	268.193,3	248.874,2	247.854,9	-0,4	47,4	15,7	381,25
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	14.479,6	14.341,2	17.238,8	16.900,6	12.523,1	-25,9	34,4	4,9	68,84
	12.836.463	Centro-Oeste¹	2.625.529,0	2.878.501,4	2.656.188,5	2.561.744,6	2.625.328,9	2,5	38,3	7,2	204,52
GO	1.466.105	Goiânia	585.142,8	635.906,6	581.094,4	564.672,4	540.881,4	-4,2	40,5	13,4	368,92
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	52.581,8	62.062,0	61.670,6	66.126,9	61.926,9	-6,4	24,4	6,5	114,24
GO	375.142	Anápolis	58.636,6	62.875,5	59.547,6	54.636,1	56.966,8	4,3	27,2	6,1	151,85
MT	590.118	Cuiabá	291.633,6	301.623,1	286.390,0	265.205,1	286.115,6	7,9	50,0	15,3	484,84
MT	274.013	Várzea Grande	42.564,5	47.851,1	37.026,9	34.185,6	33.953,7	-0,7	41,3	6,8	123,91
MS	874.210	Campo Grande	300.519,1	333.052,0	299.458,5	284.343,2	305.752,8	7,5	33,1	10,2	349,75
MS	218.069	Dourados	54.613,6	55.291,7	55.200,2	56.694,6	55.739,4	-1,7	34,7	7,9	255,60
	86.949.714	Sudeste	38.614.780,8	40.645.537,3	38.978.633,7	35.170.236,4	35.472.912,5	0,9	44,8	13,4	407,97
ES	363.140	Vitória	443.697,0	446.732,6	420.196,7	381.425,2	388.537,2	1,9	66,0	26,3	1.069,94
ES	502.618	Serra	152.129,8	167.663,9	145.147,5	145.400,5	137.295,6	-5,6	52,2	13,0	273,16
ES	486.388	Vila Velha	163.709,9	150.801,3	135.516,3	129.373,5	110.317,0	-14,7	39,5	13,1	226,81
ES	387.368	Cariacica	72.959,0	80.853,5	65.627,3	55.251,6	50.559,7	-8,5	54,5	9,2	130,52
MG	2.523.794	Belo Horizonte	1.207.405,9	1.379.143,5	1.332.308,9	1.225.634,6	1.250.216,8	2,0	37,2	14,2	495,37
MG	676.613	Uberlândia	206.832,0	223.820,9	225.878,3	222.938,8	230.460,8	3,4	52,7	12,3	340,61
MG	658.580	Contagem	137.355,3	137.630,0	133.209,5	123.162,1	126.871,9	3,0	31,3	8,7	192,64

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Part. rec. tributária 2017	Part. na rec. corr. 2017	ISS per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %		em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	148.134,8	154.105,6	155.454,2	147.897,2	149.069,5	0,8	34,5	10,9	264,42
MG	427.146	Betim	100.891,2	102.298,5	92.217,2	70.001,5	76.992,4	10,0	36,1	5,0	180,25
MG	402.027	Montes Claros	52.271,0	56.767,1	54.475,2	51.634,9	55.577,9	7,6	41,3	9,1	138,24
MG	328.871	Ribeirão das Neves	21.092,8	20.822,2	23.125,9	18.986,1	16.012,2	-15,7	48,69
MG	328.272	Uberaba	72.239,0	77.491,4	75.734,4	75.487,8	74.476,1	-1,3	42,4	7,6	226,87
MG	280.901	Governador Valadares	40.875,5	51.845,0	45.903,7	42.288,0	41.058,6	-2,9	32,3	5,5	146,17
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	6.261.275,4	6.557.431,6	6.449.248,1	5.701.364,8	5.176.427,4	-9,2	52,1	25,7	793,90
RJ	1.049.826	São Gonçalo	91.531,1	105.893,6	73.951,1	64.269,3	59.773,2	-7,0	31,3	6,0	56,94
RJ	890.997	Duque de Caxias	294.541,1	303.585,5	288.852,2	245.962,5	229.019,0	-6,9	47,6	11,4	257,04
RJ	798.647	Nova Iguaçu	103.220,5	125.007,2	103.598,2	103.354,7	104.486,4	1,1	44,6	8,3	130,83
RJ	499.028	Niterói	314.379,1	343.237,0	301.337,4	271.156,7	268.493,3	-1,0	33,3	11,3	538,03
RJ	495.783	Belford Roxo	38.858,0	41.210,5	37.879,8	27.479,0	24.092,5	-12,3	39,2	4,3	48,59
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	136.962,8	134.758,5	100.996,5	92.414,1	74.510,6	-19,4	34,1	4,7	151,97
RJ	460.461	São João de Meriti	40.136,2	37.656,0	40.989,8	34.852,4	34.288,6	-1,6	35,1	6,7	74,47
RJ	298.235	Petrópolis	68.971,4	81.628,6	91.179,5	79.890,9	75.147,6	-5,9	35,3	8,7	251,97
RJ	265.201	Volta Redonda	90.320,6	83.436,0	84.857,8	74.335,8	93.616,9	25,9	49,6	11,5	353,00
SP	12.106.920	São Paulo	13.218.057,5	13.956.259,5	13.644.216,2	12.332.605,6	12.928.049,7	4,8	50,3	26,5	1.067,82
SP	1.349.113	Guarulhos	401.758,9	447.559,5	432.835,6	394.363,9	414.022,3	5,0	38,5	10,8	306,88
SP	1.182.429	Campinas	873.952,3	853.911,2	785.270,5	712.387,6	734.380,1	3,1	42,1	18,4	621,08
SP	827.437	São Bernardo do Campo	388.805,7	381.343,3	412.881,9	406.922,9	391.368,0	-3,8	36,4	12,0	472,99
SP	715.231	Santo André	287.774,4	309.763,6	304.226,5	304.826,8	319.956,3	5,0	37,7	14,4	447,35
SP	703.219	São José dos Campos	312.341,9	292.163,5	273.885,6	257.162,2	275.743,5	7,2	42,6	11,1	392,12
SP	697.886	Osasco	409.785,3	438.593,9	434.036,2	447.481,2	464.316,3	3,8	665,32
SP	682.302	Ribeirão Preto	255.614,1	257.617,6	250.783,1	240.718,2	258.931,9	7,6	32,6	10,8	379,50
SP	659.871	Sorocaba	305.548,6	354.297,2	339.315,4	296.475,2	321.040,7	8,3	46,1	13,0	486,52
SP	462.005	Mauá	73.551,6	73.094,8	78.037,4	80.309,7	67.876,2	-15,5	38,9	7,7	146,92
SP	450.657	São José do Rio Preto	164.603,6	178.892,2	183.705,8	170.972,5	178.604,8	4,5	41,4	12,7	396,32
SP	434.742	Santos	505.458,9	498.808,5	496.742,0	441.869,2	448.639,9	1,5	42,4	20,4	1.031,97
SP	433.901	Mogi das Cruzes	88.208,1	97.658,9	97.362,6	94.516,7	92.829,1	-1,8	29,7	7,5	213,94
SP	417.869	Diadema	90.031,0	90.682,9	82.485,0	77.311,1	77.990,1	0,9	24,7	7,2	186,64
SP	409.497	Jundiaí	253.640,9	261.783,7	258.291,2	250.325,2	256.773,5	2,6	42,3	14,3	627,05
SP	397.322	Piracicaba	173.940,5	181.819,9	163.570,2	146.836,4	146.836,4	0,0	41,3	10,2	369,57
SP	396.587	Carapicuíba	45.122,1	45.229,3	43.043,8	41.425,2	38.150,1	-7,9	96,20
SP	371.690	Bauru	99.325,1	96.658,0	96.014,0	89.223,3	90.613,9	1,6	34,5	8,8	243,79
29.644.948	Sul	6.639.597,1	7.052.928,9	6.908.317,2	6.665.452,2	6.892.567,5	3,4	36,5	7,6	232,50	
PR	1.908.359	Curitiba	1.176.456,6	1.206.067,8	1.232.964,3	1.089.934,2	1.055.076,8	-3,2	43,2	14,7	552,87
PR	558.439	Londrina	179.821,1	192.205,9	186.861,4	186.932,8	186.751,8	-0,1	35,9	11,5	334,42
PR	406.693	Maringá	133.874,5	142.967,5	144.687,9	139.674,8	147.514,8	5,6	35,1	11,8	362,72
PR	344.332	Ponta Grossa	65.251,8	77.075,7	69.694,8	69.667,0	119.067,3	70,9	43,1	16,8	345,79
PR	319.608	Cascavel	78.232,5	95.755,9	97.162,8	98.498,2	101.881,2	3,4	42,0	12,5	318,77
PR	307.530	São José dos Pinhais	115.494,3	133.739,1	132.930,5	122.636,2	119.069,4	-2,9	48,3	12,9	387,18
PR	264.044	Foz do Iguaçu	65.532,1	64.899,7	65.470,9	76.267,9	82.738,5	8,5	36,8	9,3	313,35
RS	1.484.941	Porto Alegre	880.903,1	917.463,5	896.949,3	853.668,8	876.068,1	2,6	43,3	15,7	589,97
RS	483.377	Caxias do Sul	166.732,4	169.647,9	151.765,0	141.036,4	141.937,1	0,6	35,9	8,9	293,64
RS	344.385	Pelotas	57.042,5	63.367,5	56.205,4	56.151,0	57.788,3	2,9	33,0	6,8	167,80
RS	343.853	Canoas	108.584,8	108.091,6	69.753,3	69.088,8	74.294,9	7,5	33,8	5,5	216,07
RS	278.445	Santa Maria	58.313,0	64.992,9	60.800,3	59.696,3	63.479,5	6,3	37,6	11,2	227,98
RS	275.146	Gravataí	33.089,3	34.522,4	31.885,1	41.501,5	43.773,6	5,5	33,8	6,5	159,09
RS	253.717	Viamão	14.182,3	14.142,6	13.547,7	14.142,1	12.448,5	-12,0	25,6	3,2	49,06
SC	485.838	Florianópolis	253.699,8	266.167,6	259.929,2	252.836,8	258.381,6	2,2	32,2	16,6	531,83
SC	577.077	Joinville	158.100,1	172.241,6	185.628,6	178.218,8	191.999,3	7,7	41,6	10,2	332,71
SC	348.513	Blumenau	119.378,0	125.577,5	130.772,9	120.966,1	133.124,0	10,1	38,8	10,6	381,98
81.113.137	Cidades selecionadas	40.090.511,8	42.240.739,1	40.655.079,2	37.281.167,5	37.659.851,7	1,0	46,1	16,5	464,29	
32.224.780	Até 20 mil habitantes	2.671.975,7	2.947.629,1	2.607.967,8	2.501.320,2	2.511.462,6	0,4	40,9	2,8	77,94	
46.435.866	Capitais	30.341.663,8	32.058.031,9	31.026.652,5	28.195.004,9	28.373.082,0	0,6	48,5	20,1	611,02	
204.618.469	Brasil¹	58.843.547,7	62.356.076,9	59.564.058,6	54.591.209,9	55.066.228,5	0,9	44,0	10,1	269,12	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	ISS	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	12.928.049.659,08	12.106.920	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	5.176.427.429,32	6.520.266	2º
3º	MG	Belo Horizonte	1.250.216.802,79	2.523.794	5º
4º	PR	Curitiba	1.055.076.821,46	1.908.359	7º
5º	SP	Barueri	1.029.664.328,56	267.534	103º
6º	BA	Salvador	912.460.025,60	2.953.986	3º
7º	RS	Porto Alegre	876.068.125,26	1.484.941	9º
8º	PE	Recife	744.951.079,46	1.633.697	8º
9º	CE	Fortaleza	742.725.985,53	2.627.482	4º
10º	SP	Campinas	734.380.054,80	1.182.429	13º
11º	GO	Goiânia	540.881.417,90	1.466.105	10º
12º	AM	Manaus	519.890.392,37	2.130.264	6º
13º	RJ	Macaé	500.518.133,82	244.139	113º
14º	SP	Osasco	464.316.312,27	697.886	26º
15º	MA	São Luís	457.943.904,52	1.091.868	14º
16º	SP	Santos	448.639.886,76	434.742	52º
17º	SP	Guarulhos	414.022.323,28	1.349.113	12º
18º	SP	São Bernardo do Campo	391.367.995,59	827.437	21º
19º	ES	Vitória	388.537.204,43	363.140	67º
20º	PA	Belém	339.221.619,45	1.452.275	11º
21º	SP	Sorocaba	321.040.705,69	659.871	30º
22º	SP	Santo André	319.956.257,08	715.231	24º
23º	MS	Campo Grande	305.752.785,66	874.210	19º
24º	RN	Natal	299.906.322,10	885.180	18º
25º	MT	Cuiabá	286.115.583,68	590.118	34º
26º	SP	São José dos Campos	275.743.522,99	703.219	25º
27º	RJ	Niterói	268.493.341,00	499.028	42º
28º	SP	Ribeirão Preto	258.931.880,45	682.302	28º
29º	SC	Florianópolis	258.381.614,09	485.838	46º
30º	SP	Jundiaí	256.773.494,46	409.497	57º
31º	SE	Aracaju	247.854.882,47	650.106	32º
32º	MG	Uberlândia	230.460.841,54	676.613	29º
33º	RJ	Duque de Caxias	229.018.953,32	890.997	17º
34º	PI	Teresina	212.284.409,41	850.198	20º
35º	PB	João Pessoa	204.923.151,97	811.598	22º
36º	AL	Maceió	204.306.387,34	1.029.129	16º
37º	SC	Joinville	191.999.267,25	577.077	35º
38º	PR	Londrina	186.751.804,10	558.439	37º
39º	SP	Poá	179.378.064,05	115.488	267º
40º	SP	São José do Rio Preto	178.604.769,76	450.657	51º
41º	SP	São Caetano do Sul	169.237.344,56	159.608	182º
42º	MG	Juiz de Fora	149.069.492,44	563.769	36º
43º	PR	Maringá	147.514.759,33	406.693	58º
44º	SP	Piracicaba	146.836.423,95	397.322	60º
45º	PR	Paranaguá	143.394.756,14	152.975	191º
46º	RO	Porto Velho	142.991.754,17	519.436	39º
47º	RS	Caxias do Sul	141.937.062,96	483.377	47º
48º	ES	Serra	137.295.562,81	502.618	41º
49º	PE	Ipojuca	133.181.090,51	94.533	333º
50º	SC	Blumenau	133.124.026,59	348.513	73º
51º	MG	Contagem	126.871.855,92	658.580	31º
52º	SP	Hortolândia	124.488.836,02	222.186	132º

Posição	UF	Município	ISS	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	PR	São José dos Pinhais	119.069.363,00	307.530	87º
54º	PR	Ponta Grossa	119.067.347,23	344.332	76º
55º	SP	Guarujá	117.468.070,02	315.563	84º
56º	BA	Feira de Santana	116.294.490,00	627.477	33º
57º	BA	Camaçari	113.915.036,53	296.893	90º
58º	SP	Santana de Parnaíba	110.900.825,35	131.887	219º
59º	ES	Vila Velha	110.316.993,21	486.388	45º
60º	SC	Itajaí	110.274.296,05	212.615	140º
61º	RJ	Itaguaí	107.341.042,82	122.369	243º
62º	SP	Cubatão	106.955.875,38	128.748	225º
63º	RJ	Nova Iguaçu	104.486.363,74	798.647	23º
64º	PR	Cascavel	101.881.198,67	319.608	83º
65º	SP	Cotia	94.880.060,98	237.750	116º
66º	RJ	Volta Redonda	93.616.878,15	265.201	105º
67º	TO	Palmas	93.045.431,50	286.787	94º
68º	SP	Mogi das Cruzes	92.829.090,63	433.901	53º
69º	SP	São Carlos	92.313.635,71	246.088	112º
70º	SP	Bauru	90.613.909,32	371.690	66º
71º	RS	Rio Grande	88.613.486,67	209.378	143º
72º	PE	Jaboatão dos Guararapes	84.686.134,74	695.956	27º
73º	RJ	Angra dos Reis	84.591.489,42	194.619	155º
74º	SP	Taubaté	84.216.605,30	307.953	86º
75º	SP	Americana	83.129.786,43	233.868	123º
76º	SP	Limeira	82.756.981,42	300.911	88º
77º	PR	Foz do Iguaçu	82.738.505,75	264.044	106º
78º	MG	Nova Lima	82.236.002,05	92.178	343º
79º	SP	Diadema	77.990.064,85	417.869	55º
80º	MG	Betim	76.992.382,71	427.146	54º
81º	PA	Parauapebas	76.271.564,29	202.356	148º
82º	RJ	Petrópolis	75.147.595,05	298.235	89º
83º	RJ	Campos dos Goytacazes	74.510.561,40	490.288	44º
84º	MG	Uberaba	74.476.141,63	328.272	82º
85º	SP	Indaiatuba	74.322.322,10	239.602	115º
86º	RS	Canoas	74.294.870,11	343.853	77º
87º	BA	Lauro de Freitas	73.778.997,03	197.636	151º
88º	SP	Paulínia	73.465.984,19	102.499	304º
89º	PA	Canaã dos Carajás	71.689.652,83	36.027	934º
90º	MT	Rondonópolis	70.865.814,96	222.316	131º
91º	PA	Marabá	70.349.505,66	271.594	101º
92º	AC	Rio Branco	70.014.038,89	383.443	64º
93º	SP	Presidente Prudente	69.556.459,69	225.271	129º
94º	CE	São Gonçalo do Amarante	68.778.646,12	48.265	680º
95º	SP	Jacarei	68.353.607,77	229.851	127º
96º	SP	Mauá	67.876.213,85	462.005	49º
97º	SC	Chapecó	64.286.644,42	213.279	139º
98º	SP	Taboão da Serra	64.184.327,38	279.634	96º
99º	RS	Santa Maria	63.479.489,87	278.445	97º
100º	SP	Itu	62.486.843,17	170.157	171º

		Total dos 100 maiores	40.659.391.134,10	74.991.207	..
		Total dos demais	14.406.837.389,01	129.627.262	..
		Total Brasil¹	55.066.228.523,11	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

ISS per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	ISS per capita	ISS	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
1º	SP	Barueri	3.848,72	1.029.664.328,56	267.534	103º
2º	MG	Jeceaba	2.420,25	12.607.064,39	5.209	4264º
3º	RJ	Macaé	2.050,14	500.518.133,82	244.139	113º
4º	PA	Canaã dos Carajás	1.989,89	71.689.652,83	36.027	934º
5º	MG	Rio Doce	1.948,20	5.110.123,41	2.623	5253º
6º	RS	Candiota	1.621,83	15.254.965,44	9.406	3205º
7º	SP	Poá	1.553,22	179.378.064,05	115.488	267º
8º	MT	Itaúba	1.513,34	5.750.701,13	3.800	4809º
9º	GO	Rio Quente	1.499,35	6.165.306,77	4.112	4675º
10º	PI	João Costa	1.460,83	4.325.518,91	2.961	5128º
11º	CE	São Gonçalo do Amarante	1.425,02	68.778.646,12	48.265	680º
12º	PE	Ipojuca	1.408,83	133.181.090,51	94.533	333º
13º	PI	Ribeira do Piauí	1.373,57	6.047.818,98	4.403	4568º
14º	RN	Pedra Grande	1.344,96	4.513.683,31	3.356	4980º
15º	MT	Cláudia	1.146,45	13.431.761,41	11.716	2765º
16º	ES	Vitória	1.069,94	388.537.204,43	363.140	67º
17º	SP	São Paulo	1.067,82	12.928.049.659,08	12.106.920	1º
18º	SP	São Caetano do Sul	1.060,33	169.237.344,56	159.608	182º
19º	SP	Santos	1.031,97	448.639.886,76	434.742	52º
20º	SP	Igaratá	1.029,29	9.719.575,03	9.443	3198º
21º	RN	Guamaré	1.011,45	15.484.268,68	15.309	2265º
22º	RS	Triunfo	1.008,70	28.535.224,07	28.289	1227º
23º	MG	Tapira	1.008,35	4.688.850,40	4.650	4473º
24º	SC	Itapoá	974,87	18.868.667,19	19.355	1837º
25º	PR	Paranaguá	937,37	143.394.756,14	152.975	191º
26º	SP	Paulistânia	920,76	1.695.116,07	1.841	5493º
27º	RN	Bodó	913,05	2.106.412,69	2.307	5369º
28º	MG	Santa Cruz do Escalvado	907,84	4.502.882,24	4.960	4353º
29º	MG	Nova Lima	892,14	82.236.002,05	92.178	343º
30º	GO	Campo Alegre de Goiás	891,06	6.370.167,58	7.149	3694º
31º	BA	Mata de São João	878,94	41.308.647,58	46.998	702º
32º	MG	Barra Longa	878,01	4.937.919,79	5.624	4137º
33º	RJ	Itaguaí	877,19	107.341.042,82	122.369	243º
34º	RS	Gramado	855,52	29.983.254,82	35.047	957º
35º	SP	Santana de Parnaíba	840,88	110.900.825,35	131.887	219º
36º	SP	Araçariçuama	833,72	17.539.754,87	21.038	1676º
37º	SP	Cubatão	830,74	106.955.875,38	128.748	225º
38º	SC	Capão Alto	826,23	2.145.707,07	2.597	5269º
39º	RJ	Rio de Janeiro	793,90	5.176.427.429,32	6.520.266	2º
40º	CE	Jati	789,90	6.198.382,62	7.847	3501º
41º	BA	São Francisco do Conde	783,16	31.498.623,36	40.220	831º
42º	RS	Campo Bom	750,33	48.706.637,13	64.914	500º
43º	SP	São Sebastião	728,54	62.318.168,56	85.538	368º
44º	SP	Paulínia	716,75	73.465.984,19	102.499	304º
45º	SP	Corumbataí	684,94	2.776.745,15	4.054	4701º
46º	GO	Turvelândia	681,83	3.443.219,43	5.050	4318º
47º	RJ	Mangaratiba	669,38	28.391.617,30	42.415	777º
48º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	668,56	7.202.344,17	10.773	2985º
49º	SP	Osasco	665,32	464.316.312,27	697.886	26º
50º	SP	Cajamar	662,05	48.939.052,13	73.921	438º
51º	MS	Brasilândia	661,61	7.849.366,23	11.864	2740º
52º	SP	Nazaré Paulista	656,53	11.897.012,02	18.121	1968º

Posição	UF	Município	ISS per capita	ISS	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
53º	PR	Ortigueira	654,49	15.184.057,64	23.200	1521º
54º	SP	Miracatu	650,28	13.192.821,67	20.288	1744º
55º	SP	Ribeira	635,66	2.154.887,50	3.390	4963º
56º	SE	Carmópolis	631,45	10.276.775,76	16.275	2147º
57º	BA	Candeias	629,54	56.474.138,02	89.707	349º
58º	SP	Jundiá	627,05	256.773.494,46	409.497	57º
59º	ES	Aracruz	623,34	61.332.017,88	98.393	320º
60º	BA	Madre de Deus	621,40	13.053.686,22	21.007	1679º
61º	SP	Campinas	621,08	734.380.054,80	1.182.429	13º
62º	RN	Jandaira	616,44	4.279.338,35	6.942	3743º
63º	MS	Água Clara	614,59	9.213.956,52	14.992	2309º
64º	SC	Monte Castelo	613,02	5.192.885,99	8.471	3362º
65º	CE	Eusébio	599,61	31.579.502,87	52.667	628º
66º	RS	Porto Alegre	589,97	876.068.125,26	1.484.941	9º
67º	PB	São José do Sabugi	580,23	2.405.058,80	4.145	4666º
68º	RS	Minas do Leão	578,86	4.665.035,63	8.059	3455º
69º	SP	Suzanápolis	576,60	2.211.836,13	3.836	4794º
70º	MG	Simão Pereira	574,49	1.522.973,04	2.651	5244º
71º	SP	Hortolândia	560,29	124.488.836,02	222.186	132º
72º	PI	Curral Novo do Piauí	559,27	2.936.732,42	5.251	4249º
73º	PR	Curitiba	552,87	1.055.076.821,46	1.908.359	7º
74º	PA	Curionópolis	552,38	9.640.601,37	17.453	2041º
75º	RS	Eldorado do Sul	547,05	21.105.876,07	38.581	874º
76º	MT	Paranaíta	544,21	5.923.143,67	10.884	2957º
77º	RJ	Niterói	538,03	268.493.341,00	499.028	42º
78º	MS	Paraíso das Águas	536,59	2.870.758,32	5.350	4219º
79º	SC	Florianópolis	531,83	258.381.614,09	485.838	46º
80º	SP	Jaguariúna	528,07	28.623.664,86	54.204	611º
81º	SC	Itajaí	518,66	110.274.296,05	212.615	140º
82º	SP	Águas de Santa Bárbara	517,92	3.112.151,76	6.009	4009º
83º	RJ	Itaiaia	517,00	15.873.365,72	30.703	1134º
84º	MS	Três Lagoas	516,68	60.698.063,19	117.477	261º
85º	SE	Barra dos Coqueiros	514,27	15.328.920,00	29.807	1164º
86º	SP	Barra do Turvo	504,21	3.923.260,94	7.781	3520º
87º	MA	Santo Antônio dos Lopes	499,99	7.110.809,27	14.222	2416º
88º	MG	Belo Horizonte	495,37	1.250.216.802,79	2.523.794	5º
89º	SP	Nova Independência	495,02	1.853.861,57	3.745	4828º
90º	SC	Piratuba	494,91	2.030.137,49	4.102	4680º
91º	RJ	Pirai	494,50	13.955.722,63	28.222	1233º
92º	MG	Antônio Dias	491,58	4.737.401,74	9.637	3165º
93º	GO	Ouvidor	487,40	3.090.142,03	6.340	3902º
94º	SP	Sorocaba	486,52	321.040.705,69	659.871	30º
95º	MT	Cuiabá	484,84	286.115.583,68	590.118	34º
96º	MA	Bacabeira	484,18	8.256.707,90	17.053	2078º
97º	MG	Congonhas	477,52	25.711.269,98	53.843	616º
98º	ES	Presidente Kennedy	477,38	5.605.366,10	11.742	2759º
99º	SP	São Bernardo do Campo	472,99	391.367.995,59	827.437	21º
100º	RS	Glorinha	467,48	3.578.097,13	7.654	3560º

		Total dos 100 maiores	848,91	29.114.409.495,24	34.296.310	..
		Total dos demais	152,37	25.951.819.027,87	170.322.159	..
		Total Brasil¹	269,12	55.066.228.523,11	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

Aumenta a participação do IPTU na receita corrente

O crescimento de 7,8% em 2017 é bem superior ao de outras receitas arrecadadas diretamente pelos municípios e eleva a importância orçamentária do tributo, que chegou a 6,3% da receita corrente.

Desempenho

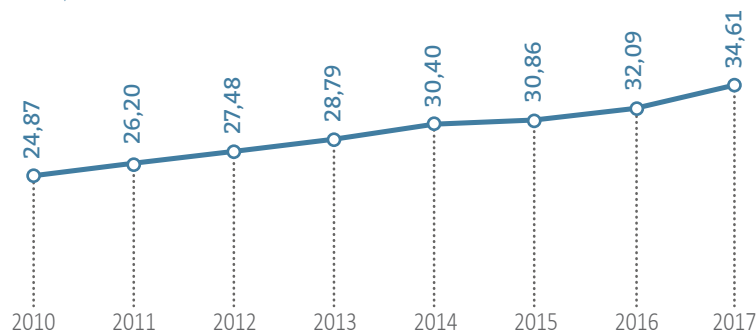
O ano de 2017 foi marcado por um excelente desempenho na arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Ao todo, foram recolhidos R\$ 34,61 bilhões, o que equivale a uma taxa de crescimento de 7,8% em relação ao volume de R\$ 32,09 bilhões referente a 2016, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2017. Com esse aumento, os municípios

brasileiros contaram com um adicional de R\$ 2,52 bilhões em seus cofres em 2017, comparado a 2016. Foi o maior acréscimo em valores absolutos dentre todos os tributos municipais e muito próximo dos R\$ 2,72 bilhões gerados pelo crescimento do ICMS.

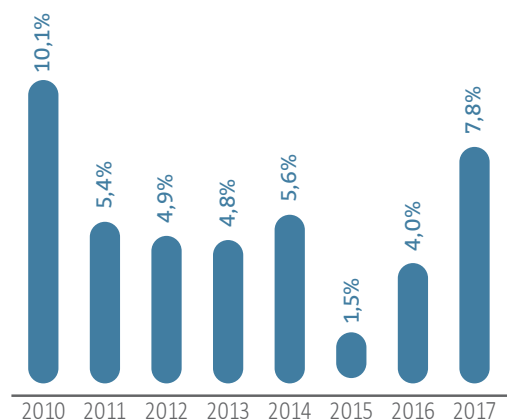
Desde o início deste século, apenas em 2010 a taxa de crescimento do IPTU (10,1%) experimentou um salto tão grande. O frustrante desempenho das receitas municipais em 2015 e 2016 em função da crise e a necessidade de continuar garantindo os serviços públicos podem ter levado as administrações municipais a explorar melhor o recolhimento do IPTU, através de ajustes nas alíquotas, da realização do recadastramento imobiliário ou da revisão da Planta Genérica de Valores (PGV).

Arrecadação do IPTU

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



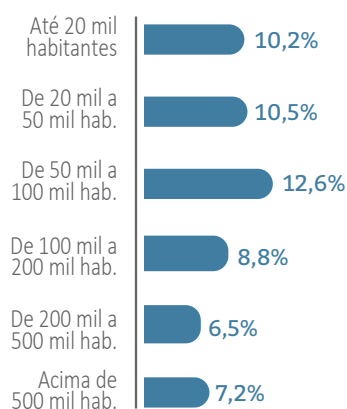
Taxa de crescimento do IPTU em relação ao ano anterior



Observando-se os municípios por faixa populacional, nota-se taxas de crescimento maiores para a arrecadação do IPTU naqueles com menos de 100 mil habitantes que, na média, foi de 11,4%, enquanto que nos municípios com mais de 100 mil habitantes o aumento foi de 7,2%, entre 2016 e 2017. No conjunto das capitais, a taxa média de crescimento foi de 7,3%, no mesmo período. Somado, o IPTU das capitais foi responsável por quase a metade (48,6%) de todo o recolhimento das cidades brasileiras.

Responsável por 24,2% de toda arrecadação municipal de IPTU, a capital São Paulo recolheu R\$ 8,39 bilhões em 2017, valor que superou em 7% o do ano anterior. Foram R\$ 548,2 milhões adicionais. Belo Horizonte, por sua vez, foi responsável pelo segundo maior incremento absoluto de arrecadação, com R\$ 103,4 milhões e uma taxa de crescimento de 9,9% em relação a 2016.

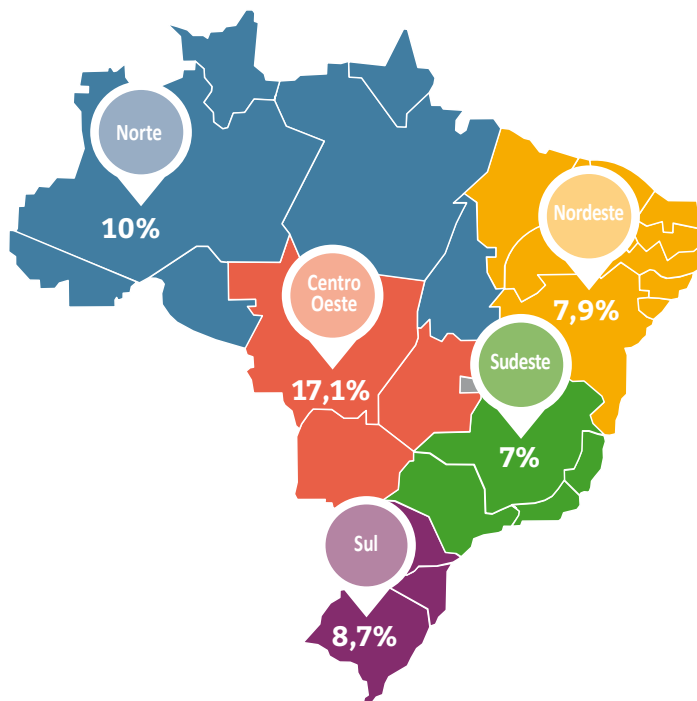
Taxa de crescimento do IPTU por faixa populacional - 2017/2016



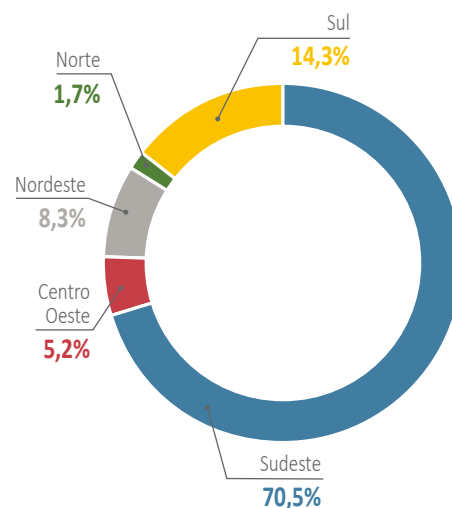
Entre os 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**, que contempla um grupo com os maiores municípios brasileiros, sempre observando uma representatividade mínima para todos os estados da União, a taxa de crescimento do IPTU foi de 7,1% em 2017. Nesse grupo destaca-se o desempenho de Betim-MG, com aumento de 64,4%, Arapiraca-AL (63,8%), Marabá-PA (63,6%), Viamão-RS (50,6%), São Luís (50,2%), Contagem-MG (48,9%) e Nossa Senhora do Socorro-SE (47,6%).

Entre as regiões brasileiras, o Sudeste apresentou a menor variação, com 7%, bastante próximo da média nacional, porém seu elevado peso na formação total do IPTU foi suficiente para mitigar os avanços mais vigorosos de outras regiões, como o Centro-Oeste, com 17,1%, e Norte, com 10%.

Taxa de crescimento do IPTU
por região - 2017/2016



Participação das regiões
na arrecadação total do IPTU - 2017



Composição do IPTU

Dos R\$ 34,61 bilhões arrecadados com IPTU no Brasil, R\$ 24,39 bilhões tiveram origem no Sudeste. A região que concentra 70,5% do tributo conta com 29 municípios entre as 50 maiores arrecadações do país. A região Sul, com uma arrecadação total de R\$ 4,94 bilhões, é responsável por outros 14,3% da fatia do IPTU e abriga oito municípios entre os líderes do ranking.

A região Nordeste, que concentra 28% da população brasileira, responde por apenas 8,3% da arrecadação com IPTU, com R\$ 2,87 bilhões. Por fim, a região Centro-Oeste foi responsável pela arrecadação de 5,2% do tributo e no Norte o valor correspondeu a 1,7%.

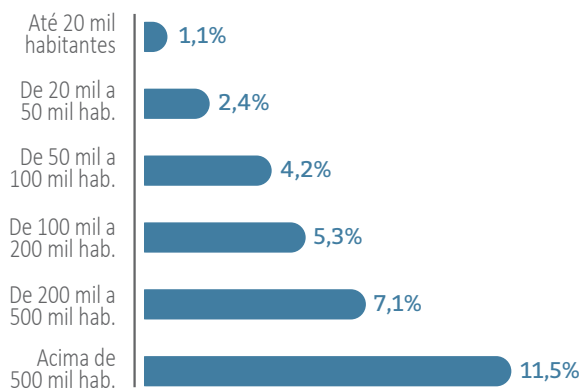
Ao longo do tempo, a concentração no Sudeste tem se amenizado paulatinamente. Desde 2002, ano que se inicia a série histórica de **Multi Cidades**, a região perdeu aproximadamente 6 pontos percentuais (p.p.), ao sair de 76,4% em 2002, para os 70,5%, de 2017. Nesse período, quem mais avançou foi a região Centro-Oeste (2 p.p.). Isso se deve, entre outros fatores, ao crescimento populacional mais acelerado da região aliado ao processo de urbanização de sua população. O Nordeste também ampliou sua fatia no IPTU (1,8 p.p.), fenômeno que pode estar ligado ao processo de melhora na renda familiar e do PIB da região.

Peso na receita corrente

A capacidade de arrecadação do IPTU e sua importância no orçamento municipal são influenciadas por três grandes fatores estruturais: porte populacional, nível de desenvolvimento socioeconômico regional e o perfil da economia do município. São essas variáveis que determinam a quantidade, o tipo e o valor dos imóveis residenciais e dos estabelecimentos comerciais e industriais.

Em municípios mais populosos o IPTU tende a ter um peso maior na receita. Nas cidades com até 20 mil habitantes o IPTU contribuiu, em 2017, com apenas 1,1% da receita corrente, enquanto nos municípios de médio porte, aqueles entre 200 mil e 500 mil habitantes, esse indicador saltou para 7,1%. Nos municípios com mais de meio milhão de habitantes esse valor chegou a 11,5%.

Participação do IPTU na receita corrente por faixa populacional - 2017



Quando visto por região geográfica, o indicador evidencia uma desigualdade bastante acentuada derivada, essencialmente, do nível de atividade econômica de cada uma delas. No Norte e no Nordeste, o IPTU respondeu por apenas 1,7% e 2,4%, respectivamente, da receita corrente dos municípios, ao passo que entre os municípios do

Participação do IPTU na receita corrente por região - 2017



Sudeste o indicador alcançou a taxa 9,2%, a mais elevada entre as regiões brasileiras.

O perfil da economia de um município também tem influência sobre a arrecadação do IPTU e sua importância orçamentária. É o que acontece, por exemplo, nas cidades litorâneas e/ou turísticas, especialmente as localizadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde o IPTU apresenta os indicadores mais elevados do país. São cidades que possuem uma grande quantidade de residências, hotéis, pousadas e estabelecimentos comerciais voltados para atender à demanda aquecida nas altas temporadas. Muitas dessas edificações são de elevado padrão construtivo, fator que contribui para aumentar o recolhimento do IPTU.

Além dos fatores estruturais citados acima, há uma quarta variável, essa de natureza conjuntural, que ajuda a explicar os movimentos de crescimento ou descenso da relevância do tributo na formação das receitas municipais ao longo dos anos: os ciclos econômicos.

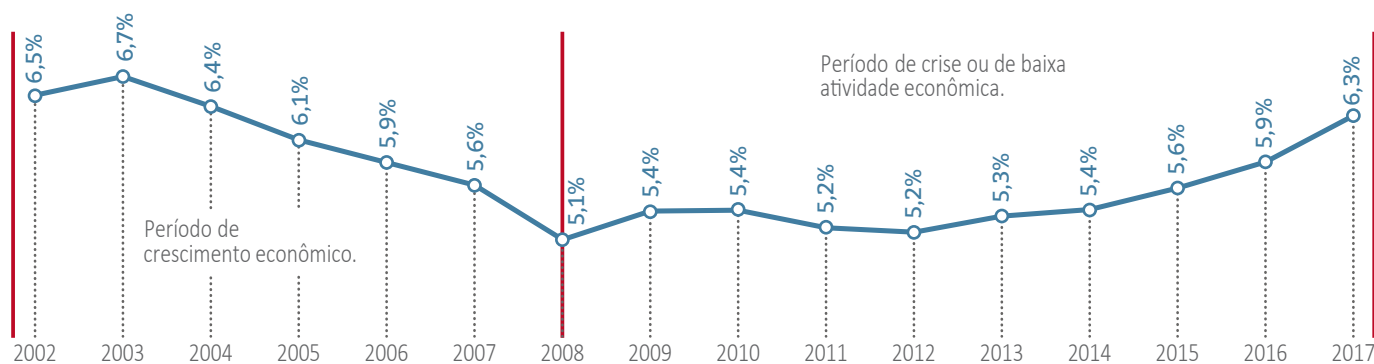
Por ser um tributo incidente sobre a propriedade, a arrecadação do IPTU não sofre, como no caso do ITBI, do ISS, do FPM e da quota-parte do ICMS, os efeitos da conjuntura econômica de forma tão direta. Tanto sua base de cálculo, como o valor venal dos imóveis e até as alíquotas não variam no curto prazo na mesma velocidade que a atividade econômica.

Nos primeiros anos da década passada, marcados por forte crescimento da economia brasileira, o peso médio do IPTU na receita corrente havia caído, passando de 6,7%, em 2003, para 5,1%, em 2008. No período recente, de baixo dinamismo ou retrocesso econômico, ocorreu o movimento inverso. **Pelo quinto ano consecutivo cresceu o peso médio do IPTU nas receitas correntes municipais, alcançando 6,3%, em 2017, ou seja, retornando aos níveis prevalentes 14 anos antes.**

OS CICLOS ECONÔMICOS SÃO DETERMINANTES NA COMPOSIÇÃO DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS. SÃO NOS MOMENTOS DE RECESSÃO QUE O IPTU MOSTRA MAIOR RELEVÂNCIA

Assim, quando a economia cresce o IPTU tem sua participação no orçamento reduzida, pois as demais receitas tendem a crescer mais que ele, empurradas pelos ventos favoráveis da conjuntura. Entretanto, quando os negócios pioram e as demais receitas públicas municipais sentem diretamente o impacto do momento adverso, a arrecadação do IPTU mantém seu curso relativamente estável, com conseqüente aumento de sua importância orçamentária. **Ou seja, a arrecadação do IPTU não cresce tanto na expansão econômica como as demais receitas, mas também não sofre o revés sentido pelas demais receitas na baixa do ciclo econômico.**

Participação do IPTU na receita corrente dos municípios brasileiros



Por ser uma receita mais estável e previsível ao longo dos anos, a arrecadação do IPTU passa a ser uma fonte segura de recurso nos momentos de crise econômica, a exemplo da situação atual do Brasil. Portanto, esse é mais um importante motivo para que as administrações municipais estejam atentas ao IPTU, mantendo a PGV e o cadastro imobiliário sempre atualizados.

Potencial de arrecadação

Existe uma ampla margem para a melhoria no recolhimento do IPTU, mesmo considerando-se as limitações socioeconômicas e a estreita base arrecadatória de uma parcela dos municípios. Muitas cidades brasileiras estão em contínuo processo de expansão e unidades prediais passam por reformas e ampliação, fatores que demandam a atenção permanente dos municípios a fim de que seus cadastros sejam atualizados. Com frequência, a valorização dos imóveis nos centros urbanos também não é captada na base de cálculo do imposto, em função da desatualização da PGV.

De acordo com a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015, cerca de 19% dos municípios não estavam cobrando seu tributo adequadamente por não possuírem PGV. Já entre aqueles que a possuem, apenas em 42% do total houve atualização dos seus valores em 2013, 2014 ou 2015. Portanto, mais da metade dos municípios com PGV já estavam com seus valores desatualizados em 2015. A pesquisa do IBGE revela ainda que 289 municípios declararam não cobrar o IPTU em 2015¹.

Observando-se as informações levantadas por **Multi Cidades**, com base nos dados de 2017

1 A versão da pesquisa do IBGE de 2017 não incluiu dados sobre Recursos para a Gestão, portanto não foi possível atualizar os resultados do levantamento sobre a cobrança do IPTU nos municípios.

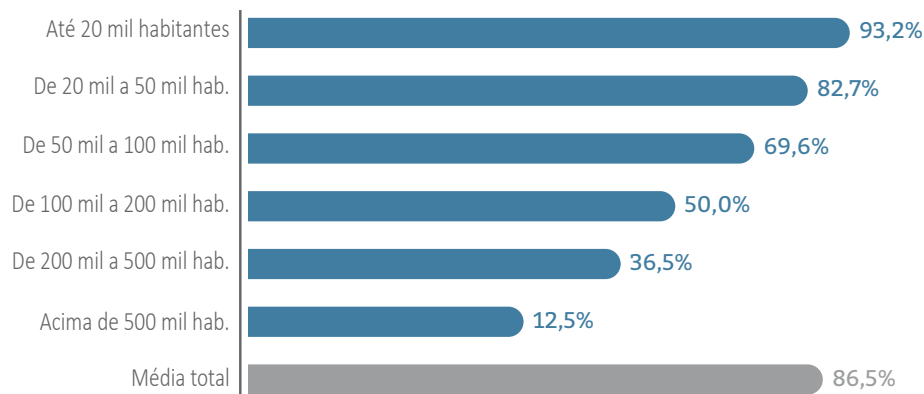
divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos 5.098 municípios que haviam entregue seus dados até 3 de setembro de 2018, 494, ou 9,7%, recolheram de um real a R\$ 5 mil no ano.

Cabe ressaltar aqui que a cobrança do IPTU é obrigatória para todos os municípios. O artigo 156, inciso I, da Constituição Federal estabelece a competência dos municípios para instituírem o IPTU. Já o artigo 182, entre outras coisas, define o IPTU como um dos instrumentos para que se faça cumprir a função social da propriedade e o crescimento ordenado e planejado das cidades. O Estatuto da Cidade e o Código Tributário Nacional regulamentam o artigo 182, estando, assim, a política tributária municipal do IPTU totalmente amparada pela Constituição e pelas normas auxiliares.

NA GRANDE MAIORIA DAS CIDADES BRASILEIRAS (86,5%), A RECEITA PROVENIENTE DO IPVA SUPERA A ARRECAÇÃO DO IPTU

Outro dado que sugere um potencial de arrecadação não explorado do IPTU é sua comparação com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que também é um imposto incidente sobre a propriedade. Na grande maioria das cidades brasileiras (86,5%), a receita proveniente do IPVA supera a arrecadação do IPTU. Nas pequenas cidades com até 20 mil habitantes, a proporção chega a 93,2%. A situação se inverte nos grandes centros urbanos, onde cerca de 70% das cidades com mais de 200 mil habitantes registraram, em 2017, uma arrecadação de IPTU superior a do IPVA.

Percentual de municípios onde o IPVA é maior que o IPTU por faixa populacional - 2017



Muitas vezes, a implementação de medidas para a melhoria da arrecadação do IPTU deixa de ser tomada não apenas pela pequena representatividade do imposto no orçamento comparada à importância das transferências constitucionais que os municípios recebem, mas também devido à pouca conscientização a respeito do papel da cobrança para a construção da cidadania e para o exercício da função extrafiscal do tributo.

A construção da cidadania ocorre na medida em que a universalidade da cobrança do imposto contribui para lembrar os cidadãos de sua responsabilidade para com o financiamento da

despesa pública e de seus direitos de acesso aos serviços públicos. Já a função extrafiscal da administração do IPTU vai além de recolhimento de recursos para a provisão de serviços públicos à população. Trata-se do papel do IPTU como instrumento de política urbana reforçado pelo § 4º do artigo 182 da Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/20010). Com isso, a tributação do IPTU se volta para a promoção do desenvolvimento urbano com os objetivos de reduzir os custos de uma ocupação desordenada do território evitando, por exemplo, a ociosidade e a especulação da terra urbanizada.

MUITO ALÉM DE IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES

MRV Engenharia transforma a realidade de cidades e regiões onde tem empreendimentos



Com quase quatro décadas de história, a MRV Engenharia se consolidou ao longo destes anos como a maior construtora de imóveis econômicos da América Latina. A grandiosidade deste título não se limita apenas pela evolução da qualidade de seus produtos e volume de unidades habitacionais entregues. Mais do que construir apartamentos e realizar o sonho da casa própria de milhares de brasileiros, a companhia vem deixando um grande legado para as cidades que recebem seus empreendimentos, transformando as comunidades e contribuindo para o desenvolvimento social como valores fundamentais.

Somente na primeira metade de 2018, a MRV teve investimentos expressivos, na ordem de R\$ 100 milhões, em obras de urbanização. Com este valor, a construtora atingiu o marco de meio

bilhão empregado nas mais de 150 cidades onde atua nos últimos três anos.

Para reformas e construções de infraestruturas viárias foram destinados R\$ 27 milhões. Já as obras de saneamento, drenagem, abastecimento de água e instalação de redes elétricas correspondem a R\$ 38 milhões. Com o intuito de tornar as cidades mais verdes e sustentáveis, a MRV aplicou R\$ 11 milhões para implantação e reparo de praças, parques e paisagismo. Na educação, R\$ 9 milhões foram empregados na reforma e ampliação de escolas e creches. O restante do valor foi aplicado em outras obras de urbanização.

Para o Diretor Executivo de Produção da MRV Engenharia, Homero Paiva, ao investir em urbanização, a empresa busca atender algumas necessidades das cidades para respeitar suas particularidades e para avançar de forma sustentável. “Quando realizamos tratativas sobre investimentos para melhorias nos municípios, buscamos, junto ao poder público, descobrir quais são as carências locais e quais as principais reivindicações da comunidade. Um dos pilares para o avanço do nosso negócio é a sustentabilidade e entendemos que a busca por soluções dos problemas urbanos deve ocorrer por meio do diálogo com os agentes sociais”, explicou.

A MRV investe em obras que ofereçam qualidade de vida não só aos seus clientes, mas para todos os moradores das regiões onde está presente, com

o intuito de transformar essas localidades em ilhas de excelência quando o assunto é qualidade de vida para a população.



MRV
Engenharia

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. rec. tributária 2017	Part. na rec. corr. 2017	IPTU per capita 2017
			†						em %		
	17.936.201	Norte	438.186,9	528.206,7	536.839,1	542.371,9	596.526,7	10,0	13,1	1,7	33,26
AC	383.443	Rio Branco	14.603,3	15.186,5	14.953,6	17.359,7	17.589,7	1,3	15,2	2,4	45,87
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	1.262,3	1.183,2	1.199,7	1.317,0	1.319,2	0,2	15,97
AP	474.706	Macapá	6.874,2	7.319,6	8.048,8	9.123,9	8.282,6	-9,2	8,0	1,2	17,45
AP	115.471	Santana	1.075,1	1.151,5	613,0	563,7	674,1	19,6	6,3	0,5	5,84
AM	2.130.264	Manaus	129.812,1	155.714,9	182.871,0	190.537,6	210.264,9	10,4	21,9	5,2	98,70
AM	113.832	Parintins	713,8	663,9	507,2	464,4	563,5	21,3	5,1	0,3	4,95
PA	1.452.275	Belém	84.036,8	87.647,3	85.855,7	90.165,7	102.913,5	14,1	15,8	4,0	70,86
PA	516.057	Ananindeua	12.655,7	16.832,3	14.092,6	13.632,3	13.911,4	2,0	18,7	2,3	26,96
PA	296.302	Santarém	6.000,6	6.393,1	5.890,1	5.523,4	3.624,7	-34,4	7,4	0,7	12,23
PA	271.594	Marabá	5.168,6	5.885,3	5.492,1	4.148,3	6.785,2	63,6	6,1	0,9	24,98
RO	519.436	Porto Velho	16.022,2	20.758,3	22.717,6	18.110,2	20.506,9	13,2	8,2	1,7	39,48
RO	132.667	Ji-Paraná	4.124,1	4.393,9	4.120,5	3.966,0	3.929,8	-0,9	9,6	1,8	29,62
RR	332.020	Boa Vista	22.243,3	22.919,5	20.879,2	20.597,4	26.727,9	29,8	20,3	2,7	80,50
RR	28.215	Rorainópolis	-	225,2	352,2	522,8	462,7	-11,5	16,40
TO	286.787	Palmas	31.860,7	60.281,9	52.157,4	46.261,5	48.744,2	5,4	23,0	5,0	169,97
TO	175.960	Araguaína	7.844,1	8.065,7	10.618,3	11.509,7	11.661,4	1,3	20,4	3,2	66,27
	57.251.143	Nordeste	2.079.487,5	2.587.593,2	2.624.630,8	2.658.063,7	2.868.839,7	7,9	18,3	2,4	50,11
AL	1.029.129	Maceió	92.318,1	97.657,2	101.843,3	101.254,6	107.822,5	6,5	22,5	5,4	104,77
AL	234.185	Arapiraca	4.669,2	4.178,8	4.980,0	4.490,2	7.356,3	63,8	16,4	1,4	31,41
BA	2.953.986	Salvador	372.616,4	582.204,6	531.470,0	549.888,2	556.342,3	1,2	26,7	10,0	188,34
BA	627.477	Feira de Santana	27.729,2	55.432,1	55.006,7	56.552,1	58.955,7	4,3	24,8	5,9	93,96
BA	348.718	Vitória da Conquista	14.236,1	15.499,3	16.764,6	18.198,7	18.762,0	3,1	19,3	3,2	53,80
BA	296.893	Camaçari	46.845,7	71.662,4	73.168,7	77.737,2	88.776,7	14,2	32,1	8,9	299,02
CE	2.627.482	Fortaleza	275.804,7	378.765,4	381.829,6	408.597,5	430.410,4	5,3	27,2	7,4	163,81
CE	362.223	Caucaia	6.497,1	7.275,2	6.778,7	6.295,6	8.057,9	28,0	11,0	1,4	22,25
CE	270.383	Juazeiro do Norte	4.161,6	3.566,1	4.961,0	7.094,6	6.417,5	-9,5	9,6	1,1	23,73
MA	1.091.868	São Luís	57.231,9	56.096,9	76.198,8	74.200,3	111.447,2	50,2	16,3	4,4	102,07
MA	254.569	Imperatriz	7.550,1	8.129,1	7.305,7	7.890,6	8.128,4	3,0	11,7	1,5	31,93
PB	811.598	João Pessoa	52.984,1	56.384,9	53.924,5	61.206,1	66.257,5	8,3	15,0	3,6	81,64
PB	410.332	Campina Grande	12.640,2	12.504,5	14.082,4	14.030,3	18.143,0	29,3	16,2	2,4	44,22
PE	1.633.697	Recife	346.247,7	352.212,6	350.887,9	348.273,6	380.601,0	9,3	23,5	9,0	232,97
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	46.098,3	47.476,8	59.288,3	52.153,8	63.985,2	22,7	28,7	5,5	91,94
PE	390.771	Olinda	17.117,6	19.520,2	20.134,9	19.657,9	20.419,3	3,9	16,4	3,7	52,25
PE	356.128	Caruaru	28.421,3	27.687,5	31.123,4	30.848,7	32.935,5	6,8	26,8	5,6	92,48
PE	343.219	Petrolina	7.001,8	9.513,8	9.396,6	9.457,3	10.563,5	11,7	11,8	1,8	30,78
PE	328.353	Paulista	16.894,5	16.212,1	13.860,0	13.742,2	15.721,2	14,4	22,8	3,9	47,88
PI	850.198	Teresina	48.994,7	56.994,5	55.723,9	66.626,4	68.559,4	2,9	15,7	2,9	80,64
PI	150.547	Parnaíba	1.171,4	1.469,1	2.355,8	3.115,7	2.367,2	-24,0	7,8	0,8	15,72
RN	885.180	Natal	89.013,4	104.352,8	133.267,7	108.004,1	84.230,9	-22,0	15,5	4,5	95,16
RN	295.619	Mossoró	7.293,5	9.267,3	9.359,7	10.013,5	13.630,2	36,1	14,0	2,6	46,11
SE	650.106	Aracaju	87.929,7	99.341,8	115.038,1	135.452,5	146.678,4	8,3	28,1	9,3	225,62
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	3.386,7	4.338,0	2.906,2	3.216,7	4.748,2	47,6	13,0	1,9	26,10
	12.836.463	Centro-Oeste¹	1.393.839,9	1.570.141,5	1.524.107,1	1.551.085,0	1.816.362,3	17,1	26,5	5,0	141,50
GO	1.466.105	Goiânia	373.362,9	392.645,6	395.114,9	382.535,6	453.425,4	18,5	34,0	11,2	309,27
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	86.021,9	94.698,3	96.721,6	90.216,3	107.524,7	19,2	42,3	11,4	198,35
GO	375.142	Anápolis	47.514,4	49.671,1	48.771,8	55.500,5	57.796,9	4,1	27,6	6,2	154,07
MT	590.118	Cuiabá	111.422,5	118.716,1	119.946,1	124.183,7	137.815,3	11,0	24,1	7,4	233,54
MT	274.013	Várzea Grande	10.454,3	15.279,3	13.093,0	12.658,0	16.383,6	29,4	19,9	3,3	59,79
MS	874.210	Campo Grande	304.801,0	352.470,0	257.312,2	323.389,8	375.941,3	16,3	40,7	12,6	430,04
MS	218.069	Dourados	44.075,9	44.218,9	57.312,6	51.724,1	57.540,5	11,2	35,8	8,1	263,86
	86.949.714	Sudeste	21.076.221,5	21.660.292,9	21.862.342,2	22.794.060,4	24.387.841,8	7,0	30,8	9,2	280,48
ES	363.140	Vitória	69.338,8	69.754,5	68.939,9	69.694,2	70.664,3	1,4	12,0	4,8	194,59
ES	502.618	Serra	31.378,3	33.598,4	38.953,1	39.477,4	48.465,9	22,8	18,4	4,6	96,43
ES	486.388	Vila Velha	64.770,7	23.914,7	72.790,9	68.173,9	70.242,0	3,0	25,1	8,4	144,42
ES	387.368	Cariacica	11.282,7	11.836,3	11.374,7	11.434,1	11.856,3	3,7	12,8	2,2	30,61
MG	2.523.794	Belo Horizonte	983.295,7	1.001.007,6	1.001.858,1	1.044.242,7	1.147.639,6	9,9	34,1	13,1	454,73
MG	676.613	Uberlândia	50.274,7	52.731,9	57.126,0	59.227,3	64.262,7	8,5	14,7	3,4	94,98
MG	658.580	Contagem	85.651,7	96.672,0	95.931,5	97.815,9	145.601,4	48,9	35,9	10,0	221,08

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. rec. tributária 2017	Part. na rec. corr. 2017	IPTU per capita 2017
			f						em %		em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	124.778,3	130.841,3	129.379,4	131.881,0	139.284,3	5,6	32,2	10,2	247,06
MG	427.146	Betim	37.941,4	42.698,7	39.304,8	38.259,9	62.917,7	64,4	29,5	4,1	147,30
MG	402.027	Montes Claros	24.197,6	23.464,7	22.432,5	25.745,3	33.455,7	29,9	24,8	5,5	83,22
MG	328.871	Ribeirão das Neves	6.335,5	7.704,3	9.090,5	11.110,8	14.127,0	27,1	42,96
MG	328.272	Uberaba	29.877,3	33.365,8	33.124,5	33.769,4	36.057,5	6,8	20,5	3,7	109,84
MG	280.901	Governador Valadares	25.007,9	28.740,7	36.058,7	38.620,2	42.515,0	10,1	33,5	5,7	151,35
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	2.404.304,0	2.455.533,2	2.294.618,4	2.408.801,2	2.482.263,5	3,0	25,0	12,3	380,70
RJ	1.049.826	São Gonçalo	56.526,1	63.676,4	55.064,7	53.455,4	56.675,7	6,0	29,6	5,7	53,99
RJ	890.997	Duque de Caxias	69.834,1	75.786,6	74.876,6	79.319,7	71.550,4	-9,8	14,9	3,6	80,30
RJ	798.647	Nova Iguaçu	48.479,4	49.048,7	54.815,9	50.314,9	55.967,9	11,2	23,9	4,4	70,08
RJ	499.028	Niterói	293.482,9	285.495,4	311.662,6	331.834,4	359.037,0	8,2	44,6	15,1	719,47
RJ	495.783	Belford Roxo	12.731,2	12.787,1	14.140,5	13.576,1	14.490,3	6,7	23,6	2,6	29,23
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	35.393,3	38.436,7	43.839,1	43.670,3	45.729,3	4,7	20,9	2,9	93,27
RJ	460.461	São João de Meriti	29.335,5	30.626,3	27.423,2	27.359,6	27.618,9	0,9	28,3	5,4	59,98
RJ	298.235	Petrópolis	65.166,1	61.976,1	65.585,6	67.933,0	72.658,4	7,0	34,1	8,4	243,63
RJ	265.201	Volta Redonda	66.708,8	68.276,3	68.954,0	71.833,6	75.335,4	4,9	39,9	9,3	284,07
SP	12.106.920	São Paulo	7.104.640,6	7.314.173,9	7.360.290,9	7.843.148,3	8.391.325,2	7,0	32,6	17,2	693,10
SP	1.349.113	Guarulhos	446.822,2	406.577,2	421.746,6	429.147,1	449.233,9	4,7	41,8	11,7	332,98
SP	1.182.429	Campinas	500.280,2	516.368,9	525.715,1	545.304,1	558.630,9	2,4	32,0	14,0	472,44
SP	827.437	São Bernardo do Campo	351.053,3	345.513,9	337.687,6	341.412,9	360.759,3	5,7	33,5	11,1	436,00
SP	715.231	Santo André	238.494,3	252.805,3	245.392,2	258.495,9	269.017,4	4,1	31,7	12,1	376,13
SP	703.219	São José dos Campos	163.902,0	180.752,3	177.800,6	181.505,7	194.413,1	7,1	30,0	7,8	276,46
SP	697.886	Osasco	247.513,2	251.781,0	246.243,5	250.358,3	261.466,3	4,4	374,65
SP	682.302	Ribeirão Preto	255.062,4	270.995,7	276.840,1	287.214,2	320.220,3	11,5	40,3	13,4	469,32
SP	659.871	Sorocaba	121.208,2	123.708,2	127.320,1	131.689,4	152.436,0	15,8	21,9	6,1	231,01
SP	462.005	Mauá	79.188,6	79.832,0	76.137,3	80.470,7	77.593,5	-3,6	44,4	8,8	167,95
SP	450.657	São José do Rio Preto	136.523,7	157.586,3	157.330,0	159.678,1	163.750,2	2,6	38,0	11,7	363,36
SP	434.742	Santos	344.551,8	375.683,8	368.593,6	359.177,4	373.459,7	4,0	35,3	16,9	859,04
SP	433.901	Mogi das Cruzes	118.137,2	122.861,7	119.449,7	122.788,8	131.551,6	7,1	42,4	10,7	303,18
SP	417.869	Diadema	120.999,3	128.723,0	131.398,7	137.456,8	145.893,7	6,1	46,2	13,5	349,14
SP	409.497	Jundiaí	116.505,6	121.046,9	125.118,1	129.984,4	143.331,7	10,3	23,6	8,0	350,02
SP	397.322	Piracicaba	86.439,3	89.011,2	90.065,2	90.624,6	97.252,5	7,3	27,4	6,7	244,77
SP	396.587	Carapicuíba	27.247,4	36.381,0	47.498,3	43.245,9	45.340,7	4,8	114,33
SP	371.690	Bauru	73.058,2	80.366,7	82.092,1	83.857,5	88.511,3	5,5	33,7	8,6	238,13
29.644.948	Sul	3.803.907,6	4.055.833,6	4.315.131,6	4.549.277,5	4.942.861,3	8,7	26,2	5,4	166,74	
PR	1.908.359	Curitiba	513.260,3	513.138,0	534.301,7	570.746,3	620.365,3	8,7	25,4	8,6	325,08
PR	558.439	Londrina	146.933,7	150.011,7	149.007,3	154.128,9	165.573,4	7,4	31,8	10,2	296,49
PR	406.693	Maringá	109.624,9	138.369,9	140.270,8	144.791,9	152.423,2	5,3	36,3	12,2	374,79
PR	344.332	Ponta Grossa	42.048,6	45.560,4	43.254,5	58.215,1	60.179,2	3,4	21,8	8,5	174,77
PR	319.608	Cascavel	27.570,2	29.493,7	37.344,8	41.441,0	46.851,9	13,1	19,3	5,8	146,59
PR	307.530	São José dos Pinhais	23.226,0	26.330,3	27.300,8	34.148,5	36.258,8	6,2	14,7	3,9	117,90
PR	264.044	Foz do Iguaçu	38.370,0	48.236,8	52.408,4	54.736,1	57.098,3	4,3	25,4	6,4	216,25
RS	1.484.941	Porto Alegre	390.923,5	414.223,1	396.203,3	406.304,2	452.962,8	11,5	22,4	8,1	305,04
RS	483.377	Caxias do Sul	86.827,5	91.073,8	93.032,3	110.825,9	88.232,2	-20,4	22,3	5,5	182,53
RS	344.385	Pelotas	38.010,5	26.991,8	47.815,9	90.965,3	68.512,9	-24,7	39,2	8,1	198,94
RS	343.853	Canoas	30.745,2	49.418,5	66.146,3	43.807,4	54.017,3	23,3	24,6	4,0	157,09
RS	278.445	Santa Maria	31.410,3	32.367,6	32.066,5	34.109,7	35.992,3	5,5	21,3	6,4	129,26
RS	275.146	Gravataí	12.691,8	20.305,7	13.554,2	17.127,3	19.909,4	16,2	15,4	3,0	72,36
RS	253.717	Viamão	5.341,7	5.037,0	5.129,6	8.149,9	12.274,6	50,6	25,3	3,1	48,38
SC	485.838	Florianópolis	181.319,9	179.292,4	234.568,2	253.879,5	291.260,0	14,7	36,3	18,7	599,50
SC	577.077	Joinville	112.413,8	119.638,7	122.787,6	126.557,4	134.393,4	6,2	29,1	7,1	232,89
SC	348.513	Blumenau	65.871,0	84.879,8	73.842,7	86.981,4	80.370,6	-7,6	23,4	6,4	230,61
81.113.137	Cidades selecionadas	20.011.113,5	21.106.576,2	21.163.397,9	22.192.036,3	23.764.986,1	7,1	29,1	10,4	292,99	
32.224.780	Até 20 mil habitantes	791.613,8	865.883,6	888.462,7	894.846,0	986.160,4	10,2	16,1	1,1	30,60	
46.435.866	Capitais	14.165.262,4	14.964.793,0	14.850.820,8	15.672.584,8	16.811.042,2	7,3	28,7	11,9	362,03	
204.618.469	Brasil¹	28.791.643,3	30.402.067,9	30.863.050,8	32.094.858,6	34.612.431,8	7,8	27,7	6,3	169,16	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

IPTU | RANKING 2017

Posição	UF	Município	IPTU	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	8.391.325.245,30	12.106.920	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	2.482.263.502,05	6.520.266	2º
3º	MG	Belo Horizonte	1.147.639.630,14	2.523.794	5º
4º	PR	Curitiba	620.365.336,86	1.908.359	7º
5º	SP	Campinas	558.630.903,43	1.182.429	13º
6º	BA	Salvador	556.342.339,36	2.953.986	3º
7º	GO	Goiânia	453.425.387,44	1.466.105	10º
8º	RS	Porto Alegre	452.962.808,39	1.484.941	9º
9º	SP	Guarulhos	449.233.896,41	1.349.113	12º
10º	CE	Fortaleza	430.410.409,17	2.627.482	4º
11º	PE	Recife	380.601.022,09	1.633.697	8º
12º	MS	Campo Grande	375.941.326,18	874.210	19º
13º	SP	Santos	373.459.721,26	434.742	52º
14º	SP	São Bernardo do Campo	360.759.265,22	827.437	21º
15º	RJ	Niterói	359.036.962,22	499.028	42º
16º	SP	Guarujá	327.327.534,04	315.563	84º
17º	SP	Ribeirão Preto	320.220.321,68	682.302	28º
18º	SP	Praia Grande	311.664.559,96	310.024	85º
19º	SC	Florianópolis	291.259.987,87	485.838	46º
20º	SP	Santo André	269.017.392,89	715.231	24º
21º	SP	Osasco	261.466.282,27	697.886	26º
22º	AM	Manaus	210.264.869,62	2.130.264	6º
23º	SP	São José dos Campos	194.413.144,98	703.219	25º
24º	PR	Londrina	165.573.360,14	558.439	37º
25º	SP	São José do Rio Preto	163.750.234,64	450.657	51º
26º	SP	São Sebastião	156.510.893,02	85.538	368º
27º	SP	Sorocaba	152.435.978,91	659.871	30º
28º	PR	Maringá	152.423.236,86	406.693	58º
29º	SE	Araçaju	146.678.430,72	650.106	32º
30º	SP	Diadema	145.893.704,25	417.869	55º
31º	MG	Contagem	145.601.377,79	658.580	31º
32º	SP	São Caetano do Sul	144.792.986,63	159.608	182º
33º	SP	Jundiaí	143.331.689,91	409.497	57º
34º	MG	Juiz de Fora	139.284.334,21	563.769	36º
35º	MT	Cuiabá	137.815.252,92	590.118	34º
36º	SC	Joinville	134.393.448,85	577.077	35º
37º	SP	Mogi das Cruzes	131.551.563,20	433.901	53º
38º	SP	São Vicente	129.695.169,46	360.380	70º
39º	MA	São Luis	111.447.201,41	1.091.868	14º
40º	SC	Balneário Camboriú	108.667.749,25	135.268	214º
41º	AL	Maceió	107.822.541,60	1.029.129	16º
42º	GO	Aparecida de Goiânia	107.524.730,84	542.090	38º
43º	PA	Belém	102.913.526,55	1.452.275	11º
44º	SP	Cubatão	100.232.425,58	128.748	225º
45º	SP	Piracicaba	97.252.470,24	397.322	60º
46º	SP	Indaial	92.572.217,32	239.602	115º
47º	SP	Santana de Parnaíba	91.881.924,54	131.887	219º
48º	BA	Camaçari	88.776.684,19	296.893	90º
49º	SP	Bauru	88.511.291,21	371.690	66º
50º	RS	Caxias do Sul	88.232.191,22	483.377	47º
51º	SP	Cotia	88.162.189,74	237.750	116º
52º	SP	Bertioga	86.716.064,28	59.297	546º

Posição	UF	Município	IPTU	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	SP	São Carlos	86.063.657,94	246.088	112º
54º	RN	Natal	84.230.906,02	885.180	18º
55º	SP	Atibaia	81.357.377,33	139.683	203º
56º	SC	Blumenau	80.370.587,24	348.513	73º
57º	SP	Franca	77.689.380,76	347.237	74º
58º	SP	Mauá	77.593.540,91	462.005	49º
59º	SP	Limeira	76.934.190,83	300.911	88º
60º	SP	Taubaté	75.641.654,05	307.953	86º
61º	RJ	Volta Redonda	75.335.409,18	265.201	105º
62º	SP	Suzano	72.817.141,79	290.769	93º
63º	RJ	Petrópolis	72.658.399,09	298.235	89º
64º	RJ	Duque de Caxias	71.550.378,42	890.997	17º
65º	SP	Bragança Paulista	71.462.154,69	164.163	176º
66º	ES	Vitória	70.664.278,53	363.140	67º
67º	ES	Vila Velha	70.241.972,61	486.388	45º
68º	PI	Teresina	68.559.405,73	850.198	20º
69º	RS	Pelotas	68.512.874,54	344.385	75º
70º	PB	João Pessoa	66.257.465,74	811.598	22º
71º	MG	Uberlândia	64.262.656,33	676.613	29º
72º	PE	Jaboatão dos Guararapes	63.985.177,85	695.956	27º
73º	SC	São José	63.925.968,50	239.718	114º
74º	SP	Itu	63.893.251,23	170.157	171º
75º	MG	Betim	62.917.735,25	427.146	54º
76º	SP	Rio Claro	61.142.374,42	202.952	147º
77º	SP	Marília	60.821.985,15	235.234	120º
78º	SP	Caraguatatuba	60.195.714,33	116.786	263º
79º	PR	Ponta Grossa	60.179.187,85	344.332	76º
80º	SP	Americana	59.688.009,30	233.868	123º
81º	BA	Feira de Santana	58.955.721,78	627.477	33º
82º	SP	Valinhos	58.911.012,05	124.024	239º
83º	SP	Ubatuba	58.586.251,30	88.313	359º
84º	GO	Anápolis	57.796.916,33	375.142	65º
85º	SP	Jacareí	57.541.247,12	229.851	127º
86º	MS	Dourados	57.540.533,82	218.069	136º
87º	SP	Taboão da Serra	57.471.228,11	279.634	96º
88º	PR	Foz do Iguaçu	57.098.297,54	264.044	106º
89º	RJ	São Gonçalo	56.675.684,07	1.049.826	15º
90º	RJ	Nova Iguaçu	55.967.927,37	798.647	23º
91º	SP	Araraquara	55.914.583,07	230.770	126º
92º	SP	Itanhaém	55.071.667,95	98.629	318º
93º	RS	Canoas	54.017.284,16	343.853	77º
94º	RS	Capão da Canoa	53.979.543,46	48.401	678º
95º	RJ	Angra dos Reis	53.542.159,66	194.619	155º
96º	MG	Ipatinga	50.892.514,12	261.203	107º
97º	RJ	Macaé	50.479.762,70	244.139	113º
98º	TO	Palmas	48.744.171,04	286.787	94º
99º	ES	Serra	48.465.860,61	502.618	41º
100º	PR	Cascavel	46.851.922,28	319.608	83º

	Total dos 100 maiores	26.191.933.842,46	75.743.195	..
	Total dos demais	8.420.497.988,93	128.875.274	..
	Total Brasil¹	34.612.431.831,39	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Nota: ¹ não inclui Brasília.

IPTU per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	IPTU per capita	IPTU	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
1°	SP	São Sebastião	1.829,72	156.510.893,02	85.538	368°
2°	SP	Ilha Comprida	1.665,84	17.751.152,29	10.656	3011°
3°	RS	Arroio do Sal	1.498,89	13.564.957,58	9.050	3254°
4°	SP	Bertioga	1.462,40	86.716.064,28	59.297	546°
5°	SC	Bombinhas	1.397,17	26.019.442,32	18.623	1906°
6°	RS	Capão da Canoa	1.115,26	53.979.543,46	48.401	678°
7°	SP	Baurujá	1.037,28	327.327.534,04	315.563	84°
8°	SP	Praia Grande	1.005,29	311.664.559,96	310.024	85°
9°	SP	Águas de São Pedro	961,30	3.141.537,18	3.268	5007°
10°	PR	Matinhos	917,71	30.697.294,96	33.450	1024°
11°	SP	São Caetano do Sul	907,18	144.792.986,63	159.608	182°
12°	RS	Gramado	902,30	31.623.064,56	35.047	957°
13°	SP	Santos	859,04	373.459.721,26	434.742	52°
14°	SC	Balneário Camboriú	803,35	108.667.749,25	125.268	214°
15°	SP	Cubatão	778,52	100.232.425,58	128.748	225°
16°	SP	Ilhabela	776,78	25.908.763,52	33.354	1027°
17°	PR	Guaratuba	758,81	27.306.590,05	35.986	935°
18°	SP	Águas de Lindóia	737,06	13.642.322,94	18.509	1915°
19°	SP	Mongaguá	731,99	39.715.682,41	54.257	610°
20°	PR	Pontal do Paraná	725,23	18.415.874,32	25.393	1386°
21°	RJ	Niterói	719,47	359.036.962,22	499.028	42°
22°	SC	Itapema	714,80	43.736.272,48	61.187	534°
23°	SP	Campos do Jordão	708,02	36.430.595,25	51.454	646°
24°	SP	Santana de Parnaíba	696,67	91.881.924,54	131.887	219°
25°	SP	São Paulo	693,10	8.391.325.245,30	12.106.920	1°
26°	SP	Ubatuba	663,39	58.586.251,30	88.313	359°
27°	RS	Imbé	658,04	13.541.125,90	20.578	1718°
28°	SP	Peruibe	650,04	43.274.202,14	66.572	491°
29°	SP	Águas de Santa Bárbara	612,21	3.678.777,43	6.009	4009°
30°	SC	Florianópolis	599,50	291.259.987,87	485.838	46°
31°	SC	Governador Celso Ramos	595,04	8.466.767,98	14.229	2413°
32°	SP	Serra Negra	594,45	17.085.760,54	28.742	1197°
33°	SP	Araçoiaba da Serra	585,69	19.032.158,65	32.495	1061°
34°	MG	Capitólio	585,11	5.079.917,34	8.682	3328°
35°	SP	Atibaia	582,44	81.357.377,33	139.683	203°
36°	AL	Barra de São Miguel	575,84	4.837.671,84	8.401	3385°
37°	RS	Torres	564,42	21.201.866,18	37.564	902°
38°	SP	Itanhaém	558,37	55.071.667,95	98.629	318°
39°	SP	Itupeva	525,09	29.946.676,24	57.031	576°
40°	SP	Caraguatatuba	515,44	60.195.714,33	116.786	263°
41°	RJ	Mangaratiba	512,26	21.727.456,38	42.415	777°
42°	SP	Valinhos	475,00	58.911.012,05	124.024	239°
43°	SP	Campinas	472,44	558.630.903,43	1.182.429	13°
44°	SC	Porto Belo	470,75	9.553.493,03	20.294	1743°
45°	SP	Ribeirão Preto	469,32	320.220.321,68	682.302	28°
46°	MG	Belo Horizonte	454,73	1.147.639.630,14	2.523.794	5°
47°	SP	Vinhedo	454,02	34.110.169,90	75.129	430°
48°	SC	Balneário Gaivota	452,25	4.709.260,30	10.413	3062°
49°	SP	São Bernardo do Campo	436,00	360.759.265,22	827.437	21°
50°	SP	Bragança Paulista	435,31	71.462.154,69	164.163	176°
51°	MG	Nova Lima	430,66	39.697.430,65	92.178	343°
52°	MS	Campo Grande	430,04	375.941.326,18	874.210	19°

Posição	UF	Município	IPTU per capita	IPTU	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
53°	RS	Balneário Pinhal	429,51	5.442.306,42	12.671	2617°
54°	SP	Arandu	426,90	2.718.517,18	6.368	3895°
55°	RS	Cidreira	425,61	6.260.759,08	14.710	2353°
56°	SP	Pardinho	398,21	2.492.388,79	6.259	3932°
57°	MT	Lucas do Rio Verde	397,00	24.421.212,54	61.515	532°
58°	SP	Jarinu	395,40	11.284.652,31	28.540	1207°
59°	SC	Itapoá	394,39	7.633.347,08	19.355	1837°
60°	SC	Garopaba	388,19	8.572.045,49	22.082	1587°
61°	SP	Indaiatuba	386,36	92.572.217,32	239.602	115°
62°	SC	Balneário Piçarras	384,55	8.415.476,31	21.884	1599°
63°	SP	Cajamar	381,98	28.236.634,04	73.921	438°
64°	SP	Holambra	381,04	5.339.081,70	14.012	2448°
65°	RJ	Rio de Janeiro	380,70	2.482.263.502,05	6.520.266	2°
66°	SC	Barra Velha	380,50	10.570.684,31	27.781	1252°
67°	SC	Joaçaba	380,02	11.251.644,85	29.608	1171°
68°	SP	Porto Feliz	376,59	19.773.664,18	52.507	632°
69°	SP	Santo André	376,13	269.017.392,89	715.231	24°
70°	SP	Itu	375,50	63.893.251,23	170.157	171°
71°	PR	Maringá	374,79	152.423.236,86	406.693	58°
72°	SP	Osasco	374,65	261.466.282,27	697.886	26°
73°	SP	Cotia	370,82	88.162.189,74	237.750	116°
74°	SP	Mirassol	369,84	21.731.644,44	58.760	554°
75°	SP	Vargem Grande Paulista	367,00	18.476.980,88	50.346	660°
76°	SC	Jaguaruna	365,66	7.140.160,54	19.527	1812°
77°	GO	Rio Quente	363,61	1.495.153,87	4.112	4675°
78°	SP	São José do Rio Preto	363,36	163.750.234,64	450.657	51°
79°	RS	Tramandaí	362,25	17.214.587,25	47.521	693°
80°	SP	São Vicente	359,88	129.695.169,46	360.380	70°
81°	SP	Santo Antônio de Posse	355,45	8.104.514,88	22.801	1544°
82°	RS	Arambaré	352,98	1.322.969,74	3.748	4826°
83°	SP	Jundiá	350,02	143.331.689,91	409.497	57°
84°	SP	São Carlos	349,73	86.063.657,94	246.088	112°
85°	SP	Diadema	349,14	145.893.704,25	417.869	55°
86°	SP	Barretos	348,03	41.985.186,08	120.638	254°
87°	SP	Salto	344,45	40.021.655,71	116.191	265°
88°	SP	Itatiba	343,25	39.989.677,70	116.503	264°
89°	RS	Canela	342,93	14.767.431,11	43.062	765°
90°	SP	Guararema	340,95	9.880.089,74	28.978	1191°
91°	BA	Mata de São João	336,86	15.831.768,92	46.998	702°
92°	SP	Guarulhos	332,98	449.233.896,41	1.349.113	12°
93°	SP	Jaboticabal	328,93	25.183.828,26	76.563	425°
94°	PR	Cianorte	326,26	25.961.171,17	79.571	404°
95°	PR	Curitiba	325,08	620.365.336,86	1.908.359	7°
96°	SP	Catanduva	323,60	39.055.526,89	120.691	253°
97°	SP	Santa Fé do Sul	322,41	10.253.127,77	31.802	1096°
98°	SP	Socorro	321,41	12.927.122,35	40.220	831°
99°	SC	Balneário Barra do Sul	317,91	3.279.875,84	10.317	3079°
100°	SP	Pedreira	316,07	14.728.295,57	46.598	706°

	Total dos 100 maiores	528,76	20.219.422.450,89	38.239.306	..
	Total dos demais	86,51	14.393.009.380,50	166.379.163	..
	Total Brasil¹	169,16	34.612.431.831,39	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

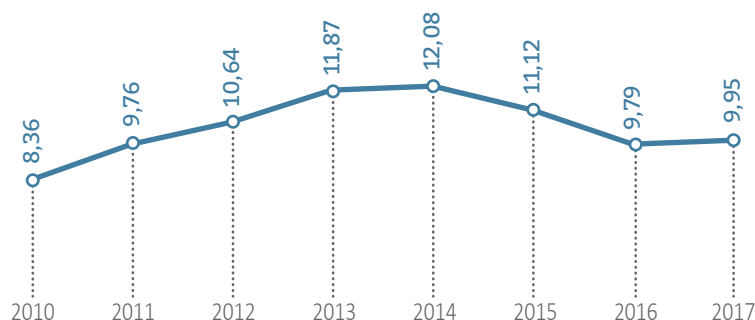
Arrecadação com ITBI é menos explorada nos pequenos municípios

Após dois anos de perdas acentuadas, o crescimento de 1,6% em 2017 marca o início de um período de recuperação para o tributo. Para 2018 o cenário previsto é de crescimento mais intenso.

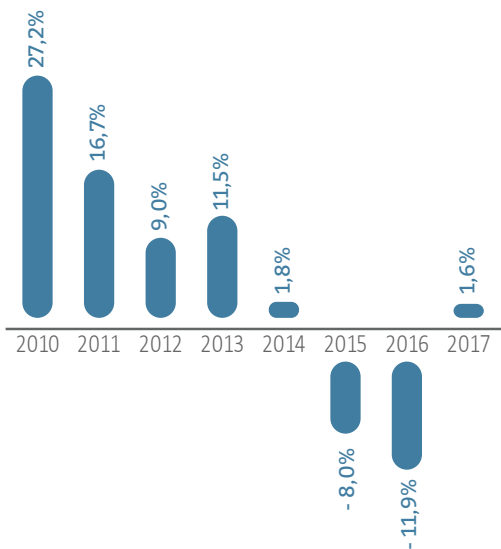
Desempenho

Após dois anos consecutivos de intensas retrações na arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis *Inter-Vivos* (ITBI), o tributo sinalizou que a economia, mais especificamente o setor imobiliário, está começando a reagir de forma positiva. Em 2017, apesar de tímida, a receita cresceu 1,6% em relação ao ano anterior, o que equivale a um incremento de R\$ 156,2 milhões, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2017.

Arrecadação do ITBI
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Taxa de crescimento do ITBI em relação ao ano anterior



O ano de 2017 pode ser entendido como o ponto de inflexão na trajetória de arrecadação do ITBI, a partir do qual a receita com o imposto tenderá a se recuperar em todo o território nacional.

Ao todo foram recolhidos R\$ 9,95 bilhões, em 2017, valor 17,7% menor que aquele registrado em 2014, antes da crise político-econômica influenciar diretamente no seu desempenho. Naquele ano, o tributo alcançava o seu maior patamar histórico, com uma receita da ordem de R\$ 12,08 bilhões. Isso mostra que, embora essa retomada já tenha se iniciado, levará alguns anos para recolocar o nível de arrecadação do ITBI no patamar de 2014.

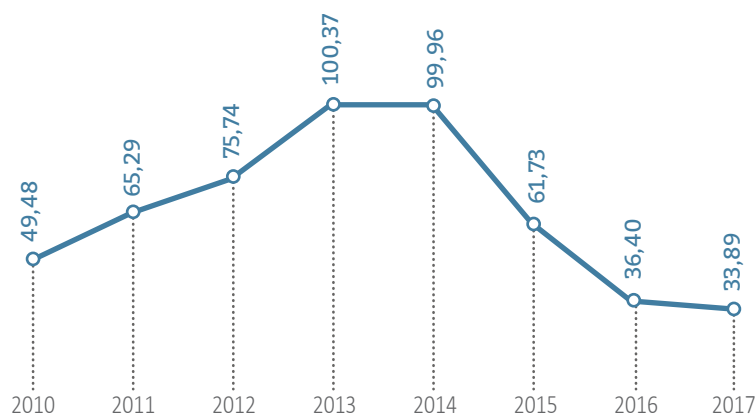
A reação da arrecadação do ITBI, em 2017, pode ser claramente observada pelo desempenho das capitais brasileiras. Em 2015, 23 das 26 capitais (desconsiderada a cidade-estado de Brasília) haviam amargado queda de arrecadação. No ano seguinte, todas elas apresentaram resultado negativo. Em 2017, em 11 capitais a arrecadação foi superior à do ano anterior. No ano em curso,

a situação continuou melhorando, pois no acumulado de janeiro a agosto de 2018, em 19 das 25 capitais com dados, a arrecadação superou a do mesmo período anterior.

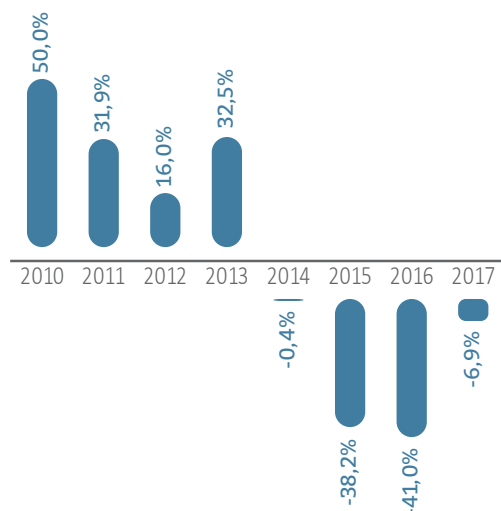
A PERCEPÇÃO DE RETOMADA DO ITBI ESTÁ ASSENTADA EM INDICADORES ECONÔMICOS.

A retomada do ITBI está assentada em alguns indicadores econômicos. Isso porque mesmo sendo um imposto sobre o patrimônio, seu fato gerador é a transmissão do bem, estando, portanto, completamente dependente do ambiente econômico. Assim, uma das variáveis mais importantes é o desempenho do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Se em 2015 e 2016 o volume de crédito tomado reduziu-se em cerca de 40% ao ano, provocando quedas anuais de 10% em média na arrecadação do imposto, em 2017 a retração de 6,9% no SFH influenciou negativamente, mas já não foi suficiente para causar mais um revés na arrecadação do tributo.

Financiamento para aquisição de imóveis em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Taxa de crescimento do financiamento para aquisição de imóveis em relação ao ano anterior



Nos oito primeiros meses de 2018 o volume de crédito tomado via SFH cresceu 19%, quando comparado ao mesmo período de 2017.

Isso equivale a R\$ 4,59 bilhões a mais concedidos em financiamentos imobiliários, fator que impulsionou a arrecadação de ITBI, que entre as capitais foi de cerca de 10% maior no acumulado desses meses comparado ao mesmo período de 2017.

A expansão do financiamento em 2018 encontrou amparo pelo lado da oferta de crédito. O SFH é formado por parte dos saldos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da poupança. A segunda é a principal fonte e, em 2017, sua captação líquida foi positiva em R\$ 17,13 bilhões, segundo o Banco Central do Brasil. Esse movimento continuou em 2018 e, até setembro, mais R\$ 25,50 bilhões foram injetados nas cadernetas. A título de comparação, em todo o exercício de 2016 os saques superaram os depósitos em R\$ 40,70 bilhões.

Já o FGTS, que foi impactado em 2017 pelos saques de cerca de R\$ 40 bilhões das contas

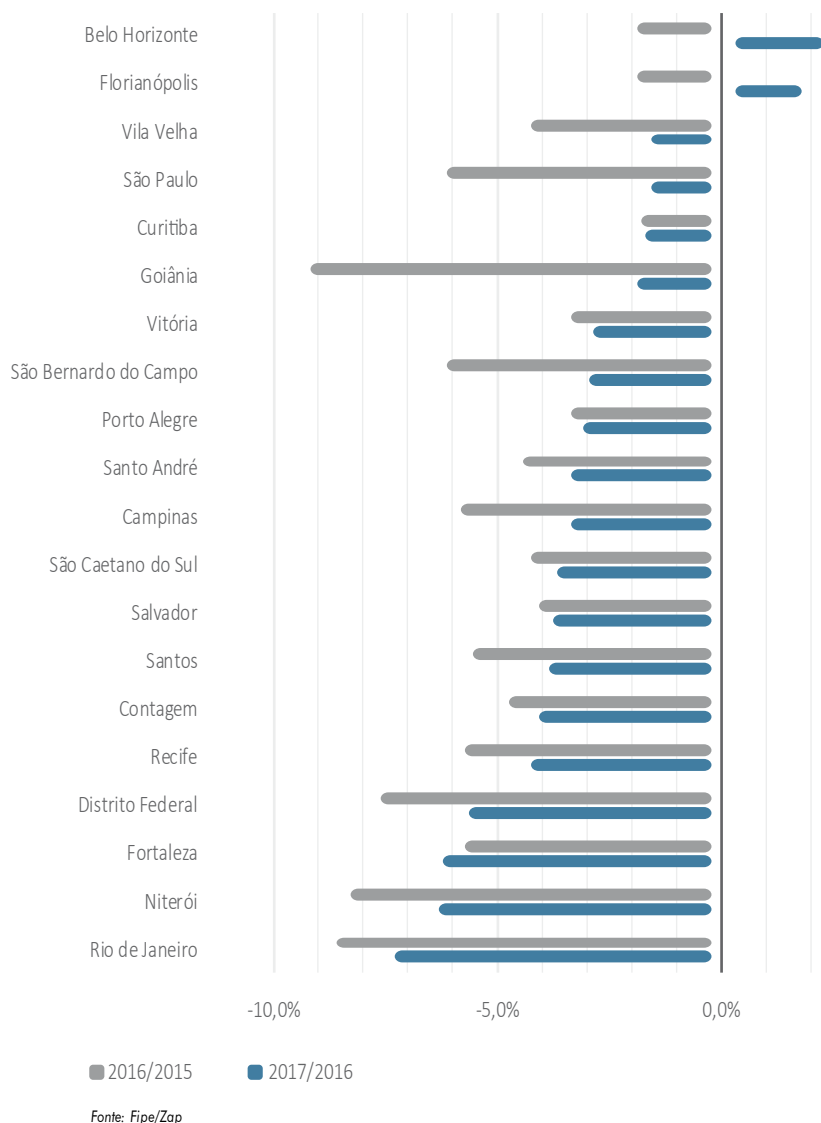
inativas, também apresentou recuperação no primeiro semestre de 2018. A sua arrecadação líquida (diferença entre receita bruta e saques) foi R\$ 1,44 bilhão negativa nos primeiros seis meses de 2017, enquanto que no mesmo período de 2018 chegou a R\$ 3,5 bilhões positiva. A melhora no mercado formal de trabalho, mesmo que abaixo do esperado, também contribuiu para a recuperação do FGTS no primeiro semestre de 2018.

Com a retomada do crédito via SFH é de se esperar que o mercado imobiliário se aqueça novamente e os preços dos imóveis parem de cair e, em certa medida, voltem a apresentar valorização em determinados segmentos, principalmente naqueles contemplados pelas principais linhas de crédito do SFH. Portanto, assim como o aumento de crédito disponível, o arrefecimento da desvalorização imobiliária também deverá colaborar para a retomada do crescimento da arrecadação municipal do ITBI.

Por fim, outro fator preponderante é o acompanhamento da geração de emprego. Primeiro, porque gera renda e encoraja as pessoas a comprarem um imóvel e, em segundo plano, o emprego formal recolhe FGTS que, assim como a poupança, é fonte de recurso para o SFH.

Nesse cenário de recuperação, o maior incremento de receita de ITBI, em 2017, em termos absolutos, foi obtido pelo município de São Paulo, cuja arrecadação de R\$ 1,84 bilhão superou em R\$ 28,2 milhões a de 2016. Em que pese todos os demais indicadores que influenciaram nesse resultado, cabe ressaltar que no município, segundo o Índice FIPE-ZAP, já havia um processo de estabilização nos preços dos espaços imobiliários residenciais, que acusou apenas uma ligeira retração de 1,4%, em 2017. Em contrapartida, no ano de 2016 esses imóveis ficaram, em média, 6% mais baratos em relação ao ano anterior, já considerando a inflação do período.

Varição do preço dos imóveis residenciais em relação ao ano anterior



Entre os municípios selecionados por **Multi Cidades**, o segundo maior aumento ocorreu em Gravataí-RS, onde os recursos do ITBI elevaram-se em R\$ 9,3 milhões entre 2016 e 2017. O município da Região Metropolitana de Porto Alegre que nos últimos exercícios vinha observando uma arrecadação pouco superior a R\$ 12

milhões anuais, em 2017 alcançou o valor de R\$ 21,8 milhões.

Na sequência aparecem Caxias do Sul-RS, que se recuperou da forte retração ocorrida em 2016. Com um incremento de R\$ 8,7 milhões, o recolhimento de ITBI, em 2017, atingiu o montante de R\$ 50,2 milhões, valor ainda aquém daquele realizado em 2015, que alcançou R\$ 54 milhões, em valores corrigidos pelo IPCA. Aumentos de arrecadação também ocorreram em Londrina-PR, com uma receita adicional de R\$ 7,7 milhões, João Pessoa (com mais R\$ 7,3 milhões), Curitiba (com mais R\$ 6,9 milhões), Fortaleza (com mais R\$ 6,5 milhões), São Bernardo do Campo-SP (com mais R\$ 5,9 milhões), Uberaba-MG (com mais R\$ 5,4 milhões) e Uberlândia-MG (com mais R\$ 5,3 milhões), entre os 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**.

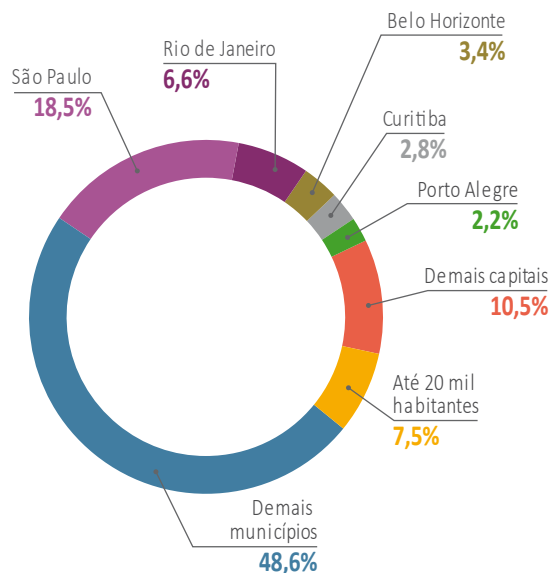
Ainda nesse mesmo grupo de municípios, as maiores taxas de crescimento em 2017 ocorreram em São João de Meriti-RJ (166,1%), Cariacica-ES (91,1%), Gravataí-RS (75%), Belford Roxo-RJ (65%), Nossa Senhora do Socorro-SE (59,6%), Uberaba-MG (37,1%), Nova Iguaçu-RJ (36,2%) e Feira de Santana-BA (30,3%).

Concentração

Um terço de toda a arrecadação do ITBI, em 2017, foi realizada

por apenas cinco municípios: São Paulo (18,5%), Rio de Janeiro (6,6%), Belo Horizonte (3,4%), Curitiba (2,8%) e Porto Alegre (2,2%). Ao ampliar essa lista para as 25 maiores arrecadações, esse grupo se torna responsável por cerca de metade de todo o ITBI arrecadado pelos municípios no Brasil. Isso mostra o quanto o imposto é concentrado em poucas localidades, notadamente nas grandes metrópoles com renda mais elevada. O Estado de São Paulo, por essas características, concentra um terço dos 100 municípios com maior volume de recolhimento do tributo.

Participação na arrecadação total do ITBI - 2017



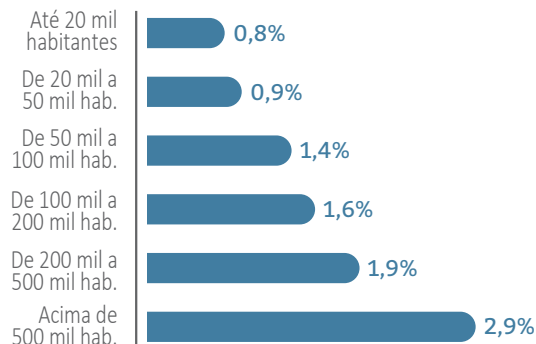
Peso na receita e arrecadação per capita

O peso do ITBI na formação da receita pública não é tão significativo. Em 2017, 1,8% das receitas correntes municipais provieram das transações imobiliárias. A fatia foi maior em anos anteriores, mais notadamente em 2013, quando atingiu 2,2%, maior nível histórico.

Desde então, a participação orçamentária do ITBI vem caindo devido a sua intensa sensibilidade às flutuações econômicas. No biênio 2015-2016 o ITBI foi uma das receitas mais afetadas justamente por essa suscetibilidade ao mercado. Sendo assim, **também em momentos de ascensão econômica, quando o mercado imobiliário se aquece, seu crescimento tende a ser mais vigoroso.**

À medida que cresce o porte populacional e a renda de um município, maior tende a ser a relevância do ITBI na composição orçamentária. Em 2017, enquanto nos municípios com menos de 20 mil habitantes o imposto era responsável por 0,8% das receitas correntes, nos municípios de grande porte populacional destacados por **Multi Cidades** o peso era de 2,7%. Nas capitais, que notadamente possuem um maior nível de renda, o indicador salta para 3,1%.

Participação do ITBI na receita corrente por faixa populacional - 2017



Ao observar os municípios por Região, nota-se que no Norte e no Nordeste, onde a economia é menos pujante e a renda média é menor, a participação orçamentária do ITBI é significativamente inferior. Em 2017, 0,6% das receitas correntes municipais nos municípios da região Norte eram derivados do ITBI, enquanto nas localidades nordestinas essa média era de 0,9%.

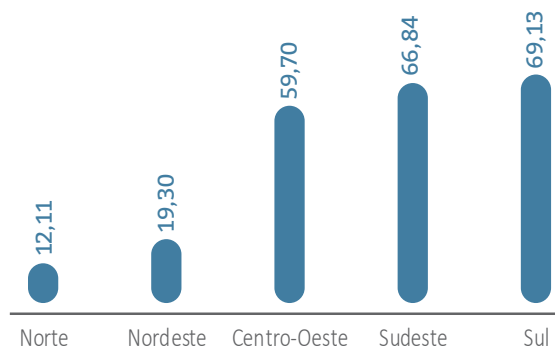
No Centro-Oeste, Sudeste e Sul o percentual se encontra no mesmo patamar, com leve dianteira sulista, onde chega a 2,3%, conforme mostra o gráfico a seguir.

Essa discrepância também pode ser observada através do indicador que mede a arrecadação de ITBI por habitante no território nacional. Nas regiões Norte e Nordeste os valores foram de R\$ 12,11 e R\$ 19,30 por habitante, respectivamente. No Centro-Oeste o indicador foi R\$ 59,70, chegando a R\$ 66,84 no Sudeste e R\$ 69,13 no Sul do Brasil.

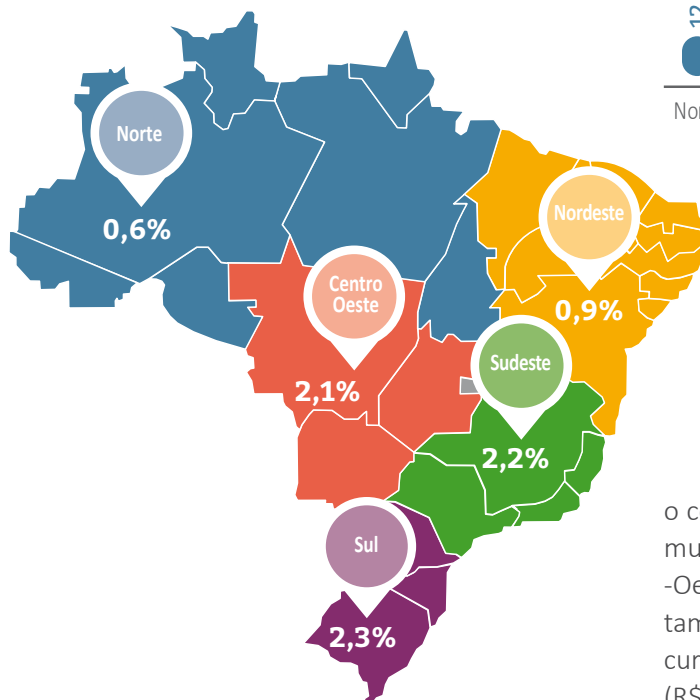
contam com uma fatia expressiva de imóveis de valor mais elevado. Esse é o caso, entre outros, de Bombinhas-SC, onde a arrecadação de ITBI de 2017, de R\$ 8,5 milhões, correspondeu a 8,3% de sua receita corrente.

ITBI per capita por região - 2017

em R\$ - IPCA médio de 2017



Participação do ITBI na receita corrente por região - 2017



Os municípios onde arrecadação de ITBI apresenta um maior peso na receita corrente são aqueles de base econômica assentada no turismo ou no agronegócio. Municípios voltados para o turismo têm um mercado imobiliário aquecido e

O intenso desenvolvimento do agronegócio e o comércio de terras rurais, principalmente nos municípios de pequena população do Centro-Oeste que possuem vasta dimensão territorial, também têm gerado somas importantes de recursos para os municípios. Em Porto dos Gaúchos (R\$ 6,3 milhões e com 5.283 habitantes), Tabaporã (R\$ 5,9 milhões, com 9.309 habitantes) e São José do Xingu (R\$ 4 milhões, com 5.416 habitantes), todos localizados no Estado de Mato Grosso, as quantias arrecadadas responderam, respectivamente, por 20,3%, 14,9% e 14,5% de suas receitas correntes do ano de 2017.

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. rec. tributária 2017	Part. na rec. corr. 2017	ITBI per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %		em R\$
	17.936.201	Norte	291.349,0	312.693,0	273.815,9	227.522,3	217.169,7	-4,6	4,8	0,6	12,11
AC	383.443	Rio Branco	6.710,3	6.220,6	5.755,8	4.965,0	5.119,9	3,1	4,4	0,7	13,35
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	684,3	846,7	498,8	379,1	408,7	7,8	4,95
AP	474.706	Macapá	5.128,7	7.715,3	4.476,6	4.002,6	3.338,6	-16,6	3,2	0,5	7,03
AP	115.471	Santana	299,6	539,4	312,8	287,6	249,8	-13,2	2,3	0,2	2,16
AM	2.130.264	Manaus	76.086,3	70.168,9	66.744,5	47.307,3	47.515,8	0,4	5,0	1,2	22,31
AM	113.832	Parintins	580,1	705,0	365,1	335,7	436,1	29,9	3,9	0,3	3,83
PA	1.452.275	Belém	44.333,3	38.899,0	36.963,3	30.157,8	30.789,8	2,1	4,7	1,2	21,20
PA	516.057	Ananindeua	9.667,5	10.004,7	9.465,8	6.929,2	6.489,3	-6,3	8,7	1,1	12,57
PA	296.302	Santarém	1.836,9	2.686,7	3.376,4	2.608,1	2.489,9	-4,5	5,1	0,5	8,40
PA	271.594	Marabá	2.466,7	4.860,9	1.949,0	2.269,1	2.304,7	1,6	2,1	0,3	8,49
RO	519.436	Porto Velho	14.297,4	14.481,4	11.307,2	10.366,6	8.887,2	-14,3	3,5	0,7	17,11
RO	132.667	Ji-Paraná	3.438,7	3.365,3	2.883,8	3.014,0	2.560,0	-15,1	6,3	1,1	19,30
RR	332.020	Boa Vista	5.415,3	5.713,9	5.098,9	5.035,2	4.572,4	-9,2	3,5	0,5	13,77
RR	28.215	Rorainópolis	26,5	110,0	187,9	78,1	88,5	13,4	3,14
TO	286.787	Palmas	15.538,8	17.172,3	17.101,7	14.886,8	18.011,3	21,0	8,5	1,9	62,80
TO	175.960	Araguaína	3.988,3	4.144,7	4.357,4	3.978,2	3.305,6	-16,9	5,8	0,9	18,79
	57.251.143	Nordeste	1.430.093,1	1.582.866,0	1.335.139,6	1.141.734,5	1.104.791,1	-3,2	7,1	0,9	19,30
AL	1.029.129	Maceió	36.516,4	41.854,5	26.712,5	25.507,1	27.838,6	9,1	5,8	1,4	27,05
AL	234.185	Arapiraca	5.539,5	4.993,7	5.125,3	3.831,9	3.844,1	0,3	8,6	0,7	16,41
BA	2.953.986	Salvador	285.281,8	327.703,1	210.809,8	181.885,6	147.240,3	-19,0	7,1	2,6	49,84
BA	627.477	Feira de Santana	18.659,6	21.341,4	21.011,5	16.038,0	20.895,3	30,3	8,8	2,1	33,30
BA	348.718	Vitória da Conquista	9.849,4	10.233,1	8.858,8	8.279,7	9.204,7	11,2	9,5	1,6	26,40
BA	296.893	Camacari	25.399,9	25.322,6	18.648,0	15.651,6	17.838,9	14,0	6,4	1,8	60,09
CE	2.627.482	Fortaleza	181.199,2	172.184,9	153.713,8	111.619,5	118.105,9	5,8	7,5	2,0	44,95
CE	362.223	Caucaia	5.811,4	5.888,6	5.142,8	4.967,6	5.037,1	1,4	6,9	0,9	13,91
CE	270.383	Juazeiro do Norte	3.197,4	4.330,8	5.537,2	5.335,9	5.665,5	6,2	8,7	0,9	20,95
MA	1.091.868	São Luís	29.212,5	33.666,0	33.310,3	26.083,1	22.376,3	-14,2	3,3	0,9	20,49
MA	254.569	Imperatriz	6.341,9	4.886,6	4.356,0	3.934,8	5.064,1	28,7	7,3	0,9	19,89
PB	811.598	João Pessoa	91.431,4	119.146,3	100.787,6	84.384,0	91.725,6	8,7	20,8	5,0	113,02
PB	410.332	Campina Grande	10.910,2	12.562,9	11.703,3	8.712,7	10.253,9	17,7	9,2	1,4	24,99
PE	1.633.697	Recife	112.061,8	138.908,4	114.810,1	104.849,7	88.391,0	-15,7	5,5	2,1	54,10
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	18.635,2	16.863,8	15.299,2	14.474,2	16.567,6	14,5	7,4	1,4	23,81
PE	390.771	Olinda	8.025,0	8.755,2	7.347,5	5.450,8	4.092,3	-24,9	3,3	0,7	10,47
PE	356.128	Caruaru	4.658,9	5.464,0	7.500,8	5.813,3	4.459,1	-23,3	3,6	0,8	12,52
PE	343.219	Petrolina	8.797,5	11.024,3	9.605,3	7.805,8	7.451,6	-4,5	8,3	1,3	21,71
PE	328.353	Paulista	8.172,3	8.213,5	8.086,1	8.235,8	7.637,2	-7,3	11,1	1,9	23,26
PI	850.198	Teresina	23.106,9	35.699,2	32.984,1	29.743,0	26.992,7	-9,2	6,2	1,1	31,75
PI	150.547	Parnaíba	1.160,8	2.074,1	1.894,4	1.388,3	1.164,4	-16,1	3,8	0,4	7,73
RN	885.180	Natal	56.647,1	62.825,4	61.151,8	53.157,6	46.646,7	-12,2	8,6	2,5	52,70
RN	295.619	Mossoró	4.880,3	4.843,8	4.574,5	5.292,3	4.686,4	-11,4	4,8	0,9	15,85
SE	650.106	Aracaju	64.234,9	64.771,2	54.120,3	46.208,7	41.223,8	-10,8	7,9	2,6	63,41
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	3.402,9	3.953,8	3.875,1	3.856,6	6.154,9	59,6	16,9	2,4	33,83
	12.836.463	Centro-Oeste¹	848.794,6	875.736,3	834.344,9	739.942,4	766.363,7	3,6	11,2	2,1	59,70
GO	1.466.105	Goiânia	144.094,3	132.675,7	120.445,8	110.523,8	107.339,8	-2,9	8,0	2,7	73,21
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	29.458,5	30.467,3	24.288,8	19.569,3	21.082,0	7,7	8,3	2,2	38,89
GO	375.142	Anápolis	20.685,5	23.888,5	21.329,7	18.283,2	18.228,1	-0,3	8,7	1,9	48,59
MT	590.118	Cuiabá	45.623,5	38.885,0	39.383,0	34.718,9	38.122,4	9,8	6,7	2,0	64,60
MT	274.013	Várzea Grande	6.681,9	7.369,0	6.896,2	6.479,5	6.069,3	-6,3	7,4	1,2	22,15
MS	874.210	Campo Grande	51.988,2	55.435,8	54.440,4	54.088,3	55.126,3	1,9	6,0	1,8	63,06
MS	218.069	Dourados	18.476,8	16.156,1	14.173,4	11.539,0	12.900,1	11,8	8,0	1,8	59,16
	86.949.714	Sudeste	6.998.845,0	6.906.304,0	6.446.172,9	5.679.064,2	5.811.742,1	2,3	7,3	2,2	66,84
ES	363.140	Vitória	58.304,1	51.051,7	41.432,4	44.449,8	37.450,9	-15,7	6,4	2,5	103,13
ES	502.618	Serra	34.263,4	35.189,4	28.055,9	19.094,3	19.776,9	3,6	7,5	1,9	39,35
ES	486.388	Vila Velha	42.384,5	45.945,5	37.052,4	35.527,8	31.885,4	-10,3	11,4	3,8	65,56
ES	387.368	Cariacica	5.475,1	5.531,2	5.474,0	4.912,1	9.385,2	91,1	10,1	1,7	24,23
MG	2.523.794	Belo Horizonte	458.065,8	474.589,1	441.588,7	368.804,7	333.712,3	-9,5	9,9	3,8	132,23
MG	676.613	Uberlândia	63.448,4	70.496,5	60.002,1	48.819,3	54.180,1	11,0	12,4	2,9	80,08
MG	658.580	Contagem	65.625,3	61.078,8	53.153,8	48.472,4	48.318,0	-0,3	11,9	3,3	73,37

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Part. rec. tributária 2017	Part. na rec. corr. 2017	ITBI per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %		em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	33.192,8	34.587,6	27.631,4	26.491,0	28.456,5	7,4	6,6	2,1	50,48
MG	427.146	Betim	16.930,1	17.383,5	14.098,5	12.145,6	9.408,6	-22,5	4,4	0,6	22,03
MG	402.027	Montes Claros	18.470,0	21.523,0	19.131,7	18.435,2	16.460,6	-10,7	12,2	2,7	40,94
MG	328.871	Ribeirão das Neves	8.057,7	12.695,7	13.736,7	7.760,7	7.818,2	0,7	23,77
MG	328.272	Uberaba	20.055,6	19.764,3	17.457,5	14.605,2	20.023,0	37,1	11,4	2,0	61,00
MG	280.901	Governador Valadares	10.005,1	9.646,2	9.951,2	8.056,3	7.674,8	-4,7	6,0	1,0	27,32
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	1.031.412,0	909.622,1	756.985,3	658.138,4	655.290,0	-0,4	6,6	3,2	100,50
RJ	1.049.826	São Gonçalo	23.057,6	22.295,1	17.281,4	13.254,8	12.704,2	-4,2	6,6	1,3	12,10
RJ	890.997	Duque de Caxias	15.934,3	13.193,5	10.637,0	14.864,6	7.312,4	-50,8	1,5	0,4	8,21
RJ	798.647	Nova Iguaçu	14.912,3	19.312,3	14.989,9	10.124,8	13.791,1	36,2	5,9	1,1	17,27
RJ	499.028	Niterói	134.965,4	106.775,4	87.708,0	68.252,1	61.318,2	-10,2	7,6	2,6	122,88
RJ	495.783	Belford Roxo	3.052,6	3.671,9	2.059,9	970,3	1.600,7	65,0	2,6	0,3	3,23
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	23.253,1	25.459,3	18.708,4	18.021,8	13.051,4	-27,6	6,0	0,8	26,62
RJ	460.461	São João de Meriti	1.811,6	1.952,1	1.389,6	1.050,3	2.794,7	166,1	2,9	0,5	6,07
RJ	298.235	Petrópolis	21.052,1	19.604,0	16.400,8	14.777,3	16.383,3	10,9	7,7	1,9	54,93
RJ	265.201	Volta Redonda	6.670,0	6.670,9	6.129,8	8.792,1	7.774,5	-11,6	4,1	1,0	29,32
SP	12.106.920	São Paulo	1.845.938,4	1.833.851,2	2.020.112,0	1.814.728,4	1.842.891,5	1,6	7,2	3,8	152,22
SP	1.349.113	Guarulhos	76.904,9	67.191,3	68.246,8	55.456,8	53.404,0	-3,7	5,0	1,4	39,58
SP	1.182.429	Campinas	117.083,5	131.819,5	115.875,8	104.202,7	107.928,1	3,6	6,2	2,7	91,28
SP	827.437	São Bernardo do Campo	87.297,5	79.728,5	75.828,3	67.962,2	73.815,2	8,6	6,9	2,3	89,21
SP	715.231	Santo André	76.646,5	73.717,6	59.329,6	58.235,1	53.289,7	-8,5	6,3	2,4	74,51
SP	703.219	São José dos Campos	63.204,7	61.151,3	58.753,3	49.684,7	43.371,4	-12,7	6,7	1,8	61,68
SP	697.886	Osasco	47.210,6	42.075,3	31.976,7	40.401,1	35.413,9	-12,3	50,74
SP	682.302	Ribeirão Preto	100.737,6	93.272,0	90.386,3	81.609,0	74.545,4	-8,7	9,4	3,1	109,26
SP	659.871	Sorocaba	75.742,0	68.193,6	59.810,8	52.123,5	49.045,7	-5,9	7,0	2,0	74,33
SP	462.005	Mauá	7.610,1	7.803,8	12.099,5	10.994,9	9.192,4	-16,4	5,3	1,0	19,90
SP	450.657	São José do Rio Preto	43.452,2	40.841,7	33.614,9	28.009,5	32.549,9	16,2	7,5	2,3	72,23
SP	434.742	Santos	74.389,7	87.181,0	74.358,1	59.866,5	60.584,0	1,2	5,7	2,7	139,36
SP	433.901	Mogi das Cruzes	28.218,6	22.309,7	28.316,5	22.969,9	22.363,9	-2,6	7,2	1,8	51,54
SP	417.869	Diadema	13.167,0	22.146,1	15.765,6	17.544,3	19.740,5	12,5	6,3	1,8	47,24
SP	409.497	Jundiaí	57.575,9	67.090,4	59.987,3	50.384,8	53.533,8	6,2	8,8	3,0	130,73
SP	397.322	Piracicaba	29.675,7	26.808,1	31.204,3	27.817,0	29.311,1	5,4	8,3	2,0	73,77
SP	396.587	Carapicuíba	10.559,7	6.778,7	9.355,4	8.041,3	7.245,8	-9,9	18,27
SP	371.690	Bauru	27.706,8	33.896,0	28.953,5	30.925,6	30.393,8	-1,7	11,6	2,9	81,77
	29.644.948	Sul	2.296.992,4	2.407.029,6	2.228.697,0	2.004.870,7	2.049.227,0	2,2	10,8	2,3	69,13
PR	1.908.359	Curitiba	355.517,4	360.026,0	336.140,1	267.941,8	274.793,7	2,6	11,3	3,8	143,99
PR	558.439	Londrina	64.713,7	72.733,5	56.512,2	47.903,1	55.649,6	16,2	10,7	3,4	99,65
PR	406.693	Maringá	48.029,7	53.493,8	48.454,4	43.146,0	44.630,7	3,4	10,6	3,6	109,74
PR	344.332	Ponta Grossa	20.800,4	20.743,2	20.485,2	20.275,4	22.178,0	9,4	8,0	3,1	64,41
PR	319.608	Cascavel	32.536,1	32.396,4	29.536,7	22.719,1	27.468,5	20,9	11,3	3,4	85,94
PR	307.530	São José dos Pinhais	19.506,5	20.187,0	16.857,3	16.101,8	16.658,5	3,5	6,8	1,8	54,17
PR	264.044	Foz do Iguaçu	18.257,1	21.069,1	20.758,9	16.421,9	18.604,4	13,3	8,3	2,1	70,46
RS	1.484.941	Porto Alegre	308.284,4	305.831,0	273.102,2	269.200,6	221.874,8	-17,6	11,0	4,0	149,42
RS	483.377	Caxias do Sul	63.366,4	54.654,4	54.040,1	41.485,7	50.200,5	21,0	12,7	3,1	103,85
RS	344.385	Pelotas	12.984,4	15.119,4	15.569,5	14.964,7	15.408,2	3,0	8,8	1,8	44,74
RS	343.853	Canoas	31.947,6	37.108,1	30.195,9	25.919,7	24.994,9	-3,6	11,4	1,8	72,69
RS	278.445	Santa Maria	18.458,0	20.919,9	19.776,7	16.004,7	18.608,7	16,3	11,0	3,3	66,83
RS	275.146	Gravataí	12.180,9	13.499,3	11.888,7	12.443,6	21.774,6	75,0	16,8	3,2	79,14
RS	253.717	Viamão	5.486,2	4.998,7	4.638,2	3.683,3	3.641,7	-1,1	7,5	0,9	14,35
SC	485.838	Florianópolis	84.152,0	83.607,2	101.601,8	91.692,8	73.727,0	-19,6	9,2	4,7	151,75
SC	577.077	Joinville	45.271,6	48.608,3	43.953,1	39.037,5	41.041,8	5,1	8,9	2,2	71,12
SC	348.513	Blumenau	31.349,1	32.612,6	31.274,4	28.616,8	26.983,4	-5,7	7,9	2,1	77,42
	81.113.137	Cidades selecionadas	7.597.003,6	7.591.529,8	7.068.585,1	6.198.646,6	6.109.423,4	-1,4	7,5	2,7	75,32
	32.224.780	Até 20 mil habitantes	738.217,8	805.175,8	773.788,4	702.922,0	747.714,2	6,4	12,2	0,8	23,20
	46.435.866	Capitais	5.430.582,2	5.402.705,1	5.121.079,9	4.494.447,0	4.369.104,7	-2,8	7,5	3,1	94,09
	204.618.469	Brasil¹	11.866.074,1	12.084.628,9	11.118.170,3	9.793.134,1	9.949.293,6	1,6	8,0	1,8	48,62

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	ITBI	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	1.842.891.549,55	12.106.920	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	655.290.000,06	6.520.266	2º
3º	MG	Belo Horizonte	333.712.342,75	2.523.794	5º
4º	PR	Curitiba	274.793.677,08	1.908.359	7º
5º	RS	Porto Alegre	221.874.750,98	1.484.941	9º
6º	BA	Salvador	147.240.319,15	2.953.986	3º
7º	CE	Fortaleza	118.105.894,80	2.627.482	4º
8º	SP	Campinas	107.928.052,99	1.182.429	13º
9º	GO	Goiânia	107.339.768,42	1.466.105	10º
10º	PB	João Pessoa	91.725.620,86	811.598	22º
11º	SP	Barueri	89.209.576,76	267.534	103º
12º	PE	Recife	88.391.028,64	1.633.697	8º
13º	SP	Ribeirão Preto	74.545.419,83	682.302	28º
14º	SP	São Bernardo do Campo	73.815.167,20	827.437	21º
15º	SC	Florianópolis	73.727.035,74	485.838	46º
16º	RJ	Niterói	61.318.150,77	499.028	42º
17º	SP	Santos	60.583.979,50	434.742	52º
18º	PR	Londrina	55.649.585,31	558.439	37º
19º	MS	Campo Grande	55.126.300,39	874.210	19º
20º	MG	Uberlândia	54.180.132,68	676.613	29º
21º	SP	Jundiaí	53.533.762,07	409.497	57º
22º	SP	Guarulhos	53.404.041,92	1.349.113	12º
23º	SC	Balneário Camboriú	53.320.127,11	135.268	214º
24º	SP	Santo André	53.289.653,04	715.231	24º
25º	RS	Caxias do Sul	50.200.467,17	483.377	47º
26º	SP	Sorocaba	49.045.694,03	659.871	30º
27º	MG	Contagem	48.318.029,39	658.580	31º
28º	AM	Manaus	47.515.847,77	2.130.264	6º
29º	SP	Praia Grande	47.243.483,28	310.024	85º
30º	RN	Natal	46.646.681,78	885.180	18º
31º	PR	Maringá	44.630.656,23	406.693	58º
32º	SP	Guarujá	44.300.942,23	315.563	84º
33º	SP	São José dos Campos	43.371.400,22	703.219	25º
34º	SE	Aracaju	41.223.831,51	650.106	32º
35º	SC	Joinville	41.041.774,81	577.077	35º
36º	SP	Santana de Parnaíba	38.558.220,00	131.887	219º
37º	MT	Cuiabá	38.122.393,28	590.118	34º
38º	ES	Vitória	37.450.887,89	363.140	67º
39º	SP	Osasco	35.413.867,51	697.886	26º
40º	SP	São José do Rio Preto	32.549.857,08	450.657	51º
41º	ES	Vila Velha	31.885.354,55	486.388	45º
42º	PA	Belém	30.789.816,80	1.452.275	11º
43º	SP	Bauru	30.393.818,04	371.690	66º
44º	SC	Itajaí	29.896.550,54	212.615	140º
45º	SP	Americana	29.461.175,33	233.868	123º
46º	SP	Piracicaba	29.311.108,73	397.322	60º
47º	MG	Juiz de Fora	28.456.480,48	563.769	36º
48º	AL	Maceió	27.838.638,70	1.029.129	16º
49º	PR	Cascavel	27.468.534,26	319.608	83º
50º	PI	Teresina	26.992.700,41	850.198	20º
51º	SC	Blumenau	26.983.354,00	348.513	73º
52º	MG	Nova Lima	25.965.105,68	92.178	343º

Posição	UF	Município	ITBI	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	SP	Indaiatuba	25.597.007,95	239.602	115º
54º	RS	Canoas	24.994.868,62	343.853	77º
55º	SP	Bertioga	24.196.886,53	59.297	546º
56º	MG	Patrocínio	23.285.831,91	89.983	348º
57º	MA	São Luís	22.376.349,28	1.091.868	14º
58º	SP	Mogi das Cruzes	22.363.920,81	433.901	53º
59º	PR	Ponta Grossa	22.178.015,40	344.332	76º
60º	GO	Rio Verde	22.042.360,32	217.048	137º
61º	RS	Gravataí	21.774.619,27	275.146	98º
62º	GO	Aparecida de Goiânia	21.082.047,21	542.090	38º
63º	SP	São Caetano do Sul	20.946.901,91	159.608	182º
64º	BA	Feira de Santana	20.895.272,66	627.477	33º
65º	BA	Lauro de Freitas	20.870.941,40	197.636	151º
66º	SP	Cotia	20.413.221,04	237.750	116º
67º	MG	Uberaba	20.022.981,72	328.272	82º
68º	ES	Serra	19.776.902,11	502.618	41º
69º	SP	Diadema	19.740.541,40	417.869	55º
70º	SC	São José	19.455.787,85	239.718	114º
71º	RS	Santa Maria	18.608.690,86	278.445	97º
72º	PR	Foz do Iguaçu	18.604.411,99	264.044	106º
73º	GO	Anápolis	18.228.109,88	375.142	65º
74º	TO	Palmas	18.011.255,12	286.787	94º
75º	BA	Camaçari	17.838.869,46	296.893	90º
76º	RN	Parnamirim	16.937.703,46	254.709	108º
77º	RS	Cachoeirinha	16.835.073,19	127.318	231º
78º	PR	São José dos Pinhais	16.658.479,06	307.530	87º
79º	PE	Jaboatão dos Guararapes	16.567.608,18	695.956	27º
80º	MG	Montes Claros	16.460.559,68	402.027	59º
81º	RJ	Petrópolis	16.383.287,27	298.235	89º
82º	SC	Itapema	16.360.048,41	61.187	534º
83º	SP	Limeira	15.956.483,19	300.911	88º
84º	SC	Chapecó	15.946.454,82	213.279	139º
85º	RS	Pelotas	15.408.174,45	344.385	75º
86º	SP	Taubaté	15.038.222,83	307.953	86º
87º	RS	Passo Fundo	15.013.303,47	198.799	150º
88º	GO	Valparaíso de Goiás	14.711.458,54	159.500	183º
89º	SP	Itu	14.512.810,99	170.157	171º
90º	SP	São Carlos	14.234.526,90	246.088	112º
91º	SC	Criciúma	14.226.622,57	211.369	142º
92º	RS	Novo Hamburgo	14.094.118,45	249.508	111º
93º	SP	Franca	13.874.250,53	347.237	74º
94º	RJ	Nova Iguaçu	13.791.138,48	798.647	23º
95º	SP	Araraquara	13.737.706,67	230.770	126º
96º	SP	Bragança Paulista	13.688.939,61	164.163	176º
97º	RS	Capão da Canoa	13.214.396,50	48.401	678º
98º	SP	Presidente Prudente	13.160.596,60	225.271	129º
99º	SP	São Sebastião	13.112.735,69	85.538	368º
100º	RJ	Campos dos Goytacazes	13.051.373,77	490.288	44º

	Total dos 100 maiores	6.688.354.477,31	74.294.629	..
	Total dos demais	3.260.939.122,90	130.323.840	..
	Total Brasil¹	9.949.293.600,21	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

ITBI per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	ITBI per capita	ITBI	População 2017	Ranking pop. 2017	
			em R\$				
1º	MT	Porto dos Gaúchos	1.191,22	6.293.216,13	5.283	4241º	
2º	MG	Tapira	1.004,46	4.670.741,50	4.650	4473º	
3º	MT	São José do Xingu	744,62	4.032.839,91	5.416	4200º	
4º	MT	Tabaporã	630,12	5.865.762,48	9.309	3217º	
5º	MT	Serra Nova Dourada	628,86	990.448,39	1.575	5537º	
6º	GO	Ouvidor	506,74	3.212.724,67	6.340	3902º	
7º	MT	Araguaiana	483,98	1.469.377,54	3.036	5102º	
8º	SC	Bombinhas	455,18	8.476.776,61	18.623	1906º	
9º	SP	Uru	448,59	541.447,66	1.207	5563º	
10º	SP	Bertioga	408,06	24.196.886,53	59.297	546º	
11º	TO	Caseara	399,75	2.104.678,70	5.265	4244º	
12º	MS	Inocência	395,29	3.011.302,47	7.618	3571º	
13º	SC	Balneário Camboriú	394,18	53.320.127,11	135.268	214º	
14º	MT	Santa Carmem	384,28	1.675.475,65	4.360	4584º	
15º	RS	Muitos Capões	365,32	1.152.935,15	3.156	5049º	
16º	MT	Glória D'Oeste	356,58	1.056.890,19	2.964	5127º	
17º	SP	Nova Castilho	356,51	441.712,07	1.239	5560º	
18º	SC	Governador Celso Ramos	351,48	5.001.186,52	14.229	2413º	
19º	PR	Sengés	347,93	6.764.854,85	19.443	1824º	
20º	RS	Gramado	343,58	12.041.566,61	35.047	957º	
21º	SP	Barueri	333,45	89.209.576,76	267.534	103º	
22º	RS	Campestre da Serra	327,63	1.116.227,78	3.407	4960º	
23º	GO	Ivolândia	303,46	775.030,14	2.554	5291º	
24º	PR	Porto Rico	298,08	778.281,38	2.611	5262º	
25º	SP	Santana de Parnaíba	292,36	38.558.220,00	131.887	219º	
26º	MG	Nova Lima	281,68	25.965.105,68	92.178	343º	
27º	MS	Figueirão	277,98	841.433,89	3.027	5106º	
28º	RS	Capão da Canoa	273,02	13.214.396,50	48.401	678º	
29º	SC	Itapema	267,38	16.360.048,41	61.187	534º	
30º	RS	Esmeralda	266,15	881.769,99	3.313	4998º	
31º	PI	Baixa Grande do Ribeiro	262,34	2.984.139,24	11.375	2837º	
32º	MG	Patrocínio	258,78	23.285.831,91	89.983	348º	
33º	MG	Belmiro Braga	257,37	901.570,38	3.503	4919º	
34º	MT	Itiquira	257,29	3.290.464,57	12.789	2606º	
35º	RS	Capão Bonito do Sul	252,79	444.403,52	1.758	5509º	
36º	MT	São José do Rio Claro	249,71	4.926.330,43	19.728	1788º	
37º	GO	Serranópolis	247,87	2.063.015,18	8.323	3405º	
38º	SC	Balneário Piçarras	245,91	5.381.534,53	21.884	1599º	
39º	GO	Perolândia	242,43	760.011,97	3.135	5056º	
40º	CE	Guaramiranga	236,25	837.972,11	3.547	4908º	
41º	SP	Porto Feliz	234,27	12.300.940,49	52.507	632º	
42º	MG	Funilândia	223,38	955.399,74	4.277	4612º	
43º	RS	Pedras Altas	223,29	484.088,76	2.168	5415º	
44º	MT	Ipiranga do Norte	220,07	1.578.137,06	7.171	3686º	
45º	GO	Caiapônia	219,30	4.058.132,64	18.505	1916º	
46º	RS	Torres	218,22	8.197.338,46	37.564	902º	
47º	SC	Anitápolis	216,25	702.370,90	3.248	5016º	
48º	MG	Capitólio	215,18	1.868.151,30	8.682	3328º	
49º	GO	Aparecida do Rio Doce	215,08	541.365,53	2.517	5311º	
50º	RS	Imbé	213,38	4.390.930,86	20.578	1718º	
51º	PR	Florestópolis	210,57	2.334.624,03	11.087	2907º	
52º	RN	Extremoz	207,33	5.873.950,61	28.331	1221º	
53º	MG	Lagoa Santa	205,86	12.712.516,49	61.752	529º	
54º	MG	Inhaúma	196,94	1.228.923,05	6.240	3940º	
55º	RS	Boa Vista do Incra	196,92	507.856,42	2.579	5279º	
56º	SC	Itapoá	196,37	3.800.786,27	19.355	1837º	
57º	MS	Bonito	190,38	4.090.028,69	21.483	1635º	
58º	MT	Nova Ubiratã	188,48	2.139.587,09	11.352	2842º	
59º	RS	Nova Santa Rita	188,16	4.976.806,05	26.450	1320º	
60º	RS	Arroio do Sal	187,05	1.692.844,23	9.050	3254º	
61º	RS	Santa Margarida do Sul	185,57	467.443,39	2.519	5307º	
62º	MS	Novo Horizonte do Sul	181,53	733.543,53	4.041	4708º	
63º	MS	Caracol	177,92	1.062.541,32	5.972	4020º	
64º	TO	Talismã	177,53	492.991,97	2.777	5201º	
65º	MS	Ribas do Rio Pardo	175,99	4.202.919,39	23.881	1480º	
66º	GO	Porteirão	174,88	657.202,24	3.758	4819º	
67º	GO	Jandaia	171,34	1.071.572,38	6.254	3935º	
68º	SP	Arco-Íris	171,32	317.973,59	1.856	5486º	
69º	BA	Ibirapua	169,99	1.504.716,68	8.852	3295º	
70º	SP	Quadra	169,86	625.081,58	3.680	4853º	
71º	GO	Paraúna	166,57	1.869.126,77	11.221	2878º	
72º	CE	Eusébio	166,50	8.768.971,53	52.667	628º	
73º	MS	Alcinópolis	165,04	856.237,77	5.188	4269º	
74º	PR	Matinhos	164,59	5.505.670,18	33.450	1024º	
75º	MT	Nova Maringá	162,51	1.329.636,58	8.182	3429º	
76º	MT	Campos de Júlio	161,08	1.048.973,38	6.512	3858º	
77º	MT	Nova Marilândia	160,90	508.279,30	3.159	5046º	
78º	MT	Campo Verde	160,54	6.411.015,87	39.933	837º	
79º	GO	Nova Roma	159,53	548.293,67	3.437	4945º	
80º	PR	Iguaraçu	159,13	691.108,74	4.343	4588º	
81º	GO	Lagoa Santa	157,76	235.057,96	1.490	5550º	
82º	SP	Guataporá	157,00	1.184.703,51	7.546	3585º	
83º	MG	Comendador Gomes	153,49	481.664,69	3.138	5054º	
84º	SP	São Sebastião	153,30	13.112.735,69	85.538	368º	
85º	SP	Praia Grande	152,39	47.243.483,28	310.024	85º	
86º	SP	São Paulo	152,22	1.842.891.549,55	12.106.920	1º	
87º	SC	Florianópolis	151,75	73.727.035,74	485.838	46º	
88º	MS	Paraíso das Águas	150,10	803.031,96	5.350	4219º	
89º	SP	Colômbia	150,03	933.922,02	6.225	3945º	
90º	RS	Porto Alegre	149,42	221.874.750,98	1.484.941	9º	
91º	MT	Diamantino	149,11	3.175.070,73	21.294	1656º	
92º	RS	Tramandai	148,77	7.069.513,18	47.521	693º	
93º	GO	Itapirapua	147,87	933.329,72	6.312	3910º	
94º	SC	Porto Belo	147,86	3.000.760,26	20.294	1743º	
95º	PR	Sertaneja	147,78	832.427,64	5.633	4134º	
96º	GO	São João da Paraúna	147,35	227.954,71	1.547	5544º	
97º	MS	Selvíria	147,10	953.483,49	6.482	3866º	
98º	SP	Jarinu	146,49	4.180.840,86	28.540	1207º	
99º	MT	Santo Afonso	145,83	444.766,83	3.050	5090º	
100º	SC	Rancho Queimado	145,69	418.266,85	2.871	5168º	
			Total dos 100 maiores	165,97	2.715.728.743,29	16.362.581	..
			Total dos demais	38,42	7.233.564.856,92	188.255.888	..
			Total Brasil¹	48,62	9.949.293.600,21	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Taxas têm forte crescimento em 2017, mas representam menos de 2% das receitas

Norte e Nordeste do Brasil, onde pesquisa de 2015 apontou grande percentual de municípios que não cobravam a taxa de coleta de lixo ou limpeza urbana, tiveram aumentos na arrecadação superiores à média nacional.

Desempenho

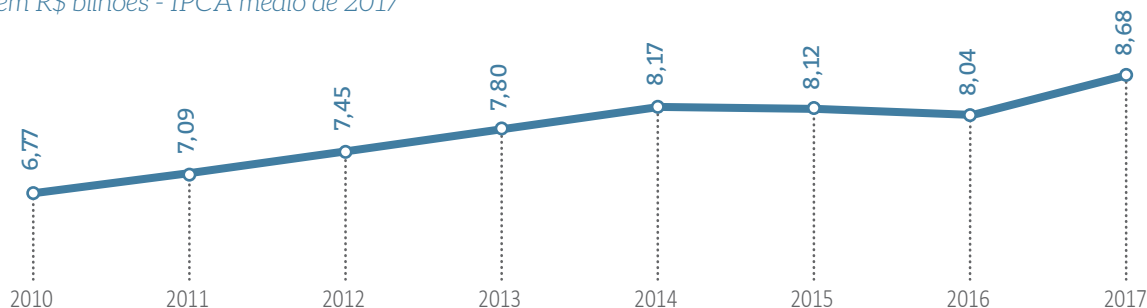
Os municípios brasileiros registraram, em 2017, a maior arrecadação histórica com as taxas municipais, de R\$ 8,68 bilhões, valor 8% superior ao de 2016, com base em preços corrigidos pelo IPCA médio de 2017. Registre-se que, em 2015 e 2016, as taxas tiveram quedas de 0,6% e 1%, respectivamente.

Existem dois grandes grupos de taxas: as de prestação de serviços, tais como as de limpeza pública e coleta de lixo, por utilização de cemité-

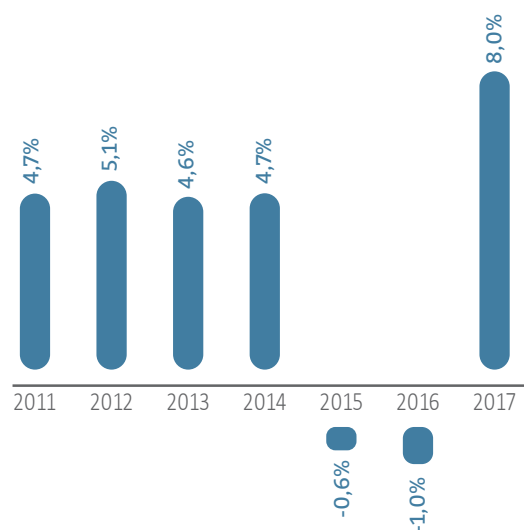
rios, entre outras, e as pelo exercício do poder de polícia, tais como as de licença e funcionamento, de localização, de fiscalização sanitária, de fiscalização de anúncios, entre outras. As receitas de ambos os tipos apresentaram crescimento, sendo que a variação das taxas pela prestação de serviços foi de 8,5% e das taxas pelo exercício do poder de polícia foi de 7,7%. As taxas pela prestação de serviços representaram de 60% a 64% do total das taxas nos últimos cinco anos.

Arrecadação de taxas

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017

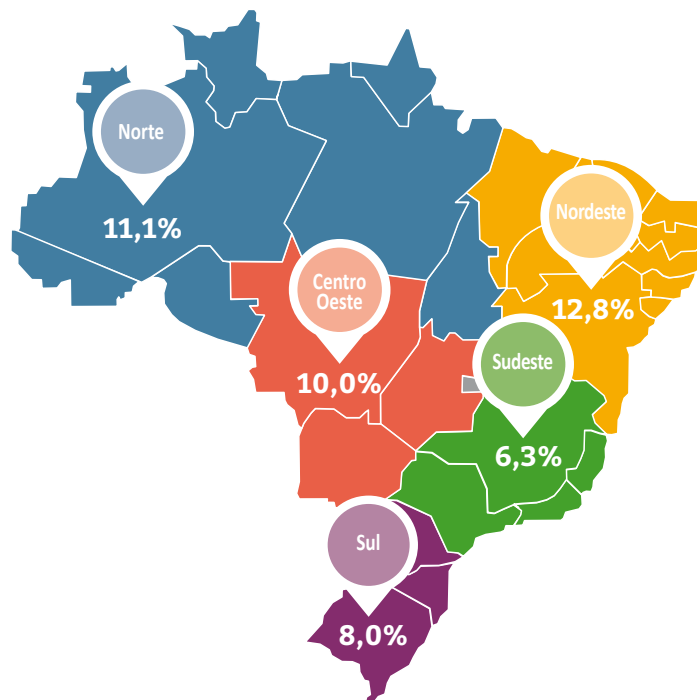


Crescimento da receita de taxas em relação ao ano anterior



Quando se observa o desempenho por região, verifica-se que no Nordeste (12,8%), Norte (11,1%) e Centro-Oeste (10%) ocorreram as maiores expansões, enquanto que no Sul (8%) e no Sudeste (6,3%) as variações foram menos intensas. Uma explicação para o melhor desempenho dos municípios do Norte e Nordeste pode estar relacionado ao fato de ser exatamente nessas duas regiões onde são bastante baixos os valores recolhidos de taxas por habitante, conforme será mencionado mais adiante. Premidos pela necessidade de buscar recursos adicionais, pois as receitas municipais encontram-se em níveis muito baixos em função da crise econômica, é possível que esses municípios estejam explorando uma parte do potencial arrecadatório das taxas como alternativa à escassez de recursos.

Crescimento da receita de taxas por região - 2017/2016



Nas capitais, o aumento médio de 8,4% ficou muito perto da média nacional. Os melhores desempenhos em termos de volume de recursos acrescentados foram os de Recife, com um adicional de R\$ 60,2 milhões, e Belo Horizonte, com mais R\$ 31,9 milhões. Na capital pernambucana o aumento ocorreu com a instituição da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) que substituiu a Taxa de Limpeza Pública (TLP) a partir de 2017. Em termos relativos, os maiores aumentos foram os de Aracaju (80,3%) e Teresina (58,6%), seguida de Recife (35%). Oito capitais registraram quedas no recolhimento de taxas, sendo as mais

expressivas registradas em Cuiabá, com retração de 12,8% (ou R\$ -4,8 milhões), São Luís (-11,2% ou R\$ -2 milhões) e Natal (-10% ou R\$ -7,5 milhões).

Dentre os 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**, conforme a tabela das páginas 118 e 119, destacou-se Pelotas-RS, cuja receita de taxas de 2017 foi nove vezes superior à de 2016. O crescimento na arrecadação é explicado pela cria-

ção da TRSD, instituída a partir de junho de 2017.

No ranking nacional de 2017 das maiores receitas de taxas, as dez primeiras posições permaneceram as mesmas de 2016, com o Rio de Janeiro na primeira colocação, cuja arrecadação foi de R\$ 488,6 milhões, seguido por São Paulo, com R\$ 331,8 milhões (veja ranking completo na página 120).

Taxas per capita e peso na receita

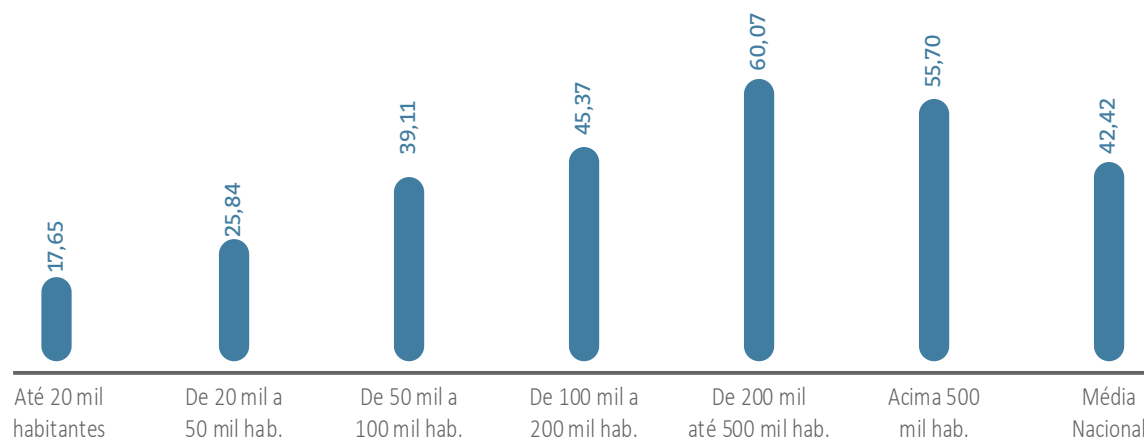
Quanto maior a faixa populacional a que pertence o município maior o valor da arrecadação das taxas por habitante e maior a participação dessa receita no orçamento dos municípios. Na média do Brasil, a arrecadação das taxas municipais per capita foi de R\$ 42,42, em 2017.

Conforme mostram os gráficos a seguir, os municípios com menos de 100 mil habitantes ficaram com valores per capita abaixo da média nacional,

enquanto que nas faixas de população maiores os valores foram superiores à média. O menor valor foi registrado entre os municípios com menos de 20 mil habitantes, de R\$ 17,65 per capita, menos da metade da média nacional. No Norte (R\$ 20,46) e Nordeste (R\$ 21,95) a arrecadação por habitante é bastante baixa, pulando para R\$ 39,71 no Centro-Oeste, para alcançar níveis mais elevados no Sudeste (R\$ 51,06) e no Sul (R\$ 71,06) do Brasil.

Arrecadação de taxas per capita por porte populacional - 2017

em R\$ - IPCA médio de 2017



Arrecadação per capita de taxas por região - 2017

Em R\$ - IPCA médio de 2017

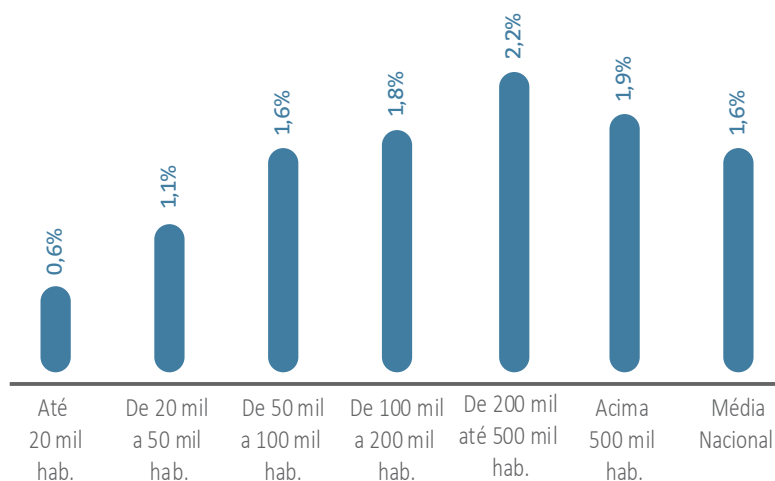


A participação das taxas na receita corrente dos municípios brasileiros é pequena, mas não é desprezível em alguns casos. Em 2017, a média nacional foi de 1,6% e atingiu o maior percentual, de 2,2%, nos municípios com população entre 200 mil e 500 mil habitantes. Abaixo da média nacional estão os municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes (1,1%) e aqueles com menos de 20 mil (0,6%).

Esse baixo peso na composição dos orçamentos é explicado, em parte, pelo fato de uma grande parcela dos municípios não cobrarem taxas, em especial as que se destinam ao custeio da coleta de lixo ou limpeza urbana. Conforme já detalhado na edição anterior de **Multi Cidades**, a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que 46,4% dos municípios brasileiros não realizaram a cobrança da taxa de coleta de lixo ou limpeza urbana¹ em 2015, último ano

¹ Ressalte-se que, de acordo com a Súmula Vinculante nº 19 do Supremo Tribunal Federal, "a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal", pois estes são considerados serviços específicos e divisíveis passíveis da cobrança de taxa. A mesma Súmula considera inconstitucional a cobrança de taxas pelos serviços de conservação e limpeza de logradouros públicos e bens públicos, uma vez que são serviços em benefício da população em geral e de forma indivisível. A pesquisa do IBGE possui um campo para a declaração dos municípios que cobram pela taxa

Participação das taxas na receita corrente por faixa populacional - 2017



no qual o IBGE publicou esses dados, revelando que há potencial para aumentar essa arrecadação, tão importante para melhorar as condições de disposição do lixo gerado em seu território.

De acordo com a pesquisa do IBGE, a cobrança da taxa de coleta de lixo ou limpeza urbana é particularmente baixa entre os municípios das regiões Nordeste e (22,6%) Norte (32,2%), enquanto que na Região Sul (90,3%) e Sudeste (70,6%) o indicador é muito maior. No Centro-Oeste, a proporção foi de 39,5% dos seus municípios.

Nos pequenos municípios do Nordeste, com menos de 20 mil habitantes, apenas 16,3% deles tinham instituído a taxa de coleta de lixo ou limpeza urbana. No Norte do Brasil, considerando mesma faixa populacional, o indicador foi de 20,9% e no Centro-Oeste de 31,6%. No Sul e Sudeste, os níveis são mais elevados, chegando a 89,5% e 70,3%, respectivamente, dos municípios com menos de 20 mil habitantes que cobram o tributo.

Apesar de não haver dados mais recentes é de se supor que não tenha havido grandes alterações nesse quadro durante os últimos dois anos. Ainda que o aumento na receita de taxas, entre 2016 e 2017, tenha sido relativamente mais alto nos municípios do Norte e Nordeste, é possível afirmar que **há um grande potencial para incrementar sua arrecadação entre os municípios da região.**

Ademais, é necessário garantir fontes de financiamento para que os municípios se adequem à Lei nº 12.305 de agosto de 2010, que dispõe sobre a política nacional de resíduos sólidos. Fontes de recursos mais bem definidas para a limpeza urbana e gestão dos resíduos sólidos é uma condição fundamental para que os municípios atendam às exigências ambientais derivadas da Lei e ainda

reduzam os gastos com problemas de saúde pública causados pelas condições inadequadas de disposição do lixo em seus territórios.

NO NORTE E NORDESTE A COBRANÇA PELA COLETA DE LIXO OU LIMPEZA URBANA AINDA ENCONTRA GRANDE ESPAÇO PARA CRESCIMENTO

A coleta e a destinação dos resíduos sólidos urbanos²

Dados da Abrelpe, disponibilizados em seu “Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2017”, apontam que 91,2% de todo o Resíduo Sólido Urbano (RSU) gerado no país passou pelo processo de coleta, em 2017. Isso evidencia que 8,8% ou 6,9 milhões de toneladas não foram coletadas e, por isso, tiveram destinação imprópria. Do volume coletado, equivalente a 71,6 milhões de toneladas, 59,1% tiveram como destinos os aterros sanitários. O restante, 40,9%, foram dispensados em lixões ou aterros controlados, que não protegem devidamente o meio ambiente e influenciam diretamente na saúde da população de 3.352 municípios brasileiros.

Ainda tendo como base o ano de 2017, o indicador de cobertura da coleta de RSU aponta para uma menor eficiência no Nordeste e no Norte, onde apenas 79,1% e 81,3%, respectivamente, desse material chegou a ser coletado. Ou seja, cerca de 20% dos resíduos sequer foram levados

de coleta de lixo e outro campo para a declaração da cobrança pela taxa de limpeza urbana. No entanto, não é possível saber se os municípios que estão cobrando pela taxa de limpeza urbana o fazem para custear serviços de coleta, remoção e tratamento de resíduos provenientes de imóveis, que é uma cobrança constitucional, ou se cobram pela limpeza e conservação de logradouros, que é inconstitucional, pois é sabido que muitos municípios chamam de taxa de limpeza urbana o que na realidade seria a taxa pela coleta de lixo de imóveis. Nas análises desta publicação foi utilizada a contagem dos municípios que cobram uma ou outra taxa.
2 Este texto baseia-se nos dados publicados em “Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2017”, realizado pela Abrelpe - Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Veja publicação completa em <http://abrelpe.org.br/panorama/>

a lugares específicos e acabam tendo destinação imprópria. No Centro-Oeste, onde o indicador de coleta sobe para 92,8%, no Sul (95,1%) e no Sudeste (98,1%) esse problema é menos grave.

Daquele material que chega a ser coletado, apenas 34,7% tem como destino aterros sanitários na região Norte. O restante é depositado em locais inadequados, como lixões e aterros controlados. No Nordeste, o quadro é similar, com apenas 35,4% dos resíduos tendo destinação adequada. No Centro-Oeste, com 40%, esse indicador aponta uma ligeira melhora, porém se mostra aquém dos resultados encontrados no Sul (70,2%) e no Sudeste (72,4%).

Esses resultados mostram que ainda há muito o que ser feito para a ampliação dos serviços de coleta e para melhorar o manejo dos resíduos sólidos após serem coletados em todo o país, principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões onde justamente há uma maior proporção de municípios que não cobram pelo serviço. O alcance dos objetivos da política nacional de resíduos sólidos dependerá da definição clara das fontes de financiamento para os serviços de coleta, remoção e tratamento ou destinação final do lixo, que passará, dentre outras soluções, pela cobrança das taxas municipais aonde ela ainda não se faz efetiva.

Saiba mais

Taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Uma de suas principais características é sua cobrança estar vinculada ao custeio de alguma atividade estatal específica, diferentemente dos impostos, cuja cobrança é independente de vinculação à prestação de serviços específicos.

A partir da Emenda Constitucional nº 18, de 1965, as taxas foram divididas em dois grupos. O primeiro é composto de taxas pela prestação de serviços e o segundo compreende as taxas pelo poder de polícia.

A base de cálculo das taxas deve estar vinculada ao custo da atividade prestada

ou posta à disposição do contribuinte. Dessa forma, deve haver uma razoável equivalência de valor global entre o custo do serviço e a receita prevista pela cobrança do tributo.

Os municípios possuem competência para definir os critérios de distribuição desses custos entre os contribuintes, considerando sempre os princípios de divisibilidade e especificidade da atividade pública, exigidas pelo artigo 145, inciso II, da Constituição Federal. Algumas vezes, a aplicabilidade desses princípios é controversa, o que tem resultado em frequentes questionamentos legais.

Taxas | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. rec. tributária 2017	Part. na rec. corr. 2017	Taxas per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em %		em R\$	
	17.936.201	Norte	353.249,7	346.085,5	333.244,9	330.380,6	367.058,2	11,1	8,1	1,0	20,46
AC	383.443	Rio Branco	3.875,9	3.727,1	3.880,9	3.724,7	3.531,2	-5,2	3,0	0,5	9,21
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	1.577,9	1.564,7	1.504,4	1.157,0
AP	474.706	Macapá	25.698,7	14.888,7	13.407,0	13.178,3	12.233,7	-7,2	11,8	1,7	25,77
AP	115.471	Santana	1.779,6	1.778,5	...	16,6	1,2	15,40
AM	2.130.264	Manaus	35.722,4	41.258,4	37.280,5	38.719,4	39.348,3	1,6	4,1	1,0	18,47
AM	113.832	Parintins	1.493,6	3.062,4	2.878,8	...	2.434,3	...	21,8	1,4	21,39
PA	1.452.275	Belém	68.017,6	73.872,9	72.725,5	78.607,7	87.365,0	11,1	13,4	3,4	60,16
PA	516.057	Ananindeua	11.343,2	12.802,2	5.942,0	4.409,8	5.555,0	26,0	7,5	0,9	10,76
PA	296.302	Santarém	3.741,0	4.126,1	4.610,8	4.274,1	5.627,1	31,7	11,5	1,0	18,99
PA	271.594	Marabá	12.684,6	9.944,1	9.628,9	8.581,6	8.625,8	0,5	7,7	1,2	31,76
RO	519.436	Porto Velho	31.542,3	28.703,1	28.570,1	28.161,4	31.279,2	11,1	12,5	2,6	60,22
RO	132.667	Ji-Paraná	5.684,9	6.522,3	5.882,4	5.882,2	6.119,5	4,0	15,0	2,7	46,13
RR	332.020	Boa Vista	12.953,2	14.640,9	12.379,6	10.976,9	12.464,9	13,6	9,5	1,3	37,54
RR	28.215	Rorainópolis	138,9	274,2	276,2	253,4
TO	286.787	Palmas	13.087,9	18.718,6	19.023,4	15.366,0	16.576,8	7,9	7,8	1,7	57,80
TO	175.956	Araguaína	5.990,3	4.824,6	4.746,9	4.450,8	5.311,2	19,3	9,3	1,4	30,18
	57.251.143	Nordeste	1.131.443,3	1.206.922,4	1.173.338,0	1.114.568,7	1.256.900,7	12,8	8,0	1,0	21,95
AL	1.029.129	Maceió	53.653,1	59.169,1	57.152,2	51.818,1	46.931,1	-9,4	9,8	2,4	45,60
AL	234.185	Arapiraca	4.257,0	2.847,8	5.118,8	4.166,9	3.271,2	-21,5	7,3	0,6	13,97
BA	2.953.986	Salvador	264.131,5	272.464,5	231.675,2	231.669,7	253.136,8	9,3	12,1	4,6	85,69
BA	627.477	Feira de Santana	15.621,9	16.513,6	15.811,3	15.034,3	15.031,0	0,0	6,8	1,5	23,95
BA	348.718	Vitória da Conquista	5.310,1	5.625,1	5.621,9	6.067,7	6.567,4	8,2	6,8	1,1	18,83
BA	296.893	Camaçari	21.038,8	21.434,5	22.275,3	21.520,7	22.851,0	6,2	8,3	2,3	76,97
CE	2.627.482	Fortaleza	22.336,7	22.372,8	16.061,0	14.313,3	14.809,8	3,5	0,9	0,3	5,64
CE	362.223	Caucaia	2.171,0	2.902,1	2.442,7	3.028,8	2.295,2	-24,2	3,1	0,4	6,34
CE	270.383	Juazeiro do Norte	3.477,2	2.978,5	3.306,5	3.714,4	4.745,6	27,8	7,3	0,8	17,55
MA	1.091.868	São Luís	18.753,5	17.522,8	16.558,1	17.899,0	15.888,3	-11,2	2,3	0,6	14,55
MA	254.569	Imperatriz	7.007,5	5.160,3	3.487,8	-32,4	5,0	0,6	13,70
PB	811.598	João Pessoa	36.094,1	39.912,5	44.304,0	34.311,4	34.665,1	1,0	7,9	1,9	42,71
PB	410.332	Campina Grande	8.479,9	10.163,7	10.167,7	10.045,0	8.748,7	-12,9	7,8	1,2	21,32
PE	1.633.697	Recife	172.512,4	179.031,8	174.108,9	172.049,9	232.268,4	35,0	14,3	5,5	142,17
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	18.521,4	21.199,0	21.089,1	19.275,3	22.801,0	18,3	10,2	2,0	32,76
PE	390.771	Olinda	21.176,3	22.114,5	22.303,2	21.505,9	22.365,2	4,0	17,9	4,1	57,23
PE	356.128	Caruaru	20.113,5	20.793,3	21.815,7	22.225,6	21.210,9	-4,6	17,3	3,6	59,56
PE	343.219	Petrolina	4.621,7	6.018,0	7.521,1	7.556,7	8.543,5	13,1	9,5	1,5	24,89
PE	328.353	Paulista	3.367,3	5.610,0	7.462,2	5.215,6	8.630,9	65,5	12,5	2,2	26,29
PI	850.198	Teresina	6.756,2	7.388,9	7.967,2	7.627,6	12.100,0	58,6	2,8	0,5	14,23
PI	150.547	Parnaíba	1.133,0	1.326,1	1.180,7	1.236,7	2.020,2	63,4	6,7	0,7	13,42
RN	885.180	Natal	63.012,6	74.222,0	88.983,2	74.964,2	67.444,1	-10,0	12,4	3,6	76,19
RN	295.619	Mossoró	7.194,6	6.361,0	5.807,8	5.495,9	6.978,4	27,0	7,2	1,3	23,61
SE	650.106	Aracaju	11.481,3	15.542,5	19.768,2	15.573,0	28.077,2	80,3	5,4	1,8	43,19
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	1.501,9	2.193,7	2.739,7	1.806,5	2.829,2	56,6	7,8	1,1	15,55
	12.836.463	Centro-Oeste¹	426.841,4	465.808,0	472.925,4	463.261,7	509.723,8	10,0	7,4	1,4	39,71
GO	1.466.105	Goiânia	51.046,8	55.321,3	63.667,7	58.239,3	54.391,2	-6,6	4,1	1,3	37,10
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	33.292,3	26.011,0	34.005,7	39.555,3	41.931,5	6,0	16,5	4,4	77,35
GO	375.142	Anápolis	24.691,0	24.385,5	24.576,0	24.680,7	34.152,2	38,4	16,3	3,6	91,04
MT	590.118	Cuiabá	38.490,1	40.189,5	44.035,1	37.461,9	32.664,4	-12,8	5,7	1,7	55,35
MT	274.013	Várzea Grande	10.396,6	12.494,3	11.889,7	8.997,1	13.933,3	54,9	17,0	2,8	50,85
MS	874.210	Campo Grande	36.621,3	41.577,3	37.510,5	36.785,5	39.029,2	6,1	4,2	1,3	44,65
MS	218.069	Dourados	...	7.628,0	7.705,6	7.075,3	7.767,2	9,8	4,8	1,1	35,62
	86.949.714	Sudeste	4.151.205,1	4.275.125,9	4.222.125,0	4.177.696,6	4.439.252,8	6,3	5,6	1,7	51,06
ES	363.140	Vitória	36.258,3	36.020,5	35.449,5	...	40.075,2	..	6,8	2,7	110,36
ES	502.618	Serra	18.836,3	20.088,6	19.539,7	20.100,3	19.526,0	-2,9	7,4	1,9	38,85
ES	486.388	Vila Velha	47.945,4	55.163,4	45.083,7	49.391,6	49.259,1	-0,3	17,6	5,9	101,28
ES	387.368	Cariacica	10.688,6	10.408,6	8.862,6	7.715,9	8.430,3	9,3	9,1	1,5	21,76
MG	2.523.794	Belo Horizonte	214.148,7	269.568,5	271.094,3	278.013,1	309.876,9	11,5	9,2	3,5	122,78
MG	676.613	Uberlândia	38.489,9	33.012,9	33.787,3	34.552,8	36.210,2	4,8	8,3	1,9	53,52
MG	658.580	Contagem	29.724,5	27.950,4	29.299,3	26.564,1	33.040,1	24,4	8,2	2,3	50,17

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. rec. tributária 2017	Part. na rec. corr. 2017	Taxas per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %		em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	49.836,5	51.633,3	53.726,5	55.194,1	59.300,7	7,4	13,7	4,3	105,19
MG	427.146	Betim	7.640,7	8.019,9	8.085,4	8.655,8	8.449,1	-2,4	4,0	0,5	19,78
MG	402.027	Montes Claros	12.144,8	13.342,6	13.614,7	16.352,7	19.142,0	17,1	14,2	3,1	47,61
MG	328.871	Ribeirão das Neves	7.822,2	8.686,7	10.473,5	8.224,5
MG	328.272	Uberaba	25.807,3	26.978,2	30.042,6	29.216,9	29.897,1	2,3	17,0	3,0	91,07
MG	280.901	Governador Valadares	14.555,7	15.487,8	15.337,5	15.532,0	16.870,1	8,6	13,3	2,3	60,06
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	486.558,8	474.764,2	467.393,9	476.518,6	488.631,3	2,5	4,9	2,4	74,94
RJ	1.049.826	São Gonçalo	39.306,6	46.403,4	37.230,0	..	19,5	3,8	35,46
RJ	890.997	Duque de Caxias	27.603,8	...	30.286,0	30.416,9	26.759,9	-12,0	5,6	1,3	30,03
RJ	798.647	Nova Iguaçu	24.797,3	22.162,6	26.653,4	26.266,8	26.651,4	1,5	11,4	2,1	33,37
RJ	499.028	Niterói	47.901,0	48.348,6	46.322,9	46.370,7	48.154,6	3,8	6,0	2,0	96,50
RJ	495.783	Belford Roxo	11.452,0	10.105,2	10.477,2	10.455,1	9.850,5	-5,8	16,0	1,8	19,87
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	15.750,8	15.665,6	13.887,0	17.480,5	15.634,0	-10,6	7,2	1,0	31,89
RJ	460.461	São João de Meriti	18.144,5	17.898,5	14.520,0	13.419,3	13.666,3	1,8	14,0	2,7	29,68
RJ	298.235	Petrópolis	23.033,0	20.964,4	26.612,1	23.886,6	23.381,1	-2,1	11,0	2,7	78,40
RJ	265.201	Volta Redonda	3.595,3	3.596,2	3.925,7	4.019,2	3.080,2	-23,4	1,6	0,4	11,61
SP	12.106.920	São Paulo	366.580,3	368.684,3	349.058,8	311.066,3	331.803,8	6,7	1,3	0,7	27,41
SP	1.349.113	Guarulhos	25.210,4	26.934,4	34.460,6	23.997,8	24.267,7	1,1	2,3	0,6	17,99
SP	1.182.429	Campinas	123.924,2	127.216,0	128.385,2	129.113,2	138.678,1	7,4	7,9	3,5	117,28
SP	827.437	São Bernardo do Campo	127.223,3	124.095,9	118.669,2	120.035,4	122.693,1	2,2	11,4	3,8	148,28
SP	715.231	Santo André	81.378,3	86.514,4	77.738,7	97.310,5	97.992,8	0,7	11,5	4,4	137,01
SP	703.219	São José dos Campos	17.589,2	17.900,6	18.746,0	17.919,1	18.765,9	4,7	2,9	0,8	26,69
SP	697.886	Osasco	34.575,5	34.305,0	37.555,2	41.808,7
SP	682.302	Ribeirão Preto	15.235,3	14.012,2	14.711,9	10.948,5	12.072,1	10,3	1,5	0,5	17,69
SP	659.871	Sorocaba	72.722,5	73.719,0	72.773,2	74.819,3	80.585,9	7,7	11,6	3,3	122,12
SP	462.005	Mauá	8.317,9	7.607,0	6.750,0	6.539,1	6.249,0	-4,4	3,6	0,7	13,53
SP	450.657	São José do Rio Preto	12.969,3	11.955,4	11.138,2	11.843,5	10.806,9	-8,8	2,5	0,8	23,98
SP	434.742	Santos	85.427,9	87.132,3	90.625,1	80.146,5	81.194,9	1,3	7,7	3,7	186,77
SP	433.901	Mogi das Cruzes	8.401,2	7.584,2	7.180,0	7.056,8	8.178,8	15,9	2,6	0,7	18,85
SP	417.869	Diadema	17.441,6	17.848,0	17.789,0	...	18.853,5	..	6,0	1,7	45,12
SP	409.497	Jundiai	47.647,7	47.067,3	52.972,7	59.028,3	55.917,0	-5,3	9,2	3,1	136,55
SP	397.322	Piracicaba	27.550,9	26.819,2	26.470,2	28.490,9	30.220,2	6,1	8,5	2,1	76,06
SP	396.587	Carapicuíba	2.021,6
SP	371.690	Bauru	16.124,5	15.030,6	13.644,0	13.566,2	13.867,7	2,2	5,3	1,3	37,31
29.644.948	Sul		1.736.372,7	1.874.243,2	1.910.339,7	1.950.722,1	2.106.696,8	8,0	11,2	2,3	71,06
PR	1.908.359	Curitiba	122.681,2	122.804,4	121.817,4	126.990,1	132.251,0	4,1	5,4	1,8	69,30
PR	558.439	Londrina	27.484,1	29.486,1	29.237,6	31.397,6	31.579,6	0,6	6,1	2,0	56,55
PR	406.693	Maringá	32.892,8	35.868,1	35.442,8	36.007,2	38.832,1	7,8	9,3	3,1	95,48
PR	344.332	Ponta Grossa	31.282,8	40.146,8	40.726,0	43.429,0	54.938,6	26,5	19,9	7,7	159,55
PR	319.608	Cascavel	33.946,2	32.725,3	33.027,7	34.132,3	37.505,2	9,9	15,4	4,6	117,35
PR	307.530	São José dos Pinhais	19.911,1	18.801,5	19.101,0	26.635,3	32.043,0	20,3	13,0	3,5	104,19
PR	264.044	Foz do Iguaçu	28.403,7	24.692,8	19.441,4	19.444,2	24.239,6	24,7	10,8	2,7	91,80
RS	1.484.941	Porto Alegre	140.965,0	148.548,4	140.852,7	146.646,5	162.131,6	10,6	8,0	2,9	109,18
RS	483.377	Caxias do Sul	44.569,6	47.131,3	47.413,2	57.264,1	42.886,1	-25,1	10,8	2,7	88,72
RS	344.385	Pelotas	1.150,3	1.166,5	1.656,7	1.729,9	15.928,9	820,8	9,1	1,9	46,25
RS	343.853	Canoas	14.415,9	17.641,0	21.480,6	17.160,7	18.363,8	7,0	8,4	1,3	53,41
RS	278.445	Santa Maria	15.524,8	15.930,6	16.361,4	17.629,0	19.108,2	8,4	11,3	3,4	68,62
RS	275.146	Gravataí	14.213,9	21.199,9	16.139,7	18.006,7	19.583,0	8,8	15,1	2,9	71,17
RS	253.717	Viamão	4.792,7	4.749,7	5.810,9	7.418,0	6.835,6	-7,9	14,1	1,7	26,94
SC	485.838	Florianópolis	71.713,6	73.325,4	69.121,0	72.399,0	90.268,6	24,7	11,3	5,8	185,80
SC	577.077	Joinville	11.573,9	11.632,0	12.108,4	11.837,0	10.781,3	-8,9	2,3	0,6	18,68
SC	348.513	Blumenau	37.129,5	43.366,1	44.177,5	46.357,7	50.029,4	7,9	14,6	4,0	143,55
	81.113.137	Cidades selecionadas	4.186.081,9	4.340.734,3	4.279.481,1	4.255.608,3	4.548.631,4	6,9	5,6	2,0	56,08
	32.224.780	Até 20 mil habitantes	470.381,3	520.019,4	522.801,0	501.596,9	568.862,0	13,4	9,3	0,6	17,65
	46.435.866	Capitais	2.404.693,4	2.514.240,6	2.443.846,0	2.388.677,9	2.589.243,0	8,4	4,4	1,8	55,76
	204.618.469	Brasil¹	7.799.112,3	8.168.185,0	8.116.972,9	8.036.629,8	8.679.632,3	8,0	6,9	1,6	42,42

Fonte: elaborado por Aegeus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ Não inclui Brasília.

Taxas | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Taxas	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1°	RJ	Rio de Janeiro	488.631.319,69	6.520.266	2°
2°	SP	São Paulo	331.803.834,08	12.106.920	1°
3°	MG	Belo Horizonte	309.876.852,06	2.523.794	5°
4°	BA	Salvador	253.136.764,27	2.953.986	3°
5°	PE	Recife	232.268.400,30	1.633.697	8°
6°	RS	Porto Alegre	162.131.563,63	1.484.941	9°
7°	SP	Campinas	138.678.139,57	1.182.429	13°
8°	PR	Curitiba	132.251.005,62	1.908.359	7°
9°	SP	São Bernardo do Campo	122.693.064,47	827.437	21°
10°	SP	Santo André	97.992.757,27	715.231	24°
11°	SC	Florianópolis	90.268.553,56	485.838	46°
12°	PA	Belém	87.364.974,00	1.452.275	11°
13°	SP	Santos	81.194.880,58	434.742	52°
14°	SP	Sorocaba	80.585.858,82	659.871	30°
15°	SP	Praia Grande	74.425.874,73	310.024	85°
16°	RN	Natal	67.444.052,81	885.180	18°
17°	SP	São Vicente	59.350.239,23	360.380	70°
18°	MG	Juiz de Fora	59.300.737,24	563.769	36°
19°	SP	Jundiaí	55.917.031,24	409.497	57°
20°	PR	Ponta Grossa	54.938.564,51	344.332	76°
21°	GO	Goiânia	54.391.206,17	1.466.105	10°
22°	SP	São Caetano do Sul	54.103.292,45	159.608	182°
23°	SC	Blumenau	50.029.403,49	348.513	73°
24°	ES	Vila Velha	49.259.070,49	486.388	45°
25°	RJ	Niterói	48.154.619,80	499.028	42°
26°	AL	Maceió	46.931.092,06	1.029.129	16°
27°	SP	Guarujá	46.397.413,54	315.563	84°
28°	SP	Presidente Prudente	43.207.128,41	225.271	129°
29°	RS	Caxias do Sul	42.886.059,96	483.377	47°
30°	GO	Aparecida de Goiânia	41.931.519,40	542.090	38°
31°	ES	Vitória	40.075.166,36	363.140	67°
32°	AM	Manaus	39.348.290,43	2.130.264	6°
33°	MS	Campo Grande	39.029.178,86	874.210	19°
34°	PR	Maringá	38.832.065,98	406.693	58°
35°	PR	Cascavel	37.505.171,30	319.608	83°
36°	RJ	São Gonçalo	37.230.024,89	1.049.826	15°
37°	MG	Uberlândia	36.210.216,22	676.613	29°
38°	PB	João Pessoa	34.665.082,51	811.598	22°
39°	SC	Chapecô	34.605.647,09	213.279	139°
40°	MG	Sete Lagoas	34.292.217,03	236.228	119°
41°	GO	Anápolis	34.152.153,14	375.142	65°
42°	MG	Contagem	33.040.119,39	658.580	31°
43°	MT	Cuiabá	32.664.431,41	590.118	34°
44°	PR	São José dos Pinhais	32.042.967,99	307.530	87°
45°	SP	São José	31.790.424,79	239.718	114°
46°	PR	Londrina	31.579.590,88	558.439	37°
47°	RO	Porto Velho	31.279.186,37	519.436	39°
48°	SP	Piracicaba	30.220.233,76	397.322	60°
49°	MG	Uberaba	29.897.065,89	328.272	82°
50°	SC	Palhoça	28.993.297,74	164.926	175°
51°	SE	Araçaju	28.077.217,59	650.106	32°
52°	RJ	Duque de Caxias	26.759.947,12	890.997	17°

Posição	UF	Município	Taxas	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53°	RJ	Nova Iguaçu	26.651.419,29	798.647	23°
54°	SP	Itanhaém	26.596.812,48	98.629	318°
55°	RS	Bagé	26.249.359,68	122.209	245°
56°	SP	Indaiatuba	25.236.042,98	239.602	115°
57°	SC	Criciúma	25.168.261,71	211.369	142°
58°	RS	Bento Gonçalves	24.901.997,55	115.069	272°
59°	SP	São Sebastião	24.601.315,24	85.538	368°
60°	SP	Guarulhos	24.267.673,70	1.349.113	12°
61°	PR	Foz do Iguaçu	24.239.646,33	264.044	106°
62°	RJ	Petrópolis	23.381.106,20	298.235	89°
63°	BA	Camaçari	22.851.049,93	296.893	90°
64°	PE	Jaboatão dos Guararapes	22.800.970,11	695.956	27°
65°	PE	Olinda	22.365.204,40	390.771	62°
66°	SP	Taboão da Serra	22.035.174,21	279.634	96°
67°	SP	Americana	21.691.737,89	233.868	123°
68°	SP	Araraquara	21.539.495,65	230.770	126°
69°	PE	Caruaru	21.210.884,30	356.128	71°
70°	SP	Valinhos	20.907.855,12	124.024	239°
71°	RS	Gravataí	19.583.034,70	275.146	98°
72°	ES	Serra	19.525.983,94	502.618	41°
73°	MG	Montes Claros	19.141.995,12	402.027	59°
74°	RS	Santa Maria	19.108.153,13	278.445	97°
75°	MG	Divinópolis	18.863.502,74	234.937	121°
76°	SP	Diadema	18.853.525,47	417.869	55°
77°	SP	Barueri	18.791.883,02	267.534	103°
78°	SP	São José dos Campos	18.765.882,15	703.219	25°
79°	SP	Ubatuba	18.703.487,89	88.313	359°
80°	RS	Canoas	18.363.786,87	343.853	77°
81°	SP	Limeira	18.071.609,83	300.911	88°
82°	PR	Arapongas	17.975.737,36	118.477	260°
83°	ES	Guarapari	16.898.928,61	123.166	240°
84°	MG	Governador Valadares	16.870.119,29	280.901	95°
85°	RS	Novo Hamburgo	16.764.546,26	249.508	111°
86°	TO	Palmas	16.576.825,79	286.787	94°
87°	RS	Pelotas	15.928.881,60	344.385	75°
88°	MA	São Luís	15.888.323,78	1.091.868	14°
89°	SC	Jaraguá do Sul	15.813.507,33	170.835	170°
90°	PR	Colombo	15.634.725,08	237.402	118°
91°	RJ	Campos dos Goytacazes	15.634.030,39	490.288	44°
92°	SP	Peruibe	15.559.406,70	66.572	491°
93°	SP	Santana de Parnaíba	15.405.478,02	131.887	219°
94°	RJ	Nova Friburgo	15.181.154,94	185.381	158°
95°	BA	Feira de Santana	15.031.042,27	627.477	33°
96°	RS	São Leopoldo	14.848.993,35	230.914	125°
97°	CE	Fortaleza	14.809.778,59	2.627.482	4°
98°	SC	Balneário Camboriú	14.632.817,67	135.268	214°
99°	PR	Paranaguá	14.308.275,62	152.975	191°
100°	MT	Várzea Grande	13.933.252,16	274.013	99°

	Total dos 100 maiores	5.131.999.646,63	73.911.042	..
	Total dos demais	3.547.632.638,72	130.707.427	..
	Total Brasil¹	8.679.632.285,35	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Taxas per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Taxas per capita	Taxas	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
1°	SC	Bombinhas	712,16	13.262.629,31	18.623	1906°
2°	MG	Tapira	521,94	2.427.019,48	4.650	4473°
3°	PR	Pontal do Paraná	398,62	10.122.236,05	25.393	1386°
4°	SP	São Caetano do Sul	338,98	54.103.292,45	159.608	182°
5°	SP	Ilhabela	317,14	10.577.842,08	33.354	1027°
6°	RS	Gramado	303,74	10.645.065,51	35.047	957°
7°	RS	Monte Belo do Sul	300,37	807.692,56	2.689	5236°
8°	SP	São Sebastião	287,61	24.601.315,24	85.538	368°
9°	SC	São João do Oeste	287,09	1.811.255,06	6.309	3911°
10°	PR	Guaratuba	285,52	10.274.862,04	35.986	935°
11°	SC	Gravatá	272,52	3.105.102,96	11.394	2834°
12°	SP	Itanhaém	269,67	26.596.812,48	98.629	318°
13°	RS	Arroio do Sal	252,09	2.281.440,31	9.050	3254°
14°	GO	Rio Quente	249,43	1.025.635,66	4.112	4675°
15°	SP	Praia Grande	240,06	74.425.874,73	310.024	85°
16°	MG	Rio Doce	239,14	627.251,29	2.623	5253°
17°	SP	Aparecida	237,00	8.598.211,29	36.279	924°
18°	SP	Peruibe	233,72	15.559.406,70	66.572	491°
19°	SP	Mongaguá	232,48	12.613.652,12	54.257	610°
20°	RN	Serra do Mel	229,00	2.710.949,39	11.838	2743°
21°	RS	Santa Tereza	227,84	405.563,08	1.780	5506°
22°	MG	Comendador Gomes	226,58	711.014,70	3.138	5054°
23°	RS	Imbé	216,69	4.459.070,23	20.578	1718°
24°	RS	Bento Gonçalves	216,41	24.901.997,55	115.069	272°
25°	RS	Bagé	214,79	26.249.359,68	122.209	245°
26°	MS	Bonito	213,08	4.577.656,04	21.483	1635°
27°	SP	Ubatuba	211,79	18.703.487,89	88.313	359°
28°	RS	Chiapetta	204,62	823.809,40	4.026	4716°
29°	SC	Porto Belo	195,34	3.964.148,69	20.294	1743°
30°	SP	Presidente Prudente	191,80	43.207.128,41	225.271	129°
31°	RS	Balneário Pinhal	186,90	2.368.264,02	12.671	2617°
32°	SP	Santos	186,77	81.194.880,58	434.742	52°
33°	PR	Santana do Itararé	186,72	975.068,40	5.222	4259°
34°	SC	Florianópolis	185,80	90.268.553,56	485.838	46°
35°	SC	Garopaba	183,00	4.041.027,07	22.082	1587°
36°	SC	Palhoça	175,80	28.993.297,74	164.926	175°
37°	SP	Boituva	174,98	10.132.869,95	57.910	563°
38°	SC	Camboriú	169,43	13.339.526,64	78.731	411°
39°	SP	Valinhos	168,58	20.907.855,12	124.024	239°
40°	GO	Ceres	164,80	3.651.197,25	22.155	1581°
41°	SP	São Vicente	164,69	59.350.239,23	360.380	70°
42°	RS	Torres	164,49	6.179.069,89	37.564	902°
43°	SC	Chapecó	162,26	34.605.647,09	213.279	139°
44°	SC	Joaçaba	162,05	4.797.965,76	29.608	1171°
45°	PR	Ponta Grossa	159,55	54.938.564,51	344.332	76°
46°	PR	Sertaneja	154,65	871.125,56	5.633	4134°
47°	PR	Arapongas	151,72	17.975.737,36	118.477	260°
48°	RS	Canela	150,69	6.488.912,37	43.062	765°
49°	SP	Águas de Lindóia	149,09	2.759.529,66	18.509	1915°
50°	SP	São Bernardo do Campo	148,28	122.693.064,47	827.437	21°
51°	RN	Parazinho	148,27	779.603,50	5.258	4247°
52°	SP	Guarujá	147,03	46.397.413,54	315.563	84°

Posição	UF	Município	Taxas per capita	Taxas	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
53°	RS	Nova Petrópolis	145,22	3.002.519,27	20.675	1707°
54°	MG	Sete Lagoas	145,17	34.292.217,03	236.228	119°
55°	GO	Matrinchã	145,15	651.703,66	4.490	4535°
56°	SC	Blumenau	143,55	50.029.403,49	348.513	73°
57°	PE	Recife	142,17	232.268.400,30	1.633.697	8°
58°	MG	Nova Lima	141,88	13.078.211,82	92.178	343°
59°	MG	Oliveira	140,86	5.903.072,47	41.907	790°
60°	SP	Cedral	138,69	1.244.195,90	8.971	3269°
61°	SP	Jaguariúna	137,27	7.440.593,34	54.204	611°
62°	ES	Guarapari	137,20	16.898.928,61	123.166	240°
63°	SP	Santo André	137,01	97.992.757,27	715.231	24°
64°	SP	Jundiaí	136,55	55.917.031,24	409.497	57°
65°	SC	Balneário Piçarras	135,21	2.959.043,19	21.884	1599°
66°	SP	Vinhedo	135,13	10.152.367,52	75.129	430°
67°	CE	Jijoca de Jericoacoara	135,05	2.634.757,36	19.510	1815°
68°	SP	Saltinho	134,86	1.081.474,43	8.019	3462°
69°	RJ	Mangaratiba	134,60	5.709.175,19	42.415	777°
70°	PA	Benevides	134,26	8.188.238,52	60.990	536°
71°	PR	Entre Rios do Oeste	132,73	584.806,59	4.406	4567°
72°	SC	São José	132,62	31.790.424,79	239.718	114°
73°	RS	Garibaldi	130,68	4.394.104,40	33.624	1017°
74°	MG	Jeceaba	130,44	679.444,46	5.209	4264°
75°	SP	Guataporá	129,53	977.433,20	7.546	3585°
76°	MG	Monte Sião	129,38	3.033.146,03	23.444	1509°
77°	GO	Panamá	129,19	350.351,39	2.712	5223°
78°	SC	Tijucas	128,69	4.752.727,31	36.931	911°
79°	GO	Cidade Ocidental	127,59	8.520.215,06	66.777	490°
80°	PR	Palotina	127,15	3.988.286,62	31.366	1110°
81°	PR	Ivaiporã	127,11	4.158.961,25	32.720	1054°
82°	SP	Bertioga	126,40	7.495.100,15	59.297	546°
83°	SP	Serra Negra	126,13	3.625.106,31	28.742	1197°
84°	SC	Pomerode	124,92	4.039.038,29	32.334	1072°
85°	SC	Gaspar	123,64	8.332.205,29	67.392	483°
86°	SC	Santo Amaro da Imperatriz	123,15	2.784.318,91	22.609	1556°
87°	MG	Belo Horizonte	122,78	309.876.852,06	2.523.794	5°
88°	SC	Laguna	122,48	5.549.738,75	45.311	729°
89°	SP	Sorocaba	122,12	80.585.858,82	659.871	30°
90°	SC	Criciúma	119,07	25.168.261,71	211.369	142°
91°	SP	Tupã	118,64	7.801.500,07	65.758	497°
92°	RS	Erechim	118,32	12.238.731,75	103.437	297°
93°	SC	Massaranduba	118,13	1.943.796,82	16.455	2136°
94°	SC	Rio do Sul	117,87	8.155.121,31	69.188	466°
95°	SC	Araquari	117,79	4.154.343,95	35.268	947°
96°	SC	Turvo	117,58	1.498.732,84	12.746	2608°
97°	PR	Cascavel	117,35	37.505.171,30	319.608	83°
98°	BA	Gentio do Ouro	117,32	1.365.503,53	11.639	2783°
99°	SP	Campinas	117,28	138.678.139,57	1.182.429	13°
100°	PR	Nova Esperança	117,02	3.286.420,42	28.084	1243°

		Total dos 100 maiores	151,04	2.304.648.129,21	15.258.027	..
		Total dos demais	33,67	6.374.984.156,14	189.360.442	..
		Total Brasil¹	42,42	8.679.632.285,35	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

Pitch Sabesp seleciona projetos de inovação tecnológica

Pessoas físicas, startups e empresas concorrem a prêmios de até R\$ 150 mil e a três viagens para o festival SXSW, nos Estados Unidos

Aprimorar a prestação de serviços e inovar sempre foram preceitos básicos para a Sabesp em seus 45 anos de existência. Neste século 21, a Companhia mantém a vanguarda no setor de saneamento no Brasil e utilizará toda a tecnologia disponível para enfrentar os desafios exis-

tentes, com soluções modernas e tecnológicas. Este é o espírito principal do Programa Pitch Sabesp, que busca soluções eficientes para cinco áreas vitais de atuação nos municípios paulistas. Uma iniciativa que tem como principal objetivo prestar serviços cada vez mais eficientes, geran-



do benefícios para a população e para os municípios onde a empresa atua.

O Pitch Sabesp é um concurso aberto a pessoas físicas ou empresas brasileiras e internacionais, incluindo startups, para propor soluções diferentes aos desafios enfrentados pela companhia. Uma grande cerimônia aberta ao público, que será realizada em São Paulo no dia 11 de dezembro, é a grande oportunidade para se conhecer as propostas de destaque. Os empreendedores deverão fazer uma apresentação e mostrar sua eficiência para o setor de saneamento básico. A lista de finalistas será divulgada no dia 5 de dezembro.

No evento, cada participante terá a oportunidade de explicar a solução inscrita e responder aos questionamentos da banca examinadora multidisciplinar, composta por profissionais especialistas em saneamento, em tecnologia e inovação e também nas diferentes áreas do conhecimento abordadas nos desafios propostos.

Numa etapa sequente, os projetos selecionados serão testados na prática dentro da empresa por meio de um termo de cooperação. É uma grande oportunidade de negócio e reconhecimento para os participantes. Os selecionados poderão trabalhar em uma das maiores e melhores empresas de saneamento básico do mundo, testando suas próprias ideias, além de garantir uma certificação e um atestado técnico para poder participar de licitações públicas.

Mais ainda, os vencedores concorrem a prêmios. As cinco melhores soluções inovadoras de startups vão receber incentivo de até R\$ 150 mil cada uma para a etapa piloto, a serem utilizados nos testes de soluções. O prêmio prevê também três viagens para o South

by Southwest (SXSW), nos Estados Unidos, festival que é referência mundial em tecnologia, inovação e economia criativa. As viagens premiarão as propostas feitas por pessoas físicas.

Nesta 1ª edição do Pitch Sabesp são colocados 27 desafios para cinco áreas:

- Experiência dos clientes;
- Redução de perdas;
- Tecnologias para o saneamento;
- Eficiência operacional e energética;
- Gestão corporativa.

Os projetos inscritos passam pela avaliação de Comissões de Análise. Serão 30 os projetos classificados como as melhores soluções inovadoras, levando

em consideração os seguintes critérios:

- Solução - aderência da solução apresentada com

o desafio proposto e atendimento aos benefícios esperados; inovação, criatividade e singularidade da proposta;

- Maturidade - estágio de desenvolvimento do interessado;
- Modelo de negócio - viabilidade técnica de implementação da solução, capacidade de ser implementada em grande escala, modelo de monetização da solução;
- Equipe - experiência profissional e acadêmica e complementariedade técnica do grupo.

A realização do Pitch Sabesp conta com o apoio da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes), Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental (Aidis), Instituto Trata Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Todas instituições reconhecidas internacionalmente por sua ativa e fundamental atuação no setor de saneamento.



Cosip sustenta modernização da iluminação

São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza são os três maiores arrecadadores de Cosip há pelo menos três anos. Em 2017, quedas na Cosip de São Paulo, Campo Grande, Fortaleza e Curitiba afetaram o desempenho do total dos municípios.

Desempenho

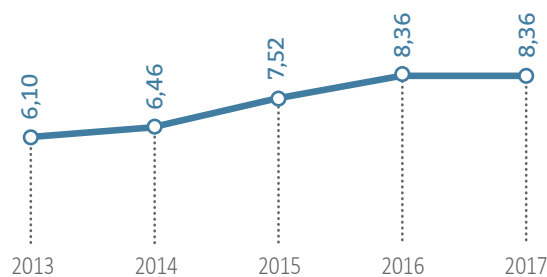
A Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip) foi instituída pela Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Em 2015, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 73% dos municípios cobraram a contribuição naquele ano.

É possível analisar os dados de arrecadação da Cosip pelos municípios a partir de 2013, quando passou a ser discriminada no plano de contas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Apesar de ocorrerem casos de municípios que contabilizam inadequadamente a Cosip em itens como taxas, contribuições de melhoria ou até como Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide), o anuário **Multi Cidades** reconstituiu a evolução do valor recolhido por meio da contribuição ao longo dos anos 2013-2017.

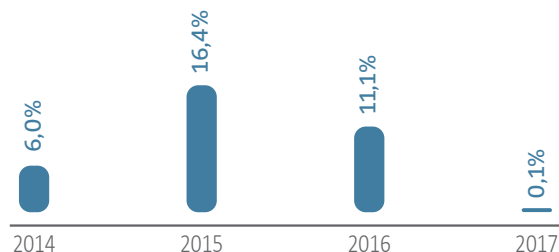
Após dois anos de forte expansão, com variações de 16,4% (2015) e 11,1% (2016), a arrecadação estimada para 2017, de R\$ 8,36 bilhões, reproduziu o mesmo patamar do ano anterior, em valores corrigidos pela inflação

medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2017. Essa estabilidade deve-se, em grande parte, à queda de arrecadação em alguns dos principais municípios recolhedores. Em São Paulo, por exemplo, a retração de 14,3% fez o município deixar de arrecadar R\$ 79,2 milhões, entre 2016 e 2017. A segunda maior redução foi em Campo Grande, de R\$ 26,6 milhões, seguido por Fortaleza, com R\$ -12,9 milhões, e Curitiba, com R\$ -12 milhões. Excluídas essas quatro capitais, o total da Cosip teria tido um aumento real de 1,8%. Mesmo assim, o desempenho nacional foi bem inferior às taxas prevalecentes nos dois anos anteriores.

Arrecadação estimada da Cosip em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Taxa de crescimento da Cosip em relação ao ano anterior



A tabela na página seguinte mostra as 25 maiores arrecadações para a manutenção dos serviços de iluminação pública no Brasil, em 2017, dentre aqueles que recolheram a contribuição regularmente e a contabilizaram corretamente desde 2015. Nota-se que São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza mantiveram suas posições dentre as três maiores arrecadações desde 2015 e que a receita de Manaus ultrapassou a de Belo Horizonte a partir de 2016, subindo a capital amazonense para a quarta colocação. O total arrecadado por esse grupo de 25 municípios chegou a R\$ 2,5 bilhões, em 2017, valor que representou cerca de 30% do total recolhido pelas cidades brasileiras de acordo com as estimativas desta publicação.

De fato, os grandes municípios concentram a maior parte da arrecadação da Cosip no Brasil. Enquanto as cidades com mais de 200 mil habitantes, que possuem 45% da população do país, recolheram 54,6% do total da Cosip em 2017, aquelas com menos de 50 mil, que abrangem 32% da população, participaram com 22,5% do total. A concentração nos municípios maiores deve-se ao fato de eles possuírem uma base de arrecadação maior. Aliado a isso, nota-se que o potencial da Cosip ainda não é totalmente aproveitado naqueles de pequeno e médio porte, uma vez que em muitos a Cosip ainda não foi implantada.

Nota sobre os dados

Apesar de a Cosip ter sido instituída em 2002 pela Emenda Constitucional nº 39, os municípios só contaram com um campo específico para sua contabilização no Plano de Contas a partir de 2011, com a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 1, de 2010, que criou a natureza de receita “1230.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública”. Entretanto, o campo específico para a Cosip só apareceu no formulário para declaração dos dados do balanço da STN em 2013. Ainda assim, até hoje, muitos municípios ainda fazem a sua contabilização, inadequadamente, em outros campos do plano de contas.

Para contornar tais lacunas, foi necessário considerar os valores registrados como Cide e fazer uma série de estimativas. Dessa forma, as informações relativas à arrecadação da Cosip aqui apresentadas possuem algumas limitações, porém apresentam valores próximos da realidade.

A adaptação completa por parte dos municípios para uma correta contabilização da Cosip deverá acontecer com o tempo, o que permitirá constituir uma base de dados e uma série histórica mais ampla e mais fidedigna, proporcionando, assim, melhores condições de análises a cada nova edição de **Multi Cidades**.

As 25 maiores arrecadações de Cosip - 2017

Posição	População 2017	Município	2015	2016	2017	Variação 2016/2017	Cosip per capita 2017
			em R\$ milhões - IPCA médio de 2017				
1º	12.106.920	São Paulo	352,61	554,43	475,23	-14,3%	39,25
2º	6.520.266	Rio de Janeiro	274,15	265,12	268,08	1,1%	41,11
3º	2.627.482	Fortaleza	203,60	201,97	189,05	-6,4%	71,95
4º	2.130.264	Manaus	122,59	157,28	152,07	-3,3%	71,38
5º	2.523.794	Belo Horizonte	136,39	133,03	133,87	0,6%	53,04
6º	1.452.275	Belém	112,95	108,47	113,68	4,8%	78,28
7º	1.908.359	Curitiba	96,77	115,01	103,03	-10,4%	53,99
8º	2.953.986	Salvador	103,10	103,56	101,68	-1,8%	34,42
9º	1.633.697	Recife	78,37	82,27	89,04	8,2%	54,50
10º	1.466.105	Goiânia	54,71	74,90	73,66	-1,7%	50,24
11º	1.029.129	Maceió	72,14	72,93	68,84	-5,6%	66,89
12º	1.091.868	São Luís	79,14	71,14	68,10	-4,3%	62,37
13º	798.647	Nova Iguaçu	18,58	72,77	65,78	-9,6%	82,36
14º	715.231	Santo André	56,68	53,70	64,29	19,7%	89,89
15º	874.210	Campo Grande	63,80	86,76	60,17	-30,6%	68,83
16º	1.484.941	Porto Alegre	52,20	53,93	54,99	2,0%	37,03
17º	890.997	Duque de Caxias	34,40	38,96	50,07	28,5%	56,19
18º	885.180	Natal	38,80	48,92	49,83	1,9%	56,29
19º	850.198	Teresina	40,15	40,88	49,59	21,3%	58,33
20º	1.182.429	Campinas	33,54	45,67	48,91	7,1%	41,37
21º	1.349.113	Guarulhos	7,85	56,26	47,64	-15,3%	35,31
22º	676.613	Uberlândia	46,09	44,39	44,25	-0,3%	65,39
23º	590.118	Cuiabá	44,30	44,06	43,67	-0,9%	74,00
24º	695.956	Jaboatão dos Guararapes	40,12	40,53	42,39	4,6%	60,92
25º	658.580	Contagem	42,77	40,79	40,83	0,1%	61,99
	49.096.358	Total dos 25 maiores	2.205,79	2.607,73	2.498,74	-4,2%	78,74

Arrecadação da Cosip nos municípios por faixa populacional - 2017

Municípios por faixa populacional	Cosip	Participação no total
	em R\$ milhões	
Até 50 mil habitantes	1.882,50	22,5%
De 50 a 100 mil hab.	971,65	11,6%
De 100 a 200 mil hab.	945,26	11,3%
Acima de 200 mil hab.	4.560,80	54,6%
Total dos municípios	8.360,22	100,0%

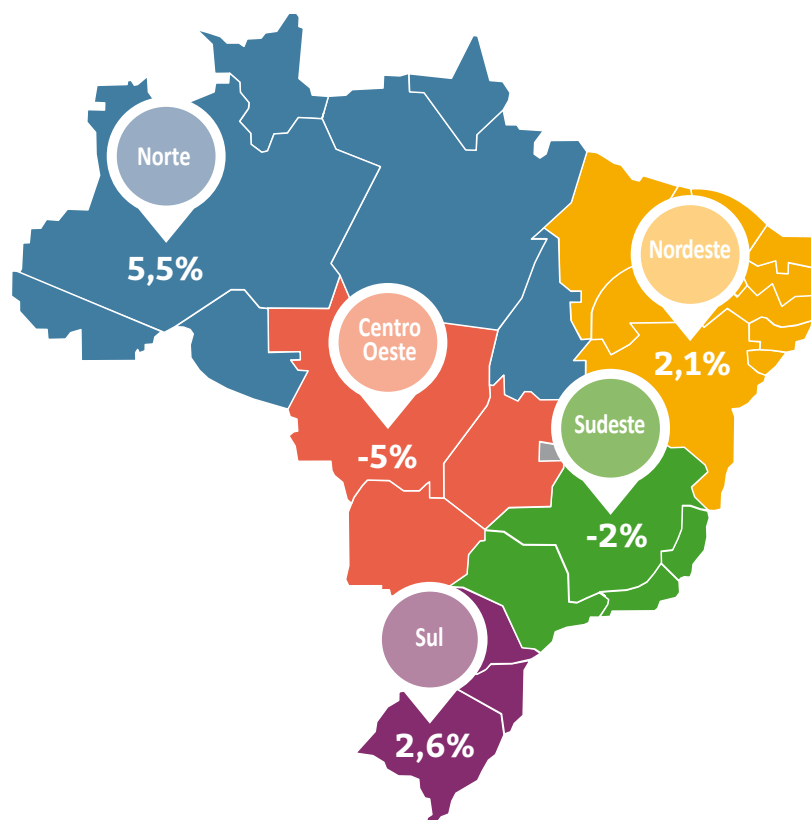
Analisando-se o desempenho por região verifica-se que no Norte, com expansão de 5,5%, Nordeste, com 2,1%, e Sul, com 2,6%, as receitas de Cosip continuaram aumentando em 2017, apenas diminuindo o ritmo do crescimento em relação ao período anterior, quando as variações foram de 5,9%, 3,5% e 8,4%, respectivamente.

No Centro-Oeste, após um forte aumento de 20,8% em 2016, houve um recuo de 5%, em 2017. Em 2016, as capitais Campo Grande e Goiânia haviam registrado uma receita adicional de pouco mais de R\$ 20 milhões em Cosip, cada uma, e influenciaram o desempenho positivo da região. Em 2017, a variação negativa foi resultado, em grande parte, do recuo de 30,6% na Cosip de Campo Grande, onde a cobrança foi suspensa de julho de 2016 a janeiro de 2017 pela Câmara Municipal. Após a suspensão, o município recorreu à Justiça, que por sua vez determinou o retorno da cobrança com efeitos retroativos. Porém, em julho de 2017, um desembargador do Tribunal de Justiça suspendeu a cobrança retroativa da Cosip, atendendo ao pedido do Ministério Público Estadual.

Já no Sudeste, a receita de Cosip permaneceu estável no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, como mostra a tabela da página anterior. A influência para a queda veio de São Paulo. Na capital paulista, o crescimento da Cosip em 2016 foi causado pelos

aumentos na tarifa de energia elétrica, uma vez que a contribuição é reajustada anualmente pelo mesmo índice utilizado para o reajuste da tarifa de energia elétrica (média dos aumentos ordinários e extraordinários das tarifas de energia, incluindo valores referentes a bandeiras tarifárias). Assim, os aumentos na tarifa da energia elétrica, devido à crise hídrica vivida pelo Estado de São Paulo, impactaram na Cosip. Em 2017, como houve redução na tarifa de energia, reduziu-se também o valor cobrado pela Cosip. A queda na tarifa da Cosip foi de 17,5%, o que explica, em grande parte, a redução de 14,3% da receita com a contribuição no mesmo ano, causando um recuo de R\$ 79,2 milhões.

Taxa de crescimento da Cosip por região - 2017/2016



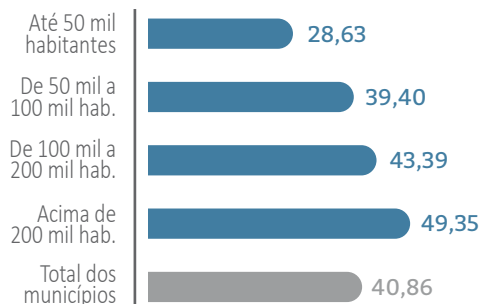
Arrecadação per capita

Em 2017, a arrecadação da Cosip por habitante no Brasil foi de R\$ 40,86. O gráfico ao lado mostra, claramente, como o indicador aumenta conforme cresce o tamanho populacional dos municípios. O menor valor, de R\$ 28,63, pertence ao conjunto dos municípios com população abaixo de 50 mil habitantes, chegando a R\$ 49,35, para aqueles com mais de 200 mil.

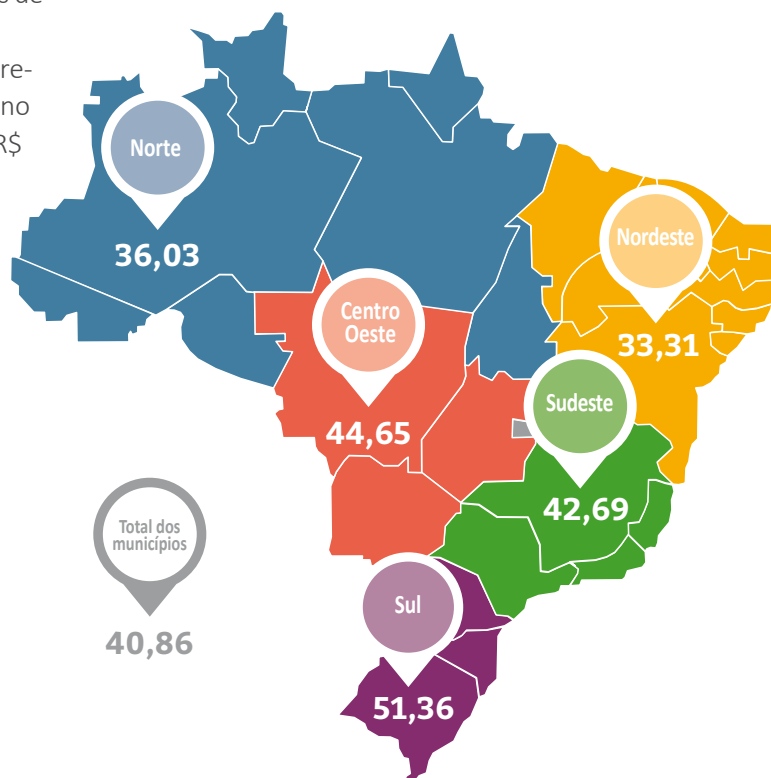
Tais dados da receita de Cosip per capita corroboram os resultados da já citada pesquisa do IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, que aponta que 90% dos municípios que declararam não cobrar a contribuição em 2015 possuem menos de 50 mil habitantes.

Já a arrecadação per capita por região mostra os menores valores no Nordeste (R\$ 33,31) e no Norte (R\$ 36,03). O Sul registrou a maior arrecadação per capita, de R\$ 51,36, enquanto que o Centro-Oeste (R\$ 44,65) e o Sudeste (R\$ 42,69) ocupam posições intermediárias.

Cosip per capita por faixa populacional - 2017 em R\$ - IPCA médio de 2017



Cosip per capita por região - 2017 em R\$ - IPCA médio de 2017



Como funciona a Cosip

A cobrança para o custeio do serviço de iluminação prestado pelas concessionárias de energia elétrica teve início nas últimas décadas do século passado. Inicialmente realizado por meio de taxas, o procedimento foi contestado e proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Súmula 670 de 2003, convertida na Súmula Vinculante 41. A decisão obrigou o Congresso Nacional a antecipar a discussão e a deliberação da Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002, que autorizou a instituição da Cosip pelos municípios e pelo Distrito Federal.

A mudança legal foi necessária, uma vez que as taxas só devem ser utilizadas para o financiamento de serviços públicos que efetivamente ou potencialmente sejam utilizados por contribuinte específico e de modo divisível. No caso da iluminação pública, o serviço é compartilhado por toda a sociedade e, portanto, não caberia a cobrança por meio de taxas.

Desde a Emenda Constitucional, a Cosip passou a ser cada vez mais presente nos municípios brasileiros e sua arrecadação foi impulsionada pela Resolução Normativa nº 414/2010, modificada pela RN nº 587/2013, ambas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que obrigou as concessionárias a transferirem os ativos de iluminação (luminárias, lâmpadas, relés e reatores) para as prefeituras até o

fim de 2014 e delegou a elas a responsabilidade pela prestação do serviço.

Pela Constituição Federal é facultada a cobrança da contribuição na conta de energia elétrica, conforme dispõe o artigo 149. O valor recolhido deve ser repassado ao tesouro municipal mediante ajuste envolvendo a empresa distribuidora de energia e o poder público local. Esse valor é vinculado à prestação do serviço de iluminação pública e não pode ser utilizado para outros fins. Em alguns municípios, a contribuição pode estar sendo cobrada junto com o IPTU. Em ambos os casos, o valor da Cosip deve estar destacado.

O montante a ser arrecadado pelo ente municipal deve cobrir total ou parcialmente o custeio da iluminação pública, que passa pela reposição dos equipamentos até a despesa com o consumo energético. Ainda não existe um consenso sobre a legalidade de se utilizar ou não os recursos para a expansão do sistema de iluminação pública.

É facultada à legislação municipal a definição do valor da Cosip, sua base de cálculo e as alíquotas, o que resulta em modelos diferentes de apuração. Há casos de municípios que utilizam o consumo de energia como base de cálculo, instituindo alíquotas diferenciadas segundo o tipo de uso dos imóveis e a faixa de consumo ou a metragem frontal do terreno, a sua localização, entre outras formas.

Cidades inteligentes e sustentáveis

A Resolução Normativa nº 414, de 4 de setembro de 2010 da Aneel, marcou o início do processo de transferência dos ativos da iluminação pública das distribuidoras de energia elétrica para os municípios. Desde então, as cidades ficaram responsáveis pela manutenção, expansão e modernização dos seus sistemas de iluminação pública, o que envolve, inclusive, a adoção de tecnologias de maior eficiência energética e a preparação das bases para sistemas de cidades inteligentes. Segundo a Agência, 94% dos municípios brasileiros já possuem, atualmente, a gestão dos ativos da iluminação pública.

Comparado a 2014, primeiro ano da mudança, a receita com a Cosip de 2017 cresceu 29,4%, alcançando R\$ 8,36 bilhões. Ressalte-se que em 2016 a arrecadação da Cosip chegou a superar a das taxas municipais (veja edição anterior de **Multi Cidades**). Assim, superado o desafio inicial da transferência dos ativos de iluminação pública instituída pela Aneel e tendo a Cosip se estabelecido como uma fonte de recursos importante para que os municípios exerçam a gestão e o controle dos ativos, vários deles passaram a associar a estratégia de desenvolvimento de cidades inteligentes e sustentáveis à modernização de seus parques de iluminação pública.

Em Maceió, por exemplo, com a edição da Lei Municipal nº 6.293/2013 a receita da Cosip deu um forte salto a partir de 2014, alcançando a cifra de R\$ 68,8 milhões, em 2017. O acréscimo de recursos possibilitou que em quatro anos o parque de iluminação da cidade fosse renovado com a substituição de mais de 25 mil luminárias e a

instalação de outras 18 mil em locais onde não existia iluminação, elevando o total de luminárias de 55 mil para 73 mil. Ao mesmo tempo, a gestão do sistema foi aperfeiçoado e o número de manutenções passou de 500 para mais de 3 mil por mês.

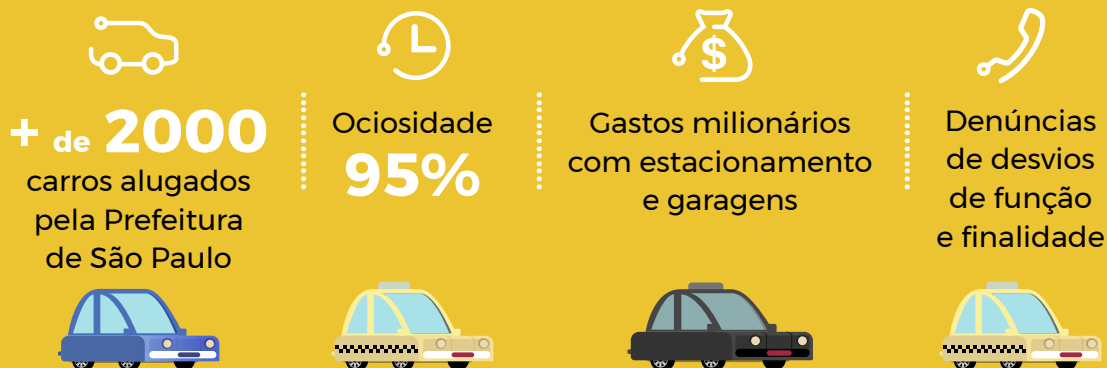
Em São Paulo, junto com a criação da Cosip em 2002, foi criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública (Fundip) e, em 2015, o Decreto nº 56.751 promoveu os aprimoramentos necessários na cobrança da contribuição, resultando em aumento em sua arrecadação já em 2016. Em 2018, tem início a PPP da iluminação pública paulistana na modalidade de concessão administrativa pelo prazo de 20 anos, com valor do contrato de R\$ 7 bilhões, cujos objetivos são o de promover a modernização, a otimização, a expansão, a operação, a manutenção e o controle remoto em tempo real da infraestrutura da rede de iluminação pública. Em 2017, a receita da Cosip da capital foi de R\$ 475,2 milhões e seu parque de iluminação conta com 618 mil lâmpadas.

Em Campinas, a receita da contribuição, que foi de R\$ 48,9 milhões em 2017, tem superado as despesas com iluminação, o que motivou o município a adotar a Desvinculação de Receitas Municipais (DRM) através do Decreto nº 19.875 de 15 de maio de 2018, que desvincula 30% da receita de impostos, taxas, multas e outras receitas correntes até o ano de 2023. Em Belém, a prefeitura ainda fará os aprimoramentos em seu modelo de arrecadação, porém, do total recolhido em 2017, de R\$ 113,7 milhões, 20% foram destinados a investimentos no parque de iluminação da cidade.

99

VENCEU A MAIOR LICITAÇÃO DO BRASIL PARA SUBSTITUIÇÃO DE FROTA PRÓPRIA E PARTICULAR POR APLICATIVOS

ANTES FROTA DE CARROS + CONTRATAÇÃO DE MOTORISTAS



AGORA



Dúvidas, escreva para:
99gov@99app.com

Municípios têm R\$ 420 bilhões de estoque na dívida ativa

Municípios arrecadaram R\$ 1,96 para cada cem reais inscritos em dívida ativa, em 2017. Diante do baixo índice de resgate e das dificuldades de cobrança pelas vias administrativa e judicial, os municípios têm buscado alternativas para alcançar os contribuintes em débito com o fisco.

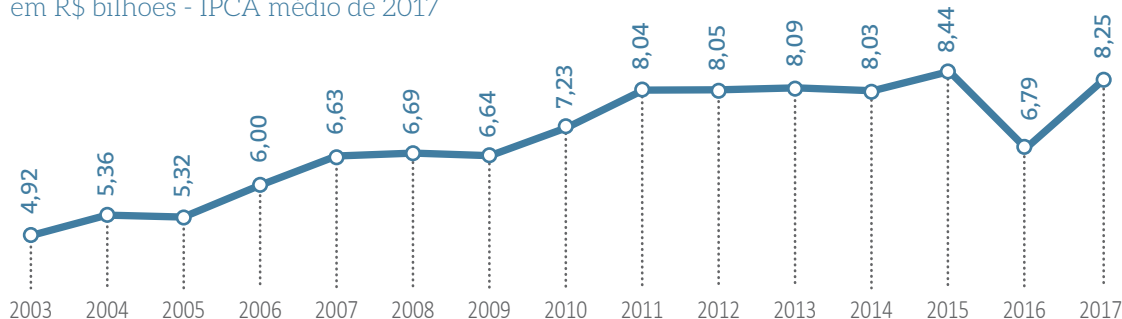
Receita e estoque da dívida

Após uma escalada que perdurou até 2011, a receita anual que os municípios obtiveram dos créditos provenientes da dívida ativa estabilizou-se pouco acima de R\$ 8 bilhões até 2015. O valor global em 2015, de R\$ 8,44 bilhões, acima do padrão que vinha ocorrendo nos últimos quatro anos, foi influenciado pela receita de R\$ 1,45 bilhão do município de São Paulo, que no ano anterior havia sido de R\$ 910,9 milhões. Excluída a capital paulista, o valor praticamente seria o mesmo do ano anterior.

A receita da dívida ativa sentiu os reflexos da aguda crise econômica em 2016, quando recuou para R\$ 6,79 bilhões. Premidos pela crise, muitos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas optaram pela não quitação de seus débitos junto às fazendas municipais. Em 2017, entretanto, a receita proveniente dos débitos municipais voltou a subir e atingiu a cifra de R\$ 8,25 bilhões, valor que correspondeu a 1,5% da receita corrente municipal.

Receita proveniente da dívida ativa

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



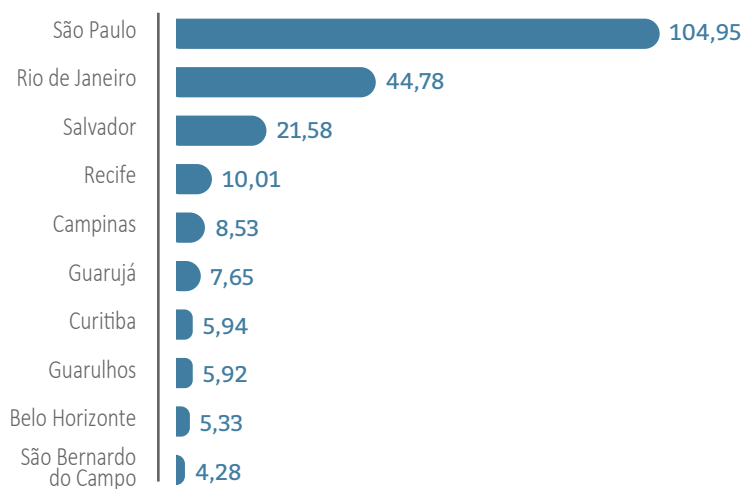
A dívida ativa é formada por um conjunto de débitos constituídos por pessoas físicas e jurídicas com o poder público, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final em processo regular. Portanto, a receita da dívida ativa corresponde ao recebimento desses créditos que os governos detêm contra terceiros.

Com base numa amostra de quase três quartos dos municípios brasileiros é possível estimar que, **ao final de 2017, os governos municipais detinham um estoque de créditos contra terceiros da ordem de R\$ 420,54 bilhões¹**, valor que corresponde a três quartos de toda a receita corrente que os municípios movimentaram em 2017. Desse total, um quarto (R\$ 104,95 bilhões) pertence ao município de São Paulo. Em seguida, aparecem Rio de Janeiro (R\$ 44,78 bilhões), Salvador (R\$ 21,58 bilhões), Recife (R\$ 10,01 bilhões), Campinas (R\$ 8,53 bilhões), Guarujá (R\$ 7,65 bilhões), Curitiba (R\$ 5,94 bilhões), Guarulhos (R\$ 5,92 bilhões), Belo Horizonte (R\$ 5,33 bilhões) e São Bernardo do Campo (R\$ 4,28 bilhões).

1. O valor estimado do estoque da dívida ativa não considera os ajustes de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos de longo prazo, por inadimplência de terceiros e outras.

Os 10 municípios com os maiores estoques da dívida ativa - 2017

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017

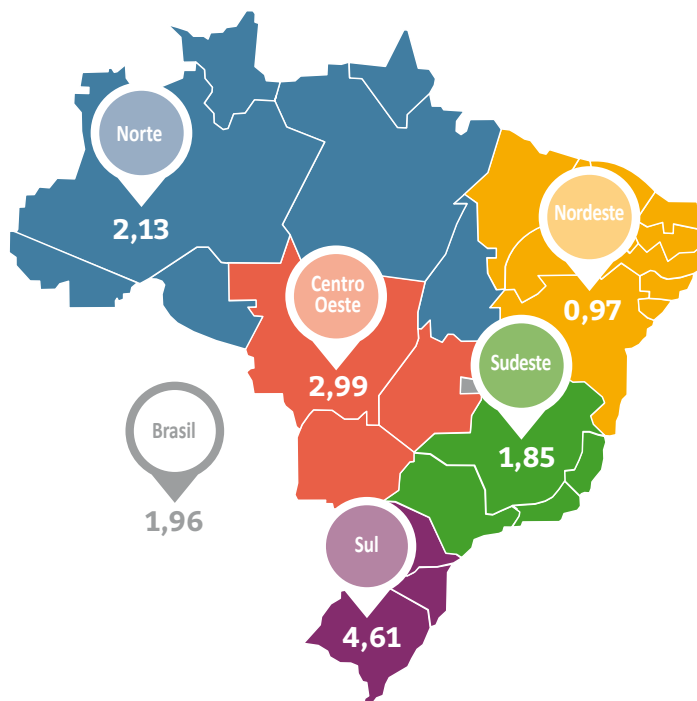


Indicador de resgate da dívida ativa

Quando dividimos a receita total de dívida ativa dos municípios brasileiros (R\$ 8,25 bilhões) pelo estoque total da dívida ativa (R\$ 420,54 bilhões) e multiplicamos esse resultado por cem, observamos que para cada cem reais de débitos inscritos em dívida ativa os governos municipais conseguiram resgatar R\$ 1,96 no exercício de 2017. Esse indicador de resgate da dívida ativa municipal tende a ser maior nas pequenas cidades e na região Sul do Brasil onde, em média, os municípios com menos de 20 mil habitantes alcançaram seu maior valor, de R\$ 6,88. Na média, o indicador é de R\$ 4,61 entre os municípios do Sul, seguidos pelos do Centro-Oeste (R\$ 2,99), Norte (R\$ 2,13), Sudeste (R\$ 1,85) e finalmente pelos do Nordeste (R\$ 0,97).

Indicador de resgate por região - 2017

em R\$ para cada R\$ 100 em débitos inscritos em dívida ativa



De um modo geral, as pequenas cidades tendem a ter um indicador de resgate maior que os grandes centros. Enquanto os municípios com mais de 500 mil habitantes arrecadaram, em 2017, R\$ 1,38 para cada cem reais de débitos inscritos em dívida ativa, naqueles com menos de 20 mil habitantes o indicador foi quase três vezes maior, de R\$ 3,77.

Nota

Muitos municípios não contabilizam adequadamente a dívida ativa, tanto no que se refere à inscrição quanto à baixa. Assim, alguns podem apresentar um alto percentual de receita da dívida ativa em relação ao seu estoque e, no entanto, isso pode não estar indicando que realizaram um grande esforço para recuperar seus créditos, mas, sim, que o estoque da dívida está subestimado em virtude da não inscrição dos contribuintes em dívida ativa. O contrário também pode acontecer, com estoques inflados por dívidas já prescritas, fazendo com que o indicador de resgate seja mais baixo que o real.

Apesar dessa limitação, o indicador de resgate da dívida oferece uma ótima aproximação da realidade e é o único meio que permite aos municípios avaliar e comparar os esforços que vêm realizando a fim de recuperar seus créditos junto a terceiros. A elaboração desse indicador por **Multi Cidades** e sua publicação tem como objetivo contribuir para o aprimoramento da administração da dívida ativa.

À primeira vista, esses números poderiam sugerir que as pequenas cidades brasileiras contam com melhor sistema de cobrança de suas dívidas ativas e que são mais empenhadas em cobrar os contribuintes inadimplentes. Porém, não é exatamente isso o que ocorre. A causa da menor taxa de resgate nos maiores municípios reside, na verdade, no fato deles possuírem o maior valor médio de débitos por contribuinte.

Na ausência do número de contribuintes inscritos em dívida ativa por município utilizamos, para efeito de análise comparativa, o indicador do tamanho médio da dívida ativa por habitante. Numa cidade brasileira com até 20 mil habitantes, o valor médio per capita dos débitos, ao final de 2017, era de R\$ 306,94. Já entre os municípios com mais de 500 mil habitantes esse valor foi de R\$ 4.531,64, ou seja, quase quinze vezes maior.

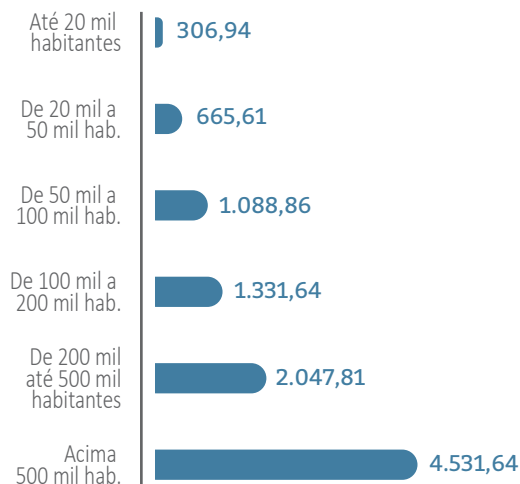
Indicador de resgate por porte populacional - 2017

em R\$ para cada R\$ 100 em débitos inscritos em dívida ativa



Dívida ativa per capita por porte populacional - 2017

em R\$ - IPCA médio de 2017



Observa-se que nos pequenos municípios onde é menor o tamanho médio dos débitos é maior o indicador de resgate. Por outro lado, nos grandes centros onde é maior o tamanho médio dos débitos é menor o indicador de resgate. Em outras palavras, os grandes municípios demonstram uma maior dificuldade em resgatar a dívida ativa, quer pela via administrativa ou judicial, notadamente dos maiores devedores.

Vários municípios já realizam ajustes em seus balanços patrimoniais para registrar as perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos de longo prazo por inadimplência de terceiros. Em 2017, esses valores totalizaram cerca de R\$ 124,51 bilhões, dos quais R\$ 42,45 bilhões são da capital paulista. Na capital fluminense, o valor foi de R\$ 21,92 bilhões, seguida por Recife (R\$ 7,11 bilhões), Campinas (R\$ 5,25 bilhões), Fortaleza (R\$ 3,58 bilhões), Jaboatão dos Guararapes (R\$ 3,14 bilhões), entre outros.

A 14ª edição do relatório Justiça em Números 2018, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, traz um relato das dificuldades da execução fiscal. O relatório expõe que para cada 100 processos na fase de execução fiscal que tramitaram no ano de 2017 apenas 8 foram baixados, o que configura uma taxa de congestionamento de 91,7%, a maior dentro do Poder Judiciário quando comparado com os casos cíveis, infracionais, empresariais etc. Exibe ainda que 74% das execuções pendentes no Judiciário referem-se às execuções fiscais e que os casos novos e pendentes

crescem gradativamente ano após ano. O relatório revela ainda que “o tempo de giro do acervo desses processos é de 11 anos, ou seja, mesmo que o Judiciário parasse de receber novas execuções fiscais ainda seriam necessários 11 anos para liquidar o acervo existente”.

MESMO QUE O JUDICIÁRIO PARASSE DE RECEBER NOVAS EXECUÇÕES FISCAIS AINDA SERIAM NECESSÁRIOS 11 ANOS PARA LIQUIDAR O ACERVO EXISTENTE.

Diante de resultados pouco animadores, muitos municípios têm se utilizado de meios alternativos à cobrança administrativa e judicial para o recebimento de seus créditos junto a terceiros, dos quais se destacam o protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa e a inscrição do contribuinte no Serasa e no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). Nos três casos, o objetivo principal da iniciativa é o de dificultar o acesso ao crédito para contribuinte em débito com o fisco municipal.

É comum também os municípios adotarem programas de incentivo à regularização fiscal, com descontos de juros e multas, a fim de incentivar os contribuintes inadimplentes a saldarem os seus débitos com o fisco. O grande perigo nesse caso é de recorrentes programas estimular a

inadimplência, pois os contribuintes optam por não pagar o tributo na expectativa de que no futuro próximo virão novos incentivos.

Securitização da dívida ativa

Um caminho ainda pouco explorado para monetizar a dívida ativa é a securitização, que nada mais é do que a cessão, por tempo determinado, da receita futura obtida com os créditos inadimplidos, tributários e não tributários. Com isso, o ente, estados ou municípios, antecipam os recursos relativos aos créditos inadimplidos, gerando liquidez sobre os mesmos. Quer seja através da constituição de empresa pública ou de um fundo especial, a antecipação de receita dá-se por meio da cessão dos créditos inadimplidos através da emissão de debêntures ou outro ativo no mercado financeiro.

Em que pese a cessão dos direitos creditórios, a administração e cobrança da dívida ativa continua sob a responsabilidade do ente público. É importante ressaltar ainda que a cessão é de caráter definitivo e que isenta o cedente de qualquer compromisso com o pagamento perante o cessionário, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios é do devedor ou contribuinte.

Existem três experiências conhecidas no Brasil de securitização da dívida ativa. Em 2009, o Estado de São Paulo criou a Companhia Paulista de Securitização (CPSEC), que já realizou operações de emissão de ativos no mercado financeiro em

2012 e 2015. Em 2012, o Estado de Minas Gerais capitalizou a Minas Gerais Investimentos (MGI) com créditos da dívida ativa já parcelados, no total de R\$ 1,82 bilhão. A MGI, empresa criada para concessões e PPPs, emitiu, então, R\$ 318 milhões em debêntures no mercado financeiro. O município de Belo Horizonte, por sua vez, capitalizou a PBH Ativos, empresa também criada para concessões e PPPs, com créditos parcelados no valor de R\$ 1,3 bilhão, o que lhe permitiu emitir R\$ 230 milhões em debêntures, em 2014.

A cessão de direitos creditórios da dívida ativa é objeto do Projeto de Lei do Senado nº 204/2016, de autoria do senador José Serra. Aprovado naquela Casa, o PLS estava em tramitação na Câmara dos Deputados como PLP 459/2017, em outubro de 2018. O projeto é extrema importância porque oferece segurança jurídica para operações de securitização, tanto para o investidor como para o cedente. No momento em que normas contidas no projeto se tornarem lei será possível que novas operações de securitização aconteçam em todo Brasil.

Finalmente, é importante observar que a operação de securitização deve, necessariamente, ser acompanhada da introdução de instrumentos que permitam uma maior eficiência na cobrança da dívida ativa, pois a receita adicional daí advinda poderia ser em montante suficiente para o pagamento dos investidores e das despesas com a operação de securitização, mantendo assim o fluxo financeiro previamente existente.

Dívida ativa | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017 (A)	Estoque da dívida ativa 2017 (B)	Indicador de resgate (A/B)	Varição 2017/2016	Part. rec. corr. 2017	Dívida ativa per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017					em R\$ mil	em %		em R\$	
			235.349,2	251.968,8	274.741,3	181.249,6	287.156,0	13.460.044,9	2,1	58,4	0,8	16,01
AC	383.443	Rio Branco	12.069,6	10.766,6	7.963,4	7.681,9	9.343,0	481.396,3	1,9	21,6	1,3	24,37
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	1.698,0	1.889,2	2.118,2	1.816,6
AP	474.706	Macapá	7.734,8	11.035,2	-	6.363,7	1.465,9	9.992,8	14,7	-77,0	0,2	3,09
AP	115.471	Santana	523,2
AM	2.130.264	Manaus	79.552,9	79.005,7	97.647,2	57.845,8	109.632,5	3.891.322,8	2,8	89,5	2,7	51,46
AM	113.832	Parintins	355,1	50,5	0,0	...	28,6	13.826,7	0,2	..	0,0	0,25
PA	1.452.275	Belém	58.346,6	52.872,4	66.063,1	34.403,0	60.162,6	1.770.269,5	3,4	74,9	2,3	41,43
PA	516.057	Ananindeua	-	-	-	354,4	1.071,8	33.349,6	3,2	202,5	0,2	2,08
PA	296.302	Santarém	4.390,7	4.054,8	4.056,7	3.672,7	2.853,3	61.561,8	4,6	-22,3	0,5	9,63
PA	271.594	Marabá	1.030,9	1.080,7	1.157,9	254,2	628,3	1.483,6	42,4	147,2	0,1	2,31
RO	519.436	Porto Velho	9.699,3	7.687,9	5.951,9	4.009,9	5.317,2	452.316,4	1,2	32,6	0,4	10,24
RO	132.667	Ji-Paraná	3.910,4	4.178,4	3.184,0	2.904,3	2.671,3	383.714,4	0,7	-8,0	1,2	20,14
RR	332.020	Boa Vista	1.868,9	3.739,0	3.197,6	2.321,5	3.210,2	5.298,1	60,6	38,3	0,3	9,67
RR	28.215	Rorainópolis	-	-	-	-
TO	286.787	Palmas	10.251,5	24.503,3	23.465,9	10.214,8	20.707,4	631.214,1	3,3	102,7	2,1	72,20
TO	175.960	Araguaína	1.949,6	3.139,6	7.241,6	5.682,7	8.580,2	176.803,0	4,9	51,0	2,3	48,76
57.251.143	Nordeste		772.872,0	869.762,0	897.679,9	648.102,9	737.840,8	76.263.764,2	1,0	13,8	0,6	12,89
AL	1.029.129	Maceió	36.380,3	47.866,3	41.625,2	32.941,7	37.255,6	1.273.739,4	2,9	13,1	1,9	36,20
AL	234.185	Arapiraca	2.851,5	6.458,1	5.342,1	2.472,6	4.748,8	154.633,2	3,1	92,1	0,9	20,28
BA	2.953.986	Salvador	80.924,1	130.450,4	121.366,9	116.227,1	102.867,2	21.579.273,8	0,5	-11,5	1,9	34,82
BA	627.477	Feira de Santana	7.378,3	6.247,9	18.025,5	14.931,6	15.993,1	358.983,9	4,5	7,1	1,6	25,49
BA	348.718	Vitória da Conquista	8.657,8	8.763,8	5.805,9	4.862,2	8.002,8	622.113,0	1,3	64,6	1,4	22,95
BA	296.893	Camacari	4.814,0	12.497,3	3.626,4	1.559,4	8.538,4	586.576,6	1,5	447,5	0,9	28,76
CE	2.627.482	Fortaleza	65.402,2	74.934,2	109.298,2	31.747,9	52.817,4	3.642.591,6	1,4	66,4	0,9	20,10
CE	362.223	Caucaia	5.525,5	4.368,9	5.541,0	-	4.920,5	94.784,3	5,2	..	0,9	13,58
CE	270.383	Juazeiro do Norte	5.810,2	3.894,6	5.855,1	4.489,3	5.918,8	58.469,2	10,1	31,8	1,0	21,89
MA	1.091.868	São Luís	34.474,8	34.253,8	18.173,9	23.294,0	4.080,9	3.516.864,6	0,1	-82,5	0,2	3,74
MA	254.569	Imperatriz	2.859,4	3.184,8	3.930,4	47.850,8	8,2	23,4	0,7	15,44
PB	811.598	João Pessoa	29.059,5	22.610,2	27.691,8	12.299,0	23.815,6	93,6	1,3	29,34
PB	410.332	Campina Grande	4.744,9	6.700,8	5.363,8	3.801,1	3.488,2	198.190,6	1,8	-8,2	0,5	8,50
PE	1.633.697	Recife	45.130,4	90.613,4	103.678,1	60.443,4	52.056,5	10.010.749,7	0,5	-13,9	1,2	31,86
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	28.662,1	31.961,8	31.565,7	25.918,4	25.062,6	3.144.005,0	0,8	-3,3	2,2	36,01
PE	390.771	Olinda	8.024,9	7.260,6	5.575,4	4.295,6	4.858,8	2.689.275,4	0,2	13,1	0,9	12,43
PE	356.128	Caruaru	9.585,3	10.462,4	11.706,4	12.207,2	8.909,8	510.231,8	1,7	-27,0	1,5	25,02
PE	343.219	Petrolina	10.249,8	11.529,3	8.014,8	11.426,1	8.012,9	73.566,7	10,9	-29,9	1,4	23,35
PE	328.353	Paulista	4.025,5	7.498,9	9.400,0	9.754,6	6.460,3	1.288.494,4	0,5	-33,8	1,6	19,67
PI	850.198	Teresina	20.855,9	11.794,5	13.242,4	7.951,9	12.140,6	1.347.794,1	0,9	52,7	0,5	14,28
PI	150.547	Parnaíba	341,4	297,6	1.122,8	165,8	97,8	2,7	3.654,1	-41,0	0,0	0,65
RN	885.180	Natal	76.071,4	36.885,4	57.208,6	28.721,6	31.653,0	1.801.204,6	1,8	10,2	1,7	35,76
RN	295.619	Mossoró	4.008,8	5.622,2	7.907,7	7.883,1	8.614,2	285.500,8	3,0	9,3	1,7	29,14
SE	650.106	Aracaju	33.775,7	22.234,0	33.682,1	15.512,1	14.168,5	1.616.141,8	0,9	-8,7	0,9	21,79
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	128,3	182,4	65,5	-	141,6	0,1	0,78
12.836.463	Centro-Oeste¹		321.629,7	358.316,9	314.101,4	307.369,0	425.168,6	14.212.506,6	3,0	38,3	1,2	33,12
GO	1.466.105	Goiânia	40.803,1	45.721,2	49.680,6	79.971,0	85.684,3	7,1	2,1	58,44
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	6.283,8	5.742,5	2.715,9	1.563,2	4.278,4	173,7	0,5	7,89
GO	375.142	Anápolis	24.983,2	15.967,3	17.785,7	14.849,9	24.740,2	347.113,2	7,1	66,6	2,6	65,95
MT	590.118	Cuiabá	30.924,9	35.913,6	28.943,2	26.876,9	34.620,7	1.149.264,2	3,0	28,8	1,9	58,67
MT	274.013	Várzea Grande	14.823,3	9.683,8	5.041,7	7.469,2	11.181,9	49,7	2,2	40,81
MS	874.210	Campo Grande	19.943,7	54.445,6	31.758,3	27.882,2	34.732,8	2.781.044,0	1,2	24,6	1,2	39,73
MS	218.069	Dourados	...	12.238,2	11.213,5	8.728,8	13.879,3	101.457,3	13,7	59,0	2,0	63,65
86.949.714	Sudeste		5.309.027,3	5.220.152,5	5.561.601,3	4.338.943,6	5.209.160,2	282.065.100,1	1,8	20,1	2,0	59,91
ES	363.140	Vitória	16.724,3	63.474,2	24.309,0	...	36.200,5	2.229.503,8	1,6	..	2,5	99,69
ES	502.618	Serra	10.181,5	39.157,6	13.088,0	13.304,8	16.113,3	1.929.493,7	0,8	21,1	1,5	32,06
ES	486.388	Vila Velha	9.018,3	13.494,2	25.348,5	14.878,1	31.452,9	1.916.536,2	1,6	111,4	3,7	64,67
ES	387.368	Cariacica	9.836,6	18.083,1	15.848,0	10.806,2	14.975,2	737.206,0	2,0	38,6	2,7	38,66
MG	2.523.794	Belo Horizonte	211.564,2	180.574,7	163.558,0	128.228,1	148.201,5	5.327.249,8	2,8	15,6	1,7	58,72
MG	676.613	Uberlândia	25.514,7	35.490,3	33.009,1	28.874,5	36.505,8	837.128,1	4,4	26,4	2,0	53,95
MG	658.580	Contagem	26.259,0	21.741,3	18.449,4	15.982,4	16.918,2	685.376,9	2,5	5,9	1,2	25,69

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017 (A)	Estoque da dívida ativa 2017 (B)	Indicador de resgate (A/B)	Varição 2017/2016	Part. rec. corr. 2017	Dívida ativa per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em R\$ mil	em %		em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	17.642,4	20.879,1	39.307,7	27.800,2	36.396,6	546.162,1	6,7	30,9	2,7	64,56
MG	427.146	Betim	3.613,2	3.864,3	3.383,4	1.005,8	4.129,6	486.643,8	0,8	310,6	0,3	9,67
MG	402.027	Montes Claros	6.228,0	9.398,0	8.232,0	9.184,5	16.464,9	136.630,8	12,1	79,3	2,7	40,95
MG	328.871	Ribeirão das Neves	3.633,5	4.114,7	2.459,7	2.022,0
MG	328.272	Uberaba	23.592,8	20.156,5	21.148,9	14.579,9	23.591,7	61,8	2,4	71,87
MG	280.901	Governador Valadares	24.558,5	22.606,9	26.048,1	12.655,7	30.373,2	120.124,1	25,3	140,0	4,1	108,13
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	747.720,4	431.816,9	555.277,4	614.746,6	353.009,5	44.776.739,1	0,8	-42,6	1,7	54,14
RJ	1.049.826	São Gonçalo	16.414,2	33.265,9	21.135,5	2,1	20,13
RJ	890.997	Duque de Caxias	33.335,2	...	43.583,5	19.418,8	22.243,3	1.820.848,5	1,2	14,5	1,1	24,96
RJ	798.647	Nova Iguaçu	32.157,8	27.684,8	35.008,5	29.702,4	26.084,2	2.021.548,6	1,3	-12,2	2,1	32,66
RJ	499.028	Niterói	46.934,9	36.337,8	43.157,4	9.955,3	9.592,0	-3,6	0,4	19,22
RJ	495.783	Belford Roxo	6.881,6	7.374,9	5.156,9	4.023,0	3.068,3	2.590.732,3	0,1	-23,7	0,5	6,19
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	25.510,3	19.719,4	11.998,6	14.120,8	13.793,9	455.614,1	3,0	-2,3	0,9	28,13
RJ	460.461	São João de Meriti	20.848,8	8.316,5	14.890,0	15.883,1	7.108,5	826.944,8	0,9	-55,2	1,4	15,44
RJ	298.235	Petrópolis	18.549,6	55.002,6	29.143,2	30.567,1	27.076,0	939.539,1	2,9	-11,4	3,1	90,79
RJ	265.201	Volta Redonda	14.115,9	8.419,2	17.604,0	13.092,0	21.589,6	1.860,0	1.160,7	64,9	2,7	81,41
SP	12.106.920	São Paulo	876.188,2	910.853,0	1.452.411,3	796.523,3	1.295.864,2	104.950.495,4	1,2	62,7	2,7	107,04
SP	1.349.113	Guarulhos	200.976,0	190.569,1	185.367,8	173.027,5	151.333,9	5.923.543,5	2,6	-12,5	3,9	112,17
SP	1.182.429	Campinas	90.530,8	163.488,2	110.927,4	129.809,0	75.577,0	8.534.070,6	0,9	-41,8	1,9	63,92
SP	827.437	São Bernardo do Campo	127.397,8	181.465,0	127.810,0	110.946,8	153.487,9	4.280.338,1	3,6	38,3	4,7	185,50
SP	715.231	Santo André	16.536,3	60.289,1	38.655,2	31.321,2	21.687,3	2.733.110,7	0,8	-30,8	1,0	30,32
SP	703.219	São José dos Campos	37.638,8	37.841,3	37.066,5	33.263,6	35.715,0	2.411.038,2	1,5	7,4	1,4	50,79
SP	697.886	Osasco	25.946,4	24.749,1	19.778,2	23.469,0	...	487.918,3
SP	682.302	Ribeirão Preto	29.816,5	47.041,7	53.570,7	53.849,2	66.567,6	859.710,4	7,7	23,6	2,8	97,56
SP	659.871	Sorocaba	51.939,1	55.274,4	63.077,4	48.140,7	62.107,1	1.551.999,0	4,0	29,0	2,5	94,12
SP	462.005	Mauá	64.964,7	39.295,1	48.025,4	80.670,2	26.776,8	2.328.769,2	1,1	-66,8	3,0	57,96
SP	450.657	São José do Rio Preto	40.727,3	41.861,0	59.703,4	35.926,3	36.235,7	1.367.394,3	2,6	0,9	2,6	80,41
SP	434.742	Santos	73.977,2	53.750,5	40.640,9	34.354,9	60.586,9	649.775,5	9,3	76,4	2,7	139,36
SP	433.901	Mogi das Cruzes	50.547,4	48.570,4	42.433,3	46.228,3	56.730,3	357.149,7	15,9	22,7	4,6	130,74
SP	417.869	Diadema	50.962,7	23.573,7	17.523,9	...	27.478,2	1.429.761,7	1,9	..	2,5	65,76
SP	409.497	Jundiaí	12.008,1	14.402,3	15.793,8	15.301,3	18.321,6	194.107,9	9,4	19,7	1,0	44,74
SP	397.322	Piracicaba	41.432,9	45.793,4	50.131,5	36.662,9	32.243,0	-12,1	2,2	81,15
SP	396.587	Carapicuíba	4.111,4	240.960,1
SP	371.690	Bauru	29.169,2	28.596,4	34.766,3	29.089,8	26.097,2	543.673,5	4,8	-10,3	2,5	70,21
29.644.948	Sul	1.449.853,6	1.330.466,9	1.395.578,7	1.316.061,4	1.593.419,5	34.535.779,8	4,6	21,1	1,8	53,75	
PR	1.908.359	Curitiba	97.337,0	101.180,3	131.119,0	180.565,6	149.077,7	5.944.087,7	2,5	-17,4	2,1	78,12
PR	558.439	Londrina	26.228,7	33.399,5	52.638,1	47.930,4	54.085,1	1.908.709,6	2,8	12,8	3,3	96,85
PR	406.693	Maringá	21.696,3	24.372,4	23.458,3	34.450,4	54.664,9	317.962,4	17,2	58,7	4,4	134,41
PR	344.332	Ponta Grossa	19.719,1	13.440,3	12.465,4	14.958,0	53.044,1	298.474,4	17,8	254,6	7,5	154,05
PR	319.608	Cascavel	30.294,7	15.653,8	15.605,0	11.601,3	25.553,5	509.132,9	5,0	120,3	3,1	79,95
PR	307.530	São José dos Pinhais	10.835,7	8.961,6	8.488,8	7.146,5	8.684,5	26.301,8	33,0	21,5	0,9	28,24
PR	264.044	Foz do Iguaçu	28.353,2	22.900,6	16.584,9	20.939,5	32.220,4	147.918,7	21,8	53,9	3,6	122,03
RS	1.484.941	Porto Alegre	179.526,0	185.340,3	191.044,5	161.270,5	177.158,5	2.650.536,4	6,7	9,9	3,2	119,30
RS	483.377	Caxias do Sul	30.368,9	20.526,3	27.067,4	19.019,5	22.160,7	608.886,3	3,6	16,5	1,4	45,85
RS	344.385	Pelotas	23.830,4	24.318,7	19.916,2	22.643,8	22.367,5	914.708,8	2,4	-1,2	2,6	64,95
RS	343.853	Canoas	11.260,7	10.234,1	11.532,7	17.561,9	17.691,3	531.188,5	3,3	0,7	1,3	51,45
RS	278.445	Santa Maria	24.156,1	8.249,0	7.354,8	9.176,1	8.279,2	317.268,7	2,6	-9,8	1,5	29,73
RS	275.146	Gravataí	13.870,2	14.913,4	12.064,5	9.774,0	11.735,8	270.395,5	4,3	20,1	1,8	42,65
RS	253.717	Viamão	10.288,2	6.459,3	4.497,0	5.110,5	5.435,1	157.744,2	3,4	6,4	1,4	21,42
SC	485.838	Florianópolis	50.322,4	47.460,9	56.601,8	44.733,8	27.149,9	818.395,4	3,3	-39,3	1,7	55,88
SC	577.077	Joinville	19.261,5	19.852,1	15.717,2	15.808,0	19.206,7	1.062.682,1	1,8	21,5	1,0	33,28
SC	348.513	Blumenau	21.242,5	11.765,6	12.385,1	11.237,7	21.197,5	245.288,6	8,6	88,6	1,7	60,82
81.113.137	Cidades selecionadas	4.683.308,2	4.637.959,1	5.233.596,6	4.159.022,6	4.695.171,6	302.969.433,0	1,5	12,9	2,1	57,88	
32.224.780	Até 20 mil habitantes	374.538,0	356.499,5	330.381,9	281.381,0	373.243,2	9.909.465,9	3,8	32,6	0,4	11,58	
46.435.866	Capitais	2.872.652,0	2.718.033,1	3.414.959,5	2.530.131,5	2.882.393,5	226.768.892,3	1,3	13,9	2,0	62,07	
204.618.469	Brasil¹	8.088.731,8	8.030.667,1	8.443.702,5	6.791.726,6	8.252.745,0	420.537.195,6	2,0	21,5	1,5	40,33	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Dívida ativa | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Dívida ativa	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	1.295.864.201,77	12.106.920	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	353.009.457,52	6.520.266	2º
3º	RS	Porto Alegre	177.158.505,40	1.484.941	9º
4º	SP	São Bernardo do Campo	153.487.944,70	827.437	21º
5º	SP	Guarulhos	151.333.924,46	1.349.113	12º
6º	PR	Curitiba	149.077.673,01	1.908.359	7º
7º	MG	Belo Horizonte	148.201.518,13	2.523.794	5º
8º	AM	Manaus	109.632.514,83	2.130.264	6º
9º	BA	Salvador	102.867.183,28	2.953.986	3º
10º	GO	Goiânia	85.684.253,10	1.466.105	10º
11º	SP	Caraguatatuba	84.303.937,12	116.786	263º
12º	SP	Campinas	75.577.020,36	1.182.429	13º
13º	SP	Ribeirão Preto	66.567.618,29	682.302	28º
14º	SP	Sorocaba	62.107.144,45	659.871	30º
15º	SP	Santos	60.586.915,38	434.742	52º
16º	PA	Belém	60.162.594,89	1.452.275	11º
17º	RS	São Leopoldo	59.766.453,01	230.914	125º
18º	SP	Mogi das Cruzes	56.730.315,74	433.901	53º
19º	PR	Maringá	54.664.942,64	406.693	58º
20º	SP	São Vicente	54.295.477,89	360.380	70º
21º	SP	Praia Grande	54.290.434,78	310.024	85º
22º	PR	Londrina	54.085.062,12	558.439	37º
23º	PR	Ponta Grossa	53.044.107,70	344.332	76º
24º	CE	Fortaleza	52.817.355,58	2.627.482	4º
25º	PE	Recife	52.056.462,56	1.633.697	8º
26º	SP	Guarujá	49.955.545,84	315.563	84º
27º	SP	Araraquara	38.443.179,36	230.770	126º
28º	AL	Maceió	37.255.555,37	1.029.129	16º
29º	MG	Uberlândia	36.505.789,24	676.613	29º
30º	MG	Juiz de Fora	36.396.636,85	563.769	36º
31º	SP	São José do Rio Preto	36.235.660,64	450.657	51º
32º	ES	Vitória	36.200.459,34	363.140	67º
33º	SP	São José dos Campos	35.714.979,00	703.219	25º
34º	MS	Campo Grande	34.732.812,07	874.210	19º
35º	MT	Cuiabá	34.620.687,31	590.118	34º
36º	SP	Americana	33.744.280,15	233.868	123º
37º	SP	Piracicaba	32.243.028,40	397.322	60º
38º	PR	Foz do Iguaçu	32.220.411,46	264.044	106º
39º	RN	Natal	31.652.990,48	885.180	18º
40º	ES	Vila Velha	31.452.892,98	486.388	45º
41º	MG	Governador Valadares	30.373.158,20	280.901	95º
42º	SP	Jacareí	29.571.705,25	229.851	127º
43º	SP	Diadema	27.478.226,99	417.869	55º
44º	SC	Florianópolis	27.149.945,12	485.838	46º
45º	RJ	Petrópolis	27.075.967,71	298.235	89º
46º	SP	Mauá	26.776.784,04	462.005	49º
47º	SP	Bauru	26.097.178,72	371.690	66º
48º	RJ	Nova Iguaçu	26.084.217,25	798.647	23º
49º	PR	Cascavel	25.553.481,87	319.608	83º
50º	SP	Marília	25.511.170,47	235.234	120º
51º	SP	Cotia	25.093.216,95	237.750	116º
52º	PE	Jaboatão dos Guararapes	25.062.562,99	695.956	27º

Posição	UF	Município	Dívida ativa	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	GO	Anápolis	24.740.154,27	375.142	65º
54º	SP	São Carlos	23.908.694,94	246.088	112º
55º	PB	João Pessoa	23.815.571,38	811.598	22º
56º	MG	Uberaba	23.591.728,05	328.272	82º
57º	SP	São Caetano do Sul	22.967.567,13	159.608	182º
58º	RS	Pelotas	22.367.490,84	344.385	75º
59º	RJ	Duque de Caxias	22.243.260,61	890.997	17º
60º	SP	Taboão da Serra	22.195.188,74	279.634	96º
61º	RS	Caxias do Sul	22.160.660,03	483.377	47º
62º	SP	Santo André	21.687.309,43	715.231	24º
63º	RJ	Volta Redonda	21.589.596,66	265.201	105º
64º	SC	Blumenau	21.197.532,91	348.513	73º
65º	SP	Limeira	21.182.042,56	300.911	88º
66º	RJ	São Gonçalo	21.135.514,42	1.049.826	15º
67º	TO	Palmas	20.707.406,59	286.787	94º
68º	MT	Rondonópolis	20.268.313,93	222.316	131º
69º	SC	Joinville	19.206.709,07	577.077	35º
70º	SP	Franca	18.790.935,34	347.237	74º
71º	SP	Jundiá	18.321.559,59	409.497	57º
72º	SP	Santana de Parnaíba	18.278.332,47	131.887	219º
73º	MG	Sete Lagoas	17.853.524,08	236.228	119º
74º	SP	Taubaté	17.736.353,32	307.953	86º
75º	RS	Canoas	17.691.307,39	343.853	77º
76º	PR	Pinhais	17.416.987,63	129.445	223º
77º	SP	Presidente Prudente	16.925.679,29	225.271	129º
78º	MG	Contagem	16.918.240,12	658.580	31º
79º	PE	Goiana	16.915.890,24	79.249	406º
80º	MG	Montes Claros	16.464.928,30	402.027	59º
81º	RJ	Macaé	16.346.540,66	244.139	113º
82º	SP	Itaquaquecetuba	16.208.261,04	360.657	69º
83º	ES	Serra	16.113.329,48	502.618	41º
84º	SC	Itajaí	16.093.681,68	212.615	140º
85º	BA	Feira de Santana	15.993.074,97	627.477	33º
86º	SP	Itanhaém	15.932.452,28	98.629	318º
87º	SP	Rio Claro	15.804.214,30	202.952	147º
88º	SP	Bertioga	15.088.792,79	59.297	546º
89º	ES	Cariacica	14.975.179,72	387.368	63º
90º	RJ	Itaguaí	14.942.560,87	122.369	243º
91º	RJ	Itaboraí	14.581.082,24	232.394	124º
92º	SC	São José	14.496.720,32	239.718	114º
93º	SE	Aracaju	14.168.527,68	650.106	32º
94º	SP	Sertãozinho	14.067.951,77	122.643	241º
95º	SC	Balneário Camboriú	14.031.252,50	135.268	214º
96º	MS	Dourados	13.879.326,41	218.069	136º
97º	RJ	Campos dos Goytacazes	13.793.876,99	490.288	44º
98º	RS	Passo Fundo	13.762.047,59	198.799	150º
99º	SP	Suzano	13.745.009,53	290.769	93º
100º	SP	Catanduva	13.183.215,53	120.691	253º

		Total dos 100 maiores	5.352.061.120,44	74.076.082	..
		Total dos demais	2.900.683.922,58	130.542.387	..
		Total Brasil¹	8.252.745.043,02	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Dívida ativa | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Dívida ativa per capita	Dívida ativa	População 2017	Ranking pop. 2017	Posição	UF	Município	Dívida ativa per capita	Dívida ativa	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$							em R\$			
1º	SP	Caraguatatuba	721,87	84.303.937,12	116.786	263º	53º	SP	Coronel Macedo	131,68	637.344,46	4.840	4398º
2º	SP	Ilha Comprida	469,59	5.003.992,05	10.656	3011º	54º	SP	Mogi das Cruzes	130,74	56.730.315,74	433.901	53º
3º	RS	Dom Pedro de Alcântara	460,51	1.205.158,54	2.617	5255º	55º	PR	Guaratuba	130,00	4.678.002,43	35.986	935º
4º	RS	Arroio do Sal	380,03	3.439.302,26	9.050	3254º	56º	SP	Jacareí	128,66	29.571.705,25	229.851	127º
5º	PR	Roncador	360,24	3.883.053,22	10.779	2983º	57º	SP	Santa Fé do Sul	122,50	3.895.616,78	31.802	1096º
6º	RS	São Valério do Sul	311,04	858.473,54	2.760	5208º	58º	RJ	Itaguaí	122,11	14.942.560,87	122.369	243º
7º	ES	Itapemirim	301,36	10.435.588,91	34.628	975º	59º	PR	Foz do Iguaçu	122,03	32.220.411,46	264.044	106º
8º	RS	São Leopoldo	258,83	59.766.453,01	230.914	125º	60º	SP	Peruibe	121,94	8.118.024,19	66.572	491º
9º	SC	Bombinhas	257,34	4.792.522,34	18.623	1906º	61º	SP	Adamantina	121,89	4.283.209,81	35.139	951º
10º	SP	Adolfo	255,03	920.418,14	3.609	4877º	62º	SP	Ubatuba	121,28	10.710.558,09	88.313	359º
11º	SP	Bertioga	254,46	15.088.792,79	59.297	546º	63º	RS	Santo Antônio do Palma	119,78	263.047,40	2.196	5408º
12º	RS	Gramado	214,98	7.534.393,24	35.047	957º	64º	RS	Porto Alegre	119,30	177.158.505,40	1.484.941	9º
13º	PE	Goiana	213,45	16.915.890,24	79.249	406º	65º	SP	Águas de Lindóia	119,10	2.204.442,30	18.509	1915º
14º	SC	Governador Celso Ramos	213,44	3.037.080,89	14.229	2413º	66º	SP	Sertãozinho	114,71	14.067.951,77	122.643	241º
15º	ES	Anchieta	204,40	5.834.745,98	28.546	1206º	67º	SP	São Pedro	114,47	3.994.657,46	34.898	963º
16º	SC	Laguna	200,15	9.068.935,72	45.311	729º	68º	RS	Getúlio Vargas	112,96	1.880.619,91	16.648	2119º
17º	RS	Imbé	197,66	4.067.518,01	20.578	1718º	69º	SP	Jarinu	112,56	3.212.392,51	28.540	1207º
18º	SP	São Bernardo do Campo	185,50	153.487.944,70	827.437	21º	70º	SP	Guarulhos	112,17	151.333.924,46	1.349.113	12º
19º	SP	Paulicéia	185,08	1.322.754,72	7.147	3696º	71º	RS	Osório	111,75	4.969.166,72	44.468	743º
20º	RS	Canela	180,35	7.766.424,33	43.062	765º	72º	SP	Igaratá	111,15	1.049.609,27	9.443	3198º
21º	SP	Praia Grande	175,12	54.290.434,78	310.024	85º	73º	SC	Santo Amaro da Imperatriz	110,18	2.491.017,69	22.609	1556º
22º	PR	Jussara	172,63	1.212.931,55	7.026	3719º	74º	MG	Lagoa Santa	109,90	6.786.812,58	61.752	529º
23º	RS	Balneário Pinhal	172,04	2.179.938,38	12.671	2617º	75º	SP	Catanduva	109,23	13.183.215,53	120.691	253º
24º	SP	Nova Guataporanga	170,35	392.479,76	2.304	5370º	76º	SP	Leme	109,04	11.033.452,73	101.184	309º
25º	SP	Araraquara	166,59	38.443.179,36	230.770	126º	77º	SP	Vargem Grande Paulista	108,70	5.472.751,38	50.346	660º
26º	SP	Ilhabela	163,22	5.444.119,24	33.354	1027º	78º	SP	Marília	108,45	25.511.170,47	235.234	120º
27º	SP	Mongaguá	162,81	8.833.757,83	54.257	610º	79º	MG	Governador Valadares	108,13	30.373.158,20	280.901	95º
28º	SP	Itanhaém	161,54	15.932.452,28	98.629	318º	80º	RJ	Parati	107,28	4.447.052,14	41.454	803º
29º	PR	Cuzeiro do Oeste	159,21	3.381.202,05	21.237	1664º	81º	SC	Balneário Arroio do Silva	107,16	1.322.784,67	12.344	2674º
30º	SP	Guarujá	158,31	49.955.545,84	315.563	84º	82º	SP	São Paulo	107,04	1.295.864.201,77	12.106.920	1º
31º	PR	Ponta Grossa	154,05	53.044.107,70	344.332	76º	83º	SP	Assis	106,91	11.003.593,15	102.924	301º
32º	SP	São Vicente	150,66	54.295.477,89	360.380	70º	84º	RS	Lajeado	106,13	8.471.459,69	79.819	401º
33º	PE	Sertânia	147,08	5.246.184,26	35.670	940º	85º	SP	Nhandeara	105,98	1.207.932,11	11.398	2832º
34º	SC	Balneário Gaivota	146,02	1.520.457,64	10.413	3062º	86º	SP	Parapuã	105,85	1.172.109,39	11.073	2912º
35º	PR	Matinhos	145,53	4.868.084,95	33.450	1024º	87º	SP	Cofia	105,54	25.093.216,95	237.750	116º
36º	SP	Americana	144,29	33.744.280,15	233.868	123º	88º	GO	Anicuns	104,26	2.267.334,55	21.746	1613º
37º	PR	Marialva	144,21	5.040.732,54	34.955	960º	89º	SP	Turmalina	104,15	190.276,41	1.827	5495º
38º	SP	São Caetano do Sul	143,90	22.967.567,13	159.608	182º	90º	SC	Balneário Camboriú	103,73	14.031.252,50	135.268	214º
39º	MG	Nova Lima	141,00	12.997.506,92	92.178	343º	91º	SP	Sales	103,36	635.019,06	6.144	3970º
40º	RS	Torres	140,85	5.290.753,68	37.564	902º	92º	SP	Avaré	103,23	9.236.881,51	89.479	351º
41º	SP	Santos	139,36	60.586.915,38	434.742	52º	93º	AL	Barra de São Miguel	102,61	862.029,07	8.401	3385º
42º	SP	São Sebastião	139,35	11.919.820,95	85.538	368º	94º	SP	Viradouro	102,59	1.913.694,75	18.654	1903º
43º	SP	Santana de Parnaíba	138,59	18.278.332,47	131.887	219º	95º	SP	Porto Feliz	102,43	5.378.462,83	52.507	632º
44º	RJ	Mangaratiba	136,09	5.772.116,53	42.415	777º	96º	SC	Balneário Rincão	101,86	1.263.389,42	12.403	2661º
45º	SP	Campos do Jordão	135,71	6.982.961,36	51.454	646º	97º	RS	Palmares do Sul	101,38	1.160.693,31	11.449	2820º
46º	SC	Porto Belo	134,89	2.737.550,23	20.294	1743º	98º	SP	General Salgado	100,72	1.103.011,74	10.951	2941º
47º	PR	Pinhais	134,55	17.416.987,63	129.445	223º	99º	SP	Cachoeira Paulista	100,16	3.282.605,97	32.773	1051º
48º	PR	Maringá	134,41	54.664.942,64	406.693	58º	100º	SP	Paranapanema	100,07	1.974.431,90	19.730	1787º
49º	PR	Porto Rico	134,33	350.747,92	2.611	5262º							
50º	SP	Olimpia	134,25	7.254.375,75	54.037	614º							
51º	SP	Auriflama	133,46	2.013.197,89	15.085	2300º							
52º	PR	Pontal do Paraná	132,24	3.357.969,28	25.393	1386º							
									Total dos 100 maiores	125,55	2.981.805.569,46	23.750.119	..
									Total dos demais	29,14	5.270.939.473,56	180.868.350	..
									Total Brasil¹	40,33	8.252.745.043,02	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Municípios reduzem número de servidores entre 2015 e 2017

Apesar do baixo crescimento da despesa com pessoal, o comprometimento da receita corrente manteve-se ascendente, alcançando 51,5%. Municípios responderam por 27,2% de toda a despesa com pessoal do setor público.

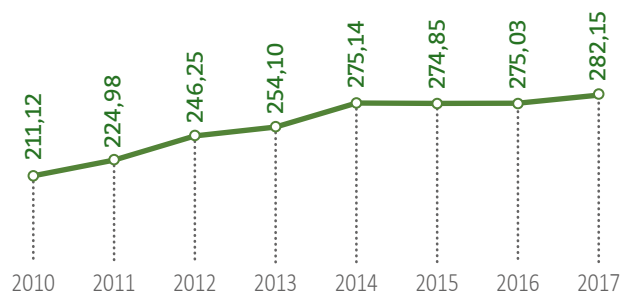
Desempenho

Após dois anos em que ficaram estagnadas, as despesas com pessoal e encargos sociais dos municípios brasileiros apresentaram aumento de 2,6% em 2017, quando totalizaram R\$ 282,15 bilhões. Com efeito, pode-se afirmar que nos três últimos anos houve um rígido controle na despesa com o funcionalismo municipal, principalmente se comparado às taxas de crescimento observadas entre 2004 e 2014. Com exceção de 2013, naquele período os aumentos anuais giraram entre 6% e 9% ao ano, já considerada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2017.

O comportamento dos gastos com pessoal tende a acompanhar o desempenho das receitas dos municípios. A forte crise econômica que se abateu sobre o Brasil no biênio 2015-2016, com efeitos adversos na receita municipal, impôs

maior austeridade dos governos locais sobre suas despesas. No caso das despesas com pessoal, o controle dos gastos se fez necessário não só para manter o equilíbrio financeiro, mas também para atender às exigências dos limites estabelecidos

Despesa com pessoal
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



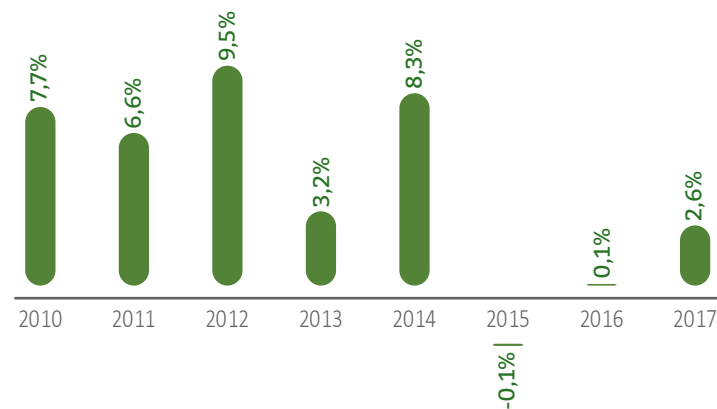
pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece um teto máximo de despesa com o funcionalismo de 54% para o Poder Executivo e de 6% para o Legislativo.

O controle do gasto com pessoal em momentos de crise econômica é uma tarefa bastante delicada. **Enquanto a receita municipal sofre forte influência direta do nível da atividade econômica**, crescendo com a expansão dos negócios e encolhendo nos períodos de depressão, **a despesa com pessoal é governada por regras legais que ignoram os ciclos da atividade econômica.**

A estabilidade do emprego e a irredutibilidade salarial no setor público tornam a redução do gasto com pessoal uma tarefa difícil para administração pública. Acrescenta-se a isso o fato de a folha salarial crescer automaticamente em função de vantagens fixadas no estatuto dos servidores públicos, tais como as progressões verticais e horizontais, além das gratificações por tempo de serviço. O montante da despesa com pessoal nos municípios é influenciado ainda por decisões que fogem da alçada dos governos locais, como a política nacional de valorização do salário mínimo e o piso salarial dos profissionais do magistério, diretamente vinculadas à União.

Na amostra de 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, o aumento médio do gasto com pessoal, em 2017, foi de apenas 1,3% em relação ao ano anterior. Os aumentos mais expressivos, em termos percentuais, foram registrados em Santarém-PA (24,6%), Foz do Iguaçu-PR (22,7%), Florianópolis (19,1%), Araguaína-TO (17%), São João de Meriti-RJ (15,2%), Nossa Senhora do Socorro-SE (14,2%), Várzea Grande-MT (13,4%),

Taxa de crescimento da despesa com pessoal em relação ao ano anterior



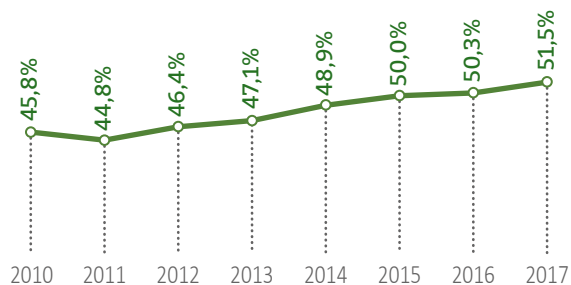
Nova Iguaçu-RJ (13,3%), Pelotas-RS (11,9%) e Viamão (11,2%). Já as cidades de Belford Roxo-RJ (-23,3%), Petrópolis-RJ (-22,3%), Montes Claros-MG (-15,5%), Cruzeiro do Sul-AC (11,1%), Marabá-PA (-10,7%) e Caucaia-CE (-10%) apresentaram redução em percentuais acima de dois dígitos. No demais municípios do grupo selecionado por **Multi Cidades**, as oscilações ficaram abaixo de 9%, seja positiva ou negativamente.

Entre as capitais o aumento médio do gasto com pessoal também foi bastante baixo, da ordem de 1,5%. Além da já citada Florianópolis, Cuiabá (8,1%), Boa Vista (5,8%) e Porto Velho (5,4%) foram as que apresentaram os maiores aumentos percentuais, enquanto que Belém (-8%) e Macapá (-5,9%) registraram as maiores quedas. Em São Paulo e Rio de Janeiro, que possuem a maior despesa entre os municípios do país, o aumento com pessoal foi de 2,1% e 1,7%, respectivamente. No conjunto das cidades de menor porte populacional, com até 20 mil habitantes, a alta foi de 3,5%, taxa acima da média geral.

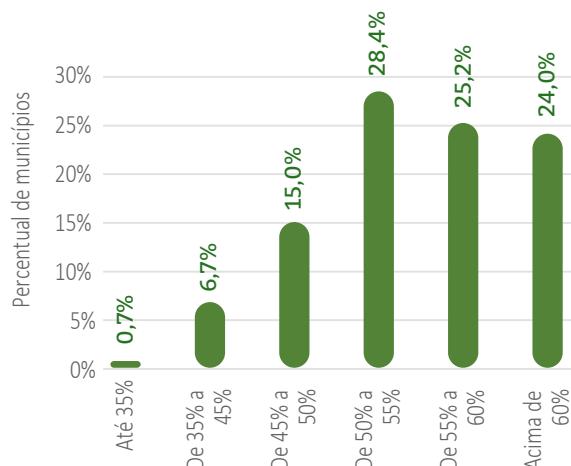
Despesa | Pessoal

Apesar do baixo crescimento para o conjunto dos municípios, o comprometimento da receita corrente com pessoal manteve sua trajetória ascendente desde 2012, para alcançar 51,5%, em 2017. Do total de municípios com dados disponíveis, cerca de 77% comprometeram mais de 50% da receita corrente em pessoal e encargos. Em apenas 0,7% dos casos, a despesa com pessoal fica abaixo de 35% da receita. Considerando os limites estabelecidos na LRF, é possível afirmar que poucas cidades possuem fôlego para expandir suas despesas com o funcionalismo público.

Participação da despesa com pessoal na receita corrente



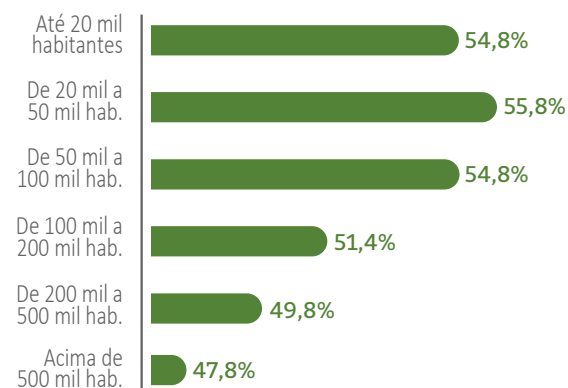
Distribuição dos municípios segundo a participação da despesa com pessoal na receita corrente - 2017



Participação da despesa com pessoal na receita corrente

A despesa com pessoal tende a consumir uma parcela maior dos orçamentos dos pequenos municípios. O grupo com população até 20 mil habitantes respondeu por 54,8% das suas receitas correntes, enquanto que nas cidades com mais de 500 mil habitantes o indicador foi de 47,8%, em 2017. Nas capitais, o percentual médio foi de 47,6%.

Participação da despesa com pessoal na receita corrente por porte populacional - 2017



A Lei de Responsabilidade Fiscal

Um dos principais objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101, aprovada em 4 de maio de 2000, é o controle de gastos e do endividamento por parte dos governos subnacionais (estados e municípios). A LRF fixou limites globais para a despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida dos entes dos três níveis de governo, individualizados para cada Poder e órgão da administração pública. Estabeleceu ainda a conduta a ser adotada caso algum desses limites seja ultrapassado. No âmbito municipal, os limites máximos fixados foram de 54% para o Poder Executivo e de 6% para o Poder Legislativo.

A LRF fixou ainda dois sublimites: o prudencial (95% do limite máximo) e o de alerta (90%

do limite máximo), que, no caso dos municípios, equivalem a 51,3% e 48,6% da despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida,

respectivamente. A partir do momento que a cidade atinge esses limites, medidas devem ser tomadas para o reenquadramento do ente.

Penalidades previstas para os atos cometidos em desacordo com a LRF

Legislação	Transgressão à lei	Penalidades			
		Responsável	Restrições institucionais	Sanções pessoais	Legislação
LC 101/2000, art. 19	Exceder o limite da despesa total com pessoal em cada período de apuração.	Prefeito Municipal		Perda do mandato	Dec. Lei 201, art. 4º, inciso VII
LC 101/2000, art. 21	Expedir ato que provoque aumento da despesa total com pessoal em desacordo com a Lei.	Agente que lhe der causa	Nulidade do ato	Reclusão de 1 a 4 anos	CP, art. 359-D
LC 101/2000, art. 21, parágrafo único	Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento da despesa total com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato ou legislatura.	Agente que lhe der causa	Nulidade do ato	Reclusão de 1 a 4 anos	CP, art. 359-G
LC 101/2000, art. 22, parágrafo único	Deixar de adotar as medidas previstas na lei quando a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite.	Agente que lhe der causa	Proibições previstas na lei (LC 101/2000, art. 22, incisos I a V).	Reclusão de 1 a 4 anos	CP, art. 359-D
LC 101/2000, art. 23	Deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.	Agente que lhe der causa	Proibição de receber transferências voluntárias, exceto relativas a ações de educação, saúde e assistência social. Proibição de obter garantia e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e redução de despesa com pessoal (LC 101/2000, art. 23, § 3º, incisos I a III).	Multa de 30% dos vencimentos anuais	Lei 10.028/2000, art. 5º, inciso IV

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, 2012.

Limite da despesa com pessoal conforme a LRF nas capitais

O baixo crescimento observado nas despesas com pessoal fez com que as capitais reduzissem os seus percentuais da LRF em 2017, em relação a 2016. Apenas dez municípios apresentaram gasto com pessoal em relação à RCL acima do percentual observado no ano anterior. Além disso, todas as 26 capitais brasileiras mantiveram o gasto abaixo do limite máximo de 54%. Em 2016, Campo Grande, Florianópolis e Macapá haviam apresentado percentual acima do teto.

EM 2017, A MAIOR PARTE DAS CAPITAIS REDUZIU O PERCENTUAL DE GASTO COM PESSOAL CONFORME A LRF.

Despesa | Pessoal

Os maiores percentuais da LRF, em 2017, foram registrados em Cuiabá, Porto Velho, Macapá, Rio de Janeiro, São Luís, Florianópolis e Natal, que

apresentaram resultados acima do limite prudencial (51,3%). Outras sete capitais ficaram situadas dentro do limite de alerta.

Despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida do Poder Executivo das capitais conforme a LRF - 2014 a 2017 em %

Capitais	2014	2015	2016	2017
Aracaju	51,65	48,37	50,45	49,00
Belém	46,67	47,63	51,78	50,11
Belo Horizonte	42,06	42,78	39,64	43,80
Boa Vista	43,40	47,58	44,61	42,94
Campo Grande	48,68	53,19	54,53	50,04
Cuiabá	49,87	47,49	47,39	53,90
Curitiba	40,69	44,41	45,81	41,19
Florianópolis	...	56,86	57,19	51,77
Fortaleza	47,04	44,79	46,86	47,05
Goiânia	50,40	51,82	42,21	46,07
João Pessoa	50,40	53,44	49,34	49,34
Macapá	53,90	67,35	56,83	53,64
Maceió	51,15	50,89	49,49	47,97
Manaus	41,24	43,13	43,56	45,40
Natal	48,94	56,35	53,13	51,64
Palmas	...	51,21	50,99	49,30
Porto Alegre	46,23	47,76	49,22	50,85
Porto Velho	50,62	50,68	49,14	53,68
Recife	44,67	49,74	49,98	47,78
Rio Branco	43,60	41,78	44,40	44,14
Rio de Janeiro	44,30	44,28	49,04	52,88
Salvador	41,34	44,12	42,04	41,19
São Luís	52,87	55,18	53,27	52,12
São Paulo	34,46	33,67	37,27	35,80
Teresina	...	49,70	48,54	48,79
Vitória	46,51	46,67	42,68	45,13

Limites

Máximo	54,0
Prudencial	51,3
Alerta	48,6

Fonte: elaborado com dados extraídos do portal *Compara Brasil* (www.comparabrasil.com).

Número de servidores dos municípios

Em 2017, o número de servidores da administração direta e indireta dos municípios brasileiros foi de 6.137.022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da publicação *Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios*. Esse total não inclui os dados de 41 municípios, que não souberam informar. A variação do número de servidores entre as cidades com dados em 2015 e 2017, simultaneamente, foi uma queda de 2,6%.

A maioria dos servidores (64%) estava contratada sob o regime estatutário, enquanto que outros 9,8% eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os servidores comissionados equivalem a 8,2% do total e os estagiários a 2,4%. Os 15,5% restantes eram formados por servidores “sem vínculo permanente”. Segundo o IBGE, essa última categoria abriga todos os servidores cedidos por outros órgãos públicos federais ou estaduais, os contratados por designação temporária ou administrativamente, os voluntários, dentre outros.

Foi justamente nessa última categoria que houve a maior redução em relação à pesquisa realizada em 2015, com redução de 18,6% no número de servidores. **A necessidade de conter os gastos com pessoal impactou todos os vínculos, exceto nos estatutários, que gozam de maior estabilidade no emprego.** Esses aumentaram em 2,1%. Aqueles com cargos comissionados foram reduzidos em 3,6%, enquanto o número de estagiários reduziu-se em 7,3% e o número de celetistas foi praticamente o mesmo de 2015, com redução de apenas 0,3%.

Número de servidores dos municípios brasileiros de acordo com os vínculos*

Vínculos	2015	2017	Variação absoluta 2017-2015	Variação relativa 2017-2015	Composição 2017
Estatutários	3.838.431	3.918.372	79.941	2,1%	64,0%
Celetistas	600.737	598.944	-1.793	-0,3%	9,8%
Somente comissionados	518.062	499.459	-18.603	-3,6%	8,2%
Estagiários	157.167	145.719	-11.448	-7,3%	2,4%
Sem vínculo permanente	1.164.045	947.678	-216.367	-18,6%	15,5%
Total*	6.287.126	6.123.438	-163.688	-2,6%	100,0%

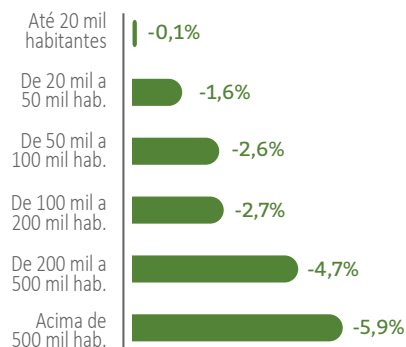
* Refere-se à soma dos servidores dos 5.515 municípios com dados em 2015 e 2017, simultaneamente. Fonte: elaborado com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil Municipal - IBGE, de 2015 e 2017.

Além da redução do número de servidores ter ocorrido nos vínculos de trabalho menos estáveis, também foi mais intensa nas cidades de maior porte populacional. Naquelas com população superior a 500 mil habitantes, a queda em relação à pesquisa de 2015 foi de 5,9%, ao passo que no grupo de pequenas cidades, com até 20 mil moradores, o número de servidores ficou praticamente estável.

Observando-se o número de servidores comparativamente à população, nota-se que para cada grupo de mil habitantes existia cerca de 31 servidores ativos nos municípios brasileiros em 2017. Do ponto de vista regional, o indicador atinge seu maior nível no Nordeste (35) e o menor no Sudeste (27).

O número de servidores por habitante é significativamente maior nas pequenas cidades. A necessidade de se ter uma estrutura mínima em funcionamento faz com que o indicador seja maior nos municípios menores. Naquelas com população até 20 mil habitantes a relação é de 50 servidores por mil habitantes. O indicador recua na medida que aumenta o porte populacional das cidades. Nas grandes metrópoles, com população superior a 500 mil habitantes, ele é de 17 servidores/mil habitantes. Individualmente, os municípios que possuem o maior número de servidores por grupo de mil habitantes foram Grupiara-MG (237),

Taxa de crescimento do número de servidores por porte populacional - 2017/2015



Número de servidores municipais por mil habitantes por região - 2017

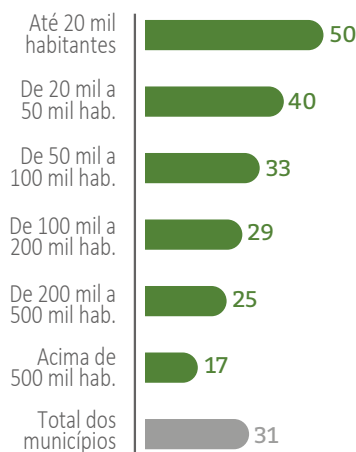


Despesa | Pessoal

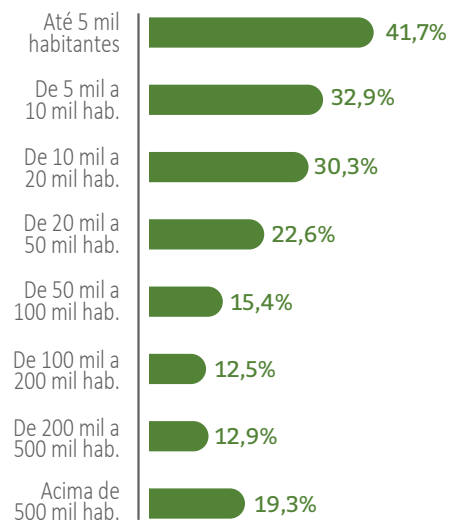
Serra da Saudade-MG (234), Japurá-AM (231), Araguinha-MT (231) e Cachoeira Dourada-MG (196), todos com população inferior a 5 mil residentes.

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), as pequenas cidades brasileiras são muito dependentes dos empregos gerados pela administração pública. Em 2016, para as 1.234 cidades brasileiras (22,2% do total) com menos de cinco mil habitantes, 41,7% dos empregos formais foram gerados pelo setor público, compreendidos por União, estados e municípios.

Número de servidores por mil habitantes por porte populacional dos municípios - 2017

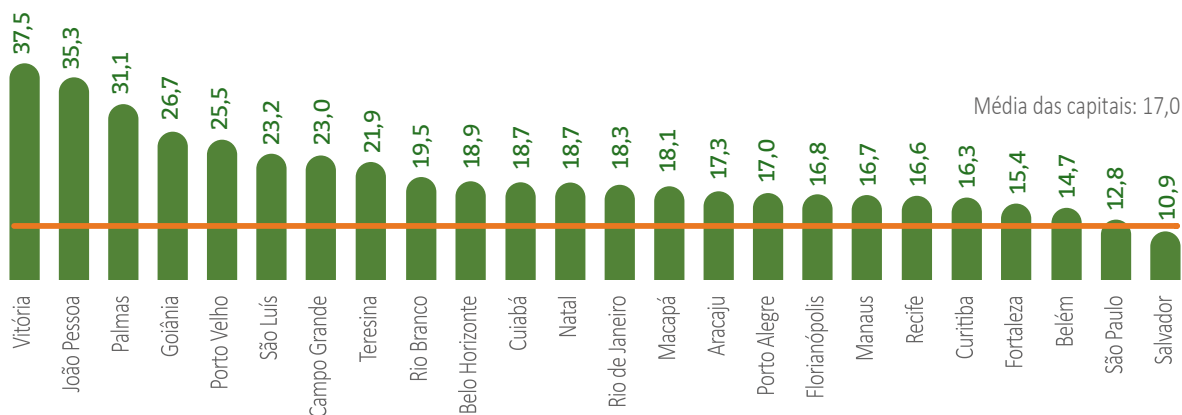


Peso da administração pública no emprego formal dos municípios por faixa populacional - 2016



No grupo das capitais, Vitória lidera o ranking com uma média de 37,5 servidores por mil habitantes. Na sequência vem João Pessoa (35,3) e Palmas (31,1). No outro extremo aparece Salvador, com o menor indicador, de 10,9, seguida por São Paulo (12,8) e Belém (14,7). O indicador médio das capitais foi de 17.

Número de servidores municipais para cada mil habitantes nas capitais - 2017

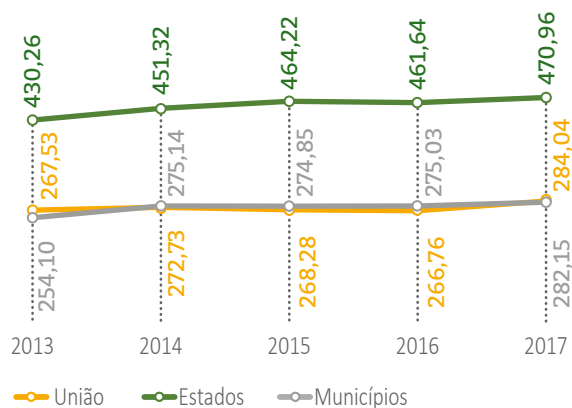


Gastos dos três entes

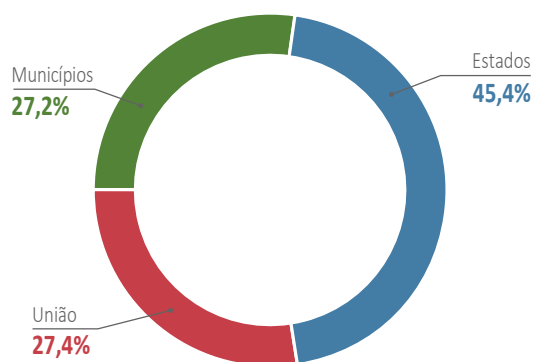
Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a despesa com pessoal e encargos sociais da União foi de R\$ 284,04 bilhões, em 2017, com alta de 6,5% em relação a 2016, em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2017. Nos dois anos anteriores, a União havia reduzido seus gastos em 1,6% e 0,6%. Já o conjunto dos estados brasileiros, segundo os balanços entregues à STN, apresentou crescimento de 2% em relação a 2016. A despesa com pessoal somou R\$ 470,96 bilhões, em 2017.

Evolução do gasto com pessoal por esfera de governo

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



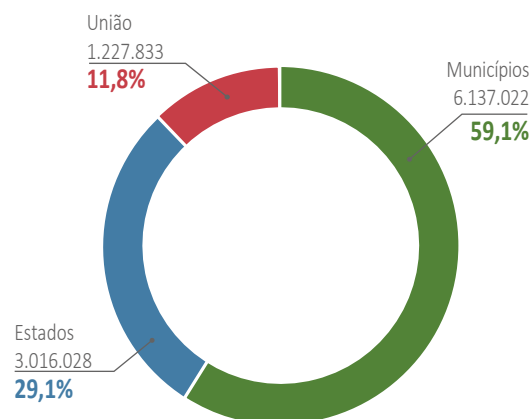
Participação do gasto com pessoal por esfera de governo - 2017



Apesar de a União responder por 27,4% do gasto com pessoal, seu efetivo ao final do ano de 2016 era de 1,23 milhão de servidores ativos atuando nos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e no Ministério Público da União, o que correspondia a 11,8% do total do funcionalismo público dos três níveis de governo. Nos municípios, o peso da despesa com pessoal (27,2%) é praticamente o mesmo da União, porém, 6,14 milhões de servidores estavam alocados nos municípios, o que correspondia a 59,1% do funcionalismo público, em 2017, isso sem contar os servidores dos legislativos municipais, pois os dados disponíveis consideram, exclusivamente, as administrações direta e indireta municipais do Executivo.

Nos estados, também em 2017, eram 3,02 milhões de servidores, não computados os servidores dos poderes legislativos, judiciários e dos ministérios públicos estaduais. Esse contingente respondia por 29,1% do total de servidores públicos, ao passo que os estados responderam, em 2017, por 45,4% da despesa total com pessoal. Esses números revelam os desníveis de remuneração do funcionalismo existente entre os três níveis de governo, notadamente dos municípios com relação à União e aos estados.

Número de servidores por esfera de governo - 2017



União – Nota: servidores na ativa do Poder Executivo, Autarquias, Fundações, Banco Central do Brasil, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Militares, Ministério Público da União, Legislativo e Judiciário. Posição em dezembro de 2016. Fonte: Ministério do Planejamento, Estados e Municípios - Nota: servidores da administração direta e indireta. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios (Munic), e Pesquisa de Informações Básicas dos Estados (Estatist), ambos do IBGE. Posição de 2017.

Pessoal | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Part. desp. total 2017	Part. rec. corrente 2017	Pessoal per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %		em R\$
	17.936.201	Norte	18.632.776,1	19.782.619,3	19.722.461,4	19.424.268,5	20.283.235,9	4,4	55,2	56,2	1.130,85
AC	383.443	Rio Branco	302.296,6	329.732,8	318.228,3	333.160,0	329.912,6	-1,0	46,4	45,3	860,40
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	72.758,2	83.442,1	82.080,1	83.628,0	74.386,0	-11,1	56,6	..	900,32
AP	474.706	Macapá	384.022,8	431.661,7	492.942,2	426.755,8	401.598,7	-5,9	56,8	55,8	845,99
AP	115.471	Santana	85.427,7	100.786,2	..	61,8	67,5	872,83
AM	2.130.264	Manaus	1.849.148,5	2.056.586,9	1.991.177,5	1.971.251,3	1.994.941,7	1,2	47,4	48,9	936,48
AM	113.832	Parintins	103.450,2	111.685,2	97.756,8	...	101.104,6	..	56,2	59,5	888,19
PA	1.452.275	Belém	1.318.951,0	1.377.196,8	1.410.590,7	1.375.455,9	1.265.977,8	-8,0	48,8	49,2	871,72
PA	516.057	Ananindeua	258.474,0	322.289,9	332.295,3	...	295.889,1	..	49,7	48,8	573,37
PA	296.302	Santarém	268.822,8	272.545,3	289.981,2	299.613,3	373.174,5	24,6	65,1	68,6	1.259,44
PA	271.594	Marabá	347.764,0	335.812,6	373.302,7	398.873,1	356.384,4	-10,7	52,1	48,2	1.312,20
RO	519.436	Porto Velho	565.978,4	644.788,3	638.564,5	650.988,7	686.391,2	5,4	59,0	56,6	1.321,42
RO	132.667	Ji-Paraná	107.373,8	110.316,3	112.845,9	111.357,2	116.717,2	4,8	53,4	52,1	879,78
RR	332.020	Boa Vista	327.548,2	382.184,5	431.422,6	428.392,8	453.089,2	5,8	44,4	45,9	1.364,64
RR	28.215	Rorainópolis	30.506,3	29.432,8	27.337,5	28.871,1
TO	286.787	Palmas	439.550,0	467.407,7	470.356,8	448.170,6	436.700,5	-2,6	47,7	45,1	1.522,73
TO	175.960	Araguaína	146.639,8	155.188,4	150.216,4	160.881,3	188.264,9	17,0	50,9	50,9	1.069,93
	57.251.143	Nordeste	63.511.998,9	66.992.384,5	66.919.584,5	66.547.087,5	67.882.281,4	2,0	55,6	56,5	1.185,69
AL	1.029.129	Maceió	1.088.147,1	1.164.576,6	1.099.825,2	1.081.653,9	1.096.536,1	1,4	52,4	55,1	1.065,50
AL	234.185	Arapiraca	275.688,4	272.237,0	282.411,0	305.403,1	285.838,5	-6,4	54,9	53,7	1.220,57
BA	2.953.986	Salvador	2.360.054,9	2.292.347,0	2.467.417,8	2.418.799,7	2.404.017,2	-0,6	44,6	43,3	813,82
BA	627.477	Feira de Santana	380.817,6	389.745,8	410.202,5	388.284,3	354.817,0	-8,6	34,6	35,7	565,47
BA	348.718	Vitória da Conquista	311.627,4	314.056,2	316.853,6	323.620,3	330.227,9	2,0	54,6	56,5	946,98
BA	296.893	Camacari	418.257,7	488.254,9	495.129,2	466.879,2	453.516,6	-2,9	49,1	45,6	1.527,54
CE	2.627.482	Fortaleza	2.680.850,5	2.829.374,9	2.902.125,8	2.949.854,8	2.999.306,9	1,7	49,2	51,7	1.141,51
CE	362.223	Caucaia	276.874,7	274.038,0	327.360,7	336.446,6	302.781,9	-10,0	57,0	52,4	835,90
CE	270.383	Juazeiro do Norte	226.129,8	222.028,0	243.938,5	246.424,7	252.373,3	2,4	50,2	41,8	933,39
MA	1.091.868	São Luís	1.155.863,5	1.421.757,2	1.432.948,0	1.444.166,0	1.406.646,9	-2,6	57,3	55,8	1.288,29
MA	254.569	Imperatriz	297.195,5	303.484,2	322.814,1	6,4	57,2	58,3	1.268,08
PB	811.598	João Pessoa	1.155.906,2	1.197.623,7	1.158.575,9	1.050.964,2	1.086.155,2	3,3	58,8	59,6	1.338,29
PB	410.332	Campina Grande	458.864,9	478.740,5	503.158,0	505.641,4	508.480,7	0,6	59,7	67,2	1.239,19
PE	1.633.697	Recife	1.992.426,9	2.115.727,0	2.231.269,7	2.122.789,3	2.146.110,5	1,1	51,8	50,7	1.313,65
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	559.936,0	624.256,5	603.078,0	592.218,7	587.519,3	-0,8	55,5	50,7	844,19
PE	390.771	Olinda	290.926,9	362.654,4	352.208,6	313.492,5	315.229,4	0,6	58,2	57,7	806,69
PE	356.128	Caruaru	333.263,1	346.491,7	336.665,5	339.150,9	354.283,5	4,5	59,6	59,9	994,82
PE	343.219	Petrolina	272.548,5	281.534,2	295.008,3	307.311,4	319.201,0	3,9	56,7	55,1	930,02
PE	328.353	Paulista	232.895,4	263.264,4	258.307,4	244.749,1	241.134,4	-1,5	58,7	60,2	734,38
PI	850.198	Teresina	1.124.089,1	1.156.253,3	1.194.118,8	1.267.251,8	1.284.660,4	1,4	50,2	54,0	1.511,01
PI	150.547	Parnaíba	158.471,0	174.673,1	175.410,1	177.867,2	186.378,4	4,8	59,9	63,3	1.238,01
RN	885.180	Natal	931.156,8	1.039.685,1	1.056.107,3	801.522,3
RN	295.619	Mossoró	326.512,7	330.196,3	324.747,8	332.229,7	318.636,5	-4,1	61,3	61,6	1.077,86
SE	650.106	Aracaju	789.662,1	860.725,0	863.856,2	862.244,3	822.992,5	-4,6	58,0	52,1	1.265,94
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	141.727,1	139.269,7	146.719,4	142.964,1	163.231,1	14,2	63,4	64,4	897,23
	12.836.463	Centro-Oeste¹	17.097.059,4	17.775.344,1	18.028.422,6	18.648.140,3	19.597.578,8	5,1	55,3	54,0	1.526,71
GO	1.466.105	Goiânia	2.224.908,2	2.016.854,7	2.017.695,1	2.125.326,2	2.225.199,2	4,7	55,8	55,0	1.517,76
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	403.163,2	426.283,4	428.009,8	459.462,9	494.118,3	7,5	56,0	52,3	911,51
GO	375.142	Anápolis	504.607,9	547.609,8	571.497,8	562.428,2	606.317,9	7,8	62,5	64,5	1.616,24
MT	590.118	Cuiabá	797.264,3	896.889,9	908.491,3	970.921,7	1.049.155,4	8,1	54,7	56,1	1.777,87
MT	274.013	Várzea Grande	258.146,1	202.906,2	226.510,2	243.923,2	276.661,2	13,4	53,4	55,3	1.009,66
MS	874.210	Campo Grande	1.357.598,0	1.474.412,7	1.590.104,9	1.686.643,7	1.612.549,4	-4,4	53,2	53,8	1.844,58
MS	218.069	Dourados	343.909,3	349.002,7	359.737,9	369.443,9	396.840,1	7,4	57,9	56,2	1.819,79
	86.949.714	Sudeste	116.074.573,0	128.709.207,1	127.747.550,7	126.734.068,6	128.751.154,2	1,6	48,5	48,8	1.480,75
ES	363.140	Vitória	919.755,2	938.612,2	...	805.871,1	807.649,5	0,2	56,5	54,7	2.224,07
ES	502.618	Serra	553.692,8	581.208,4	...	563.330,5	537.745,7	-4,5	50,8	51,1	1.069,89
ES	486.388	Vila Velha	423.863,3	450.022,6	397.393,0	368.780,0	374.607,4	1,6	48,5	44,6	770,18
ES	387.368	Cariacica	312.083,7	330.007,6	318.016,2	281.539,4	270.113,0	-4,1	52,3	49,1	697,30
MG	2.523.794	Belo Horizonte	3.740.336,7	3.990.517,4	3.885.819,3	3.663.537,7	3.845.761,2	5,0	41,3	43,8	1.523,80
MG	676.613	Uberlândia	656.784,6	716.701,6	787.959,9	811.264,2	805.893,8	-0,7	42,2	43,1	1.191,07
MG	658.580	Contagem	810.566,1	838.885,2	798.427,2	744.892,3	774.573,9	4,0	51,3	53,2	1.176,13

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Part. desp. total 2017	Part. rec. corrente 2017	Pessoal per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %	em R\$	
MG	563.769	Juiz de Fora	632.471,4	684.301,0	686.338,3	726.269,6	748.892,3	3,1	50,5	54,8	1.328,37
MG	427.146	Betim	879.673,9	899.537,6	853.550,2	809.915,8	796.868,1	-1,6	60,0	51,5	1.865,56
MG	402.027	Montes Claros	320.010,8	366.607,8	364.884,0	413.764,2	349.657,9	-15,5	65,0	57,1	869,74
MG	328.871	Ribeirão das Neves	177.843,9	175.697,6	201.636,0	205.177,5	207.260,0	1,0	54,8	..	630,22
MG	328.272	Uberaba	352.043,9	398.780,4	392.069,2	391.932,1	358.961,2	-8,4	38,1	36,5	1.093,49
MG	280.901	Governador Valadares	356.846,3	403.285,8	428.959,9	400.483,8	429.844,5	7,3	58,5	57,9	1.530,24
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	10.905.605,8	11.759.019,4	11.856.395,4	12.397.892,2	12.604.012,6	1,7	56,0	62,5	1.933,05
RJ	1.049.826	São Gonçalo	564.381,8	641.819,2	519.878,2	..	53,0	52,5	495,20
RJ	890.997	Duque de Caxias	1.342.278,2	1.471.920,3	1.502.397,8	1.497.367,5	1.497.553,3	0,0	63,1	74,8	1.680,76
RJ	798.647	Nova Iguaçu	658.748,6	738.245,6	670.492,0	574.629,3	651.264,1	13,3	49,3	51,7	815,46
RJ	499.028	Niterói	1.033.814,1	1.035.549,9	1.069.445,2	1.050.476,1	1.094.884,5	4,2	46,8	46,0	2.194,03
RJ	495.783	Belford Roxo	369.942,2	378.424,5	375.826,0	415.198,8	318.608,8	-23,3	53,1	56,9	642,64
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	1.001.125,7	1.138.373,8	1.006.677,0	1.000.898,8	973.073,2	-2,8	59,6	61,5	1.984,70
RJ	460.461	São João de Meriti	335.929,6	357.033,6	322.347,2	294.598,3	339.418,0	15,2	56,3	66,0	737,13
RJ	298.235	Petrópolis	361.924,5	502.726,4	486.111,8	452.239,9	351.191,7	-22,3	39,7	40,5	1.177,57
RJ	265.201	Volta Redonda	483.016,2	514.954,5	430.956,0	416.059,4	419.900,3	0,9	50,9	51,7	1.583,33
SP	12.106.920	São Paulo	10.644.092,4	17.208.688,7	17.835.288,8	18.005.343,1	18.391.119,0	2,1	37,2	37,7	1.519,06
SP	1.349.113	Guarulhos	1.856.091,4	1.887.872,7	1.908.039,1	1.764.630,7	1.909.258,7	8,2	48,3	49,6	1.415,20
SP	1.182.429	Campinas	2.041.840,1	2.137.968,6	2.163.792,8	2.196.893,6	2.170.251,9	-1,2	48,0	54,2	1.835,42
SP	827.437	São Bernardo do Campo	1.306.639,7	1.341.474,9	1.295.977,2	1.363.275,4	1.318.908,8	-3,3	39,3	40,5	1.593,97
SP	715.231	Santo André	851.418,2	896.249,8	877.960,0	914.179,1	871.471,9	-4,7	40,5	39,3	1.218,45
SP	703.219	São José dos Campos	1.009.723,1	1.051.561,8	1.070.097,9	1.113.984,0	1.108.545,5	-0,5	48,0	44,8	1.576,39
SP	697.886	Osasco	963.084,2	1.095.212,7	974.163,2	965.245,2	957.058,6	-0,8	49,2	..	1.371,37
SP	682.302	Ribeirão Preto	1.169.045,0	1.168.795,5	1.156.525,1	1.213.289,4	1.262.362,2	4,0	54,6	52,7	1.850,15
SP	659.871	Sorocaba	906.604,5	987.104,6	1.003.698,2	1.056.573,1	1.032.451,2	-2,3	46,9	41,7	1.564,63
SP	462.005	Mauá	297.830,7	317.883,1	302.564,2	307.717,2	306.586,6	-0,4	33,7	34,7	663,60
SP	450.657	São José do Rio Preto	462.817,0	487.258,1	504.171,8	502.915,2	525.356,5	4,5	37,1	37,4	1.165,76
SP	434.742	Santos	1.087.848,3	1.125.829,7	...	1.115.651,0	1.106.320,0	-0,8	50,4	50,2	2.544,77
SP	433.901	Mogi das Cruzes	428.167,3	329.095,9	452.992,2	479.738,4	497.390,4	3,7	38,6	40,4	1.146,32
SP	417.869	Diadema	576.029,3	600.746,0	563.509,9	574.605,6	612.710,9	6,6	52,5	56,5	1.466,28
SP	409.497	Jundiaí	722.902,4	767.100,4	797.299,4	864.368,4	870.165,5	0,7	50,2	48,3	2.124,96
SP	397.322	Piracicaba	613.826,4	642.499,7	657.872,2	690.148,8	691.318,4	0,2	46,3	47,9	1.739,95
SP	396.587	Carapicuíba	262.632,8	241.545,8	230.999,1	200.745,1
SP	371.690	Bauru	530.581,1	555.924,0	554.838,8	549.562,9	585.284,8	6,5	57,2	56,7	1.574,66
29.644.948	Sul	38.785.544,3	41.876.532,7	42.435.056,7	43.676.377,0	45.640.125,3	4,5	52,2	50,3	1.539,56	
PR	1.908.359	Curitiba	2.963.029,9	3.160.574,5	3.261.642,8	3.403.022,5	3.375.632,1	-0,8	47,7	46,9	1.768,87
PR	558.439	Londrina	738.914,1	775.648,3	810.819,1	880.190,8	851.594,1	-3,2	50,4	52,6	1.524,95
PR	406.693	Maringá	485.489,3	547.207,9	556.694,3	576.678,5	610.120,6	5,8	50,7	48,7	1.500,20
PR	344.332	Ponta Grossa	330.927,4	356.133,8	365.438,2	374.054,1	396.792,2	6,1	52,8	55,9	1.152,35
PR	319.608	Cascavel	294.699,5	354.657,9	360.738,3	383.428,2	414.444,6	8,1	55,4	50,9	1.296,73
PR	307.530	São José dos Pinhais	424.739,1	461.344,8	385.456,0	387.589,2	414.016,4	6,8	48,2	44,9	1.346,26
PR	264.044	Foz do Iguaçu	329.803,9	380.446,1	342.780,7	351.660,8	431.512,3	22,7	51,5	48,4	1.634,24
RS	1.484.941	Porto Alegre	2.780.993,4	2.817.863,4	2.783.419,0	2.831.714,8	2.900.234,1	2,4	51,7	52,0	1.953,10
RS	483.377	Caxias do Sul	736.657,8	779.682,6	799.794,2	804.722,1	788.853,6	-2,0	50,4	49,5	1.631,96
RS	344.385	Pelotas	343.679,4	340.694,0	354.494,8	371.970,1	416.409,2	11,9	48,0	49,3	1.209,14
RS	343.853	Canoas	466.132,3	499.339,5	483.570,2	515.051,3	518.869,4	0,7	38,9	38,1	1.508,99
RS	278.445	Santa Maria	301.065,2	309.501,3	315.079,9	323.553,9	345.897,4	6,9	63,2	61,1	1.242,25
RS	275.146	Gravatá	317.598,4	342.044,1	327.531,4	312.667,7	331.582,7	6,0	50,0	49,5	1.205,12
RS	253.717	Viamão	130.157,8	165.476,7	171.171,8	183.141,8	203.642,5	11,2	54,4	51,6	802,64
SC	485.838	Florianópolis	813.258,2	901.651,7	952.077,4	811.171,6	966.114,8	19,1	57,3	62,1	1.988,55
SC	577.077	Joinville	709.342,8	891.676,7	914.416,7	922.614,4	1.001.929,0	8,6	58,8	53,0	1.736,21
SC	348.513	Blumenau	454.668,2	562.937,9	589.173,5	610.058,6	626.208,7	2,6	46,6	49,8	1.796,80
	81.113.137	Cidades selecionadas	96.283.273,1	108.297.905,4	109.451.041,9	109.834.305,2	111.256.378,0	1,3	47,8	48,6	1.371,62
	32.224.780	Até 20 mil habitantes	45.563.234,2	47.686.788,7	47.346.797,2	47.632.921,3	49.288.406,0	3,5	54,3	54,8	1.529,52
	46.435.866	Capitais	55.612.494,5	64.932.713,2	66.159.417,3	66.334.866,1	67.345.734,3	1,5	46,4	47,6	1.450,30
	204.618.469	Brasil¹	254.101.951,8	275.136.087,7	274.853.076,0	275.029.941,9	282.154.375,6	2,6	51,6	51,5	1.378,93

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: 1 não inclui Brasília.

Pessoal | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Pessoal	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	18.391.119.010,40	12.106.920	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	12.604.012.596,08	6.520.266	2º
3º	MG	Belo Horizonte	3.845.761.174,45	2.523.794	5º
4º	PR	Curitiba	3.375.632.129,62	1.908.359	7º
5º	CE	Fortaleza	2.999.306.869,84	2.627.482	4º
6º	RS	Porto Alegre	2.900.234.135,93	1.484.941	9º
7º	BA	Salvador	2.404.017.933,03	2.953.986	3º
8º	GO	Goiânia	2.225.199.211,73	1.466.105	10º
9º	SP	Campinas	2.170.251.918,31	1.182.429	13º
10º	PE	Recife	2.146.110.524,56	1.633.697	8º
11º	AM	Manaus	1.994.941.675,45	2.130.264	6º
12º	SP	Guarulhos	1.909.258.652,27	1.349.113	12º
13º	MS	Campo Grande	1.612.549.407,28	874.210	19º
14º	RJ	Duque de Caxias	1.497.553.259,87	890.997	17º
15º	MA	São Luis	1.406.646.947,32	1.091.868	14º
16º	SP	São Bernardo do Campo	1.318.908.783,04	827.437	21º
17º	PI	Teresina	1.284.660.413,37	850.198	20º
18º	PA	Belém	1.265.977.845,48	1.452.275	11º
19º	SP	Ribeirão Preto	1.262.362.198,32	682.302	28º
20º	SP	São José dos Campos	1.108.545.549,99	703.219	25º
21º	SP	Santos	1.106.320.012,63	434.742	52º
22º	AL	Maceió	1.096.536.111,66	1.029.129	16º
23º	RJ	Niterói	1.094.884.470,86	499.028	42º
24º	PB	João Pessoa	1.086.155.215,23	811.598	22º
25º	MT	Cuiabá	1.049.155.440,55	590.118	34º
26º	SP	Sorocaba	1.032.451.156,70	659.871	30º
27º	SC	Joinville	1.001.928.956,98	577.077	35º
28º	RJ	Macaé	1.000.854.099,18	244.139	113º
29º	RJ	Campos dos Goytacazes	973.073.210,36	490.288	44º
30º	SC	Florianópolis	966.114.846,80	485.838	46º
31º	SP	Osasco	957.058.648,26	697.886	26º
32º	SP	Barueri	911.292.904,86	267.534	103º
33º	SP	Santo André	871.471.915,02	715.231	24º
34º	SP	Jundiaí	870.165.534,52	409.497	57º
35º	PR	Londrina	851.594.137,55	558.439	37º
36º	SE	Aracaju	822.992.541,99	650.106	32º
37º	ES	Vitória	807.649.502,60	363.140	67º
38º	MG	Uberlândia	805.893.818,71	676.613	29º
39º	MG	Betim	796.868.120,16	427.146	54º
40º	RS	Caxias do Sul	788.853.603,36	483.377	47º
41º	MG	Contagem	774.573.858,78	658.580	31º
42º	MG	Juiz de Fora	748.892.317,40	563.769	36º
43º	SP	Piracicaba	691.318.447,52	397.322	60º
44º	RO	Porto Velho	686.391.241,60	519.436	39º
45º	SP	Paulínia	669.857.288,95	102.499	304º
46º	RJ	Nova Iguaçu	651.264.061,64	798.647	23º
47º	SC	Blumenau	626.208.673,25	348.513	73º
48º	SP	Praia Grande	624.274.696,34	310.024	85º
49º	SP	Diadema	612.710.922,11	417.869	55º
50º	PR	Maringá	610.120.580,47	406.693	58º
51º	GO	Anápolis	606.317.899,28	375.142	65º
52º	PE	Jaboatão dos Guararapes	587.519.313,30	695.956	27º

Posição	UF	Município	Pessoal	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	SP	Bauru	585.284.805,59	371.690	66º
54º	SC	Itajaí	549.899.283,26	212.615	140º
55º	SP	Taubaté	539.012.877,05	307.953	86º
56º	PA	Parauapebas	538.079.430,68	202.356	148º
57º	ES	Serra	537.745.705,49	502.618	41º
58º	RJ	Cabo Frio	529.040.663,35	216.030	138º
59º	SP	São José do Rio Preto	525.356.523,92	450.657	51º
60º	SP	São Caetano do Sul	524.127.777,33	159.608	182º
61º	SP	Guarujá	523.473.859,69	315.563	84º
62º	RJ	São Gonçalo	519.878.226,76	1.049.826	15º
63º	RS	Canoas	518.869.378,24	343.853	77º
64º	PB	Campina Grande	508.480.713,61	410.332	56º
65º	SP	Cubatão	507.975.622,57	128.748	225º
66º	SP	Mogi das Cruzes	497.390.399,80	433.901	53º
67º	GO	Aparecida de Goiânia	494.118.280,77	542.090	38º
68º	RJ	Angra dos Reis	470.837.350,92	194.619	155º
69º	BA	Camaçari	453.516.603,06	296.893	90º
70º	RR	Boa Vista	453.089.203,20	332.020	79º
71º	TO	Palmas	436.700.478,06	286.787	94º
72º	PR	Foz de Iguaçu	431.512.282,15	264.044	106º
73º	MG	Governador Valadares	429.844.542,86	280.901	95º
74º	SP	São Vicente	428.206.570,98	360.380	70º
75º	GO	Rio Verde	426.781.811,26	217.048	137º
76º	RJ	Volta Redonda	419.900.326,46	265.201	105º
77º	RS	Pelotas	416.409.222,92	344.385	75º
78º	PR	Cascavel	414.444.559,21	319.608	83º
79º	PR	São José dos Pinhais	414.016.406,82	307.530	87º
80º	AP	Macapá	401.598.654,95	474.706	48º
81º	SP	Marília	397.188.243,24	235.234	120º
82º	MS	Dourados	396.840.098,13	218.069	136º
83º	PR	Ponta Grossa	396.792.248,87	344.332	76º
84º	SP	Limeira	392.918.251,26	300.911	88º
85º	SP	Araraquara	388.527.828,29	230.770	126º
86º	SP	Americana	377.145.054,22	233.868	123º
87º	RJ	Itaguaí	375.153.462,61	122.369	243º
88º	ES	Vila Velha	374.607.412,78	486.388	45º
89º	PA	Santarém	373.174.522,58	296.302	91º
90º	SP	Indaiatuba	371.321.137,69	239.602	115º
91º	RS	São Leopoldo	370.210.128,16	230.914	125º
92º	SP	São Carlos	362.193.812,12	246.088	112º
93º	PE	Ipojuca	359.737.843,72	94.533	333º
94º	MG	Uberaba	358.961.179,55	328.272	82º
95º	PA	Marabá	356.384.376,12	271.594	101º
96º	BA	Feira de Santana	354.817.042,26	627.477	33º
97º	PE	Caruaru	354.283.531,88	356.128	71º
98º	SC	Balneário Camboriú	352.000.324,79	135.268	214º
99º	RJ	Petrópolis	351.191.683,20	298.235	89º
100º	MG	Montes Claros	349.657.881,81	402.027	59º

	Total dos 100 maiores	115.412.511.409,20	77.215.452	..
	Total dos demais	166.741.864.195,90	127.403.017	..
	Total Brasil¹	282.154.375.605,10	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Pessoal per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Pessoal per capita	Pessoal	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
1°	MG	Serra da Saudade	7.509,06	6.097.359,89	812	5568°
2°	SP	Paulínia	6.535,26	669.857.288,95	102.499	304°
3°	BA	São Francisco do Conde	6.430,75	258.644.772,77	40.220	831°
4°	MT	Araguainha	6.383,53	5.943.070,50	931	5566°
5°	ES	Presidente Kennedy	6.179,92	72.564.608,76	11.742	2759°
6°	SP	Borá	6.099,07	5.117.118,96	839	5567°
7°	SP	Nova Castilho	6.089,77	7.545.221,60	1.239	5560°
8°	MG	Cachoeira Dourada	5.994,89	16.132.253,59	2.691	5233°
9°	SP	Uru	5.753,32	6.944.253,93	1.207	5563°
10°	RS	Pinhal da Serra	5.569,15	11.717.501,03	2.104	5438°
11°	MG	Grupiara	5.483,30	7.775.320,66	1.418	5552°
12°	RN	Bodó	5.372,88	12.395.243,39	2.307	5369°
13°	GO	Barro Alto	5.362,59	55.958.627,18	10.435	3057°
14°	RS	Engenho Velho	5.353,60	7.173.828,46	1.340	5557°
15°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	5.320,30	57.315.614,03	10.773	2985°
16°	PA	Jacareacanga	5.283,59	42.580.450,31	8.059	3455°
17°	MG	Jeceaba	5.141,98	26.784.580,42	5.209	4264°
18°	GO	Anhanguera	4.999,15	5.629.047,14	1.126	5564°
19°	GO	Rio Quente	4.859,75	19.983.289,18	4.112	4675°
20°	SP	Turmalina	4.818,20	8.802.851,62	1.827	5495°
21°	SP	Flora Rica	4.741,72	7.449.239,17	1.571	5539°
22°	MG	Doresópolis	4.725,53	7.244.242,54	1.533	5549°
23°	RN	Guamaré	4.717,04	72.213.190,52	15.309	2265°
24°	SP	Pontes Gestal	4.617,58	11.977.990,95	2.594	5272°
25°	MG	Água Comprida	4.603,74	9.474.507,01	2.058	5450°
26°	PR	Jardim Olinda	4.594,42	6.413.804,76	1.396	5555°
27°	SC	Santiago do Sul	4.549,24	5.991.346,86	1.317	5558°
28°	MS	Jatei	4.523,67	18.207.765,71	4.025	4718°
29°	GO	Davinópolis	4.521,36	9.644.064,69	2.133	5428°
30°	RS	Pedras Altas	4.500,31	9.756.681,61	2.168	5415°
31°	RS	União da Serra	4.483,43	6.160.233,12	1.374	5556°
32°	ES	Itapemirim	4.475,81	154.988.444,83	34.628	975°
33°	MG	Tapira	4.467,66	20.774.627,60	4.650	4473°
34°	GO	Urutai	4.460,18	14.067.410,21	3.154	5050°
35°	GO	Perolândia	4.458,70	13.978.011,41	3.135	5056°
36°	SP	Monções	4.455,85	10.021.215,23	2.249	5388°
37°	RS	Triunfo	4.404,65	124.603.033,80	28.289	1227°
38°	SC	Presidente Castello Branco	4.349,53	7.002.747,33	1.610	5531°
39°	MT	Campos de Júlio	4.299,41	27.997.725,61	6.512	3858°
40°	GO	Lagoa Santa	4.284,03	6.383.200,98	1.490	5550°
41°	SP	Paulistânia	4.274,94	7.870.171,08	1.841	5493°
42°	SP	Ilha Comprida	4.268,66	45.486.864,57	10.656	3011°
43°	RS	Capão Bonito do Sul	4.236,72	7.448.156,56	1.758	5509°
44°	SP	Santana da Ponte Pensa	4.227,99	6.574.530,20	1.555	5543°
45°	SP	Turiúba	4.213,41	8.494.236,41	2.016	5457°
46°	RJ	São João da Barra	4.201,25	147.774.853,81	35.174	950°
47°	SC	Piratuba	4.178,43	17.139.929,32	4.102	4680°
48°	GO	Santa Cruz de Goiás	4.168,32	12.705.041,18	3.048	5093°
49°	ES	Anchieta	4.134,86	118.033.707,49	28.546	1206°
50°	RJ	Macaé	4.099,53	1.000.854.099,18	244.139	113°
51°	GO	Água Limpa	4.093,82	8.052.536,93	1.967	5463°
52°	GO	Aparecida do Rio Doce	4.084,64	10.281.044,59	2.517	5311°

Posição	UF	Município	Pessoal per capita	Pessoal	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
53°	SC	Flor do Sertão	4.079,93	6.503.406,65	1.594	5533°
54°	SC	Capão Alto	4.075,95	10.585.246,08	2.597	5269°
55°	TO	Oliveira de Fátima	4.072,75	4.520.751,92	1.110	5565°
56°	SC	Jardinópolis	4.021,43	6.534.825,62	1.625	5529°
57°	SP	Santa Clara d'Oeste	4.000,13	8.536.276,93	2.134	5427°
58°	SP	Zacarias	3.983,27	10.499.901,76	2.636	5249°
59°	SP	União Paulista	3.964,47	7.108.302,72	1.793	5503°
60°	SP	Cubatão	3.945,50	507.975.622,57	128.748	225°
61°	MG	Cedro do Abaeté	3.933,11	4.755.128,00	1.209	5562°
62°	SC	Paial	3.931,17	6.199.453,25	1.577	5535°
63°	MG	Araporã	3.928,94	26.614.629,35	6.774	3785°
64°	SP	Rubinéia	3.921,86	12.165.611,70	3.102	5067°
65°	RS	Tupanci do Sul	3.921,25	6.168.123,60	1.573	5538°
66°	SP	Mesópolis	3.918,75	7.547.507,53	1.926	5475°
67°	GO	Mimoso de Goiás	3.916,82	10.583.258,96	2.702	5227°
68°	PB	São José do Brejo do Cruz	3.914,97	7.070.444,42	1.806	5500°
69°	SP	Sandovalina	3.909,31	16.317.466,49	4.174	4653°
70°	SC	Tigrinhos	3.907,65	6.623.462,98	1.695	5520°
71°	SP	Dirce Reis	3.905,37	6.971.080,67	1.785	5505°
72°	SC	Lajeado Grande	3.898,21	5.664.100,91	1.453	5551°
73°	RJ	Quissamã	3.883,30	91.393.417,71	23.535	1504°
74°	RS	Xangri-lá	3.883,16	56.888.240,51	14.650	2365°
75°	RS	Dois Irmãos das Missões	3.872,28	8.356.373,59	2.158	5418°
76°	MS	Taquarussu	3.863,37	13.792.244,12	3.570	4897°
77°	SP	Santa Salete	3.835,30	5.891.015,79	1.536	5547°
78°	PR	Santa Inês	3.834,90	6.622.871,41	1.727	5515°
79°	RS	Vista Alegre do Prata	3.808,11	6.134.858,91	1.611	5530°
80°	PE	Ipojuca	3.805,42	359.737.843,72	94.533	333°
81°	RS	Santo Antônio do Planalto	3.793,68	7.811.183,96	2.059	5448°
82°	MG	Antônio Prado de Minas	3.791,53	6.309.105,67	1.664	5527°
83°	RJ	Mangaratiba	3.780,34	160.343.220,35	42.415	777°
84°	SC	Marema	3.749,58	7.146.703,67	1.906	5479°
85°	RS	Lagoa dos Três Cantos	3.742,64	6.175.358,65	1.650	5528°
86°	PA	Canaã dos Carajás	3.741,54	134.796.580,58	36.027	934°
87°	SP	Pedranópolis	3.738,33	9.521.530,45	2.547	5296°
88°	RS	Vila Lângaro	3.734,62	8.160.142,37	2.185	5412°
89°	SP	São Sebastião	3.727,29	318.824.902,15	85.538	368°
90°	SP	Quatro Irmãos	3.724,20	6.912.118,56	1.856	5486°
91°	RS	São João de Iracema	3.723,99	7.090.482,72	1.904	5480°
92°	SC	Macieira	3.714,53	6.682.445,66	1.799	5502°
93°	SC	Treviso	3.704,36	14.309.951,39	3.863	4781°
94°	SP	Magda	3.703,76	11.796.473,45	3.185	5038°
95°	AM	Japurá	3.678,07	15.466.300,56	4.205	4637°
96°	PR	Alto Paraíso	3.676,04	11.020.767,40	2.998	5112°
97°	RS	André da Rocha	3.673,32	4.797.362,30	1.306	5559°
98°	MG	São Sebastião do Rio Preto	3.671,57	5.808.431,32	1.582	5534°
99°	GO	Alto Horizonte	3.671,26	21.234.564,16	5.784	4077°
100°	GO	Guarani de Goiás	3.670,12	15.212.638,35	4.145	4666°

	Total dos 100 maiores	4.397,02	5.247.208.689,22	1.193.355	..
	Total dos demais	1.361,22	276.907.166.915,88	203.425.114	..
	Total Brasil¹	1.378,93	282.154.375.605,10	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Municípios mantêm política de austeridade e cortam custeio

Apesar da ligeira melhora da receita corrente, as administrações que assumiram em 2017 deram continuidade à política de cortes no custeio, mesmo desacelerando o ritmo da queda. Assim, a despesa com custeio retornou aos níveis de 2012 e está em seu menor patamar em relação à receita corrente.

Desempenho

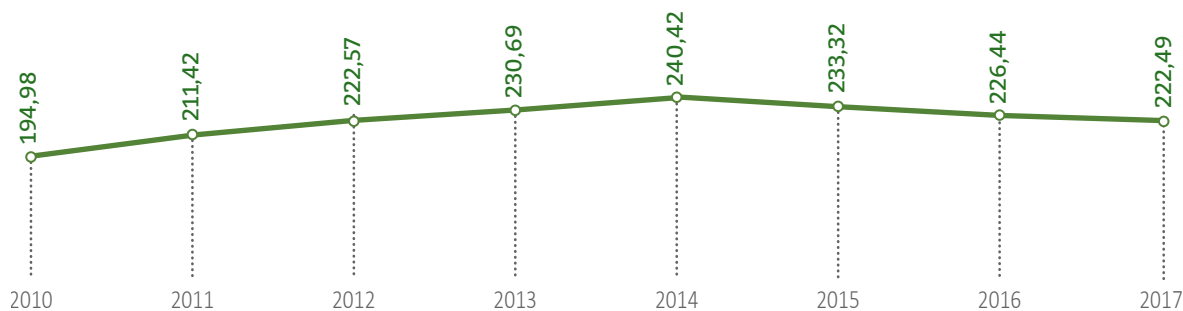
Os municípios desembolsaram R\$ 222,49 bilhões com custeio em 2017, valor 1,7% inferior ao registrado no ano anterior. Foram R\$ 3,94 bilhões a menos do que em 2016. Pelo terceiro ano consecutivo os municípios reduziram as despesas com custeio, fazendo com que o volume aplicado em 2017 equivalesse àquele registrado cinco anos antes, em 2012, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2017. O comportamento dos três últimos anos marca uma profunda diferença com o padrão prevalecente nos anos anteriores, quando as despesas com custeio vinham aumentando seguidamente desde 2010, ainda que a taxas decrescentes. No conceito adotado por **Multi Cidades**, as despesas de custeio correspondem a todos os gastos correntes, exceto pessoal, pagamentos de juros e encargos da dívida e operações entre órgãos. Incluem, portanto, os serviços de terceiros, material de consumo e diversas transferências correntes.

O rígido controle sobre os gastos exercido pelas administrações municipais desde 2015 foi uma agenda imposta pela crise da economia brasileira e seus reflexos sobre as finanças municipais. No biênio mais agudo da crise (2015-2016) a economia brasileira sofreu duas quedas consecutivas do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 3,5%, derrubando a receita corrente dos municípios brasileiros em 2,3% e 2,6%, consecutivamente em 2015 e 2016, descontados os recursos extraordinários provenientes da Lei da Repatriação em 2016¹. Acompanhando o cenário de ligeira melhora do ambiente econômico, as receitas municipais cresceram 2,1% em 2017, comparado ao ano anterior, também desconsiderando os recursos da Lei da Repatriação. Ainda assim, em 2017 o nível da receita corrente estava abaixo daquele registrado em 2014.

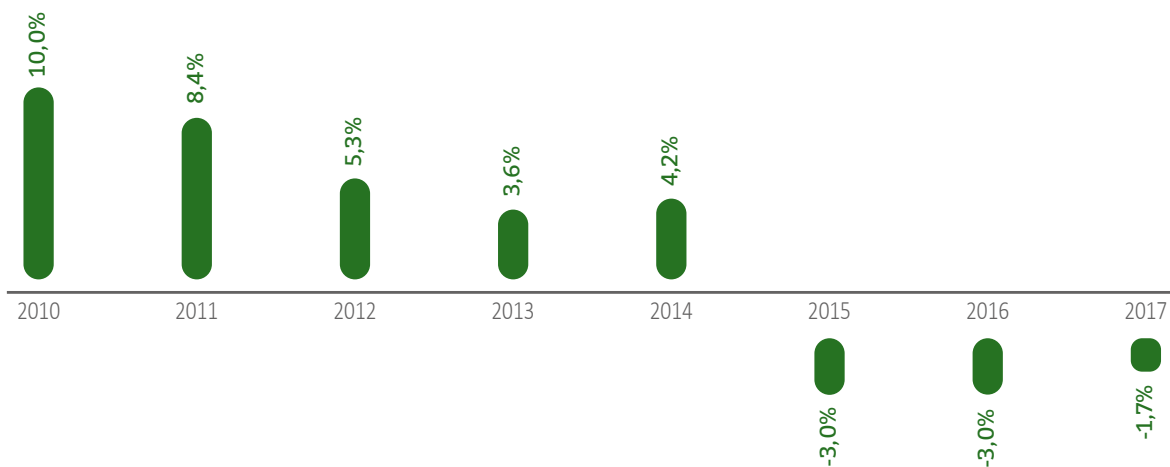
¹ Sobre a Lei nº 13.254/2016 e seus efeitos, conhecida como a Lei da Repatriação, ver página 58.

Evolução da despesa com custeio

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Taxa de crescimento da despesa com custeio em relação ao ano anterior



Diante de níveis de receita bastantes baixos e uma recuperação tímida e incerta da economia, as administrações municipais que assumiram em 2017 deram continuidade à política de corte de gastos que teve início dois anos antes.

Ainda que a ligeira melhora da receita corrente possa ter aliviado a pressão para cortes mais severos nos gastos, o fato de a retração nos custeios de 2017 ter sido menos intensa que a dos dois anos anteriores pode ser um sinal de que as administrações municipais estão encontrando

dificuldades crescentes para cortar mais despesas de custeio. Além disso, os seguidos cortes geraram um conjunto de demandas reprimidas que se manifestarão tão logo as receitas municipais apresentem uma trajetória mais consistente de crescimento, pressionando para cima o gasto com custeio.

Para continuar reduzindo as despesas, as atuais administrações deverão pensar em ajustes mais profundos na própria máquina pública e na forma de prestar os serviços. Conforme comentado

na edição anterior de **Multi Cidades**, a “redução (da despesa de custeio) pode resultar na interrupção, total ou parcial, ou na piora da qualidade dos serviços prestados à população. A superação desses obstáculos exige ganhos de produtividade

CORTES NOS CUSTEIOS GERARAM DEMANDAS REPRIMIDAS QUE SE MANIFESTARÃO TÃO LOGO AS RECEITAS MUNICIPAIS APRESENTEM UMA TRAJETÓRIA MAIS CONSISTENTE DE CRESCIMENTO.

no setor público por meio da melhoria na qualidade do gasto público. Diversos municípios estão promovendo a revisão de contratos com seus fornecedores, mas é necessário ainda avançar na adoção de formas inteligentes e criativas, muitas vezes apoiadas em novas tecnologias, que levem

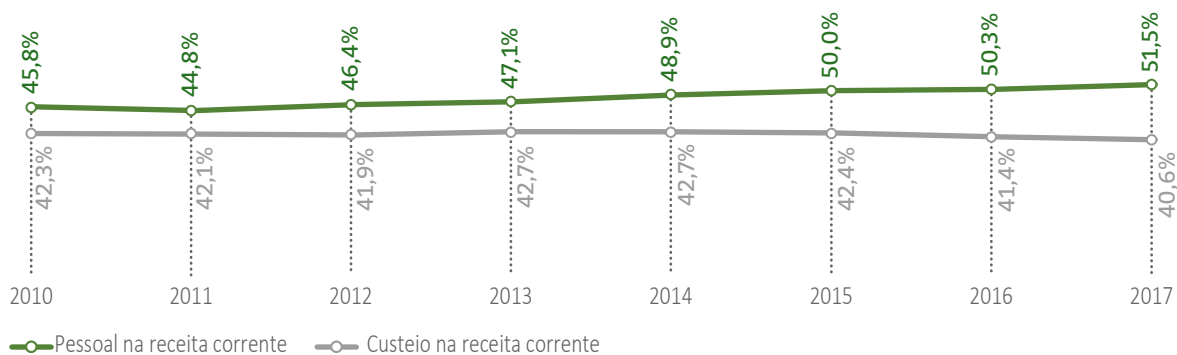
à redução de custos operacionais e proporcionem melhorias na prestação de serviços”.

Nos pequenos municípios, aqueles com até 20 mil habitantes, a queda média das despesas com custeio foi de 1,7%, a mesma variação do total. Nas capitais ocorreu um ligeiro aumento de 0,9%. Em termos absolutos, a maior queda ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. Premida por uma redução de 8% na receita corrente, a capital fluminense reduziu em R\$ 838,3 milhões suas despesas de custeio. Na sequência aparecem Florianópolis (R\$ -222,9 milhões) e Goiânia (R\$ -187,1 milhões). Os aumentos mais expressivos entre as capitais ocorreram em São Paulo (R\$ 1,02 bilhão ou 4,1%), Belo Horizonte (R\$ 383,3 milhões), Curitiba (R\$ 239,7 milhões) e Fortaleza (R\$ 233,7 milhões).

Peso nos orçamentos

O ajuste das despesas municipais com cortes mais acentuados nas despesas de custeio e investimentos (sobre investimentos ver página 162) reflete, em grande medida, o pequeno raio de manobra que as administrações municipais

Participação da despesa com pessoal e de custeio na receita corrente

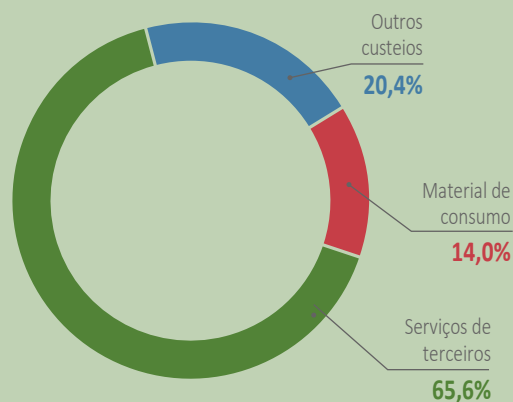


Composição dos custeios

No conceito adotado por **Multi Cidades**, as despesas de custeio correspondem a todos os gastos correntes, exceto pessoal e pagamentos de juros e encargos da dívida. Incluem, portanto, os serviços de terceiros, material de consumo e outros custeios. Desses três grandes itens, o relativo a serviços de terceiros representou a maior parte da despesa com custeio, alcançando 66% do total. Já o item material de consumo representou 14% e os outros custeios os 20% restantes.

Despesas importantes como os serviços de iluminação pública e limpeza urbana são classificadas como custeios. Outros grandes itens do custeio são a manutenção de vias, escolas, postos de saúde, centros esportivos, parques, praças, jardins e outras áreas públicas; bem como a sinalização da cidade e a compra de material de consumo utilizado nas escolas, nos órgãos da administração municipal e nos serviços de saúde. Ainda podem ser citados os custos com publicidade, estudos e pesquisas, treinamentos e cursos, consultorias, dentre outros.

Composição da despesa com custeio - 2017



dispõem sobre os gastos com pessoal, que se mostra bastante inflexível à baixa (sobre pessoal ver página 142).

Com efeito, o peso médio da despesa com pessoal na receita corrente subiu de 46,7% durante o período pré-crise (2010-2014) para 51,5%, em 2017. **No mesmo comparativo, o indicador de custeio na receita corrente recuou de 42,4% para 40,6%, o menor nível desde 2002**, ano que tem início a série de dados compilados por **Multi Cidades**. Esse patamar tão baixo do indicador é mais um alerta sobre as dificuldades crescentes que os governos locais terão para promover novos cortes de gastos e para administrar as demandas reprimidas da população por mais e melhores serviços públicos.

Custeio | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. desp. total 2017	Part. rec. corrente 2017	Custeio per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %	em %	em R\$
	17.936.201	Norte	13.315.442,4	14.853.023,4	14.292.954,2	13.510.803,7	13.187.145,6	-2,4	35,9	36,5	735,23
AC	383.443	Rio Branco	276.185,5	303.911,2	291.862,3	314.535,1	301.718,5	-4,1	42,5	41,4	786,87
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	40.469,3	38.258,0	32.067,5	39.558,6	45.227,8	14,3	34,4	..	547,41
AP	474.706	Macapá	247.339,3	207.190,1	237.334,3	247.099,8	269.996,1	9,3	38,2	37,5	568,76
AP	115.471	Santana	42.148,9	56.761,3	..	34,8	38,0	491,56
AM	2.130.264	Manaus	1.650.019,8	1.846.022,6	1.808.554,2	1.737.689,6	1.727.318,0	-0,6	41,0	42,3	810,85
AM	113.832	Parintins	84.104,8	97.907,3	82.210,2	...	73.020,1	..	40,6	43,0	641,47
PA	1.452.275	Belém	1.014.439,0	1.347.736,6	1.263.246,8	954.553,8	1.001.494,3	4,9	38,6	39,0	689,60
PA	516.057	Ananindeua	207.626,8	235.920,2	240.032,2	...	244.990,6	..	41,1	40,4	474,74
PA	296.302	Santarém	198.357,7	223.682,6	246.802,7	230.213,7	157.819,0	-31,4	27,5	29,0	532,63
PA	271.594	Marabá	255.833,4	372.435,8	301.053,7	206.023,8	268.166,7	30,2	39,2	36,2	987,38
RO	519.436	Porto Velho	455.340,8	480.135,7	533.282,3	477.469,0	435.562,3	-8,8	37,5	35,9	838,53
RO	132.667	Ji-Paraná	62.400,5	80.564,7	82.010,3	75.679,0	73.601,2	-2,7	33,7	32,8	554,78
RR	332.020	Boa Vista	287.589,5	348.573,1	341.096,7	306.688,2	342.262,3	11,6	33,6	34,7	1.030,85
RR	28.215	Rorainópolis	18.002,8	17.836,7	25.629,0	19.707,7
TO	286.787	Palmas	222.760,0	337.299,3	349.636,0	364.939,1	367.450,5	0,7	40,2	37,9	1.281,27
TO	175.960	Araguaína	143.607,7	140.820,4	155.319,9	161.134,2	140.078,1	-13,1	37,9	37,9	796,08
	57.251.143	Nordeste	46.486.169,4	50.737.095,0	48.782.926,8	46.772.567,3	46.060.070,4	-1,5	37,7	38,3	804,53
AL	1.029.129	Maceió	841.583,9	880.670,9	780.544,8	804.086,1	864.718,8	7,5	41,3	43,5	840,24
AL	234.185	Arapiraca	198.745,8	239.809,0	270.499,3	225.061,2	207.235,6	-7,9	39,8	38,9	884,92
BA	2.953.986	Salvador	2.100.196,7	2.651.901,5	2.699.269,0	2.713.338,4	2.597.496,8	-4,3	48,2	46,7	879,32
BA	627.477	Feira de Santana	477.743,2	551.112,0	559.158,4	539.458,9	575.032,1	6,6	56,1	57,9	916,42
BA	348.718	Vitória da Conquista	239.307,0	258.115,2	254.292,0	229.445,9	234.630,0	2,3	38,8	40,2	672,84
BA	296.893	Camaçari	431.948,2	474.587,1	462.275,1	406.658,7	389.479,8	-4,2	42,2	39,2	1.311,85
CE	2.627.482	Fortaleza	2.599.087,4	2.699.124,5	2.588.735,0	2.339.433,2	2.573.163,5	10,0	42,2	44,3	979,33
CE	362.223	Caucaia	162.122,4	231.070,2	209.857,2	198.400,8	189.668,4	-4,4	35,7	32,8	523,62
CE	270.383	Juazeiro do Norte	140.539,7	182.531,7	143.677,2	150.312,9	196.341,2	30,6	39,1	32,5	726,16
MA	1.091.868	São Luís	1.329.936,2	1.128.827,2	1.013.949,4	945.123,0	894.631,2	-5,3	36,4	35,5	819,36
MA	254.569	Imperatriz	272.773,2	267.711,8	229.838,2	-14,1	40,7	41,5	902,85
PB	811.598	João Pessoa	762.665,3	766.061,8	703.519,9	622.700,8	674.530,1	8,3	36,5	37,0	831,11
PB	410.332	Campina Grande	252.701,0	282.200,6	269.314,2	268.178,6	261.604,9	-2,5	30,7	34,6	637,54
PE	1.633.697	Recife	1.661.429,2	2.071.912,3	1.878.051,7	1.591.567,2	1.675.040,3	5,2	40,5	39,6	1.025,31
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	465.171,3	461.457,9	441.434,8	426.395,5	418.431,5	-1,9	39,5	36,1	601,23
PE	390.771	Olinda	263.671,9	231.353,9	214.920,4	217.333,4	210.612,9	-3,1	38,9	38,6	538,97
PE	356.128	Caruaru	211.561,7	252.321,2	243.736,9	203.030,8	187.481,4	-7,7	31,5	31,7	526,44
PE	343.219	Petrolina	241.466,4	203.252,3	229.060,5	226.227,2	206.812,9	-8,6	36,7	35,7	602,57
PE	328.353	Paulista	138.532,0	165.601,8	156.804,7	141.499,5	148.584,1	5,0	36,2	37,1	452,51
PI	850.198	Teresina	910.100,2	968.158,0	952.860,0	972.657,4	914.526,3	-6,0	35,7	38,5	1.075,66
PI	150.547	Parnaíba	133.796,8	114.043,6	111.669,5	99.967,4	112.798,3	12,8	36,2	38,3	749,26
RN	885.180	Natal	746.691,9	877.728,8	805.000,5	974.252,5
RN	295.619	Mossoró	222.972,7	232.232,2	242.667,3	202.180,1	178.170,2	-11,9	34,3	34,4	602,70
SE	650.106	Aracaju	675.981,5	747.894,1	759.702,4	638.772,1	548.394,9	-14,1	38,7	34,7	843,55
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	88.503,0	106.428,5	98.403,8	94.809,7	85.860,7	-9,4	33,3	33,9	471,95
	12.836.463	Centro-Oeste¹	13.253.503,1	14.430.682,0	14.075.996,7	14.162.309,3	13.352.585,4	-5,7	37,7	36,8	1.040,21
GO	1.466.105	Goiânia	1.658.994,5	1.885.731,4	1.811.224,2	1.814.732,2	1.627.587,5	-10,3	40,8	40,2	1.110,14
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	269.558,0	264.007,4	296.620,7	306.244,2	277.825,6	-9,3	31,5	29,4	512,51
GO	375.142	Anápolis	329.690,1	339.518,7	315.238,2	392.295,7	333.317,3	-15,0	34,4	35,5	888,51
MT	590.118	Cuiabá	685.959,4	727.738,9	711.244,5	738.589,8	726.070,4	-1,7	37,8	38,8	1.230,38
MT	274.013	Várzea Grande	147.829,1	174.630,8	176.643,0	177.157,2	166.075,9	-6,3	32,1	33,2	606,09
MS	874.210	Campo Grande	1.144.225,8	1.335.668,3	1.284.022,2	1.090.949,2	1.234.519,8	13,2	40,7	41,2	1.412,15
MS	218.069	Dourados	286.495,3	274.110,1	280.236,0	245.216,5	243.816,5	-0,6	35,6	34,5	1.118,07
	86.949.714	Sudeste	124.264.894,4	124.990.078,7	121.139.925,1	117.606.733,9	115.659.398,2	-1,7	43,5	43,8	1.330,19
ES	363.140	Vitória	702.659,1	679.193,3	...	481.403,2	524.624,6	9,0	36,7	35,5	1.444,69
ES	502.618	Serra	419.038,8	446.563,8	...	382.784,1	434.757,1	13,6	41,1	41,3	864,99
ES	486.388	Vila Velha	326.245,3	372.926,5	356.441,9	355.133,5	335.145,1	-5,6	43,4	39,9	689,05
ES	387.368	Cariacica	204.249,5	252.045,8	241.729,0	206.346,2	207.373,0	0,5	40,1	37,7	535,34
MG	2.523.794	Belo Horizonte	4.225.608,1	4.744.874,3	4.436.921,0	4.068.611,7	4.451.881,2	9,4	47,8	50,7	1.763,96
MG	676.613	Uberlândia	931.866,6	1.002.681,1	1.037.916,6	891.399,6	950.058,3	6,6	49,7	50,8	1.404,14
MG	658.580	Contagem	503.839,1	547.226,5	535.181,9	488.735,9	570.618,3	16,8	37,8	39,2	866,44

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. desp. total 2017	Part. rec. corrente 2017	Custeio per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %		em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	637.830,7	688.023,3	715.561,4	660.030,2	675.754,7	2,4	45,6	49,4	1.198,64
MG	427.146	Betim	494.764,8	512.951,7	462.626,6	435.429,2	422.567,8	-3,0	31,8	27,3	989,28
MG	402.027	Montes Claros	373.549,8	400.136,9	396.159,9	138.977,9	145.767,6	4,9	27,1	23,8	362,58
MG	328.871	Ribeirão das Neves	182.245,0	203.408,6	161.665,9	143.898,1	133.147,0	-7,5	35,2	..	404,86
MG	328.272	Uberaba	422.008,2	444.566,4	455.787,6	444.845,9	470.842,5	5,8	50,0	47,8	1.434,31
MG	280.901	Governador Valadares	285.848,4	320.096,7	334.115,2	299.589,8	267.861,8	-10,6	36,4	36,1	953,58
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	9.378.098,8	9.061.985,0	8.664.670,7	8.536.095,6	7.697.802,8	-9,8	34,2	38,1	1.180,60
RJ	1.049.826	São Gonçalo	442.203,6	507.187,2	420.006,4	..	42,8	42,4	400,07
RJ	890.997	Duque de Caxias	752.536,7	896.700,4	888.760,8	888.906,2	722.340,4	-18,7	30,5	36,1	810,71
RJ	798.647	Nova Iguaçu	598.047,5	620.458,3	651.635,2	749.296,3	596.312,4	-20,4	45,2	47,4	746,65
RJ	499.028	Niterói	706.123,3	829.205,9	783.474,9	787.157,9	880.067,2	11,8	37,6	37,0	1.763,56
RJ	495.783	Belford Roxo	302.452,6	320.706,0	273.025,4	246.739,8	244.581,7	-0,9	40,8	43,7	493,32
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	1.364.949,1	1.383.557,0	1.022.741,2	1.691.649,6	638.379,4	-62,3	39,1	40,3	1.302,05
RJ	460.461	São João de Meriti	260.826,8	225.828,8	232.338,1	278.310,7	226.508,3	-18,6	37,6	44,1	491,92
RJ	298.235	Petrópolis	519.461,2	470.021,0	423.195,4	404.030,9	509.885,0	26,2	57,6	58,8	1.709,68
RJ	265.201	Volta Redonda	481.298,6	465.269,5	425.099,6	325.344,4	366.786,8	12,7	44,5	45,1	1.383,05
SP	12.106.920	São Paulo	29.094.939,4	23.621.201,9	24.202.754,1	24.734.260,0	25.757.192,2	4,1	52,1	52,9	2.127,48
SP	1.349.113	Guarulhos	1.989.396,4	1.884.918,1	1.826.145,7	1.566.406,5	1.697.744,7	8,4	43,0	44,1	1.258,42
SP	1.182.429	Campinas	1.761.210,5	2.013.215,6	2.153.880,9	2.074.060,8	2.111.952,8	1,8	46,7	52,8	1.786,11
SP	827.437	São Bernardo do Campo	1.918.627,5	2.079.150,8	1.870.520,9	1.740.271,3	1.581.772,0	-9,1	47,1	48,5	1.911,65
SP	715.231	Santo André	1.319.019,2	1.429.919,3	1.289.536,6	1.220.926,6	1.117.456,9	-8,5	51,9	50,4	1.562,37
SP	703.219	São José dos Campos	1.180.427,4	1.290.581,7	1.256.955,6	1.174.757,9	1.103.035,4	-6,1	47,8	44,5	1.568,55
SP	697.886	Osasco	819.607,4	898.371,0	920.365,0	918.167,6	838.581,9	-8,7	43,1	..	1.201,60
SP	682.302	Ribeirão Preto	990.330,9	1.050.158,3	1.019.368,6	1.036.016,3	876.635,8	-15,4	37,9	36,6	1.284,82
SP	659.871	Sorocaba	968.761,8	1.261.774,2	1.249.589,4	1.159.876,6	1.075.578,5	-7,3	48,9	43,4	1.629,98
SP	462.005	Mauá	567.000,4	557.425,0	541.726,8	570.408,7	526.519,9	-7,7	57,8	59,6	1.139,64
SP	450.657	São José do Rio Preto	786.354,7	817.781,4	830.158,6	768.477,8	742.698,1	-3,4	52,5	52,9	1.648,03
SP	434.742	Santos	912.529,2	927.991,6	...	920.536,9	944.333,4	2,6	43,1	42,9	2.172,17
SP	433.901	Mogi das Cruzes	572.995,2	440.132,2	593.479,6	608.347,5	621.348,9	2,1	48,2	50,4	1.432,01
SP	417.869	Diadema	437.266,7	452.751,6	419.054,2	411.603,5	425.553,3	3,4	36,4	39,2	1.018,39
SP	409.497	Jundiaí	800.614,6	838.605,5	858.992,2	897.417,4	817.813,6	-8,9	47,2	45,4	1.997,12
SP	397.322	Piracicaba	613.213,9	719.223,8	729.660,2	710.437,8	724.021,2	1,9	48,5	50,2	1.822,25
SP	396.587	Carapicuíba	189.740,4	198.605,7	240.104,8	211.595,8
SP	371.690	Bauru	335.085,3	362.022,4	328.479,7	340.735,8	350.763,8	2,9	34,3	34,0	943,70
29.644.948	Sul	33.366.537,7	35.412.150,6	35.030.935,1	34.384.348,0	34.232.642,8	-0,4	39,2	37,7	1.154,75	
PR	1.908.359	Curitiba	3.864.185,4	3.587.074,4	3.270.887,7	2.964.032,3	3.203.718,8	8,1	45,3	44,5	1.678,78
PR	558.439	Londrina	601.052,5	633.092,5	704.001,3	679.847,4	733.379,6	7,9	43,4	45,3	1.313,27
PR	406.693	Maringá	423.974,5	433.405,7	461.869,6	462.888,0	496.209,1	7,2	41,2	39,6	1.220,11
PR	344.332	Ponta Grossa	227.503,2	225.498,1	236.842,8	229.194,3	237.564,3	3,7	31,6	33,5	689,93
PR	319.608	Cascavel	222.665,5	225.236,3	256.107,5	254.477,3	241.310,7	-5,2	32,3	29,6	755,02
PR	307.530	São José dos Pinhais	349.976,4	389.939,6	454.422,0	409.680,6	382.618,0	-6,6	44,5	41,5	1.244,16
PR	264.044	Foz do Iguaçu	290.169,3	301.643,1	314.077,0	261.738,8	303.843,9	16,1	36,2	34,1	1.150,73
RS	1.484.941	Porto Alegre	2.279.685,8	2.482.370,5	2.277.833,8	2.236.916,3	2.141.136,1	-4,3	38,2	38,4	1.441,90
RS	483.377	Caxias do Sul	658.744,9	727.616,7	721.808,7	689.506,6	673.785,8	-2,3	43,0	42,3	1.393,91
RS	344.385	Pelotas	313.482,1	339.859,6	332.305,9	328.280,8	344.313,0	4,9	39,7	40,8	999,79
RS	343.853	Canoas	689.996,8	752.879,8	718.724,2	745.667,2	709.597,3	-4,8	53,2	52,2	2.063,66
RS	278.445	Santa Maria	156.509,9	170.300,5	168.573,6	170.557,3	163.346,1	-4,2	29,8	28,9	586,64
RS	275.146	Gravatá	245.145,1	274.661,9	257.069,6	273.937,7	274.611,3	0,2	41,4	41,0	998,06
RS	253.717	Viamão	149.947,6	143.292,0	167.298,2	143.857,0	148.595,9	3,3	39,7	37,7	585,68
SC	485.838	Florianópolis	504.067,2	584.601,6	581.771,2	753.703,7	530.769,5	-29,6	31,5	34,1	1.092,48
SC	577.077	Joinville	600.947,1	536.132,1	550.436,1	556.419,3	573.406,6	3,1	33,7	30,3	993,64
SC	348.513	Blumenau	579.231,4	588.918,2	584.202,7	557.366,9	579.502,0	4,0	43,1	46,1	1.662,78
	81.113.137	Cidades selecionadas	107.228.363,9	106.778.849,1	104.616.610,7	101.909.514,9	100.772.392,9	-1,1	43,3	44,0	1.242,37
	32.224.780	Até 20 mil habitantes	35.117.301,3	37.720.402,6	35.732.816,1	35.190.999,6	34.578.358,8	-1,7	38,1	38,4	1.073,04
	46.435.866	Capitais	69.319.769,8	66.373.587,3	64.897.405,1	63.424.199,3	63.984.600,8	0,9	44,1	45,2	1.377,91
	204.618.469	Brasil¹	230.686.547,1	240.423.029,8	233.322.737,9	226.436.762,2	222.491.842,5	-1,7	40,7	40,6	1.087,35

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

Custeio | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Custeio	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	25.757.192.229,04	12.106.920	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	7.697.802.816,14	6.520.266	2º
3º	MG	Belo Horizonte	4.451.881.183,00	2.523.794	5º
4º	PR	Curitiba	3.203.718.793,76	1.908.359	7º
5º	BA	Salvador	2.597.496.793,46	2.953.986	3º
6º	CE	Fortaleza	2.573.163.463,92	2.627.482	4º
7º	RS	Porto Alegre	2.141.136.112,47	1.484.941	9º
8º	SP	Campinas	2.111.952.836,44	1.182.429	13º
9º	AM	Manaus	1.727.317.961,19	2.130.264	6º
10º	SP	Guarulhos	1.697.744.743,35	1.349.113	12º
11º	PE	Recife	1.675.040.273,75	1.633.697	8º
12º	GO	Goiânia	1.627.587.513,60	1.466.105	10º
13º	SP	São Bernardo do Campo	1.581.772.023,75	827.437	21º
14º	MS	Campo Grande	1.234.519.830,32	874.210	19º
15º	SP	Santo André	1.117.456.932,82	715.231	24º
16º	SP	São José dos Campos	1.103.035.429,20	703.219	25º
17º	SP	Sorocaba	1.075.578.549,12	659.871	30º
18º	SP	Barueri	1.063.309.567,69	267.534	103º
19º	PA	Belém	1.001.494.254,18	1.452.275	11º
20º	MG	Uberlândia	950.058.273,42	676.613	29º
21º	SP	Santos	944.333.420,57	434.742	52º
22º	PI	Teresina	914.526.284,87	850.198	20º
23º	MA	São Luís	894.631.156,90	1.091.868	14º
24º	RJ	Niterói	880.067.218,81	499.028	42º
25º	SP	Ribeirão Preto	876.635.849,19	682.302	28º
26º	AL	Maceió	864.718.817,58	1.029.129	16º
27º	SP	Osasco	838.581.948,29	697.886	26º
28º	SP	Jundiaí	817.813.602,73	409.497	57º
29º	SP	São José do Rio Preto	742.698.068,68	450.657	51º
30º	PR	Londrina	733.379.601,35	558.439	37º
31º	MT	Cuiabá	726.070.398,49	590.118	34º
32º	SP	Piracicaba	724.021.241,13	397.322	60º
33º	RJ	Duque de Caxias	722.340.405,52	890.997	17º
34º	RS	Canoas	709.597.344,67	343.853	77º
35º	RJ	Macaé	678.170.876,61	244.139	113º
36º	MG	Juiz de Fora	675.754.717,01	563.769	36º
37º	PB	João Pessoa	674.530.115,02	811.598	22º
38º	RS	Caxias do Sul	673.785.759,16	483.377	47º
39º	RJ	Campos dos Goytacazes	638.379.384,94	490.288	44º
40º	SP	Mogi das Cruzes	621.348.941,23	433.901	53º
41º	SP	São Caetano do Sul	612.224.938,46	159.608	182º
42º	RJ	Nova Iguaçu	596.312.402,08	798.647	23º
43º	SC	Blumenau	579.501.987,20	348.513	73º
44º	BA	Feira de Santana	575.032.105,29	627.477	33º
45º	SC	Joinville	573.406.601,30	577.077	35º
46º	MG	Contagem	570.618.314,82	658.580	31º
47º	SE	Aracaju	548.394.911,18	650.106	32º
48º	SC	Florianópolis	530.769.486,13	485.838	46º
49º	SP	Mauá	526.519.888,69	462.005	49º
50º	SP	Praia Grande	525.807.938,37	310.024	85º
51º	ES	Vitória	524.624.643,58	363.140	67º
52º	RJ	Petrópolis	509.885.048,15	298.235	89º

Posição	UF	Município	Custeio	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	SP	Guarujá	496.623.167,90	315.563	84º
54º	PR	Maringá	496.209.075,67	406.693	58º
55º	MG	Uberaba	470.842.452,15	328.272	82º
56º	SC	Itajaí	461.047.069,82	212.615	140º
57º	SP	Indaiatuba	444.314.142,57	239.602	115º
58º	RO	Porto Velho	435.562.254,42	519.436	39º
59º	ES	Serra	434.757.145,94	502.618	41º
60º	SP	Taubaté	427.649.158,39	307.953	86º
61º	SP	Diadema	425.553.266,54	417.869	55º
62º	MG	Betim	422.567.766,82	427.146	54º
63º	RJ	São Gonçalo	420.006.374,45	1.049.826	15º
64º	PE	Jaboatão dos Guararapes	418.431.468,08	695.956	27º
65º	RS	Novo Hamburgo	403.015.566,01	249.508	111º
66º	SP	Limeira	402.136.361,68	300.911	88º
67º	BA	Camaçari	389.479.848,15	296.893	90º
68º	SP	Paulínia	386.338.120,28	102.499	304º
69º	SP	Jacareí	385.924.926,33	229.851	127º
70º	PR	São José dos Pinhais	382.617.957,36	307.530	87º
71º	SP	São Vicente	378.285.934,12	360.380	70º
72º	CE	Sobral	375.635.004,04	205.529	145º
73º	TO	Palmas	367.450.482,52	286.787	94º
74º	RJ	Volta Redonda	366.786.764,58	265.201	105º
75º	SP	Bauru	350.763.754,00	371.690	66º
76º	SP	Araraquara	348.248.703,36	230.770	126º
77º	RS	Pelotas	344.313.006,86	344.385	75º
78º	RR	Boa Vista	342.262.306,56	332.020	79º
79º	SP	Franca	337.012.249,37	347.237	74º
80º	ES	Vila Velha	335.145.144,66	486.388	45º
81º	GO	Anápolis	333.317.260,72	375.142	65º
82º	MT	Rondonópolis	332.448.571,03	222.316	131º
83º	PA	Parauapebas	331.152.920,09	202.356	148º
84º	SP	Tauboão da Serra	324.186.438,20	279.634	96º
85º	SP	Cubatão	314.150.893,41	128.748	225º
86º	SP	Rio Claro	311.749.717,49	202.952	147º
87º	RJ	Angra dos Reis	310.546.471,29	194.619	155º
88º	SP	Cotia	308.650.284,64	237.750	116º
89º	SP	Marília	308.345.336,63	235.234	120º
90º	PR	Foz do Iguaçu	303.843.902,42	264.044	106º
91º	SC	Criciúma	302.091.234,82	211.369	142º
92º	MG	Poços de Caldas	301.968.136,53	166.085	174º
93º	AC	Rio Branco	301.718.490,70	383.443	64º
94º	SP	São Carlos	289.167.827,90	246.088	112º
95º	MG	Ipatinga	288.944.207,85	261.203	107º
96º	SP	Caraguatatuba	281.844.441,09	116.786	263º
97º	GO	Aparecida de Goiânia	277.825.622,52	542.090	38º
98º	CE	Maracanaú	276.436.635,38	224.804	130º
99º	SP	Santana de Parnaíba	275.519.638,56	131.887	219º
100º	RS	Gravataí	274.611.301,61	275.146	98º

	Total dos 100 maiores	105.711.241.804,13	76.798.928	..
	Total dos demais	116.780.600.731,48	127.819.541	..
	Total Brasil¹	222.491.842.535,61	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Custeio per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Custeio per capita	Custeio	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
1°	ES	Presidente Kennedy	16.568,67	194.549.343,12	11.742	2759°
2°	RN	Guamaré	7.914,31	121.160.153,27	15.309	2265°
3°	SP	Ilhabela	6.848,82	228.435.470,88	33.354	1027°
4°	MG	Serra da Saudade	6.282,26	5.101.191,47	812	5568°
5°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	6.255,59	67.391.467,41	10.773	2985°
6°	SP	Borá	5.381,33	4.514.939,25	839	5567°
7°	GO	Pilar de Goiás	5.112,20	12.928.763,83	2.529	5304°
8°	PR	Itaipulândia	4.986,78	52.795.037,17	10.587	3025°
9°	GO	Alto Horizonte	4.965,55	28.720.744,39	5.784	4077°
10°	BA	São Francisco do Conde	4.669,39	187.802.828,73	40.220	831°
11°	PA	Jacareacanga	4.416,67	35.593.983,02	8.059	3455°
12°	MT	Araguainha	4.395,34	4.092.061,52	931	5566°
13°	ES	Itapemirim	4.325,02	149.766.950,60	34.628	975°
14°	SP	Uru	4.246,78	5.125.857,90	1.207	5563°
15°	RS	Pinhal da Serra	4.208,94	8.855.613,44	2.104	5438°
16°	SP	Barueri	3.974,48	1.063.309.567,69	267.534	103°
17°	RS	Coqueiro Baixo	3.924,14	6.117.735,60	1.559	5542°
18°	MG	Grupiara	3.904,18	5.536.130,88	1.418	5552°
19°	SP	Rifaina	3.856,90	13.954.257,11	3.618	4871°
20°	RS	André da Rocha	3.856,74	5.036.904,04	1.306	5559°
21°	SP	Louveira	3.852,54	176.916.326,97	45.922	718°
22°	MT	Ponte Branca	3.843,72	5.996.209,67	1.560	5541°
23°	SP	São Caetano do Sul	3.835,80	612.224.938,46	159.608	182°
24°	SC	Santiago do Sul	3.799,26	5.003.620,69	1.317	5558°
25°	SP	Nova Castilho	3.785,29	4.689.974,52	1.239	5560°
26°	SP	Paulínia	3.769,19	386.338.120,28	102.499	304°
27°	PR	Saudade do Iguaçú	3.607,88	19.655.736,91	5.448	4191°
28°	RJ	Porto Real	3.586,22	67.524.969,87	18.829	1880°
29°	MG	Tapira	3.581,67	16.654.771,67	4.650	4473°
30°	RJ	São João da Barra	3.549,32	124.843.858,64	35.174	950°
31°	GO	Lagoa Santa	3.540,35	5.275.120,13	1.490	5550°
32°	MG	Cedro do Abaeté	3.514,02	4.248.449,86	1.209	5562°
33°	TO	São Félix do Tocantins	3.513,78	5.520.148,26	1.571	5539°
34°	GO	Davinópolis	3.499,35	7.464.109,22	2.133	5428°
35°	RS	Vista Alegre do Prata	3.487,80	5.618.848,81	1.611	5530°
36°	RS	Nicolau Vergueiro	3.482,87	6.101.980,21	1.752	5510°
37°	RS	Guabiju	3.482,50	5.571.992,19	1.600	5532°
38°	RN	Tibau	3.468,91	14.222.543,06	4.100	4681°
39°	GO	Cachoeira de Goiás	3.448,39	4.876.020,06	1.414	5553°
40°	SP	Ilha Comprida	3.433,67	36.589.163,43	10.656	3011°
41°	SC	Alto Bela Vista	3.424,49	6.735.962,89	1.967	5463°
42°	GO	São João da Paraúna	3.405,68	5.268.579,25	1.547	5544°
43°	RO	Pimenteiras do Oeste	3.382,86	8.152.692,98	2.410	5349°
44°	BA	Madre de Deus	3.378,49	70.972.037,13	21.007	1679°
45°	RS	Montauri	3.306,32	5.108.271,92	1.545	5546°
46°	SC	Piratuba	3.300,12	13.537.089,86	4.102	4680°
47°	RN	Pedra Grande	3.266,14	10.961.173,18	3.356	4980°
48°	SP	Guararema	3.254,85	94.319.002,97	28.978	1191°
49°	SC	Flor do Sertão	3.246,55	5.174.996,13	1.594	5533°
50°	RS	Pouso Novo	3.242,36	5.897.857,27	1.819	5496°
51°	MS	Jateí	3.236,20	13.025.686,01	4.025	4718°
52°	RS	Gentil	3.235,08	5.515.809,35	1.705	5519°

Posição	UF	Município	Custeio per capita	Custeio	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
53°	PR	Brasilândia do Sul	3.226,72	9.496.234,38	2.943	5139°
54°	SP	Santa Salete	3.220,66	4.946.936,39	1.536	5547°
55°	MS	Taquarussu	3.198,85	11.419.911,80	3.570	4897°
56°	MG	Araporã	3.167,17	21.454.379,99	6.774	3785°
57°	SC	Paial	3.157,84	4.979.910,75	1.577	5535°
58°	SC	Presidente Castello Branco	3.155,77	5.080.783,76	1.610	5531°
59°	MT	Santa Rita do Trivelato	3.154,31	10.191.559,59	3.231	5022°
60°	MT	Serra Nova Dourada	3.134,15	4.936.288,74	1.575	5537°
61°	TO	Oliveira de Fátima	3.123,78	3.467.390,80	1.110	5565°
62°	SP	Cruzália	3.115,55	6.732.706,20	2.161	5417°
63°	RS	Capão Bonito do Sul	3.104,87	5.458.355,02	1.758	5509°
64°	PI	Miguel Leão	3.097,57	3.803.814,54	1.228	5561°
65°	RS	Mato Queimado	3.097,00	5.512.663,50	1.780	5506°
66°	SC	Lajeado Grande	3.084,34	4.481.544,35	1.453	5551°
67°	RS	Carlos Gomes	3.083,27	4.769.823,26	1.547	5544°
68°	PR	Entre Rios do Oeste	3.081,59	13.577.472,28	4.406	4567°
69°	PR	Jardim Olinda	3.079,86	4.299.484,21	1.396	5555°
70°	SP	São Sebastião	3.078,57	263.334.835,56	85.538	368°
71°	SC	Jardinópolis	3.074,72	4.996.418,62	1.625	5529°
72°	MG	Água Comprida	3.059,95	6.297.375,29	2.058	5450°
73°	RJ	Quissamã	3.057,79	71.965.010,78	23.535	1504°
74°	SC	Ermo	3.025,98	6.281.943,41	2.076	5443°
75°	PA	Canaã dos Carajás	3.010,36	108.454.204,49	36.027	934°
76°	GO	Chapadão do Céu	3.002,71	27.354.674,69	9.110	3244°
77°	TO	Chapada de Areia	2.996,58	4.216.183,95	1.407	5554°
78°	SP	Jaguarüna	2.984,16	161.753.613,76	54.204	611°
79°	SP	Arco-Íris	2.983,74	5.537.828,59	1.856	5486°
80°	MG	Rio Doce	2.982,83	7.823.969,06	2.623	5253°
81°	RS	Ipiranga do Sul	2.979,61	5.884.734,04	1.975	5462°
82°	PR	Alto Paraíso	2.967,28	8.895.902,57	2.998	5112°
83°	GO	Anhanguera	2.964,96	3.338.544,25	1.126	5564°
84°	SC	Arvoredo	2.963,34	6.700.118,68	2.261	5385°
85°	RS	Muitos Capões	2.952,48	9.318.028,59	3.156	5049°
86°	MS	Paraíso das Águas	2.950,05	15.782.791,61	5.350	4219°
87°	PR	Pato Bragado	2.943,87	15.991.126,31	5.432	4198°
88°	RS	Saldanha Marinho	2.938,29	8.371.174,68	2.849	5181°
89°	RS	Santa Cecília do Sul	2.929,45	4.965.422,41	1.695	5520°
90°	RS	Barra do Rio Azul	2.927,64	5.606.437,35	1.915	5478°
91°	MS	Figueirão	2.924,75	8.853.233,38	3.027	5106°
92°	SP	Mesópolis	2.919,54	5.623.034,74	1.926	5475°
93°	PB	Zabelê	2.913,14	6.540.002,12	2.245	5392°
94°	PR	São Manoel do Paraná	2.910,60	6.371.314,22	2.189	5410°
95°	ES	Anchieta	2.907,12	82.986.681,40	28.546	1206°
96°	RS	Lagoa dos Três Cantos	2.900,22	4.785.368,38	1.650	5528°
97°	MG	Jeceaba	2.889,71	15.052.506,34	5.209	4264°
98°	MA	Santo Antônio dos Lopes	2.889,11	41.088.975,72	14.222	2416°
99°	MT	Araguaiana	2.881,49	8.748.201,65	3.036	5102°
100°	RS	Aratiba	2.880,54	19.014.471,28	6.601	3833°

	Total dos 100 maiores	3.907,12	5.037.338.450,65	1.289.272	..
	Total dos demais	1.069,47	217.454.504.084,96	203.329.197	..
	Total Brasil¹	1.087,35	222.491.842.535,61	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Investimentos retrocedem ao nível de 2005

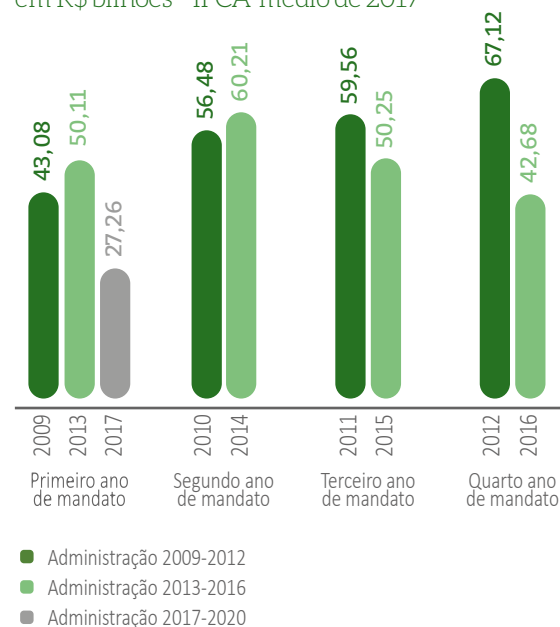
Encolhe também a participação dos governos locais no investimento consolidado dos três níveis de governo. CAUC e CAPAG são obstáculos ao acesso a financiamentos e à recepção das transferências voluntárias.

Desempenho

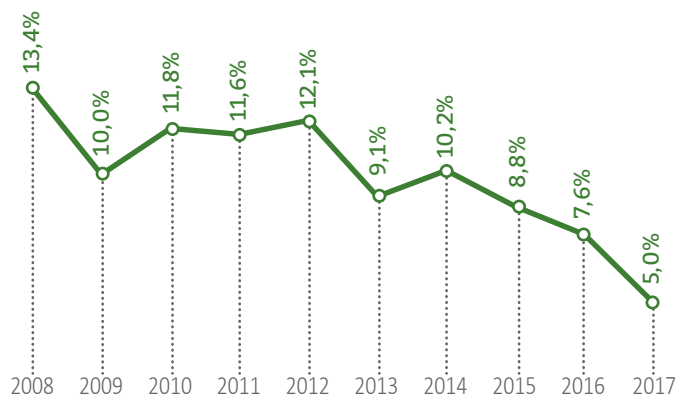
O volume de investimentos efetuados pelo conjunto dos municípios brasileiros situou-se em níveis bastante baixos em 2017 comparado ao padrão que vinha prevalecendo nos últimos anos. No período 2010-2014, apesar das oscilações, a média dos investimentos ficou pouco abaixo de R\$ 60 bilhões, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2017. Em 2015, início da crise econômica, os investimentos recuaram para R\$ 50,25 bilhões e, no ano seguinte, para R\$ 42,68 bilhões. Em 2017, enfim, atingiram a menor cifra dos anos recentes, de R\$ 27,26 bilhões, montante só comparável àquele registrado em 2005.

O peso dos investimentos no total do gasto municipal também despencou em 2017, ao atingir 5%, o menor nível da série histórica dos dados do anuário **Muti Cidades** que se inicia em 2002. No período 2010-2014, a taxa média havia sido de 11%.

Volume de investimento por ano de mandato em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Participação dos investimentos na despesa total



Vários fatores convergiram para explicar o baixíssimo patamar do volume de recursos aplicados em obras e aquisição de equipamentos em 2017. Os investimentos são o item da despesa municipal de maior volatilidade, com considerável flutuação ao longo de um período de quatro anos de governo. Tradicionalmente, no primeiro ano, os investimentos tendem a ser menores que nos demais anos de governo, pois as administrações municipais estão no estágio de planejamento das ações e de montagem dos projetos que serão realizados ao longo do mandato.

Entretanto, os investimentos municipais se comprimiram de forma assustadora em 2017 e com o agravante de já terem ocorrido fortes quedas nos dois anos anteriores. Em 2013, por exemplo, também ano de início de mandato, somaram R\$ 50,11 bilhões, quase o dobro do registrado em 2017. **Esse forte encolhimento, muito mais acentuado do que o de praxe num primeiro ano de governo, se explica pela aguda crise da economia brasileira e sua frágil e incerta recuperação em 2017.**

Fonte dos recursos investidos

No biênio 2015-2016, a economia brasileira sofreu dois fortes reveses, com duas quedas consecutivas do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 3,5%. No início de 2016 havia um ambiente econômico mais favorável. A reforma trabalhista e o encaminhamento da reforma da previdência, aliados à redução da taxa de juros e à recuperação da confiança dos agentes econômicos, sinalizavam uma possível melhora do ambiente econômico em 2017. Entretanto, o agravamento da crise política a partir de maio de 2017 jogou uma água fria nas expectativas de mercado e a economia brasileira cresceu apenas 1%, em 2017.

Apesar de anêmica, a retomada da economia brasileira proporcionou um aumento de 2,1% da receita corrente dos municípios em 2017, desconsiderando-se de 2016 a entrada de recursos extraordinários provenientes da Lei da Repatriação (Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária- RERCT). Ainda assim, a receita corrente dos municípios de 2017 não superou o valor de 2014, quando atingiu o seu maior nível.

Despesa | Investimentos

Diante de níveis de receita bastantes baixos e uma recuperação tímida e incerta da economia, as administrações municipais deram continuidade à política de corte de gastos que teve início em 2015.

Assim, os recursos próprios destinados para investimentos em 2017, da ordem de R\$ 13,85 bilhões, foi o menor valor desde 2002, quando se inicia a série de dados analisados por **Multi Cidades**.

Investimentos com recursos próprios

Os investimentos públicos municipais são financiados por recursos próprios das prefeituras, pelas transferências de capital federais e estaduais, pelas operações de crédito e por outras fontes de menor relevância. O conceito de investimentos com recursos próprios utilizado por **Multi Cidades** equivale ao total da

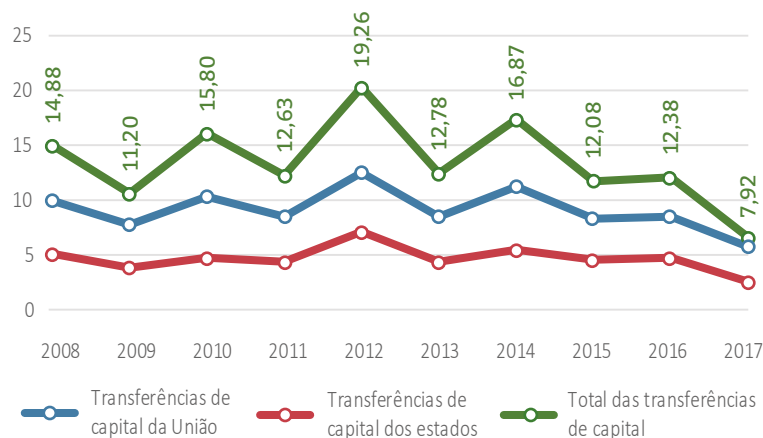
despesa com investimentos, adicionadas as inversões financeiras e subtraído o valor das receitas de capital. Dessa forma, é possível avaliar o quanto das receitas correntes municipais é utilizado para investimentos, sem contar com as operações de crédito e as transferências de capital recebidas do Estado ou da União.

Além disso, **a União e os estados, também premidos por uma situação fiscal muito delicada, cortaram drasticamente os recursos voluntários destinados às obras de infraestrutura e à aquisição de equipamentos nos municípios.** Os balanços municipais revelam que, em 2017, a União transferiu para os municípios recursos da ordem de R\$ 5,72 bilhões, valor 38,1% menor do

que aquele repassado no ano anterior. Os estados, por sua vez, reduziram as transferências em 31,8%, com a entrega de recursos voluntários atingindo apenas R\$ 2,13 bilhões. Apesar da queda, as transferências voluntárias da União e dos estados corresponderam a 28,8% de todo o investimento efetuado pelos municípios em 2017. Elas foram mais importantes para os pequenos municípios,

Transferências de capital, da União e dos estados

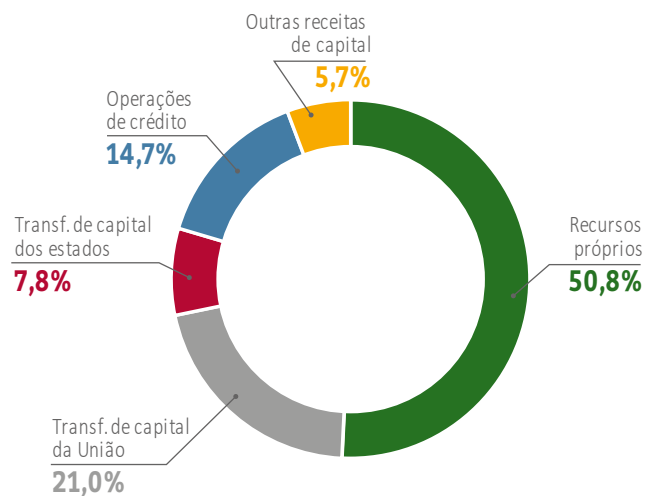
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



sendo que naqueles com até 20 mil habitantes quase metade (47,1%) dos investimentos foram efetuadas com recursos transferidos dos demais níveis de governo. O percentual do grupo dos 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**, integrado pelas capitais e por pelo menos mais um município entre os mais populosos de cada Estado, foi bastante inferior, da ordem de 18,7%.

As operações de créditos também desempenharam, para somarem R\$ 4 bilhões em 2017, o mais baixo patamar da presente década. Apesar de serem responsáveis por cerca de 14,7% do total investido pelos municípios em 2017, apenas 14,8% dos municípios brasileiros lançaram mão de financiamentos, sendo que, a exemplo de 2016, o maior deles se deu no município do Rio de Janeiro, de R\$ 991 milhões, seguido por São Bernardo do Campo-SP (R\$ 184,3 milhões), Porto Alegre (R\$ 176,0 milhões), Belo Horizonte (R\$ 124,7 milhões), Niterói-RJ (R\$ 118,7 milhões), Fortaleza (R\$ 98,2 milhões), Belém (R\$ 93,2 milhões), Campinas-SP (R\$ 90,1 milhões), Recife

Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2017



(R\$ 68,7 milhões) e Mogi das Cruzes-SP (R\$ 59,9 milhões). Juntas, essas dez maiores operações corresponderam à metade da entrada total de recursos obtidos pelos municípios brasileiros via operações de crédito, em 2017.

União, estados e municípios

Com base em dados do Instituto Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, é possível perceber que a crise econômica também derrubou os investimentos dos estados e da União. No caso dos estados, os investimentos efetuados no triênio 2015-2017, que somaram R\$ 98,64 bilhões, foram 33,8% menores em relação ao realizado entre os anos 2011-2013, período que também abrange os primeiros três anos de mandato dos governos estaduais anteriores. No caso da União, considerado apenas o Governo Central, ou seja, exclusive

as empresas públicas federais, a queda também foi intensa, de 31,9%, quando recuaram de R\$ 118,40 bilhões para R\$ 80,60 bilhões, no mesmo período.

Os municípios dividem com os estados a preponderância do investimento público no Brasil. Considerando os últimos dez anos, ou seja, o período que compreende de 2008 a 2017, é possível verificar que os municípios foram responsáveis por 36,3% dos investimentos, acompanhado de perto pelos estados, com 36,2%. A União, por sua vez, ficou com a fatia de 27,5%.

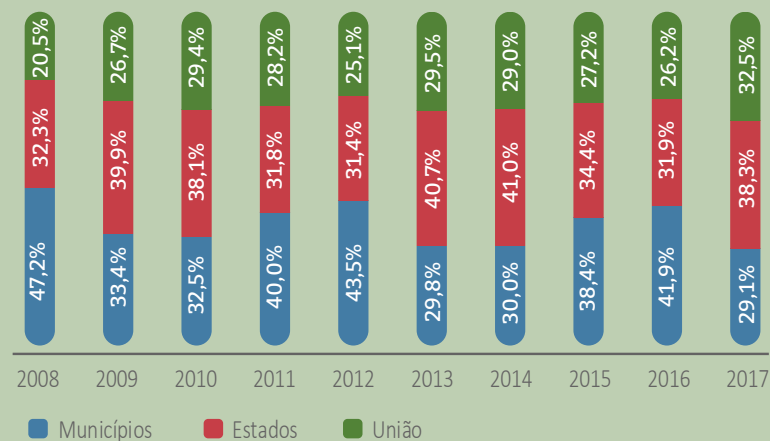
Entretanto, a queda mais acentuada dos

investimentos dos municípios¹ fez com que seu peso no conjunto dos demais níveis de governo atingisse 29,1% em 2017, o mais baixo nível da presente década. Há de se notar que

¹ Os valores dos investimentos municipais apresentados pelo IFI não são os mesmos daqueles de Multi Cidades em função de diferenças metodológicas de apuração.

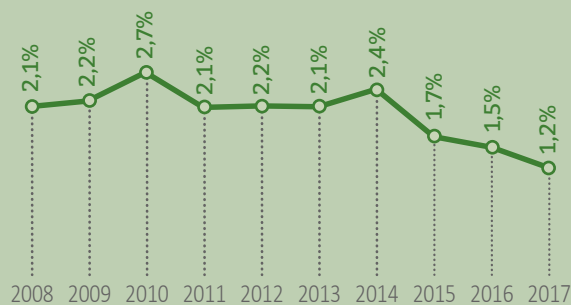
a participação dos entes governamentais no total dos investimentos do setor público sofre variações em função do calendário político-administrativo. Nos anos iniciais de mandato, como foi o ano de 2017, o peso dos municípios no total investido é sempre menor, a exemplo do ocorrido em 2009 (33,4%) e 2013 (29,8%).

Participação dos três níveis de governo no investimento consolidado do setor público



Fonte: Instituto Fiscal Independente - Senado Federal

Participação do investimento do setor público consolidado no PIB



Fonte: Instituto Fiscal Independente - Senado Federal

O baixo nível dos investimentos públicos pode ser observado quando confrontado com o PIB, que é o conjunto de riqueza gerada no país. Na presente década, até antes da crise de 2015, o investimento total dos três níveis de governo flutuou entre 2,1% e 2,7% do PIB nacional. **A partir de 2015, o indicador caiu paulatinamente até chegar a 1,2%, em 2017, o menor nível histórico da série publicada pelo IFI desde 1947.**

CAUC

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), é utilizado pelo Governo Federal para verificar o cumprimento dos requisitos legais para a realização das transferências voluntárias. Ou seja, o ente subnacional, estado ou município, que não atender a todas as exigências legais não poderá receber transferências voluntárias² da União. O CAUC é utilizado também para a análise de concessão de garantia da União para operações de crédito.

O CAUC “espelha os registros de informações que estiverem disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal”, conforme definido pela STN. Em outras palavras, o CAUC reúne os registros sobre o cumprimento de requisitos fiscais dos municípios nos cadastros e sistemas geridos por diversos órgãos federais.

A Instrução Normativa nº 2, de 2012, da STN, disciplina a forma de funcionamento do CAUC e estabelece, no artigo nº 10, as informações que ele deve conter. Conforme se pode observar no quadro ao lado, são 14 requisitos/exigências agrupados em quatro grandes temas: Obrigações de Adimplência Financeira, Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios, Obrigações de Transparência e Adimplemento de Obrigações Constitucionais ou Legais.

Uma fotografia da situação dos municípios com base nas informações do CAUC, coletadas no dia 6 de setembro de 2018, apenas sobre o CNPJ principal dos municípios, isto é, sem levar em consideração o conjunto de CNPJs vinculados ao principal (Fundos Municipais, Autarquias, Câmara de Vereadores etc.) revela um quadro bastante delicado. Naquela data,

². Transferências voluntárias são recursos financeiros repassados de um ente para outro que não decorrem de determinações constitucionais ou legais. São transferências que decorrem da celebração de convênios ou outros instrumentos similares para a realização de obras ou serviços de interesse comum.

Quadro de requisitos/exigências do CAUC

I. OBRIGAÇÕES DE ADIMPLÊNCIA FINANCEIRA
<i>1.1 Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União</i> <i>1.3 Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS</i> <i>1.4 Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União</i> <i>1.5 Regularidade perante o Poder Público Federal</i>
II. ADIMPLENTO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS
<i>2.1 Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente</i> <i>2.1.1 SIAFI/Subsistema Transferências</i> <i>2.1.2 SICONV</i>
III. OBRIGAÇÕES DE TRANSPARÊNCIA
<i>3.1 Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal - RGF</i> <i>3.2 Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO</i> <i>3.3 Encaminhamento das Contas Anuais</i> <i>3.4 Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis</i>
IV. ADIMPLENTO DE OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS
<i>4.1 Exercício da Plena Competência Tributária</i> <i>4.2 Aplicação Mínima de recursos em Educação</i> <i>4.3 Aplicação Mínima de recursos em Saúde</i> <i>4.4 Regularidade Previdenciária</i>

**MAIS DA METADE DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS
APRESENTAVAM ALGUM TIPO DE
OCORRÊNCIA NO CAUC, COM UMA
SITUAÇÃO MAIS DRAMÁTICA NO
NORTE E NORDESTE DO BRASIL.**

Despesa | Investimentos

mais da metade dos municípios (51,4%) apresentavam algum tipo de ocorrência no CAUC e, como consequência, não estariam aptos a receber transferências voluntárias e obter aval da União para contratar operações de crédito.

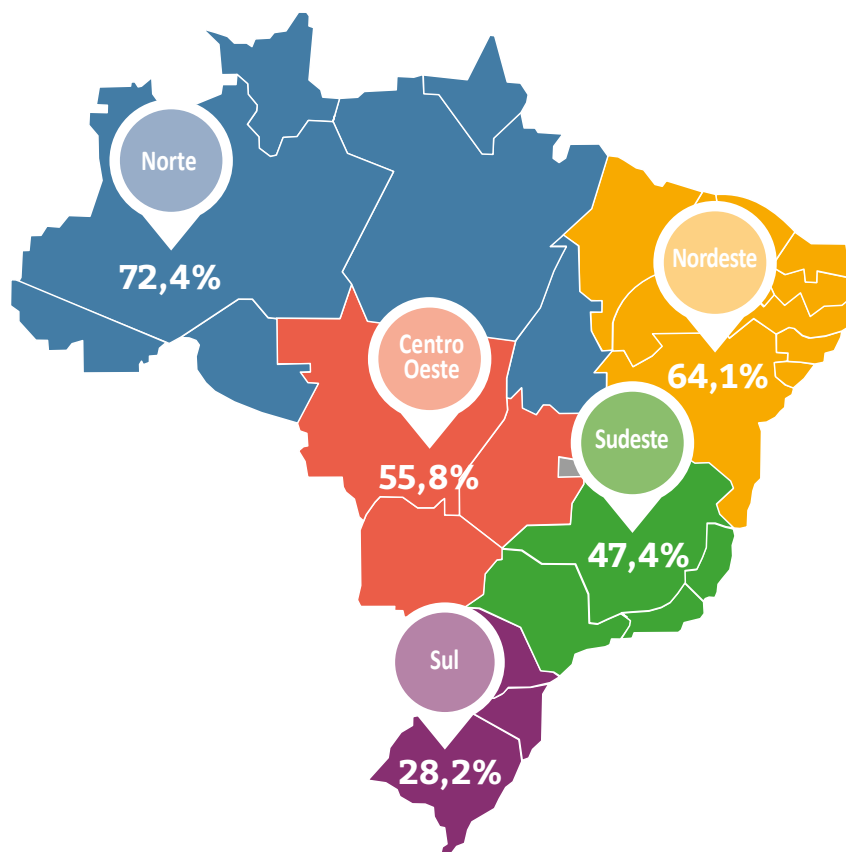
A situação é mais dramática no Norte (72,4%) e Nordeste (64,1%) do Brasil. As taxas caem entre os municípios do Centro-Oeste (55,8%) e Sudeste (47,4%) e atingem seu melhor nível entre os municípios do Sul (28,2%). Agrupados por Estado, a situação é melhor entre os municípios do Rio Grande do Sul, com 24,9% deles com algum tipo de exigência não atendida, seguido de perto por Santa Catarina (26,1%) e Paraná (33,8%). No outro extremo encontram-se os municípios do Amapá (87,5%), Roraima (86,7%), Pará (84%), Alagoas (83,3%) e Amazonas (82,3%), onde o financiamento da imensa maioria deles fica restrito aos recursos constitucionais.

Com uma melhor estrutura para atender aos requisitos do CAUC, a situação é um pouco menos crítica entre os maiores municípios, onde a taxa foi de 41,5% entre os municípios com mais de 500 mil habitantes.

Um atenuante a esses altos índices é o fato de que, entre os municípios com problemas no CAUC, para 42,4% o não atendimento refere-se apenas a um único requisito. Por outro lado, 32% deles possuíam mais de três pendências no CAUC na data de 6 de setembro de 2018.

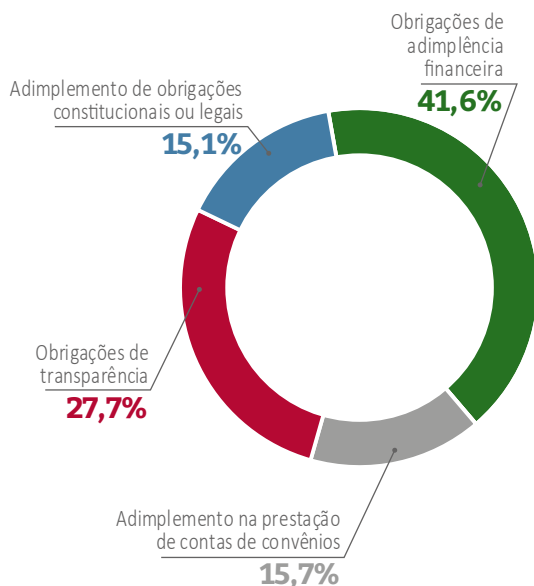
A grande maioria dos casos com problemas (41,6%) refere-se ao tema Obrigações de Adimplência Financeira, que capta algum tipo de inadimplência financeira dos municípios com a União. Em seguida, aparece as Obrigações de Transparência (27,7%), que abrangem o encaminhamento à STN do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e das contas anuais. A não regularidade na Prestação de Contas e Convênios foi responsável por 15,7% dos casos e outros 15,1% referem-se ao não atendimento de Obrigações Constitucionais ou Legais, tais como a aplicação mínima de recursos em saúde e educação e a regularidade previdenciária.

Percentual de municípios, por região, com algum tipo de problema no CAUC
Posição em 6 de setembro de 2018



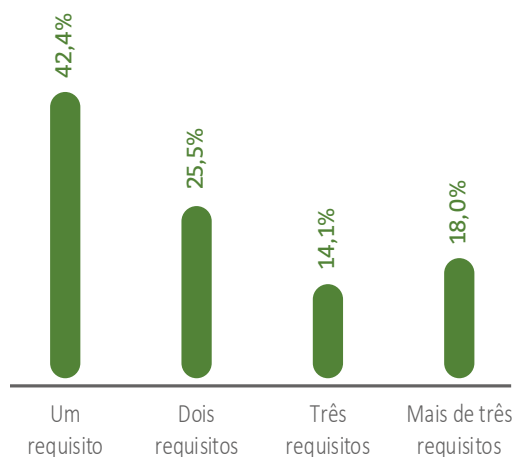
Distribuição dos casos no CAUC por tipo de requisito

Posição em 6 de setembro de 2018



Distribuição dos municípios por quantidade de requisitos não atendidos no CAUC

Posição em 6 de setembro de 2018



NOVO CAPAG

Em 24 de novembro de 2017, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria nº 501, contendo a nova metodologia para a análise da Capacidade de Pagamento (CAPAG) de estados, Distrito Federal e municípios, em substituição a de nº 306, de setembro de 2012. O CAPAG é utilizado nas situações em que os entes subnacionais pleiteiam, junto à União, a concessão de garantia para a contratação de operações de crédito interno e externo, em face da exigência do artigo 23 da Resolução do Senado nº 43, que por sua vez remonta ao artigo 52 da Constituição Federal de 1988.

A nova metodologia de cálculo do CAPAG, elaborado pela STN, leva em consideração três indicadores: Endividamento, Poupança Corrente e Liquidez. Na metodologia anterior eram oito. O indicador de **Endividamento** é calculado pela divisão da dívida consolidada bruta pela receita corrente líquida. O indicador de **Poupança Corrente** é apurado pela relação entre despesa corrente e a receita corrente, com pesos de 20%, 30% e 50% para os três últimos exercícios. Esse indicador apura, além da capacidade de gerar poupança, se o ente não apresenta desequilíbrios em suas contas correntes no passado recente. Um ente que acuse uma relação muito apertada ou déficits em suas contas correntes teria muita dificuldade de honrar o pagamento de obrigações advindas das novas operações de crédito. Por fim, o indicador de **Liquidez** é calculado pela divisão das obrigações financeiras pela disponibilidade de caixa, considerando apenas os recursos não vinculados. Esse indicador capta se o ente, ao final do último exercício, tem recursos em caixa suficiente para fazer frente aos restos a pagar e outras obrigações financeiras. Consiste num excelente indicador para avaliar a saúde financeira de curto prazo dos entes subnacionais.

Despesa | Investimentos

Indicadores		Faixas	Notas
Endividamento (DC)	Dívida consolidada bruta /	DC < 60 %	A
	Receita corrente líquida	DC = ou > que 60% e < 150%	B
		DC = > 150%	C
Poupança Corrente (PC)	= Despesa corrente /	PC < 90%	A
	Receita corrente ajustada	PC = ou > 90% e < 95%	B
		PC = ou > 95% C	C
Liquidez (IL)	Obrigações financeiras de recursos não vinculados /	IL < 1 A	A
	Disponibilidade de caixa de recursos não vinculados	> 1 C	C

Aos indicadores de Endividamento e Poupança Corrente são atribuídas as notas A, B e C. Ao indicador de Liquidez são atribuídos apenas os conceitos A e C. Da combinação dos três indicadores resulta a nota final do CAPAG, que poderá ser A, B, C ou D. Apenas os entes que obtiverem as notas A ou B estão aptos para receber a concessão de garantia da União nas contratações de operações de crédito.

Classificação Parcial do Indicador			Classificação final da capacidade de pagamento
Endividamento	Poupança corrente	Liquidez	
A	A	A	B
B	A	A	
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais combinações de classificações parciais			C

O critério mais importante é o de Liquidez, pois caso o ente obtenha nota C, independentemente das notas dos demais indicadores sua nota final será C ou D, portanto não conseguirá o aval da União. O indicador de Poupança Corrente, por sua vez, “tem importância intermediária, pois o ente precisa receber pelo menos a nota B para esse indicador se pretende ter B como nota final. Já o indicador de Endividamento é secundário, pois o ente consegue obter a nota final B mesmo que tenha recebido a nota C para esse indicador”³.

³ Nota Técnica nº 13, Instituto Fiscal Independente, Senado Federal.

Fique de olho

Tomando por base que os municípios, de um modo geral, possuem um indicador de Endividamento com nota A, pois são poucos aqueles com problemas de endividamento no país, a administração municipal deve se preocupar com os outros dois indicadores.

Em primeiro lugar, precisa, obrigatoriamente, manter um indicador de Liquidez positivo (disponibilidade de caixa acima das obrigações financeiras, de recursos não vinculados), sem o qual não conseguirá nota A ou B. Deve ainda cuidar para que sua despesa corrente seja, no máximo, até 95% da sua receita corrente e, assim, obter a nota A ou B no indicador de Poupança Corrente, necessárias para que o município possa obter o aval da União.

Multi Cidades avaliou a situação do CAPAG de uma amostra de 2.132 municípios. Em setembro de 2018, menos da metade desses municípios (46,1%) estavam aptos a obter a concessão de garantia da União, sendo que 24,2% deles obtiveram nota A e 21,9% nota B. Os outros 53,9% ficaram com nota C e foi registrado apenas um caso com a nota D. A situação é mais confortável no Sul (69,6%) e no Centro-oeste do Brasil (67,9%) e mais crítica no Nordeste (23,7%) e Sudeste (36,8%). Entre os municípios

do Norte do Brasil, 52,1% estariam aptos a obter garantias da União em seus financiamentos.

No Sul do Brasil o nível de eletividade dos municípios é elevado em todos os estados. No Centro-Oeste a taxa de Goiás (44,7%) é bem inferior à dos demais estados. No Nordeste, os municípios de Sergipe (10%) e da Paraíba (10,8%) registram um baixíssimo nível de eletividade, ao passo que no Sudeste apenas os municípios do Espírito Santo (66,7%) têm um indicador mais favorável. No Norte do Brasil as melhores taxas foram apresentadas no Acre (87,5%) e Amazonas (70,6%), ao passo que entre os municípios do Pará apenas 32,1% estariam aptos a receber a garantia da União.

À medida que aumenta o porte populacional do município aumenta a probabilidade de obter a concessão de garantia da União. Nos municípios com mais de 500 mil habitantes a taxa foi de 68,6% contra 45% entre os municípios com menos de 20 mil habitantes.

A grande maioria (93,5%) dos municípios brasileiros tem um indicador de **Endividamento** com conceito A, refletindo o fato de a dívida consolidada ter um baixo peso na receita corrente. Para 63,1% dos municípios o indicador de **Liquidez** é maior que 1, ou seja, obtêm conceito A, pois apresentaram suficiência financeira, situação em que a disponibilidade de caixa supera as obrigações de curto prazo. Por fim, apenas 27,1% dos municípios apresentam nota A e outros 31% nota B no indicador de **Poupança Corrente**.

Para concretizar uma operação de crédito que exija a garantia da União, além de obter nota A ou B no CAPAG, o município não pode ter nenhuma pendência no CAUC. Assim, quando são considerados esses dois requisitos, ou seja, municípios eletivos pelo CAPAG para obter concessão de garantia da União e que são totalmente adimplentes junto ao CAUC, observamos que apenas 21,2% dos municípios analisados estavam aptos a concretizar

uma operação de crédito em setembro de 2018.

Num cenário de restrito espaço orçamentário para direcionar recursos próprios para infraestrutura, as transferências voluntárias e as operações de crédito exercem um papel importante para a retomada dos investimentos municipais. Assim, é importante que as administrações municipais mantenham bons indicadores fiscais e acompanhem atentamente sua situação junto ao CAUC, para que possam ter acesso a financiamentos junto às instituições de crédito e conseguir recursos junto aos demais níveis de governo.

Percentual de municípios com notas A e B	
Norte	52,1%
RO	53,8%
AC	87,5%
AM	70,6%
RR	-
PA	32,1%
AP	-
TO	47,1%
Nordeste	23,7%
MA	41,7%
PI	46,4%
CE	43,4%
RN	19,4%
PB	10,8%
PE	20,8%
AL	-
SE	10,0%
BA	22,3%
Centro-Oeste	67,9%
MS	79,5%
MT	81,3%
GO	44,7%
Sudeste	36,8%
MG	37,3%
ES	66,7%
RJ	21,4%
SP	33,9%
Sul	36,8%
PR	67,4%
SC	80,7%
RS	63,5%

(-) Informações insuficientes para cálculo CAPAG

Investimentos | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. desp. total 2017	Part. rec. total 2017	Invest. per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %	em R\$	
	17.936.201	Norte	3.876.467,2	4.892.562,0	3.703.135,8	3.185.014,6	2.484.374,0	-22,0	6,8	6,7	138,51
AC	383.443	Rio Branco	95.382,4	125.455,5	121.901,6	77.175,0	54.248,6	-29,7	7,6	7,0	141,48
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	23.639,7	21.403,7	10.265,9	13.512,3	8.769,1	-35,1	6,7	..	106,14
AP	474.706	Macapá	26.379,3	38.310,6	30.032,1	39.995,5	34.267,9	-14,3	4,8	4,6	72,19
AP	115.471	Santana	3.124,3	2.223,9	..	1,4	1,5	19,26
AM	2.130.264	Manaus	459.333,0	523.822,7	424.454,0	497.424,7	346.311,6	-30,4	8,2	8,4	162,57
AM	113.832	Parintins	6.552,7	11.869,1	7.937,4	...	2.911,1	..	1,6	1,7	25,57
PA	1.452.275	Belém	240.451,5	214.284,8	261.334,7	269.587,6	205.706,7	-23,7	7,9	7,6	141,64
PA	516.057	Ananindeua	74.943,1	86.667,2	47.363,1	...	39.098,3	..	6,6	6,2	75,76
PA	296.302	Santarém	41.064,8	50.093,0	48.277,0	40.134,8	32.495,2	-19,0	5,7	5,9	109,67
PA	271.594	Marabá	45.113,2	281.168,0	98.834,4	31.960,2	44.518,7	39,3	6,5	6,0	163,92
RO	519.436	Porto Velho	116.035,1	60.754,8	70.044,7	32.367,1	23.064,0	-28,7	2,0	1,9	44,40
RO	132.667	Ji-Paraná	25.438,4	25.490,6	25.758,2	30.916,6	22.602,7	-26,9	10,3	9,6	170,37
RR	332.020	Boa Vista	78.896,8	303.162,1	252.378,7	206.697,9	209.845,4	1,5	20,6	19,3	632,03
RR	28.215	Rorainópolis	6.657,9	20.138,2	10.263,0	8.072,1
TO	286.787	Palmas	80.375,2	116.250,0	59.034,8	65.991,0	88.177,0	33,6	9,6	8,8	307,47
TO	175.960	Araguaína	13.504,7	20.380,8	21.876,6	26.012,9	25.011,3	-3,9	6,8	6,5	142,14
	57.251.143	Nordeste	9.433.484,9	12.002.422,6	8.705.298,4	7.994.682,6	5.794.519,6	-27,5	4,7	4,7	101,21
AL	1.029.129	Maceió	56.091,1	69.510,5	55.079,6	47.240,9	19.186,7	-59,4	0,9	1,0	18,64
AL	234.185	Arapiraca	30.364,9	29.529,4	71.837,6	77.444,8	18.706,9	-75,8	3,6	3,5	79,88
BA	2.953.986	Salvador	271.087,8	506.715,1	376.084,0	308.908,1	244.860,9	-20,7	4,5	4,3	82,89
BA	627.477	Feira de Santana	72.411,9	142.761,8	94.542,5	63.179,9	72.443,9	14,7	7,1	7,1	115,45
BA	348.718	Vitória da Conquista	54.314,3	60.132,2	48.049,7	56.694,4	23.812,1	-58,0	3,9	4,0	68,28
BA	296.893	Camacari	166.485,4	115.870,4	97.624,2	62.647,6	34.280,9	-45,3	3,7	3,4	115,47
CE	2.627.482	Fortaleza	505.168,7	642.664,7	601.951,2	493.485,1	394.095,7	-20,1	6,5	6,5	149,99
CE	362.223	Caucaia	74.520,6	79.880,0	89.359,6	4.308,2	30.845,3	616,0	5,8	5,3	85,16
CE	270.383	Juazeiro do Norte	26.060,3	44.089,6	31.399,0	52.809,3	43.146,0	-18,3	8,6	7,0	159,57
MA	1.091.868	São Luís	155.912,6	160.111,4	172.444,7	159.870,9	87.044,4	-45,6	3,5	3,4	79,72
MA	254.569	Imperatriz	36.732,5	14.269,0	9.959,2	-30,2	1,8	1,8	39,12
PB	811.598	João Pessoa	105.101,2	165.571,6	105.960,8	69.307,3	66.949,2	-3,4	3,6	3,6	82,49
PB	410.332	Campina Grande	79.811,6	61.413,9	47.090,0	42.316,6	50.306,2	18,9	5,9	6,5	122,60
PE	1.633.697	Recife	716.532,7	507.046,2	382.154,6	245.436,0	182.117,7	-25,8	4,4	4,2	111,48
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	147.519,4	103.189,4	79.075,6	59.479,0	34.098,7	-42,7	3,2	2,9	49,00
PE	390.771	Olinda	38.912,0	55.853,0	52.506,4	34.565,9	12.191,8	-64,7	2,3	2,2	31,20
PE	356.128	Caruaru	23.854,3	54.909,0	49.128,7	32.504,0	44.389,2	36,6	7,5	7,4	124,64
PE	343.219	Petrolina	34.325,3	66.598,0	44.432,0	51.216,6	20.735,5	-59,5	3,7	3,5	60,41
PE	328.353	Paulista	40.580,5	47.240,2	35.635,7	38.083,7	20.079,7	-47,3	4,9	4,8	61,15
PI	850.198	Teresina	195.183,2	273.167,6	270.186,7	311.651,8	301.155,9	-3,4	11,8	12,3	354,22
PI	150.547	Parnaíba	10.573,9	15.798,2	9.996,2	6.677,1	7.900,4	18,3	2,5	2,6	52,48
RN	885.180	Natal	232.780,1	707.916,3	119.299,2	178.016,6
RN	295.619	Mossoró	36.495,8	47.277,5	23.345,2	12.452,7	13.836,0	11,1	2,7	2,7	46,80
SE	650.106	Aracaju	101.834,2	62.174,7	54.632,8	44.770,2	11.854,0	-73,5	0,8	0,7	18,23
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	23.482,2	16.082,3	20.354,1	18.068,4	7.847,7	-56,6	3,0	3,1	43,14
	12.836.463	Centro-Oeste¹	2.813.964,4	3.358.108,1	3.083.724,3	2.616.527,9	1.864.094,8	-28,8	5,3	5,0	145,22
GO	1.466.105	Goiânia	110.999,0	81.451,7	252.482,4	167.695,6	67.847,6	-59,5	1,7	1,7	46,28
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	199.738,6	185.563,7	190.385,5	157.413,0	82.550,9	-47,6	9,4	8,3	152,28
GO	375.142	Anápolis	88.963,7	58.621,6	39.219,9	63.751,0	20.463,1	-67,9	2,1	2,1	54,55
MT	590.118	Cuiabá	65.472,8	88.636,1	174.948,4	166.121,2	112.219,3	-32,4	5,8	5,9	190,16
MT	274.013	Várzea Grande	28.857,1	34.524,1	10.641,5	40.865,9	57.828,3	41,5	11,2	11,2	211,04
MS	874.210	Campo Grande	370.058,6	364.078,9	236.614,0	78.248,0	128.169,7	63,8	4,2	4,2	146,61
MS	218.069	Dourados	50.335,3	60.280,8	62.114,0	46.871,2	24.981,5	-46,7	3,6	3,5	114,56
	86.949.714	Sudeste	26.259.511,8	30.366.059,7	26.952.761,0	21.529.494,7	11.954.441,1	-44,5	4,5	4,4	137,49
ES	363.140	Vitória	185.140,8	163.398,6	...	59.724,0	53.483,2	-10,4	3,7	3,6	147,28
ES	502.618	Serra	77.721,1	152.626,1	...	119.999,6	56.033,7	-53,3	5,3	5,3	111,48
ES	486.388	Vila Velha	109.197,5	101.813,8	85.477,5	116.005,9	43.455,9	-62,5	5,6	5,1	89,34
ES	387.368	Cariacica	53.293,1	47.889,5	56.565,4	48.839,7	29.511,2	-39,6	5,7	5,3	76,18
MG	2.523.794	Belo Horizonte	1.716.491,6	1.381.447,3	830.143,9	419.011,9	526.175,9	25,6	5,7	5,8	208,49
MG	676.613	Uberlândia	100.599,1	78.420,5	147.429,3	212.862,2	128.257,8	-39,7	6,7	6,7	189,56
MG	658.580	Contagem	102.827,1	90.429,3	138.278,2	173.405,9	126.407,7	-27,1	8,4	8,5	191,94

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Part. desp. total 2017	Part. rec. total 2017	Invest. per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %		em R\$
MG	563.769	Juiz de Fora	80.453,5	142.061,5	68.288,8	61.495,9	37.280,6	-39,4	2,5	2,6	66,13
MG	427.146	Betim	72.206,8	82.854,7	77.981,5	124.777,0	39.467,1	-68,4	3,0	2,5	92,40
MG	402.027	Montes Claros	54.131,7	66.994,3	88.506,0	72.824,6	32.153,9	-55,8	6,0	5,2	79,98
MG	328.871	Ribeirão das Neves	15.582,1	44.266,9	28.505,4	17.070,3	25.968,8	52,1	6,9	..	78,96
MG	328.272	Uberaba	103.488,5	116.715,7	73.736,4	79.162,1	51.565,8	-34,9	5,5	5,1	157,08
MG	280.901	Governador Valadares	55.022,8	95.505,6	41.371,7	23.488,2	9.637,2	-59,0	1,3	1,3	34,31
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	3.924.159,2	4.675.445,1	6.121.259,5	4.319.532,7	987.800,5	-77,1	4,4	4,6	151,50
RJ	1.049.826	São Gonçalo	74.353,7	70.214,0	21.874,0	..	2,2	2,2	20,84
RJ	890.997	Duque de Caxias	31.368,1	92.775,6	80.701,0	96.483,6	49.966,6	-48,2	2,1	2,5	56,08
RJ	798.647	Nova Iguaçu	85.707,8	139.147,9	119.466,2	59.359,9	38.153,5	-35,7	2,9	3,0	47,77
RJ	499.028	Niterói	108.084,2	133.576,9	212.151,0	399.975,8	287.138,1	-28,2	12,3	11,5	575,39
RJ	495.783	Belford Roxo	21.055,6	19.289,6	8.513,8	3.804,1	20.557,9	440,4	3,4	3,6	41,47
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	545.866,4	558.864,9	191.646,2	269.974,0	7.558,3	-97,2	0,5	0,5	15,42
RJ	460.461	São João de Meriti	29.512,7	29.229,7	40.634,3	9.065,4	13.062,2	44,1	2,2	2,5	28,37
RJ	298.235	Petrópolis	52.531,9	49.107,8	44.331,7	22.992,4	6.056,9	-73,7	0,7	0,7	20,31
RJ	265.201	Volta Redonda	109.988,1	114.630,7	55.100,9	44.103,4	15.117,1	-65,7	1,8	1,9	57,00
SP	12.106.920	São Paulo	5.092.158,2	5.283.271,7	5.064.178,6	3.120.689,9	2.055.043,7	-34,1	4,2	4,1	169,74
SP	1.349.113	Guarulhos	406.214,8	263.330,1	239.728,8	164.163,4	170.857,9	4,1	4,3	4,4	126,64
SP	1.182.429	Campinas	218.435,4	145.136,3	116.168,3	136.279,7	164.967,1	21,1	3,6	4,0	139,52
SP	827.437	São Bernardo do Campo	655.352,6	567.211,9	559.739,8	426.752,4	234.563,6	-45,0	7,0	6,7	283,48
SP	715.231	Santo André	114.974,4	161.788,3	208.136,2	174.615,8	150.860,1	-13,6	7,0	6,8	210,93
SP	703.219	São José dos Campos	167.483,4	122.885,7	103.603,6	327.621,7	65.399,9	-80,0	2,8	2,6	93,00
SP	697.886	Osasco	175.355,9	224.450,7	178.467,3	111.399,8	114.749,2	3,0	5,9	..	164,42
SP	682.302	Ribeirão Preto	85.092,4	53.531,3	90.873,9	140.324,4	34.353,0	-75,5	1,5	1,4	50,35
SP	659.871	Sorocaba	144.079,4	99.021,7	85.691,0	86.904,5	30.543,6	-64,9	1,4	1,2	46,29
SP	462.005	Mauá	44.885,6	39.311,3	56.993,6	111.846,4	20.018,0	-82,1	2,2	2,2	43,33
SP	450.657	São José do Rio Preto	192.532,9	76.327,2	201.138,4	143.733,4	104.705,5	-27,2	7,2	7,1	232,34
SP	434.742	Santos	143.853,0	240.581,7	...	199.576,7	117.949,1	-40,9	5,4	5,2	271,31
SP	433.901	Mogi das Cruzes	142.915,2	203.939,6	100.213,7	203.721,3	133.689,8	-34,4	10,4	10,2	308,11
SP	417.869	Diadema	66.921,1	77.924,6	91.898,8	169.936,2	82.088,1	-51,7	7,0	7,5	196,44
SP	409.497	Jundiaí	107.555,5	60.636,8	47.770,5	46.836,6	18.165,0	-61,2	1,0	1,0	44,36
SP	397.322	Piracicaba	87.673,8	95.490,0	114.105,4	56.987,0	59.657,4	4,7	4,0	4,0	150,15
SP	396.587	Carapicuíba	103.186,2	80.101,0	98.439,0	116.373,4
SP	371.690	Bauru	45.146,1	38.958,5	66.831,9	88.232,2	58.010,0	-34,3	5,7	5,4	156,07
29.644.948	Sul	7.726.222,9	9.586.785,4	7.803.425,1	7.357.279,5	5.165.533,2	-29,8	5,9	5,5	174,25	
PR	1.908.359	Curitiba	626.632,1	323.669,4	284.047,8	169.549,9	240.697,2	42,0	3,4	3,3	126,13
PR	558.439	Londrina	65.479,2	77.714,1	94.975,5	82.861,4	44.903,9	-45,8	2,7	2,7	80,41
PR	406.693	Maringá	188.382,1	151.962,5	185.677,3	143.802,0	84.514,2	-41,2	7,0	6,7	207,81
PR	344.332	Ponta Grossa	69.867,8	60.158,7	75.534,3	65.096,4	72.065,2	10,7	9,6	9,6	209,29
PR	319.608	Cascavel	49.972,5	58.976,3	75.990,3	117.368,5	80.469,8	-31,4	10,8	9,4	251,78
PR	307.530	São José dos Pinhais	65.429,8	90.762,7	80.425,3	94.318,8	46.477,7	-50,7	5,4	4,9	151,13
PR	264.044	Foz do Iguaçu	28.867,3	84.962,9	43.455,5	36.481,9	34.020,5	-6,7	4,1	3,8	128,84
RS	1.484.941	Porto Alegre	696.521,6	597.807,2	432.971,2	473.072,6	350.288,1	-26,0	6,2	6,1	235,89
RS	483.377	Caxias do Sul	136.530,5	140.623,5	138.056,2	99.595,1	45.255,7	-54,6	2,9	2,8	93,62
RS	344.385	Pelotas	46.166,1	43.515,9	96.130,9	96.901,7	78.116,8	-19,4	9,0	8,8	226,83
RS	343.853	Canoas	111.191,1	106.911,1	122.245,1	183.840,3	63.861,9	-65,3	4,8	4,6	185,72
RS	278.445	Santa Maria	45.874,1	23.697,9	13.779,6	18.660,9	10.982,3	-41,1	2,0	1,9	39,44
RS	275.146	Gravataí	12.184,4	17.440,7	10.688,5	18.702,7	16.969,3	-9,3	2,6	2,5	61,67
RS	253.717	Viamão	9.524,3	39.083,3	22.787,0	15.692,4	12.864,5	-18,0	3,4	3,2	50,70
SC	485.838	Florianópolis	82.922,8	130.723,3	121.468,8	100.057,4	71.635,4	-28,4	4,2	4,4	147,45
SC	577.077	Joinville	103.063,0	75.747,7	92.382,0	69.843,0	48.990,7	-29,9	2,9	2,5	84,89
SC	348.513	Blumenau	74.622,1	78.909,3	83.891,7	101.402,1	87.145,0	-14,1	6,5	6,6	250,05
	81.113.137	Cidades selecionadas	23.603.283,5	25.236.076,6	23.919.180,0	19.128.471,4	11.277.407,3	-41,0	4,8	4,8	139,03
	32.224.780	Até 20 mil habitantes	8.413.676,2	11.908.849,2	8.118.914,7	7.665.894,7	5.435.088,6	-29,1	6,0	5,9	168,66
	46.435.866	Capitais	16.307.101,6	17.566.847,7	17.012.648,8	12.121.628,8	7.027.122,7	-42,0	4,8	4,8	151,33
	204.618.469	Brasil¹	50.109.651,1	60.205.937,6	50.248.344,6	42.682.999,3	27.262.962,7	-36,1	5,0	4,9	133,24

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ Não inclui Brasília.

Investimentos | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Investimento	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	2.055.043.746,18	12.106.920	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	987.800.498,79	6.520.266	2º
3º	MG	Belo Horizonte	526.175.886,39	2.523.794	5º
4º	CE	Fortaleza	394.095.742,82	2.627.482	4º
5º	SP	Barueri	363.450.082,77	267.534	103º
6º	RS	Porto Alegre	350.288.102,77	1.484.941	9º
7º	AM	Manaus	346.311.641,34	2.130.264	6º
8º	PI	Teresina	301.155.897,06	850.198	20º
9º	RJ	Niterói	287.138.126,28	499.028	42º
10º	BA	Salvador	244.860.889,73	2.953.986	3º
11º	PR	Curitiba	240.697.168,21	1.908.359	7º
12º	SP	São Bernardo do Campo	234.563.631,45	827.437	21º
13º	RR	Boa Vista	209.845.439,81	332.020	79º
14º	PA	Belém	205.706.667,55	1.452.275	11º
15º	PE	Recife	182.117.676,53	1.633.697	8º
16º	SP	Guarulhos	170.857.855,28	1.349.113	12º
17º	SP	Campinas	164.967.096,71	1.182.429	13º
18º	SP	Santo André	150.860.127,22	715.231	24º
19º	SP	Mogi das Cruzes	133.689.841,19	433.901	53º
20º	MG	Uberlândia	128.257.812,57	676.613	29º
21º	MS	Campo Grande	128.169.700,22	874.210	19º
22º	MG	Contagem	126.407.674,60	658.580	31º
23º	SP	Santos	117.949.124,91	434.742	52º
24º	SP	Osasco	114.749.178,87	697.886	26º
25º	MT	Cuiabá	112.219.338,00	590.118	34º
26º	SP	São José do Rio Preto	104.705.491,48	450.657	51º
27º	SP	Praia Grande	101.213.304,13	310.024	85º
28º	PA	Parauapebas	91.913.252,17	202.356	148º
29º	TO	Palmas	88.177.042,15	286.787	94º
30º	SC	Blumenau	87.144.970,70	348.513	73º
31º	MA	São Luís	87.044.416,39	1.091.868	14º
32º	PR	Maringá	84.514.246,77	406.693	58º
33º	GO	Aparecida de Goiânia	82.550.948,80	542.090	38º
34º	SP	Diadema	82.088.094,80	417.869	55º
35º	PR	Cascavel	80.469.833,87	319.608	83º
36º	RS	Pelotas	78.116.754,37	344.385	75º
37º	SC	Balneario Camboriú	73.365.021,73	135.268	214º
38º	BA	Feira de Santana	72.443.936,21	627.477	33º
39º	PR	Ponta Grossa	72.065.165,09	344.332	76º
40º	SC	Florianópolis	71.635.351,11	485.838	46º
41º	SP	Guarujá	69.234.014,42	315.563	84º
42º	GO	Goiânia	67.847.629,70	1.466.105	10º
43º	ES	Presidente Kennedy	67.685.278,90	11.742	2759º
44º	PB	João Pessoa	66.949.163,93	811.598	22º
45º	SP	São José dos Campos	65.399.938,27	703.219	25º
46º	RS	Canoas	63.861.887,41	343.853	77º
47º	GO	Rio Verde	61.758.704,85	217.048	137º
48º	SP	Ilhabela	60.394.529,82	33.354	1027º
49º	SP	Piracicaba	59.657.385,11	397.322	60º
50º	SP	Bauru	58.009.975,78	371.690	66º
51º	MT	Várzea Grande	57.828.338,05	274.013	99º
52º	ES	Serra	56.033.725,59	502.618	41º

Posição	UF	Município	Investimento	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	SP	Caraguatatuba	55.263.036,00	116.786	263º
54º	ES	Itapemirim	54.623.998,75	34.628	975º
55º	AC	Rio Branco	54.248.574,24	383.443	64º
56º	ES	Vitória	53.483.229,26	363.140	67º
57º	SP	Santana de Parnaíba	52.566.022,28	131.887	219º
58º	SP	Indaiatuba	51.830.923,32	239.602	115º
59º	MG	Uberaba	51.565.810,76	328.272	82º
60º	SC	Itajaí	50.515.769,56	212.615	140º
61º	PB	Campina Grande	50.306.172,13	410.332	56º
62º	SC	Jaraguá do Sul	50.010.630,20	170.835	170º
63º	RJ	Duque de Caxias	49.966.597,47	890.997	17º
64º	SC	Joinville	48.990.687,76	577.077	35º
65º	PR	São José dos Pinhais	46.477.682,67	307.530	87º
66º	RS	Caxias do Sul	45.255.658,95	483.377	47º
67º	PA	Paragominas	45.088.565,12	110.026	283º
68º	PR	Londrina	44.903.875,06	558.439	37º
69º	PA	Marabá	44.518.741,34	271.594	101º
70º	SP	Taubaté	44.395.770,58	307.953	86º
71º	PE	Caruaru	44.389.210,71	356.128	71º
72º	RS	Novo Hamburgo	44.159.800,14	249.508	111º
73º	ES	Vila Velha	43.455.861,47	486.388	45º
74º	SP	Louveira	43.317.999,89	45.922	718º
75º	CE	Juazeiro do Norte	43.145.985,46	270.383	102º
76º	PR	Toledo	42.106.599,75	135.538	213º
77º	SP	Cotia	40.225.564,41	237.750	116º
78º	PE	Cabo de Santo Agostinho	39.820.888,20	204.653	146º
79º	MG	Betim	39.467.124,14	427.146	54º
80º	PA	Ananindeua	39.098.272,66	516.057	40º
81º	RJ	Nova Iguaçu	38.153.542,92	798.647	23º
82º	GO	Águas Lindas de Goiás	37.823.169,88	195.810	152º
83º	MG	Juiz de Fora	37.280.623,96	563.769	36º
84º	SP	Santa Bárbara d'Oeste	36.473.538,09	191.889	156º
85º	MG	Araguari	35.628.560,94	117.445	262º
86º	SP	Atibaia	35.321.788,79	139.683	203º
87º	GO	Luziânia	34.817.652,42	199.615	149º
88º	BA	Paulo Afonso	34.386.579,55	120.706	251º
89º	SP	Ribeirão Preto	34.352.956,99	682.302	28º
90º	BA	Camaçari	34.280.894,95	296.893	90º
91º	AP	Macapá	34.267.935,17	474.706	48º
92º	PE	Jaboatão dos Guararapes	34.098.715,07	695.956	27º
93º	MG	Extrema	34.030.301,09	34.344	986º
94º	PR	Foz do Iguaçu	34.020.457,66	264.044	106º
95º	MT	Sinop	33.470.883,89	135.874	212º
96º	PE	Limoeiro	33.316.522,74	56.140	587º
97º	SP	Presidente Prudente	33.298.146,66	225.271	129º
98º	CE	Sobral	33.286.136,00	205.529	145º
99º	PA	Santarém	32.495.174,28	296.302	91º
100º	CE	Maracanau	32.175.959,41	224.804	130º

	Total dos 100 maiores	12.295.665.941,59	72.240.649	..
	Total dos demais	14.967.296.712,67	132.377.820	..
	Total Brasil¹	27.262.962.654,26	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Investimentos per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Invest. per capita	Investimento	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
1º	ES	Presidente Kennedy	5.764,37	67.685.278,90	11.742	2759º
2º	SP	Gavião Peixoto	2.462,36	11.669.126,20	4.739	4437º
3º	SP	Ilhabela	1.810,71	60.394.529,82	33.354	1027º
4º	SP	Ananãndia	1.677,46	8.127.290,36	4.845	4395º
5º	RS	Ponte Preta	1.648,16	2.811.764,00	1.706	5518º
6º	PB	Pedra Branca	1.636,35	6.223.051,82	3.803	4808º
7º	RS	Vila Maria	1.619,46	7.136.971,15	4.407	4565º
8º	ES	Itapemirim	1.577,45	54.623.998,75	34.628	975º
9º	MG	Nova Belém	1.509,62	5.230.846,20	3.465	4937º
10º	RS	Pinhal	1.446,66	3.784.456,40	2.616	5256º
11º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	1.417,71	15.272.963,03	10.773	2985º
12º	MG	Serra da Saudade	1.403,34	1.139.509,29	812	5568º
13º	SP	Barueri	1.358,52	363.450.082,77	267.534	103º
14º	MG	Morro da Garça	1.278,91	3.318.772,65	2.595	5271º
15º	PR	Guaporema	1.238,34	2.838.273,47	2.292	5377º
16º	GO	São João da Paraúna	1.236,23	1.912.445,89	1.547	5544º
17º	PB	Ibiara	1.233,88	7.310.765,04	5.925	4038º
18º	RS	André da Rocha	1.230,52	1.607.056,81	1.306	5559º
19º	GO	Anhanguera	1.209,06	1.361.405,67	1.126	5564º
20º	PR	Quatro Pontes	1.202,17	4.845.931,35	4.031	4715º
21º	RS	Nova Alvorada	1.179,57	4.106.087,57	3.481	4930º
22º	RS	Nova Pádua	1.143,51	2.936.532,78	2.568	5284º
23º	PR	Cafezal do Sul	1.117,39	4.743.308,11	4.245	4622º
24º	PR	Campina do Simão	1.114,47	4.526.988,07	4.062	4696º
25º	PR	Pinhal de São Bento	1.109,30	3.058.332,15	2.757	5211º
26º	PR	Indianópolis	1.103,13	4.968.506,74	4.504	4531º
27º	RS	Boa Vista do Sul	1.100,78	3.147.125,03	2.859	5173º
28º	PR	Santa Lúcia	1.086,14	4.295.696,09	3.955	4741º
29º	MG	Bugre	1.080,51	4.479.787,49	4.146	4665º
30º	SC	Porto Belo	1.078,08	21.878.457,93	20.294	1743º
31º	RS	Carlos Gomes	1.065,44	1.648.229,08	1.547	5544º
32º	RS	Brochier	1.054,62	5.268.904,35	4.996	4336º
33º	SP	Itaóca	1.053,86	3.520.940,16	3.341	4987º
34º	SC	Arvoredo	1.045,02	2.362.786,86	2.261	5385º
35º	MG	Rio Doce	1.034,10	2.712.431,22	2.623	5253º
36º	RS	Protásio Alves	1.033,75	2.102.655,09	2.034	5454º
37º	MG	Biquinhas	1.031,61	2.701.789,57	2.619	5254º
38º	SP	Aspásia	1.022,17	1.882.841,27	1.842	5492º
39º	SP	Santa Salete	1.020,36	1.567.278,35	1.536	5547º
40º	RS	Vista Alegre do Prata	1.018,06	1.640.096,12	1.611	5530º
41º	SP	São João de Iracema	1.010,40	1.923.805,42	1.904	5480º
42º	MS	Paraíso das Águas	1.002,40	5.362.854,65	5.350	4219º
43º	RS	São José do Sul	1.001,46	2.301.346,58	2.298	5374º
44º	MG	Extrema	990,87	34.030.301,09	34.344	986º
45º	RS	Alto Alegre	989,91	1.784.800,14	1.803	5501º
46º	SC	Bombinhas	989,30	18.423.684,97	18.623	1906º
47º	GO	Aporé	989,26	4.098.483,76	4.143	4668º
48º	RS	Araricá	984,23	5.309.909,57	5.395	4206º
49º	PR	Nova Prata do Iguaçu	982,59	10.557.910,21	10.745	2992º
50º	RS	Maratá	981,50	2.627.471,36	2.677	5237º
51º	RS	Barra do Rio Azul	961,51	1.841.288,12	1.915	5478º
52º	SC	São Domingos	957,57	9.098.824,39	9.502	3185º

Posição	UF	Município	Invest. per capita	Investimento	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
53º	RS	Tupandi	951,61	4.255.616,59	4.472	4539º
54º	AM	Japurá	943,93	3.969.241,48	4.205	4637º
55º	SP	Louveira	943,30	43.317.999,89	45.922	718º
56º	SP	Embaúba	941,16	2.330.315,33	2.476	5326º
57º	PR	Brasilândia do Sul	935,65	2.753.606,10	2.943	5139º
58º	MT	Santa Rita do Trivelato	926,66	2.994.033,60	3.231	5022º
59º	PI	João Costa	925,79	2.741.275,05	2.961	5128º
60º	SC	Abdon Batista	919,98	2.395.637,25	2.604	5263º
61º	PR	Francisco Alves	913,06	5.797.904,42	6.350	3901º
62º	PR	Pinhalão	909,85	5.859.411,69	6.440	3879º
63º	RS	Alpestre	902,12	6.705.461,58	7.433	3619º
64º	RS	Poço das Antas	900,67	1.902.223,26	2.112	5435º
65º	GO	Mossâmedes	892,32	4.193.913,51	4.700	4454º
66º	RS	Montauri	889,98	1.375.023,52	1.545	5546º
67º	RS	Capão Bonito do Sul	888,28	1.561.587,52	1.758	5509º
68º	SP	Avanhandava	886,67	11.625.970,79	13.112	2561º
69º	PA	Jacareacanga	879,23	7.085.751,25	8.059	3455º
70º	RS	Canudos do Vale	875,43	1.590.648,65	1.817	5497º
71º	PR	Guapirama	874,97	3.442.113,53	3.934	4754º
72º	PI	Pajeú do Piauí	873,41	2.911.059,04	3.333	4991º
73º	RS	Nova Candelária	871,91	2.447.439,36	2.807	5193º
74º	MG	Jeceaba	871,79	4.541.137,31	5.209	4264º
75º	RS	Harmonia	870,30	4.059.083,85	4.664	4470º
76º	PR	Altamira do Paraná	868,09	2.559.131,95	2.948	5135º
77º	SP	Paulistânia	866,34	1.594.928,45	1.841	5493º
78º	PR	Pato Bragado	860,32	4.673.246,88	5.432	4198º
79º	RS	Almirante Tamandaré do Sul	856,05	1.779.730,66	2.079	5442º
80º	PB	Aguiar	843,66	4.692.411,72	5.562	4155º
81º	MT	Salto do Céu	831,40	2.782.694,05	3.347	4982º
82º	PR	Itaipulândia	830,55	8.793.039,27	10.587	3025º
83º	SP	Arianha	828,27	7.827.953,02	9.451	3196º
84º	SC	Morro Grande	824,72	2.404.065,69	2.915	5148º
85º	SC	Iomerê	822,69	2.399.780,66	2.917	5147º
86º	RS	Vista Gaúcha	820,83	2.365.625,76	2.882	5163º
87º	SC	Nova Erechim	818,63	3.994.097,59	4.879	4380º
88º	PR	São Tomé	817,02	4.669.255,74	5.715	4099º
89º	SP	Itajobi	807,18	12.306.247,72	15.246	2276º
90º	SC	Lajeado Grande	803,99	1.168.198,58	1.453	5551º
91º	RS	Dom Pedro de Alcântara	801,12	2.096.522,72	2.617	5255º
92º	RS	Coqueiro Baixo	794,12	1.238.036,48	1.559	5542º
93º	TO	Oliveira de Fátima	790,64	877.612,80	1.110	5565º
94º	MG	Belo Vale	789,86	6.193.286,80	7.841	3503º
95º	RS	Três Palmeiras	789,50	3.518.786,84	4.457	4542º
96º	GO	Alto Horizonte	788,21	4.558.980,60	5.784	4077º
97º	PR	São Pedro do Paraná	779,67	1.904.722,28	2.443	5337º
98º	SP	Águas de São Pedro	776,10	2.536.284,24	3.268	5007º
99º	RS	Coqueiros do Sul	769,34	1.891.043,02	2.458	5332º
100º	PR	Verê	768,90	5.914.369,88	7.692	3546º
		Total dos 100 maiores	1.236,88	1.036.250.481,83	837.796	..
		Total dos demais	128,70	26.226.712.172,43	203.780.673	..
		Total Brasil¹	133,24	27.262.962.654,26	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Sabesp e Guarulhos fecham a maior parceria da década, que vai beneficiar 1,4 milhão de habitantes, o rio Tietê e o Estado de SP

Ações acabarão com o rodízio de água na segunda maior cidade paulista e aumentarão o tratamento de esgoto



Guarulhos, o segundo município mais populoso do Estado de São Paulo, e a Sabesp dão os últimos passos para concluir o maior acordo da década no setor de saneamento. A empresa vai assumir os serviços no município, o que beneficiará toda a população da cidade, o rio Tietê e também o Estado de São Paulo.

Assim, os 1,4 milhão de moradores da cidade passarão a ser atendidos diretamente pela Sabesp. O acordo permitirá que a rede de abastecimento de Guarulhos seja integrada a outros sistemas produtores de água já utilizados pela Companhia em São Paulo. Deste modo, a cidade passa a fazer parte do Sistema Integrado Metropolitano (SIM), o que permitirá mais eficiência na distribuição de água e mais segurança hídrica para a cidade.

As prioridades da Sabesp serão acabar com o rodízio de água na cidade, aumentar a coleta e o tratamento de esgoto e contribuir para a despoluição do rio Tietê. Sempre com o objetivo de prestar o melhor serviço para a população local.

Os cerca de 500 mil moradores da região central e também do bairro dos Pimentas serão os primeiros beneficiados nessa parceria. Em três meses após a assinatura do acordo será possível acabar com o rodízio de água, um martírio que acompanha os moradores na cidade há vários anos.

Além disso, a companhia fará ampliação nas tubulações de fornecimento de água e construirá novos reservatórios. Em até 180 dias após a assinatura do contrato, praticamente 70% de toda a cidade estará livre do rodízio de água, o que representa cerca de 900 mil moradores com água de qualidade em suas torneiras 24 horas por dia. A previsão é que o rodízio de água em toda Guarulhos acabe até 2019.

O acordo também prevê que parte do esgoto produzido pelos guarulhenses passe a ser tratado nas estações de tratamento da

Sabesp localizadas no Parque Novo Mundo e São Miguel Paulista, ambas na capital. Esse tratamento proporcionará o lançamento de efluentes mais limpos no rio Tietê, o que também vai melhorar a qualidade das águas desse rio que corta a capital e segue para o interior, até desaguar no rio Paraná.

A previsão é que o rodízio de água em toda Guarulhos acabe até 2019.

Rios como o Cabuçu e o Baquirivu-Guaçu também deixarão de receber os rejeitos brutos. O tratamento do esgoto guarulhense permitirá que o Tietê fique, em pouco tempo, com sete vezes mais oxigênio do que o registrado atualmente.

A Sabesp investirá cerca de R\$ 1,7 bilhão durante o contrato de concessão, com 40 anos de duração, além de repassar recursos complementares para que a prefeitura faça obras relacionadas ao saneamento básico, como a construção de novas moradias em bairros a serem regularizados e melhorias na drenagem.

A proposta já sancionada em outubro pela prefeitura de Guarulhos prevê ainda que a dívida de R\$ 3,2 bilhões do município com a Companhia seja equacionada ao longo do prazo de concessão. Vai aliviar o caixa da prefeitura e permitirá que o município invista em outras áreas – como saúde, educação e transporte. A fiscalização do cumprimento do futuro contrato será feita pela Arsesp (Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo).

FNP contribui para a aprovação do Refis Previdenciário

As despesas com juros e amortizações dos municípios são superiores a 2016, porém abaixo do realizado antes da renegociação das dívidas com a União. A aprovação do Refis Previdenciário em 2017, que permitiu o parcelamento das dívidas com o INSS, contou com grande apoio da FNP.

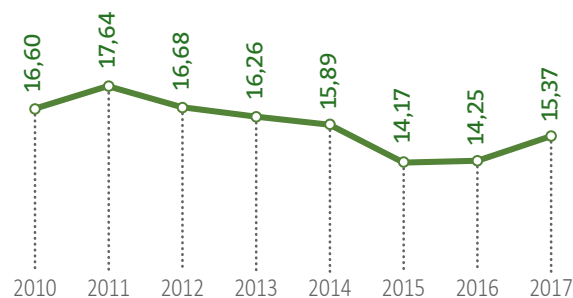
Desempenho

A despesa com juros e amortizações da dívida nos municípios brasileiros somou R\$ 15,37 bilhões, em 2017. Em valores corrigidos pelo Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), o crescimento foi de 7,9% em relação ao ano anterior, quando foram gastos R\$ 14,25 bilhões. A alta ocorreu de maneira generalizada, tanto nas grandes como nas cidades menores, porém cabe ressaltar o aumento de 42,1% no Rio de Janeiro, que representou um gasto adicional de R\$ 363,3 milhões, em relação a 2016. Excluída a capital fluminense, os municípios brasileiros registraram crescimento de 5,7% nas despesas com juros e amortizações da dívida, em 2017.

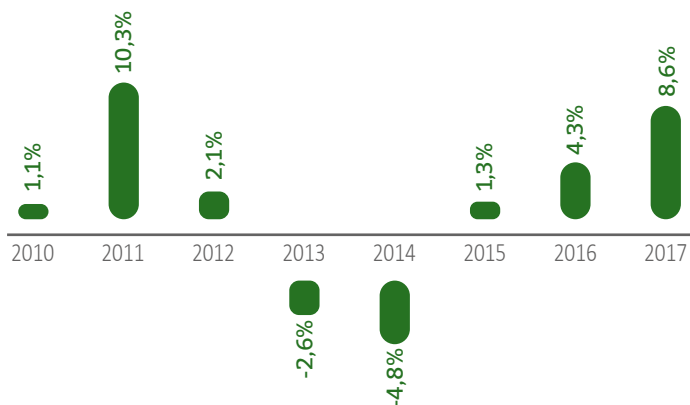
Parte desse aumento está relacionado ao parcelamento das dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), estabelecido pela Medida Provisória nº 778, de 16 de maio de 2017, convertida na Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017. A adesão ao parcelamento ficou condicionada ao pagamento de

2,4% do valor total da dívida, sem reduções, em até seis parcelas iguais e sucessivas, com vencimento até dezembro de 2017. Portanto, o pagamento das seis parcelas iniciais ainda em 2017 contribuiu para o crescimento da despesa com amortizações dos municípios que aderiram ao chamado “Refis Previdenciário”. Veja mais detalhes sobre as regras do parcelamento na página 181.

Despesa com juros e amortizações da dívida em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Taxa de crescimento da despesa com juros e amortizações da dívida em relação ao ano anterior*



* Excluído São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte

O endividamento municipal provém de três origens principais: das dívidas renegociadas com a União, das operações de crédito para financiar investimentos estruturantes, ambos os casos mais comuns entre os municípios de maior porte populacional, e do parcelamento de dívidas com o INSS, com maior peso na dívida das pequenas cidades.

As dívidas renegociadas com a União são derivadas de contratos realizados por 26 estados e 177 municípios brasileiros com o Governo Federal, entre os anos de 1997 e 2001, que assumiu os compromissos desses entes, cobrando parcelas mensais corrigidas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), mais juros de 6% a 9% ao ano, variando conforme o contrato.

Em 5 de novembro de 2014 foi aprovada a Lei Complementar Federal nº 148, após fortes reivindicações da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e de representantes dos estados e municípios. A Lei alterou os índices que corrigem os juros das dívidas, substituindo o IGP-DI pelo IPCA mais 4% de juros ao ano, limitado à taxa Selic. A nova legislação exigiu o recálculo, retroagindo a 1º de janeiro de 2013, e determinou que a União concedesse descontos correspondentes à diferença entre os saldos devedores existentes em 1º de janeiro de 2013 e o saldo devedor apurado com a variação da taxa Selic desde o início do contrato. Dessa forma, os municípios tiveram dois ganhos: na economia do saldo devedor e nos juros calculados para o pagamento mensal.

Porém, o Governo Federal postergou a regulamentação da Lei, impedindo sua aplicação. Mais uma vez, devido à intensa atuação da FNP, foi aprovada a Lei nº 151, de 5 de agosto de 2015, que estabeleceu que as novas regras deveriam ser aplicadas até 31 de janeiro de 2016, independentemente de regulamentação. Dessa forma, foi aprovado o Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, que regulamentou a LC nº 148/2014 estabelecendo as fórmulas para o reprocessamento das dívidas, bem como para a apuração mensal do coeficiente de atualização monetária da dívida remanescente. Algumas cláusulas foram revogadas pelo Decreto nº 8.665, de 10 de fevereiro de 2016, como a dispensa de autorização legislativa para celebrar os aditamentos dos contratos com a União.

Os novos cálculos do saldo devedor e do valor pago mensalmente pelos municípios foram sendo realizados ao longo de 2016, conforme os municípios foram aderindo à repactuação através de aditivos contratuais. De acordo com estimativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) divulgada em abril de 2016, a formalização dos aditamentos dos contratos resultaria na economia de quase R\$ 60 bilhões no saldo devedor dos municípios, além

Despesa | Juros e amortizações da dívida

da imediata redução no valor pago mensalmente.

A capital São Paulo, possuidora da maior dívida municipal no país, foi a cidade mais impactada com essa mudança. Seu saldo devedor passou de R\$ 73,1 bilhões, ao final de 2015, para R\$ 27,5 bilhões na data da assinatura do novo contrato, em fevereiro de 2016. Assim, houve queda substancial no valor anual pago com os juros e as amortizações. Em 2014, o valor pago pela capital paulista à União somou R\$ 5,15 bilhões, em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2017. Já em 2017, foram R\$ 3,23 bilhões (queda de 37,3%). Na prática, o município paga suas prestações já recalculadas desde meados de 2015, devido a uma liminar judicial.

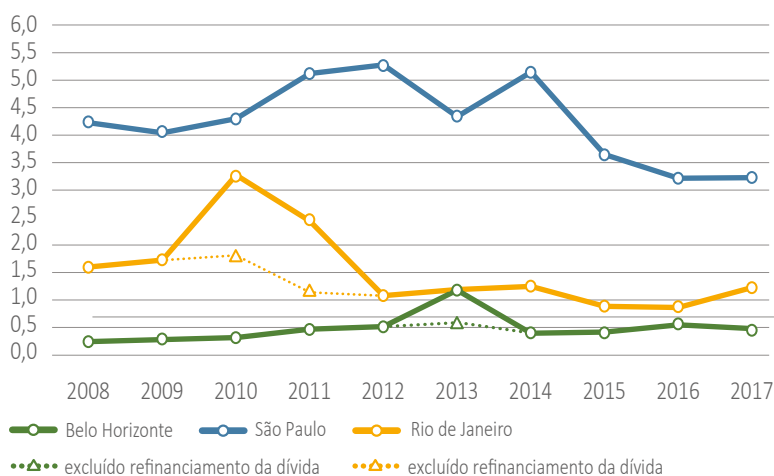
O município do Rio de Janeiro também refinanciou sua dívida com a União em 2016 e, assim como São Paulo, a aplicação dos novos indexadores iniciou-se em 2015. Os novos indexadores provocaram a redução no saldo devedor de R\$ 6,77 bilhões para R\$ 740 milhões após o aditivo contratual. A capital fluminense já havia reestruturado parte de seu endividamento em 2010, quando trocou uma parcela da sua dívida com a União por outra junto ao Banco Mundial (Bird). Houve o alongamento no prazo de pagamento, além da redução

dos juros. Em 2017, o saldo remanescente da dívida com o Bird era de R\$ 3,28 bilhões, de acordo com o Relatório de Transparência, emitido pela Prefeitura Municipal, em dezembro de 2017.

A partir de 2010, o município do Rio de Janeiro intensificou o uso de operações de crédito para financiar projetos estruturais. Esses financiamentos foram captados para a realização de obras de infraestrutura urbana, como macrodrenagens, obras de saneamento e de transporte público e outros investimentos, como a modernização da gestão tributária municipal, gerando novas obrigações contratuais. De acordo com o Relatório de Transparência de 2017, o estoque total da dívida bruta da cidade somava R\$ 12,53 bilhões, espalhada em diversos contratos, principalmente com o Bird, cujo valor foi citado acima, com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com saldo devedor de R\$ 5,18 bilhões espalhados em nove contratos, e com a Caixa Econômica Federal (CEF), com R\$ 2,47 bilhões.

Em 2017, o desembolso com juros e amortizações do município do Rio de Janeiro somou R\$ 1,23 bilhão. Houve forte alta em relação a 2016, de 42,1%. **No entanto, analisando a série histórica a partir de 2003, observa-se que os valores estão muito abaixo do realizado anualmente até 2011.** A queda observada em 2015 e 2016 foi reflexo da renegociação das dívidas com a União, que, além de ficarem mais baratas, abriu espaço para novas operações que resultaram em novos investimentos no município.

Despesa com juros e amortizações da dívida dos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Belo Horizonte, que possui o terceiro maior desembolso com juros e amortizações da dívida entre os municípios brasileiros, realizou uma operação financeira de reestruturação da dívida junto ao Bird, em molde semelhante ao da capital fluminense. A capital mineira recebeu R\$ 464,4 milhões, em valores correntes, para quitar parte de sua dívida com a União, assumindo juros e encargos menores. Ao mesmo tempo que reduziu o gasto com juros e amortizações, essa operação abriu espaço para novas contratações de crédito. Além disso, o saldo devedor da dívida de Belo Horizonte com a União também foi reduzido após o recálculo dos novos indexadores. Em 2017, as despesas com a dívida somaram R\$ 480,8 milhões, 12,7% menor que a realizada em 2016.

O Refis Previdenciário

Em 2017, os municípios que possuem dívidas junto ao INSS tiveram a possibilidade de renegociar esses débitos, por meio da Medida Provisória nº 778/2017, convertida na Lei nº 13.485/2017.

A aprovação da medida foi resultado do empenho conjunto de entidades municipalistas, dentre elas a FNP.

A Lei autorizou o parcelamento das dívidas dos estados e municípios vencidas até 30 de abril de 2017 em até 200 meses. A adesão ao parcelamento ficou condicionada ao pagamento de 2,4% do valor total da dívida, sem reduções, em até seis parcelas iguais e sucessivas, com vencimento até dezembro de 2017. O pagamento restante será quitado em 194 parcelas vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 40% nas multas e encargos legais, e de 80% nos juros de mora. O valor pago mensalmente poderá ser o saldo devedor dividido em até 194 parcelas ou poderá ser limitado a

1% da receita corrente líquida. A Portaria nº 645/2017 da Receita Federal do Brasil, de 16 de junho de 2017, regulamentou a MP 778. O prazo de adesão ao programa encerrou-se em 31 de outubro de 2017.

Peso orçamentário

De maneira geral, os gastos com juros e amortizações da dívida possuem baixa participação no orçamento municipal. Em 2017, essa despesa consumiu 2,8% da receita corrente. Nas capitais, o comprometimento é de 4,8%, influenciada principalmente por São Paulo e Rio de Janeiro. Já nas cidades menores, aquelas com até 20 mil habitantes, o peso foi consideravelmente menor, de 1,6%.

JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA REPRESENTARAM 2,8% DA RECEITA CORRENTE DOS MUNICÍPIOS EM 2017

As mudanças nos cálculos dos débitos com a União provocaram uma queda considerável no peso da despesa com a dívida pública em relação à receita corrente no município de São Paulo. Em 2011, os serviços da dívida consumiam cerca de 11,7% da receita corrente da capital. Com a revisão dos cálculos, o percentual foi de 6,6%, em 2017.

A capital fluminense vivenciou uma particularidade. De 2008 a 2010, os juros e amortizações representaram cerca de 10% da sua receita corrente. A troca de credor de parte da dívida (operação com o Bird) e a renegociação das dívidas com a União fizeram com que a participação se reduzisse para cerca de 3,8%, entre 2015 e 2016.

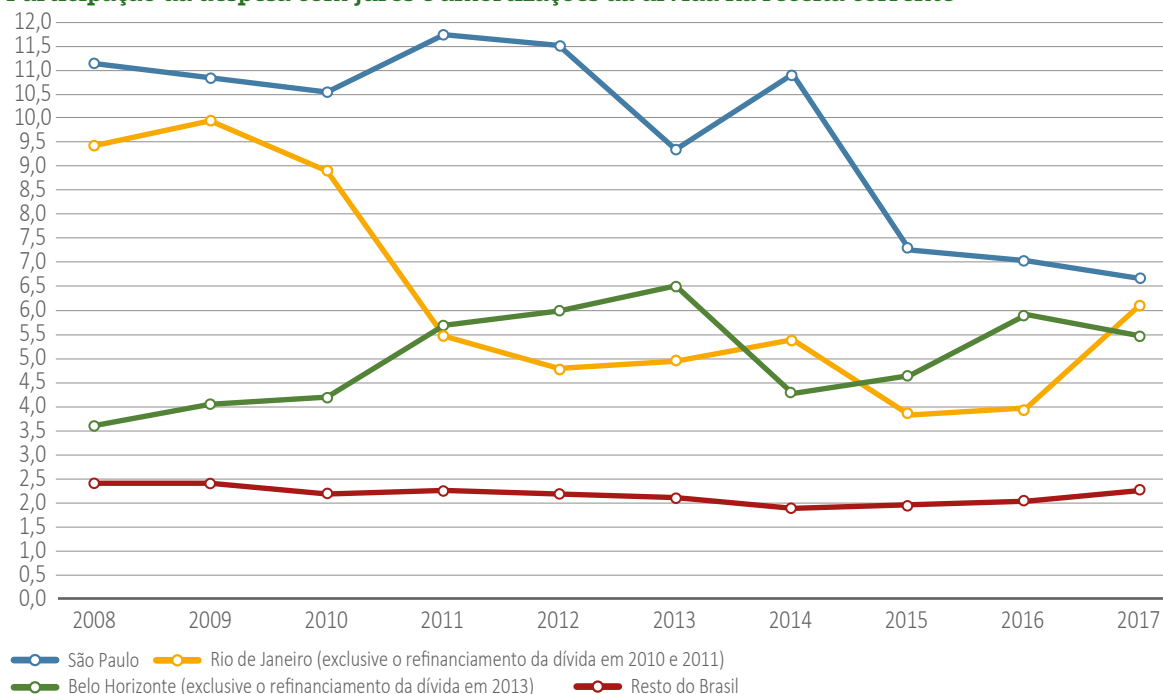
Despesa | Juros e amortizações da dívida

Com o aumento nessa despesa em 2017, em função dos primeiros vencimentos das operações de crédito, o comprometimento chegou a 6,1%.

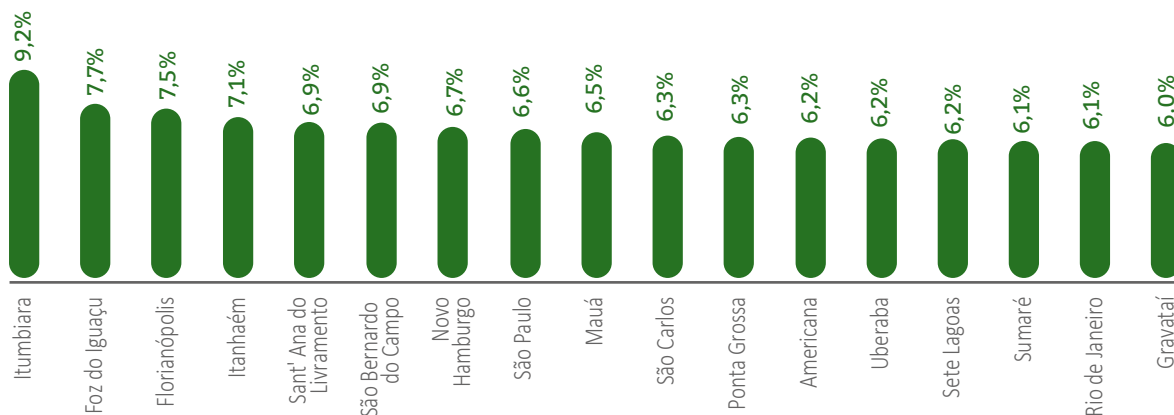
Considerando os municípios com população

superior a 80 mil habitantes, as cidades que mais comprometeram a receita corrente com os serviços da dívida foram Itumbiara-GO (9,2%), Foz do Iguaçu-PR (7,7%) e Florianópolis (7,5%).

Participação da despesa com juros e amortizações da dívida na receita corrente



Municípios* onde a despesa com juros e amortizações da dívida representa mais de 6% da receita corrente - 2017



* Considerando somente os municípios com mais de 80 mil habitantes.



Plataforma Rede Juntos

canal exclusivo para troca de conhecimento entre gestores públicos

www.redejuntos.org.br | 🔍



TRILHAS DE APRENDIZADO



VÍDEOS



REUNIÕES VIRTUAIS



PUBLICAÇÕES



PODCASTS



DÚVIDAS

realização:



Comunitas

Juros e amortizações da dívida | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Part. desp. total 2017	Part. rec. corrente 2017	Juros e amort. da dívida per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017							em %	
	17.936.201	Norte	480.231,1	520.297,8	545.468,9	660.650,0	796.147,3	20,5	2,2	2,2	44,39
AC	383.443	Rio Branco	22.932,3	22.484,2	23.100,4	26.680,6	24.470,0	-8,3	3,4	3,4	63,82
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	1.633,2	3.248,8	2.946,7	10.981,0	3.011,9	-72,6	2,3	..	36,45
AP	474.706	Macapá	352,7	607,0	432,5	2.026,0	1.503,3	-25,8	0,2	0,2	3,17
AP	115.471	Santana	2.340,7	3.358,3	..	2,1	2,3	29,08
AM	2.130.264	Manaus	108.296,9	88.410,3	103.306,7	121.408,6	140.551,6	15,8	3,3	3,4	65,98
AM	113.832	Parintins	1.021,2	93,3	197,4	...	2.995,6	..	1,7	1,8	26,32
PA	1.452.275	Belém	51.512,3	80.611,4	76.272,9	88.566,8	119.007,8	34,4	4,6	4,6	81,95
PA	516.057	Ananindeua	19.459,2	15.009,6	13.266,8	...	15.704,7	..	2,6	2,6	30,43
PA	296.302	Santarém	5.139,8	4.821,4	6.157,0	9.259,5	9.879,5	6,7	1,7	1,8	33,34
PA	271.594	Marabá	6.355,3	6.645,5	7.818,8	9.453,5	15.291,7	61,8	2,2	2,1	56,30
RO	519.436	Porto Velho	25.479,4	23.983,5	20.187,4	18.041,3	17.464,9	-3,2	1,5	1,4	33,62
RO	132.667	Ji-Paraná	3.679,9	3.248,1	2.482,7	1.622,3	5.684,0	250,4	2,6	2,5	42,84
RR	332.020	Boa Vista	18.685,2	10.616,8	10.289,0	15.997,4	14.279,9	-10,7	1,4	1,4	43,01
RR	28.215	Rorainópolis	369,5	639,5	1.550,6	221,2
TO	286.787	Palmas	13.728,5	17.815,7	18.984,6	23.025,7	22.770,9	-1,1	2,5	2,3	79,40
TO	175.960	Araguaína	4.601,5	6.553,7	4.693,4	11.195,9	16.338,1	45,9	4,4	4,4	92,85
	57.251.143	Nordeste	2.137.951,7	1.816.975,1	1.977.667,7	2.061.402,2	2.408.241,2	16,8	2,0	2,0	42,06
AL	1.029.129	Maceió	55.577,0	53.218,4	90.262,7	131.123,4	114.139,2	-13,0	5,4	5,7	110,91
AL	234.185	Arapiraca	3.695,4	5.240,5	5.067,6	10.837,6	8.956,2	-17,4	1,7	1,7	38,24
BA	2.953.986	Salvador	323.546,1	204.164,5	217.945,1	123.301,5	142.925,8	15,9	2,7	2,6	48,38
BA	627.477	Feira de Santana	18.183,9	17.947,1	20.466,4	21.020,3	23.396,9	11,3	2,3	2,4	37,29
BA	348.718	Vitória da Conquista	14.306,4	14.690,4	15.811,6	15.873,9	16.624,5	4,7	2,7	2,8	47,67
BA	296.893	Camaçari	46.921,0	48.826,5	48.371,5	38.408,4	46.395,0	20,8	5,0	4,7	156,27
CE	2.627.482	Fortaleza	88.603,5	73.767,9	82.508,7	113.894,8	129.139,3	13,4	2,1	2,2	49,15
CE	362.223	Caucaia	4.215,2	7.453,0	9.230,7	8.837,3	7.579,4	-14,2	1,4	1,3	20,92
CE	270.383	Juazeiro do Norte	4.782,6	6.566,7	7.712,5	11.824,4	10.701,7	-9,5	2,1	1,8	39,58
MA	1.091.868	São Luís	37.143,0	46.958,2	60.970,8	67.696,5	66.648,5	-1,5	2,7	2,6	61,04
MA	254.569	Imperatriz	3.646,8	3.181,7	2.186,7	-31,3	0,4	0,4	8,59
PB	811.598	João Pessoa	30.974,4	24.337,3	24.841,1	21.221,6	20.365,1	-4,0	1,1	1,1	25,09
PB	410.332	Campina Grande	6.479,8	18.875,8	23.376,4	30.603,7	31.161,6	1,8	3,7	4,1	75,94
PE	1.633.697	Recife	123.769,2	115.589,8	138.374,5	123.522,8	137.242,8	11,1	3,3	3,2	84,01
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	13.035,0	14.144,8	9.985,2	10.226,5	18.698,8	82,8	1,8	1,6	26,87
PE	390.771	Olinda	14.658,6	9.887,2	21.285,9	3.980,5	3.748,0	-5,8	0,7	0,7	9,59
PE	356.128	Caruaru	5.186,0	9.606,3	12.394,9	9.283,2	8.415,3	-9,3	1,4	1,4	23,63
PE	343.219	Petrolina	16.845,1	18.524,0	11.938,2	11.922,9	16.150,5	35,5	2,9	2,8	47,06
PE	328.353	Paulista	6.780,2	6.566,4	6.037,9	2.802,7	768,6	-72,6	0,2	0,2	2,34
PI	850.198	Teresina	20.139,9	20.734,1	25.475,5	44.848,5	58.435,3	30,3	2,3	2,5	68,73
PI	150.547	Parnaíba	2.573,4	2.008,6	7.320,6	9.620,5	4.308,5	-55,2	1,4	1,5	28,62
RN	885.180	Natal	23.005,6	36.755,5	44.554,2	51.786,6
RN	295.619	Mossoró	15.007,2	10.911,4	13.573,8	21.799,6	9.256,0	-57,5	1,8	1,8	31,31
SE	650.106	Aracaju	18.633,0	15.449,8	13.457,1	20.530,7	34.503,7	68,1	2,4	2,2	53,07
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	2.537,7	1.421,5	1.099,9	2.838,9	590,8	-79,2	0,2	0,2	3,25
	12.836.463	Centro-Oeste¹	654.317,0	645.687,9	580.890,1	617.686,5	602.744,4	-2,4	1,7	1,7	46,96
GO	1.466.105	Goiânia	59.416,7	62.405,8	59.099,6	66.244,2	66.732,9	0,7	1,7	1,6	45,52
GO	542.090	Áporecida de Goiânia	17.101,7	23.138,7	16.937,2	19.594,0	27.170,6	38,7	3,1	2,9	50,12
GO	375.142	Anápolis	21.870,5	24.150,9	15.709,0	14.408,6	9.279,4	-35,6	1,0	1,0	24,74
MT	590.118	Cuiabá	74.708,1	59.734,2	25.870,7	29.977,8	31.794,3	6,1	1,7	1,7	53,88
MT	274.013	Várzea Grande	21.822,8	24.158,2	18.183,3	17.623,8	17.508,3	-0,7	3,4	3,5	63,90
MS	874.210	Campo Grande	44.806,2	34.321,9	43.921,6	46.558,3	57.712,9	24,0	1,9	1,9	66,02
MS	218.069	Dourados	17.368,5	13.124,0	13.588,4	18.184,8	19.270,2	6,0	2,8	2,7	88,37
	86.949.714	Sudeste	10.894.730,4	10.769.656,7	8.918.237,7	8.617.805,5	9.181.945,5	6,5	3,5	3,5	105,60
ES	363.140	Vitória	48.975,2	48.357,9	...	48.124,8	42.987,6	-10,7	3,0	2,9	118,38
ES	502.618	Serra	41.788,6	31.583,8	...	28.652,0	29.842,8	4,2	2,8	2,8	59,37
ES	486.388	Vila Velha	21.425,7	16.259,8	17.376,9	17.817,1	18.616,9	4,5	2,4	2,2	38,28
ES	387.368	Cariacica	9.781,1	8.200,5	7.187,0	7.768,8	9.510,6	22,4	1,8	1,7	24,55
MG	2.523.794	Belo Horizonte	1.178.343,9	395.071,1	419.851,5	551.034,7	480.843,3	-12,7	5,2	5,5	190,52
MG	676.613	Uberlândia	17.663,8	20.583,8	19.095,1	18.764,9	26.320,5	40,3	1,4	1,4	38,90
MG	658.580	Contagem	72.144,7	60.277,6	61.204,5	37.791,8	38.707,8	2,4	2,6	2,7	58,77

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. desp. total 2017	Part. rec. corrente 2017	Juros e amort. da dívida per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %	em R\$	
MG	563.769	Juiz de Fora	31.836,5	35.274,7	28.560,4	20.581,6	19.938,6	-3,1	1,3	1,5	35,37
MG	427.146	Betim	71.227,7	61.098,0	67.798,9	104.591,7	68.551,5	-34,5	5,2	4,4	160,49
MG	402.027	Montes Claros	13.727,6	11.891,1	19.409,2	12.842,0	10.388,9	-19,1	1,9	1,7	25,84
MG	328.871	Ribeirão das Neves	1.977,7	5.693,4	10.295,8	7.171,6	12.158,7	69,5	3,2	..	36,97
MG	328.272	Uberaba	37.285,6	34.046,2	32.432,3	34.819,5	61.006,2	75,2	6,5	6,2	185,84
MG	280.901	Governador Valadares	23.552,1	22.735,6	27.258,9	26.651,9	27.619,2	3,6	3,8	3,7	98,32
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	1.190.067,6	1.251.191,3	885.924,2	863.708,0	1.227.021,6	42,1	5,4	6,1	188,19
RJ	1.049.826	São Gonçalo	18.027,4	12.114,5	19.423,4	..	2,0	2,0	18,50
RJ	890.997	Duque de Caxias	82.385,1	26.844,0	28.144,7	25.050,7	101.654,0	305,8	4,3	5,1	114,09
RJ	798.647	Nova Iguaçu	98.227,5	63.741,1	62.863,5	27.275,5	34.194,9	25,4	2,6	2,7	42,82
RJ	499.028	Niterói	31.240,8	46.130,1	51.651,6	50.402,7	78.610,9	56,0	3,4	3,3	157,53
RJ	495.783	Belford Roxo	5.898,4	8.051,6	7.473,9	7.453,8	16.006,3	114,7	2,7	2,9	32,28
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	23.007,5	29.524,6	13.854,3	27.128,2	14.950,7	-44,9	0,9	0,9	30,49
RJ	460.461	São João de Meriti	16.526,1	11.164,1	11.626,6	893,1	23.467,2	2.527,7	3,9	4,6	50,96
RJ	298.235	Petrópolis	3.673,3	4.695,7	9.341,6	14.126,2	17.423,9	23,3	2,0	2,0	58,42
RJ	265.201	Volta Redonda	41.937,8	14.749,2	14.663,6	16.824,9	23.020,5	36,8	2,8	2,8	86,80
SP	12.106.920	São Paulo	4.333.883,4	5.145.604,7	3.648.731,5	3.218.059,9	3.225.722,3	0,2	6,5	6,6	266,44
SP	1.349.113	Guarulhos	132.235,1	159.865,8	175.214,1	118.795,4	174.138,8	46,6	4,4	4,5	129,08
SP	1.182.429	Campinas	172.617,1	154.825,3	100.584,4	58.828,6	72.621,3	23,4	1,6	1,8	61,42
SP	827.437	São Bernardo do Campo	150.359,2	175.472,4	196.396,3	210.029,0	224.911,2	7,1	6,7	6,9	271,82
SP	715.231	Santo André	12.418,3	11.890,2	17.524,2	13.878,7	11.949,0	-13,9	0,6	0,5	16,71
SP	703.219	São José dos Campos	29.093,8	25.304,0	26.714,4	28.336,3	30.403,3	7,3	1,3	1,2	43,23
SP	697.886	Osasco	87.802,7	68.164,2	55.493,8	25.679,7	34.256,1	33,4	1,8	..	49,09
SP	682.302	Ribeirão Preto	56.347,3	49.693,5	60.702,1	77.487,2	139.727,0	80,3	6,0	5,8	204,79
SP	659.871	Sorocaba	81.969,2	75.286,7	77.397,3	70.841,5	62.815,4	-11,3	2,9	2,5	95,19
SP	462.005	Mauá	80.939,3	72.697,8	54.318,7	67.191,6	57.213,5	-14,9	6,3	6,5	123,84
SP	450.657	São José do Rio Preto	42.862,6	53.399,0	51.334,2	41.628,2	41.885,1	0,6	3,0	3,0	92,94
SP	434.742	Santos	30.874,3	22.414,7	...	22.142,2	24.465,4	10,5	1,1	1,1	56,28
SP	433.901	Mogi das Cruzes	38.898,8	25.763,7	28.232,8	30.605,6	35.919,5	17,4	2,8	2,9	82,78
SP	417.869	Diadema	46.479,6	47.614,9	45.383,0	20.044,2	47.543,5	137,2	4,1	4,4	113,78
SP	409.497	Jundiaí	55.578,6	52.489,5	50.301,0	27.599,1	27.748,3	0,5	1,6	1,5	67,76
SP	397.322	Piracicaba	14.817,3	12.626,4	17.743,7	20.618,6	18.347,3	-11,0	1,2	1,3	46,18
SP	396.587	Carapicuíba	16.969,6	8.956,5	4.848,5	6.778,2
SP	371.690	Bauru	40.615,1	41.273,9	34.998,9	27.777,2	29.865,1	7,5	2,9	2,9	80,35
29.644.948	Sul	2.092.870,5	2.136.707,6	2.150.278,9	2.289.403,1	2.380.790,6	4,0	2,7	2,6	80,31	
PR	1.908.359	Curitiba	115.307,8	223.725,2	239.328,3	229.269,1	249.865,1	9,0	3,5	3,5	130,93
PR	558.439	Londrina	52.315,2	45.195,2	47.549,0	58.178,3	59.059,3	1,5	3,5	3,6	105,76
PR	406.693	Maringá	30.904,5	27.260,5	9.204,1	38.681,3	12.280,8	-68,3	1,0	1,0	30,20
PR	344.332	Ponta Grossa	29.358,5	33.051,3	32.766,6	33.104,9	44.473,8	34,3	5,9	6,3	129,16
PR	319.608	Cascavel	14.682,4	14.773,5	13.557,3	36.677,4	11.688,0	-68,1	1,6	1,4	36,57
PR	307.530	São José dos Pinhais	10.024,2	13.140,2	15.575,9	12.875,6	16.237,9	26,1	1,9	1,8	52,80
PR	264.044	Foz do Iguaçu	15.104,3	18.502,2	24.839,0	34.523,2	68.960,4	99,8	8,2	7,7	261,17
RS	1.484.941	Porto Alegre	172.592,4	174.945,8	212.246,5	237.714,6	215.677,8	-9,3	3,8	3,9	145,24
RS	483.377	Caxias do Sul	68.645,5	64.013,2	64.069,7	59.800,4	58.631,7	-2,0	3,7	3,7	121,30
RS	344.385	Pelotas	24.575,1	22.045,6	17.731,0	20.313,7	29.422,0	44,8	3,4	3,5	85,43
RS	343.853	Canoas	28.652,0	30.462,3	23.998,9	26.616,0	41.803,8	57,1	3,1	3,1	121,57
RS	278.445	Santa Maria	17.688,2	23.721,9	19.094,6	25.734,3	27.426,0	6,6	5,0	4,8	98,50
RS	275.146	Gravataí	45.759,0	35.461,4	34.283,2	44.570,0	40.190,8	-9,8	6,1	6,0	146,07
RS	253.717	Viamão	24.345,2	19.676,7	7.327,4	9.260,1	9.170,2	-1,0	2,5	2,3	36,14
SC	485.838	Florianópolis	61.438,2	57.646,5	70.193,2	102.830,9	117.025,1	13,8	6,9	7,5	240,87
SC	577.077	Joinville	47.575,9	72.311,0	70.242,4	76.985,7	79.231,1	2,9	4,7	4,2	137,30
SC	348.513	Blumenau	51.895,1	45.592,7	45.953,2	53.412,0	51.486,2	-3,6	3,8	4,1	147,73
	81.113.137	Cidades selecionadas	10.759.275,0	10.661.454,2	8.894.981,0	8.628.417,9	9.383.590,9	8,8	4,0	4,1	115,69
	32.224.780	Até 20 mil habitantes	1.286.509,8	1.249.464,0	1.236.623,3	1.291.096,1	1.416.797,4	9,7	1,6	1,6	43,97
	46.435.866	Capitais	8.241.918,7	8.288.508,7	6.602.494,1	6.387.194,7	6.786.923,7	6,3	4,7	4,8	146,16
	204.618.469	Brasil¹	16.260.100,7	15.889.325,1	14.172.543,4	14.246.947,2	15.369.869,1	7,9	2,8	2,8	75,11

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Juros e amortizações da dívida | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Juros e amortizações da dívida	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	3.225.722.277,75	12.106.920	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	1.227.021.557,50	6.520.266	2º
3º	MG	Belo Horizonte	480.843.305,28	2.523.794	5º
4º	PR	Curitiba	249.865.090,48	1.908.359	7º
5º	SP	São Bernardo do Campo	224.911.222,41	827.437	21º
6º	RS	Porto Alegre	215.677.834,92	1.484.941	9º
7º	SP	Guarulhos	174.138.849,14	1.349.113	12º
8º	BA	Salvador	142.925.752,98	2.953.986	3º
9º	AM	Manaus	140.551.572,95	2.130.264	6º
10º	SP	Ribeirão Preto	139.726.964,24	682.302	28º
11º	PE	Recife	137.242.837,97	1.633.697	8º
12º	CE	Fortaleza	129.139.263,77	2.627.482	4º
13º	PA	Belém	119.007.842,22	1.452.275	11º
14º	SC	Florianópolis	117.025.146,66	485.838	46º
15º	AL	Maceió	114.139.223,68	1.029.129	16º
16º	RJ	Duque de Caxias	101.653.989,40	890.997	17º
17º	SC	Joinville	79.231.090,36	577.077	35º
18º	RJ	Niterói	78.610.860,31	499.028	42º
19º	SP	Campinas	72.621.324,06	1.182.429	13º
20º	PR	Foz do Iguaçu	68.960.435,76	264.044	106º
21º	MG	Betim	68.551.472,78	427.146	54º
22º	GO	Goiânia	66.732.939,02	1.466.105	10º
23º	MA	São Luís	66.648.482,35	1.091.868	14º
24º	SP	Sorocaba	62.815.434,15	659.871	30º
25º	MG	Uberaba	61.006.214,16	328.272	82º
26º	PR	Londrina	59.059.276,17	558.439	37º
27º	RS	Caxias do Sul	58.631.734,02	483.377	47º
28º	PI	Teresina	58.435.270,83	850.198	20º
29º	MS	Campo Grande	57.712.948,70	874.210	19º
30º	SP	Mauá	57.213.461,44	462.005	49º
31º	RS	Novo Hamburgo	52.534.882,70	249.508	111º
32º	SC	Blumenau	51.486.196,13	348.513	73º
33º	SP	Diadema	47.543.545,79	417.869	55º
34º	BA	Camaçari	46.395.045,56	296.893	90º
35º	SP	São Carlos	46.048.815,66	246.088	112º
36º	PR	Ponta Grossa	44.473.845,79	344.332	76º
37º	SP	Americana	44.070.680,96	233.868	123º
38º	SP	Paulínia	43.176.931,08	102.499	304º
39º	ES	Vitória	42.987.623,62	363.140	67º
40º	SP	São José do Rio Preto	41.885.091,39	450.657	51º
41º	RS	Canoas	41.803.846,04	343.853	77º
42º	SP	Cubatão	40.553.322,05	128.748	225º
43º	RS	Gravatá	40.190.810,62	275.146	98º
44º	MG	Contagem	38.707.783,82	658.580	31º
45º	SP	Jacareí	37.531.049,13	229.851	127º
46º	SP	Sumaré	37.371.705,89	273.007	100º
47º	SP	Mogi das Cruzes	35.919.521,54	433.901	53º
48º	MG	Sete Lagoas	35.795.720,64	236.228	119º
49º	SE	Aracaju	34.503.653,69	650.106	32º
50º	SP	Osasco	34.256.079,97	697.886	26º
51º	RJ	Nova Iguaçu	34.194.889,03	798.647	23º
52º	MT	Cuiabá	31.794.282,07	590.118	34º

Posição	UF	Município	Juros e amortizações da dívida	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	SP	Praia Grande	31.364.134,77	310.024	85º
54º	PB	Campina Grande	31.161.643,61	410.332	56º
55º	SP	São José dos Campos	30.403.288,21	703.219	25º
56º	MT	Rondonópolis	30.383.251,66	222.316	131º
57º	SP	Rio Claro	29.958.207,73	202.952	147º
58º	SP	Hortolândia	29.955.357,51	222.186	132º
59º	SP	Bauru	29.865.092,93	371.690	66º
60º	ES	Serra	29.842.768,69	502.618	41º
61º	RS	Pelotas	29.422.033,15	344.385	75º
62º	SP	Jundiaí	27.748.265,02	409.497	57º
63º	MG	Governador Valadares	27.619.223,24	280.901	95º
64º	RS	Santa Maria	27.426.044,56	278.445	97º
65º	GO	Itumbiara	27.215.969,91	102.513	303º
66º	GO	Aparecida de Goiânia	27.170.636,00	542.090	38º
67º	MG	Uberlândia	26.320.520,50	676.613	29º
68º	SP	Itanhaém	25.808.530,92	98.629	318º
69º	AC	Rio Branco	24.469.952,70	383.443	64º
70º	SP	Santos	24.465.412,22	434.742	52º
71º	RJ	Nilópolis	24.286.898,26	158.329	185º
72º	SP	Cotia	23.809.501,04	237.750	116º
73º	SP	Valinhos	23.677.658,27	124.024	239º
74º	RJ	São João de Meriti	23.467.194,30	460.461	50º
75º	BA	Feira de Santana	23.396.863,57	627.477	33º
76º	RJ	Volta Redonda	23.020.508,31	265.201	105º
77º	TO	Palmas	22.770.907,81	286.787	94º
78º	RS	São Leopoldo	22.042.616,68	230.914	125º
79º	SP	Presidente Prudente	21.791.354,05	225.271	129º
80º	MG	Ipatinga	21.533.683,88	261.203	107º
81º	SP	Taboão da Serra	21.439.664,55	279.634	96º
82º	PR	Araucária	21.079.985,82	137.452	207º
83º	PR	Paranaaguá	21.021.412,89	152.975	191º
84º	GO	Rio Verde	20.867.282,44	217.048	137º
85º	SP	Jaú	20.799.287,51	146.338	198º
86º	SC	Lages	20.704.193,35	158.508	184º
87º	BA	Juazeiro	20.634.947,28	221.773	133º
88º	PB	João Pessoa	20.365.072,94	811.598	22º
89º	SP	Marília	19.966.512,52	235.234	120º
90º	MG	Juiz de Fora	19.938.638,75	563.769	36º
91º	RS	Cachoeirinha	19.583.510,39	127.318	231º
92º	RJ	São Gonçalo	19.423.373,63	1.049.826	15º
93º	MS	Dourados	19.270.166,49	218.069	136º
94º	PE	Jaboatão dos Guararapes	18.698.847,25	695.956	27º
95º	ES	Vila Velha	18.616.899,65	486.388	45º
96º	SP	Piracicaba	18.347.291,63	397.322	60º
97º	SP	Embu	18.124.921,90	267.054	104º
98º	MT	Várzea Grande	17.508.307,72	274.013	99º
99º	RO	Porto Velho	17.464.877,99	519.436	39º
100º	RJ	Petrópolis	17.423.868,78	298.235	89º

		Total dos 100 maiores	9.890.725.581,61	75.332.265	..
		Total dos demais	5.479.143.549,65	129.286.204	..
		Total Brasil¹	15.369.869.131,26	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Juros e amortizações da dívida per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Juros e amort.	Juros e amortizações	População 2017	Ranking pop. 2017
			da dívida per capita	da dívida		
			em R\$			
1°	RS	Triunfo	579,26	16.386.758,11	28.289	1227°
2°	MG	Serra da Saudade	537,55	436.486,83	812	5568°
3°	PB	Lastro	475,78	1.296.507,67	2.725	5218°
4°	MG	Doresópolis	460,57	706.052,35	1.533	5549°
5°	GO	São João da Paraúna	426,75	660.185,77	1.547	5544°
6°	SP	Paulínia	421,24	43.176.931,08	102.499	304°
7°	GO	Cachoeira Dourada	390,63	3.263.714,14	8.355	3397°
8°	RJ	Mangaratiba	378,08	16.036.444,69	42.415	777°
9°	RS	Pinheiro Machado	355,80	4.594.387,18	12.913	2588°
10°	SP	Turiúba	343,08	691.648,13	2.016	5457°
11°	SP	Pontes Gestal	340,63	883.590,20	2.594	5272°
12°	MG	Vargem Bonita	331,16	731.534,22	2.209	5401°
13°	SC	Brunópolis	318,56	808.811,42	2.539	5300°
14°	SP	Cajobá	316,20	3.302.370,74	10.444	3055°
15°	SP	Cubatão	314,98	40.553.322,05	128.748	225°
16°	MG	Ladainha	313,06	5.682.711,13	18.152	1963°
17°	RN	Triunfo Potiguar	307,33	1.022.476,09	3.327	4994°
18°	AL	Boca da Mata	306,17	8.447.251,82	27.590	1256°
19°	RN	Ruy Barbosa	300,01	1.100.752,30	3.669	4857°
20°	RN	Japi	299,41	1.570.991,62	5.247	4250°
21°	RS	Pontão	290,20	1.157.909,83	3.990	4729°
22°	PB	Bom Jesus	285,80	733.639,56	2.567	5285°
23°	SP	Redenção da Serra	276,31	1.079.827,13	3.908	4765°
24°	SP	Ilha Comprida	274,10	2.920.794,44	10.656	3011°
25°	SP	São Bernardo do Campo	271,82	224.911.222,41	827.437	21°
26°	SP	São Paulo	266,44	3.225.722.277,75	12.106.920	1°
27°	GO	Itumbiara	265,49	27.215.969,91	102.513	303°
28°	MG	Comendador Gomes	262,64	824.150,55	3.138	5054°
29°	SP	Itanhaém	261,67	25.808.530,92	98.629	318°
30°	PR	Foz do Iguaçu	261,17	68.960.435,76	264.044	106°
31°	GO	Rio Quente	260,14	1.069.681,81	4.112	4675°
32°	RN	Guamaré	257,49	3.941.963,38	15.309	2265°
33°	SP	Rubinéia	257,17	797.753,65	3.102	5067°
34°	MG	Rio Paranaíba	256,57	3.197.315,73	12.462	2656°
35°	PR	Iguaçu	250,50	1.087.901,96	4.343	4588°
36°	PR	Nova Aliança do Ivaí	247,01	379.407,20	1.536	5547°
37°	MG	Cachoeira Dourada	243,80	656.066,40	2.691	5233°
38°	SC	Florianópolis	240,87	117.025.146,66	485.838	46°
39°	MG	Delta	240,23	2.379.191,13	9.904	3132°
40°	RN	Jandaira	237,26	1.647.065,63	6.942	3743°
41°	SP	Barra do Turvo	236,99	1.844.020,22	7.781	3520°
42°	MG	Santa Vitória	235,24	4.621.551,83	19.646	1798°
43°	MG	Quartel Geral	232,99	828.756,89	3.557	4904°
44°	SC	Abdon Batista	232,91	606.505,36	2.604	5263°
45°	PR	Serranópolis do Iguaçu	231,77	1.074.719,33	4.637	4479°
46°	PR	Iguaçu	224,00	516.096,44	2.304	5370°
47°	RS	Palmeira das Missões	223,67	7.793.610,41	34.844	965°
48°	RS	Tunas	223,46	1.028.787,92	4.604	4494°
49°	SP	Nova Castilho	223,30	276.669,75	1.239	5560°
50°	PR	Altamira do Paraná	222,25	655.182,03	2.948	5135°
51°	RS	Rosário do Sul	221,22	9.009.660,59	40.727	820°
52°	PR	Entre Rios do Oeste	218,77	963.914,07	4.406	4567°

Posição	UF	Município	Juros e amort.	Juros e amortizações	População 2017	Ranking pop. 2017
			da dívida per capita	da dívida		
			em R\$			
53°	PR	Brasilândia do Sul	216,27	636.496,23	2.943	5139°
54°	RJ	Comendador Levy Gasparian	216,15	1.801.788,85	8.336	3400°
55°	PR	Nova Londrina	215,36	2.904.277,67	13.486	2515°
56°	PR	Saudade do Iguaçu	214,61	1.169.214,09	5.448	4191°
57°	PR	Sulina	214,18	690.096,80	3.222	5024°
58°	MG	Iguatama	212,02	1.732.657,34	8.172	3434°
59°	RS	Novo Hamburgo	210,55	52.534.882,70	249.508	111°
60°	SC	Piratuba	209,96	861.264,72	4.102	4680°
61°	PB	Carrapateira	209,28	558.138,58	2.667	5240°
62°	SP	Cássia dos Coqueiros	208,93	541.344,12	2.591	5273°
63°	SC	Bombinhas	208,10	3.875.388,81	18.623	1906°
64°	SP	Apiaí	205,52	5.126.801,16	24.945	1414°
65°	SP	Ribeirão Preto	204,79	139.726.964,24	682.302	28°
66°	RS	Novo Barreiro	203,64	851.431,72	4.181	4648°
67°	MG	Limeira do Oeste	203,15	1.520.999,51	7.487	3602°
68°	MG	Minduri	201,31	799.197,06	3.970	4737°
69°	RS	Cidreira	199,93	2.940.928,10	14.710	2353°
70°	MG	Josenópolis	198,60	968.592,04	4.877	4381°
71°	PR	Bom Sucesso do Sul	197,37	662.778,41	3.358	4979°
72°	MG	São Roque de Minas	197,18	1.398.414,81	7.092	3708°
73°	MG	Taquaraçu de Minas	196,61	801.186,29	4.075	4687°
74°	SC	Tigrinhos	194,50	329.684,07	1.695	5520°
75°	PB	Areia de Baraúnas	194,25	412.976,57	2.126	5432°
76°	MS	Bandeirantes	193,98	1.318.092,26	6.795	3775°
77°	PR	Leópolis	192,98	797.220,29	4.131	4671°
78°	GO	Israelândia	192,65	560.606,00	2.910	5151°
79°	RS	Lajeado do Bugre	192,10	498.702,03	2.596	5270°
80°	MG	Catas Altas da Noruega	190,94	700.000,00	3.666	4861°
81°	SP	Valinhos	190,91	23.677.658,27	124.024	239°
82°	MG	Belo Horizonte	190,52	480.843.305,28	2.523.794	5°
83°	SC	Erval Velho	190,07	851.513,58	4.480	4537°
84°	RJ	Porto Real	189,49	3.567.888,77	18.829	1880°
85°	SP	Americana	188,44	44.070.680,96	233.868	123°
86°	RJ	Rio de Janeiro	188,19	1.227.021.557,50	6.520.266	2°
87°	SP	São Carlos	187,12	46.048.815,66	246.088	112°
88°	SP	São João das Duas Pontes	187,00	486.388,22	2.601	5266°
89°	SP	Campos do Jordão	186,65	9.604.089,24	51.454	646°
90°	SP	São José do Barreiro	186,42	779.433,92	4.181	4648°
91°	MG	Douradoquara	186,04	359.051,52	1.930	5474°
92°	MG	Uberaba	185,84	61.006.214,16	328.272	82°
93°	SP	Estiva Gerbi	185,50	2.052.962,80	11.067	2914°
94°	TO	Chapada da Natividade	185,47	623.905,59	3.364	4973°
95°	SP	Serra Negra	184,15	5.292.810,06	28.742	1197°
96°	CE	Ererê	183,37	1.313.507,12	7.163	3689°
97°	RJ	Santa Maria Madalena	183,22	1.863.748,52	10.172	3097°
98°	RS	Cambará do Sul	182,89	1.221.698,27	6.680	3808°
99°	PR	Anahy	182,65	529.864,21	2.901	5155°
100°	SP	Dolcinópolis	182,08	388.912,37	2.136	5426°

	Total dos 100 maiores	234,29	6.030.412.784,68	25.738.987	..
	Total dos demais	52,21	9.339.456.346,58	178.879.482	..
	Total Brasil¹	75,11	15.369.869.131,26	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ Não inclui Brasília.

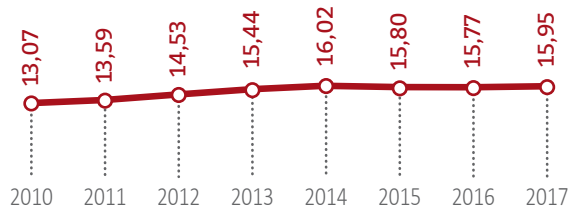
Pequenos municípios puxam aumento de despesa nos legislativos

Em 2017, a despesa com os legislativos municipais cresceu 1,1%, embora nas cidades com até 20 mil habitantes o aumento tenha sido de 4,7%. Em função da regra constitucional o orçamento das Câmaras não guarda relação com a atividade legislativa.

Desempenho

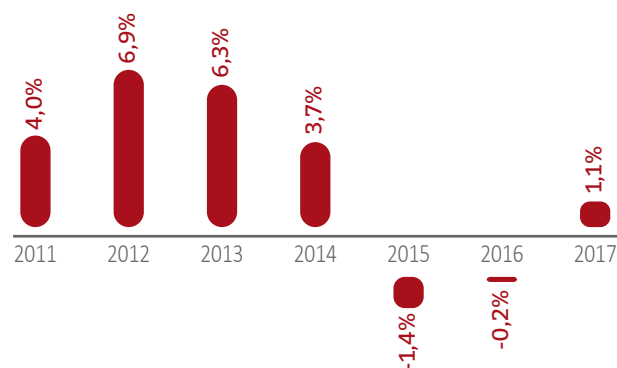
A despesa do Poder Legislativo dos municípios brasileiros cresceu 1,1% em 2017, considerando os valores corrigidos da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Foram dispendidos R\$ 15,95 bilhões, sendo que, em 2016, a despesa foi de R\$ 15,77 bilhões. A relativa estagnação do gasto dos legislativos nos últimos três anos está em consonância com o comportamento bastante adverso que as receitas municipais vêm apresentando no período. Os dados utilizados por **Multi Cidades** referem-se às despesas com as Câmaras Municipais e, no caso dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, incluem-se os respectivos tribunais de contas.

Despesa com legislativos municipais em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



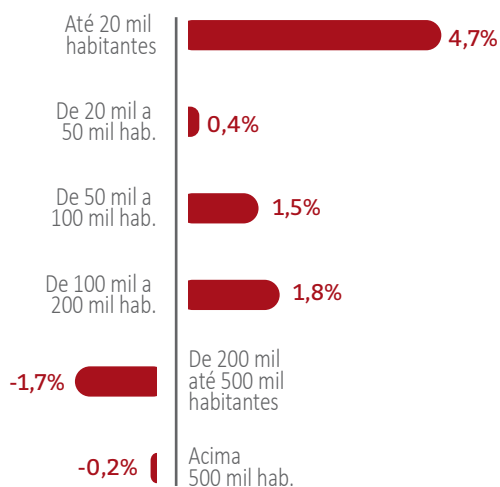
O ligeiro aumento das despesas dos legislativos municipais entre 2016 e 2017 foi puxado pelo comportamento das cidades de menor porte populacional. Para o conjunto dos pequenos municípios, aqueles com até 20 mil habitantes, houve crescimento de 4,7%, o que representou R\$ 163,6 milhões a mais em relação à despesa de

Taxas de crescimento da despesa com legislativo em relação ao ano anterior



2016. Juntos, os municípios de 50 mil a 200 mil habitantes acrescentaram R\$ 52,6 milhões no total do gasto com legislativo municipal. Já naqueles com mais de 200 mil habitantes a redução da despesa foi de R\$ 48,2 milhões, no mesmo período.

Taxa de crescimento da despesa com legislativo por porte populacional em relação ao ano anterior



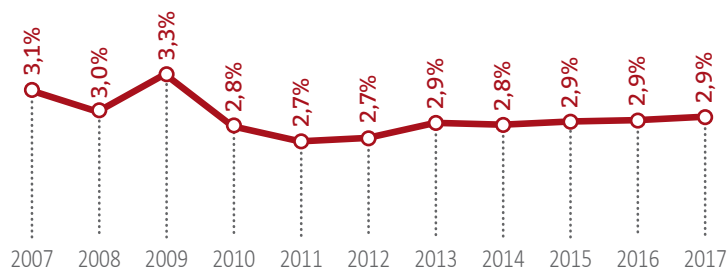
Nas capitais brasileiras ocorreu crescimento médio de 1,7%, em 2017. Esse resultado, entretanto, foi influenciado fundamentalmente pelo desempenho do legislativo do município do Rio de Janeiro, cuja despesa cresceu 4,9%,

atingindo R\$ 880,3 milhões. Se desconsiderar a capital fluminense do montante, o aumento médio do grupo passa a ser de apenas 0,6%. Vale destacar o município de São Paulo, que manteve estagnada sua despesa em relação ao ano anterior, e as quedas apresentadas por Curitiba (-14,6%), Goiânia (-9,9%), Belo Horizonte (-7,4%) e Cuiabá (-7,1%). As capitais que apresentaram os maiores aumentos relativos foram Rio Branco (9,2%), Porto Velho (9,2%), Teresina (8,3%) e Maceió (8%).

Recursos destinados aos legislativos e peso orçamentário

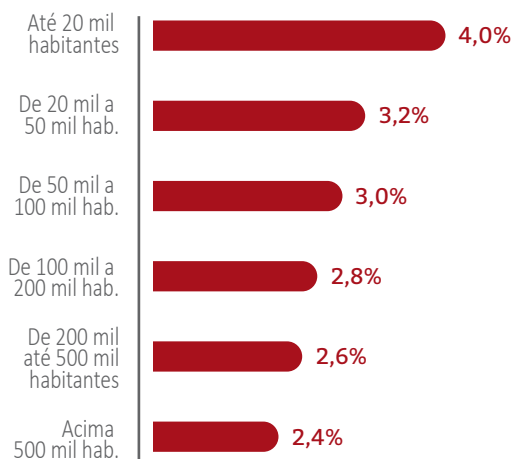
A participação da despesa legislativa tem ficado pouco abaixo de 3% da receita corrente ao longo da década de 2010, para a média do conjunto dos municípios brasileiros. Apesar de as despesas com os legislativos aumentarem à medida que cresce a receita e o porte populacional dos municípios, de um modo geral seu peso é maior nas pequenas cidades. Naquelas com até 20 mil habitantes, a despesa legislativa consumiu, em média, 4% da receita corrente, em 2017, e, conforme aumenta-se a faixa populacional dos municípios, diminui-se o peso da função legislativa na receita, como pode ser verificado no gráfico a seguir.

Parcela da receita corrente destinada aos legislativos municipais



Despesa por função | Legislativos municipais

Participação da despesa com legislativo na receita corrente por faixa populacional - 2017



O volume de recursos movimentado pelos legislativos municipais é reflexo direto do modelo de financiamento estabelecido pela Emenda

Constitucional nº 58, de 23 de outubro de 2009. No Brasil, o tamanho dos orçamentos das câmaras depende do volume da receita municipal, pois a EC 58 atrelou as despesas das câmaras às receitas provenientes dos tributos municipais e das transferências previstas na Constituição Federal no § 5º do artigo 153 (IOF-Ouro) e nos artigos 158 (IRRF, ITR, IPVA e ICMS) e 159 (FPM e IPI-Exportação). A Emenda instituiu o quantitativo populacional como critério para a fixação dos percentuais a serem aplicados sobre o somatório dessas receitas. Para a primeira faixa, a que abrange municípios com até 100 mil habitantes, ficou definido o percentual máximo de 7%. Esses limites vão caindo paulatinamente ao longo de seis faixas populacionais, sendo que na última faixa, aquela de municípios com mais de 8 milhões habitantes, o teto cai pela metade, para 3,5%.

Limites do gasto com legislativo municipal por faixas populacionais

Faixas populacionais	Limites máximos
Até 100 mil habitantes	7%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	6%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	5%
De 500 mil e um a 3 milhões de habitantes	4,5%
De 3 milhões e um a 8 milhões de habitantes	4,0%
Acima de 8 milhões de habitantes	3,5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 25/2000 e Emenda Constitucional nº 58/2009.

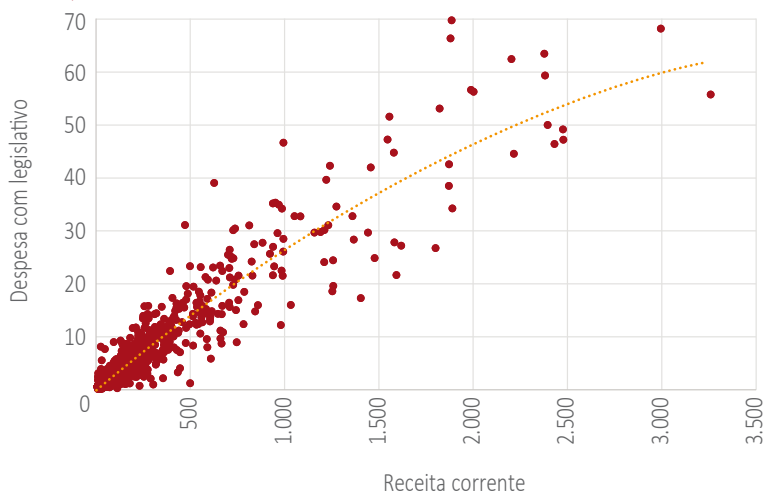
A Emenda definiu ainda o número de vereadores também com base nos dados populacionais, fixando o número máximo de nove vereadores para municípios com até 15 mil habitantes e máximo de 55 vereadores, para aqueles com mais de 8 milhões de habitantes.

Segundo esse modelo, os recursos direcionados para os legislativos não guardam nenhuma relação com a atividade legislativa propriamente dita. Ou seja, no Brasil, em nível municipal, o custo para o exercício da atividade parlamentar não é considerado para a determinação dos recursos a serem destinados aos legislativos.

O ORÇAMENTO DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS NÃO GUARDA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE LEGISLATIVA E SIM COM O VOLUME DA RECEITA E O PORTE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS.

Com isso, os orçamentos das câmaras são tanto maiores quanto maior for a receita obtida pelo Poder Executivo. Apesar de uma fatia menor da receita corrente ser direcionada para as câmaras conforme as cidades vão aumentando de tamanho, na prática, à medida que cresce a receita municipal também é mais robusto o orçamento das câmaras, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Despesa com legislativo e receita corrente - 2017 em R\$ milhões - IPCA médio de 2017



Em 2017, o orçamento médio de uma câmara em municípios com até 15 mil habitantes foi de R\$ 850,6 mil. Para os municípios entre 15 mil e 30 mil habitantes a média salta para R\$ 1,8 milhão, ou seja, passa a ser 2,2 vezes maior, sendo que de uma faixa para outra foram acrescentados apenas dois vereadores, passando de nove para onze. Na faixa seguinte, em municípios com população de 30 mil a 50 mil habitantes, são mais dois vereadores, sendo que o orçamento médio sobe para R\$ 3 milhões. Em municípios com mais de 900 mil habitantes, cujo teto máximo

da receita é 3,5%, a despesa média das câmaras foi de R\$ 108,9 milhões, excluídos os municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo. As despesas do legislativo das capitais paulista e fluminense, que inclui os tribunais de contas, foram de R\$ 700 milhões e R\$ 880,3 milhões, respectivamente.

O fato de os orçamentos dos legislativos serem maiores quanto maior a receita municipal pode ser justificado, em parte, pelo aumento de custos inerentes ao crescimento das organizações. Com efeito, as câmaras de municípios maiores demandam maior volume de serviços e investimentos se comparadas às de menor porte. Entretanto, o aumento nas despesas das câmaras ocorre numa proporção muito maior que o crescimento no número de vereadores. Esses indicadores revelam que há um grande espaço para a redução das despesas nos legislativos municipais, ao mesmo tempo que apontam para a necessidade da revisão da legislação sobre o seu financiamento. Este deve incorporar, necessariamente, as reais necessidades de recursos humanos e materiais para um pleno funcionamento das atividades parlamentares no nível municipal de governo.

Despesa por função | Legislativos municipais

Número máximo de vereadores, despesa média das câmaras e despesa média por vereador por faixa populacional - 2017

Número de habitantes do município	Número máximo de vereadores	Despesa média das câmaras por município em R\$	Despesa média por vereador em R\$
até 15.000	9	850.576,81	94.508,53
de 15.000 até 30.000	11	1.835.565,19	166.869,56
de 30.000 até 50.000	13	2.975.603,36	228.892,57
de 50.000 até 80.000	15	4.491.392,15	299.426,14
de 80.000 até 120.000	17	7.529.620,86	442.918,87
de 120.000 até 160.000	19	9.901.687,71	521.141,46
de 160.000 até 300.000	21	17.374.068,25	827.336,58
de 300.000 até 450.000	23	24.079.728,45	1.046.944,72
de 450.000 até 600.000	25	28.555.130,63	1.142.205,23
de 600.000 até 750.000	27	41.779.985,99	1.547.406,89
de 750.000 até 900.000	29	55.201.187,45	1.903.489,22
de 900.000 até 1.050.000	31	39.088.802,36	1.260.929,11
de 1.050.000 até 1.200.000	33	87.484.179,06	2.651.035,73
de 1.200.000 até 1.350.000	35	102.213.347,55	2.920.381,36
de 1.350.000 até 1.500.000	37	127.511.288,04	3.446.251,03
de 1.500.000 até 1.800.000	39	138.257.079,09	3.545.053,31
de 1.800.000 até 2.400.000	41	109.222.075,18	2.663.953,05
de 2.400.000 até 3.000.000	43	160.872.280,73	3.741.215,83
de 3.000.000 até 4.000.000	45	-	-
de 4.000.000 até 5.000.000	47	-	-
de 5.000.000 até 6.000.000	49	-	-
de 6.000.000 até 7.000.000 1	51	880.322.684,64	17.261.229,11
de 7.000.000 até 8.000.000	53	-	-
Acima de 8.000.000 2	55	699.999.540,65	12.727.264,38

Fonte: Emenda Constitucional nº 58, de 23/09/2009.

¹ esta faixa populacional abrange apenas o município do Rio de Janeiro.

² esta faixa populacional abrange apenas o município de São Paulo.

Apesar de os orçamentos dos Legislativos aumentarem seguindo a trajetória ascendente das receitas municipais, quando considerado o porte populacional, a despesa per capita

é maior nos menores municípios, em função do piso mínimo de recursos necessários para o funcionamento das câmaras municipais, estabelecido pela EC nº 58.

Despesa com Legislativo por faixa populacional - 2017

Faixas populacionais	2017	Número de municípios	Despesa média por município	População	Despesa per capita
	em R\$		em R\$		em R\$
Até 20 mil habitantes	3.636.586.060,56	3.801	956.744,56	32.223.401	112,86
De 20 mil a 50 mil hab.	2.563.193.940,06	1.103	2.323.838,57	33.518.420	76,47
De 50 mil a 100 mil hab.	1.759.933.588,12	355	4.957.559,40	24.658.771	71,37
De 100 mil a 200 mil hab.	1.526.265.135,81	161	9.479.907,68	21.783.358	70,07
De 200 mil até 500 mil hab.	2.322.794.165,01	107	21.708.356,68	32.839.617	70,73
Acima 500 mil hab. 1	4.137.330.751,91	41	100.910.506,14	59.585.566	69,44
Total dos municípios	15.946.103.641,46	5.568	2.863.883,56	204.609.133	77,93

¹ inclui as despesas com Tribunais de Contas dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro



Guarulhos em 1º lugar

Eleita a pintura de frota mais bonita do Brasil em 2018.



Primeiro Lugar
no 49º Concurso
Nacional de
Pintura de Frota
da OTM Editora

**Categoria Transporte
Metropolitano de
Passageiros**



Guarulhos:

Polo da Economia
Global na Região
Metropolitana
de São Paulo
RMSP



Guarulhos é a maior cidade não capital do Brasil, com cerca de **1,36 mi habitantes** e um **PIB de R\$ 52,2 bi**. Localizada em posição geográfica privilegiada, cortada pelas principais rodovias do país - **Dutra, Fernão Dias e Rodoanel Mario Covas Trecho Norte** - bem como adjacente ao maior mercado consumidor do Brasil, Guarulhos é o destino ideal para quem quer empreender em investir com eficiência logística.

A cidade é mundialmente reconhecida por abrigar o Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, mas também conta com um parque industrial expressivo e diverso, com destaque para os setores farmacêutico, metal-mecânico, elétrico, plásticos, alimentício e têxtil, que reúnem **4584 indústrias**. Guarulhos também possui ampla estrutura de ensino superior, com **12 universidades e quase 50 mil alunos matriculados**.

Venha conhecer, trabalhar, estudar e investir em **Guarulhos, polo da economia global na Região Metropolitana de SP.**



Despesa com o legislativo municipal | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Part. desp. total 2017	Part. rec. corrente 2017	Despesa com legislativo per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %		
	17.936.201	Norte	1.125.560,7	1.146.646,6	1.178.584,1	1.146.874,3	1.155.687,1	0,8	3,1	3,2	64,43
AC	383.443	Rio Branco	24.021,6	23.819,9	24.483,5	22.764,6	24.854,3	9,2	3,5	3,4	64,82
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	4.324,3	4.294,0
AP	474.706	Macapá	22.153,1	24.724,3	26.555,5	24.024,2	24.761,6	3,1	3,5	3,4	52,16
AP	115.471	Santana
AM	2.130.264	Manaus	133.864,2	143.821,1	137.334,4	128.383,2	119.892,6	-6,6	2,8	2,9	56,28
AM	113.832	Parintins	4.864,7	5.093,1	4.894,5	...	4.345,1	..	2,4	2,6	38,17
PA	1.452.275	Belém	79.355,0	73.676,2	78.184,4	75.479,3
PA	516.057	Ananindeua	13.616,9	13.381,6	13.726,2	...	13.837,4	..	2,3	2,3	26,81
PA	296.302	Santarém	11.097,8	10.887,3	11.102,6	11.939,8	12.442,3	4,2	2,2	2,3	41,99
PA	271.594	Marabá	20.850,8	...	3,0	2,8	76,77
RO	519.436	Porto Velho	35.177,2	35.048,4	33.448,2	27.671,9	30.203,9	9,2	2,6	2,5	58,15
RO	132.667	Ji-Paraná	8.171,2	8.063,7	8.095,3	7.490,1	8.208,1	9,6	3,8	3,7	61,87
RR	332.020	Boa Vista	23.742,5	29.583,8	35.121,5	33.205,4	34.234,0	3,1	3,4	3,5	103,11
RR	28.215	Rorainópolis	859,1	1.869,9	...	1.156,6
TO	286.787	Palmas	31.336,5	31.959,1	35.714,8	32.802,2	34.962,4	6,6	3,8	3,6	121,91
TO	175.960	Araguaína	9.518,7	10.011,3	10.293,0	10.436,3
	57.251.143	Nordeste	3.792.619,5	3.892.626,4	3.859.310,3	3.909.654,9	4.126.894,9	5,6	3,4	3,4	72,08
AL	1.029.129	Maceió	61.538,3	58.968,7	56.833,8	52.472,4	56.655,7	8,0	2,7	2,8	55,05
AL	234.185	Arapiraca	11.138,6	11.148,8	11.290,7	11.143,6	12.300,5	10,4	2,4	2,3	52,52
BA	2.953.986	Salvador	154.610,7	...	158.085,0	156.378,0	157.778,8	0,9	2,9	2,8	53,41
BA	627.477	Feira de Santana	19.748,5	22.108,9	23.997,3	25.396,9	26.118,2	2,8	2,5	2,6	41,62
BA	348.718	Vitória da Conquista	13.888,6	13.911,3	14.203,3	14.340,8	14.656,4	2,2	2,4	2,5	42,03
BA	296.893	Camaçari	42.903,6	47.936,9	48.481,2	44.768,5	46.674,9	4,3	5,1	4,7	157,21
CE	2.627.482	Fortaleza	156.419,2	160.112,1	157.759,1	157.963,3	153.317,7	-2,9	2,5	2,6	58,35
CE	362.223	Caucaia	13.367,6	13.073,0
CE	270.383	Juazeiro do Norte	11.692,0	11.581,0	12.617,0	13.347,7	12.939,8	-3,1	2,6	2,1	47,86
MA	1.091.868	São Luís
MA	254.569	Imperatriz	14.099,7	15.580,2	17.833,4	14,5	3,2	3,2	70,05
PB	811.598	João Pessoa	50.777,8	51.914,1	6.306,3	...	53.136,7	..	2,9	2,9	65,47
PB	410.332	Campina Grande	17.167,3	18.268,1	19.060,5	19.619,3	21.557,0	9,9	2,5	2,9	52,54
PE	1.633.697	Recife	143.700,1	147.104,3	148.575,8	140.669,9	138.257,1	-1,7	3,3	3,3	84,63
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	27.101,4	30.017,9	28.043,5	27.464,9	29.683,5	8,1	2,8	2,6	42,65
PE	390.771	Olinda	18.456,9	18.566,2	19.005,0	18.089,1	18.530,9	2,4	3,4	3,4	47,42
PE	356.128	Caruaru	15.404,4	16.506,5	16.468,4	16.301,0	17.183,7	5,4	2,9	2,9	48,25
PE	343.219	Petrolina
PE	328.353	Paulista	10.938,9	11.254,5	12.324,1	11.308,8	12.032,4	6,4	2,9	3,0	36,64
PI	850.198	Teresina	54.906,8	59.556,4	59.315,3	58.650,6	63.501,6	8,3	2,5	2,7	74,69
PI	150.547	Parnaíba	8.511,9	8.757,0	9.086,1	8.837,8	10.012,7	13,3	3,2	3,4	66,51
RN	885.180	Natal	67.252,3	68.904,4	69.889,4	69.375,7	69.813,7	0,6	..	3,7	78,87
RN	295.619	Mossoró	19.832,8	20.614,3	20.113,2	18.626,7	19.481,6	4,6	3,7	3,8	65,90
SE	650.106	Aracaju	52.055,3	55.842,1	44.518,3	44.901,5	44.787,1	-0,3	3,2	2,8	68,89
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	8.659,1	9.534,7	9.378,3	8.948,0	9.888,5	10,5	3,8	3,9	54,35
	12.836.463	Centro-Oeste'	1.158.768,4	1.231.414,3	1.229.320,4	1.206.226,2	1.226.433,9	1,7	3,5	3,4	95,54
GO	1.466.105	Goiânia	89.622,8	101.366,5	103.908,8	100.728,7	90.711,8	-9,9	2,3	2,2	61,87
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	19.749,7	21.370,6	20.599,4	20.894,1	23.301,7	11,5	2,6	2,5	42,98
GO	375.142	Anápolis	26.544,3	27.977,5	27.368,3	24.971,8	27.000,2	8,1	2,8	2,9	71,97
MT	590.118	Cuiabá	40.102,8	41.512,3	43.031,3	41.479,0	38.536,4	-7,1	2,0	2,1	65,30
MT	274.013	Várzea Grande	14.804,8	...	15.388,8	14.032,7	1.260,7	-91,0	0,2	0,3	4,60
MS	874.210	Campo Grande	67.034,7	70.147,3	67.931,7	68.659,8	68.238,1	-0,6	2,2	2,3	78,06
MS	218.069	Dourados	19.442,5	18.834,2	18.342,2	17.374,1	16.443,6	-5,4	2,4	2,3	75,41
	86.949.714	Sudeste	7.045.367,1	7.336.599,8	7.157.160,5	7.107.951,4	7.059.875,6	-0,7	2,7	2,7	81,19
ES	363.140	Vitória	30.790,1	29.056,3	...	25.298,0	24.903,2	-1,6	1,7	1,7	68,58
ES	502.618	Serra	38.588,7	35.632,1	32.713,1	33.253,6	32.817,4	-1,3	3,1	3,1	65,29
ES	486.388	Vila Velha	27.334,1	29.110,8	26.951,4	26.886,5	27.512,6	2,3	3,6	3,3	56,57
ES	387.368	Cariacica	18.880,3	18.981,9	18.421,9	17.888,4	16.705,8	-6,6	3,2	3,0	43,13
MG	2.523.794	Belo Horizonte	178.899,3	191.026,4	193.312,5	185.285,0	171.520,3	-7,4	1,8	2,0	67,96
MG	676.613	Uberlândia	46.744,4	45.093,2	45.161,2	43.721,7	42.583,9	-2,6	2,2	2,3	62,94
MG	658.580	Contagem	42.596,9	44.521,2	43.951,4	41.479,4	42.014,1	1,3	2,8	2,9	63,80

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. desp. total 2017	Part. rec. corrente 2017	Despesa com legislativo per capita 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %		
MG	563.769	Juiz de Fora	26.287,4	26.748,9	27.032,2	29.019,4	28.387,8	-2,2	1,9	2,1	50,35
MG	427.146	Betim	61.333,7	60.787,3	57.367,4	51.050,7	47.276,7	-7,4	3,6	3,1	110,68
MG	402.027	Montes Claros	15.326,2	16.805,1	...	16.338,7	18.353,0	12,3	3,4	3,0	45,65
MG	328.871	Ribeirão das Neves	9.445,5	9.971,7	10.476,8	10.939,4	10.494,6	-4,1	2,8	..	31,91
MG	328.272	Uberaba	24.939,0	24.704,1	25.571,7	25.737,1	22.511,1	-12,5	2,4	2,3	68,57
MG	280.901	Governador Valadares	14.612,6	17.893,4	17.655,0	16.373,6	15.050,4	-8,1	2,0	2,0	53,58
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	704.944,6	840.371,3	801.181,5	838.972,1	880.322,7	4,9	3,9	4,4	135,01
RJ	1.049.826	São Gonçalo	23.046,4	21.521,9	..	2,2	2,2	20,50
RJ	890.997	Duque de Caxias	62.758,6	65.653,9	63.209,8	61.319,3	56.292,2	-8,2	2,4	2,8	63,18
RJ	798.647	Nova Iguaçu	22.543,9	...	24.815,5	23.685,2	19.637,8	-17,1	1,5	1,6	24,59
RJ	499.028	Niterói	58.431,9	63.132,0	...	62.465,5	59.365,4	-5,0	2,5	2,5	118,96
RJ	495.783	Belford Roxo	14.051,9	16.595,3	16.053,7	15.711,2	13.678,1	-12,9	2,3	2,4	27,59
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	35.849,2	27.852,6	..	1,7	1,8	56,81
RJ	460.461	São João de Meriti	15.398,8	15.004,1	13.378,9	...	13.857,9	..	2,3	2,7	30,10
RJ	298.235	Petrópolis	23.431,6	29.130,8	29.978,6
RJ	265.201	Volta Redonda	39.016,7	40.796,0	35.041,8	32.978,6	31.060,3	-5,8	3,8	3,8	117,12
SP	12.106.920	São Paulo	821.493,8	777.083,0	720.311,5	697.121,6	699.999,5	0,4	1,4	1,4	57,82
SP	1.349.113	Guarulhos	97.580,4	39.417,8	40.882,0	104.466,2	102.213,3	-2,2	2,6	2,7	75,76
SP	1.182.429	Campinas	96.424,9	87.744,8	99.558,4	100.709,0	87.484,2	-13,1	1,9	2,2	73,99
SP	827.437	São Bernardo do Campo	70.841,3	66.428,4	63.011,5	64.926,2	55.788,3	-14,1	1,7	1,7	67,42
SP	715.231	Santo André	46.158,2	49.764,9	47.282,7	50.874,5	44.571,4	-12,4	2,1	2,0	62,32
SP	703.219	São José dos Campos	48.966,2	51.128,2	50.404,3	51.150,0	49.188,1	-3,8	2,1	2,0	69,95
SP	697.886	Osasco	49.684,6	49.121,5	51.089,4	47.813,2	41.600,6	-13,0	2,1	..	59,61
SP	682.302	Ribeirão Preto	49.016,9	54.178,2	61.230,3	55.086,8	50.023,2	-9,2	2,2	2,1	73,32
SP	659.871	Sorocaba	43.593,2	46.474,5	46.876,3	46.636,5	47.229,7	1,3	2,1	1,9	71,57
SP	462.005	Mauá	30.084,3	31.427,8	28.393,4	28.991,8	27.766,5	-4,2	3,1	3,1	60,10
SP	450.657	São José do Rio Preto	15.501,8	18.465,5	15.802,2	18.760,4	17.336,0	-7,6	1,2	1,2	38,47
SP	434.742	Santos	43.820,7	43.715,3	65.097,1	62.774,1	62.461,1	-0,5	2,8	2,8	143,67
SP	433.901	Mogi das Cruzes	27.116,6	...	29.771,4	31.287,1	31.101,9	-0,6	2,4	2,5	71,68
SP	417.869	Diadema	35.749,5	37.381,2	35.724,9	33.546,0	32.783,9	-2,3	2,8	3,0	78,45
SP	409.497	Jundiaí	24.826,5	25.635,5	29.040,4	28.043,6	26.783,4	-4,5	1,5	1,5	65,41
SP	397.322	Piracicaba	34.896,2	36.144,2	36.322,6	36.011,4	29.706,5	-17,5	2,0	2,1	74,77
SP	396.587	Carapicuíba	15.271,6	14.837,2	14.793,0	...	14.596,9	36,81
SP	371.690	Bauru	15.272,5	15.749,6	15.817,4	15.761,8	16.030,5	1,7	1,6	1,6	43,13
29.644.948	Sul	2.321.449,6	2.414.301,5	2.378.075,9	2.397.372,5	2.377.212,2	-0,8	2,7	2,6	80,19	
PR	1.908.359	Curitiba	119.226,3	126.617,8	111.673,0	115.421,1	98.551,5	-14,6	1,4	1,4	51,64
PR	558.439	Londrina	32.102,9	27.892,3	27.479,3	30.251,0	27.231,1	-10,0	1,6	1,7	48,76
PR	406.693	Maringá	15.750,8	16.455,3	17.791,8	17.644,4	18.597,8	5,4	1,5	1,5	45,73
PR	344.332	Ponta Grossa	14.627,3	15.155,4	15.660,0	3,3	2,1	2,2	45,48
PR	319.608	Cascavel
PR	307.530	São José dos Pinhais	25.676,2	..	3,0	2,8	83,49
PR	264.044	Foz do Iguaçu
RS	1.484.941	Porto Alegre	140.169,4	150.027,1	159.020,6	162.482,1	164.310,8	1,1	2,9	2,9	110,65
RS	483.377	Caxias do Sul	23.589,7	23.335,6	23.535,1	20.921,0	21.689,8	3,7	1,4	1,4	44,87
RS	344.385	Pelotas	12.093,6	14.808,7	..	1,7	1,8	43,00
RS	343.853	Canoas	31.811,0	31.442,5	32.983,8	30.737,3	32.808,6	6,7	2,5	2,4	95,41
RS	278.445	Santa Maria	16.090,3	14.844,6	15.921,7	15.533,2	15.826,5	1,9	2,9	2,8	56,84
RS	275.146	Gravataí	20.503,2	19.819,2	18.763,2	16.845,1	15.854,2	-5,9	2,4	2,4	57,62
RS	253.717	Viamão	11.579,1	12.303,2	10.803,9	12.093,3	12.755,2	5,5	3,4	3,2	50,27
SC	485.838	Florianópolis	46.988,0	50.913,7	50.958,3	53.207,5	51.583,9	-3,1	3,1	3,3	106,18
SC	577.077	Joinville	32.955,0	40.737,5	39.270,0	39.213,5	34.272,3	-12,6	2,0	1,8	59,39
SC	348.513	Blumenau	24.052,2	24.244,7	24.523,9	23.971,8	24.482,9	2,1	1,8	1,9	70,25
81.113.137	Cidades selecionadas	5.471.596,8	5.651.509,0	5.529.220,1	5.531.764,8	5.501.442,3	-0,5	2,4	2,4	67,82	
32.224.780	Até 20 mil habitantes	3.458.012,8	3.567.995,8	3.504.061,2	3.472.962,1	3.636.586,1	4,7	4,0	4,0	112,85	
46.435.866	Capitais	3.401.146,2	3.572.345,3	3.432.266,3	3.400.157,5	3.456.832,0	1,7	2,4	2,4	74,44	
204.618.469	Brasil¹	15.443.765,3	16.021.588,4	15.802.451,2	15.768.079,3	15.946.103,6	1,1	2,9	2,9	77,93	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa com o legislativo municipal | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Legislativo	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1º	RJ	Rio de Janeiro	880.322.684,64	6.520.266	2º
2º	SP	São Paulo	699.999.540,65	12.106.920	1º
3º	MG	Belo Horizonte	171.520.333,27	2.523.794	5º
4º	RS	Porto Alegre	164.310.776,41	1.484.941	9º
5º	BA	Salvador	157.778.827,98	2.953.986	3º
6º	CE	Fortaleza	153.317.680,93	2.627.482	4º
7º	PE	Recife	138.257.079,09	1.633.697	8º
8º	AM	Manaus	119.892.628,73	2.130.264	6º
9º	SP	Guarulhos	102.213.347,55	1.349.113	12º
10º	PR	Curitiba	98.551.521,63	1.908.359	7º
11º	GO	Goiânia	90.711.799,66	1.466.105	10º
12º	SP	Campinas	87.484.179,06	1.182.429	13º
13º	RN	Natal	69.813.711,88	885.180	18º
14º	MS	Campo Grande	68.238.066,36	874.210	19º
15º	RJ	Macaé	66.367.484,49	244.139	113º
16º	PI	Teresina	63.501.649,06	850.198	20º
17º	SP	Santos	62.461.138,43	434.742	52º
18º	RJ	Niterói	59.365.435,72	499.028	42º
19º	AL	Maceió	56.655.747,58	1.029.129	16º
20º	RJ	Duque de Caxias	56.292.179,12	890.997	17º
21º	SP	São Bernardo do Campo	55.788.291,67	827.437	21º
22º	PB	João Pessoa	53.136.661,29	811.598	22º
23º	SC	Florianópolis	51.583.875,21	485.838	46º
24º	SP	Ribeirão Preto	50.023.225,35	682.302	28º
25º	SP	São José dos Campos	49.188.147,93	703.219	25º
26º	MG	Betim	47.276.672,70	427.146	54º
27º	SP	Sorocaba	47.229.670,35	659.871	30º
28º	BA	Camaçari	46.674.890,86	296.893	90º
29º	SP	Barueri	46.427.747,65	267.534	103º
30º	SE	Aracaju	44.787.054,28	650.106	32º
31º	SP	Santo André	44.571.395,02	715.231	24º
32º	MG	Uberlândia	42.583.863,82	676.613	29º
33º	SP	São Caetano do Sul	42.330.661,62	159.608	182º
34º	MG	Contagem	42.014.145,71	658.580	31º
35º	SP	Osasco	41.600.635,70	697.886	26º
36º	SP	Guarujá	39.686.866,76	315.563	84º
37º	PE	Ipojuca	39.088.333,80	94.533	333º
38º	MT	Cuiabá	38.536.376,86	590.118	34º
39º	SP	Cubatão	35.339.470,56	128.748	225º
40º	RJ	Angra dos Reis	35.207.147,79	194.619	155º
41º	TO	Palmas	34.962.391,87	286.787	94º
42º	SP	Praia Grande	34.630.603,58	310.024	85º
43º	SC	Joinville	34.272.309,66	577.077	35º
44º	RR	Boa Vista	34.233.970,09	332.020	79º
45º	ES	Serra	32.817.385,68	502.618	41º
46º	RS	Canoas	32.808.583,60	343.853	77º
47º	SP	Diadema	32.783.883,70	417.869	55º
48º	BA	São Francisco do Conde	31.139.020,08	40.220	831º
49º	SP	Mogi das Cruzes	31.101.922,72	433.901	53º
50º	RJ	Volta Redonda	31.060.306,21	265.201	105º
51º	SP	Araraquara	30.471.061,95	230.770	126º
52º	RO	Porto Velho	30.203.901,97	519.436	39º

Posição	UF	Município	Legislativo	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53º	SP	Cotia	30.161.230,06	237.750	116º
54º	SC	Itajaí	29.795.420,75	212.615	140º
55º	SP	Piracicaba	29.706.519,93	397.322	60º
56º	PE	Jaboatão dos Guararapes	29.683.511,10	695.956	27º
57º	PA	Parauapebas	29.593.448,31	202.356	148º
58º	SP	Taubaté	28.520.874,91	307.953	86º
59º	MG	Juiz de Fora	28.387.770,31	563.769	36º
60º	RJ	Campos dos Goytacazes	27.852.613,40	490.288	44º
61º	SP	Mauá	27.766.502,58	462.005	49º
62º	ES	Vila Velha	27.512.646,71	486.388	45º
63º	PR	Londrina	27.231.080,36	558.439	37º
64º	GO	Anápolis	27.000.245,00	375.142	65º
65º	SP	Jundiá	26.783.414,03	409.497	57º
66º	PE	Cabo de Santo Agostinho	26.458.213,77	204.653	146º
67º	BA	Feira de Santana	26.118.210,66	627.477	33º
68º	PR	São José dos Pinhais	25.676.187,44	307.530	87º
69º	SP	Taboão da Serra	25.516.986,85	279.634	96º
70º	SP	Rio Claro	25.174.242,86	202.952	147º
71º	ES	Vitória	24.903.248,19	363.140	67º
72º	AC	Rio Branco	24.854.336,22	383.443	64º
73º	AP	Macapá	24.761.558,43	474.706	48º
74º	SC	Blumenau	24.482.931,15	348.513	73º
75º	GO	Rio Verde	24.232.313,92	217.048	137º
76º	SP	Paulínia	24.109.692,11	102.499	304º
77º	SP	Suzano	23.450.689,90	290.769	93º
78º	MG	Nova Lima	23.367.354,01	92.178	343º
79º	GO	Aparecida de Goiânia	23.301.736,33	542.090	38º
80º	RS	Rio Grande	23.162.750,20	209.378	143º
81º	MG	Ipatatinga	23.098.036,91	261.203	107º
82º	SP	Americana	23.019.590,84	233.868	123º
83º	MG	Uberaba	22.511.087,26	328.272	82º
84º	SP	Hortolândia	22.454.864,60	222.186	132º
85º	SP	Louveira	22.432.596,98	45.922	718º
86º	RS	Caxias do Sul	21.689.801,50	483.377	47º
87º	SP	Limeira	21.646.822,08	300.911	88º
88º	SP	Santana de Parnaíba	21.573.307,84	131.887	219º
89º	PB	Campina Grande	21.556.963,71	410.332	56º
90º	RJ	São Gonçalo	21.521.857,14	1.049.826	15º
91º	MG	Sete Lagoas	21.298.569,10	236.228	119º
92º	MT	Rondonópolis	21.232.751,20	222.316	131º
93º	SP	Araçatuba	21.144.763,44	194.874	154º
94º	PA	Marabá	20.850.753,81	271.594	101º
95º	SP	Itapevi	20.820.479,00	229.502	128º
96º	CE	Maracanaú	20.618.616,23	224.804	130º
97º	SP	São Carlos	19.837.879,01	246.088	112º
98º	RJ	Nova Iguaçu	19.637.752,76	798.647	23º
99º	BA	Lauro de Freitas	19.574.379,20	197.636	151º
100º	RN	Mossoró	19.481.639,17	295.619	92º

	Total dos 100 maiores	5.816.184.529,55	74.328.780	..
	Total dos demais	10.129.919.111,91	130.289.689	..
	Total Brasil¹	15.946.103.641,46	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

Despesa com o legislativo municipal per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Legislativo per capita	Legislativo	População 2017	Ranking pop. 2017	Posição	UF	Município	Legislativo per capita	Legislativo	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$							em R\$			
1º	RS	Coronel Pilar	1.814,80	3.135.979,21	1.728	5514º	53º	MG	Queluzito	403,41	789.869,53	1.958	5467º
2º	RS	Pinhal Grande	1.792,49	8.145.081,42	4.544	4515º	54º	GO	Aparecida do Rio Doce	403,09	1.014.586,48	2.517	5311º
3º	MG	Morro da Garça	1.006,48	2.611.804,83	2.595	5271º	55º	SC	Cunhataí	402,77	787.419,92	1.955	5470º
4º	RS	São Pedro das Missões	898,98	1.796.154,36	1.998	5458º	56º	SP	Fernão	402,72	681.000,05	1.691	5522º
5º	RS	Dois Irmãos das Missões	853,61	1.842.094,80	2.158	5418º	57º	RS	Pedras Altas	397,65	862.112,42	2.168	5415º
6º	SP	Borá	801,65	672.580,63	839	5567º	58º	RS	Santo Antônio do Planalto	393,33	809.874,24	2.059	5448º
7º	BA	São Francisco do Conde	774,22	31.139.020,08	40.220	831º	59º	MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	392,62	711.826,54	1.813	5498º
8º	RN	Guamaré	762,62	11.674.881,64	15.309	2265º	60º	SP	Santa Salete	390,68	600.085,42	1.536	5547º
9º	MG	Serra da Saudade	712,69	578.706,87	812	5568º	61º	SC	Jardinópolis	390,55	634.644,28	1.625	5529º
10º	PR	Santa Amélia	693,58	2.498.952,47	3.603	4881º	62º	PA	Canaã dos Carajás	388,03	13.979.727,05	36.027	934º
11º	MG	Grupiara	607,05	860.801,55	1.418	5552º	63º	SP	Paulistânia	386,81	712.112,47	1.841	5493º
12º	MG	Diogo de Vasconcelos	603,29	2.360.691,26	3.913	4761º	64º	MG	Antônio Prado de Minas	385,66	641.733,86	1.664	5527º
13º	MG	Cachoeira Dourada	596,15	1.604.227,30	2.691	5233º	65º	SC	Capão Alto	385,05	999.968,27	2.597	5269º
14º	GO	Anhanguera	527,22	593.645,37	1.126	5564º	66º	MG	Jeceaba	384,33	2.001.959,72	5.209	4264º
15º	SP	Nova Castilho	512,42	634.884,03	1.239	5560º	67º	SP	Santa Clara d'Oeste	381,99	815.156,84	2.134	5427º
16º	SC	Lajeado Grande	511,92	743.823,18	1.453	5551º	68º	MG	Pedro Teixeira	381,49	703.088,93	1.843	5490º
17º	GO	Cachoeira de Goiás	510,19	721.410,83	1.414	5553º	69º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	380,23	4.096.228,55	10.773	2985º
18º	GO	Davinópolis	505,51	1.078.248,34	2.133	5428º	70º	RS	Santa Margarida do Sul	379,97	957.153,38	2.519	5307º
19º	SP	Flora Rica	503,37	790.800,00	1.571	5539º	71º	SP	União Paulista	379,59	680.605,25	1.793	5503º
20º	RN	Bodó	499,78	1.152.998,62	2.307	5369º	72º	PB	Parari	379,40	671.163,02	1.769	5508º
21º	MG	Água Comprida	497,68	1.024.234,14	2.058	5450º	73º	TO	Chapada de Areia	377,09	530.570,57	1.407	5554º
22º	RJ	Porto Real	494,32	9.307.572,05	18.829	1880º	74º	SC	Marema	375,61	715.918,41	1.906	5479º
23º	GO	Lagoa Santa	493,78	735.736,41	1.490	5550º	75º	PB	São José do Brejo do Cruz	375,58	678.295,62	1.806	5500º
24º	SP	Louveira	488,49	22.432.596,98	45.922	718º	76º	RJ	Mangaratiba	374,01	15.863.663,30	42.415	777º
25º	GO	São João da Paraúna	482,32	746.154,77	1.547	5544º	77º	SP	Monções	373,88	840.856,36	2.249	5388º
26º	TO	Oliveira de Fátima	482,24	535.282,14	1.110	5565º	78º	SP	Cruzália	371,09	801.925,20	2.161	5417º
27º	GO	Perolândia	478,05	1.498.693,10	3.135	5056º	79º	SC	Santiago do Sul	370,97	488.563,47	1.317	5558º
28º	RS	Capão Bonito do Sul	475,53	835.990,00	1.758	5509º	80º	SP	Dirce Reis	369,74	659.989,34	1.785	5505º
29º	ES	Anchieta	471,86	13.469.676,78	28.546	1206º	81º	SP	Aspásia	367,50	676.943,20	1.842	5492º
30º	PR	Jardim Olinda	466,43	651.139,78	1.396	5555º	82º	MT	Santa Cruz do Xingu	366,23	886.647,20	2.421	5345º
31º	MG	Araporã	466,22	3.158.142,04	6.774	3785º	83º	SC	Tigrinhos	365,87	620.144,20	1.695	5520º
32º	GO	Água Limpa	449,74	884.633,42	1.967	5463º	84º	SC	Macleia	365,81	658.085,27	1.799	5502º
33º	GO	Moiporá	448,74	747.606,97	1.666	5526º	85º	RS	Boa Vista do Inca	364,94	941.187,05	2.579	5279º
34º	RS	Tupancí do Sul	439,03	690.599,09	1.573	5538º	86º	RS	Dom Feliciano	364,06	5.562.487,55	15.279	2271º
35º	TO	São Félix do Tocantins	432,13	678.882,29	1.571	5539º	87º	MG	São Sebastião do Rio Preto	363,86	575.628,13	1.582	5534º
36º	MG	Doresópolis	432,07	662.365,40	1.533	5549º	88º	MS	Alcinópolis	363,45	1.885.585,15	5.188	4269º
37º	GO	Pilar de Goiás	426,73	1.079.209,69	2.529	5304º	89º	GO	Guarinos	362,72	744.308,21	2.052	5451º
38º	RS	Pinhal da Serra	426,09	896.487,78	2.104	5438º	90º	SP	Pontes Gestal	361,70	938.258,27	2.594	5272º
39º	RO	Pimenteiras do Oeste	424,64	1.023.388,87	2.410	5349º	91º	MG	Simão Pereira	359,16	952.123,62	2.651	5244º
40º	BA	Madre de Deus	421,95	8.863.888,12	21.007	1679º	92º	MS	Paraíso das Águas	358,68	1.918.917,00	5.350	4219º
41º	MS	Jateí	420,71	1.693.366,39	4.025	4718º	93º	MG	Tapiraí	357,74	687.214,56	1.921	5477º
42º	GO	Ivolândia	420,46	1.073.847,52	2.554	5291º	94º	MS	Taquarussu	353,76	1.262.936,70	3.570	4897º
43º	PE	Ipojuca	413,49	39.088.333,80	94.533	333º	95º	GO	Cristianópolis	353,50	1.070.757,16	3.029	5104º
44º	MG	Tapira	413,19	1.921.343,82	4.650	4473º	96º	GO	São Patrício	351,56	727.724,54	2.070	5446º
45º	PI	Miguel Leão	412,66	506.748,35	1.228	5561º	97º	RS	Mato Queimado	350,89	624.581,27	1.780	5506º
46º	CE	Farias Brito	411,47	7.702.811,39	18.720	1893º	98º	GO	Rio Quente	350,25	1.440.211,84	4.112	4675º
47º	MG	Paiva	411,37	648.734,75	1.577	5535º	99º	PB	Coxixola	350,18	674.087,79	1.925	5476º
48º	MS	Figueirão	408,67	1.237.032,16	3.027	5106º	100º	PB	Quixabá	349,32	686.058,54	1.964	5466º
49º	RS	Engenho Velho	404,89	542.548,10	1.340	5557º							
50º	MG	Douradoquara	404,15	780.000,00	1.930	5474º							
51º	PA	Jacareacanga	403,68	3.253.279,59	8.059	3455º							
52º	SP	Sandovalina	403,61	1.684.679,92	4.174	4653º							
									Total dos 100 maiores	474,87	281.955.778,14	593.753	..
									Total dos demais	76,78	15.664.147.863,32	204.024.716	..
									Total Brasil¹	77,93	15.946.103.641,46	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Municípios continuam aumentando a oferta de vagas no Ensino Infantil

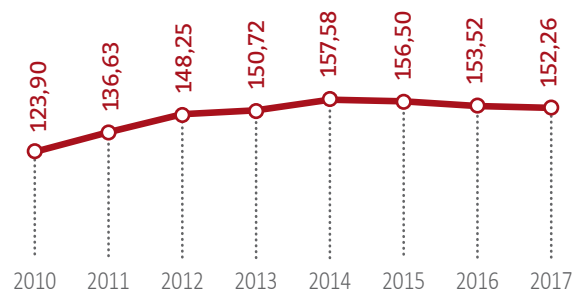
Em um cenário de estagnação das receitas, o número de matrículas na rede municipal cresceu 1,1%, puxado pelo aumento de 4,4% no Ensino Infantil. Em 2017, 65,3% de toda a população com idade de quatro a cinco anos foi atendida pela rede municipal de ensino.

Desempenho

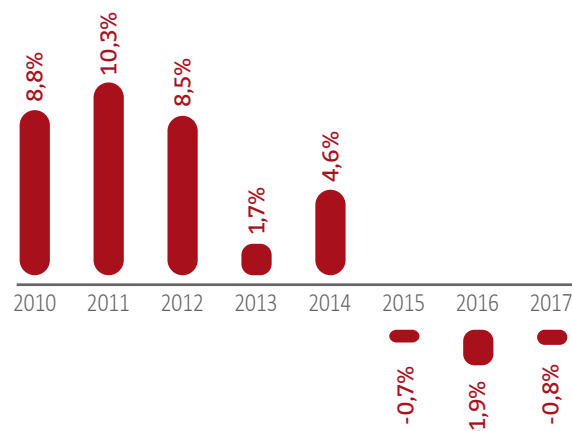
As despesas com educação dos municípios brasileiros ficou praticamente estável, registrando uma queda real de apenas 0,8%, entre 2016 e 2017, quando passou de R\$ 153,52 bilhões para R\$ 152,26 bilhões, a preços corrigidos da inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2017. Em 2015 e 2016, a despesa com educação já havia tido retrações de 0,7% e 1,9%, respectivamente. No acumulado dos últimos três anos, portanto, a queda foi de 3,4%, o que totaliza uma diminuição de recursos da ordem de R\$ 5,32 bilhões, no período.

Tendo em vista que as principais fontes de receita estão vinculadas aos gastos com educação, boa parte do desempenho dos municípios deve-se ao comportamento recessivo da receita corrente nos últimos anos, que acumulou uma retração real de 2,8% desde 2014. Ao longo dos últimos sete anos, a participação da despesa com educação dos municípios brasileiros na despesa total tem oscilado em torno de 27%, porém com uma tendência de alta desde 2015, chegando ao seu maior nível histórico, de 27,8%, em 2017.

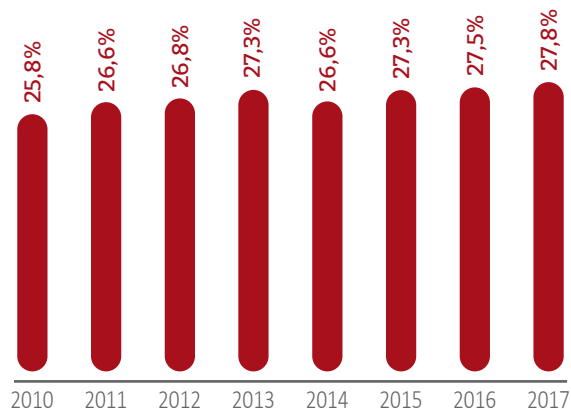
Despesa com educação
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Taxa de crescimento da despesa com educação em relação ao ano anterior



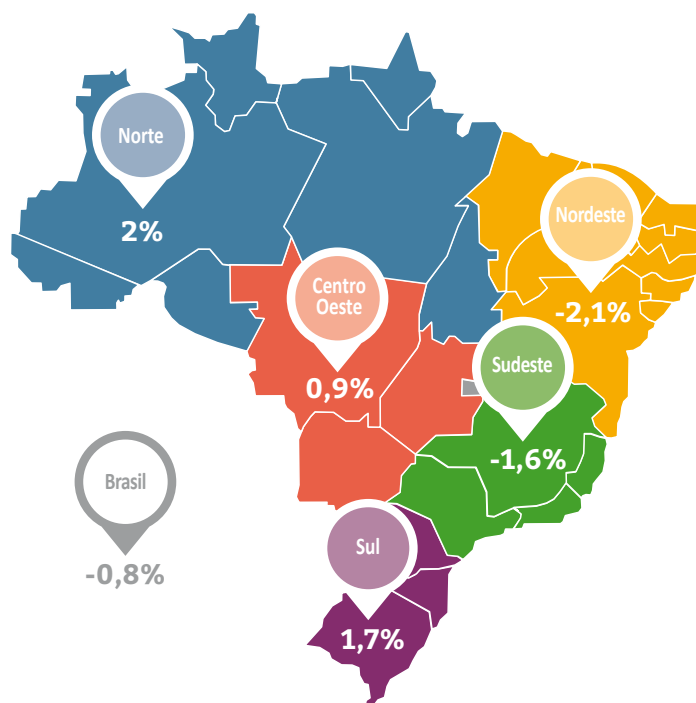
Participação da despesa com educação na despesa total



Analisando-se os municípios por região, nota-se que no Sul e no Norte houve um crescimento real de 1,7% e 2%, o que representou um adicional de R\$ 363,4 milhões e R\$ 266,5 milhões, respectivamente, enquanto que no Centro-Oeste o aumento de 0,9% injetou R\$ 83,2 milhões na área. Entretanto, esses recursos foram insuficientes para fazerem frente à queda de recursos aplicados na educação pelas regiões Nordeste (-2,1%) e Sudeste (-1,6%), o que significou R\$ 879 milhões e R\$ 1,09 bilhão a menos, respectivamente.

Entre as capitais, os maiores aumentos foram registrados em Boa Vista (18,2%), Belo Horizonte (8,9%), Manaus (5,9%) e Teresina (5,8%), enquanto que as maiores reduções ocorreram em Campo Grande (-12,1%), Rio de Janeiro (-8,2%), Natal (-7,8%) e Aracaju (-7,1%). Já nas cidades com mais de 100 mil habitantes, exceto as capitais, houve aumentos significativos nos gastos com educação em Juazeiro do Norte-CE (49,2%), Tucuruí-PA (47,8%), Mesquita-RJ (43,1%), Camaragibe-PE (29,7%), Maricá-RJ (28,3%) e Novo Gama-GO (27,5%). No mesmo grupo, as maiores quedas foram registradas

Taxa de crescimento da despesa com educação por região - 2017/2016



em Porto Seguro-BA (-24,5%), Montes Claros-MG (-23%), Itabira-MG (-22,2%), Itaboraí-RJ (-21,9%) e Campos dos Goytacazes-RJ (-21,7%).

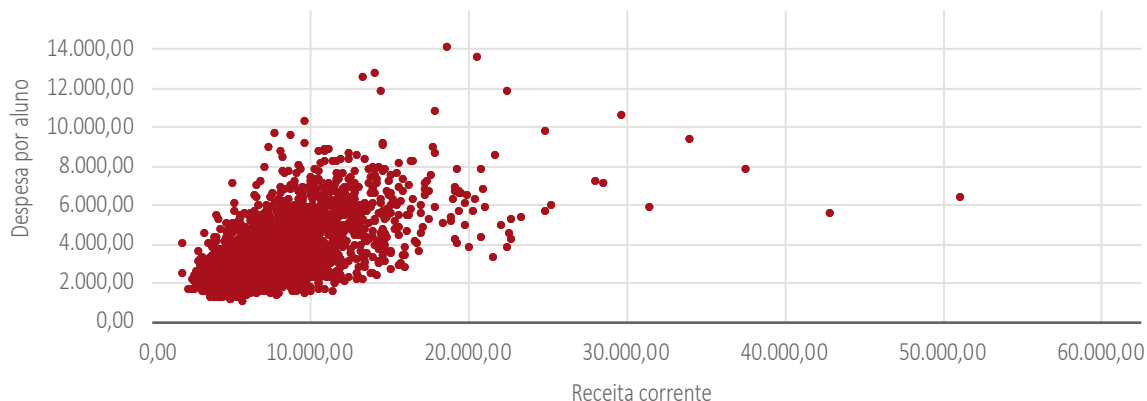
Despesa por aluno

A despesa por aluno na rede pública municipal de ensino acompanha de perto o volume de receita per capita das cidades. Quanto maior o volume de recursos por habitante de um município maior também tende a ser o volume de recursos que são direcionados para a área educacional. O gráfico de dispersão a seguir, que cruza as informações de receita per capita e despesa por aluno de mais de 5 mil municípios brasileiros, mostra claramente o aumento da despesa por aluno à medida que cresce a receita municipal por habitante.

Despesa por função | Educação

Receita corrente per capita e despesa por aluno - 2017

Em R\$ - IPCA médio de 2017

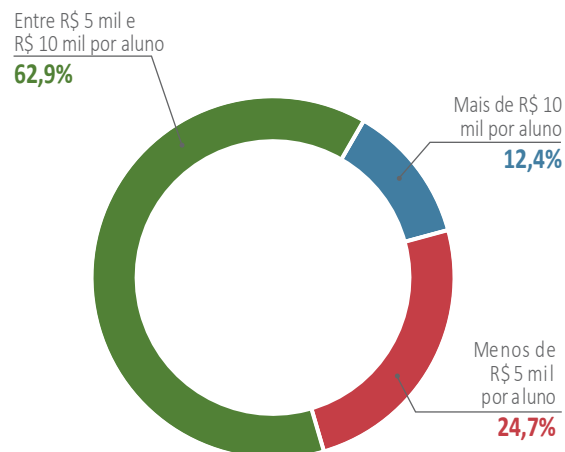


Há casos extremos, nos quais a despesa por aluno é bastante elevada em função do reduzido número de alunos e/ou alta receita per capita. Dos 100 municípios com as maiores despesas com educação por aluno, os cinco primeiros colocados possuem menos de 65 alunos em suas respectivas redes de ensino e seu gasto por estudante foi de R\$ 31.584 a R\$ 51.166. Nesse ranking, dentre os 100 maiores, apenas 10 municípios possuem mais de 1.500 alunos em sua rede de ensino (veja ranking na página 209).

Enquanto a média da despesa por aluno foi de R\$ 6.591,04, do total dos municípios com dados disponíveis, 670, ou seja, 12,4%, gastaram mais de R\$ 10 mil, em 2017. Outros 1.329 municípios, ou 24,7% daqueles com dados, despenderam menos de R\$ 5 mil por estudante.

Essas desigualdades existem porque a despesa em educação está vinculada à receita municipal, pois a Constituição exige uma aplicação mínima de 25% da receita de impostos em educação, ao mesmo tempo em que há uma grande disparidade de receita per capita entre os municípios brasileiros (sobre a receita per capita consulte o Panorama desta publicação, na página 10).

Composição dos municípios de acordo com a despesa por aluno - 2017



As desigualdades também se verificam em âmbito regional. Nas regiões em que os municípios têm uma menor receita per capita o gasto por aluno também é menor. Assim, os municípios das regiões Norte e Nordeste registraram uma média de gasto por aluno de R\$ 4.886,15 e R\$ 4.921,56, respectivamente, enquanto que o Centro-Oeste, o Sul e o Sudeste registraram R\$ 7.177,56, R\$ 8.033,84 e R\$ 8.348,98 por aluno, respectivamente, o que

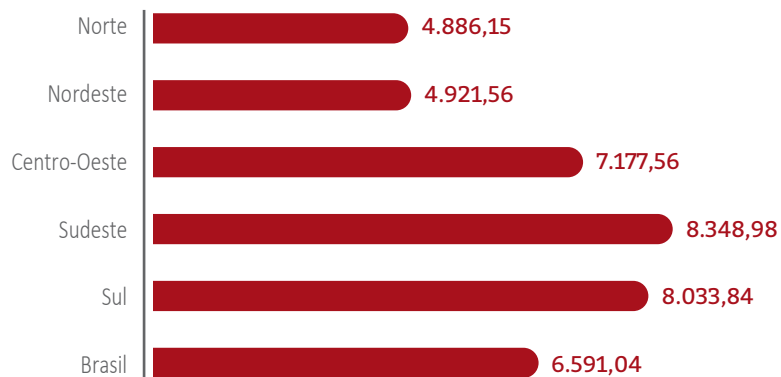
espelha a heterogeneidade existente no padrão de receitas per capita entre as regiões.

Matrículas na rede municipal

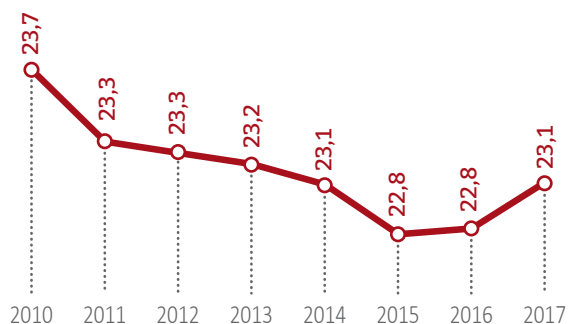
A despesa média por aluno matriculado na rede municipal de ensino apresentou queda real, pelo segundo ano consecutivo, de 1,9%, passando de R\$ 6.719,54 para R\$ 6.591,04. Essa queda no valor gasto por aluno é fruto da junção de dois fatores: a queda real de 0,8% na despesa total com educação e o aumento de 1,1% no número de matrículas na rede municipal de ensino. Em 2017 houve o ingresso de 255.554 alunos na rede municipal, acentuando o movimento de reversão das quedas nas matrículas que vinham acontecendo desde 2005, quando atingiu o seu maior valor.

Desagregando-se os dados de matrícula por modalidade de ensino, observa-se que tem havido um aumento reiterado na oferta de vagas na Educação Infantil, que já acumula um crescimento de 25% desde 2010. Esse aumento é consequência dos efeitos da aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, da Lei Federal nº 12.796/2013 e do Plano Nacional de Educação (PNE), que tornou obrigatória a matrícula na Educação Básica a partir dos 4 anos de idade, com o objetivo do Ministério da Educação de universalizar o ensino para todas as crianças de 4 a 5 anos até 2016. Para as crianças com até 3 anos, ainda que a oferta de vagas na Educação Infantil seja dever dos municípios, sua matrícula permanece facultativa aos pais. Essa obrigatoriedade impôs aos municípios o desafio de ampliar o atendimento e definir políticas específicas para esse público.

Despesa com educação por aluno por região - 2017 em R\$ - IPCA médio de 2017



Número de matrículas na rede municipal de ensino em milhões



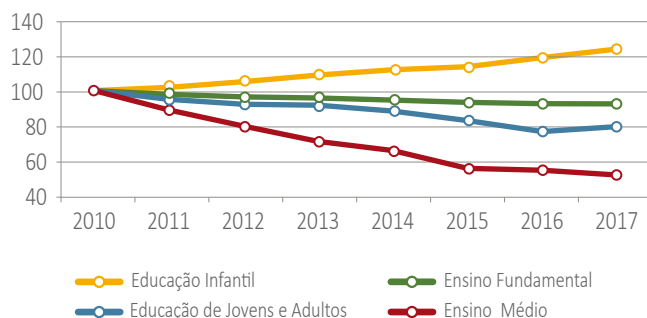
AS MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL AUMENTARAM EM 25% DESDE 2010

Com esse aumento, a Educação Infantil passou a compor 25,4% do total das matrículas na rede municipal de ensino, em 2017. Em 2010, participava com 20,5%. O Ensino Fundamental, por sua vez, passou de 71,4% para 64,9% no mesmo período de sete anos.

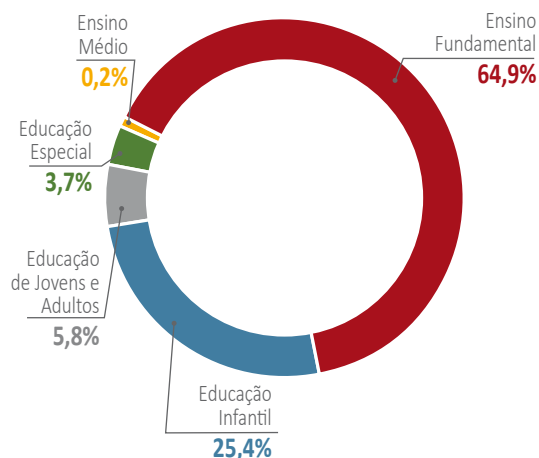
Despesa por função | Educação

Evolução das matrículas da rede municipal por modalidade de ensino

ano-base 2010 = 100



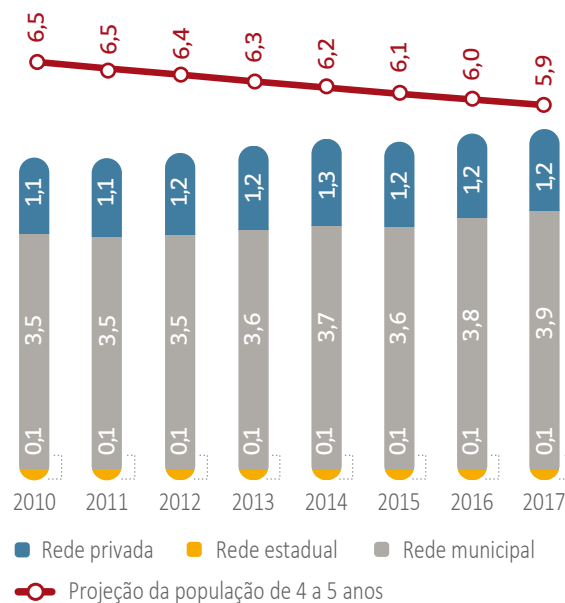
Composição das matrículas por modalidade de ensino na rede municipal - 2017



Analisando-se o número de matrículas na pré-escola das redes pública e privada de ensino em relação à população de 4 a 5 anos, que somou 5,9 milhões de crianças em 2017, observa-se que, apesar de ainda não se ter alcançado a meta estabelecida no PNE de universalização do ensino nessa faixa etária da população, o percentual de

cobertura encontra-se bem elevado, abrangendo 86,1% do público-alvo, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Só na rede pública municipal concentram-se 65,3% dessa população.

Evolução das matrículas em pré-escola das redes municipal e privada de ensino e projeção da população de 4 a 5 anos em milhões

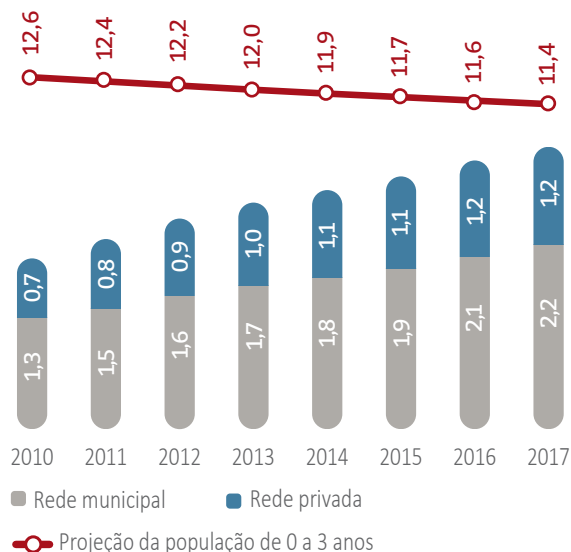


Fonte: projeção populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Em relação à população abaixo de 3 anos, que chegou a 11,4 milhões de crianças, o percentual daquelas matriculadas na Educação Infantil das redes públicas e privada ainda é muito baixo, cerca de 30%. Na rede municipal estão 19,4% dessa população.

Outro fator, que também apresentou influência no comportamento das matrículas municipais, foi o cenário de instabilidade no mercado

Evolução das matrículas em creches das redes municipal e privada de ensino e projeção da população de 0 a 3 anos em milhões



Fonte: projeção populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

de trabalho brasileiro, uma vez que, por conta do aumento do nível de desemprego, famílias que tiveram reduções significativas no nível de renda domiciliar passaram a utilizar mais dos serviços públicos, especialmente os de educação e saúde, cujo custo no setor privado é mais elevado. Em 2017, houve uma diminuição de 96.381 matrículas em toda a rede privada de ensino (excluídas as matrículas do Ensino Especial), sendo 26,1% desse total na Educação Infantil e 37,6% no Ensino Fundamental, modalidades de responsabilidade maciça dos municípios.

Embora não possa ser identificada uma relação exclusiva de causa entre a diminuição de matrículas da rede privada e o aumento de 255.554 alunos na rede municipal, é inegável a constatação do aumento da demanda pelo serviço público de ensino.

Saiba mais sobre a aplicação de recursos na educação

A Constituição Federal estabelece no artigo 212 que todos os municípios são obrigados a aplicar, no mínimo, 25% de toda sua receita bruta proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Lei Kandir, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de manutenção e desenvolvimento da educação. A Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) estabelece e detalha as ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, tais como as relacionadas à aquisição, à manutenção e ao funcionamento das instalações e dos equipamentos necessários ao ensino; ao uso e à manutenção de bens e serviços; à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação; à aquisição de material didático; ao transporte escolar, entre outros.

Esse mecanismo de financiamento visa garantir uma fonte permanente de recursos à área. A fiscalização dessa aplicabilidade é feita pelos Tribunais de Contas municipais e estaduais, que utilizam para tal as publicações bimestrais do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) dos municípios. Visando ao princípio da transparência com o gasto público, a legislação federal também determina que as despesas com manutenção e desenvolvimento da educação sejam divulgadas anualmente no Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Caso o município não cumpra a aplicação mínima de 25% dos recursos na educação, tanto o prefeito quanto o próprio município estão sujeitos a várias implicações, tais como:

a. parecer desfavorável às contas pelo Tribunal

- de Contas, que, se mantido pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por cinco anos (Lei Complementar Federal nº 64/1990, artigo 1º, I, g);
- impedimento de receber auxílios/subvenções/contribuições da União e dos estados (Lei Federal nº 9.394/1996, artigo 87, § 6º);
 - impedimento de contratar empréstimos e financiamentos, exceto de antecipação de receita orçamentária (Resolução do Senado Federal nº 78/98, artigo 13, VIII);
 - intervenção pelo Estado (Constituição Federal, artigo 35, III);
 - imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente (Lei Federal nº 9.394/1996, artigo 5º, § 4º); e
 - impedimento de receber transferências voluntárias de outros entes da Federação, exceto para as áreas de saúde, educação e assistência social (Lei Complementar Federal nº 101/2000, artigo 25, § 1º, IV, b).

Breve histórico da vinculação constitucional¹

A vinculação constitucional de recursos para a despesa com educação é bastante antiga no Brasil, remontando à Constituição Federal de 1934. Naquela Carta, em seu artigo 156, estava estabelecido que *“A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.”*

A Constituição da ditadura do Estado Novo, promulgada em 1937, revogou a vinculação que, no entanto, foi retomada e ampliada na Constituição de 1946, quando a parcela dos municípios

passou de 10% para um mínimo de 20%. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, ampliou a vinculação de recursos da União para 12%, destinando esse percentual aos Fundos Nacionais de Ensino Primário, de Ensino Médio e de Ensino Superior.

Novamente, a vinculação é anulada na Carta de 1967, sob o regime militar. E através da Emenda Constitucional nº 1, de 1969 (artigo 15, §3º, f), o governo militar estipulou a vinculação apenas para os municípios em 20%, a ser destinado ao ensino primário. Tal vinculação era aplicada unicamente sobre a receita tributária própria dos municípios e não mais sobre toda a receita resultante de impostos. A União e os estados ficaram sem nenhuma vinculação obrigatória. Essa norma foi complementada pela Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, Lei nº 5.692/71, pela determinação que os municípios aplicassem no ensino de 1º grau pelo menos 20% das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Somente em 1983, durante o processo de redemocratização, com a Emenda Constitucional nº 24, de autoria do senador capixaba João Calmon, é que a vinculação de recursos para a educação foi retomada. Pela Emenda Calmon, a União deveria aplicar pelo menos 13% e os estados, Distrito Federal e municípios deveriam aplicar 25% da receita resultante de impostos.

Finalmente, na atual Constituição de 1988, os percentuais dos estados, Distrito Federal e municípios foram mantidos em 25% e o da União foi ampliado para 18%. No entanto, o aumento da parcela da União não significou aumento de recursos para a educação, uma vez que na Constituinte de 1988 houve um processo de descentralização de receitas da União para estados e municípios. Dessa forma, os 18% da União passaram a ser aplicados sobre uma base tributária mais restrita que aquela que vigorava antes da promulgação da Constituição.

¹ Texto baseado no artigo de Janaina S.S. Menezes, “A Vinculação Constitucional de Recursos para a Educação: Os (Des)Caminhos do Ordenamento Constitucional”, UNIRIO, em Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.30, p149-163, jun 2008 - ISSN: 1676-2584.

Histórico das vinculações de recursos para a educação no Brasil

Determinação constitucional ou legal	União	Estados	Distrito Federal	Municípios	Fonte de recursos
CF 1934	10%	20%	20%	10%	Da renda resultante de impostos.
CF 1937	-	-	-	-	Sem vinculação.
CF 1946	10%	20%	20%	20%	Da renda resultante de impostos.
LDBEN 1961	12%	20%	20%	20%	Da renda resultante de impostos.
CF 1967	-	-	-	-	Sem vinculação.
EC nº 1/1969	-	-	-	20%	Da receita tributária própria dos municípios a ser destinado apenas para o ensino primário.
LDBE 1971	-	-	-	20%	Manteve a fonte de recurso anterior e acrescentou 20% do FPM a ser aplicado no ensino de 1º grau.
EC nº 24/1983	13%	25%	25%	25%	Da renda resultante de impostos.
CF 1988	18%	25%	25%	25%	Da renda resultante de impostos, porém houve descentralização de recursos, o que reduziu a base da União.

Fonte: baseado no artigo de Janaina S.S. Menezes, "A Vinculação Constitucional de Recursos para a Educação: Os (Des)Caminhos do Ordenamento Constitucional", UNIRIO, em Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.30, p149 –163, jun 2008 - ISSN: 1676-2584.

Notas: CF = Constituição Federal. EC = Emenda Constitucional. LDBEN = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 20/12/1961. LDBE = Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, nº 5.692 de 11/08/1971

Despesa com educação | 2013-2017

UF	Número de mat. na rede municipal 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	Part. desp. total 2017	Parc. das rec. de imp. aplic. em educação² 2017	Despesa com educação por aluno 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %		
	2.727.718	Norte	13.011.487,4	13.810.025,4	13.483.669,1	13.061.576,1	13.328.028,5	2,0	36,3	...	4.886,15
AC	24.739	Rio Branco	145.179,3	154.821,6	150.898,3	148.988,0	139.513,9	-6,4	19,6	25,1	5.639,43
AC	11.298	Cruzeiro do Sul	47.546,3	59.457,4	53.508,3	52.731,6	47.690,9	-9,6	36,3	25,5	4.221,18
AP	34.445	Macapá	211.934,5	189.729,3	232.256,8	199.674,8	208.112,5	4,2	29,4	25,7	6.041,88
AP	10.729	Santana	47.653,9	52.910,6	...	32,4	33,6	4.931,55
AM	235.761	Manaus	1.204.021,9	1.311.749,8	1.195.705,2	1.151.556,6	1.219.327,8	5,9	29,0	26,5	5.171,88
AM	17.414	Parintins	86.936,4	96.971,7	85.100,2	...	79.176,1	...	44,0	25,6	4.546,70
PA	65.563	Belém	514.845,8	478.195,6	520.484,5	461.453,6	484.103,8	4,9	18,7	26,1	7.383,80
PA	38.922	Ananindeua	162.620,0	184.331,9	166.521,1	...	149.353,1	...	25,1	25,6	3.837,24
PA	60.641	Santarém	246.059,9	246.200,6	258.153,2	262.575,8	266.366,3	1,4	46,5	29,6	4.392,51
PA	55.174	Marabá	246.360,4	287.305,9	276.523,2	236.685,2	236.914,4	0,1	34,6	26,8	4.293,95
RO	46.849	Porto Velho	314.405,9	296.853,6	302.382,3	293.442,9	280.507,0	-4,4	24,1	27,0	5.987,47
RO	7.543	Ji-Paraná	44.857,4	45.675,1	45.862,6	58.339,0	49.520,6	-15,1	22,7	27,1	6.565,10
RR	36.043	Boa Vista	213.554,8	264.309,0	260.000,3	233.405,7	275.797,6	18,2	27,1	28,4	7.651,90
RR	4.574	Rorainópolis	25.997,5	29.187,0	10.583,0	12.853,8	32,9	...
TO	36.519	Palmas	231.301,4	247.838,4	230.812,9	241.472,2	245.337,7	1,6	26,8	26,1	6.718,08
TO	18.643	Araguaína	105.093,0	104.365,2	110.248,4	119.514,7	123.145,9	3,0	33,3	27,3	6.605,48
	8.373.857	Nordeste	40.423.801,4	43.194.879,9	42.542.105,2	42.091.390,6	41.212.397,8	-2,1	33,7	...	4.921,56
AL	50.484	Maceió	337.678,3	194.795,2	323.793,8	313.018,0	322.822,9	3,1	15,4	26,4	6.394,56
AL	31.423	Arapiraca	125.457,8	135.455,4	133.419,2	149.444,0	124.359,0	-16,8	23,9	25,7	3.957,58
BA	141.853	Salvador	997.078,4	1.235.715,7	1.142.775,3	1.132.261,9	1.098.958,8	-2,9	20,4	26,7	7.747,17
BA	45.494	Feira de Santana	249.337,1	269.771,7	272.388,2	251.647,1	271.733,9	8,0	26,5	30,0	5.972,96
BA	41.402	Vitória da Conquista	195.811,9	197.063,7	208.155,8	203.568,7	209.075,1	2,7	34,5	25,6	5.049,88
BA	34.788	Camaçari	223.910,6	248.957,1	247.072,0	227.049,0	218.410,0	-3,8	23,6	28,5	6.278,31
CE	207.302	Fortaleza	1.049.423,1	1.141.235,0	1.197.873,9	1.174.806,3	1.173.138,7	-0,1	19,2	27,6	5.659,08
CE	56.424	Caucaia	234.053,8	242.641,1	247.937,7	235.427,0	218.346,1	-7,3	41,1	28,9	3.869,74
CE	30.930	Juazeiro do Norte	135.358,6	138.359,2	138.338,6	132.711,7	198.010,7	49,2	39,4	25,9	6.401,90
MA	82.674	São Luís	613.413,8	636.952,3	575.291,9	576.487,1	600.322,6	4,1	24,5	26,7	7.261,32
MA	43.017	Imperatriz	183.345,8	188.367,8	179.701,3	-4,6	31,8	26,8	4.177,45
PB	60.079	João Pessoa	438.127,3	471.662,9	434.564,7	423.873,5	397.041,5	-6,3	21,5	27,2	6.608,66
PB	29.611	Campina Grande	144.679,3	150.483,1	162.968,6	176.825,7	162.193,6	-8,3	19,0	27,8	5.477,48
PE	89.544	Recife	840.052,3	931.772,8	892.641,1	809.444,1	799.264,4	-1,3	19,3	25,5	8.925,94
PE	61.291	Jaboatão dos Guararapes	294.677,9	314.923,9	284.375,5	311.548,5	300.106,4	-3,7	28,3	27,9	4.896,42
PE	22.880	Olinda	105.722,7	135.646,8	118.746,0	114.200,0	128.534,1	12,6	23,7	26,3	5.617,75
PE	40.684	Caruaru	173.425,0	198.951,7	197.937,7	169.587,7	176.141,1	3,9	29,6	26,2	4.329,49
PE	44.023	Petrolina	205.483,3	258.754,3	234.583,6	260.384,9	237.354,5	-8,8	42,2	28,1	5.391,60
PE	18.077	Paulista	90.678,2	104.919,4	104.656,1	100.047,9	88.704,1	-11,3	21,6	25,4	4.907,02
PI	86.933	Teresina	483.922,1	515.555,1	484.217,9	515.406,1	545.292,0	5,8	21,3	25,4	6.272,56
PI	19.239	Parnaíba	91.124,4	84.607,7	84.378,9	89.462,9	88.871,5	-0,7	28,5	27,6	4.619,34
RN	55.816	Natal	339.034,7	412.740,1	394.164,1	399.024,0	367.880,4	-7,8	...	27,9	6.590,95
RN	20.044	Mossoró	124.224,3	131.599,3	128.023,6	134.922,8	115.527,8	-14,4	22,2	25,7	5.763,71
SE	29.326	Aracaju	215.914,7	205.809,2	197.460,2	179.036,9	166.315,1	-7,1	11,7	15,3	5.671,25
SE	14.520	Nossa Senhora do Socorro	72.686,4	71.240,3	77.106,9	76.902,5	75.421,1	-1,9	29,3	26,8	5.194,29
	1.359.840	Centro-Oeste¹	9.087.015,7	9.642.643,3	9.594.494,2	9.677.124,0	9.760.339,4	0,9	27,6	...	7.177,56
GO	97.095	Goiânia	881.195,8	930.057,4	907.891,2	845.235,0	837.585,1	-0,9	21,0	28,9	8.626,45
GO	36.417	Aparecida de Goiânia	165.722,1	171.533,3	174.000,5	201.501,8	212.578,5	5,5	24,1	26,7	5.837,34
GO	33.758	Anápolis	233.842,4	240.557,2	249.679,0	242.716,7	264.458,8	9,0	27,3	32,6	7.833,96
MT	49.820	Cuiabá	379.223,1	382.956,6	363.701,1	385.447,2	371.731,5	-3,6	19,4	25,1	7.461,49
MT	24.552	Várzea Grande	117.936,4	121.210,1	112.352,5	118.832,6	136.489,6	14,9	26,3	28,2	5.559,21
MS	101.180	Campo Grande	671.474,6	733.196,5	846.615,3	853.230,3	750.370,2	-12,1	24,7	26,5	7.416,19
MS	27.312	Dourados	171.288,8	180.589,0	195.895,2	195.489,7	208.273,9	6,5	30,4	36,0	7.625,73
	7.873.400	Sudeste	67.888.109,1	68.945.508,9	69.275.400,3	66.817.181,1	65.731.848,8	-1,6	24,8	...	8.348,98
ES	46.013	Vitória	423.021,2	443.481,0	...	355.933,3	364.946,7	2,5	25,5	28,7	7.931,38
ES	63.091	Serra	374.482,4	368.142,7	344.397,3	335.786,8	320.672,0	-4,5	30,3	27,5	5.082,69
ES	50.828	Vila Velha	278.651,1	279.851,3	262.312,3	241.634,7	243.263,7	0,7	31,5	...	4.786,02
ES	42.176	Cariacica	218.226,2	226.493,9	224.078,9	196.749,2	193.602,6	-1,6	37,5	25,6	4.590,35
MG	168.372	Belo Horizonte	1.502.685,7	1.636.198,3	1.667.285,7	1.463.346,3	1.593.634,5	8,9	17,1	26,9	9.464,96
MG	59.306	Uberlândia	382.592,6	420.896,9	447.520,6	445.195,9	432.748,7	-2,8	22,7	32,6	7.296,88
MG	55.101	Contagem	363.793,0	388.538,6	349.353,3	320.521,2	354.642,3	10,6	23,5	27,8	6.436,22

UF	Número de mat. na rede municipal 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	Part. desp. total 2017	Parc. das rec. de imp. aplic. em educação² 2017	Despesa com educação por aluno 2017
			em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %		
MG	42.504	Juiz de Fora	274.563,3	312.448,6	298.938,1	297.987,1	306.775,2	2,9	20,7	29,6	7.217,56
MG	48.612	Betim	441.740,2	437.936,8	395.825,0	349.089,5	360.228,4	3,2	27,1	26,8	7.410,28
MG	28.665	Montes Claros	150.806,1	186.998,6	193.188,5	215.445,7	165.933,4	-23,0	30,8	25,1	5.788,71
MG	23.051	Ribeirão das Neves	109.331,5	117.074,6	109.068,9	116.529,6	102.206,8	-12,3	27,0	25,9	4.433,94
MG	25.616	Uberaba	195.578,9	208.669,3	216.024,1	208.269,0	216.408,6	3,9	23,0	28,9	8.448,18
MG	18.715	Governador Valadares	132.879,7	143.372,2	173.877,9	155.261,3	142.660,8	-8,1	19,4	26,9	7.622,80
RJ	649.708	Rio de Janeiro	4.676.834,7	4.446.396,0	4.778.587,9	4.678.367,4	4.293.218,6	-8,2	19,1	29,0	6.607,92
RJ	40.388	São Gonçalo	293.565,4	321.230,5	234.963,3	..	23,9	...	5.817,65
RJ	77.775	Duque de Caxias	747.566,9	756.161,4	787.425,4	801.414,5	714.107,3	-10,9	30,1	35,2	9.181,71
RJ	61.357	Nova Iguaçu	383.462,8	415.355,3	395.783,2	362.602,7	331.759,0	-8,5	25,1	31,6	5.407,03
RJ	28.036	Niterói	393.521,0	400.432,4	...	376.190,2	323.721,0	-13,9	13,8	25,3	11.546,62
RJ	37.892	Belford Roxo	254.710,1	259.280,8	231.514,0	220.363,7	191.173,0	-13,2	31,9	25,9	5.045,21
RJ	52.886	Campos dos Goytacazes	440.173,1	482.269,9	373.357,4	389.180,4	304.720,1	-21,7	18,6	...	5.761,83
RJ	25.013	São João de Meriti	173.489,7	143.098,7	153.053,2	115.736,1	126.888,1	9,6	21,1	...	5.072,89
RJ	37.454	Petrópolis	271.527,1	243.865,2	228.489,8	210.204,8	209.740,0	-0,2	23,7	25,7	5.599,93
RJ	35.927	Volta Redonda	239.490,6	176.063,6	231.355,7	215.990,4	219.691,8	1,7	26,6	25,4	6.114,95
SP	739.988	São Paulo	10.586.377,5	9.310.931,9	10.998.877,7	10.636.612,9	10.734.311,2	0,9	21,7	27,3	14.506,06
SP	105.487	Guarulhos	939.128,4	966.452,8	905.474,0	827.696,0	868.305,1	4,9	22,0	25,5	8.231,39
SP	57.443	Campinas	897.071,7	891.715,0	918.565,5	918.688,6	918.573,5	0,0	20,3	30,4	15.991,04
SP	79.287	São Bernardo do Campo	791.862,8	880.527,2	753.669,1	759.529,5	686.372,2	-9,6	20,4	26,5	8.656,81
SP	36.275	Santo André	357.265,9	370.981,5	375.163,1	366.931,2	356.456,4	-2,9	16,6	25,1	9.826,50
SP	59.428	São José dos Campos	645.088,7	658.442,4	607.593,5	625.299,5	576.314,9	-7,8	25,0	25,1	9.697,70
SP	66.027	Osasco	620.048,3	613.216,0	582.123,8	554.813,6	550.757,2	-0,7	28,3	26,1	8.341,39
SP	42.413	Ribeirão Preto	455.178,5	458.139,4	407.132,8	432.674,7	416.464,0	-3,7	18,0	26,7	9.819,25
SP	54.349	Sorocaba	546.380,5	560.513,7	546.076,6	461.448,5	490.157,4	6,2	22,3	25,8	9.018,70
SP	18.189	Mauá	170.092,3	175.743,6	185.098,5	164.639,6	168.766,5	2,5	18,5	26,7	9.278,49
SP	34.639	São José do Rio Preto	319.522,1	341.120,1	344.548,2	321.972,5	314.346,7	-2,4	22,2	25,8	9.074,94
SP	29.097	Santos	446.441,8	471.950,4	592.156,1	563.749,2	552.516,9	-2,0	25,2	25,3	18.988,79
SP	34.026	Mogi das Cruzes	307.669,9	338.778,6	303.079,7	313.868,0	303.440,1	-3,3	23,6	25,9	8.917,89
SP	28.719	Diadema	271.840,2	275.735,9	291.612,7	284.003,5	275.921,0	-2,8	23,6	25,7	9.607,61
SP	37.208	Jundiaí	392.353,8	418.413,6	441.304,8	450.095,9	434.106,0	-3,6	25,0	27,9	11.667,01
SP	35.185	Piracicaba	325.018,8	345.754,4	367.533,1	369.220,5	348.178,4	-5,7	23,3	27,3	9.895,65
SP	16.063	Carapicuíba	153.202,3	144.193,8	161.587,2	153.225,4	126.478,5	-17,5	7.873,90
SP	19.110	Bauru	196.533,4	200.017,8	181.726,3	180.682,9	185.411,7	2,6	18,1	...	9.702,34
	2.767.281	Sul	20.311.133,5	21.988.456,5	21.601.772,1	21.868.538,3	22.231.892,5	1,7	25,4	...	8.033,84
PR	132.407	Curitiba	1.267.884,7	1.489.361,3	1.302.194,3	1.344.733,6	1.294.091,0	-3,8	18,3	28,0	9.773,58
PR	36.875	Londrina	279.746,1	295.565,6	312.329,5	335.316,6	334.322,2	-0,3	19,8	27,6	9.066,36
PR	29.843	Maringá	211.970,5	220.815,7	264.192,4	239.914,3	268.124,7	11,8	22,3	25,9	8.984,51
PR	30.025	Ponta Grossa	209.142,9	188.093,8	202.930,6	194.465,0	219.874,4	13,1	29,3	26,9	7.323,04
PR	29.254	Cascavel	174.466,7	187.550,7	185.883,4	187.612,1	201.782,8	7,6	27,0	27,0	6.897,62
PR	31.345	São José dos Pinhais	247.681,3	247.039,1	245.899,4	259.804,3	238.724,7	-8,1	27,8	...	7.616,04
PR	26.962	Foz de Iguaçu	171.976,3	179.297,0	177.353,3	183.794,4	188.173,7	2,4	22,4	25,5	6.979,22
RS	49.751	Porto Alegre	959.930,8	972.591,5	966.400,3	969.869,7	1.004.374,5	3,6	17,9	28,2	20.188,03
RS	33.939	Caxias do Sul	279.280,0	295.183,2	315.230,6	312.788,1	314.666,6	0,6	20,1	27,3	9.271,53
RS	27.779	Pelotas	161.036,1	154.609,4	178.871,4	186.308,8	188.610,0	1,2	21,7	27,7	6.789,66
RS	33.590	Canoas	204.249,3	213.260,9	221.342,5	239.106,3	226.463,3	-5,3	17,0	30,6	6.741,99
RS	18.655	Santa Maria	150.473,2	129.788,2	127.326,8	123.885,4	137.733,9	11,2	25,1	28,0	7.383,22
RS	26.867	Gravataí	168.113,8	181.535,3	177.042,7	171.271,3	182.876,8	6,8	27,6	25,7	6.806,75
RS	25.406	Viamão	121.042,4	137.925,1	132.788,1	131.730,6	136.263,6	3,4	36,4	30,8	5.363,44
SC	30.198	Florianópolis	345.272,3	379.944,8	390.585,8	427.560,0	404.124,0	-5,5	24,0	27,6	13.382,48
SC	65.957	Joinville	382.012,3	451.119,2	448.774,8	439.442,4	408.489,5	-7,0	24,0	25,6	6.193,27
SC	33.430	Blumenau	277.386,7	272.301,6	292.393,6	279.788,0	296.423,0	5,9	22,0	28,8	8.866,98
	6.306.551	Cidades selecionadas	51.189.109,1	51.655.569,3	53.205.577,9	51.744.981,2	51.017.474,8	-1,4	21,9	...	8.089,60
	4.756.778	Até 20 mil habitantes	28.559.274,0	30.608.005,8	29.479.842,7	29.280.449,3	28.885.069,2	-1,4	31,8	...	6.072,40
	3.348.462	Capitais	29.843.788,8	29.414.851,0	31.183.245,2	30.213.687,8	29.972.124,2	-0,8	20,6	...	8.951,01
	23.101.736	Brasil¹	150.721.547,1	157.581.514,1	156.497.440,9	153.515.810,1	152.264.507,1	-0,8	27,8	...	6.591,04

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Sistema de Informações de Orçamentos Públicos da Educação (Siope).

Nota: ¹ não inclui Brasília. ² de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Dados do Siope.

Despesa com educação | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2017	Ranking do número de matrículas 2017
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	10.734.311.229,84	739.988	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	4.293.218.574,44	649.708	2º
3º	MG	Belo Horizonte	1.593.634.487,98	168.372	5º
4º	PR	Curitiba	1.294.091.011,04	132.407	7º
5º	AM	Manaus	1.219.327.799,41	235.761	3º
6º	CE	Fortaleza	1.173.138.728,75	207.302	4º
7º	BA	Salvador	1.098.958.758,16	141.853	6º
8º	RS	Porto Alegre	1.004.374.465,35	49.751	37º
9º	SP	Campinas	918.573.468,44	57.443	27º
10º	SP	Guarulhos	868.305.052,45	105.487	8º
11º	GO	Goiânia	837.585.143,80	97.095	10º
12º	PE	Recife	799.264.356,88	89.544	11º
13º	SP	Barueri	752.911.541,09	76.954	16º
14º	MS	Campo Grande	750.370.186,46	101.180	9º
15º	RJ	Duque de Caxias	714.107.334,20	77.775	15º
16º	SP	São Bernardo do Campo	686.372.157,84	79.287	14º
17º	MA	São Luís	600.322.647,23	82.674	13º
18º	SP	São José dos Campos	576.314.938,63	59.428	25º
19º	SP	Santos	552.516.860,32	29.097	98º
20º	SP	Osasco	550.757.184,30	66.027	17º
21º	PI	Teresina	545.292.046,14	86.933	12º
22º	SP	Sorocaba	490.157.424,41	54.349	32º
23º	PA	Belém	484.103.839,63	65.563	19º
24º	SP	Jundiaí	434.106.002,87	37.208	60º
25º	MG	Uberlândia	432.748.735,17	59.306	26º
26º	RJ	Macaé	431.545.918,49	40.395	53º
27º	SP	Ribeirão Preto	416.463.963,95	42.413	48º
28º	SC	Joinville	408.489.495,08	65.957	18º
29º	SC	Florianópolis	404.124.007,96	30.198	89º
30º	PB	João Pessoa	397.041.516,35	60.079	24º
31º	SP	Praia Grande	396.691.202,42	48.136	39º
32º	SP	São Caetano do Sul	381.904.907,33	19.742	165º
33º	SP	Guarujá	372.221.818,94	31.068	85º
34º	MT	Cuiabá	371.731.494,73	49.820	36º
35º	RN	Natal	367.880.441,41	55.816	29º
36º	ES	Vitória	364.946.684,25	46.013	42º
37º	MG	Betim	360.228.430,84	48.612	38º
38º	SP	Santo André	356.456.389,05	36.275	65º
39º	MG	Contagem	354.642.343,00	55.101	31º
40º	SP	Piracicaba	348.178.353,48	35.185	68º
41º	SP	Taubaté	344.625.242,49	42.277	49º
42º	SP	Paulínia	340.157.509,34	15.099	249º
43º	PR	Londrina	334.322.152,70	36.875	62º
44º	RJ	Nova Iguaçu	331.758.987,79	61.357	21º
45º	RJ	Niterói	323.720.994,03	28.036	103º
46º	AL	Maceió	322.822.884,21	50.484	35º
47º	ES	Serra	320.671.983,27	63.091	20º
48º	RS	Caxias do Sul	314.666.558,95	33.939	74º
49º	SP	São José do Rio Preto	314.346.695,13	34.639	70º
50º	MG	Juiz de Fora	306.775.178,39	42.504	47º
51º	RJ	Campos dos Goytacazes	304.720.103,52	52.886	33º
52º	SP	Mogi das Cruzes	303.440.095,34	34.026	73º

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2017	Ranking do número de matrículas 2017
			em R\$		
53º	GO	Rio Verde	300.370.101,61	24.644	123º
54º	PE	Jaboatão dos Guararapes	300.106.353,45	61.291	22º
55º	SC	Blumenau	296.423.020,53	33.430	78º
56º	PA	Parauapebas	289.877.547,37	48.088	40º
57º	RO	Porto Velho	280.507.039,73	46.849	41º
58º	SP	Diadema	275.921.025,64	28.719	100º
59º	SC	Itajaí	275.867.767,44	30.212	88º
60º	RR	Boa Vista	275.797.577,39	36.043	66º
61º	BA	Feira de Santana	271.733.911,25	45.494	43º
62º	PR	Maringá	268.124.697,76	29.843	92º
63º	PA	Santarém	266.366.260,16	60.641	23º
64º	GO	Anápolis	264.458.779,51	33.758	75º
65º	SP	São Vicente	249.349.399,31	43.352	45º
66º	SP	Franca	245.666.054,02	21.111	149º
67º	TO	Palmas	245.337.725,82	36.519	63º
68º	ES	Vila Velha	243.263.740,00	50.828	34º
69º	PR	São José dos Pinhais	238.724.669,52	31.345	84º
70º	PE	Petrolina	237.354.502,68	44.023	44º
71º	PA	Marabá	236.914.405,41	55.174	30º
72º	SP	Cotia	235.777.783,91	28.288	102º
73º	RJ	São Gonçalo	234.963.341,89	40.388	54º
74º	SP	Santana de Parnaíba	229.392.150,51	30.157	90º
75º	RS	Canoas	226.463.304,50	33.590	76º
76º	SP	Indaiatuba	224.526.410,62	24.619	124º
77º	PR	Ponta Grossa	219.874.363,26	30.025	91º
78º	RJ	Volta Redonda	219.691.788,03	35.927	67º
79º	BA	Camaçari	218.409.980,19	34.788	69º
80º	CE	Caucaia	218.346.113,70	56.424	28º
81º	MG	Uberaba	216.408.571,41	25.616	113º
82º	GO	Aparecida de Goiânia	212.578.494,94	36.417	64º
83º	RJ	Cabo Frio	211.124.651,09	30.762	87º
84º	PE	Ipojuca	210.013.834,06	20.765	153º
85º	RJ	Petrópolis	209.739.952,54	37.454	59º
86º	BA	Vitória da Conquista	209.075.066,98	41.402	51º
87º	MS	Dourados	208.273.905,34	27.312	106º
88º	AP	Macapá	208.112.497,65	34.445	71º
89º	SP	Itaquaquecetuba	208.017.781,81	38.110	57º
90º	PR	Araucária	207.586.511,91	19.157	171º
91º	CE	Maracanaú	207.259.605,07	38.381	56º
92º	PR	Cascavel	201.782.831,49	29.254	97º
93º	SP	Cubatão	201.778.900,39	15.927	234º
94º	SP	Taboão da Serra	199.401.031,01	27.182	107º
95º	CE	Juazeiro do Norte	198.010.716,54	30.930	86º
96º	SP	Limeira	195.906.131,12	23.080	134º
97º	SP	Caraguatatuba	195.866.512,60	19.145	172º
98º	ES	Cariacica	193.602.641,53	42.176	50º
99º	RJ	Belford Roxo	191.172.993,59	37.892	58º
100º	SP	Itapevi	190.914.042,07	27.648	105º

	Total dos 100 maiores	54.165.675.815,62	6.389.140	..
	Total dos demais	98.098.831.246,36	16.712.596	..
	Total Brasil¹	152.264.507.061,98	23.101.736	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

Despesa com educação por aluno | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Desp. com educação por aluno	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2017	Ranking de matr. 2017
				em R\$		
1º	MG	Douradoquara	51.166,00	1.586.146,00	31	5568º
2º	RS	Nova Pádua	42.947,14	1.889.674,21	44	5566º
3º	RS	União da Serra	37.689,43	1.620.645,36	43	5567º
4º	MG	Grupiara	34.153,35	1.639.360,97	48	5565º
5º	RS	Santa Tereza	31.584,12	1.926.631,14	61	5563º
6º	SP	Uru	29.733,26	3.032.792,64	102	5548º
7º	ES	Presidente Kennedy	28.903,87	75.554.705,15	2.614	1951º
8º	SP	Santana da Ponte Pensa	28.589,52	2.315.751,07	81	5559º
9º	SP	Santa Salete	28.157,92	3.012.896,92	107	5544º
10º	GO	Ivolândia	25.385,22	1.903.891,53	75	5561º
11º	RS	Três Arroios	24.914,64	2.317.061,58	93	5552º
12º	GO	Mairipotaba	24.642,55	6.554.918,68	266	5284º
13º	RS	Relvado	23.481,58	1.714.155,26	73	5562º
14º	RS	São Jorge	22.859,42	2.903.146,59	127	5519º
15º	GO	Aloândia	22.809,40	1.163.279,23	51	5564º
16º	SP	Ribeira	22.728,39	4.250.209,22	187	5447º
17º	SP	Paulínia	22.528,48	340.157.509,34	15.099	249º
18º	RS	Mato Castelhano	22.124,93	3.296.613,90	149	5496º
19º	MT	Tesouro	21.937,79	2.764.161,98	126	5521º
20º	MS	Jateí	21.763,48	7.595.453,64	349	5069º
21º	SP	Presidente Alves	21.701,51	2.756.091,77	127	5519º
22º	RS	Muliterno	21.157,93	1.608.002,71	76	5560º
23º	SP	Dirce Reis	21.105,92	2.427.181,13	115	5537º
24º	SP	Turmalina	20.962,45	2.746.081,06	131	5515º
25º	SP	Adamantina	20.854,18	49.695.516,55	2.383	2105º
26º	MG	Serra da Saudade	20.651,27	2.416.199,11	117	5534º
27º	SP	Cruzália	20.531,54	2.751.226,21	134	5513º
28º	RS	Rolador	20.393,60	3.018.252,83	148	5499º
29º	RS	Porto Alegre	20.188,03	1.004.374.465,35	49.751	37º
30º	RS	Ponte Preta	20.050,08	2.065.157,77	103	5547º
31º	SC	Painel	19.938,78	3.389.592,17	170	5477º
32º	RS	Novo Xingu	19.910,69	2.210.086,10	111	5539º
33º	SP	Aspásia	19.698,65	2.639.619,54	134	5513º
34º	RS	Carlos Gomes	19.563,28	1.760.695,52	90	5554º
35º	RS	Floriano Peixoto	19.505,54	2.340.665,29	120	5531º
36º	RS	Mariano Moro	19.477,25	1.616.611,92	83	5558º
37º	RS	São Martinho da Serra	19.427,75	3.322.145,70	171	5475º
38º	SP	São Caetano do Sul	19.344,79	381.904.907,33	19.742	165º
39º	RS	Coronel Pilar	19.280,36	1.638.830,58	85	5557º
40º	RS	Pinto Bandeira	19.213,47	2.363.256,40	123	5526º
41º	SP	União Paulista	19.207,48	1.997.578,37	104	5546º
42º	RS	Boa Vista do Sul	19.089,17	3.646.031,03	191	5440º
43º	RS	Dom Pedro de Alcântara	19.059,72	2.954.256,89	155	5490º
44º	SP	Santos	18.988,79	552.516.860,32	29.097	98º
45º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	18.699,95	39.026.798,98	2.087	2320º
46º	RS	Rio dos Índios	18.518,14	4.833.234,71	261	5297º
47º	SP	Nova Castilho	18.031,31	3.047.291,81	169	5478º
48º	SP	Florínia	17.968,75	3.557.811,55	198	5428º
49º	SP	Louveira	17.960,36	105.984.104,02	5.901	862º
50º	PR	Itaipulândia	17.913,80	26.028.754,22	1.453	2944º
51º	RS	Montauri	17.715,06	1.913.226,67	108	5542º
52º	RS	Bozano	17.667,28	2.526.420,58	143	5506º

Posição	UF	Município	Desp. com educação por aluno	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2017	Ranking de matr. 2017
				em R\$		
53º	RS	Quatro Irmãos	17.621,74	3.154.291,16	179	5461º
54º	RS	Coqueiro Baixo	17.511,01	2.399.008,25	137	5509º
55º	TO	São Félix do Tocantins	17.404,18	2.384.372,28	137	5509º
56º	RS	Almirante Tamandaré do Sul	17.402,27	2.975.788,90	171	5475º
57º	RS	Barra do Rio Azul	17.332,88	1.542.625,95	89	5555º
58º	RS	Unistalda	17.248,91	3.208.298,15	186	5448º
59º	MG	Biquinhas	17.090,91	4.665.817,80	273	5262º
60º	RS	Linha Nova	17.068,45	2.048.214,17	120	5531º
61º	SP	Lucianópolis	17.067,73	3.379.410,13	198	5428º
62º	MG	Leandro Ferreira	16.991,41	2.531.720,52	149	5496º
63º	SP	Gavião Peixoto	16.874,92	10.968.696,63	650	4238º
64º	RS	São Domingos do Sul	16.842,84	1.835.869,31	109	5540º
65º	RS	Centenário	16.777,01	2.164.234,28	129	5516º
66º	RS	Vista Alegre do Prata	16.623,10	1.944.902,73	117	5534º
67º	MG	Cedro do Abaeté	16.494,37	1.995.818,21	121	5529º
68º	RS	Ivorá	16.439,89	2.005.667,14	122	5527º
69º	MG	Rio Doce	16.388,48	3.851.293,54	235	5357º
70º	RS	Camargo	16.296,73	2.851.928,31	175	5467º
71º	SP	Pedrinhas Paulista	16.236,70	4.383.908,05	270	5273º
72º	SP	São Francisco	16.216,21	2.529.728,04	156	5489º
73º	RS	Áurea	16.138,37	4.066.868,45	252	5318º
74º	SC	Alto Bela Vista	16.117,67	3.271.887,03	203	5413º
75º	RS	Vespasiano Correa	16.116,20	2.304.616,79	143	5506º
76º	SP	Itaberá	16.103,58	13.784.664,62	856	3787º
77º	SP	Alfredo Marcondes	16.083,52	3.216.704,29	200	5421º
78º	SP	Paulistânia	15.994,57	3.774.718,42	236	5353º
79º	SP	Campinas	15.991,04	918.573.468,44	57.443	27º
80º	RS	Tupanci do Sul	15.916,83	2.833.196,03	178	5462º
81º	TO	Gurupi	15.816,17	108.957.591,21	6.889	697º
82º	RS	Eugênio de Castro	15.786,85	3.615.189,70	229	5370º
83º	RS	São Valentim do Sul	15.782,74	1.925.494,60	122	5527º
84º	SP	Pracinha	15.770,50	2.523.279,88	160	5484º
85º	SP	Pedranópolis	15.728,98	3.271.628,21	208	5403º
86º	MG	Itambé do Mato Dentro	15.694,33	1.396.795,38	89	5555º
87º	GO	Pilar de Goiás	15.688,10	3.718.080,29	237	5349º
88º	RS	Novo Machado	15.667,68	1.958.460,12	125	5522º
89º	SP	Monções	15.666,41	2.835.619,65	181	5457º
90º	GO	Água Limpa	15.648,51	3.333.132,39	213	5396º
91º	PR	Saudade do Iguaçú	15.626,68	11.610.620,78	743	4011º
92º	MS	Figueirão	15.574,04	4.718.932,90	303	5192º
93º	SP	Suzanápolis	15.551,44	7.044.802,63	453	4779º
94º	GO	Nova Aurora	15.525,57	1.769.914,83	114	5538º
95º	MG	Alvorada de Minas	15.416,14	5.102.743,16	331	5113º
96º	RS	Pouso Novo	15.325,78	2.452.125,40	160	5484º
97º	RS	Canudos do Vale	15.273,54	2.260.483,53	148	5499º
98º	MG	Passabém	15.264,94	1.495.964,55	98	5550º
99º	RS	Gramado dos Loureiros	15.261,81	2.762.387,57	181	5457º
100º	SP	Borborema	15.239,68	10.881.129,34	714	4081º

	Total dos 100 maiores	18.665,21	3.890.558.052,34	208.439	..
	Total dos demais	6.481,11	148.373.949.009,64	22.893.297	..
	Total Brasil¹	6.591,04	152.264.507.061,98	23.101.736	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Nota: ¹não inclui Brasília.

SHENZHEN:

De vila pesqueira à potência tecnológica em 40 anos

Em 40 anos cidade transformou-se de vila de pescadores em importante centro industrial, especializado em eletrônica, software e telecomunicações



De qualquer ângulo que se olhe, Shenzhen é uma cidade extremamente nova. Quando se tornou a primeira Zona Econômica Especial da China, em 1980, era um centro pesqueiro com cerca de 30 mil habitantes. Hoje, com 11 milhões de habitantes, é um exemplo mundial de “cidade inteligente”.

Em 2005, quando a maioria das cidades chinesas ainda estava desenvolvendo sua base de produção, Shenzhen desenvolveu uma estratégia para fazer a transição de sua economia. O objetivo era desenvolver quatro pilares: alta tecnologia, logística moderna, serviços financeiros e indústrias culturais e criativas. Desde então, as indústrias culturais e criativas cresceram 20% ao ano.

Com um crescimento médio de 20% ao ano, Shenzhen utilizou a tecnologia para crescer de forma organizada e produtiva. Com o objetivo de tornar-se uma referência até 2020, a cidade criou um plano de ação para se tornar inteligente em vários campos, incluindo educação, saúde, habitação, previdência social, transporte e, em especial, a segurança dos cidadãos.

Shenzhen usa alta tecnologia e métodos inteligentes para a investigação e resolução de crimes. O sistema de vigilância por vídeo desempenha um papel fundamental no trabalho policial desde 2006. Até hoje, a cidade já implantou três fases deste sistema,

incluindo a instalação de aproximadamente 60 mil câmeras de nível 1 e 1.3 milhões de nível 2 e 3. As estatísticas comprovam o acerto dessa política de segurança baseada no vídeo-monitoramento: a criminalidade teve uma redução expressiva: só este ano, caiu 25%. Atualmente, cerca de 60% dos casos criminais são resolvidos com a ajuda da videovigilância. O número médio de dias para localizar um suspeito caiu de 20 para 6 dias. O índice de crimes caiu drasticamente desde 2006: 86% de queda no número de sequestros e 82,5% no número de assaltos.

A Huawei, fornecedora líder global de tecnologia de soluções de informação da indústria e das comunicações (TIC), foi escolhida como parceira nessas novas etapas do projeto e conduz o desenvolvimento conjunto com base na estratégia “Plataforma + Ecosistema”. Em breve reconhecimento

facial e reconhecimento de placas de veículos também estarão disponíveis na cidade hi-tech.

A tecnologia de Inteligência Artificial (AI) também será integrada durante este processo. Além de garantir a segurança pública, a infraestrutura de cloud e de conectividade (4G e banda larga fixa) desenvolvidos em parceria com a Huawei irão atender às necessidades de mais setores, desempenhando um papel ainda mais importante na proteção da vida das pessoas, telemedicina, educação, da gestão da cidade e de outras áreas.

Os resultados vêm estimulando a adoção da tecnologia na solução dos problemas das cidades em todo o mundo. Exemplo é a iniciativa da cidade de Campinas, que firmou parceria com a Huawei para implantar sistemas de vigilância similares em busca da segurança inteligente e da satisfação dos cidadãos.



Aplicação acima do mínimo constitucional superou a soma da receita do IPVA e ITBI

Despesas municipais com saúde em 2017 interromperam o movimento de contração que ocorreu em 2015 e 2016 e a parcela dos recursos vinculados à saúde nos municípios continuou subindo, atingindo 24,2%. O valor aplicado acima do mínimo constitucional, de R\$ 31,12 bilhões, superou os R\$ 30,08 bilhões da receita de IPVA e ITBI juntas.

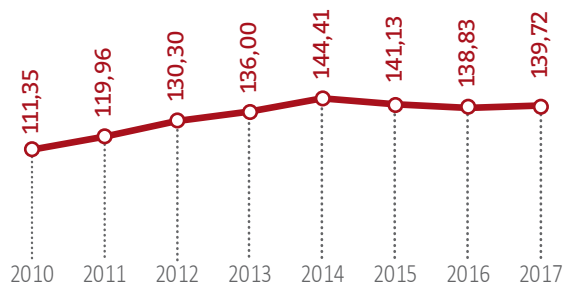
Desempenho

Após dois anos de quedas consecutivas, que acumularam uma redução de R\$ 5,58 bilhões na área, o gasto com saúde dos municípios brasileiros apresentou uma relativa estabilidade no montante aplicado, passando de R\$ 138,83 bilhões, em 2016, para R\$ 139,72 bilhões, em 2017, uma variação real de 0,6% com base em valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2017.

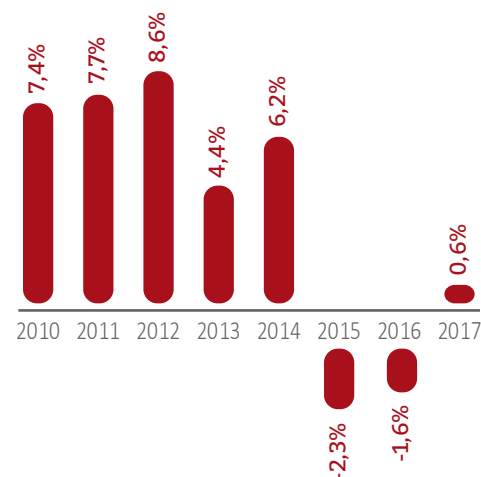
Desde 2015, quando o agravamento da crise econômica provocou uma retração significativa nas receitas dos municípios, observa-se que a redução ocorrida nas áreas da saúde e da educação foi sempre menos intensa que a queda da despesa total. Em 2017, não foi diferente. Enquanto a despesa total registrou retração de 2%, o gasto com saúde apresentou ligeiro aumento.

Despesa com saúde

em R\$ bilhão - IPCA médio de 2017



Taxa de crescimento da despesa com saúde em relação ao ano anterior



Considerando-se o agregado por região, apenas os municípios da região Norte apresentaram queda nos recursos aplicados, de 1,3%, o que representou uma redução de R\$ 104,87 milhões na área. Contudo, esse desempenho não foi suficiente para alterar significativamente o comportamento do gasto com saúde em nível nacional. Os municípios das regiões Sul e Centro-Oeste foram os que apresentaram as maiores variações positivas nessa despesa em 2017, de 1,7% e 1,4%, respectivamente.

Analisando-se o comportamento das capitais, observa-se que no agregado houve um crescimento de 1,6%, em 2017, o que representou um incremento de R\$ 581,9 milhões de recursos à saúde. Entretanto, a redução de R\$ 282,6 milhões na despesa com saúde do Rio de Janeiro impactou no resultado do conjunto das capitais. Desconsiderando-se a capital fluminense, haveria um crescimento de 2,8% nesse grupo. Em termos percentuais, os maiores aumentos foram apresentados por Campo Grande (16,8%), Cuiabá (15,6%) e Belo Horizonte (9,7%), enquanto que as maiores quedas ocorreram em Macapá (-8%), Belém (-6,6%) e Boa Vista (-6,5%).

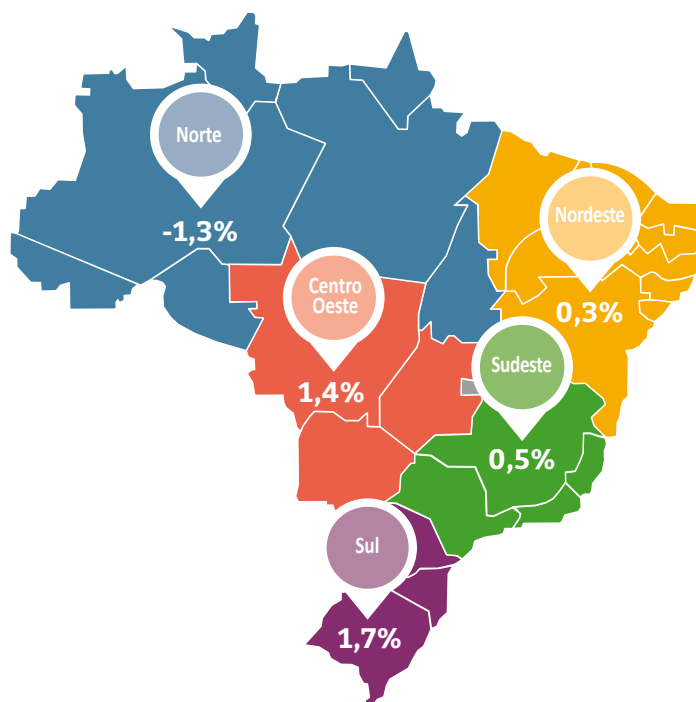
Gasto com saúde per capita

O gasto médio com saúde per capita dos municípios foi de R\$ 682,85, em 2017, e manteve-se estável em relação a 2016, com base em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2017.

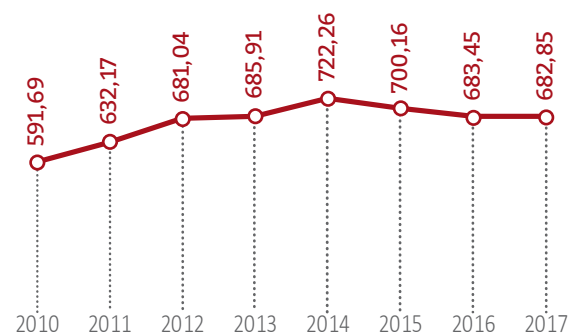
Analisando-se as despesas com saúde per capita dos municípios agregados por região, fica nítida a heterogeneidade existente que reflete o padrão de receitas per capita entre as regiões. Enquanto Norte e Nordeste registraram uma média de gasto por habitante de R\$ 441,84 e R\$ 547,89, respectivamente, o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul registraram uma média de gasto de R\$ 796,94, R\$ 779,29 e R\$ 757,01 por ha-

bitante, respectivamente. **Comparando-se as médias de gastos per capita dos extremos, ou seja, do Centro-Oeste e do Norte, há uma diferença de 80,4% entre eles.**

Taxa de crescimento da despesa com saúde por região - 2017/2016

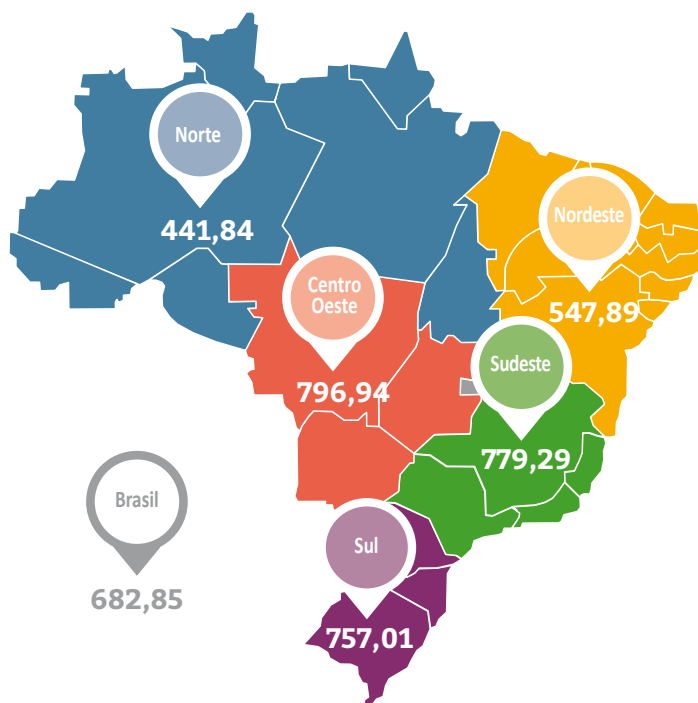


Despesa com saúde per capita em R\$ - IPCA médio de 2017



Despesa por função | Saúde

Despesa com saúde per capita por região - 2017
em R\$ - IPCA médio de 2017



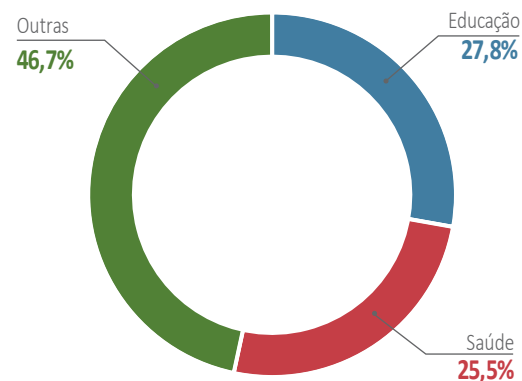
Saúde x educação

É crescente o peso da saúde nos orçamentos municipais. Em 2002, a área consumia 20,3% de toda a despesa empenhada dos municípios brasileiros, passando para 25,5%, em 2017. O gasto com educação, por sua vez, passou de 24,6% da despesa total, para 27,8%, no mesmo período. Somadas, saúde e educação representam mais da metade de todo o gasto municipal (53,3%).

Verifica-se que a despesa com saúde tem crescido num ritmo acima do da educação nesses últimos 15 anos. Enquanto a taxa média anual de expansão da despesa com saúde foi de 6,1% a.a., a da educação foi de 5,4% a.a., no período. Mantendo-se esse ritmo, o gasto com saúde dos municípios brasileiros deverá superar o da educação em 2030, ou seja, daqui a 12 anos contando-se a partir de 2018.

Tal realidade chama a atenção para a defasagem que existe entre as regras atuais de vinculação constitucional de receitas que devem ser obrigatoriamente destinadas à saúde e à educação das reais necessidades dos municípios. **Enquanto que os 15% das receitas vinculadas que devem ser gastos na saúde municipal é insuficiente para atender às demandas da área, os 25% que devem ser direcionados para a educação são excessivos em muitos municípios**, principalmente naqueles com reduzido número de alunos e naqueles com receita per capita muito elevada, fazendo com que haja desperdício e ineficiência na aplicação dos recursos públicos.

Composição da despesa total dos municípios - 2017



Financiamento da saúde pública

Assim como a educação, o financiamento da saúde pública no Brasil está estruturado num sistema tripartite, ou seja, o custeio do Sistema Único de Saúde (SUS) recebe recursos da União, dos estados e dos municípios. Por determinação constitucional, cada ente deve destinar uma parcela mínima de suas receitas de impostos e de transferências constitucionais para ações e serviços públicos de saúde. No caso dos municípios, esse percentual mínimo é de 15% e para os estados é de 12%. No caso da União,

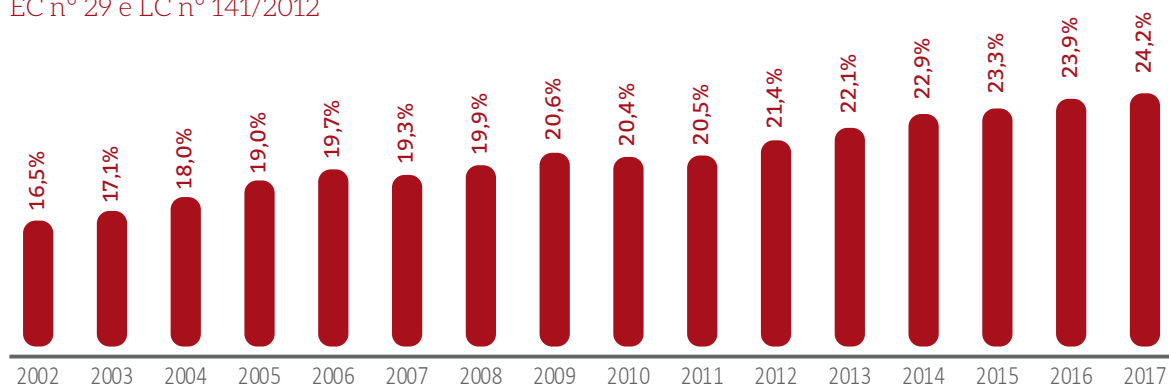
esta deve destinar, no mínimo, 15% de sua receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro (Emenda Constitucional nº 86/2015).¹

Analisando-se os dados dos municípios sobre a aplicação das receitas vinculadas às ações e aos serviços públicos de saúde, publicados pelo Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops), observa-se que desde 2002 não houve

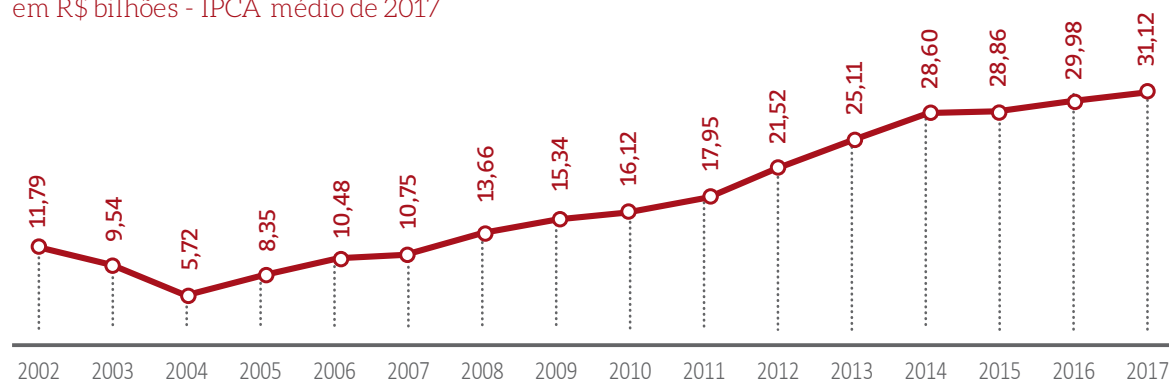
um só ano em que a destinação dos recursos ficou abaixo do percentual mínimo de 15%. Ao contrário, **a cada ano o percentual de aplicação das receitas municipais vinculadas à saúde só aumentou, chegando a 24,2% em 2017**, o que representou uma alocação de R\$ 31,12 bilhões acima do mínimo constitucional exigido. Para se ter uma ideia do montante aplicado acima do mínimo constitucional, o valor foi superior à receita do IPVA, de R\$ 20,13 bilhões, somada à arrecadação do ITBI, de R\$ 9,95 bilhões. E ainda ficou bem próximo do total arrecadado pelos municípios em IPTU, que foi de R\$ 34,61 bilhões, em 2017.

¹ A Emenda Constitucional nº 29/2000 definiu um patamar mínimo de 7% das receitas municipais e estaduais a serem aplicadas em saúde no ano de 2000. Nos anos seguintes, até 2004, os percentuais previstos para estados e municípios deveriam elevar-se à razão de, pelo menos, um quinto ao ano, até atingir 12% das receitas estaduais e 15% das receitas municipais. Para a União, sua participação em 2000 era o valor empenhado em 1999 acrescido de 5% e, a partir de 2001, o montante do ano anterior passou a ser corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Com a EC nº 86/2015 a União passou a ter um percentual mínimo de 15% sobre sua receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro.

Evolução da aplicação dos recursos vinculados à saúde nos municípios EC nº 29 e LC nº 141/2012



Valores aplicados em saúde acima do mínimo exigido pela EC nº 29/2000 em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Despesa por função | Saúde

Uma das causas da expansão do comprometimento dos recursos vinculados deve-se ao ritmo de crescimento das despesas com ações e serviços públicos de saúde, que tem sido mais intenso que o aumento das receitas de impostos e transferências vinculadas à saúde. E nos anos quando houve retração da despesa com saúde, o recuo das receitas de impostos e transferências vinculadas sempre foi mais acentuado. Dessa forma, o orçamento municipal foi paulatinamente comprometendo-se cada vez mais com a despesa com saúde, mesmo esta última tendo registrado quedas em 2015, 2016 e tendo obtido um crescimento de apenas 0,6%, em 2017.

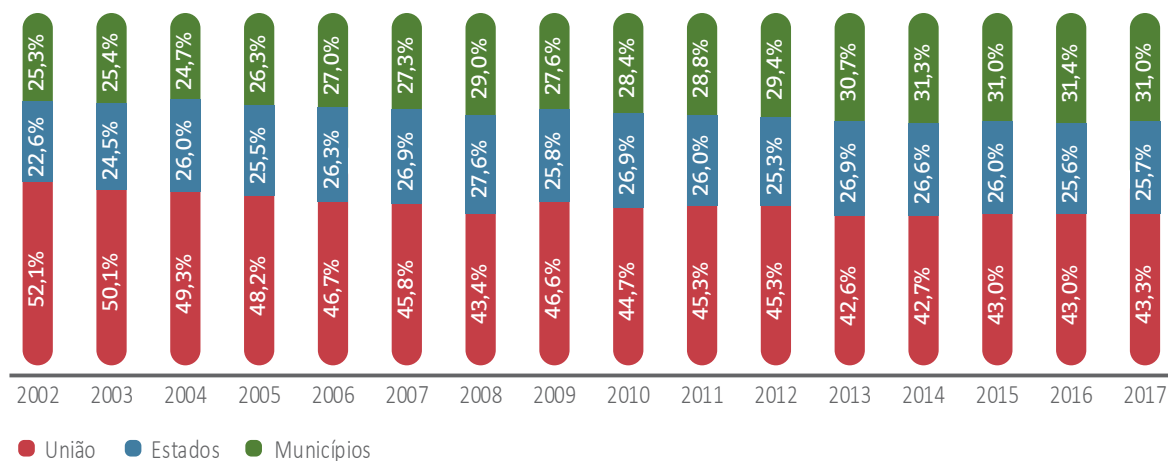
Outro movimento relativo ao financiamento da saúde pública no Brasil que chama a atenção é a ampliação da participação dos entes subnacionais, principalmente dos municípios, em detrimento da União. Considerando-se apenas a despesa com saúde realizada com recursos próprios

de cada ente, em 2017, enquanto os municípios arcaram com 31%, os estados realizaram 25,7% e a União, 43,3%. Em 2002, os percentuais eram de 25,3%, 22,6% e 52,1%, respectivamente.

O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO FINANCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA TEM OCORRIDO SEM UMA CORRESPONDENTE DESCENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS DA UNIÃO

Vale ressaltar que o aumento da participação dos municípios no financiamento da saúde

Participação de cada ente federado na despesa com ações e serviços públicos de saúde



pública tem ocorrido sem uma correspondente descentralização dos recursos disponíveis da União. Enquanto os municípios expandiram sua participação no financiamento da saúde em 6 pontos percentuais (p.p.) nos últimos 15 anos, a União reduziu em 9 p.p.. Na repartição da receita disponível, os municípios tiveram um aumento de 2,7 p.p. e a União perdeu 1,9 p.p., o que bem ilustra o fraco processo de desconcentração das receitas diante de uma intensa descentralização de competências.

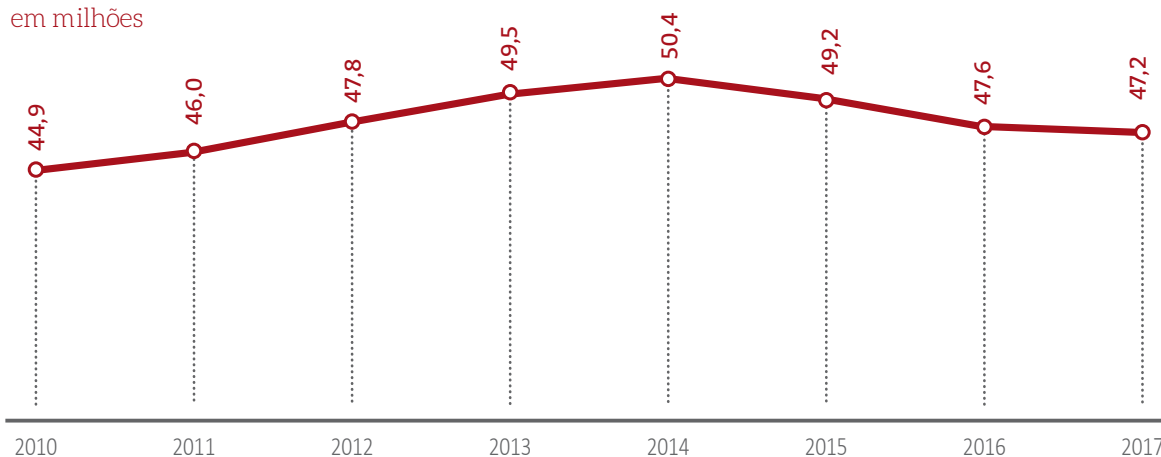
Os estados, por sua vez, aumentaram sua participação no financiamento da saúde em 3 p.p., no mesmo período de 15 anos, e ainda perderam participação no total da receita disponível em 0,8 p.p.. Portanto, os estados também sentiram os efeitos do processo de descentralização de competências sem o respectivo aporte de receitas.

SUS dependência

A crise econômica brasileira iniciada em 2015, além de reduzir o volume de receitas municipais, aumentou a demanda por serviços públicos. Com o aumento do desemprego, muitos trabalhadores que antes eram beneficiários de planos de saúde suplementar, por conta do vínculo empresarial, ao ficarem fora do mercado de trabalho passaram a depender exclusivamente do SUS para terem acesso aos serviços de saúde.

Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), entre 2014 e 2017, 3,2 milhões de beneficiários de planos de saúde ficaram sem cobertura assistencial, o que representou uma queda de 6,4% no período. **O aumento da demanda por saúde pública provocado pela migração dos beneficiários da saúde suplementar acaba sendo absorvido em sua maior parte pelos municípios**, uma vez que os atendimentos da atenção básica são de sua responsabilidade.

Número de beneficiários de saúde suplementar em milhões



Despesa com saúde | 2013-2017

UF	População 2017	Região e município	em R\$ mil - IPCA médio de 2017						em %					Despesa com saúde per capita 2017 em R\$		
			2013	2014	2015	2016	2017 (A)	Receita SJS 2017 (B)	Gasto com saúde com rec. próprios 2017 (C=A-B)	B/A	C/A	Varição 2017/2016	Part. na despesa total 2017		Parc. da rec. de impostos aplic. em saúde 2017	
AC	17.936.201	Norte	7.998.277,2	8.779.213,3	8.414.802,1	8.029.877,0	7.925.011,1	3.587.561,4	4.337.449,7	41,3	54,7	-1,3	16,1	21,4	21,4	441,84
AC	383.443	Rio Branco	125.230,3	139.333,1	124.949,6	117.405,8	114.577,8	36.411,6	78.166,2	35,8	68,2	-2,4	21,6	15,7	298,81	
AC	82.622	Cruzeiro do Sul	29.781,2	35.251,2	27.576,2	28.832,0	28.968,3	0,5	22,0	17,2	350,61	
AP	474.706	Macapá	120.938,9	127.649,2	152.889,1	147.221,2	135.481,1	50.097,0	85.384,2	37,0	63,0	-8,0	19,2	15,8	285,40	
AP	115.471	Santana	30.997,8	32.497,5	17.367,2	15.130,3	53,4	46,6	...	19,9	15,4	281,43	
AM	2.130.264	Mauaus	877.205,9	859.329,9	843.635,3	782.629,5	762.882,6	163.246,7	599.635,9	21,4	78,6	-2,5	18,1	23,0	358,12	
AM	113.832	Piririm	48.095,2	...	45.682,6	...	41.525,4	22.513,0	19.012,4	54,2	45,8	...	23,1	26,8	364,80	
PA	1.452.275	Belém	842.994,2	1.095.919,3	1.103.356,5	858.784,4	802.435,7	410.523,5	391.912,2	51,2	48,8	-6,6	31,0	22,6	552,54	
PA	204.050	Ananindeua	204.050,0	225.643,8	220.417,8	...	205.822,0	149.329,7	56.492,3	72,6	27,4	...	34,6	15,2	398,84	
PA	296.302	Santarém	105.853,0	133.888,7	148.719,8	133.400,5	137.556,6	81.622,2	55.934,5	59,3	40,7	3,1	24,0	27,7	464,24	
PA	271.594	Marabá	147.201,0	181.620,6	170.234,1	158.393,5	178.800,1	50.698,2	128.101,9	28,4	71,6	12,9	26,1	26,5	658,34	
RO	519.456	Porto Velho	302.694,7	305.361,5	315.996,5	299.263,4	292.993,1	82.437,1	210.555,9	28,1	71,9	-2,1	25,2	24,8	564,06	
RO	132.667	Ji-Paraná	56.418,1	63.021,8	63.039,7	61.657,0	69.013,2	43.252,5	25.760,7	62,7	37,3	11,9	31,6	20,5	520,20	
RR	332.020	Boa Vista	175.250,1	165.670,8	170.136,1	195.129,4	182.414,4	81.879,3	100.535,2	44,9	55,1	-6,5	17,9	16,2	549,41	
RR	28.215	Rorainópolis	9.881,9	10.519,2	8.767,1	7.457,7	
TO	286.787	Palmas	164.056,7	184.888,2	184.532,1	178.059,2	185.259,7	91.637,1	93.622,6	49,5	50,5	4,0	20,2	15,3	645,98	
TO	175.960	Araguaina	84.524,3	85.433,3	87.598,4	90.278,1	94.042,4	52.092,4	41.950,0	55,4	44,6	4,2	25,4	22,8	534,45	
AL	57.251.143	Nordeste	30.958.676,1	32.806.449,1	31.652.420,0	31.259.165,7	31.367.381,5	16.219.460,7	15.075.920,8	51,9	48,1	0,3	25,7	22,2	547,89	
AL	1.029.129	Maceió	638.565,9	695.383,0	603.657,3	629.853,9	656.186,3	398.032,9	258.153,4	60,7	39,3	4,2	31,3	24,2	637,61	
AL	234.185	Arapiraca	203.773,0	197.138,1	230.354,7	191.749,8	197.223,4	182.542,6	14.680,8	92,6	7,4	2,9	37,9	22,8	842,17	
BA	2.953.986	Salvador	1.185.594,1	676.499,3	1.277.571,4	1.353.972,2	1.330.952,3	623.726,0	707.226,2	46,9	53,1	-1,7	24,7	19,9	450,56	
BA	627.477	Feira de Santana	335.939,8	372.197,9	352.438,6	341.996,5	364.483,6	180.849,0	50,4	49,6	6,6	35,5	27,8	580,87		
BA	348.718	Vitória da Conquista	214.560,3	232.901,3	220.237,2	221.398,2	209.615,0	139.121,2	70.493,6	66,4	33,6	-5,3	34,6	25,1	601,10	
BA	296.893	Camacari	179.135,3	195.082,1	207.019,2	190.682,1	193.905,1	44.233,8	149.671,2	22,8	77,2	1,7	21,0	25,4	653,11	
CE	2.627.482	Fortaleza	1.853.117,1	2.012.659,9	1.959.319,0	1.775.707,8	1.917.275,8	977.827,2	939.448,6	51,0	49,0	8,0	31,5	25,7	729,70	
CE	362.223	Caucaia	124.115,1	142.829,4	116.754,5	110.512,5	140.330,3	71.045,3	69.285,0	50,5	49,4	27,0	26,4	28,7	387,41	
CE	270.383	Juazeiro do Norte	106.296,9	134.209,2	120.432,5	127.371,9	116.714,8	76.583,6	40.131,2	65,6	34,4	-8,4	23,2	23,3	431,66	
MA	1.091.868	São Luís	831.202,3	863.713,3	870.362,6	838.286,0	790.957,2	364.972,7	425.984,4	46,1	53,9	-5,6	32,2	26,8	724,41	
MA	254.596	Imperatriz	218.281,2	227.115,1	203.928,1	86.301,0	57,2	42,3	-10,2	28,1	28,3	801,07	
PB	811.598	João Pessoa	758.627,7	767.282,9	504.257,2	656.778,7	683.247,6	404.565,5	278.682,1	59,2	40,8	4,0	37,0	23,3	841,85	
PB	410.332	Campina Grande	314.866,7	271.156,7	306.075,3	296.861,9	290.197,6	198.493,9	91.703,7	68,4	31,6	-2,2	34,1	22,9	707,23	
PE	1.633.697	Recife	978.240,7	1.073.105,1	1.046.101,4	972.540,9	1.003.576,7	404.091,7	599.485,0	40,3	59,7	3,2	24,2	18,7	614,30	
PE	695.956	Jaboatão dos Guararapes	262.931,1	295.394,1	277.275,4	260.462,3	243.939,1	120.495,6	150.486,0	54,4	45,6	1,5	25,0	16,5	379,96	
PE	390.771	Olinda	148.619,3	163.052,6	142.229,4	133.825,5	123.105,4	74.084,9	49.070,6	60,2	39,8	-8,0	22,7	16,2	315,03	
PE	356.128	Caruaru	162.237,7	171.725,2	167.184,4	165.283,8	160.672,9	79.002,8	81.670,1	49,2	50,8	-2,8	27,0	28,9	451,17	
PE	343.219	Petrolina	138.757,3	107.950,2	100.926,0	112.318,4	94.315,6	56.193,9	38.121,7	59,6	40,4	-16,0	16,8	15,8	274,80	
PE	328.353	Paulista	90.747,3	108.070,3	92.282,9	75.857,9	45.933,4	33.792,3	33.792,3	57,6	42,4	5,1	19,4	15,2	242,80	
PI	850.198	Teresina	1.020.553,9	1.033.773,7	950.997,3	1.038.518,8	987.477,3	401.613,9	585.863,4	40,7	59,3	-4,7	38,6	34,4	1.161,47	
PI	150.547	Parnaíba	98.380,7	92.363,8	87.342,2	84.495,5	89.957,5	58.852,7	31.104,8	65,4	34,6	6,5	28,9	23,7	597,54	
RN	885.180	Natal	567.190,9	620.710,9	608.506,8	667.875,7	677.885,5	325.264,4	352.621,1	48,0	52,0	1,5	...	27,0	765,82	
RN	295.619	Mossoró	207.444,1	200.349,3	202.140,7	182.007,1	195.825,8	96.473,3	99.352,5	49,3	50,7	7,6	37,7	31,3	662,43	
SE	650.106	Araçuaçu	570.666,1	569.052,9	624.118,1	522.868,5	489.244,9	274.811,3	214.433,6	56,2	43,8	-6,4	34,5	22,2	752,56	
SE	181.928	Nossa Senhora do Socorro	57.692,2	61.736,7	59.863,4	57.690,1	64.713,9	33.281,7	31.432,2	51,4	48,6	12,2	25,1	18,0	355,71	
12.836.463	9.494.518,9	Centro-Oeste	10.081.013,5	9.919.251,6	10.085.623,6	10.229.856,6	10.229.856,6	4.360.942,5	5.868.914,1	42,6	57,4	1,4	28,9	24,6	796,94	
GO	1.466.105	Goiânia	1.417.262,9	1.379.283,3	1.296.407,7	1.303.667,6	1.241.356,2	628.150,9	613.205,3	50,6	49,4	-4,8	31,1	20,7	846,70	
GO	542.090	Aparecida de Goiânia	248.206,4	258.088,8	301.251,8	332.906,6	302.768,0	205.633,6	97.134,4	67,9	32,1	-9,1	34,3	21,8	538,52	
GO	375.142	Anápolis	269.066,0	275.508,3	276.076,2	285.425,1	289.433,5	146.656,5	142.777,0	50,7	49,3	1,4	29,9	23,5	771,53	
MT	590.118	Cuiabá	549.767,1	577.355,9	619.725,8	662.979,2	766.372,2	369.179,7	397.192,5	48,2	51,8	15,6	39,9	27,2	1.298,68	
MT	274.013	Várzea Grande	130.196,6	124.009,6	116.649,2	131.350,9	136.337,7	66.715,1	69.622,6	48,9	51,1	3,8	26,3	26,0	497,56	
MS	874.210	Campo Grande	1.053.253,9	1.113.066,3	1.210.451,3	1.086.466,9	1.268.343,0	570.939,0	697.804,0	45,0	55,0	16,8	41,8	37,0	1.451,30	
MS	218.069	Dourados	251.829,8	247.883,6	227.052,6	209.662,1	222.168,1	129.573,5	92.594,6	58,3	41,7	6,0	32,4	27,2	1.018,80	
ES	86.971.700,1	Sudeste	70.030.897,5	69.242.949,9	67.391.199,4	67.759.168,7	20.630.550,4	47.128.618,4	47.128.618,4	30,2	69,6	0,5	25,5	25,5	779,29	
ES	363.144	Vitória	331.532,1	313.434,8	...	250.850,5	247.922,3	57.415,8	190.506,5	23,2	76,8	-1,2	17,4	18,5	682,72	
ES	502.618	Serra	253.191,1	231.443,6	224.299,8	208.819,1	207.371,4	56.809,4	150.562,0	27,4	72,6	-0,7	19,6	22,3	412,58	
ES	486.368	Vila Velha	119.702,7	142.333,3	133.930,2	134.162,9	126.309,4	33.771,5	92.537,9	26,7	73,3	-5,9	16,4	17,4	259,69	
ES	387.368	Cariacica	95.498,3	115.967,6	112.067,9	88.175,1	79.333,4	24.244,1	55.089,3	30,6	69,4	-10,0	15,4	17,5	204,80	
MG	2.523.794	Belo Horizonte	3.136.760,0	3.493.082,7	3.212.955,6	2.977.003,3	3.266.980,0	1.753.999,3	1.512.980,7	53,7	46,3	9,7	35,1	23,7	1.294,47	

UF	População 2017	Região e município	2013	2014	2015	2016	2017 (A)	Receita SUS 2017 (B)	Gasto com saúde com rec. próprios 2017 (C=A-B)	B/A	C/A	Varição 2017/2016	Part. na despesa total 2017	Parc. da rec. de impostos aplic. em saúde ³ 2017	Despesa com saúde per capita 2017
em R\$ mil - IPCA médio de 2017															
			2015	2016	2017 (A)	2017 (B)	2017 (C=A-B)	em %							
MG	676.613	Uberlândia	605.120,9	590.604,4	501.874,3	555.252,9	198.587,4	356.665,5	35,8	64,2	10,6	29,1	29,4	820,64	
MG	658.580	Contagem	446.096,2	457.477,2	411.425,8	444.379,6	152.994,7	291.384,9	34,4	65,6	8,0	29,4	29,3	674,75	
MG	563.769	Juiz de Fora	575.891,0	575.165,2	580.405,3	577.115,7	273.584,0	303.531,7	27,3	58,4	-0,6	38,9	29,2	1.023,67	
MG	427.146	Betim	538.034,4	492.758,7	439.011,4	455.887,0	126.655,4	329.231,6	27,8	72,2	3,8	34,3	33,7	1.067,29	
MG	402.027	Montes Claros	360.524,0	376.131,6	154.367,4	135.486,2	67.855,0	67.631,1	50,1	49,9	-12,2	25,2	17,2	337,01	
MG	328.871	Ribeirão das Neves	159.693,3	161.740,1	145.348,9	142.306,5	-2,1	37,6	432,71	
MG	228.970	Uberaba	262.723,8	252.191,5	242.055,6	221.342,1	104.743,4	116.598,7	47,3	52,7	-8,6	33,5	21,2	674,26	
MG	320.201	Governador Valadares	229.861,5	238.909,5	227.199,6	243.805,2	145.689,3	98.115,8	59,8	40,2	7,3	33,2	21,1	867,94	
RJ	6.520.266	Rio de Janeiro	4.858.916,0	4.590.681,0	4.913.398,5	4.630.821,1	1.360.645,9	3.270.175,2	29,4	70,6	-5,8	20,6	25,7	710,22	
RJ	1.049.826	São Gonçalo	423.931,6	436.530,7	226.482,7	91.061,5	31,3	28,7	...	32,4	18,4	302,47	
RJ	890.997	Duque de Caxias	667.978,6	656.117,9	622.327,6	537.696,8	209.138,8	328.557,9	38,9	61,1	-13,6	22,7	21,6	603,48	
RJ	798.647	Nova Iguaçu	447.742,4	457.504,2	449.111,1	395.843,3	329.394,0	66.449,3	83,2	16,8	-11,9	30,0	19,3	495,64	
RJ	499.028	Niterói	476.287,4	495.683,5	...	438.045,1	151.710,6	294.727,5	34,0	66,0	1,9	19,1	21,0	894,62	
RJ	495.783	Belford Roxo	178.563,3	171.028,6	162.762,7	139.951,3	99.630,9	40.320,5	71,2	28,8	-14,0	23,3	16,9	282,28	
RJ	490.288	Campos dos Goytacazes	820.775,2	876.821,1	744.696,8	706.226,0	144.075,3	562.150,7	20,4	79,6	-9,0	43,2	46,0	1.440,43	
RJ	460.461	São João de Meriti	152.841,2	166.411,8	157.162,3	134.209,0	96.894,0	59.250,3	62,1	37,9	16,3	25,9	16,8	339,10	
RJ	298.235	Petropolis	341.544,4	351.819,8	326.363,2	318.004,6	326.035,8	140.115,7	185.920,1	43,0	57,0	2,5	36,9	34,9	1.093,22
RJ	265.201	Volta Redonda	349.862,4	291.759,9	298.534,7	230.823,3	259.800,9	98.554,8	161.246,1	37,9	62,1	12,6	31,5	28,9	979,64
SP	12.106.920	São Paulo	9.288.089,2	9.676.871,7	9.959.315,5	10.236.282,7	1.683.850,6	8.552.432,1	16,4	83,6	2,8	20,7	21,5	845,49	
SP	1.111.038,6	Guarulhos	1.059.348,5	1.061.236,0	910.889,1	1.074.561,0	228.314,4	846.246,6	21,2	78,8	18,0	27,2	31,3	796,49	
SP	1.152.301,9	Campinas	1.222.878,2	1.245.273,1	1.259.887,3	1.237.897,7	372.791,9	865.105,8	30,1	69,9	-1,7	27,4	31,0	1.046,91	
SP	827.437	São Bernardo do Campo	1.105.986,8	1.133.060,9	1.096.717,1	1.050.423,9	347.957,6	684.647,0	33,7	66,3	-1,7	30,7	24,2	1.247,83	
SP	715.231	Santo André	578.161,9	520.209,1	547.516,5	490.089,1	140.740,2	349.349,0	28,7	71,3	-10,5	22,8	26,9	685,22	
SP	603.719	São José dos Campos	636.074,7	640.699,5	621.615,4	613.618,5	141.564,6	472.053,9	23,1	76,9	-1,3	26,6	34,9	872,59	
SP	797.886	Osasco	643.786,1	588.020,0	542.516,6	527.557,8	-2,8	27,1	755,94	
SP	682.302	Ribeirão Preto	594.176,0	568.511,3	586.128,7	580.144,6	166.624,6	413.520,0	28,7	71,3	-1,0	25,1	24,4	850,28	
SP	659.871	Sorocaba	532.974,2	596.326,7	515.991,4	548.892,8	146.793,1	402.099,7	26,7	73,3	6,4	24,9	27,9	831,82	
SP	462.005	Mauá	318.907,6	297.359,6	301.181,6	286.864,6	127.379,4	159.485,2	44,4	55,6	-4,8	31,5	25,5	620,91	
SP	450.657	São José do Rio Preto	324.076,2	318.432,6	314.433,3	323.037,2	121.114,1	201.923,0	37,5	62,5	2,7	22,8	25,6	716,81	
SP	434.742	Santos	487.787,4	567.926,2	554.219,3	535.477,7	183.248,0	352.229,7	34,2	65,8	-3,4	24,4	22,1	1.231,71	
SP	483.901	Mogi das Cruzes	258.961,8	264.729,1	274.982,1	290.006,1	101.450,9	188.553,3	35,0	65,0	5,5	22,5	22,2	668,37	
SP	417.869	Diadema	360.315,7	381.400,2	384.354,0	378.340,0	82.405,2	295.934,8	21,8	78,2	-1,6	32,4	39,4	905,40	
SP	500.903,4	Jundiaí	475.258,8	481.214,9	475.691,6	465.691,6	104.654,7	361.036,9	22,5	77,5	-3,2	26,9	27,2	1.137,23	
SP	397.322	Piracicaba	346.912,7	396.188,4	391.540,2	385.708,7	120.819,0	264.889,7	31,3	68,7	2,4	25,8	28,8	970,77	
SP	371.690	Carapicuíba	133.806,5	141.989,5	117.839,8	110.514,1	-6,2	24,9	278,66	
SP	195.677,1	Bauru	211.544,8	204.866,2	195.457,1	206.772,4	58.511,3	148.261,0	28,3	71,7	5,8	20,2	25,9	556,30	
29.644.948	Sul	22.714.478,2	21.897.883,7	22.066.800,3	22.441.507,7	8.718.471,8	13.723.035,9	38,8	61,2	1,7	25,7	23,6	23,6	757,01	
PR	1.908.359	Curitiba	1.762.393,6	1.784.608,6	1.657.707,3	1.580.129,2	1.653.788,4	797.571,5	856.216,9	48,2	51,8	4,7	23,4	22,0	866,60
PR	558.439	Londrina	567.872,0	583.581,4	585.503,5	599.516,0	310.249,9	289.266,1	51,8	48,2	2,4	35,5	25,5	1.073,56	
PR	406.693	Maringá	371.391,2	384.606,8	383.974,3	420.748,6	211.637,7	209.111,0	50,3	49,7	9,6	35,0	23,8	1.034,56	
PR	344.332	Ponta Grossa	153.532,2	171.096,3	188.629,8	186.744,8	35.980,3	150.764,4	19,3	80,7	6,9	24,9	22,9	542,34	
PR	319.608	Cascavel	169.637,0	173.118,5	184.208,1	197.015,8	61.033,7	135.982,1	31,0	69,0	7,0	26,3	31,3	616,43	
PR	207.530	São José dos Pinhais	210.998,8	222.794,2	278.540,4	177.236,9	67.068,8	110.168,1	37,8	62,2	-36,4	20,6	23,4	576,32	
PR	264.044	Foz de Iguaçu	260.886,6	250.032,2	237.722,0	249.295,9	121.415,7	127.880,2	48,1	51,3	4,9	29,7	28,3	944,15	
RS	1.484.941	Porto Alegre	1.762.855,2	1.632.177,5	1.565.746,3	1.596.596,7	815.911,2	780.685,4	51,7	48,9	2,0	28,5	21,6	1.075,19	
RS	483.377	Caxias do Sul	485.505,9	466.508,5	454.925,6	451.488,7	154.205,7	297.283,1	34,2	65,8	-0,8	28,8	24,7	934,03	
RS	344.385	Pelotas	258.825,0	241.365,1	238.366,8	232.356,0	154.255,6	98.100,4	61,1	38,9	5,9	29,1	18,7	732,77	
RS	343.853	Canoas	396.187,6	440.671,5	447.124,9	436.361,3	292.303,7	144.057,6	67,0	33,0	-2,4	32,7	17,5	1.269,03	
RS	278.445	Santa Maria	115.504,9	108.949,0	109.952,1	108.745,5	28.701,4	80.044,1	26,4	73,6	-1,1	19,9	19,1	390,55	
RS	275.146	Gravataí	194.875,0	176.782,5	175.716,5	181.984,6	70.872,5	111.112,2	38,9	61,1	3,6	27,4	20,6	661,41	
RS	253.717	Viamão	66.969,8	75.956,9	58.260,6	64.452,7	17.140,8	47.311,9	26,6	73,4	10,6	17,2	20,5	254,03	
SC	985.838	Florianópolis	295.947,0	306.648,9	306.212,2	304.603,3	102.870,6	194.381,7	34,6	65,4	-2,1	17,6	18,0	611,83	
SC	577.077	Joinville	649.933,6	656.764,2	645.073,9	579.840,6	515.934,4	423.906,2	26,9	73,1	-10,4	34,0	40,9	1.004,79	
SC	348.513	Blumenau	319.134,6	393.684,6	362.881,1	351.706,0	187.395,2	153.122,9	55,0	45,0	-3,2	25,3	23,4	977,06	
81.113.137	Cidades selecionadas	60.661.980,5	61.481.271,9	60.177.291,1	60.562.202,8	23.053.723,4	37.508.479,4	38,1	61,9	0,6	26,0	24,0	24,0	746,64	
32.224.780	Até 20 mil habitantes	23.295.530,4	21.542.005,8	21.765.028,1	21.918.911,1	7.833.299,5	14.085.611,6	35,7	64,3	0,7	24,2	22,9	22,9	680,19	
46.435.866	Capitais	34.541.987,6	35.840.247,6	35.637.055,5	36.218.962,9	13.231.672,4	22.987.290,5	36,5	63,5	1,6	25,0	22,9	22,9	779,98	
204,6	18.469	Brasil¹	144.412.051,6	141.127.307,4	138.832.666,0	139.722.925,6	53.588.986,8	86.133.938,9	38,4	61,6	0,6	25,5	24,2	682,85	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos da Saúde (Sioaps) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília, ² de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000 e a Lei Complementar nº 141/2012, a parcela obrigatória mínima da receita de impostos dos municípios a ser aplicada em despesas com saúde é de 15%. Dados do Sioaps.

Despesa com saúde | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Despesa com saúde	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
1°	SP	São Paulo	10.236.282.721,26	12.106.920	1°
2°	RJ	Rio de Janeiro	4.630.821.090,81	6.520.266	2°
3°	MG	Belo Horizonte	3.266.979.955,92	2.523.794	5°
4°	CE	Fortaleza	1.917.275.816,56	2.627.482	4°
5°	PR	Curitiba	1.653.788.358,47	1.908.359	7°
6°	RS	Porto Alegre	1.596.596.683,14	1.484.941	9°
7°	BA	Salvador	1.330.952.269,74	2.953.986	3°
8°	MS	Campo Grande	1.268.743.005,96	874.210	19°
9°	GO	Goiânia	1.241.356.193,77	1.466.105	10°
10°	SP	Campinas	1.237.897.658,34	1.182.429	13°
11°	SP	Guarulhos	1.074.560.955,03	1.349.113	12°
12°	SP	São Bernardo do Campo	1.032.504.546,80	827.437	21°
13°	PE	Recife	1.003.576.666,77	1.633.697	8°
14°	PI	Teresina	987.477.301,34	850.198	20°
15°	PA	Belém	802.435.669,00	1.452.275	11°
16°	MA	São Luís	790.957.170,74	1.091.868	14°
17°	MT	Cuiabá	766.372.175,94	590.118	34°
18°	AM	Manaus	762.882.615,51	2.130.264	6°
19°	RJ	Campos dos Goytacazes	706.226.019,06	490.288	44°
20°	PB	João Pessoa	683.247.646,67	811.598	22°
21°	RN	Natal	677.885.472,03	885.180	18°
22°	AL	Maceió	656.186.333,79	1.029.129	16°
23°	SP	Barueri	646.512.120,26	267.534	103°
24°	SP	São José dos Campos	613.618.505,82	703.219	25°
25°	PR	Londrina	599.515.962,27	558.439	37°
26°	SP	Ribeirão Preto	580.144.627,77	682.302	28°
27°	SC	Joinville	579.840.638,44	577.077	35°
28°	MG	Juiz de Fora	577.115.725,77	563.769	36°
29°	MG	Uberlândia	555.252.923,36	676.613	29°
30°	SP	Sorocaba	548.892.790,01	659.871	30°
31°	RJ	Duque de Caxias	537.696.750,59	890.997	17°
32°	SP	Santos	535.477.699,18	434.742	52°
33°	SP	Osasco	527.557.829,24	697.886	26°
34°	SP	Santo André	490.089.144,32	715.231	24°
35°	SE	Aracaju	489.244.942,93	650.106	32°
36°	RJ	Macaé	483.913.202,06	244.139	113°
37°	SP	Jundiaí	465.691.590,10	409.497	57°
38°	MG	Betim	455.886.965,51	427.146	54°
39°	RS	Caxias do Sul	451.488.743,55	483.377	47°
40°	RJ	Niterói	446.438.098,11	499.028	42°
41°	MG	Contagem	444.379.562,83	658.580	31°
42°	RS	Canoas	436.361.291,60	343.853	77°
43°	PR	Maringá	420.748.642,40	406.693	58°
44°	RJ	Nova Iguaçu	395.843.332,87	798.647	23°
45°	SP	Piracicaba	385.708.659,62	397.322	60°
46°	SP	Diadema	378.340.000,08	417.869	55°
47°	BA	Feira de Santana	364.483.551,53	627.477	33°
48°	SC	Blumenau	340.518.144,42	348.513	73°
49°	RJ	Petrópolis	326.035.845,03	298.235	89°
50°	SP	São José do Rio Preto	323.037.151,39	450.657	51°
51°	RJ	São Gonçalo	317.544.247,51	1.049.826	15°
52°	GO	Aparecida de Goiânia	302.768.031,43	542.090	38°

Posição	UF	Município	Despesa com saúde	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$		
53°	SC	Florianópolis	297.252.322,06	485.838	46°
54°	RO	Porto Velho	292.993.052,23	519.436	39°
55°	PB	Campina Grande	290.197.587,93	410.332	56°
56°	SP	Mogi das Cruzes	290.006.135,95	433.901	53°
57°	GO	Anápolis	289.433.548,23	375.142	65°
58°	SP	Mauá	286.864.645,19	462.005	49°
59°	SP	Praia Grande	285.006.435,80	310.024	85°
60°	RJ	Angra dos Reis	279.947.851,03	194.619	155°
61°	SP	Paulínia	277.106.425,63	102.499	304°
62°	SC	Itajaí	276.827.711,32	212.615	140°
63°	MG	Ipatinga	273.968.716,59	261.203	107°
64°	SP	São Caetano do Sul	270.022.903,51	159.608	182°
65°	SP	Araraquara	266.760.013,46	230.770	126°
66°	PE	Jaboatão dos Guararapes	264.435.172,14	695.956	27°
67°	RJ	Volta Redonda	259.800.859,33	265.201	105°
68°	SP	Guarujá	255.606.209,30	315.563	84°
69°	RS	Pelotas	252.356.008,14	344.385	75°
70°	PR	Foz do Iguaçu	249.295.860,47	264.044	106°
71°	ES	Vitória	247.922.293,97	363.140	67°
72°	RJ	Cabo Frio	245.948.286,68	216.030	138°
73°	RS	Novo Hamburgo	245.130.143,24	249.508	111°
74°	MG	Governador Valadares	243.805.169,98	280.901	95°
75°	MT	Rondonópolis	239.890.679,79	222.316	131°
76°	SP	Taubaté	231.485.370,99	307.953	86°
77°	CE	Sobral	228.036.946,70	205.529	145°
78°	SC	Chapecó	225.639.178,41	213.279	139°
79°	SP	Marília	225.183.685,40	235.234	120°
80°	SP	Indaiatuba	224.283.917,86	239.602	115°
81°	MS	Dourados	222.168.091,32	218.069	136°
82°	MG	Uberaba	221.342.098,20	328.272	82°
83°	PA	Parauapebas	218.711.689,05	202.356	148°
84°	BA	Vitória da Conquista	209.615.032,86	348.718	72°
85°	SC	Criciúma	207.400.052,21	211.369	142°
86°	ES	Serra	207.371.389,24	502.618	41°
87°	SP	Bauru	206.772.353,98	371.690	66°
88°	PA	Ananindeua	205.821.998,03	516.057	40°
89°	SP	Franca	205.573.586,10	347.237	74°
90°	SP	Limeira	204.518.248,34	300.911	88°
91°	MA	Imperatriz	203.928.142,59	254.569	109°
92°	SP	São Vicente	203.909.337,12	360.380	70°
93°	BA	Itabuna	202.282.257,94	221.046	134°
94°	SP	São Carlos	199.878.078,49	246.088	112°
95°	MG	Divinópolis	199.799.569,66	234.937	121°
96°	SP	Rio Claro	197.807.946,87	202.952	147°
97°	AL	Arapiraca	197.223.428,91	234.185	122°
98°	PR	Cascavel	197.015.838,17	319.608	83°
99°	RN	Mossoró	195.825.752,01	295.619	92°
100°	MG	Sete Lagoas	194.956.700,57	236.228	119°

	Total dos 100 maiores	63.762.281.769,64	77.799.934	..
	Total dos demais	75.960.643.841,62	126.818.535	..
	Total Brasil¹	139.722.925.611,26	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa com saúde per capita | RANKING 2017

Posição	UF	Município	Desp. com saúde per capita	Despesa com saúde	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
1°	ES	Presidente Kennedy	4.201,56	49.334.714,88	11.742	2759°
2°	MG	Serra da Saudade	3.453,95	2.804.604,42	812	5568°
3°	SP	Borá	3.135,12	2.630.365,33	839	5567°
4°	RN	Guamaré	3.039,54	46.532.387,20	15.309	2265°
5°	SP	Uru	2.821,76	3.405.866,20	1.207	5563°
6°	RJ	São João da Barra	2.764,75	97.247.185,48	35.174	950°
7°	SP	Paulínia	2.703,50	277.106.425,63	102.499	304°
8°	SP	Ilhabela	2.701,32	90.099.813,56	33.354	1027°
9°	RS	Pinhal da Serra	2.523,90	5.310.283,98	2.104	5438°
10°	MG	Grupiara	2.463,38	3.493.065,99	1.418	5552°
11°	GO	Mairipotaba	2.421,57	5.889.253,46	2.432	5341°
12°	SP	Barueri	2.416,56	646.512.120,26	267.534	103°
13°	RJ	Quissamã	2.384,66	56.122.856,51	23.535	1504°
14°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	2.367,34	25.503.386,69	10.773	2985°
15°	MG	Água Comprida	2.322,65	4.780.004,83	2.058	5450°
16°	MG	Cedro do Abaeté	2.319,91	2.804.646,10	1.209	5562°
17°	RJ	Porto Real	2.247,99	42.327.362,98	18.829	1880°
18°	MG	Jeceaba	2.206,10	11.491.585,86	5.209	4264°
19°	MS	São Gabriel do Oeste	2.173,60	56.292.006,34	25.898	1350°
20°	RN	São Bento do Norte	2.173,57	6.185.982,68	2.846	5182°
21°	PR	São Pedro do Paraná	2.090,94	5.108.168,77	2.443	5337°
22°	SC	Santiago do Sul	2.071,84	2.728.615,27	1.317	5558°
23°	SP	Nova Castilho	2.065,55	2.559.219,08	1.239	5560°
24°	PR	Itaipulândia	2.060,00	21.809.174,16	10.587	3025°
25°	SP	Ilha Comprida	2.048,20	21.825.622,43	10.656	3011°
26°	PR	Jardim Olinda	2.041,80	2.850.352,82	1.396	5555°
27°	SP	Rifaina	2.031,07	7.348.416,50	3.618	4871°
28°	RS	Muliterno	2.029,15	3.861.479,26	1.903	5481°
29°	SC	Paial	1.998,29	3.151.298,17	1.577	5535°
30°	PA	Jacareacanga	1.990,40	16.040.604,65	8.059	3455°
31°	RS	André de Rocha	1.988,91	2.597.514,45	1.306	5559°
32°	RJ	Macaé	1.982,12	483.913.202,06	244.139	113°
33°	MS	Taquarussu	1.980,92	7.071.893,95	3.570	4897°
34°	SC	Flor do Sertão	1.980,08	3.156.255,36	1.594	5533°
35°	SC	Lajeado Grande	1.978,38	2.874.578,98	1.453	5551°
36°	RS	Engenho Velho	1.975,38	2.647.008,38	1.340	5557°
37°	RS	União da Serra	1.972,76	2.710.573,64	1.374	5556°
38°	RS	Guabiju	1.960,39	3.136.630,27	1.600	5532°
39°	PR	Porto Rico	1.950,25	5.092.101,19	2.611	5262°
40°	PA	Canaã dos Carajás	1.937,81	69.813.442,60	36.027	934°
41°	GO	Lagoa Santa	1.929,43	2.874.851,97	1.490	5550°
42°	PR	Nova Aliança do Ivaí	1.921,89	2.952.016,01	1.536	5547°
43°	SP	Santana da Ponte Preta	1.908,43	2.967.605,03	1.555	5543°
44°	BA	São Francisco do Conde	1.901,69	76.486.167,51	40.220	831°
45°	PR	Mirador	1.897,19	4.390.106,86	2.314	5364°
46°	RS	Boa Vista do Cadeado	1.895,75	4.788.672,50	2.526	5305°
47°	PR	Alto Paraíso	1.887,50	5.658.726,66	2.998	5112°
48°	SP	Santa Salete	1.876,14	2.881.748,37	1.536	5547°
49°	RO	Pimenteiras do Oeste	1.868,05	4.501.995,04	2.410	5349°
50°	SP	Monções	1.867,09	4.199.095,23	2.249	5388°
51°	MG	Cachoeira Dourada	1.858,97	5.002.496,90	2.691	5233°
52°	SP	Fernão	1.857,13	3.140.410,41	1.691	5522°

Posição	UF	Município	Desp. com saúde per capita	Despesa com saúde	População 2017	Ranking pop. 2017
			em R\$			
53°	SP	Dirce Reis	1.854,19	3.309.735,60	1.785	5505°
54°	MS	Figueirão	1.848,89	5.596.593,78	3.027	5106°
55°	MS	Jateí	1.847,44	7.435.936,98	4.025	4718°
56°	MG	Passabém	1.837,75	3.182.985,01	1.732	5512°
57°	PR	São Manoel do Paraná	1.834,43	4.015.558,62	2.189	5410°
58°	MT	Serra Nova Dourada	1.827,54	2.878.377,21	1.575	5537°
59°	MG	Antônio Prado de Minas	1.823,76	3.034.735,56	1.664	5527°
60°	CE	Barbalha	1.823,51	109.066.024,06	59.811	544°
61°	RS	Lagoa dos Três Cantos	1.815,96	2.996.337,63	1.650	5528°
62°	MG	Doresópolis	1.815,52	2.783.186,44	1.533	5549°
63°	SC	Ermo	1.807,62	3.752.613,36	2.076	5443°
64°	SC	Presidente Castello Branco	1.806,88	2.909.076,05	1.610	5531°
65°	MT	Porto dos Gaúchos	1.806,07	9.541.463,63	5.283	4241°
66°	SP	Santa Cruz da Esperança	1.802,51	3.803.293,96	2.110	5437°
67°	GO	Anhanguera	1.795,99	2.022.287,94	1.126	5564°
68°	SP	Cruzália	1.791,55	3.871.540,20	2.161	5417°
69°	PR	Miraselva	1.787,72	3.351.980,20	1.875	5482°
70°	GO	Palmeo	1.786,09	4.329.481,80	2.424	5343°
71°	PR	Saudade do Iguaçú	1.784,98	9.724.571,18	5.448	4191°
72°	SP	Aspásia	1.782,75	3.283.830,43	1.842	5492°
73°	GO	Davinópolis	1.775,17	3.786.437,48	2.133	5428°
74°	GO	Ivolândia	1.774,78	4.532.777,15	2.554	5291°
75°	RS	Vespasiano Correa	1.774,69	3.471.298,67	1.956	5469°
76°	SP	Paulistânia	1.772,75	3.263.636,59	1.841	5493°
77°	RJ	Macuco	1.765,32	9.592.771,00	5.434	4197°
78°	GO	Vila Boa	1.762,73	10.102.197,23	5.731	4097°
79°	RN	Tibau	1.762,14	7.224.787,73	4.100	4681°
80°	MT	Itaúba	1.754,68	6.667.765,51	3.800	4809°
81°	SP	Louveira	1.748,16	80.279.110,44	45.922	718°
82°	GO	Alto Horizonte	1.746,58	10.102.197,23	5.784	4077°
83°	RJ	Armação dos Búzios	1.746,34	56.337.006,65	32.260	1077°
84°	SP	Turmalina	1.744,81	3.187.761,96	1.827	5495°
85°	RS	Vila Lângaro	1.743,86	3.810.342,31	2.185	5412°
86°	SP	Pontes Gestal	1.742,97	4.521.271,81	2.594	5272°
87°	MG	Douradoquara	1.738,01	3.354.353,32	1.930	5474°
88°	MG	São Sebastião do Rio Preto	1.734,19	2.743.483,40	1.582	5534°
89°	SP	Zacarias	1.726,47	4.550.982,40	2.636	5249°
90°	RN	Severiano Melo	1.726,00	5.436.903,53	3.150	5051°
91°	GO	Diorama	1.725,81	4.395.642,29	2.547	5296°
92°	GO	Ceres	1.722,53	38.162.732,50	22.155	1581°
93°	SP	Taquaral	1.718,19	4.850.457,13	2.823	5188°
94°	PR	Santo Antônio do Paraíso	1.718,00	3.918.756,32	2.281	5379°
95°	SP	São Sebastião	1.716,71	146.843.956,98	85.538	368°
96°	GO	São João da Paraúna	1.712,50	2.649.232,31	1.547	5544°
97°	SC	Tigrinhos	1.710,85	2.899.890,49	1.695	5520°
98°	SC	Marema	1.707,87	3.255.205,27	1.906	5479°
99°	RS	Gentil	1.707,71	2.911.641,72	1.705	5519°
100°	RS	Coqueiro Baixo	1.706,93	2.661.111,23	1.559	5542°

	Total dos 100 maiores	2.157,77	2.852.417.283,15	1.321.927	..
	Total dos demais	673,26	136.870.508.328,11	203.296.542	..
	Total Brasil¹	682,85	139.722.925.611,26	204.618.469	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ Não inclui Brasília.



Conectando cidades



SÃO CAETANO É



100%

SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO PARA TODA POPULAÇÃO

Investir em saneamento não é apenas garantir água para todas as tarefas do dia a dia. É cuidar do meio ambiente e da saúde pública. Com o trabalho do Saesa, São Caetano do Sul atingiu 100% de esgoto coletado e tratado, e 100% de abastecimento de água.

A cidade é pioneira na utilização da água de reúso e possui um dos menores índices do Brasil em perdas físicas nas redes de abastecimento. Esta é uma engrenagem essencial para a melhora da qualidade de vida da população.

Em **São Caetano do Sul**, saneamento é universal.
É para todos.



PREFEITURA DE
São Caetano do Sul

Realização:



Elaboração:



Apoio:

